



**OCUPAÇÃO URBANA E
CARTOGRAFIA DOS AFFECTOS:**
PELA EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE DA DIFERENÇA.

BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO

ORIENTADOR
Prof. Dr. EBER PIRES MARZULO

Porto Alegre
2024

BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO

**OCUPAÇÃO URBANA e CARTOGRAFIA DOS *AFFECTOS*:
pela emergência de uma Cidade da Diferença.**

Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR
Prof. Dr. EBER PIRES MARZULO

Porto Alegre
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora

Marcia Barbosa

Vice-Reitor

Pedro Costa

Diretora da Faculdade de Arquitetura

Eliane Constantinou

Vice-Diretora da Faculdade de Arquitetura

Lívia Teresinha Salomão Piccinini

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Luciana Inês Gomes Miron

Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Clarice Maraschin

Bibliotecária-Chefe da Faculdade de Arquitetura

Margarete Tesainer

CIP - Catalogação na Publicação

Hypolito, Bárbara de Bárbara
OCUPAÇÃO URBANA e CARTOGRAFIA DOS AFECTOS: pela
emergência de uma Cidade da Diferença. / Bárbara de
Bárbara Hypolito. -- 2024.
381 f.
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ocupação Urbana. 2. Subjetividade. 3. Cidade da
Diferença. 4. Afecto. 5. Cartografia. I. Marzulo, Eber
Pires, orient. II. Título.

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. EBER PIRES MARZULO

Professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
(PROPUR|UFRGS)

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA|UFRGS)

Examinadora externa:

Prof. Dr^a ANA CABRAL RODRIGUES

Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Estudos da Subjetividade
(PPGP|UFF)

Pós-Doutoranda em PROPUR|UFRGS

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA|UFRGS)

Examinadora externa:

Prof. Dr^a SIMONE MAINIERI PAULON

Professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI|UFRGS)
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul (IPSSCH|UFRGS)

Examinador externo:

Prof. Dr. EDUARDO ROCHA

Professor no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU|UFPEL)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAURB|UFPEL)

Agradecimientos:

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto.*

Mercedes Sosa e Joan Baez

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra Poesia

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra Sabedoria

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra Rebeldia

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra Teimosia

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra Tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra Utopia

“SAMBA DA UTOPIA”
Jonathan Silva

Resumo:

Este trabalho de tese defende que as ocupações urbanas produzem uma cidade da diferença que se insurge em resposta ao modelo hegemônico e homogeneizador. No contexto brasileiro, marcado pela aliança entre as políticas do neoliberalismo financeiro e forças conservadoras reativas, que penetram na vida urbana capturando e colonizando territórios, subjetividades e formas de se viver nas cidades, também emergem ações de contestação e ruptura. Nesse sentido, o fenômeno das ocupações urbanas no Brasil, além de configurar um modo singular de resistência e enfrentamento, indica uma forma de luta espacializada no e por meio do território urbano promovida por corpos transgressores, organizados em agrupamentos e coletivos. Corpos que, impulsionados pelo desejo comum de habitar, [re]existir e resistir, engendram forças contra-hegemônicas disruptivas instaurando processos singulares de territorialização sobre os territórios ociosos da cidade, reativando-os, através da apropriação, da autogestão e da coletividade. Por meio de uma cartografia urbana dos *affectos*, aponta-se que o fenômeno das ocupações urbanas não se relaciona unicamente à problemática urbana das grandes cidades brasileiras; nas pequenas e médias cidades as ocupações também se alastram, impulsionadas pela carência de políticas públicas habitacionais e pela articulação com movimentos sociais de luta pelo direito à terra e à moradia. Em Pelotas/RS, o encontro com a ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão e seus agentes, apresenta a experiência de um processo de territorialização que desafia a lógica da propriedade privada e dos abandonos sociais locais, fomentando a produção de modos de subjetivação libertários que se expandem da casa, de maneira rizomática, conectando e expandindo o território. Os aportes teóricos que apoiam a tese agenciam teorias do planejamento urbano e da filosofia da diferença, na direção de uma escrita e de uma análise que não pretendem verdades, mas propõe uma possibilidade de investigação dos processos urbanos a partir da correlação entre corpo, cidade, subjetividade, movimentos de resistência e *affectos*.

Palavras-chave: Ocupação Urbana; Subjetividade; Cidade da Diferença; *Afecto*; Território Urbano; Cartografia.

Abstract:

This thesis defends the idea that urban squattings produce a city of difference that rises up in response to the hegemonic and homogenizing model. The Brazilian context is marked by the alliance between financial neoliberalism and conservative forces, which penetrate urban life, capturing and colonizing territories, subjectivities, and forms of living in cities. Nevertheless, actions of contestation and rupture also emerge. In this sense, the phenomenon of urban squattings in Brazil, besides configuring a singular mode of resistance and confrontation, indicates a spatialized form of struggle in and through the urban territory promoted by transgressive bodies, organized in groups and collectives. Bodies that, driven by the common desire to inhabit, [re]exist and resist, generate disruptive counter-hegemonic forces, introducing singular processes of territorialization over the idle territories of the city, reactivating them, through appropriation, self-management, and collectivity. Through an urban cartography of *affects*, it is pointed out that the phenomenon of urban squattings is not only related to the urban problems of large Brazilian cities, but in small and medium-sized cities, squattings are spreading as well, driven by the lack of public housing policies and the articulation with social movements struggling for the right to land and housing. In Pelotas/RS, the encounter with the Kilombo Urbano Canto de Conexão squatting and its agents presents the experience of a territorialization process that challenges the logic of private property and local social abandonment, fostering the production of libertarian subjectivation modes that expand from the house, in a rhizomatic manner, connecting and expanding the territory. The theoretical contributions that support the thesis articulate theories of urban planning and the philosophy of difference, aiming for a writing and analysis that do not intend to state truths, but propose a possibility of investigating urban processes from the correlation between body, city, subjectivity, resistance movements, and *affects*.

Palavras-chave: Urban Squatting; Subjectivity; City of Difference; *Affect*; Urban Territory; Cartography.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Imagens do Assentamento 20 de Novembro. Centro, Porto Alegre/RS.	34
Figura 2 - Imagem Morador de rua. Centro, São Paulo/SP.	35
Figura 3 - Imagem Moradores de rua no centro da capital paulista. São Paulo/SP.	50
Figura 4 - Mapa Percentual famílias sem-teto ou com moradia inadequada na América do Sul, 2012.....	53
Figura 5 - Imagem Vista aérea do Morro da Providência. Rio de Janeiro/RJ.	55
Figura 6 - Mapas SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE DESPEJOS ENTRE 01/03/20 e 06/06/21 produzidos pela Campanha Despejo Zero localizando famílias removidas (esquerda) e ameaçadas de despejos (direita) no período de março/2020 a junho/2021 no Brasil.	61
Figura 7 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Horta Urbana em mutirão de trabalho (esquerda cima); Cartaz de Protesto “Moradia é Direito” (esquerda baixo); Fachada do Edifício (direita).	62
Figura 8 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Voluntários na Cozinha Comunitária (esquerda); Espaço de almoço (direita).	63
Figura 9 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Horta Urbana (esquerda); Geladeira Biblioteca (centro); Graffiti em homenagem à vereadora carioca Marielle Franco, assassinada no RJ (direita).	64
Figura 10 - Imagem Fachada da Casa de Referência Mirabal. Porto Alegre/RS.	65
Figura 11 - Imagem Despejo forçado na comunidade Cajueiro. São Luís/MA, 2019.	74
Figura 12 - Imagem Policiais em operação de demolição de barracos. Brasília/DF, 2021.	75
Figura 13 - Imagem Famílias desalojadas durante a pandemia passam a viver em barracas improvisadas no centro da capital São Paulo/SP.	76
Figura 14 - Diagrama “A Dobra da Subjetividade”	135
Figura 15 - Diagrama do Agenciamento Territorial.....	149
Figura 16 - Diagrama do Processo de Territorialização engendrado por forças hegemônicas e modos de subjetivação capitalísticos.....	154
Figura 17 - Diagrama do Processo de Desterritorialização engendrado por forças contra-hegemônicas e modos de subjetivação singulares.	155
Figura 18 - Cartografia do Estreito de Gibraltar, Face A.	182
Figura 19 - <i>Monarchs and Queens: butterfly habitats and queer public spaces.</i>	184
Figura 20 - <i>Cuerpo-Territorio</i> , 2021 (esquerda); <i>Personas con discapacidad em Bolivia</i> , 2022 (direita).	186
Figura 21 - <i>Territorio de Migrantas</i> , 2022.....	188
Figura 22 – <i>Culturas Comunitarias</i> , 2022 (esquerda); <i>Misiones</i> , 2019 (direita)	189
Figura 23 - Analogramas.	190
Figura 24 - <i>Constelación de los saberes comunes del cluster</i> , 2018.	191
Figura 25 - Mapa cartográfico “O que pode o corpo nessa contemporaneidade?”	193
Figura 26 - Mapa cartográfico “Canto de Conexão - Conecta e Expande”	195
Figura 27 – Imagens Manifestação de protesto das famílias da Ocupação Nova Coruja durante negociação pela permanência no local (acima); Chegada dos policiais e cumprimento da determinação da reintegração de posse da propriedade (embaixo esquerda); Barracos e casebres destruídos após a reintegração (embaixo direita). Pelotas/RS, 2020.	198

Figura 28 – Imagens da ação de despejo e reintegração de posse da Ocupação Baronesa. Porto Alegre/RS.	208
Figura 29 – Imagens Materiais de divulgação do Movimento #ocupaquadrado.	218
Figura 30 – Mapa Evolução urbana da cidade de Pelotas/RS (1815-2015).	224
Figura 31 - Mapa das Charqueadas Pelotenses, principais Passos e Aquíferos, 1º loteamento urbano.	226
Figura 32 - Mapa do Primeiro Loteamento, Freguesia de São Francisco de Paula, 1815	229
Figura 33 - Ilustração “Engenho Antigo e Charqueada: Passo dos Negros, Pelotas/RS, Brasil”.	231
Figura 34 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-1922) e 1ªs indústrias (1880-1940).	237
Figura 35 - Mapa de localização cidade de Pelotas/RS, bairros e ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão.	238
Figura 36 - Mapa Pelotas (RS): expansão periférica do parcelamento do solo e formação de vazios urbanos (1922-2002).	241
Figura 37 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-1988) e localização de residenciais BNH (1964-1980).	244
Figura 38 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-2015) e localização novos empreendimentos imobiliários residenciais (2009-2015).	248
Figura 39 - Condomínios Habitacionais antes e depois do III PD de Pelotas/RS.	249
Figura 40 - Mapa localização das Instituições de Ensino Superior na cidade de Pelotas/RS.	251
Figura 41 - Mapa localização de urbanizações irregulares precárias, Pelotas/RS.	257
Figura 42 - Cartografias do território abandonado.	263
Figura 43 – Sobre o território dado, inicia um processo de territorialização.	267
Figura 44 - Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.	269
Figura 45 - Plantas Baixas da casa do Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.	272
Figura 46 - Direito à cidade - debates, encontros e ações do Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.	276
Figura 47 - Por uma cidade para todos.	283
Figura 48 - Comentários durante a <i>Live</i> Cotidianos: 7 anos do Kilombo Canto de Conexão.	286
Figura 49 - Enunciações.	295
Figura 50 - Diver[cidade].	296
Figura 51 - Espaço de agenciamento de culturas e heterogeneidade.	298
Figura 52 - Reescrevendo a história.	299
Figura 53 - Banco de Alimentos ou Quem tem fome tem dor.	305
Figura 54 - Resistência, cuidado e compartilhamento.	307
Figura 55 - Banco de materiais - construção da casa do Jairinho.	309
Figura 56 - Banco de materiais - construção da segunda casa.	311
Figura 57 - Horta Urbana comunitária.	313
Figura 58 - Diagrama 1: Forças Hegemônicas.	321
Figura 59 - Mapa “Renda por domicílio” no ano de 2020, elaborado pelo REDELAB – REDE DE LABORATÓRIOS DA UFPEL, p. 5 do Relatório da Ação 11687: Mapeamento de áreas de fragilidade socioespacial de baixa renda em Pelotas-RS.	330
Figura 60 - Infográfico “Racismo estrutural no Brasil”, 2021.	332
Figura 61 - Diagrama 2: Forças Disruptivas.	338
Figura 62 - Conexões e expansão do território Kilombo Urbano Canto de Conexão.	344
Figura 63 - Tabela Síntese Corpo-Território: Relações de forças e seus efeitos.	351-352

SUMÁRIO

PRIMEIROS AFECTOS	10
1. CIDADE OCUPADA: UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA MOVIDA PELO AFECTO	32
1.1 Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito	39
1.2 A luta pelo direito à moradia expressa a luta pelo direito à vida	51
1.3 Tanta casa sem gente e tanta gente sem casa: Por que não ocupar?	68
1.4 As lutas urbanas espacializadas acionam processos de territorialização	79
2. O TERRITÓRIO NO CONTEXTO URBANO	97
2.1 Território e processos de Territorialização	100
2.2 Sociedade e território	109
2.3 Corpo-território	129
2.4 Agenciamento territorial	147
3. POR UMA CARTOGRAFIA DOS AFECTOS	157
3.1 A cartografia como método de pesquisa	162
3.2 Pistas para a construção desta cartografia dos <i>afectos</i>	174
3.3 Dando língua aos <i>afectos</i> que pedem passagem no encontro com as Ocupas	197
4. KILOMBO URBANO CANTO DE CONEXÃO E A CIDADE DE PELOTAS/RS	218
4.1 A relação com o contexto sociourbano da cidade de Pelotas/RS	222
4.2 A rearticulação do movimento e a ocupação da casa	259
4.2.1 O território dado	263
4.2.2 Inicia um Processo de Territorialização	266
4.2.3 Reterritorializando	270
4.2.4 Expandindo o Território	296
4.3 AGENCIAMENTOS MICROPOLÍTICOS: A cidade analisada a partir de processos de territorialização contra-hegemônicos e forças disruptivas	318
5. PELA EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE DA DIFERENÇA	361
Referências	371

PRIMEIROS AFECTOS

Impulsionada pelo movimento de vasculhar relações possíveis entre corpos em coletivos, ações micropolíticas ativas de ruptura e modos de subjetivação no contexto de produção capitalística e neoliberal do território urbano, essa tese defende a insurgência de uma cidade da diferença produzida por *affectos* e processos de territorialização através das ocupações urbanas.

A escrita parte de uma investigação cartográfica urbana e não pretende um fim, nem uma verdade, mas quer contar uma história do presente, expressar os entres, as relações de forças de poder e desejo, promovidas pela ação de corpos transgressores. Corpos organizados em agrupamentos e coletivos que, através da ocupação de espaços abandonados e ociosos da cidade, movem forças descondicionantes ao modelo operante de produzir e pensar o território urbano. Forças de ruptura operando pelo contrapoder, nas fissuras da estrutura sócio-cultural-política-econômica dominante, apesar da inércia e do assujeitamento instaurados por um regime de exploração e dominação secular. Movidos pelo desejo comum de habitar e [re]existir, coletivos ocupam os abandonos da cidade (ROCHA, 2010), se apropriam dos espaços ociosos de arquiteturas que deixaram de cumprir qualquer função social, reativando seus territórios. Um processo de reocupação e reativação do território urbano promovido por singulares táticas de territorialização que incidem nas subjetividades - tanto quanto é fomentado por elas -, nos corpos, nos modos de vida e moradia, nas próprias inter-relações e no processo de construção da cidade nesse tempo contemporâneo.

Uma contemporaneidade marcada pela hegemonia da ideologia econômica-política neoliberal, que dentre outros aspectos, complexifica a luta de classes, as crises política, econômica, social e ecológica, em nível mundial. O projeto neoliberal aliado à globalização, pelo menos desde os anos 80, intensificou o capitalismo financeiro alicerçado na propriedade privada, no acúmulo e na concentração de capitais, no livre mercado, no capital privado e na competitividade (ARANTES, *et al.*, 2000). No neoliberalismo todas as esferas da vida e do Estado funcionam sob a égide e a lógica do mercado e, como salienta Foucault (2008), trata-se de uma prática de governo, uma maneira de governar. A autonomia da economia e seus discursos de poder ilimitados na esfera política e nas orientações de gestão social, concebem-na como uma forma de psicologia moral, uma “economia moral” (SAFATLE, 2016) que elimina o campo político como espaço de debate e deliberações.

¹ Fonte disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-como-gestao-do-sofrimento-psiquico/>>
Acesso em: out. 2023.

As práticas neoliberais, estimulam a cultura de competição, do individualismo exacerbado, da insegurança econômica, da desigualdade social, da mercantilização de todos os aspectos da vida e da erosão do sentido de comunidade implicando diretamente na produção da subjetividade e na qualidade da saúde mental das populações, com profundos efeitos psíquicos (depressão, burnout) e sanitários (COVID-19 e a era pandêmica) nessa atualidade.

Configura-se um cenário de crise generalizada que impacta diretamente os setores sociais, econômicos e políticos, ao mesmo passo em que funciona como estímulo para que o neoliberalismo continue a se fortalecer e a se adaptar (DARDOT; LAVAL, 2016). O projeto neoliberal se aproveita das crises para consolidar seu modelo econômico, baseado na liberdade de mercado em aliança com o Estado, que adota um papel de facilitador, principalmente econômico, priorizando políticas e ações favorecedoras do mercado. A financeirização, ou seja, a crescente centralidade das finanças na economia e na vida social, é uma expressão da capacidade adaptativa do neoliberalismo. E, por não apresentar um projeto fixo, em situações de crise, o neoliberalismo se autorrenova, reorganizando e ajustando suas práticas a fim de assegurar sua continuidade e responder aos novos desafios. Essa capacidade de mutação permite que ele se ajuste às demandas de cada contexto, sempre buscando arranjos onde o mercado possa operar com liberdade enquanto o Estado desempenha o papel de suporte viabilizando as condições necessárias ao funcionamento da economia, sem interferir diretamente na lógica de mercado.

Em especial no Brasil e nos países da América Latina, o projeto hegemônico neoliberal tem intensificado ainda o aprofundamento das injustiças e das desigualdades econômicas, a exploração do trabalho, o endividamento e o abismo, cada vez mais evidente, entre os incluídos e os excluídos sociais. Na perspectiva do urbano, as cidades seguem se desenvolvendo a partir da lógica da propriedade privada, da especulação imobiliária e das decisões sendo tomadas pelos interesses econômicos e privados. A segregação territorial, a periferização e o déficit habitacional são algumas das principais marcas urbanas desse processo.

A sociedade contemporânea do neoliberalismo, da acumulação de capital, das dinâmicas de desigualdade e exclusão, vive o fim da democracia expresso pela proliferação de grupos hegemônicos e grupos dos subordinados, e pelos movimentos das lutas urbanas cotidianas de sobrevivência. Um sistema complexo de ordem mundial, vigente e dominante, que opera em todos os níveis da vida e da existência, e que Suely Rolnik (2018; 2020) define como colonial-racializante-capitalista. Essas três características são tanto intrínsecas ao regime quanto inseparáveis desde sua fundação e ativas até hoje, e designam sujeitos individualistas, agentes de poder e reprodutores de dominação. Tais atributos promovem desigualdades e violências de

todas as ordens, inscrevendo o regime e seu estado de coisas diretamente na produção da subjetividade e nas políticas do desejo da sociedade.

Trata-se, especialmente, de uma colonização operada no nível da subjetividade, determinando modos de vida num processo concreto, mas cujo poder invisível sobre nós é efetivo há séculos e tende a conduzir as ações e as imaginações, de modo individual e coletivo, a serviço da própria reprodução do regime. Rolnik afirma que o que garante a reprodução desse e de qualquer outra forma de regime é “uma certa política dominante de produção da subjetividade” (ROLNIK, 2020, 7min03s), na esfera da micropolítica. Assim, o regime se encarna e se sustenta num modo de existência, num tipo de funcionamento corporal e social que tanto legitima quanto reproduz o próprio sistema. Mesmo sem perceber, reproduzimos as diferentes formas de dominação e assujeitamentos expressas principalmente nas práticas de violência, na desigualdade, no racismo, no assujeitamento, na cegueira social, nas desimportâncias urbanas, nos abandonos da cidade e nos massacres de corpos e territórios (negros, indígenas, mulheres, gays, transsexuais, pobres, entre outros tantos).

A micropolítica² - esfera política da produção da subjetividade - dominante nesse regime é reativa (ROLNIK, 2018). Ela se caracteriza pela violência contra a vida em todas as suas formas (ambiental, social, cultural, política, econômica) e por uma espécie de ausência de guia ético orientador. A pandemia que assolou o mundo por mais de dois anos (março/2020-maio/2023) evidencia o sufocamento e a destruição geral das formas de existência do mundo, demonstrando que esse modelo de sistema chegou ao colapso. Assim como, a condição de passividade e submissão com as quais grande parte da população parece se comportar frente à realidade do mundo.

Tal condição de submissão se relaciona intimamente com o modo com o qual o regime colonial-racializante-capitalista incide no inconsciente coletivo e na subjetividade, de maneira que, quase sem perceber, se exerce a submissão reproduzindo o próprio sistema. O movimento de ruptura dessa forma de mundo é uma tarefa coletiva, de desobediência coletiva aos padrões pré-estabelecidos, através de micropolíticas ativas (ROLNIK, 2018) que vão além da resistência,

² A micropolítica trata do campo das forças, do que é invisível, enquanto a macropolítica trata das formas, do que é visível. A macro e a micropolítica são modos inseparáveis. No entanto, a macropolítica opera por meio de organização binária, classificatória, os modelos e macro decisões, na partilha social dos bens materiais e imateriais, o Estado e suas leis que sustentam essa partilha e os direitos civis. Enquanto a micropolítica opera no detalhe, por meio de fluxos de intensidades que podem ser extensivos ao conjunto do corpo social, ela opera nos processos. No entanto, a micropolítica, por si só, não trata de uma composição necessariamente desejante e revolucionária, em contraponto aos desejos de dominação, mercantilização e exploração facilmente expressos na esfera macropolítica do regime dominante, mas também na forma de reprodução capilar como a subjetivação dominante, mercantilista e individualista opera no cotidiano por meio de “micropolíticas reativas” (ROLNIK, 2018). Nesse contexto, ao tratar dos movimentos que acionam micropolíticas resistentes, revolucionárias e transformadoras diz-se que são “micropolíticas ativas” (Ibid.).

mas evocam processos de transformação e criação nos modos de existir, de se relacionar, de constituir saberes e ciência, de produzir cidade, de relacionamento com o meio ambiente e tudo o mais que compete à vida. Tal processo implica ativar uma escuta ética, reconhecendo os sinais de socorro que a vida tem emitido - expressos em depressões, massacres e genocídios, desigualdades, efeito estufa, incêndios, pandemia – formando redes coletivas de ação capazes de impulsionar processos de transformação.

Compreendendo que o tempo contemporâneo também é marcado e produzido pelas forças de [re]existência cotidiana das lutas sociais, dos movimentos de contestação e desobediência civil (GROS, 2018), a perspectiva de escuta dessa investigação vai no encontro de alguns processos de ruptura e transformação no âmbito do urbano. Assim se insere o fenômeno das ocupações urbanas, problematizando a lógica da produção do território urbano e apresentando outros elementos para se pensar essa produção, como a autogestão e a coletividade.

A prática das ocupações questiona a formulação do território urbano como algo estático e demarcado, afirmando-o enquanto “processos de territorialização” (DELEUZE; GUATTARRI, 1980) nos quais estão implicadas diversas dinâmicas de ocupação do solo, em diferentes temporalidades e por diferentes agentes de produção. Suas ações e atividades escapam das arquiteturas, se desdobrando em efeitos na paisagem urbana, na leitura da cidade e nas relações sociais, num processo ativo que sobrepõe camadas, produzindo e movimentando o território.

Por meio de processos coletivos de apropriação e territorialização da/na cidade, as ocupações tanto problematizam como atualizam as discussões acerca dos direitos à cidade, ao solo e à moradia. São movimentos de luta e disputa urbana que, dentre outros aspectos, deflagram as desigualdades sociais e questionam as políticas neoliberais e seus efeitos como a propriedade privada, a especulação imobiliária, os abandonos, os despejos, o déficit habitacional e o acesso aos equipamentos e serviços públicos básicos. Num contexto de absurda desigualdade, em especial no campo do direito à cidade e à moradia onde cerca de 1/5 da população brasileira vive em situação de precariedade habitacional, através de dinâmicas participativas, mutirões de ação e criação de redes de parceiros, os agentes das ocupações se aliam a outras lutas e movimentos sociais de gênero, raça e classe, ampliando a dimensão de direito também à criação de outros modos de existência e de produção de subjetividade no contexto urbano contemporâneo.

Enquanto ação coletiva implicam corpos na relação com outros corpos, portanto, processos corporais performáticos e políticos. Corpos em ação – agentes - que, através do

enfrentamento e da negociação, se inscreverem nos espaços da cidade, ocupando e transformando, deixando marcas e traços. E, assim, ao promoverem dinâmicas de territorialização no espaço estabelecido, criam certa tensão nas formas e nas estruturas hegemônicas, a firmando a produção do território urbano enquanto processo, como um agenciamento coletivo de enunciação³ (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1980]).

Este estudo é, inicialmente, uma crítica à lógica da produção urbana neoliberal e da “cidade do empreendimento” (HALL, 2016, p. 499) protagonizada pelo capital privado e que Arantes, *et al.* (2000) chamou de uma estratégia fatal que visa os direitos de uma minoria enquanto a grande massa da população segue excluída das decisões e das pautas das políticas públicas. Trata-se de um deslocamento do pensamento sobre o fazer urbano, atentando às práticas contracapitalistas e anticoloniais produzidas no cotidiano pelo uso e pela apropriação dos espaços da cidade, aos movimentos de luta e disputa urbana que ora negociam e ora rompem com o sistema vigente por meio da operação de forças coletivas contra as violências, os descasos do Estado e as desigualdades sociais vivenciadas por seus corpos. A obra pretende ativar uma reflexão crítica através do diálogo e do agenciamento com autores e agentes sociais dissidentes ao pensamento dominante, propondo questionamentos acerca do modelo de cidade vigente, os aspectos de sua formação e os efeitos produzidos na sociedade.

A construção do problema passa pela questão da relação entre corpos, cidade, produção de subjetividade e processos de territorialização. Amparada nos conflitos sociais e no movimento das lutas urbanas (VELLOSO, 2020) pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e à moradia, apresenta-se uma discussão sobre o reconhecimento de uma outra cidade que emerge a partir da vida cotidiana de corpos organizados em coletivos que, através de revoluções moleculares (GUATTARI, 1985) acionadas por micropolíticas ativas, enfrentam os dispositivos de dominação para afirmar seus insurgentes modos de existir. Através da organização os coletivos lutam por um direito comum à cidade e afirmam que “há uma diferença considerável entre uma massa de pobres e uma massa de pobres determinados a agir em conjunto” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016).

Em sintonia com a perspectiva teórica pós-estruturalista da Filosofia da Diferença em Deleuze e Guattari, da psicanálise, especialmente em Suely Rolnik, e com diversos pesquisadores

³ O conceito de agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1980]) diz respeito a um conjunto de relações entre um regime de signos e expressões (agenciamento coletivo de enunciação) e um regime de conteúdos, objetos e materiais (agenciamento maquínico). Os enunciados são produzidos por coletividades, não por sujeitos isolados, e o estado maquínico trata do que é engendrado pelas falas do enunciado. Na articulação entre elementos heterogêneos colocados em agenciamento, há uma relação complexa entre o conteúdo do que está se efetuando e a sua manifestação. Assim que, enquanto o agenciamento coletivo de enunciação atua por micropolíticas do campo social, na dimensão dos *affectos*, promovendo processos de territorializações, atos e enunciações; o agenciamento maquínico opera regulando e assegurando as relações de interação entre os corpos, promove territorialidades aparentemente estáveis.

atuais no campo do planejamento urbano e regional, que também se dispõem a questionar as estruturas estáveis e o pensamento hegemônico, propõe-se aqui, uma cartografia urbana dos processos de subjetivação espacializados no território urbano, entendidos como movimentos desviantes na cidade, práticas contracapitalísticas, desobedientes, produzidas na dimensão do cotidiano por corpos coletivos em ocupações movidos por *afectos* alegres e transgressores.

A teoria dos *afectos* (ESPINOZA, 2007[1677]), conceito espinozista, se refere às variações contínuas da potência de agir e de existir dos corpos. *Afectos* são produzidos nos encontros que um corpo realiza com outros corpos (materiais e imateriais), uma forma de apreensão e expressão do mundo no corpo. Para Espinoza, o corpo se constitui em seu poder de *afectar* e de ser *afectado*, ou seja, pelo conjunto das relações que o compõe. Os *afectos* indicam, ainda, uma correspondência entre os estados da mente e do corpo, e se manifestam enquanto alegria e tristeza (as paixões fundamentais). A tristeza indica toda paixão que promove uma diminuição de potência de ação, e a alegria toda paixão envolvendo um aumento da potência.

A ação ou efeito do *afecto* no corpo é uma afecção (DELUZE, 2017[1968]), que trata da natureza do corpo modificado ou *afectado*. Nesse processo de composição dos corpos pelos encontros, o desejo é acionado a agir de alguma maneira em função de certa afecção. Enquanto a própria expressão da capacidade de *afectar* e ser *afectado*, o desejo pode ser constrangido ou favorecido, ou seja, ele se modifica pela relação do corpo com o mundo. O desejo tem caráter maquínico (GUATTARI; ROLNIK, 2011), ele agencia elementos, constrói, produz. Nunca se deseja uma coisa, mas sempre um conjunto de coisas, dessa forma, o desejo aciona uma série de agenciamentos, o desejo cria territórios.

Todo corpo é desejante, ele age, pois, por necessidade do desejo, sua força ativa. No entanto, em algumas subjetividades o desejo não flui, ele está trancado pelas forças externas que o regime dominante delibera. Marcado pela moral, pelo status, pelo consumismo e pelo individualismo, o desejo é inclinado a julgar útil desnecessidades à conservação da existência individual e coletiva. Mas, quando os corpos agenciam seus desejos de modo a construir uma realidade diferente, mais inclusiva e menos desigual, as forças do desejo criador são acionadas e passam a reestabelecer o corpo como o próprio objeto de conhecimento.

Saber do que o corpo é capaz lhe permite ser mais livre e sábio, ao invés de se constituir pelo acaso dos encontros e dos *afectos* que lhe produzem. Assim, sair do domínio das paixões tristes e partir para a ação - como no caso dos corpos nas ocupações urbanas - implica um movimento de permitir-se ir além da resistência e da submissão, mas investir na produção de uma existência mesmo em meio ao caos, encontrando maneiras de potencializar as forças do

desejo criador. É um ato revolucionário. Uma revolução molecular⁴ (GUATTARI, 1985), uma forma de micropolítica ativa, que se faz ativando o nível dos *affectos* e da produção de subjetividade, da razão corporal – logo, *affectiva*.

É, também, num processo de composição e decomposição de territórios que o ser/corpo se constrói, um agenciamento territorial. Trata-se de um movimento de “ritornelo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997[1980]; DELEUZE; GUATTARI, 1992) que permite a criação de um certo centro/espaco/território/sentido em meio ao caos, uma forma de organização do caos (Caosmos). O ritornelo é como um “ponto em um buraco negro” (TRINDADE, 2017, s/página), um centro de estabilização que emerge do caos, permitindo a constituição de um território. Ele funciona, portanto, como um meio e um ritmo de territorialização no processo de produção de territórios, que organiza as experiências dentro do território, estabelecendo fluxos e cadências que permitem uma interação dinâmica com o ambiente. Esse ritmo não é fixo; ele se adapta e muda conforme as experiências se acumulam, refletindo uma ética da experimentação que enfatiza a improvisação e a fluidez.

O ritornelo se manifesta em movimento circular, que se repete, mas que também se transforma, pois, toda a experiência vivida altera a própria percepção do território. Isso quer dizer que o ritornelo não trata apenas de uma repetição, visto que sua dinâmica possibilita sempre novas interpretações, arranjos e experiências.

[O ritornelo] é o ritmo que marca o território, são os meios de expressão, é a qualidade harmoniosa dos fluxos. Não é uma questão de medidas, mas sim de ritmos; impor ritmos, dar cadências, organizar velocidades. O ritornelo é um agenciamento territorial, é todo um conjunto de expressões e contrapontos que se desenham num ritmo. Mas é também o próprio movimento de passagem, por isso ritmo e não medida, é o próprio sair de seu terreno, criar trilhas. O território não se separa das linhas que o atravessam, por isso ele está sempre aberto para o caos. É como construir sua casa na beira do abismo (TRINDADE, 2017, s/página⁵).

O movimento do ritornelo se constitui de três momentos, ou ênfases, que se interpenetram - territorialização, desterritorialização, reterritorialização – e, como um agenciamento territorial, aponta sempre para uma possibilidade de fuga de um território,

⁴ Os conceitos molar e molecular (GUATTARI, 1985) se referem aos modelos de organização constituintes nos fluxos e nos agenciamentos, como dois modos de traçar a realidade. Os dois planos são indissociáveis e interpenetráveis. A ordem, ou plano, molar diz respeito aos territórios constituídos (casa, família, política de Estado, instituições) – às linhas duras e às estratificações que modelam e delimitam objetos, sujeitos e seus sistemas de referência e reprodução. A ordem molecular diz dos fluxos de desejo, de devir, das intensidades, do inconsciente e invisível; um fluxo que está sempre variando, se movimentando e se diferenciando no caminho da criação. No plano molecular predominam as linhas flexíveis que buscam desvios à sobre-codificação totalizadora das linhas duras e operam aberturas ao campo das multiplicidades.

⁵ TRINDADE, Rafael. Deleuze e Guattari – Ritornelo (e o jazz). Disponível em: Razão Inadequada <<https://razaoinadequada.com/2017/03/12/deleuze-ritornelo-e-o-jazz/>>. Acesso em: jan/2024.

abrindo-se para novos encontros e configurações. Buscamos alcançar um território (reterritorialização), habitamos esse território (territorialização) e lançamo-nos para fora dele em busca de outros territórios (desterritorialização). Esses movimentos implicam agenciamentos de toda ordem, assim, o processo de desterritorializar-se, diz respeito a abandonar certos territórios, constituir novos agenciamentos a fim de reterritorializar-se num território outro, o movimento nunca cessa (DELEUZE; GUATARRI, 1997[1980]). Ora se sai do caos para constituir um território, um agenciamento territorial⁶, ora se organiza um novo agenciamento, traçando um território em torno de uma certa delimitação⁷, e ora se abandona este centro do agenciamento territorial, saindo em busca de novos agenciamentos⁸. Trata-se de um processo constante de lançar-se, abandonar-se e improvisar-se.

Ao problematizar a noção de território enquanto processo, que trata de algo que se constitui a todo instante, na observação de um certo território qualquer, que aparentemente se apresenta fixo, é imprescindível atentar ao movimento e à relação entre seus elementos de composição. Visto que, é neles que se encontram as suas potências criadoras, as linhas e as forças presentes capazes de serem agenciadas transformando o território. É, pois, a partir da potência de vibração, do grau de agitação e da dinâmica de relação entre seus elementos que um território toma forma, se apresenta e é capaz de se transformar. No entanto, numa perspectiva clássica da geografia e dos estudos urbanos, o território poderia ser definido como o espaço físico, o espaço delimitado, caracterizado a partir de suas dimensões políticas, geográficas e culturais. Por vezes, o termo território também é confundido com espaço e/ou lugar.

No contexto desse estudo urbano, cabe atentar que há diferenciações em torno das categorias conceituais⁹ espaço, lugar e território. São termos bastante utilizados nos campos da

⁶ Primeiro aspecto do ritornelo, seu componente direcional, a busca em direção ao centro, ao ponto.

⁷ Segundo aspecto do ritornelo, seu componente dimensional, a busca pela construção de um espaço a ser habitado (o território formado ao redor do ponto). Aqui, as forças do caos são mantidas numa exterioridade, dando condições à criação de uma delimitação territorial - ritornelos a serviço de criar e consolidar o território.

⁸ Terceiro aspecto do ritornelo, componentes de passagem, de fuga, onde ocorrem interagenciamentos. Aqui as linhas de fuga, ou pontas de desterritorialização fazem do território uma instância provisória e transitória.

⁹ Michel De Certeau (1998) contribui sobre os conceitos de espaço e lugar. O autor se refere à ideia de lugar para indicar uma ordem topográfica, estável e delimitada pela distribuição de elementos específicos. Enquanto o espaço se faz a partir do uso e das "práticas do lugar", ou seja, pela operação de movimento dos elementos através das ações dos usuários no cotidiano. A rua, por exemplo, passa de lugar definido pelos urbanistas a espaço a partir do uso dos pedestres. Há um caráter existencial e corpóreo, portanto, no que tange a configuração das espacialidades enquanto experiência espacial dos corpos. As práticas do lugar, em Certeau, são exercidas na vida cotidiana, pelo homem comum, ordinário, que de modo lento, mas dinâmico, promove mudanças e usos, reinventando e recriando o cotidiano. Através de táticas, improviso e astúcia, os homens comuns driblam as regras e as estratégias das estruturas formais promovidas pelos postulados de poder e aproveitam-se das brechas para agir contra a passividade. A partir de Milton Santos (2002) o espaço é compreendido como um fato social, intrínseco às relações sociais como resultado histórico das determinações e ações humanas. Ao mesmo tempo produto e produtor, o espaço é encarado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. Na relação entre território e espaço, pela perspectiva de Milton Santos, pode-se dizer que a ideia de território na forma, enquanto limite político-administrativo, se relaciona com a de espaço geográfico, mas ao se inserir o conteúdo, referente às instâncias sociais de uso e apropriação do espaço, o território passa a ser compreendido como o espaço usado pela sociedade, produzido e marcado pelas relações de poder entre

geografia, das ciências sociais e do urbanismo, mas para o fim dessa análise que se desenvolve, duas questões são salientadas. Uma é de que esses conceitos não podem ser encarados enquanto sinônimos. A outra é que, ao visar discutir a emergência de estudos sobre processos de subjetivação na cidade, é principalmente sobre o conceito de território que a investigação se deterá. Em especial, o território analisado a partir do seu caráter relacional e processual (SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2019; DELEUZE; GUATTARI, 1992; 1997[1980]) e da multiplicidade de territórios e territorialidades coexistindo (SACK, 1986; HAESBAERT, 2019) nesse contexto atual urbano, e cuja disputa articula relações de força e poder (RAFFESTIN, 1993) num jogo entre macropoderes institucionalizados e micropoderes produzidos no cotidiano.

Na filosofia de Deleuze e Guattari o território é o resultado de um agenciamento. Eles partem de um sentido bastante amplo do conceito de território e o entendem como um dos conceitos chave da filosofia. Em suas abordagens, a dimensão do território vai desde o físico ao mental, do social ao psicológico, do galho de árvore ao pensamento. Para os autores, estamos constantemente construindo e abandonando territórios “cada um [...] procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 66). O território passa a ser compreendido como um processo de agenciamento que “comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário” (DELEUZE; GUATTARI, 1997[1980] p. 105). O território, portanto, seja existencial e/ou físico, “é um produto de uma territorialização” (Ibid.), um agenciamento entre elementos heterogêneos, materiais ou não, de diferentes escalas e naturezas, relacionados entre si e com uma organização interna que tenta estrategicamente se adaptar à complexidade do contexto. Constituindo um todo processual que não se explica pela soma de suas partes, visto que, cada parte está em função de outra, das singularidades de cada parte, da relação entre elas, e juntas formam o todo, o território, sempre em vias de se desterritorializar.

Como território urbano, a cidade é onde a vida se manifesta e se realiza enquanto sociedade. O território, nesse sentido, diz respeito à apropriação do espaço, ao espaço ocupado e produzido pela ação coletiva de seus múltiplos atores. Zona de permanente conflito e contradição, nele se exerce um campo de forças, concretizando-o como um produto processual do espaço e das relações interpessoais. Nele incidem e se relacionam todas as esferas da vida –

seus diversos atores. A teoria de Santos contribui para um encaminhamento de abertura acerca do conceito de território enquanto processo de produção por relações de uso e apropriação. Para o autor, o território por si só e enquanto mera forma, não corresponde a uma categoria de análise, e defende que o interesse ao estudo das ciências sociais é o conteúdo do território, ou seja, o processo histórico e cotidiano do uso do território, visto que revelam os diferentes agentes sociais e interesses atuando. Para categoria de análise, formula a concepção de “território usado” como sinônimo ao espaço habitado e construído por meio das ações e das relações humanas. O território usado, compreende forma e conteúdo, e se refere a uma noção de território em processo e em transformação a partir dos eventos que nele decorrem através das dinâmicas da sociedade.

cultura, poder, meio ambiente, sociedade, políticas, subjetividades e agentes de diferentes escalas.

E, assim como a realidade, o território urbano não está dado, ele é uma produção constante e processual a partir das forças das relações de poder em jogo, das diversas formas de apropriação do espaço urbano e dos diferentes agentes atuando. É nele que se apresenta a manifestação da vida social, num embate entre estratégias de dominação e táticas de emancipação (GUATTARI, ROLNIK, 2011). E, também, onde se espacializam os modos de subjetivação, pelas ações corporais que, ao se utilizarem do espaço, atualizam suas formas e suas funções. Ao se espacializarem, através das práticas de ação dos corpos, por suas atividades e usos cotidianos, por seus modos de habitar e ocupar, de se deslocar e explorar o ambiente urbano, promovem territorializações.

Investigar a cidade, compreendendo-a enquanto processo, sempre inacabado, implica atender aos movimentos de seus territórios, que ora se criam, mas logo se desfazem, num processo constante de desterritorialização e reterritorialização. A cidade revela-se pela diversidade das relações sociais e culturais, pelas práticas econômicas e ações políticas, que englobam e justapõem diferentes atividades e interesses relativos ao uso do solo, à estética arquitetônica e demais decisões e práticas urbanísticas. São múltiplos os agentes e atores (SANTOS, 2002) envolvidos no processo de produção do território urbano, constituindo suas dinâmicas e sua paisagem. Assim, a cidade vai se modelando pela ação dos proprietários dos meios de produção - sobretudo as grandes empresas e indústrias, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado – entre disputas e negociações com os diferentes grupos sociais (por vezes excluídos das decisões).

Os interesses políticos e econômicos, o capital e as grandes empresas comandam as decisões acerca do território urbano, vislumbrado como instrumento de exercício de poder. O enfrentamento pelo domínio sobre zonas de petróleo e zonas de fronteiras, por exemplo, estão cada vez mais tensos e a eminência de guerras se espalham pelo planeta¹⁰. A cidade mercantilizada atende às demandas exploratórias e especulativas do mercado e da economia, numa lógica que passou a constituir as coisas do mundo em mercadorias como se o consumo fosse o próprio sentido da vida. A privatização do espaço urbano, por exemplo, deixa nebulosa a

¹⁰ Como exemplo, a guerra em curso no Leste do continente europeu entre Rússia e Ucrânia, relacionada a questões políticas, étnicas e territoriais. O conflito tem origens nas tensões entre os países a partir de 2014, quando a Crimeia foi anexada ao território russo e grupos separatistas alinhados politicamente com a Rússia passaram a agir na região de Donbass, leste da Ucrânia. Em 2022, a guerra é deflagrada com a invasão de tropas russas no território ucraniano. O conflito armado, marcado por ataques com mísseis, drones e a iminência do uso de armas nucleares já resultou em milhares de mortes, deslocamento de pessoas (milhões de refugiados) e tensões geopolíticas, além de indicar os novos rumos acerca das guerras nessa contemporaneidade.

noção do que é público no meio urbano. E assim, práticas de domínio sobre os espaços da cidade e políticas de exclusão deslocam parte do contingente social para as bordas da cidade carentes de infraestrutura, incentivam remoções forçadas ou não forçadas, e a gentrificação. Dentre as marcas deixadas nas cidades por esses mecanismos políticos e econômicos evidencia-se a segregação socioespacial, pela criação de zonas nobres dotadas de infraestrutura em contraste com a periferização e o abandono de populações e espaços em outras zonas da cidade.

Assim, quem concentra o capital - grande instrumento de domínio - passa a estabelecer também maior força nas relações de poder e nas decisões sobre as cidades. Esses são os mesmos agentes que dominam os discursos e os enunciados reproduzidos na sociedade como forma de controle político dos corpos, do desejo, da produção de subjetividade e do território urbano. Tais formas de domínio engendradas pelas forças do regime dominante atuam diretamente sobre os corpos produzindo e conservando modos de subjetivação capitalísticos como o assujeitamento, o individualismo, a descorporificação dos espaços públicos, o empobrecimento da experiência urbana, o consumo, o medo, a violência e o enfraquecimento do poder social e coletivo. Trata-se de um processo que intenta enfraquecer as forças vitais dos corpos e sua potência desejante de ação e criação.

A sociedade contemporânea, complexa e rizomática, se manifesta nesse início de séc. XXI como a sociedade do cansaço e do desempenho (HAN, 2017) que combina as marcas deixadas pelo regime disciplinar (FOUCAULT, 2007[1975]) e pela sociedade moderna, dos corpos-indivíduos, da disciplina, dos micropoderes e da biopolítica (FOUCAULT, 1999[1976]), passando pela sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003[1967]), e do controle (DELEUZE, 1992) sobre uma massa de corpos e que desenvolveu novas formas de dominação por meio do biopoder visando controlar o próprio agenciamento da vida, somadas às novas políticas de controle sócio territorial atuais.

Através de um conjunto de mecanismos e ferramentas políticas a dominação sobre a sociedade se realiza de múltiplos modos, e por todos os lados, na forma de micropoderes. Uma “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2007[1975]) que se instala de maneira estratégica sobre os corpos, na base dos seus processos de subjetivação, fazendo com que mesmo que os aparelhos dominantes de poder mudem radicalmente, os micropoderes continuam a funcionar. Visto que, é colocada em ação pelo funcionamento sutil e difuso das estratégias de domínio dos aparelhos e instituições vigentes. E, assim, os biomecanismos disciplinar (controle do corpo) e regulador (controle da população), através das instituições que os promovem, têm sido grandes agentes no processo de produção de subjetividade.

As tecnologias de poder biopolíticas se estendem por todos os campos e domínios econômicos, sociais e políticos, no nível macro e no micropolítico. Elas agem de forma maquínica, atingindo todos os níveis da vida, de forma sistêmica, atuando nas formas de relação interpessoal, ambiental e política, até as formas de habitar, gerir, usar e produzir as cidades - inibindo o poder da sociedade enquanto corpo social potente de criação, que toma força na união dos corpos, no poder do coletivo e da multidão (HARDT; NEGRI, 2016). E, nessa contemporaneidade, têm se manifestado ainda noutras práticas de controle sobre a vida e a morte das pessoas, sob formas de tecnologias de poder como a pscipolítica (HAN, 2018) e a necropolítica (MBEMBE, 2016).

Em suas diferentes formas, esses biomecanismos se articulam e incidem nos processos de subjetivação conduzindo à normalização e à homogeneização de condutas, comportamentos e modos de existência – são os modos de subjetivação capitalísticos (GUATTARI; ROLNIK, 2011). Se instalam na sociedade atitudes racistas e xenófobas, mas aparentemente ‘naturais’, em nome dos ideais de progresso, sucesso, beleza e juventude. O sagrado *versus* o profano e toda prerrogativa de delinear as fronteiras que separam a vida digna da vida indigna de ser vivida - vida nua (AGAMBEN, 2007b).

Constituem-se subjetividades que, mesmo opondo-se ao poder, o reproduz na sua rede de relações cotidianas, pois as pequenas relações de poder sustentam e reproduzem as grandes relações de poder. Visto que, a subjetividade resulta de um processo do mundo no corpo (ROLNIK, 2018), por processos de subjetivação, que tanto se compõem como atuam associados a uma multiplicidade de vetores (GUATTARI; ROLNIK, 2011), num processo eminentemente coletivo e político. É no corpo e através dele que a apreensão do mundo e a experiência da subjetividade acontecem.

Uma sociedade hierarquizada e autoritária, fortemente marcada, no contexto latino-americano, pela desigualdade civil, econômica, política e social. Sociedade da cultura individualista, capitalista e financeirizada, do acúmulo e do consumo, e cuja noção de poder ainda é tratada como algo transcendente, que apenas alguns têm acesso. Nas mãos de poucos está o destino de tantos. Tal modelo de sociedade expressa modos de subjetivação alienantes e submissos, e materializam formas espaciais de territorialização também desiguais no território urbano da cidade mercantilizada.

Os mecanismos de controle se espacializam na cidade através de câmeras de vigilância e cercamentos. Somos registrados, filmados e controlados a todo o momento, mesmo sem perceber, a disciplina e o controle se mantêm. O controle se manifesta também através de códigos, narrativas e enunciados ditando regras de conduta e comportamento pré-estabelecidos,

como modelos prontos que tentam moldar o corpo social aos padrões morais e hegemônicos. E, assim, de forma difusa e constante, os regimes do controle e da biopolítica exercem uma forma de poder sobre a população reprimindo qualquer manifestação ou existência excêntrica aos modelos normativos. Através de táticas sutis de dominação e assujeitamento, sejam psicológicas ou técnicas, as capacidades do ser/cidadão enquanto corpo político são amortecidas.

Mas, não se trata de um processo de dominação centralizado, visto que, não existe o poder, mas relações de poder (FOUCAULT, 2007[1975]). Assim, o Estado, as grandes instituições e os movimentos sociais estão em constante relações de poder e disputas, num campo de forças onde alguns setores passam a exercer força maior através de uma rede de dispositivos e mecanismos de controle que atravessam toda a sociedade. Uma operação de relação de forças onde não há dominados e dominantes, pois “passa tanto pelas forças dominadas como pelas dominantes, constituindo ambas singularidades” (DELEUZE, 2005 [1986], p. 44). Ou seja, as relações de poder não se encontram no exterior, elas passam por e através do interior dos corpos, marcando-os, subjetivando-os. Num processo em que saber e poder se entrecruzam e se apoiam, colocando em funcionamento diversos mecanismos de dominação e submissão em coexistência com táticas de enfrentamento e empoderamento. Há diferença entre relações de poder, inerentes à vida política e social, e estados de dominação, que ocorrem quando algum dos envolvidos na relação perde a liberdade e a potência de criação.

Nesse contexto, há sempre a possibilidade de alteração dessas forças, pois como a microfísica e as tecnologias de controle e poder se apresentam num campo difuso com grande potência tanto de prolongar e sustentar o poder como de transformá-lo - entre os grandes mecanismos, aparelhos do Estado e corpo social - um campo de liberdade também pode se abrir permitindo movimentos de ruptura e mudança de posição nessa rede de forças. E, como lembra Foucault (2007[1975]), onde há poder de dominação há sempre a possibilidade da criação de contrapoderes de resistência. Sobre a liberdade Foucault (ibid.) considera que é ao mesmo tempo um direito e um bem pertencente a todos. É justo sobre ela que os aparelhos disciplinares e de controle operam, coagindo sua realização.

Mas, o território trata de um processo, constituído por uma multiplicidade de agentes agindo e formando o território, assim, ações macro e micropolíticas coexistem nessa produção. Então, se, por um lado, os mecanismos de agenciamento e dominação do território urbano, pelos fortes agentes controladores da produção do espaço urbano, caminham no sentido da dominação e de fechamento do território, incentivando um tipo de modelo de habitar, da arquitetura do medo, dos abandonos, dos condomínios fechados, dos bairros privados, da

periferização e do esvaziamento dos centros, e que produzem corpos docilizados e sujeitados às estratégias de domínio; por outro lado, na esfera da vida cotidiana, através do uso do espaço, de práticas do lugar, também emergem um conjunto de ações e movimentos coletivos de resistência e luta que fogem e subvertem a ordem e o controle.

Certeau (1998) considera essas formas de reagir da sociedade contra os poderes e as instituições como possibilidades de futuro, microrresistências fundadas em microliberdades, e não como ameaças. Ao evocar a liberdade a partir da prática dos lugares, o autor investe na ideia de que alguns procedimentos populares jogam com os mecanismos e dispositivos de dominação deslocando-os a fim de alterá-los. Trata-se de maneiras ou “artes de fazer” (CERTEAU, 1998, p.43) do cotidiano, pela reapropriação dos espaços organizados e seus usos determinados pelo regime operante e suas instituições. Enquanto táticas de resistência, tais ações operam produzindo acontecimentos diferenciadores, alterando objetos e códigos, acionando os saberes populares e direcionando o corpo social ao empreendimento de redes de ações, de uma multidão anônima, capazes de inventar maneiras de viver frente a ordem social e a violência das coisas.

Dentre essas práticas de apropriação a partir do uso dos espaços da cidade estão aquelas produzidas pelos moradores de rua, eventos culturais, feiras, movimentos sociais de protesto¹¹ que utilizam as ruas com palco de caminhadas e ações, pelas escritas urbanas¹², pelas ocupações¹³ de imóveis e terrenos sem uso, pelas intervenções e instalações artísticas, pelos músicos de rua, pelos artesãos, entre outras. Tais dinâmicas, quando são capazes de impulsionar a criação de outras realidades e potencializar a existência de diferentes modos de vida e de experiência corporal urbana, podem ser entendidas enquanto micropolíticas ativas e territorializantes sobre o espaço urbano. E, ao [re]existirem coletivamente frente ao sistema urbano e social dominante, movimentando e transformando o território, também afirmam outros modos de uso e de leitura da cidade, questionam seus abandonos e as políticas públicas excludentes produzidas pelos agentes e dispositivos de controle hegemônicos.

Na incidência sobre a cidade, quando tais dinâmicas operam agenciamentos coletivos de enunciação, através de ações e encontros com potência em *affectar* a relação corpo-cidade,

¹¹ O MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), o MST (Movimento dos Sem Terra), o MNRU Movimento Nacional pela Reforma Urbana), o movimento feminista, o movimento negro, as manifestações políticas e partidárias, os trabalhadores grevistas, os artistas, os estudantes.

¹² As escritas urbanas se referem às grafias e narrativas impressas nos planos da cidade em forma de *graffiti*, pichação, lambe, *stencil* e projeções. A investigação acerca das escritas urbanas enquanto ferramentas de protesto e leitura da cidade foram desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada “Cidade, corpo e escritas urbanas: cartografia no espaço público contemporâneo” (HYPOLITO, 2015).

¹³ Pode-se citar dentre os agentes que promovem ocupações no meio urbano: indígenas, negros, quilombolas, mulheres, trabalhadores, estudantes.

modificando-os, atravessando-os e produzindo-os coletivamente, acionam forças disruptivas e dessubjetivantes. São práticas produzidas por diferentes corpos e coletivos sociais que almejam transformar o cenário dado através de singulares táticas de ocupação e de apropriação dos espaços da cidade. E que, ao se espacializarem, promovendo [des][re]territorializações, também irrompem processos na subjetividade, pois quando movimentam a estrutura do território operam linhas de fuga¹⁴ (DELEUZE; PARNET, 1998), desterritorializantes, forçando os corpos a elaborarem novos arranjos de habitar, ocupar e existir sobre e por meio do território urbano dado.

Ao produzirem linhas de fuga no sistema dominante, tensionam as relações de poder e de controle, os consensos estabelecidos e os modos de subjetivação assujeitadores que o regime produz. Os agentes em ação nesses processos criativos de microrresistências, ou “micropolíticas urbanas” (GUIZZO, 2008), passam a promover fissuras no sistema e no planejamento urbano da cidade determinada pelos modelos do pensamento único hegemônico. Ao produzirem aberturas nos territórios urbanos, se apropriando deles e criando neles territorializações não previstas, enunciam outras formas de produzir cidade, num processo que implica, inevitavelmente, corpo em união com outros corpos.

A natureza micropolítica ativa (ROLNIK, 2018) das práticas sociais e da luta urbana indicam que novos modos de subjetivação podem emergir, modos singulares de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 2011), atuando sobre o micropoder individual e coletivo, e, assim, a microfísica do poder pode ser confrontada e modificada, pois o poder não é apenas repressivo ele também é produção. Na disputa com as formas de dominação vigentes calcadas no individualismo e na reprodução dos discursos dominantes, seus agentes enunciam saberes e fazeres, operam na própria produção do território urbano e insistem na invenção de diferentes modos de existência na cidade. A subjetividade que se produz é a da capacidade de compor novos arranjos espaciais, singulares para cada lugar, de formar coletividades e agrupamentos, de promover territorialidades, de desestabilizar a rigidez dos parâmetros ditados.

Propõe-se, portanto, um estudo do espaço urbano a partir da produção da diferença (DELEUZE, 2000[1968]), das multiplicidades, dos *affectos* e dos encontros, dos conflitos e dos enfrentamentos engendrados na produção da cidade. Compreendendo o conceito de diferença como uma abordagem filosófica para entender o mundo – central na filosofia de Deleuze e Guattari - que valoriza a complexidade, a diversidade e o potencial criativo das relações,

¹⁴ Linhas de fuga são entendidas aqui como forças que rompem com um movimento inerte, que desestabilizam as ações corriqueiras. São ações e movimentos que se produzem por rupturas, por resistências, que fogem ao padrão, que propõem outras maneiras de agir, e assim são capazes de produzir diferenças. “A linha de fuga é uma desterritorialização” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 30).

desafiando as noções de identidade e representação, e abrindo espaço para celebrar outras formas de pensar, ser, viver e se relacionar. A fim de visibilizar algumas práticas do cotidiano, de homens, mulheres e dissidências comuns que, organizados em coletivos, operam dinâmicas e táticas urbanas capazes de desestabilizar o território pré-definido provocando outros modos de ver, pensar, sentir e usar a cidade. Ações que, acionadas por corpos desejantes por igualdade, acionam modos de subjetivação que operam na construção de outros possíveis no território urbano. Corpos que, na luta urbana com as estratégias macropolíticas, ocupam os espaços abandonados e ociosos da cidade reativando-os (GUIZZO, 2008) e coproduzindo o território nos enfrentamentos micropolíticos do dia a dia.

Pensar e pesquisar pela ótica da diferença implica ultrapassar os modelos representacionais, as estruturas lógicas e hegemônicas. É na diferença e não na semelhança onde reside o poder do pensamento, as leis da natureza e a capacidade de transformação. A diferença não trata de “diferença entre coisas identificáveis, mas no sentido de variações abertas” (WILLIAMS, 2013, p. 16-17), são processos de diferenciação. A produção da diferença se refere a produzir fissuras, rupturas, nas estruturas determinadas, operando alguma coisa não determinada, que desfaz os territórios ampliando e atravessando os seus limites, num sentido de transvalorar, movimentar, fazer vaziar, desterritorializar. Pois, uma estrutura consiste em algo que mantém uma organização de funcionamento prévia e pode ser vista “como o limite do conhecimento de uma coisa, onde tal limite é a condição para a evolução e a intensidade viva de algo” (Ibid., p. 84). Quando uma estrutura se rompe, opera um vazamento, uma diferença, um fluxo de forças, ela deixa de ser a estrutura primeira e passa a ser outra coisa. É nesse intermeio, nessa zona de forças que habita a diferença.

A diferença é aqui entendida, portanto, como um processo dinâmico e criativo, ato de produção contínua. Isso implica perceber o ser/corpo enquanto multiplicidade em constante devir que existe em sua própria singularidade e, por não poder ser reduzido a uma única identidade ou essência fixa, novas possibilidades e arranjos estão sempre em vias de emergir a partir das interações que se permite estabelecer. A ética da diferença valoriza a diversidade e a singularidade, enfatizando a importância de se criar novas conexões e perspectivas. Uma ética que aciona a escuta para que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e reconhecidas num campo aberto de heterogêneos.

A filosofia da diferença¹⁵ atenta aos acontecimentos (DELEUZE, 2000[1986]), se interessa pela pluralidade, a variação, a multiplicidade, a diversidade e a singularidade. Trabalha no nível da interdisciplinaridade e entende que os corpos, assim como a ciência, o pensamento e o conhecimento, estão constantemente se relacionando, se transformando e se constituindo num processo constante de criações sempre implicadas e engendradas. Uma filosofia prática então, um novo modo de entender a vida e o homem, que constrói seu pensamento a partir da diferença, do que escapa, das fissuras, dos signos emitidos na exterioridade e dos *affectos* que produz; que se interessa menos pelas semelhanças e identidades e mais pelas singularidades e diversidades. Trata-se de uma ruptura com as estruturas pré-determinadas e seus paradigmas. Um modo de pensar, um exercício do pensamento, onde os conceitos são colocados em funcionamento, e cuja realidade se dá como construção social coletiva.

Pensar pelo viés da diferença tende a liberar o pensamento de sua função recognitiva fazendo dele uma potência criadora onde não há lugar para as universalidades do *É* e dos significados. Trata-se do reconhecimento da diferença como campo epistemológico orientando o pensar-fazer-agir-criar que conduz a um modo de pesquisa prática e integrada onde ação e reflexão se entrelaçam. E, por valorizar a multiplicidade e as singularidades dos modos de ser, saber, fazer e produzir conhecimento, o movimento do pensamento opera negando as representações, pois entende que uma coisa não pode significar ou representar outra, estar no lugar de outra coisa, e, menos ainda, apresentar suas relações. A lógica dessa operação nega também as identidades plenas, as homogeneidades e a transcendência; e entende que quando algo é nominado isso se dá em todo um conjunto, uma heterogeneidade. Os três inimigos do pensamento da diferença de Deleuze são o significado (*é*), a organização (estrutura) e o sujeito (eu, meu, identidade).

No processo de ruptura um plano de imanência é traçado, como um “corte no caos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 44), faz-se um plano de consistência, num aqui e agora. O plano visibiliza as intensidades - a potência da diferença ou do desigual em si -, e enfatiza a multiplicidade das experiências e a singularidade dos eventos. Cada elemento no plano é uma hecceidade (um acontecimento, um evento único) que contribui para a composição de uma rede complexa de relações. Como campo intensivo, na imanência as potências e virtualidades se conectam, permitindo um fluxo contínuo de atualizações capazes de gerar novas singularidades, experiências e realidades como um processo criativo em constante transformação. O plano de

¹⁵ Os filósofos da Diferença, como Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995), Félix Guattari (1930-1992), Fernand Deligny (1913-1996) e Jacques Derrida (1930-2004), bebem em Espinoza (1632-1677), Bergson (1859-1941) e Nietzsche (1844-1900).

imanência rejeita a transcendência e potencializa a interconexão entre os elementos, realizando o ser como uma multiplicidade em fluxo dinâmico e transformação constante, e a vida como um conjunto de intensidades que se inter-relacionam. É na imanência que a diferença se realiza.

Cartografar o território urbano contemporâneo pela perspectiva da diferença, reconhecendo a sua complexidade, implica valorizar as diferentes linhas, campos de força e intensidades que lhe compõe e que se encontram em constante processo de transformação. Enxergando tanto as práticas de controle e dominação, quanto as táticas não hegemônicas de ocupação da cidade. Tal enfoque, se justifica principalmente pelo fato de que não parece mais possível superar esse estado de coisas, de um mundo em colapso, através das tradicionais práticas de planejamento urbano e dos estudos acerca do pensamento urbanístico que privilegiam os interesses econômicos e políticos das classes dominantes e das narrativas oficiais, e que não fazem outra coisa a não ser a reprodução dos mesmos paradigmas. Esse modelo de produção de cidade que, pelo menos desde o mundo moderno, foca no problema buscando soluções pontuais e onde o urbanista se posiciona com neutralidade frente aos aspectos sócio-político-ambiental-urbano desde o estudo até o projeto urbano, demonstra seu fracasso.

Os estudos e as práticas urbanísticas da cidade contemporânea - periferizada, fragmentada e desigual - necessitam atentar às diferenças, às dissidências, aos conflitos e aos vazamentos promovidos pelo corpo social em suas práticas disruptivas de luta urbana cotidiana sobre a estrutura normativa e dominante, a fim de estabelecer uma leitura mais próxima da realidade urbana em processo. São milhões de pesquisas e ações, nas mais diversas áreas do conhecimento, promovendo a atualização dos estudos e dos métodos de investigação sobre os processos e os fenômenos urbanos. Pesquisas que criam pequenos cortes - planos de imanência - no caos e nas estruturas a fim de analisar a relação entre seus elementos e suas intensidades. É nessa rede de produção de conhecimento não hegemônico que a escrita se apoia e tece diálogos. Visto que, para a construção de um pensamento atualizado acerca do urbano é preciso ir além dos aspectos relativos à sua forma e ordenação, mas ao que transborda e contraria a ordem do desenho urbano, expressos nos conflitos, nas ocupações, nas reivindicações de seus habitantes, nas lutas urbanas por direito ao território e às suas diferentes formas de vida.

Ao aproximar os processos de subjetivação e a problemática urbana, agenciando a investigação com teorias do urbanismo e da filosofia da diferença pretende-se ampliar e aprofundar o conhecimento acerca dos fenômenos urbanos contemporâneos. Além de valorizar e trazer para o campo científico da área do urbanismo a importância da cidade como campo de produção de subjetividade. E, entendendo o caráter processual do território, a natureza

micropolítica ativa da prática dos movimentos sociais, das ocupações urbanas e a produção de subjetividade nesse contexto, a pesquisa aposta numa investigação cartográfica.

A cartografia enquanto método de pesquisa, formulada nos anos 80 pelos filósofos franceses DELEUZE e GUATTARI (1995) e difundida em diversas áreas do conhecimento na atualidade (ROLNIK, 2011, KASTRUP *et al*, 2010, JACQUES; BRITTO, 2008) visa um modo de mapear a realidade acompanhando processos em transformação. Enquanto método inventivo que não pretende um fim ou algum tipo de representação, a cartografia agencia dados, dá enfoque ao não oficial, à relação entre os componentes de um processo e ao mapeamento das subjetividades. No contexto urbano, o método possibilita uma investigação que visibiliza os *affectos*, as *afecções* e os modos de subjetivação implicados no processo de produção de territórios. Como uma cartografia do sensível, que considera os efeitos do processo, o campo das intensidades e dos encontros na relação corpo-cidade, e que não homogeneiza os elementos que passam a compor os mapas, mas valoriza a coexistência de suas singularidades enquanto potências de criação de realidades.

Para a confecção dessa tese, investiu-se numa Cartografia dos *Affectos*, método em diálogo com a “cartografia sentimental” de Suely Rolnik (2011) e com as “cartografias do desejo” de Rolnik e Guattari (2011), por acreditar na emergência de métodos inventivos no campo dos estudos urbanos, apoiados na multiplicidade dos saberes e ações contracapitalísticas, nas diferentes narrativas urbanas, no conflito das diferenças e do que se encontra em processo, para pensar e problematizar a produção de cidade no contexto do planejamento urbano vigente.

Embarcar numa cartografia dos *affectos* exige reconhecer que a colheita de dados se fez implicada pelos *affectos* que pediram passagem durante o percurso da investigação. *Affectos* alegres e tristes, que nos bons e maus encontros fizeram variar a potência de ação dos corpos – investigados e investigador (cartógrafo) – e dos territórios habitados. Trata-se de uma abertura epistemológica para as multiplicidades e as heterogeneidades que compõem a produção do território urbano valorizando as *afecções*, as singularidades e a diferença do corpo social enquanto linhas de forças potentes e transformadoras na co-produção urbana. O processo se fez tramando relações entre direito e produção de cidade, conflitos, subjetividade e singularidades no âmbito do contexto homogeneizador que os planos urbanísticos têm desenvolvido e que as políticas do desejo do sistema dominante insistem em desenvolver e preservar.

Partindo de um panorama do espaço urbano enquanto lugar de conflito, de práticas de dominação e de enfrentamento das relações de poder, da noção processual de território e a complexidade de sua produção, a investigação foi ao encontro de algumas dinâmicas

[des]territorializantes produzidas por corpos desobedientes (GROS, 2018) em coletividades que espacializam suas lutas na forma de ocupações urbanas. A fim de contribuir na produção de um pensamento urbano ético, estético e político, se abre à multiplicidade das vozes das narrativas sociais, das minorias, potencializando os conflitos e o convívio entre as diferenças e visibilizando alternativas de criação de uma realidade social mais democrática. Para tanto, o estudo problematiza as estratégias históricas dos agentes de dominação e controle sociais e se debruça sobre as linhas de fuga lançadas pelos movimentos microrrevolucionários do cotidiano e produtores de vazamentos na/da estrutura da cidade, acompanhando e cartografando algumas táticas de ocupação urbana.

Investir num mapeio que evidencia as ações de ruptura enquanto micropolíticas ativas, as revoluções moleculares urbanas, que se fazem por agenciamentos coletivos de enunciação e que se constituem a partir do uso e da prática cotidiana da cidade, implica ir em busca das políticas do desejo (ROLNIK, 2018) e dos *affectos* revolucionários que remetem a práticas de singularização. Assim, no encontro investigativo com as ocupações urbanas e seus agentes atuantes, propõe-se uma problematização atualizada acerca dos acontecimentos e dos fenômenos urbanos por meio de uma abordagem teórico-filosófica que possibilite o reconhecimento de uma produção de cidade a partir de processos de territorialização contracapitalísticos e contra-hegemônicos que engendram modos de subjetivação libertadores e empoderadores.

Nesse sentido, a investigação atenta às ocupações enquanto agenciamentos coletivos capazes de enunciar modos singulares dos corpos experimentarem, se relacionarem, ocuparem e produzirem a cidade. Refletindo sobre as composições, as tramas e as redes que tecem através de ações [des]territorializantes, e que parecem ser capazes de criar novos discursos ou enfraquecer alguns enunciados produzidos pela mídia, pelo Estado e pelas instituições dominantes. Um exercício crítico e reflexivo, a partir do qual interessa mais atualizar algumas perguntas feitas aos fenômenos do que a busca de resoluções. Trata-se de problematizar os critérios dominantes ancorados na legitimação, na hierarquia, no funcionalismo e no disciplinamento produtores de uma sociedade marcada por relações sociais e econômicas desiguais e pela crise da subjetividade (ROLNIK, 2018), mas onde algumas manifestações e práticas sociais urbanas, como as ocupações, se revelam enquanto dispositivos capazes de acionar ações potentes de resistência. Uma forma de resistir e de re-existir, impulsionando devires, criando fissuras ou se aproveitando das próprias rachaduras existentes nas estruturas de poder a fim de produzir modos de subjetivação mais singulares e emancipatórios.

Visto que, apesar dos mecanismos de controle e dominação vigentes agirem diretamente sobre as políticas de desejo dos corpos, em suas potências vitais de transformação, esses mesmos corpos são capazes de operar forças de resistência, por meio de táticas criativas de luta contra os modos capitalísticos de assujeitamento e dominação. Uma luta que está no nível dos *afectos*, dessas variações de potência dos corpos no encontro com outros corpos, capazes de lhes lançar à criação de modos singulares de habitar, existir e co-criar cidade. Ao confrontarem os padrões normativos e criarem alternativas de existência no território urbano abandonado suas ações deflagram os conflitos e os dissensos em meio ao regime colonial-racializante-capitalista no qual se encontram e sobrevivem, impulsionados, especialmente, pelos *afectos* produzidos nos encontros e nas redes que tecem com outros movimentos de luta social.

Mas, não se sabe o que podem os *afectos* provocar *a priori*, portanto, investir numa perspectiva dos *afectos* requer explorar uma zona do desconhecido, mas também uma zona de possíveis. E, como estão na dimensão do imaterial, cartografar a produção de *afectos* implica olhar atento à produção de símbolos, códigos, imagens, informações, ideias, discursos, territorializações e corporeidades. Investigar a materialidade dos *afectos*, como se expressam, é colocar a dimensão corporal como problemática central e um desvio crítico na forma de olhar e investigar a cidade.

A Cartografia dos *Afectos* proposta quis compor algumas pistas sobre “o que enunciam os *afectos* produzidos na prática corporal das ocupações urbanas?”; “quais modos de subjetivação singulares produzem?”; “e como *afectam* a produção do território, de maneira singular, produzindo diferença/vazamentos na cidade?” Para isso, parte primeiro de uma cartografia que busca salientar aspectos correlativos e comuns expressos no fenômeno das ocupações no Brasil (BOULOS, 2012), em especial nas grandes cidades e capitais, através de materiais textuais produzidos por outros autores, audiovisuais sobre a temática e materiais encontrados na mídia e nas redes sociais das próprias ocupações no contexto brasileiro. Na sequência, a pesquisadora investe em cartografar a experiência da ocupação Kilombo Urbano - Canto de Conexão, localizada na cidade de Pelotas/RS, a fim de analisar, articulando com o pensamento da filosofia da diferença e das teorias urbanas, o processo de territorialização em curso, as ações criadas e o modo como incidem na subjetividade de seus ocupantes e na produção da cidade. Como aportes metodológicos foram utilizadas entrevistas, observação *in loco*, levantamento de dados historiográficos e pesquisa bibliográfica de trabalhos com o mesmo foco temático, para o respaldo teórico-metodológico do estudo em questão.

A tese afirma que os processos de territorialização promovidos pelas ocupações urbanas, enquanto microrrevoluções nas cidades contemporâneas, incluindo as cidades médias não capitais do Brasil, engendram territorializações e subjetividades disruptivas sobre as territorialidades estabelecidas, reativando ociosidades e expandindo o território. Através de táticas de ocupação autogeridas e coletivas, atores e agentes se espacializam na cidade e, assim, instauram modos singulares e anticapitalísticos de viver, habitar e subjetivar produzindo uma cidade da diferença movida por *affectos* libertários, transgressores e empoderadores comuns. Trata-se de um processo de abertura e de movimentação de corpos e territórios por meio de um arranjo de agenciamento entre vetores de forças, multiplicidades, subjetividades e territorialidades. Pelo direito à cidade e à moradia, a luta urbana de corpos desobedientes - organizados em grupos e coletivos sociais - se espacializa desviando dos tentáculos das forças hegemônicas capitalísticas, ocupando e reativando espaços e arquiteturas ociosas, criando espaços de liberdade no território urbano e fazendo emergir uma Cidade da Diferença.

O planejamento urbano enquanto ação de intervenção sobre uma realidade deveria, além de produzir realidades e transformá-las, ser capaz de reconhecer, indicar, ou incluir, outras possibilidades de se viver nas cidades. Nesse sentido, a tese se constrói no encontro com dinâmicas de ocupação da cidade, produzidas por agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos, que não são incluídas no planejamento tradicional, no entanto, indicam caminhos possíveis para a criação de uma urbanidade mais criativa, corporificada e inclusiva.

Cabe salientar, por fim, que essa tese foi produzida em meio às incertezas e às crises todas que o caos pandêmico e a situação política no Brasil (2018-2022) engendrou e marcou no corpo dessa mulher-pesquisadora-cartógrafa-arquiteta-urbanista-artista-professora-filha-amiga e eterna estudante e aprendiz. Um processo que necessitou paradas longas e rápidas corridas, numa trama de sobrevivência e de mortes, de medo, lágrimas, ansiedades e despedidas, de momentos depressivos, análise e medicações, mas também de encontros e *affectos* alegres com uma rede de parcerias incríveis sem as quais, provavelmente, não teria sido possível seguir. Um misto de *affectos*, sensibilidades e coragem que também marcaram os corpos e o território construído pela Ocupa Kilombo Urbano Canto de Conexão e que, confesso, ter me mostrado, novamente, que é na aposta da coletividade e nas relações de amor e cuidado com o outro que as forças da vida se refazem. A maneira como o grupo conseguiu se manter junto e saudável, e as ações de solidariedade que continuaram a realizar, mesmo em confinamento, demonstram que a seta da bússola que estão seguindo indica um caminho na construção de um mundo um pouco mais possível.

1. CIDADE OCUPADA: UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA MOVIDA PELO AFECTO

O·CU·PAR¹⁶

v.t.d (lat. occupare)

1. *Apoderar-se ou tornar-se dono de algo.*
2. *Invadir determinado espaço e aí permanecer; tomar.*
3. *Estabelecer-se em determinado lugar; habitar, residir.*
4. *Desenvolver determinada atividade.*

O·CU·PA·ÇÃO

s.f. (lat. occupatio)

1. *Ato ou efeito de ocupar ou de se apoderar de qualquer coisa.*
2. *Ato de apropriar-se de um bem móvel, sem dono ou que foi abandonado.*
3. *Ação de invadir um lugar ou espaço e lá permanecer, geralmente de modo arbitrário.*
4. *Atividade de qualquer ordem que se realiza por determinado período de tempo.*

O·CU·PA·DO(A)

adj.

1. *Que se ocupou.*
2. *Que não está livre ou vago; preenchido.*
3. *Que se encontra envolvido em alguma atividade.*
4. *Que teve seu controle tomado à força; dominado.*

O termo ocupação pode expressar tanto a posse ou o estabelecimento de/em um lugar, espaço e território, quanto no sentido de realização de uma atividade. De todas as formas indica uma prática de ação corpórea em um espaço-tempo, quer seja contínua ou temporária, dinâmica ou estacionária, coletiva ou individual.

Ocupações urbanas se referem às distintas formas de ocupar a cidade, às táticas de apropriação de seus espaços e arquiteturas, que tanto podem designar desvios quanto obediências. Quando obedientes ou “ocupações disciplinadas” (RESENDE; ROCHA, 2019) podem ser expressas pelas práticas que, mesmo ao promoverem usos diferenciados nos espaços da cidade, seguem a ordem obedecendo a organização e o monitoramento dos agentes de gestão e controle sobre o território urbano. São os eventos culturais, gastronômicos, religiosos, comemorativos, feiras e atividades artísticas, alguns trabalhadores informais e ambulantes, entre outros, que promovem usos atípicos no território e podem até mesmo operar processos de

¹⁶ Definições segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Fonte disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>> Acesso em out. 2020.

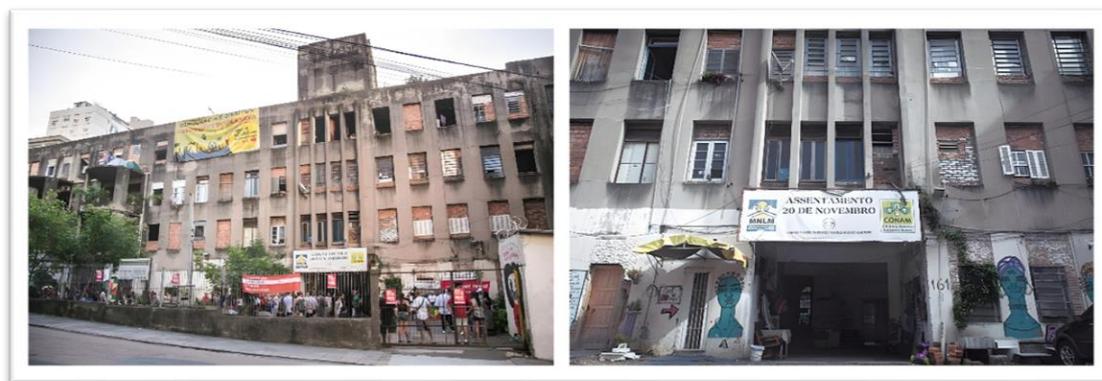
territorialização temporários, movimentando o território estabelecido, mas são autorizados para tal. Portanto, dependem de autorização antecipada para a realização das atividades. No caso de feiras e eventos gratuitos, fazem uso do espaço público estabelecendo certos zoneamentos, promovem a integração, agregam públicos variados e, por vezes, são atividades que se prestam a visitas turísticas e de fomento à economia e à cultura local. Quando são eventos pagos criam setorizações que dividem o espaço comum, público, conformando em espaço privado e exclusivo aos pagantes através de barreiras físicas e seguranças. Nesses casos, operam um tipo de hierarquização sobre o território ocupado que seleciona a permissão ou o impedimento ao acesso.

Ocupações “desviantes” (RESENDE; ROCHA, 2019) se pretendem às formas de ocupar os espaços da cidade tentando escapar das normativas e do controle espacial promovidos pela lógica capitalista e suas agências de poder. Seus agentes mobilizam coletivos e movimentos sociais que, através de usos e eventos urbanos inesperados e transgressores, promovem táticas de apropriação autênticas sobre o território conformado. Na promoção de situações urbanas inventivas acionam as tensões sociais denunciando as desigualdades sociais, a política, o déficit de habitação, o desemprego, a fome, as diversas formas de violência e as precárias condições de vida urbana. Seus atores não aceitam passivamente as formas aprisionadoras, que tanto definem territórios quanto subjetividades e modos de ser e, por meio de práticas espaciais desviantes operam pequenas rupturas movimentando o território e os consensos estabelecidos. O modo como constituem seus agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 2012b[1980]) engendra multiplicidades de vozes, corpos e subjetividades singulares enunciando outras formas de produção, de interação e de leitura do/com o território urbano.

Com iniciativas sociais afins, ao ocupar os espaços da cidade, seja a rua, os largos, os viadutos públicos, as praças, os terrenos vazios e/ou os edifícios ociosos, seus agentes se fazem da tomada dos territórios da cidade como um meio de luta e protesto. Na espacialização coletiva, em grandes ou pequenas multidões, potencializam suas vozes a fim de dar visibilidade ao que lhes é comum, suas demandas sociais e urbanas, frente à sociedade civil e seus governantes. São corpos políticos, *afectados* e movidos pelo desejo comum de justiça social, democracia e direitos igualitários à cidade e às políticas públicas de todas as ordens. Corpos que, dispostos aos conflitos que sabem que acionam, apostam na coletividade e nos *afectos* (ESPINOZA, 2007[1677]) produzidos no encontro entre multiplicidades e singularidades para afirmar outros modos possíveis de se viver em sociedade e de usar e produzir as cidades, frente à racionalidade e às desigualdades impostas pelo vigente regime neoliberal colonial-racializante-capitalista (ROLNIK, 2018).

Tal como acontece na ocupação temporária de praças e espaços públicos, a ação - de maior permanência - dos posseiros em terras ociosas, nos assentamentos informais e na tomada de edifícios abandonados (Figura 1) simbolizam não apenas uma forma coletiva de resistência baseada no compartilhamento coletivo, mas de ação política marcada por processos de territorialização prefigurando modos de vida e subjetividades contra o regime exploratório capitalista e neoliberal.

Figura 1 - Imagens do Assentamento 20 de Novembro. Centro, Porto Alegre/RS.



Fonte: da autora, 2019.

A prática dessas ocupações da cidade manifesta uma forma única de ação de protesto que se desdobra no debate acerca da possibilidade de outros modos de organizar a sociedade, de planejar o espaço urbano e de desafiar uma das principais instituições da sociedade capitalista, a propriedade privada. Evidentemente que, uma ocupação definida simplesmente como “morar ou usar uma habitação sem o consentimento do proprietário – ocorre em diversas circunstâncias [...] e, mesmo que ocorra com a intenção de uso a longo prazo, não é necessariamente transformadora das relações sociais” (PRUIJT, 2013, p. 2). Muitas formas de ocupação, como a dos moradores em situação de rua (Figura 2) que ocupam e fazem da rua e dos espaços vazios da cidade seus lugares de moradia, não estão vinculados, a priori, à movimentos sociais transformadores.

Figura 2 - Imagem Morador de rua. Centro, São Paulo/SP.



Fonte: da autora, 2018.

O que difere uma ocupação urbana, com relação aos seus aspectos revolucionários e micropolíticos ativos, são, por exemplo, as operações sociopolíticas e culturais em que seus agentes se aderem e se engajam através dos movimentos sociais e radicais mais amplos aos quais fazem parte. O caráter transformador e de ação micropolítica ativa passa a se dar no engajamento pela construção de redes com outros movimentos urbanos, ambientais, culturais, políticos e/ou sociais, a partir das quais ganham força coletiva para as exigências frente ao Estado e aos agentes macropolíticos. Também se refere ao caráter micropolítico o campo de forças que as ocupações movem através do modo como se organizam e a forma como desenvolvem suas atividades cotidianas de vida e luta, baseadas na relação comunitária, empreendendo fazeres, produzindo eventos, acontecimentos e relações, onde o afeto é um dos instrumentos para o bem viver, o trato com os conflitos e as diferenças.

As ocupações urbanas às quais essa tese debruça a análise correspondem a iniciativas do corpo social, em especial dos sem-teto e dos sem-terra, em ocupar terrenos e edificações vazios ou abandonados na cidade, constituindo, neles, espaços coletivos de moradia. A forma como se apropriam das arquiteturas ociosas, reativando seus territórios e sua função social, passam a ser entendidos como processos de territorialização (DELEUZE, GUATTARI, 1997[1980]; HAESBAERT, 2019) na cidade onde prevalecem a cultura popular, a produção de saberes locais e a experiência

do convívio entre diferentes, através da vida cotidiana fortificada por eventos, debates e união. E, assim, seus agentes e moradores vislumbram protagonizam a criação coletiva de uma realidade mais justa e digna, sob um teto. Suas ações não se restringem às benfeitorias executadas nas edificações, ou às atividades “familiares” desenvolvidas em conjunto no interior das moradias, mas se estendem às diversas práticas coletivas que desenvolvem com a vizinhança, aos eventos com as comunidades, às atividades e feiras de economia criativa e solidária, aos cursos de formação e profissionalização, entre outros. Dessa maneira, os moradores das ocupas¹⁷ fazem mais do que apenas morar, eles qualificam os espaços ocupados, potencializam o debate habitacional no país, criam redes de discussão e apoio, participam na construção de políticas públicas e criam alternativas contra as políticas de exclusão e desigualdade, a fim de garantir o direito de uma cidade para todos. Trata-se de uma luta que se faz *sobre* e *a partir* do território urbano, evidenciando seu caráter processual.

Por meio de um modo diferente de conviver, de usar e habitar os espaços urbanos que as ocupas empreendem, seus agentes tentam transformar os territórios e recriar suas experiências *na* e *com a* cidade, desenvolvendo outras formas de viver e interagir que vão além do ato de resistência, mas criando possibilidades de [re]existir em meio à conjuntura social, política e econômica de seus contextos urbanos. Elas questionam a lógica capitalista de produção de espaços e de propriedades de forma desigual, expressando uma forma singular de resistência às políticas neoliberais de desregulamentação e privatização do território urbano, que resultam na exclusão social e no aumento das desigualdades. Se fazem confrontando o sistema vigente da cidade formal, contradizendo os códigos e as leis impostos pela racionalidade neoliberal e financeirizada que impera no contexto atual da produção urbana. São, pois, um desafio ao sistema neoliberal vigente.

As ações empreendidas pelas ocupas evidenciam a necessidade de uma forma de fazer política que parte da base social e busca a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões sobre suas próprias vidas e cidades. Elas se caracterizam por uma abordagem local, que parte da realidade imediata e dos problemas concretos vividos pelas pessoas no seu cotidiano, buscando soluções alternativas para suas necessidades, levando em conta suas demandas. Um tipo ação política que se preocupa, acima de tudo, com as necessidades e direitos das pessoas e que visa, por fim, garantir a igualdade entre todos. Segundo Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade é um direito comum que não diz respeito “à liberdade individual de acesso a recursos urbanos”, mas ao “exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”. Tal qual

¹⁷ A partir de agora a escrita utilizará o termo ‘ocupas’ ao se referir às ocupações urbanas que fazem dos espaços ocupados na cidade lugares de moradia coletiva.

em Lefebvre (2001, p. 118) para quem o direito à cidade só pode ser formulado como um “*direito à vida urbana, transformada, renovada*”. Nesse sentido, pode-se dizer que as ocupas sejam formas espacializadas de uma luta urbana pelo direito comum à cidade, à moradia digna e à vida urbana. Resultantes de um processo de territorialização, ao tomarem o território, movimentando-o e profanando-o as ocupas desafiam as estruturas estabelecidas afirmando a coexistência de uma multiplicidade de diferenças na produção do território urbano e a possibilidade de sua transformação.

O movimento empreendido pelos grupos e coletivos envolvidos nas ocupas, no caso do Brasil, tem lutado, através da ocupação e da apropriação de espaços e arquiteturas abandonados na cidade, por direitos sociais historicamente negados à população marginalizada. Trata-se de uma forma de luta urbana que reúne pessoas de várias origens e classes sociais e que vislumbra reverter a exclusão social, a participação efetiva na gestão dos espaços urbanos, a igualdade de direitos e a construção de novas formas de viver e conviver nas cidades por meio da produção de territórios urbanos inclusivos. Tal movimento fomenta o debate sobre a reestruturação dos arranjos de propriedade e de produção dos espaços na cidade, e se engaja em buscar mecanismos para garantir que os direitos das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade sejam respeitados, como o direito à moradia, à saúde, à educação, à alimentação, à segurança e à participação na vida política.

A relação entre as ocupas e o direito à moradia no contexto brasileiro é complexa e multifacetada. A falta de moradia acessível e adequada coloca milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade e de isolamento social, que, por vezes, passam a buscar soluções alternativas na tentativa de suprir suas carências. Nesse contexto, as ocupas surgem como uma resposta possível às populações pobres no enfrentamento à falta de políticas públicas de habitação eficazes e à falta de acesso ao mercado imobiliário. No entanto, a ocupação de áreas urbanas sem autorização pública é considerada uma ação ilegal¹⁸, o que deixa seus ocupantes sujeitos a despejos forçados e às violências de todos os tipos por parte das autoridades.

Se por um lado, as ocupas simbolizam um mecanismo micropolítico estratégico com o fim de assegurar o direito à moradia para milhares de famílias sem teto, por outro, seus moradores enfrentam diversos desafios para manter suas moradias. Um dos problemas se refere à não regularização do direito à habitação desses imóveis que impede o Estado de executar obras necessárias à segurança e à saúde dos ocupantes. Por se tratar de edificações em situação de

¹⁸ A ilegalidade das ocupações discorre sobre o fato de violarem o direito à propriedade privada (artigo 5, inciso XXII) e o direito ao meio ambiente (artigo 225), da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

abandono, a maioria dos prédios ocupados se encontram em condições de precariedade com relação aos elementos estruturais como fundação, pisos, paredes, teto, esquadrias, escadas, elevadores, ferragens, sistemas de ventilação, tubulações, instalações elétricas, sistema de proteção contra incêndios, entre outros. Num geral, as obras e benfeitorias são executadas pelos próprios moradores, no entanto, a falta de fiscalização e de conhecimento técnico para a realização dos reparos adequados, podem resultar em falhas estruturais, acidentes elétricos e vazamentos de água que aumentam os riscos de desabamento do prédio.

Além da precariedade estrutural, são comuns a falta de acesso seguro às redes de energia elétrica e a ausência de instalações adequadas para o abastecimento de água potável e esgoto, que podem acarretar problemas de saúde pública, como a proliferação de transmissão de doenças. A ilegalidade também dificulta o acesso aos serviços públicos de saúde e educação, visto que, seus moradores não podem comprovar residência próxima aos postos de saúde, escolas e creches, dificultando o atendimento e a escolarização das crianças. Esse fator tem reflexos também na evasão escolar de milhares de jovens e crianças, contribuindo no aumento da desigualdade social, tanto quanto impossibilita o trabalho de muitas mães solo por não terem com quem deixar seus filhos.

No Brasil, o direito à moradia ainda não é plenamente assegurado, apesar de existirem algumas iniciativas em andamento que visam garantir o acesso à moradia adequada para as famílias brasileiras. Entre elas, estão programas de reforma e urbanização de favelas, programas de crédito habitacional¹⁹ e políticas de regularização fundiária. Tais iniciativas, juntamente com a adoção de medidas que assegurem o direito à moradia, poderiam reduzir o número de ocupações urbanas ilegais e garantir o acesso à habitação adequada para os milhares de sem-teto no país. No entanto, as medidas são ineficientes, pois não conseguem atender à demanda existente em virtude do crescente empobrecimento da população; dos milhares de desabrigados anualmente por catástrofes naturais ou pela impossibilidade de arcar com aluguéis; a teórica falta de recursos públicos e a dificuldade de acesso a créditos de financiamento para a compra de imóveis. Fatores e números que só tendem a crescer pelos impactos gerados com a crise da pandemia do Covid-19 (2019-2021) e pelos anos da gestão federal liderado por Bolsonaro (2018-2022). Além disso, as leis de zoneamento e a burocracia envolvida nos processos de aquisição de terrenos também

¹⁹ Alguns dos programas de habitação para pessoas de baixa renda no Brasil mais conhecidos são: Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Habitação de Interesse Social, Programa de Habitação Popular, Programa Nacional de Habitação Rural, Programa de Habitação para o Trabalhador, Programa de Habitação para a Juventude, Aluguel Social, entre outros. Estes programas fornecem financiamentos, subsídios, construção de novas moradias e melhorias das áreas já existentes.

contribuem para a ineficácia dos programas. Em suma, morar e viver de forma digna parece, pois, um privilégio de poucos no Brasil.

1.1 Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito

A falta de moradia é uma expressão da desigualdade social e econômica, do “fracasso social” como alerta Judith Butler (2018, p. 27): “[...] ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa”. Muitas são as causas da carência de moradia no Brasil (ROLNIK, R., 2015) incluindo a pobreza extrema, a falta de moradias de interesse social, a especulação no mercado de terra e imóveis, a migração urbana forçada por conflitos, os desastres naturais e os despejos (muitas vezes incentivados pelos grandes projetos imobiliários ou de desenvolvimento urbano).

O modo como o setor habitacional foi dominado pelas finanças nas últimas décadas, impacta diretamente o direito à moradia nas cidades. A especulação imobiliária, a falta de investimento em habitação social e a falta de regulação adequada do mercado imobiliário têm contribuído para a gentrificação²⁰ urbana, o aumento dos valores de imóveis e aluguéis e a precarização das condições de vida das famílias de baixa renda. Assim que, milhares de famílias são condicionadas a situações de vida cada vez mais precarizadas, necessitando, muitas vezes, viver em assentamentos informais, favelas e/ou áreas de risco sem acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana adequada. Tais fatores desencadeiam o aumento da periferização e da segregação geográficas e sociais, da insalubridade e do adensamento excessivo de domicílios em zonas das cidades.

Trata-se de um modelo de gestão urbana que concentra no setor imobiliário grandes agentes de poder. Eles estão presentes tanto nas formulações da legislação urbanística quanto na influência que exercem nas câmaras e conselhos municipais, por parte de seus representantes, junto à sociedade civil (ROLNIK, R. 2015). Assim que, a produção do espaço urbano no país segue a lógica do modelo hegemônico de um mundo dominado pelos ideais do individualismo, pela

²⁰ A gentrificação é um processo em que áreas urbanas antes habitadas por populações de baixa renda e classes trabalhadoras são transformadas em áreas valorizadas, frequentemente através da reabilitação de edifícios antigos ou pela construção de novos edifícios. Esse processo muitas vezes leva à expulsão das comunidades locais, visto que, não conseguem mais pagar os aluguéis, arcar com os preços dos imóveis ou sustentar o modo de vida local hierarquizado, sendo forçadas a se mudar para áreas urbanas menos valorizadas e mais distantes das áreas centrais da cidade. O processo também desencadeia a perda de identidade cultural e comunitária.

desigualdade econômica e social, pela crise política, pela concentração do capital e do poder na mão de poucos, pela privatização de espaços públicos e áreas florestais, pela especulação imobiliária e pelo abandono de milhares de edificações pelas cidades. Um modelo excludente e predatório, onde a desconstrução da habitação como um bem social e sua transformação em mercadoria são marcas do longo processo de urbanização do Brasil, que urbanizou sem urbanidade (RIBEIRO, 1995) e onde a autoconstrução em zonas periféricas e as ocupações se tornam alternativas de sobrevivência.

Essa lógica de produção socioespacial brasileira de “incongruência histórica” (RIBEIRO, 1995) se expressa no hibridismo entre formas urbanas e práticas sociais reprodutoras dos padrões de consumo e de exclusão. A tendência comum da implantação de modelos internacionais na arquitetura e no espaço urbano das cidades brasileiras, espelhados em países europeus e norte-americanos, reduzem a possibilidade inventiva de criar soluções locais para as demandas urbanas próprias da nossa sociedade. E como, em geral, os projetos não investem planos eficazes de avaliação pré e pós-ocupação, acabam por criar lugares pasteurizados sem vínculos com a diversidade das expressões culturais nacionais e às potências de desenvolvimento locais. Um tipo de “urbanização genérica” (RIBEIRO, 2006, p.25) que tem marcado a produção do espaço urbano na América Latina. Na tentativa de espelhar realidades bem-sucedidas, tais práticas acabam por criar zonas cada vez mais segmentadas nas cidades. Não é possível transferir qualidades e/ou materialidades urbanas de um continente a outro sem que haja prejuízos na concretização de soluções aos problemas urbanos locais (ROCHA; *et al.*, 2017).

Frente ao “esgotamento da versão periférica do modelo fordista de desenvolvimento” (RIBEIRO, 2006, p. 24) somada à política neoliberal e suas orientações que, dentre outros aspectos, promovem a recuada da responsabilidade por parte do Estado na implementação de políticas urbanas amplas e inclusivas, a conjuntura é de crise societária (RIBEIRO, 2006). Tal crise “corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária” (*ibid.*). Sociedades carentes de um projeto de civilização e de urbanidade que veem múltiplas formas de violência tomarem corpo junto à financeirização urbana, à monetarização das relações sociais e à exacerbação do consumismo, da propriedade privada, do individualismo, do medo, da xenofobia e da indiferença social.

Nenhuma novidade, numa sociedade brasileira que desde sua fundação convive com privilégios destinados a poucos enquanto a grande massa de classes populares (especialmente

formados por negros, mulheres, indígenas e imigrantes) luta pela sobrevivência diária. No entanto, cabe ressaltar a relação entre a crise societária e o contexto urbano, ou seja, a forma como a crise social e a desigualdade se espacializam no território das cidades e empobrecem as possibilidades de experiência urbana. Decorrente da “financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade” das cidades (ibid.), muito dos recursos públicos são investidos especialmente no embelezamento e na qualificação da infraestrutura de partes da urbe destinadas aos segmentos privilegiados da sociedade, em detrimento de outras periféricas.

A crise societária e a crise da urbanidade são problemas interconectados que têm afetado o Brasil desde os primórdios do processo de urbanização e da formação social do país. A urbanidade refere-se à qualidade do espaço urbano e da vida urbana, incluindo questões como acesso a serviços básicos, qualidade de moradia, mobilidade e segurança pública. A crise da urbanidade se manifesta em problemas como a falta de infraestrutura adequada nas cidades, o crescimento desordenado, a violência urbana e a degradação ambiental. A crise societária diz respeito aos conflitos e desigualdades sociais que se manifestam em questões como pobreza, exclusão social, desigualdade de gênero, racismo e intolerância religiosa. Esses conflitos muitas vezes se refletem no espaço urbano, gerando disputas territoriais e violência. Na atualidade, essas crises se retroalimentam e caminham juntas, intensificando os conflitos sociais e territoriais. A concentração de renda e a falta de políticas públicas efetivas têm contribuído para agravar a crise societária, enquanto a expansão urbana sem planejamento adequado tem piorado a crise da urbanidade. As comunidades pobres são as mais afetadas, vivendo em condições precárias, sofrendo com as diversas formas de violência urbana e social, e que veem seus direitos constitucionais cada vez menos exercidos. Algumas evidências dessa condição na atualidade se expressam na intensificação dos conflitos sociais e territoriais, visto que:

[...] a crise societária torna a experiência da urbanidade ainda mais inacessível, fantasmagórica e escassa. Carros blindados, aparelhos de vigilância, aumento da população carcerária, expansão da segurança privada, grupos de extermínio, corrupção policial, sobrecarga de imagens alienadas e alienantes, lutas territoriais do tráfico de drogas, domínio das áreas populares por milícias e “donos do pedaço” e, como resultado, a desvalorização da vida transformaram os direitos humanos, mais do que nunca, em fundamento ético de qualquer projeto político que vise a melhoria das condições urbanas de vida. É necessário defender o direito à vida digna para todos, por mais numerosos que sejam, resistindo à influência exercida por discursos que não disfarçam a sua inspiração [...] (RIBEIRO, 2006, p. 25).

Para enfrentar tais crises, é necessário um conjunto de políticas públicas que promovam a inclusão social, a redução das desigualdades, o planejamento urbano adequado e a promoção

da qualidade de vida nas cidades. Isso inclui investimentos em infraestrutura, habitação, transporte público, saneamento básico, segurança pública, educação e base alimentar, além de medidas de combate à exclusão social e à discriminação.

Mas, apesar de o modelo neoliberal e de financeirização penetrar nas cidades, nas políticas urbanas e habitacionais, capturando e colonizando os espaços urbanos e as formas de se viver, não se trata de um processo sem batalhas, visto que, diversas formas de resistência e enfrentamento também emergem. Especialmente desde o período de recessão econômica dos anos 80, eclodem pelo país diversos movimentos sociais urbanos “na ânsia por propostas institucionais democráticas e a ampliação de instrumentos de poder público sobre o uso do solo e maiores garantias de participação social das condições materiais [e decisões] da vida urbana” (RIBEIRO, 1995, p. 566). Na busca por uma nova cultura política de direitos os movimentos sociais têm se organizado em associações comunitárias ou institucionais, ONGs e partidos políticos a fim de estabelecer representatividade dos interesses populares frente ao Estado. A atuação desses movimentos organizados, que reúne lutas urbanas e lutas que têm origem em outros espaços, mas que ocorrem no urbano, denuncia os mecanismos e dispositivos de controle, de privatização e especulação da terra urbana, a defasagem dos serviços públicos e os despejos de ocupações, reivindicando equipamentos urbanos, direito à saúde, educação, saneamento e transporte, pelo bem-estar coletivo.

São décadas de luta e contestação, manifestas principalmente nas metrópoles brasileiras, mas que se expressam cada vez mais nas médias e pequenas cidades. Após um período marcado pela estabilidade econômica, de retomada do crescimento do país, de redução da pobreza e da desigualdade social com a eleição presidencial de um partido de esquerda em 2003 - liderado por Lula, que se estendeu por quatro eleições consecutivas e contou com a primeira mulher presidente do país Dilma Rousseff - o golpe político de 2016 inseriu definitivamente o Brasil na agenda neoliberal iniciada nos anos 90 na América Latina.

Foi especialmente a partir da década de 90 que os países latino-americanos, sob a lógica das estratégias neoliberais, passaram a abrir seus mercados à intervenção da iniciativa privada e a privatizar seus serviços públicos. Os resultados do plano econômico neoliberal se expressam principalmente na perda de autonomia Estatal para empresas estrangeiras, a ausência de estratégias para o desenvolvimento nacional, o aumento do desemprego, a diminuição da capacidade produtiva e estagnação econômica, impedindo o Brasil de competir com outros países. E ainda, o agravamento dos déficits públicos, o empobrecimento da população, dívidas internas e endividamento externo. As intervenções da lógica neoliberal que afetam a economia

brasileira também transformam o espaço urbano das cidades, sob a lógica da privatização aprofundam-se as desigualdades, a gentrificação, a periferização e a segregação socioespacial. As políticas públicas urbanas e habitacionais são diretamente afetadas pela lógica do mercado da construção civil e da especulação imobiliária, que visam ao lucro em detrimento da qualidade de vida da população e da diminuição dos problemas urbanos.

Com relação aos programas habitacionais desenvolvidos pelo Brasil ao longo da história, Boulos (2012) salienta que apenas dois foram relevantes com relação à tentativa de enfrentamento à problemática da moradia, o BNH (1964-1986) e o PMCMV. O BNH (Banco Nacional de Habitação) foi criado no período da ditadura militar junto com o Plano Nacional de Habitação e o SERFHAU²¹ (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), e tinha como lema transformar os trabalhadores em proprietários de um imóvel, assim se fizeram os projetos de desfavelização no Rio de Janeiro e das Cohabs (Companhias de Habitação) em diversos estados brasileiros. Enquanto empresa pública voltada ao financiamento de empreendimentos imobiliários o BNH era o gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). O SFH tinha por finalidade promover os recursos financeiros para o desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação, e tinha no recolhimento do FGTS a principal fonte de arrecadação de recursos. Importante salientar que a criação desses órgãos e programas destinados ao planejamento urbano e à habitação são frutos dos anseios e dos movimentos iniciados por urbanistas, engenheiros e arquitetos que desde os anos 1930/40 “reivindicavam a institucionalização do planejamento urbano no Brasil como processo contínuo e técnica administrativa, em todos os níveis de governo” (MOTA, 2007).

A criação do BNH tinha por objetivos coordenar a política habitacional nacional e o financiamento de obras de saneamento; possibilitar a difusão da propriedade residencial, principalmente às classes baixas; qualificar o padrão habitacional; reduzir o valor de compra da habitação; eliminar as favelas e cortiços; estimular o aumento de investimento para a indústria da construção civil, materiais de construção e oferta de empregos; qualificar as condições de vida nas áreas rurais. Ou seja, tratava-se de uma política voltada ao desenvolvimento urbano amplo e que tinha a habitação como eixo a fim de enfrentar as tensões derivadas do problema urbano que ganhava visibilidade no país nos anos 60, marcado pela migração maciça para as cidades,

²¹ O SERFHAU, criado em 1964, foi o primeiro órgão federal voltado ao planejamento urbano no Brasil. A criação do órgão se relaciona ao processo de institucionalização do planejamento urbano no país que teve início nos anos 30 e se concretiza no projeto de modernização nacional do período militar (1964-1985), que via o planejamento como um grande instrumento de desenvolvimento frente ao intenso crescimento urbano e ao quadro de crise econômica e de instabilidade social do Brasil marcada por conflitos e tensões.

escassez de moradias, questões sanitárias e os conflitos presentes nas favelas. O BNH atuou por 22 anos e inaugurou no Brasil a regulamentação do setor de construção de moradia de interesse social vinculado ao governo e implementado por instituições públicas e privadas. Na sua extinção, em 1986, a função de coordenação do SFH foi transferida para a Caixa Econômica Federal e a de regulação para o Banco Central²².

Dentre as causas que decretaram o fim do BNH estão a corrupção e a inadimplência²³ dos novos proprietários, muito em virtude da oscilação macroeconômica nos anos 80 que implicou quedas salariais e aumento do desemprego. Outras razões do fracasso podem ser indicadas pela lógica empresarial e bancária adotada pelo BNH, com prestações elevadas e crédito bancário privado. O banco arrecadava os recursos financeiros e os transferia para os agentes privados intermediários, aliando o planejamento e as ações de urbanização aos interesses do capital imobiliário. E ainda, apenas 25% das cerca de 5 milhões de casas financiadas pelo BNH foram destinadas à população com renda inferior a 5 salários-mínimos, isso quer dizer que BNH beneficiou especialmente a classe média (BOULOS, 2012).

Entre os anos de 1999 e 2009 esteve em funcionamento o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), programa habitacional criado com o objetivo de facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda. O PAR funcionava como um sistema de financiamento habitacional, no qual o governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal e de um fundo financeiro (Fundo de Arrendamento Residencial – FAR), subsidiava parte do valor do imóvel para as famílias que se enquadravam nos critérios estabelecidos pelo programa. As famílias beneficiárias pagavam uma taxa mensal de arrendamento ao invés de um financiamento tradicional. Uma das características importantes do PAR foi a parceria entre o governo, as construtoras e as famílias beneficiárias. O governo fornecia o subsídio, as construtoras eram responsáveis pela construção ou reabilitação dos imóveis, e as famílias selecionadas pagavam um valor mensal relativo ao arrendamento.

O programa tinha como foco principal as famílias com renda mensal de até três salários-mínimos. Além disso, as famílias beneficiárias deveriam atender a outros critérios estabelecidos pelo programa, como não possuir imóvel próprio e ter residência fixa na localidade onde o imóvel seria adquirido, entre outros. Durante o período em que esteve ativo, o PAR possibilitou que muitas famílias de baixa renda conquistassem a casa própria, promovendo o acesso à moradia

²² Fonte de dados disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>> Acesso em set. 2021.

²³ Fonte de dados disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1400>> Acesso em set. 2021.

digna em cidades com mais de 100 mil habitantes. Foram entregues, aproximadamente, 262 mil unidades habitacionais em todo país.

No entanto, o programa não previa um planejamento de desenvolvimento urbano, infraestrutura urbana e melhorias na qualidade de vida das famílias, estava voltado ao fornecimento apenas das moradias, portanto, não expressou uma política habitacional de fato. Diversas críticas e dificuldades ao longo de sua execução, como a falta de recursos para atender a demanda e problemas relacionados à qualidade e manutenção dos imóveis, foram decisórias para que, após 2009, o PAR fosse substituído por outros programas. O programa demandava recursos significativos do governo para subsidiar os imóveis, assim que, o enfrentamento a restrições orçamentárias foi um dos fatores que influenciou o fim do programa. Outro aspecto foi a necessidade de uma abordagem mais ampla do programa, o PAR tinha foco no arrendamento residencial, que envolvia o pagamento mensal de uma taxa de aluguel, havendo a necessidade de opções de financiamento mais acessíveis e a longo prazo para as famílias de baixa renda. Por parte dos beneficiários, um dos problemas enfrentados foi a impossibilidade de venda do imóvel ou de alugar a terceiros antes do pagamento total do empréstimo e dos benefícios concedidos para a compra²⁴.

A inadimplência, o atraso nas prestações, a venda indevida ou a sublocação são alguns dos motivos para que os imóveis sejam retomados pela Caixa Econômica Federal (que também é responsável pela administração dos condomínios) e pelo FAR. No entanto, depois de retomados, os apartamentos ou as casas em condomínios e loteamentos deveriam receber novos moradores, estando disponíveis para a venda direta ou por leilões, o que, segundo matéria no jornal GZH²⁵, não tem ocorrido. As Informações obtidas através da Lei de Acesso à Informação (LAI) indicam que, atualmente, cerca 1.870 dessas unidades habitacionais se encontram ociosas e em estado de abandono no Brasil, destas, 821 estão no RS, estado com maior número de unidades vazias. A cidade de Gravataí lidera o ranking com 110 unidades, em Porto Alegre são 45, e em Pelotas 41 unidades vazias²⁶.

²⁴ As informações utilizadas sobre o PAR (1999-2009) podem ser acessadas nos seguintes links: <https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=19245>; <<https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/imoveis-de-programas-habitacionais-nao-podem-ser-vendidos-ou-alugados/>>; <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.caixa.gov.br/Downloads/programa-de-arrendamento-residencial-par/CARTILHA_PAR.pdf>

²⁵ Matéria divulgada em 22/04/2023. Fonte disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/04/mais-de-800-habitacoes-do-programa-de-arrendamento-residencial-estao-vazias-no-rs-clgpstct800gp016x7qz36xaa.html>> Acesso em: jun. 2023.

²⁶ Ainda segundo a matéria, no texto da Medida Provisória de relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em fevereiro de 2023, o Ministério das Cidades sugere que as unidades vazias do PAR, construídos com verbas FAR, deveriam ser destinadas com prioridade para "programas habitacionais de interesse social" e "pessoas

Após quase 20 anos de ausência de uma política habitacional de importância e de enfrentamento da desigualdade social, o governo do presidente Lula (2003-2011) foi marcado pela adoção de medidas relevantes no âmbito das políticas urbanas, econômicas e sociais. Apesar de o governo de esquerda, nesse período de retomada do desenvolvimento nacional (2003-2016), não ter empreendido mudanças no que diz respeito à amenização da dívida pública, ao regime de exportações e à proteção da indústria nacional, conquistas no âmbito das classes assalariadas se realizaram com reajustes no salário mínimo, redução do desemprego e políticas de transferência de renda, como os Programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, que contribuíram para a diminuição da desigualdade e na inclusão de trabalhadores considerados marginalizados no mercado. Também no campo agrário as políticas conseguiram alguns avanços através do financiamento à agricultura familiar e os programas de compras da produção do campo, embora não terem efetivado as reivindicações da reforma agrária e das desapropriações de terras em função dos compromissos firmados com o agronegócio (SOUZA; HOFF, 2019). Os trabalhadores urbanos também tiveram conquistas através de programas em prol da moradia e políticas habitacionais.

A criação do Ministério das Cidades em 2003²⁷ deu início às medidas de formulação de uma política urbana em nível nacional, o órgão se destinava a fornecer apoio técnico aos governos locais na intenção de integrar as políticas de habitação, de saneamento e de transportes (ROLNIK, R. 2015). Em 2005, após a II Conferência das Cidades foram criados o Fundo orçamentário Nacional de Habitação (FNH) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que exigiam dos Estados e Municípios um plano de habitação para poderem ter acesso ao FNH. E, em 2009, o Governo Federal lançou o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destinado a atender setores de baixa renda na aquisição da casa própria, a partir do microfinanciamento e da oferta de moradias com baixo custo e abertura de crédito a longo prazo.

físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais". No entanto, o próprio Ministério diz que como a venda das unidades desocupadas do PAR no atual modelo é uma política da Caixa, cabe a ela a decisão sobre a "gestão da política de venda das unidades habitacionais desocupadas". Para a Caixa, "no momento não há regulamentação que viabilize essa destinação de um programa para o outro". O Ministério das Cidades diz que "está elaborando propostas para convalidar seleções de programas antigos no novo MCMV", mas o projeto ainda é uma utopia. Fonte disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/04/mais-de-800-habitacoes-do-programa-de-arrendamento-residencial-estao-vazias-no-rs-clgpstct800gp016x7qz36xaa.html>> Acesso em: jun. 2023.

²⁷ Além da ausência de propostas concretas para áreas específicas das políticas urbanas (Saneamento, Habitação, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano), o governo liderado por Bolsonaro (2018-2022) extinguiu o Ministério das Cidades através da medida provisória n. 870/2019. A estrutura foi fundida ao Ministério da Integração Nacional dando lugar ao novo Ministério do Desenvolvimento Regional. Na ausência de uma pasta ministerial própria para a temática do desenvolvimento urbano, ficou a cargo dos municípios criar e garantir as condições para arrecadação de recursos junto aos interesses de outras pastas na agenda governamental. Em jan/2023 Lula recriou o Ministério das Cidades.

O programa Minha Casa, Minha Vida (2009 – 2018)²⁸ foi lançado logo após a crise financeira de 2008, e tinha como objetivo principal “salvar o mercado imobiliário” (BOULOS, 2012, p 21), visto que, a crise provocou baixa nos créditos bancários e nos investimentos para a construção civil em todo o mundo. Com o novo incentivo fiscal que injetou “R\$34 bilhões em recursos públicos para as empresas privadas” (ibid.) as grandes empresas e empreiteiras do ramo passaram a atrair o interesse de investidores internacionais que, atualmente, concentram cerca de 75% das ações das grandes construtoras do país. Através de um pacote de medidas habitacionais o PMCMV pretendia alavancar o crescimento econômico por meio da geração de renda e empregos, e foi elaborado pelo governo em conjunto com investidores da construção civil e empresários.

O programa viabilizou a construção de moradias para brasileiros das faixas entre 3 e 10 salários-mínimos e contava com quatro modalidades. O MCMV-Entidades, com subsídios destinados a associações e cooperativas; o Programa Nacional de Habitação Rural, destinado à área rural para pequenos agricultores familiares, cooperativas e reassentamentos rurais; o MCMV-sub-50, para municípios com menos de 50 mil habitantes; e o MCMV-Empresas que contava com condições específicas para diferentes faixas de renda e subsídios (ROLNIK, R. 2015). O principal diferencial do PMCMV com relação aos programas habitacionais anteriores foi a inclusão da faixa 1 que contemplava famílias cuja renda mensal fosse de até 3 salários-mínimos, referente a mais de 50% do déficit habitacional no ano de 2010. Mas, ainda que o programa MCMV tenha contribuído para o enfrentamento do déficit habitacional no país, apenas 40% das moradias foram destinadas à população com renda inferior a 3 salários-mínimos, o que expressa menos de 10% do déficit de moradias do Brasil.

Apesar de o PMCMV ter investido o maior volume de subsídios à política habitacional no Brasil desde o BNH, ter possibilitado o acesso de setores de baixíssima renda ao financiamento habitacional e a contratação de serviços na construção civil, manteve o padrão dos lucros nas mãos do setor privado e não promoveu as mudanças estruturais necessárias à realidade urbana brasileira. A maior parte dos recursos foi aplicado na modalidade MCMV-Empresas, assim, os setores empresarial, imobiliário e grandes empreiteiras foram fortemente beneficiados pelo

²⁸ O PMCMV atuou de 2009 a 2018, ano em que foi extinto pelo governo Bolsonaro, no entanto, o desmonte do programa teve início no golpe de 2016, quando o governo federal liderado por Michel Temer parou de assinar novos convênios para construção de casas pelo PMCMV. Em 2021, Bolsonaro lançou o Programa Casa Verde Amarela, sem ouvir as demandas dos movimentos por moradia e sem garantias de que a população de renda mais baixa seria beneficiada. A principal mudança foi a retirada da menor faixa do antigo programa que não tinha juros e contemplava famílias com renda de até R\$ 1,8 mil. Essas famílias passaram a ser atendidas pelo grupo 1 do Casa Verde e Amarela, com taxas de financiamento entre 4,25% e 4,5%, dependendo da região do país. Em jan/2023 Lula reativou o PMCMV.

programa e, enquanto agente regulador, a Caixa Econômica Federal foi financiadora e fiscalizadora do programa, fortalecendo o papel dos agentes financeiros enquanto formuladores e implementadores da política habitacional como marca do processo de financeirização do território urbano.

Outro aspecto relevante é que as decisões sobre a localidade dos empreendimentos ficaram sob responsabilidade das empresas, o que resultou no fortalecimento da periferação e da segregação socioespacial. Os projetos foram sendo executados distantes das áreas centrais e desprivilegiadas de infraestrutura urbana que ficou à cargo dos municípios. No intermeio, grandes vazios urbanos ao aguardo dos agentes especuladores. Essas terras são compradas por grandes empreiteiras e construtoras, num geral controladas pelo capital estrangeiro, que se tornam ao mesmo tempo construtoras e especuladoras determinando o valor de venda dos terrenos e dos imóveis. No entanto, a realidade demonstra que a prática de empurrar as populações pobres para locais precários de infraestrutura e distantes da malha urbana central, dificultando o acesso à saúde, educação, lazer e trabalho, não é uma estratégia funcional. Tais aspectos deflagram uma continuidade do processo de financeirização do solo, da especulação imobiliária e da mercantilização da moradia urbana. A moradia entendida enquanto mercadoria, segue a lógica do lucro e não do direito. Um modelo de produção urbana que incentiva os loteamentos clandestinos, as invasões e ocupações.

Rolnik, R. (2015) diz que a lógica desenvolvida desde os anos 90 para solucionar a questão habitacional no Brasil é marcada pela financeirização do sistema de habitação, ampliando a participação do mercado financeiro no mercado imobiliário e que, somado aos processos de reajuste fiscal e de reestruturação produtiva promovidos pelo neoliberalismo, levaram a um tipo de empreendedorismo municipal que incentiva as Parcerias Público-Privadas (associações entre governos e empresas) como estratégias de gestão e promoção de desenvolvimento urbano, justificadas pela escassez dos recursos públicos. No entanto, na maioria dos casos, é o Estado que financia os projetos assumindo os principais riscos e as dívidas. A desvalorização de terrenos públicos, vendidos abaixo do valor de mercado para o setor privado, também não indica uma decisão democrática, mas sugere que há outros interesses políticos por trás das negociações. As operações urbanas articulam interesses entre incorporadores, investidores e grandes empreiteiras, estabelecendo uma forte influência dessas últimas sobre a definição de políticas públicas e zoneamentos urbanos. As grandes empreiteiras se tornaram também, desde o processo de redemocratização brasileiro, pós-ditadura, as maiores financiadoras de campanhas políticas através de “doações” que lhes asseguram contratos e licitações.

Boulos também afirma que a principal razão da força do capital imobiliário é a sua aliança com o Estado (federal, estadual e municipal): “Os donos de terra/grandes empreiteiros construíram com os políticos que governam o Estado um esquema em que todos ganham, menos, é claro, o povo trabalhador” (BOULOS, 2012, p. 32). O esquema funciona de forma que os empreiteiros financiam campanhas eleitorais milionárias e, ao se elegerem, os políticos retribuem favores às empresas com dinheiro público. Dentre as ações de favorecimento estão contratos para obras públicas superfaturadas (rodovias, moradias e etc.); direcionamento de melhorias e infraestrutura urbana para as áreas da especulação que valorizam os terrenos e geram mais lucro às empreiteiras e construtoras; remoções e despejos de comunidades que vivem em áreas valorizadas; e ajustes na legislação urbana para evitar conflitos com os interesses do capital. Dessa forma, os empreiteiros e os especuladores se tornaram os verdadeiros donos do território urbano brasileiro, moldando as cidades de acordo com seus interesses e lucros.

A segregação é uma das principais consequências desse modelo urbano. A cidade mercadoria, a cidade do capital que separa os ricos dos pobres, que se divide em muros e se espalha em condomínios, loteamentos fechados e torres de apartamentos luxuosos vigiados por câmeras de vigilância e cercas elétricas. Enquanto os pobres habitam as periferias, autoconstróem suas moradias e lutam pela sobrevivência diariamente, no aguardo do fornecimento de serviços públicos (água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação das vias, postos de saúde, creches e escolas, etc.), e sob o medo de remoção. Junto à segregação vê-se o aumento da militarização nas áreas periféricas, especialmente nas grandes cidades, que funcionam de acordo com um tipo de lei de exceção invadindo casas e forçando despejos, sem mandados judiciais. Um tipo de política de extermínio contra os ditos “inimigos”, e que afeta especialmente a população negra e pobre. Trata-se de uma segregação de classe (BOULOS, 2012) e de raça, ricos e brancos de um lado, pobres e negros de outros, com leis e direitos diferentes.

Esse tipo de produção de cidade deixa evidente que ela se faz de ‘modo planejado’ a um pequeno grupo que detém e usufrui os modos de produção, o poder hegemônico e os equipamentos urbanos, numa lógica que acarreta a ausência de planejamento em outros territórios e que, de fato, também é um tipo de planejamento.

O acesso à moradia e à cidade se apresentam, na conjuntura brasileira, como um direito de poucos, e onde um quinto da população vive em condições de precariedade relativas a ‘inadequações habitacionais’. As inadequações se referem à inexistência de banheiro exclusivo da casa/família, paredes de fechamento externo erguidas com materiais não duráveis, excessivo

adensamento de moradores, ausência de documentação de propriedade e excessivo ônus com aluguel²⁹.

Sobre a população desabrigada (Figura 3), os últimos levantamentos realizados pelo IPEA³⁰ indicam cerca de 281 mil pessoas sem encontravam em situação de rua, no ano de 2022. Outro dado importante é sobre o número de famílias ameaçadas de despejo no ano de 2022, que superou 230 mil, atingindo mais de 1 milhão de pessoas, na maioria mulheres negras (60%). Os principais motivos para as ordens de despejo, segundo o Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia Despejo Zero³¹, são: a reintegração de posse/violação da posse ou propriedade do autor do processo, o impacto de obras públicas e/ou por se encontrarem em área de proteção ambiental.

Figura 3 - Imagem Moradores de rua no centro da capital paulista. São Paulo/SP.



Fonte: Página do Projeto de Pesquisa e Extensão Re-Habitare³². Matéria “População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil”, publicada em 10/12/2022.

Parece, pois, que morar no Brasil é um privilégio de alguns, mais do que um direito.

²⁹ Os dados se referem à pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2020, baseada em dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019. Fonte disponível em: <<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=3195>> Acesso em: dez. 2021.

³⁰ Fonte disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>> Acesso em: mar. 2023.

³¹ Fonte disponível em: <<https://mapa.despejozero.org.br/>> Acesso em: mar. 2023.

³² Fonte disponível em: <<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=3455>>. Acesso em: jan. 2023.

1.2 A luta pelo direito à moradia expressa a luta pelo direito à vida

O Direito à moradia adequada se tornou um direito humano universal e fundamental para a vida a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos³³ (DUDH) organizada pela ONU em 1948, e vai além do direito a um teto. O direito à moradia se refere ao direito em residir em um local com condições de ocupação estável, seja urbana ou rural, sem ameaças de remoção; com acesso a serviços e bens públicos e infraestrutura elétrica, hidrossanitária e coleta de lixo; com acesso a serviços de saúde, escolas, creches, lazer e transporte público; em moradias com custo acessível mediante a concessão de subsídios ou a condições de financiamento compatíveis com o nível de renda das famílias; com condições adequadas ao fim habitacional (dimensões compatíveis à família, isento de riscos estruturais, climáticos e outras ameaças à saúde); e construídas com materiais, estruturas e disposição espacial que viabilizem a expressão da identidade cultural e a diversidade dos seus habitantes.

O artigo 25, parágrafo 1º do DUDH diz que: "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle." Apesar de serem direitos humanos universais, ainda são os principais desafios urbanos enfrentado em diversas partes do mundo, a garantia do básico e do fundamental à vida.

Na Constituição Brasileira (BRASIL, 2016), segundo o artigo 6º, todo cidadão tem direito à moradia digna, e isso é de responsabilidade do Estado, através de subsídios ou de forma gratuita. No entanto, o mercado habitacional, historicamente elitizado no país, segue a lógica capitalista neoliberal que transforma tudo em mercadoria³⁴ independente da realidade das demandas sociais locais, e vê na moradia um excelente objeto de valor de troca, para o capital,

³³ DUDH - Fonte disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em: set. 2020.

³⁴ A transformação dos direitos civis em mercadoria também ocorre noutros campos como os da educação e da saúde, serviços públicos que, por lei, deveriam ser garantidos, mas cujos recursos federais são cada vez mais reduzidos por cortes e emendas constitucionais que alteram a Constituição. Em 2016, durante o governo federal de Michel Temer, foi aprovada a PEC 241 (Câmara de Deputados) e a Emenda Constitucional n.º 95 que culminou com a alteração da Constituição a fim de instituir um Novo Regime Fiscal. A Emenda congelou os gastos públicos em educação, saúde e assistência social por 20 anos, como forma de tentar reduzir as despesas públicas e evitar o aumento da dívida pública do país. Essa medida político-econômica afeta diretamente a população de baixa renda, além de contribuir para o colapso sanitário enfrentado pelo SUS e pelas instituições de ensino público durante a pandemia. Serviços públicos cada vez mais sucateados abrindo espaço às privatizações – planos de saúde, instituições de ensino privadas – que favorece as classes mais ricas, aprofunda a concentração de renda e as desigualdades sociais.

os donos de terras, os especuladores imobiliários e as grandes construtoras. Se conforma um quadro de mercantilização do direito habitacional onde alguns segmentos sociais, classes alta e média, encontram créditos e financiamentos compatíveis às suas realidades enquanto às classes mais pobres restam os aluguéis, os loteamentos clandestinos e as ocupações informais nas periferias ou sobras do tecido urbano das cidades.

O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de Índia, África e México. O quadro do problema do déficit habitacional³⁵ se refere tanto à população sem casa quanto àquela que vive em domicílios em situação de inadequação com relação à estrutura, oferecimento de serviços, coleta e infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto), coabitação e domicílios com elevado custo de aluguel (correspondente a mais de 30% da renda familiar). Em 2021, o relatório³⁶ desenvolvido pela Fundação João Pinheiro divulgou que o déficit habitacional no Brasil era de 5,876 milhões de moradias (8% dos domicílios do país) e cerca de 24,8 milhões de residências (18,6% dos domicílios do país) apresentavam algum tipo de inadequação. Isso quer dizer que aproximadamente 1/5 da população (cerca de 45 milhões de pessoas) vive em condições precárias de moradia. A porcentagem da população negra e parda e as mulheres responsáveis pelo domicílio, correspondem ao maior número de pessoas atingidas pelo déficit habitacional no Brasil, segundo o relatório. Os dados coletados não englobaram o período da pandemia, ou seja, já estão desatualizados, no entanto, o quadro não apresenta melhoras e se reflete também na maioria dos países da América Latina e Caribe há décadas.

Segundo estudo realizado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sobre o déficit habitacional em 18 países da América Latina e Caribe, no ano de 2012 - que resultou em um Mapa (Figura 4) do percentual de famílias sem teto ou com moradia inadequada - os governos federais não têm condições orçamentárias para solucionar o problema do déficit habitacional existente utilizando somente programas governamentais de desenvolvimento habitacional e urbano, e que as políticas públicas são ineficientes para lidar com a realidade da habitação da população de baixa renda. O estudo sugere como possibilidade as parcerias com o investimento privado, a fim de aumentar o estoque de habitações e a melhoria das existentes, implementar o

³⁵ Os dados utilizados nessa pesquisa sobre o déficit habitacional no Brasil foram coletados nas fontes: Fundação João Pinheiro (Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>); IBGE (Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>); IPEA (Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>) e Habitat para Humanidade Brasil (Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br>> Acesso em: jan. 2021.

³⁶ Cartilha “DEFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS NO BRASIL: Principais resultados para o período de 2016 a 2019”. Fonte disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>> Acesso em: jan. 2021

incentivo ao uso misto dos terrenos, e explorar algumas opções para incluir aluguéis a baixo custo.

Figura 4 - Mapa Percentual famílias sem-teto ou com moradia inadequada na América do Sul, 2012.



Fonte: Página do BID³⁷.

Os pesquisadores do estudo propõem a adoção de políticas habitacionais pelos governos capazes de conceder maior flexibilidade às famílias, no sentido de ir além do fornecimento de subsídios diretos ou de benefícios para aquisição de casas por famílias de baixa renda. Uma das alternativas seria o incentivo ao mercado de aluguel de residências de custo baixo vinculado a empresas privadas especializadas em oferecer unidades habitacionais para aluguel à população de baixa renda, o que poderia contribuir para o aumento da oferta de moradias adequadas e acessíveis, proporcionando a esse segmento da população maior flexibilidade em se adaptar aos ciclos econômicos. As pessoas teriam mais facilidade de se mudarem para áreas com melhores perspectivas de emprego, caso não possuam uma residência fixa. Também propõem melhorar as moradias existentes através de parcerias com ONGs e empresas privadas, promovendo a

³⁷ Mapa criado pelo criado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt-br/noticias/estudo-do-bid-revela-que-america-latina-e-o-caribe-enfrentam-um-deficit-de-habitacao>> Acesso em: mai. 2023.

competitividade entre os construtores e a adoção de técnicas de construção mais eficientes e econômicas, a fim de diminuir o custo de construção das novas residências.

Apesar de num primeiro momento a adoção de políticas de parceria público-privadas possa indicar um caminho na tentativa de minimizar o problema do déficit habitacional, há de se considerar os desafios que tais práticas apresentam num contexto latino-americano. Em primeiro, a exclusão socioeconômica, visto que, as parcerias público-privadas costumam favorecer o setor privado em detrimento dos grupos mais vulneráveis levando à exclusão de pessoas em situação de pobreza ou com menor poder aquisitivo, agravando as desigualdades sociais e contribuindo para a gentrificação e a segregação urbana. Em segundo, a falta de transparência nos acordos e negociações entre os setores público e privado que limita a participação da sociedade civil e dos grupos afetados na tomada de decisões, resultando em projetos que não atendem adequadamente às necessidades da população. Outra questão é a falta de garantias a longo prazo, pois os acordos frequentemente privilegiam o retorno financeiro dos investidores privados, o que pode resultar na falta de garantias para os moradores levando-os a situações de despejo e deslocamentos forçados no futuro, no caso dos projetos se tornarem inviáveis economicamente em função de suas realidades inconstantes. E, ainda, os impactos no uso do espaço urbano, quando os empreendimentos concentram os projetos habitacionais em áreas periféricas e marginalizadas, com pouco acesso a serviços públicos, infraestrutura e oportunidades de trabalho, perpetuando a segregação socioespacial urbana, a ocupação desigual do espaço urbano e a exclusão social.

Esses aspectos e dificuldades, relativos às parcerias público-privadas, já foram bastante visualizadas nos programas habitacionais PAR e PMCMV desenvolvidos no Brasil, e indicam que, para que os projetos resultantes dessas parcerias sejam eficazes seria necessária uma política de planejamento integrado e regulamentação mais cuidadosa, onde houvesse o equilíbrio entre os interesses do setor privado e o fornecimento de moradia adequada para todos os setores da sociedade. Isso implicaria, entre outros fatores, garantir a participação popular na tomada de decisões, promover a diversidade de moradias em diferentes áreas da cidade, revitalizar áreas degradadas, investir em infraestrutura e serviços básicos nas áreas periféricas e fomentar a integração socioespacial.

No Brasil, soma-se aos aspectos relativos ao déficit habitacional e à inadequação das moradias o adensamento excessivo, tanto no interior das residências quanto na distribuição das edificações nos lotes em que se encontram, especialmente nas favelas (Figura 5) e vilas localizadas em áreas periféricas das grandes e médias cidades. São áreas comumente carentes

de serviços básicos, equipamentos e infraestrutura urbana, e o adensamento excessivo além de acarretar sobrecarga da infraestrutura quando existente, resulta em pouca ventilação no interior dos imóveis, insalubridade e falta de privacidade. A situação de insegurança jurídica é outro fator que dificulta a melhoria das condições de vida e das residências, sem a titularidade formal de suas moradias os moradores não têm acesso a financiamentos para reformas ou à venda de seus imóveis, forçando-os a realizar as adequações necessárias com seus próprios e escassos recursos.

Figura 5 - Imagem Vista aérea do Morro da Providência. Rio de Janeiro/RJ.



Fonte: Página do fotógrafo Arne Mueseler³⁸. Foto: Arne Mueseler.

A fim de acomodar o crescimento familiar, são comuns os improvisos construtivos, que nem sempre atendem aos padrões de habitabilidade, tais como: a ampliação vertical com a construção de andares adicionais sobre a estrutura existente, utilizando os materiais disponíveis no local como tijolos, madeira ou metal; a divisão dos espaços internos, onde uma única unidade habitacional é dividida em compartimentos menores para criar espaços individuais aos membros da família, por meio de paredes ou divisórias improvisadas; a construção de anexos nos terrenos adjacentes à moradia original; a ocupação de espaços compartilhados como quintais ou áreas

³⁸ Fonte disponível em: <<http://arne-mueseler.com/>> Acesso em: mai. 2023.

comuns adaptados e divididos para criar novos ambientes; e o uso multifuncional dos espaços, por exemplo, uma sala de estar que pode ser utilizada como quarto à noite.

O adensamento populacional exacerbado, combinado com a inadequação de moradias, contribui para o déficit habitacional no Brasil e reflete a realidade de desigualdade socioespacial profunda em que o país se encontra. À medida em que a população cresce e a demanda por moradias aumenta, muitas famílias se veem obrigadas a viver em espaços superlotados, precários e insalubres. Isso quando conseguem “morar”. Segundo o Habitat Brasil³⁹ mais de 30 milhões de pessoas (em torno de 6 milhões de famílias) não têm casa para morar no Brasil, isso equivale à 14,2% da população, dessas, 87% vivem no meio urbano. As cidades brasileiras contam com uma das maiores taxas de desigualdade social do mundo, com o valor do m² mais caro da América Latina e onde cerca de 50 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza⁴⁰. São milhões de brasileiros vivendo em moradias em condições precárias para a sobrevivência feitas com materiais não duráveis e/ou improvisados (8% dos domicílios brasileiros); casas construídas em áreas de risco ou dividindo um pequeno espaço com um número excessivo de pessoas. A pesquisa estima que cerca de 34 milhões de moradias (49,2%) não têm acesso ao saneamento básico, e outras 9,6 milhões de casas – em torno de 48 milhões de brasileiros - não têm acesso à água potável. A situação tende a se agravar em virtude da aprovação, em 2020, do Novo marco do Saneamento que estimula as parcerias público-privadas e a privatização deste direito humano, dificultando ainda mais o acesso à água e ao saneamento.

Um paradoxo, visto que, outro dado importante que a pesquisa revela é a de que existem no país cerca de 6,5 milhões de imóveis vagos em áreas urbanas, do total, 87% estão em condições de serem ocupados. “Ao contrário do que parece, não faltam casas no Brasil. Há mais casas do que famílias para morar nelas” (BOULOS, 2012, p.16). Ao compararmos o número de famílias desabrigadas (6 milhões) com o número de domicílios desocupados (6,5 milhões de unidades), levantados pelo Habitat, é possível supor que o estoque de imóveis vagos poderia ser

³⁹ Habitat para a Humanidade Brasil é uma organização global não governamental, sem fins lucrativos, que tem como causa a promoção da moradia como um direito humano fundamental. Atua no Brasil há 25 anos, já desenvolveu projetos em 11 estados e possibilitou moradia para mais de 87 mil pessoas. Em 2016 foi eleita como uma das 100 Melhores ONGs do Brasil. As informações apresentadas na matéria têm dados da Fundação João Pinheiro 2015 (MG); Estudo “Demanda Futura por Moradia” - Universidade Federal Fluminense/Secretaria Nacional de Habitação; PNAD 2015; Ministério da Saúde; e IBGE (Censo Demográfico de 2010). Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/impacto/nossa-causa/>> Acesso em: set. 2022.

⁴⁰ O último estudo “Mapa da Nova Pobreza” - desenvolvido pelo FGV Social (da Fundação Getúlio Vargas), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – anunciou que o número de pessoas em situação de pobreza atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021 (29,6% da população total do país). Destes, 17,9 milhões (8,4% da população) estavam em situação de extrema pobreza. Fonte disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>> Acesso em: jan. 2023.

capaz de solucionar o déficit habitacional no país, praticamente sem a construção de novas unidades.

Um levantamento realizado em 2015 pelo Movimento Nacional de População em Situação de Rua (RS) averiguou que a capital Porto Alegre, por exemplo, contava com cerca de 48 mil imóveis abandonados, destes, 6 mil eram edificações públicas: “As pessoas dormem nas calçadas e as pombas dentro do prédio”⁴¹. Ou seja, “[...] a habitação em si não tem problema é um simples objeto, produzido pelo trabalho humano. Quer dizer, o problema habitacional é na verdade um problema social e sua origem está nas relações sociais do atual modo de produção” (TONIN; PERES, 2015, p. 3).

Nas relações capitalistas de produção, o acesso à habitação é uma questão fundamental para a sobrevivência da classe trabalhadora, visto que, a capacidade de manter um lugar para viver é essencial para a sua existência material. No entanto, essa necessidade básica também é utilizada como uma forma de manter a exploração da classe trabalhadora. A falta de acesso adequado à habitação pode tornar os trabalhadores mais vulneráveis à exploração e dominação pela classe capitalista, que tanto detém o controle dos meios de produção quanto exercem poder sobre a habitação e o mercado imobiliário. Em outras palavras, a habitação é um elemento crucial das relações de poder entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, afetando tanto a sobrevivência quanto a exploração daquela. Nesse sentido, a luta por moradia adequada é uma questão central na luta pela justiça social e na transformação das relações sociais e econômicas em uma direção mais equitativa.

O problema habitacional no Brasil é, sem dúvida, uma questão crônica e complexa com raízes históricas na desigualdade social e econômica do país, bem como, na falta de políticas públicas adequadas para lidar com a demanda habitacional da população mais pobre. Com a chegada da pandemia do Covid-19, a crise se agravou ainda mais, afetando milhões de famílias em todas as regiões do país. A crise sanitária exacerbou as desigualdades sociais já existentes, especialmente no que diz respeito à moradia. Muitas famílias perderam suas fontes de renda pelo fechamento de empresas, postos de trabalho e pela redução das atividades econômicas num geral. Isso levou a um aumento significativo do desemprego e, conseqüentemente, à incapacidade financeira de arcar com os aluguéis.

⁴¹ Comentário de Veridiana Machado, integrante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (RS), durante audiência pública virtual realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados do RS (CLP) em 07/06/2021. Fonte disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/da-falta-de-informacao-a-violencia-cotidiana-como-sobrevive-a-populacao-em-situacao-de-rua-na-pandemia> > Acesso em: out. 2021.

Segundo a pesquisa PNAD⁴², a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 foi de 14,7%, o que corresponde a cerca 14,8 milhões de pessoas desocupadas em busca de um trabalho no país, tendo as regiões Norte e Nordeste como as mais afetadas. O índice foi recorde do contingente de desempregados no Brasil desde o início da pesquisa em 2012. A perda de emprego, no ano de 2020, afetou principalmente empregados sem carteira assinada dos setores privado e público. A pesquisa PNAD também falava do aumento de trabalhadores por conta própria e da estabilidade quanto à taxa de informalidade.

Os números refletem o cenário político e econômico do país agravado pela crise sanitária da pandemia e envolve uma série de fatores sociais. Dentre os motivos que favoreceram a escassez de emprego no Brasil pode-se citar os milhares de postos de trabalho fechados em razão de dificuldades econômicas pela pandemia; a redução de investimentos em setores estratégicos da economia, como os de serviços e indústria; a diminuição do poder aquisitivo do brasileiro, que reduziu o consumo e a circulação de dinheiro no país; a crescente substituição de mão de obra de trabalhadores por maquinário e a baixa capacitação de parte da população agravada pela falta de acesso à educação pública de qualidade. Atualmente, há cerca de 47 milhões de brasileiros vivendo na miséria e o número de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério da Cidadania aumentou em 25% entre maio de 2021 e abril de 2022, passando de 14,6 milhões para 18,2 milhões⁴³ em 11 meses. Isso corresponde a 52% do total das 35 milhões de famílias cadastradas (83,3 milhões de pessoas) e é o maior contingente desde o final de 2014. Os números podem ser muito maiores, pois, apenas 64% dos cadastros se encontram atualizados.

O desemprego no período pandêmico também afetou parte da população que não conseguiu mais arcar com os custos dos aluguéis, aumentando o número de pessoas em situação de rua e posseiros. Alguns desabrigados, quando possível, passaram a morar com familiares ou amigos, outros criaram alternativas de abrigo em espaços públicos, e houve aqueles que promoveram ocupações em edificações abandonadas nas cidades. Houve ainda um grande aumento do deslocamento de pessoas que, pela necessidade de diminuir gastos, invadiram áreas

⁴² Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada pelo IBGE em 27 de maio de 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: dez. 2022.

⁴³ As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas com renda per capita de até R\$ 105. A renda para situação de pobreza vai de R\$ 105,01 à R\$ 210, faixa que concentra 3,1 milhões de famílias (8,8 milhões de pessoas, 9% do CadÚnico). Outros 6,7 milhões (18,8 milhões de pessoas, 19%) estão na baixa renda, de R\$ 210 até meio salário-mínimo per capita. E cerca de 20% restantes, 6,9 milhões de famílias (11 milhões de pessoas), ganham acima de meio salário-mínimo per capita. Fonte disponível em: <<https://lula.com.br/numero-de-familias-em-situacao-de-pobreza-extrema-dispara-no-brasil/>> Acesso em: dez. 2022.

de risco ou periféricas das cidades sem auxílios ou assistência técnica de apoio. Os impactos dessa situação poderiam ser reduzidos através de uma efetiva implementação de políticas públicas e projetos de habitação popular por parte do Estado que, inclusive, contribuiria com a geração de emprego na área da construção civil.

Apesar de o Governo Federal ter efetuado, em 2020, uma ação emergencial de repasse mensal (num total de nove parcelas: cinco primeiras de R\$ 600 e as quatro últimas de R\$ 300) a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do INSS, o benefício não foi suficiente para atender às necessidades de milhões brasileiros que continuam desamparados. Essa situação atinge também diversos países da América Latina, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 26 milhões de pessoas perderam os seus empregos na América Latina durante o ano de 2020. A pandemia escancarou ainda mais os problemas sociais e econômicos já fragilizados dos países latino-americanos que não possuem uma política eficiente de assistência ao desemprego como se vê em alguns países da Europa.

Com relação aos impactos sociais pelo desemprego estão o aumento dos índices de criminalidade e da violência urbana; o aumento do número de pessoas que se encontram abaixo da linha da miséria no país; a criação e o aumento de subempregos e exploração da mão de obra; a piora da saúde em geral da população, em especial o aumento de pacientes da saúde mental e avanço de casos de depressão, ansiedade e sentimento de frustração; o agravamento da vulnerabilidade e das desigualdades sociais. Dentre as ações políticas que contribuíram para o agravamento da situação, nos últimos anos, estão a Emenda Constitucional 95 (2016), que congelou durante 20 anos o investimento em políticas públicas como educação e saúde, enfraquecendo as ações das unidades de saúde e educacionais que funcionam somente com o mínimo estabelecido por lei; e a Reforma Trabalhista (2017) que, dentre outros fatores, flexibilizou as relações de trabalho e enfraqueceu os sindicatos, acarretando no aumento das negociações e contratos individuais entre patrões e empregados e as demissões sem garantias plenas de direitos para os trabalhadores.

Sobre a população em situação de rua, o IPEA⁴⁴ divulgou no ano de 2020 que, entre os anos de 2012 e 2020, houve um aumento de 140%, com uma estimativa de 222 mil pessoas sem moradia no Brasil em março de 2020. A pesquisa alertava na época que a situação tendia a um aumento em virtude da crise econômica acentuada pela pandemia do Covid-19, pelo descaso do

⁴⁴ Matéria do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada) no dia 12/06/2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811> Acesso em: dez. 2022.

poder público frente à situação e que dentre os grupos sociais mais afetados estavam os desempregados e os trabalhadores informais. A maioria dos moradores de rua, segundo a pesquisa, estão em municípios com mais de 100 mil habitantes e as regiões que concentram o maior número de desabrigados são Sudeste, Nordeste e Sul. A análise também afirmava que o tamanho da cidade e os graus de urbanização e pobreza estão diretamente ligados ao fenômeno e indicava a necessidade de políticas públicas adequadas para cada local. Como alternativa emergencial a pesquisa sugeria que as escolas desocupadas durante a pandemia poderiam ser lugares de abrigo temporário por contarem com instalações e infraestrutura. A demanda por moradia aumentou durante a pandemia, atualmente o número ultrapassa 280 mil pessoas em situação de rua. No entanto, isso é apenas uma estimativa visto que não há registros oficiais.

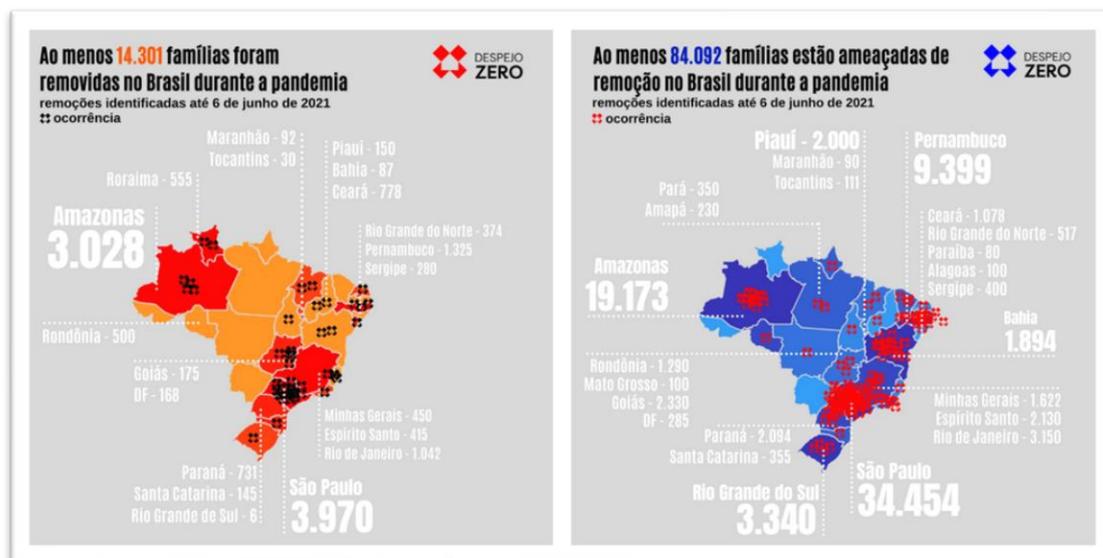
Segundo Boulos (2012), o grupo dos sem-teto no Brasil não são apenas aqueles que vivem na rua em situação de extrema miséria, mas também aqueles que chegaram no limite da degradação social promovida pelos prejuízos do sistema capitalista, especialmente a falta de moradia e o desemprego. A problemática da população de rua no Brasil congrega diversos dramas e demandas, e a naturalização como a questão é tratada demonstra a forma como são subestimados, além de aprofundar o abismo social vivenciado por esses grupos. Durante a pandemia, as questões de higiene e de isolamento social, necessários ao enfrentamento das transmissões e expressas no emblema FIQUE EM CASA, apenas se somaram às demais limitações enfrentadas nos meios precários de sobrevivência diária dos moradores de rua. E ainda, a diminuição de circulação das pessoas nas ruas acarretou dificuldade de subsistência, tanto referente às doações diárias de roupa, alimento e dinheiro quanto àqueles que trabalham com a coleta de recicláveis e outras atividades. A maioria dos sem-teto trabalha informalmente.

Os despejos forçados desumanamente, mesmo durante a pandemia, também agravaram o crescimento da população em situação de rua. Em maio de 2021, depois de um ano de insistência da sociedade civil organizada em defesa das pessoas que vivem em ocupações e assentamentos no Brasil, a Câmara de Deputados aprovou o projeto de lei 14.216, proibindo ações de despejo e desocupação de imóveis e terras até o final do ano. Durante o período de março/2021 a junho/2021, mais de 14 mil famílias foram despejadas durante o caos pandêmico, segundo dados da Campanha Despejo Zero⁴⁵, e cerca de 84 mil famílias se encontravam ameaçadas de despejos (Figura 6). Os atos praticados costumam ser violentos, física e emocionalmente, deixando as pessoas desabrigadas e desassistidas pelo poder público. Como, na maioria das vezes, não há um projeto de realocação para essas pessoas e famílias, são elas

⁴⁵ Fonte disponível em: <<https://www.campanhadespejozero.org/>> Acesso em: maio 2021.

próprias as responsáveis por seus destinos. Trata-se de uma questão humanitária e de direito. A lei 14.216 impediu processos de despejo, remoções forçadas e reintegrações de posse, incluindo a proibição de despejos de inquilinos impossibilitados de pagar aluguel frente à crise econômica do país.

Figura 6 - Mapas SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE DESPEJOS ENTRE 01/03/20 e 06/06/21 produzidos pela Campanha Despejo Zero localizando famílias removidas (esquerda) e ameaçadas de despejos (direita) no período de março/2020 a junho/2021 no Brasil.



Fonte: Página da Campanha Despejo Zero ⁴⁶.

Durante os anos de 2020-2021, diversas ações individuais ou de organizações, associações e grupos da sociedade se movimentaram prestando solidariedade através de doações de alimentos, roupas, materiais de higiene, água, etc. Muitos artistas, ativistas e coletivos reconhecidos no cenário brasileiro se somaram às ações através das plataformas *onlines* de campanhas solidárias, pressionando os poderes públicos locais e federal a fim de que estes desenvolvessem projetos e políticas não apenas emergenciais, mas de cunho duradouro e efetivo de assistência à população carente no país. Na tentativa de acolher as pessoas desalojadas, algumas propostas de alojamentos e abrigos temporários em edificações públicas desocupadas e/ou inativas durante o período pandêmico se realizaram em algumas cidades brasileiras. Muitas ocupas, apesar de terem sido bastante afetadas pela pandemia, especialmente com relação a escassez de emprego (a maioria dos moradores das ocupas desenvolvem trabalhos informais como cabelereiros, diaristas, ambulantes, artesãos, catadores de materiais recicláveis, auxiliares

⁴⁶ Fonte disponível em: <<https://www.campanhadespejozero.org/>> Acesso em: jul. 2021.

de limpeza, seguranças, *free lancers*) também foram grandes agentes de solidariedade e apoio às comunidades vulneráveis durante o período.

Como exemplo, as ações da Ocupação 9 de Julho em São Paulo (Figura 7), que uniu forças com militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Centro (MTSC) e uma rede de voluntários de diversos coletivos na campanha “Lute Como Quem Cuida” preparando e distribuindo marmitas a pessoas carentes no ano de 2020. Cerca de 300 refeições eram preparadas diariamente, com alimentos orgânicos provindo da rede de produtores familiares ligados ao MST. Desde 2017 a ocupa realiza um projeto contínuo de fornecimento de alimentação a pessoas carentes.

Figura 7 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Horta Urbana em mutirão de trabalho (esquerda cima); Cartaz de Protesto “Moradia é Direito” (esquerda baixo); Fachada do Edifício (direita).



Fonte: Página da Ocupação 9 de Julho no Facebook⁴⁷. Sem indicação de autoria.

Aos domingos, a Cozinha Comunitária da Ocupação 9 de Julho (Figura 8) recebe dezenas de visitantes para um almoço a céu aberto, com edições especiais mensais, quando o almoço é preparado por chefs gastronômicos renomados e parceiros do projeto. O almoço custa R\$ 30 por pessoa, e cada quentinha vendida gera outra doada a uma das 140 comunidades que o projeto atende. Os almoços incluem uma programação com shows, feiras, oficinas e ações de formação

⁴⁷ Fonte disponível em: <<https://www.facebook.com/cozinhaocupacao9dejulho>>. Acesso em: mai. 2023.

gastronômica, como um modo de incentivar e apoiar as atividades dos moradores da ocupa que são, na maioria, trabalhadores informais e de baixa renda. Alguns moradores também são remunerados através do trabalho na própria cozinha.

Figura 8 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Voluntários na Cozinha Comunitária (esquerda); Espaço de almoço (direita).



Fonte: Página da Ocupação 9 de Julho no Facebook⁴⁸. Sem indicação de autoria

Outros núcleos sociais se aliam à Ocupação como a Galeria Reocupa (com exposições de arte contemporânea), a Oficina de Arte (voltada à adultos e crianças semanalmente), o CineOcupa (com projeção de audiovisuais) e a Horta da Ocupação (que mantém uma compostagem de resíduos orgânicos e plantio de insumos). Após o período crítico, a ocupa continuou com campanhas ligadas à alimentação para pessoas carentes, e segue sendo um local de encontro, luta e solidariedade reconhecido na capital Paulista.

A ocupação, que teve início em 1997, abriga, atualmente, cerca de 129 família e consegue se manter em pleno funcionamento através de um sistema de aluguel solidário, administrado pelos próprios moradores e pela representante da ocupação Carmen Silva.

Mulher negra, nordestina e mãe de oito filhos, Carmen Silva deixou a Bahia fugindo da violência doméstica e em busca de uma vida melhor. Logo que chegou a São Paulo, em 1990, ela viu que ter um trabalho não era garantia de uma moradia digna, já que não ganhava o suficiente para pagar o aluguel. Durante muito tempo, ela teve que dormir em albergues. Vivendo na pele o drama de não ter onde morar, Carmen estava no grupo que, em 1997, ocupou a atual Ocupação 9 de Julho, um prédio do INSS entre as ruas Álvaro de Carvalho e Avenida 9 de Julho, no Centro de São Paulo.⁴⁹

⁴⁸ Fonte disponível em: <<https://www.facebook.com/cozinhaocupacao9dejulho>>. Acesso em: maio 2023.

⁴⁹ Matéria e podcast “Carmen Silva, do MSTC: a moradia é a porta da entrada para os outros direitos” publicada em 17/08/2021 por Denize Bacoccina e Clayton Melo para o site jornalístico A Vida no Centro. Fonte disponível em: <<https://avidanocentro.com.br/cidades/carmen-silva-do-mstc/>> Acesso em: maio 2023.

Em 2000, o grupo da Ocupação 9 de Julho, coordenado por Carmen, criou o MSTC que coordena 5 ocupações em edificações abandonadas na cidade de São Paulo, tem participação em editais de fomento à cultura e em conselhos gestores de políticas públicas na cidade. O movimento organizado funciona como um facilitador no diálogo com os gestores municipais, possibilita parcerias com instituições de ensino como a Escola da Cidade⁵⁰, que promove eventos de discussão sobre o urbanismo, direito à moradia e à cidade, e oferece assessoria técnica com profissionais especializados nas obras encabeçadas pelo MSTC.

Em entrevista cedida ao site jornalístico “A vida no Centro” Carmen Silva salienta que “A moradia para nós é a porta da entrada para os outros direitos. E a moradia é uma escola de cidadania. Não se pode reivindicar direitos sem compreender que direito não é assistencialismo e que nós também temos deveres”. A ocupa 9 de Julho (Figura 9) é uma referência de espaço de luta, moradia, educação, compartilhamento de saberes e produção cultural na cidade de São Paulo e para além, diversas ocupações seguem o exemplo dessa forma direta de participação popular, de construção de sociabilidade e formas de solidariedade pautadas na coletividade e na autogestão.

Figura 9 - Imagens Ocupação 9 de Julho. São Paulo/SP. Horta Urbana (esquerda); Geladeira Biblioteca (centro); Graffiti em homenagem à vereadora carioca Marielle Franco, assassinada no RJ (direita).



Fonte: Página Medium⁵¹. Fotos: Bia Negrão.

⁵⁰ A Escola da Cidade é uma faculdade de Arquitetura e Urbanismo que funciona, desde 1996, na forma de cooperativa e juridicamente compõe a Associação de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (AEAU-SP), entidade sem fins lucrativos que abriga profissionais e professores de diversas áreas. Possui ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação; e um programa de bolsas de estudo de até 50% definido segundo critérios socioeconômicos e étnico raciais. Fonte disponível em: <<https://escoladacidade.edu.br/>> Acesso em: maio 2023.

⁵¹ Fonte disponível em: <<https://medium.com/labjorfaap/por-dentro-da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-9-de-julho-um-s%C3%ADmbolo-da-luta-habitacional-em-sp-76efd16c39a8>> Acesso em: maio 2023.

A Casa de Referência Mulheres Mirabal (Figura 10), que abriga mulheres vítimas de violência em Porto Alegre/RS, também é exemplo de ocupação que desenvolveu campanhas durante o período pandêmico com arrecadação de alimentos e itens de higiene às abrigadas e seus filhos, e um projeto de fundo solidário online <apoia.se/apoioadiaristas> que arrecadou dinheiro para atender às dezenas de diaristas abrigadas e desempregadas pela pandemia. Vale explicitar que as ações comunitárias realizadas pela casa ocorreram mesmo durante um enfrentamento de corte de energia elétrica da casa em 2020.

Figura 10 - Imagem Fachada da Casa de Referência Mirabal. Porto Alegre/RS.



Fonte: Página da Casa de Referência Mirabal no Instagram, foto publicada em maio de 2020⁵²

O projeto da casa Mirabal, voltado para o acolhimento e a assistência de mulheres em vulnerabilidade social e vítimas de violência doméstica, teve início em 2016 com a ocupação de uma casa abandonada havia quatro anos, na Av. Duque de Caxias, centro de Porto Alegre/RS, por militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário que gerencia 10 casas de referência no Brasil. Desde o ato da ocupação enfrentaram ameaças de despejo, até que a reintegração de posse se cumpriu em 2018. As moradoras, cerca de 30, e seus filhos, foram direcionadas pela Prefeitura para um prédio público no bairro São João, na zona norte da cidade.

Apesar de todos os conflitos enfrentados, em função das ameaças de despejo e da posterior mudança para um bairro não central, continuaram executando seus projetos e,

⁵² Fonte disponível em: <<https://www.instagram.com/movimentoolga.rs/#>> Acesso em: out. 2022.

especialmente, o atendimento cuidadoso com as mulheres acolhidas pelo espaço, que vão desde o oferecimento de um teto até o acompanhamento psicológico e jurídico às vítimas de violência doméstica. Mesmo tendo passado a ocupar um edifício cedido pela prefeitura, as ameaças de despejo e violências militares não cessaram. Apenas em 2023, depois de anos de audiências públicas, negociações jurídicas e estatais, a casa conseguiu o alvará de funcionamento. “Desde 2016 sofremos uma violência institucional imensa, mas hoje demos um grande passo em direção à nossa regularização. Obrigada a todas e todos que tem nos apoiado até aqui. Essa luta é nossa!”⁵³

Sabe-se que a questão do desemprego, da fome, das ocupações e assentamentos informais, dos despejos, do déficit habitacional e do aumento da população em situação de rua no país, agravadas pela crise sanitária enfrentada durante a pandemia, são questões antigas, produtos do modelo de sociedade urbana que se desenvolveu no Brasil desde sua origem e que já vem demonstrando sua falência há tempos. Nesse sentido, o caos que se apresentou nas políticas de enfrentamento à pandemia apenas deflagrou sua incapacidade de prosseguir seguindo as mesmas bússolas que perpetuam os ciclos de desigualdade, pobreza e exclusão social.

As ações desenvolvidas pela Ocupação 9 de Julho e pela Casa Mirabal, acionadas aqui como exemplos, se tornam possíveis em virtude do modo de organização de seus agentes e das redes e movimentos sociais com os quais tramam apoios e táticas de ação, constituídas muito antes do período pandêmico. Um coletivo de forças agindo num *território ocupa* que nasce por uma necessidade primeira, morar, mas que se expande em ações de solidariedade, coletividade e autogestão, pois entende que não é apenas de casa que essas pessoas necessitam, mas também de emprego, alimentação, acesso à saúde, à educação, às relações sociais, afetivas, comunitárias. Nesse sentido, a luta dos movimentos pelo direito à moradia expressa uma luta pelo direito à própria vida.

O acesso à moradia adequada é peça fundamental à sobrevivência e à dignidade da população, e ainda, para a construção de uma sociedade um tanto menos desigual. Isso implica a garantia de abrigo, segurança, conforto, privacidade e acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento, eletricidade, transporte e etc.; que proporcionam um ambiente favorável

⁵³ Fala de Nana Sanches, membra da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário e Coordenação da Casa de Referência Mulheres Mirabal, no jornal A Verdade na matéria “Casa de Referência Mulheres Mirabal conquista alvará de funcionamento” em 5 de julho de 2023. Fonte disponível em: < <https://averdade.org.br/2022/04/casa-de-referencia-mulheres-mirabal-conquista-alvara-de-funcionamento/>> Acesso em: jul. 2023.

ao desenvolvimento pessoal, ao convívio familiar e à participação na comunidade. No entanto, apesar de ser um direito teoricamente garantido por lei, na prática ele é um direito de poucos.

Portanto, sem direitos assegurados e a fim de garantir o uso e a manutenção de seus espaços de moradia nos imóveis ocupados, os agentes das ocupações enfrentam as leis e os mecanismos de controle urbano, político e social cotidianamente. Não por acreditarem na justiça, mas por resistência, por insistência. E, assim, seguem enfrentando a racionalidade da lógica neoliberal e suas instituições, pelas brechas vão criando fissuras no sistema dominante, através de uma luta diária pela existência de suas vidas, pelo reconhecimento e pela permanência de seus *modos Ocupa* de viver e fazer cidade. Um processo cansativo, por vezes, em virtude do enfrentamento cotidiano com as estratégias empregadas pelos aparelhos de poder Estatais e seus dispositivos de captura das multiplicidades⁵⁴, materializadas nas ameaças e nos despejos, na indiferença e na passividade do corpo social frente às suas lutas.

Um processo que, por vezes, desgasta as forças de ação dos movimentos e de seus corpos agentes, enfraquecendo suas potências criadora e inventivas. Mas, como “máquinas de guerra”⁵⁵ (DELEUZE; GUATTARI, 2012b[1980]) movidos pelo desejo criador, se abrem às experiências provocadas pelos encontros e pelos agenciamentos com as redes e as conexões que tecem, refortificando as potências de ação coletiva. Seus corpos agentes se instauram em máquinas desejanter⁵⁶, revolucionárias, criando mecanismos para desviar dos aparelhos que intentam capturar seus fluxos, suas liberdades e suas forças criadoras; construindo maneiras de escapar das limitações e das imposições normativas. Entendendo que “o que define precisamente as

⁵⁴ Pode-se compreender as multiplicidades como conjuntos de singularidades e pluralidades, em contraponto à ideia de identidade e unidade (o uno = n). A multiplicidade (n-1) é um dos conceitos-chave na obra de Deleuze e Guattari, especialmente em "O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia" (DELEUZE; GUATTARI, 2004 [1972]). Uma ferramenta filosófica utilizada para desnaturalizar e desestabilizar estruturas e relações estabelecidas, abrindo à possibilidade da experimentação de outras formas de compreender e viver no mundo; valorizando a diversidade, a complexidade, a heterogeneidade e a criatividade inerentes à vida e ao pensamento, desafiando as noções fixas de identidade e unidade. A multiplicidade pode ser entendida como um processo contínuo de devir e transformação, onde as conexões e as diferenças se entrelaçam podendo gerar novas formas e novas possibilidades de organização social, de configurações subjetivas, de resistência e de transformação política e social.

⁵⁵ O conceito de “máquinas de guerra”, é utilizado por Deleuze e Guattari (2012b) para descrever uma abordagem de resistência e luta que difere das estratégias militares convencionais e das estruturas do Estado. São formas amplas e nômades de ação e de organização social que se opõem às instituições estatais e aos sistemas de controle, criando fissuras nas organizações da máquina estatal (sedentária), abalando suas estruturas. Móveis e adaptáveis, elas buscam as linhas de fuga não para destruir, mas para escapar das formas homogeneizantes de captura dos aparelhos de Estado.

⁵⁶ O conceito de "máquinas desejanter", em Deleuze e Guattari, se refere às formas pelas quais os desejos individuais e coletivos se articulam e produzem movimento e transformação. Máquinas não no sentido mecânico, mas redes complexas de interações e fluxos de desejo, um agenciamento, um sistema de relações. Desejanter se refere à dimensão pulsional e afetiva do ser humano, capaz de desenvolver novas conexões e rearranjos através das interações sociais. A ideia de máquina desejanter enfatiza a natureza relacional, fluida e coletiva dos desejos, em constante processo de transformação e interação com o mundo, e que através de redes de *affectos* e conexões podem criar novas formas de subjetividade e ação.

máquinas desejanter é o seu poder de conexão ao infinito, em todos os sentidos e em todas as direções” (DELEUZE; GUATTARI, 2004[1972], p. 514).

Fazendo jus à proposta delineada por Guattari de que “se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo e dos fenômenos de desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias” (DELEUZE, 1992, p. 29), os agentes das ocupas, organizados em coletivos e coletividades, através de seus corpos desejanter acionam pequenas revoluções urbanas, engendrando a criação de um contexto urbano possível à coexistência entre o formal e o informal, o individual e o coletivo. Desobedecem às regras, ocupam os abandonos, reativam seus territórios, inventam modos de habitar, forjam subjetividades libertárias e coproduzem a cidade.

1.3 Tanta casa sem gente e tanta gente sem casa: Por que não ocupar?

No Brasil, em especial nas zonas centrais das cidades, prédios abandonados se alastram. Um fenômeno possivelmente fomentado pela falta de fiscalização municipal, pelo alto custo investido em reformas de prédios históricos e inventariados, pelo desinteresse por parte dos proprietários privados ou públicos, pela especulação imobiliária e, ainda, pela falta de políticas públicas eficientes na direção de uma reforma urbana e habitacional. E assim, no Brasil há *tanta gente sem casa e tanta casa sem gente*⁵⁷!!

A maioria dos imóveis e dos terrenos ociosos desocupados no país são propriedades ou do Estado ou de um pequeno grupo de grandes capitalistas que também atuam com força política nas decisões urbanas do país. Sem qualquer função social, tais imóveis e terrenos se tornam objetos de interesse e uso da especulação imobiliária e, assim, “em nome do direito à propriedade de alguns poucos, se nega o direito à moradia de milhões” (BOULOS, 2012, p. 17).

O desinteresse do poder público em oferecer usos a prédios e imóveis ociosos nas cidades ilustra o entendimento da terra como mercadoria (HARVEY, 2012; MARICATO, 2000; ARANTES, 2009) ou ativo financeiro, ao invés de um bem comum usado em benefício da população. A lógica que orienta essa prática é a lógica de valorização do capital e que tem

⁵⁷ Frase, sem autoria identificada, comumente pichada nas paredes e muros das Ocupas, que expressa a realidade do déficit habitacional do Brasil.

moldado as cidades sob as orientações do mercado com vistas ao lucro e à competitividade na escala global. Isso implica a predominância dos interesses econômicos na forma como o espaço urbano é organizado e utilizado, em detrimento do bem-estar social, da inclusão, do direito à moradia e do direito de acesso comum à cidade.

Nesse contexto, a propriedade privada desempenha papel fundamental, visto que, envolve o direito exclusivo de uma pessoa ou entidade sobre determinado bem ou recurso, incluindo terrenos ou edifícios. Tal noção, combinada com a lógica de mercantilização do espaço urbano (MARICATO, 2000; R. ROLNIK, 2015) contribui para sua valorização econômica e para a especulação imobiliária, onde a terra e as propriedades são mercadorias que podem gerar lucro. Tal dinâmica resulta na manutenção de imóveis vazios, sem qualquer função social ou ambiental, na expectativa de valorização e para outros fins especulativos. E, mesmo que essa lógica de abandono da propriedade gere desperdício dos recursos e infraestruturas urbanas existentes, - degradação do espaço urbano, aumento da insegurança e exclusão social, acúmulo de dívidas pela inadimplência de impostos (IPTU, Taxa de coleta de resíduos sólidos), e diversos impactos negativos na paisagem e na qualidade urbana -, os proprietários seguem respaldados pelo direito à propriedade privada previsto na Constituição.

Ou seja, na maioria das vezes, os imóveis são deixados ociosos porque sua utilização não é considerada rentável o suficiente aos proprietários ou investidores. Também são milhares de imóveis ociosos aguardando a venda ou o aluguel, mas que, por falta de manutenção, vão se degradando ao longo dos anos. O abandono das edificações gera prejuízos tanto ao patrimônio material da sociedade e à paisagem das cidades quanto para os proprietários e para o poder público. Prédios, terrenos e imóveis fechados e sem uso são locais possíveis de se tornarem depósitos de lixo, de invasões e depredações, de infestação de pragas e deterioração, gerando um alto custo para a sociedade em termos de segurança pública, qualidade e manutenção da cidade. A falta de uso dos imóveis também contribui para o aumento da exclusão social e o esvaziamento de áreas urbanas, levando a um aumento no custo dos serviços públicos e na pressão, ou adensamento, sobre outras áreas já desenvolvidas nas cidades. E, ainda, quando ocorre o abandono em série de edificações numa região da cidade, a experiência urbana se torna mais inseguras à população e as residências ocupadas, no entorno, alvos de assaltos.

Segundo os artigos 5 e 170 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), toda propriedade tem que cumprir uma função social, seja moradia, produção ou qualquer outro uso que beneficie a sociedade. Terrenos e edificações vazios não cumprem essa função social, assim que, “por mais estranho que pareça ao discurso dominante, ocupar uma terra que não tenha função social é

fazer cumprir a lei” (BOULOS, 2012, p. 46). Ou seja, ocupar é um direito, de reivindicar o direito à moradia e exigir o cumprimento da função social da propriedade privada. Vítimas do processo de crescimento urbano sem um planejamento eficaz, da ação do poder do capital imobiliário e da especulação na produção de cidades, milhões de famílias são excluídas das políticas habitacionais e sociais no país, sem direitos iguais ao consumo de produtos e de aquisição da casa própria. Os elevados valores dos imóveis e dos aluguéis e a falha dos programas habitacionais no atendimento à demanda dos mais pobres - maioria da população brasileira - criam um quadro onde ocupar deixa de ser uma escolha, mas uma necessidade para milhares de brasileiros.

Nesse sentido, as Ocupas podem ser vistas como formas de resistência às condições urbanas e de reivindicação do direito ao uso da cidade e à moradia num contexto de desigualdade, exclusão social, histórico déficit habitacional e abandono. Elas se fazem por ações de enfrentamento materializadas na apropriação de edificações abandonadas, aplicando o direito à moradia e à cidade, em contraponto ao modelo hegemônico e neoliberal de produção urbana. A crise urbana brasileira - marcada pela periferização, pela privatização, pelo vínculo do capital imobiliário ao financeiro, pelo fomento à propriedade privada e aos loteamentos fechados e pela ineficiência do Estado na execução de uma reforma urbana e habitacional - é terreno fértil para o desenvolvimento de ações micropolíticas ativas (ROLNIK, 2018) de disputa pelo território urbano, como as transformações movidas por grupos ao se apropriarem e reativarem territórios ociosos na cidade. Nesse sentido, frente à crise urbana e societária em que o país se encontra, caberiam as seguintes indagações:

Quem tem mais condições de aprofundar e implantar relações autogestionárias e compartilhadas, senão os moradores-autogestores de uma ocupação? Quem deve ser consultado sobre a tragédia ambiental senão os povos originários que desde tempos remotos protegem a natureza? Quem tem mais propriedade para debater e propor políticas públicas senão os que necessitam dela? (CARON *et al.*, 2020, p. 5)

Pode-se dizer, inclusive, que a prática das Ocupas seja um exemplo de alternativa na construção de uma política habitacional de interesse social (HIS) efetiva no Brasil. Seus moradores tentam viver a cidade através de outros paradigmas que diferem da ideia dos modelos da cidade mercadoria e de seu consumo exacerbado. Os agentes das Ocupas vivem em coletivos, compartilham espaços e ações, compartilham vidas.

Num geral, as ocupações ocorrem por iniciativas espontâneas de pequenos grupos ou por movimentos organizados de luta pela moradia e melhores condições de vida, que ganharam força, especialmente, a partir dos anos 80. Os movimentos sociais impulsionados pelos

trabalhadores organizados, pós-ditadura, fomentaram o surgimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores - 1980) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - 1984) que travaram diversas lutas e debates políticos acerca dos direitos dos trabalhadores, do direito à terra e dos movimentos sociais urbanos, como o caso da moradia. A experiência do movimento de ativismo político e social desenvolvido pelo MST - em sua forma de organização na luta por reforma agrária através de ocupações de espaços públicos e as dinâmicas nos acampamentos - contribuiu para o surgimento do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - 1997).

Como um desdobramento do MST, o MTST através de grandes ocupações de terrenos ociosos, em diversas cidades do país, tem buscado criar uma integração entre a luta pelo direito à moradia e a luta por infraestrutura e serviços às periferias urbanas (BOULOS, 2012), e é, ainda hoje, o maior movimento organizado de luta pela moradia no Brasil. No entanto, por suas táticas de combate ao capital imobiliário e ao Estado, o movimento sofre violenta repressão o que resulta na falta de diálogo ou de concessões com o governo e despejos forçados de milhares de famílias assentadas ilegalmente.

Em 2007, surge a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos⁵⁸ numa iniciativa de reunir diversos movimentos populares de luta por direitos sociais e reforma urbana da América Latina. A frente tem mobilizado diversas ações, jornadas de discussão e atos públicos junto com associações comunitárias contra a precarização da vida urbana e os despejos, reivindicando políticas públicas para a habitação popular.

A partir de 2013 e as manifestações daquele Junho, que encenaram uma “contestação muito clara do *modos operandi* excludente da política urbana brasileira, [...] que jamais, jamais, ofereceu qualidade urbanística para todos” (R. Rolnik, 2022, 12min48s-13min07s), se desencadeou uma série de ocupações pelo país, especialmente nas capitais, pressionando o poder público e disputando o território com o mercado imobiliário através de um processo de organização comunitária, coletiva e popular. Como uma resposta à lógica segregadora de produzir cidade imposta pelo capital e seus agentes de dominação, a proposta de resistência coletiva movida pelas Ocupas aponta para uma forma de uso e de organização do território pautados em interesses comuns e coletivos. São movimentos sociais que protagonizam projetos coletivos de reforma ou qualificação de imóveis abandonados e ociosos possibilitando a habitabilidade e/ou a construção de casas e espaços de convivência em terrenos vazios.

⁵⁸ Fonte disponível em: <<https://mtst.org/mtst/frente-de-resistencia-urbana-um-novo-espaco-de-integracao-das-lutas-no-continente/>> Acesso em: out. 2021.

Contrariando a lógica dos discursos dominantes, cuja ideologia prega os modelos de vida individualistas onde cada um está por si, a experiência de ação coletiva visibilizada nos processos de territorialização das Ocupas indicam a potência em contar uns com os outros, dos *afectos* produzidos no encontro de seus corpos, criando vínculos comunitários e de trabalho coletivo. Seus ocupantes investem nas decisões em conjunto, pelo bem comum, enfrentando as contradições e as dificuldades de maneira a criar alternativas de uso dos espaços que possibilitem a convivência coletiva de vidas singulares, criando estratégias para lidar com suas diferenças e dar seguimento aos projetos desenvolvidos.

Coletivamente também ganham força nas ações de mobilização, no enfrentamento com as máquinas de poder do Estado e das elites, nas ações de despejo e realocações, nas negociações e nas conquistas, por vezes, adquiridas. Ao se unirem a outros movimentos e coletivos compartilham experiências e criam outras formas de relações sociais, políticas e afetivas. Nesse intercâmbio, a luta urbana e o direito à moradia se misturam a outras lutas e movimentos sociais de gênero, raça, estudantil, ecológico, feminista, indígena, entre outros. O MNPR (Movimento Nacional da População de Rua) e o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) são exemplos dos diversos movimentos sociais e políticos de luta por direitos e inclusão social no país que visam barrar as políticas de austeridade e exclusão, pressionando os governantes por reformas estruturais, tais como, a tributária, a urbana e a agrária.

O debate em torno da questão da moradia e da habitação de interesse social engloba mais do que o direito a um teto. São fatores básicos também os aspectos relativos ao grau de habitabilidade, de segurança sobre a posse da propriedade, de disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos públicos, e cujos valores sejam proporcionais à realidade da população pobre. Assim como, o direito à possibilidade de qualidade das relações sociais e da construção de vínculos entre os moradores das comunidades. Ou seja, uma casa é mais do que a sua materialidade, ela é como a base mínima para a construção da sociabilidade, da cultura e da liberdade.

No caso das Ocupas, seus moradores criam vínculos com os territórios ocupados, constroem histórias e memórias, transformam coletivamente locais inabitáveis em moradias e desenvolvem laços de confiança entre si. Trata-se de uma disposição em viver junto, de construir e manter uma coletividade. São comuns, também, as cozinhas comunitárias, as refeições partilhadas, a divisão de tarefas e as redes de cuidado que “refazem os laços sociais rompidos no cotidiano individualizado” (SIMÕES, 2017, p. 103). Sob um teto os moradores fortificam os laços sociais e as condições de enfrentamento contra os regimes de exclusão.

A experiência de uma ocupação parte primeiro de uma ação de desobediência civil e social. Desobedecem à passividade social e difusa e à obediência voluntária, promovendo transformações contra o conformismo generalizado, a submissão e os consensos estabelecidos por meio da transgressão e da resistência que, por vezes, também se manifesta pela rebelião e pelo conflito. Desobedecer no sentido de dar forma a uma própria liberdade, de obedecer a si próprio, como “uma declaração de humanidade” (GROS, 2018, p. 9). Assim, desobedecem aos territórios conformados da cidade e desviam de seus usos prévios. Ocupam a cidade forjando espaços coletivos libertários onde diferentes vidas, práticas de contracultura e de ação política convivem, ativismos e militâncias dialogam e, através de uma rede de encontros e relações de cooperação constitutivas, fortes laços de solidariedade são construídos. No processo, o espaço ocupado passa a ser utilizado como um espaço experimental de auto-organização, de gestão cooperativa e de empoderamento coletivo. E ainda, como espaços de afirmação de arranjos de vida coletiva possíveis frente ao modelo sociourbano que tanto rege quanto produz as diferentes formas de marginalização, desigualdade e exclusão social nos territórios das cidades.

Dentre os objetivos que fomentam algumas ações das ocupas está o desejo de chamar a atenção da população e do Estado para os problemas sociais e habitacionais acarretados, principalmente, pela ausência de políticas públicas eficientes e de planejamento no combate à problemática da habitação. O alto custo social que geram a prioridade do direito individual à propriedade privada, a especulação imobiliária e o abandono de terrenos e prédios públicos ou privados são pautas recorrentes.

No entanto, o caráter da ilegalidade das ocupações e a forma como questionam as estruturas de poder e seus agentes de dominação e controle são motivos capazes de colocar os movimentos sob risco de repressão. A condição de ilegalidade em *ocupar um espaço abandonado* é priorizada pelos agentes de poder mesmo quando não há um projeto de uso para os imóveis ou terrenos, por parte dos proprietários ou do Estado, com o fim de restituir sua função social. Portanto, é comum que após as desocupações os espaços permaneçam em estado de abandono. Por vezes são reocupados, noutras são lacrados, aguardando investidores imobiliários, e em outras, desmanchados (Figura 11).

Figura 11 - Imagem Despejo forçado na comunidade Cajueiro. São Luís/MA, 2019.



Fonte: Página da Mídia Ninja⁵⁹. Foto: Vias de Fato.

Os atos de violência militar (Figura 13), apoiados pelo Estado, são comuns tanto nas manifestações de rua de simples protesto, quanto nos movimentos de ocupação de imóveis e acampamentos urbanos em terras sem uso. Nesses últimos, as estratégias repressivas se materializam em despejos forçados e violentos, como evidenciado na imagem que contrasta a tropa de choque armada para realizar um despejo em Brasília durante a pandemia em frente à comunidade desarmada de mãos para cima sobre o telhado e, ao lado, uma placa que diz “Nesta comunidade vivem 34 família catadoras de materiais recicláveis que lutam por moradia digna” e outra que denuncia o descumprimento de outra lei distrital, a 6657, que estabelecia as diretrizes para a criação do Plano Emergencial de Enfrentamento da Covid-19 em áreas ocupadas por população de baixa renda, regularizadas ou não. Além do mais, a maioria das vezes, os despejos são realizados sem um planejamento de realocação para as famílias desalojadas, o que acarreta em milhares de pessoas, no caso do Brasil, sem casa para morar.

⁵⁹ Disponível em: <<https://midianinja.org/news/comunidade-de-cajueiro-protesta-contra-despejo-forcado-de-familias-no-maranhao/>> Acesso em: out. 2021.

Figura 12 - Imagem Policiais em operação de demolição de barracos. Brasília/DF, 2021.



Fonte: Página do Jornal Carta Capital⁶⁰. Foto: Scarlett Rocha.

Por vezes, os ocupantes veem suas casas serem destruídas junto com as memórias afetivas e os móveis que não foram capazes de retirar, por diferentes motivos, sem que possam ao menos negociar. Na condição de desamparo, tanto do Estado quanto da possibilidade de abrigo em amigos ou familiares, os desabrigados não têm outra solução além de investirem na ocupação em outro lugar da cidade, reocupar o local do despejo ou, desalojados, passarem a viver na rua (Figura 13).

Noutras vezes, a negociação é possível através da regularização dos assentamentos informais junto às prefeituras municipais, da conquista de auxílios como o aluguel social ou, ainda, no deslocamento das populações para loteamentos formais por meio de benefícios financeiros para a obtenção da casa própria. Este último caso é o verificado através de programas de habitação como o PMCMV que, como foi salientado anteriormente, não tem conseguido atender a histórica demanda da falta de habitação da população carente (menos de 3 salários-mínimos).

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/senado-adia-votacao-sobre-suspensao-de-despejos-na-pandemia/>> Acesso em: out. 2022.

Figura 13 - Imagem Famílias desalojadas durante a pandemia passam a viver em barracas improvisadas no centro da capital São Paulo/SP.



Fonte: Página do Jornal Correio do Povo⁶¹. Foto: da imprensa.

No contexto de deslocamento de famílias para outras áreas da cidade também é comum certa resistência dos moradores em função da necessidade de se desfazerem dos vínculos comunitários e afetivos construídos em seus assentamentos anteriores, e/ou em função da localização das novas moradias em zonas comumente afastadas das zonas centrais das cidades. A questão da localização é um dos principais argumentos de resistência, pois, ao se afastarem do centro passam a depender do transporte público para o acesso aos locais de trabalho, serviços, escolas, saúde e outras oportunidades. Como é o caso dos trabalhadores informais - catadores de materiais recicláveis, ambulantes e camelôs - que necessitam das áreas centrais das cidades, com maior fluxo de pessoas, para a realização de suas atividades.

A insistente retirada das pessoas de suas ocupações clandestinas, sem regularização, e o processo de criminalização que muitas vezes é acionado, tem como pano de fundo a lógica neoliberal financeirizada de utilização desses espaços urbanos, da terra urbana, para fins lucrativos e para a especulação imobiliária. Mas, a crise financeira em que o mundo se encontra, criou uma situação paradoxal onde cada vez aumenta mais o número de pessoas sem moradia adequada ao passo que um número expressivo de imóveis e terrenos ficam vagos esperando melhores rendimentos ou no aguardo de sua venda. O mercado e os sistemas jurídico e político

⁶¹ Fonte disponível em: <<https://correiodopovo-al.com.br/geral/crise-joga-familias-nas-ruas-e-barracas-se-espalham-por-sp>> Acesso em: out. 2022.

tanto favorecem os proprietários desses imóveis, mesmo quando suas propriedades não exercem qualquer função social e, por vezes, são abandonadas, quanto estigmatizam aqueles que, na luta por abrigo, ocupam os lugares ociosos na cidade.

A desenfreada falta de moradia em contraposição com a produção de espaços vazios nas cidades são marcas fortes da sociedade contemporânea, e deixam visível quem são os principais agentes de poder – mercado, instituições privadas e Estado – atuando na produção capitalista do território urbano. E, ainda, no modelo dominante neoliberal, o direito à propriedade privada é essencial para a acumulação do capital, assim, romper com a lógica baseada na propriedade privada da urbanização capitalista coloca em pauta a luta pela elaboração adequada de direitos civis.

Em fevereiro de 2024, o governo do Presidente Lula lançou o Programa Imóvel da Gente - Programa de Democratização de Imóveis da União, coordenado pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SPU/MGI) com o intuito de converter prédios públicos da União em desuso em centros de moradia populares⁶². O programa é uma forma de dar destinação do patrimônio público a entes federativos, setor privado e movimentos sociais para construção de equipamentos urbanos e habitações populares – habitação de interesse social. No caso de plenamente efetivado, o projeto pode resultar em um importante passo para a política habitacional do país, no sentido da perspectiva de democratização dos bens públicos e de reajuste (imóveis vagos x déficit habitacional) com relação aos imóveis desocupados em descumprimento à função social prevista em lei. A medida pode, ainda, servir de modelo, sendo aplicado também sobre imóveis ociosos de propriedade dos Estados e municípios.

No entanto, como de praxe no contexto político brasileiro, a ineficácia na implementação das políticas públicas habitacionais, a ausência de diálogo efetivo com os movimentos sociais organizados, a falta de compromisso na democratização do acesso à moradia e a prioridade da especulação imobiliária, sob a lógica do mercado e de seus agentes financeiros, são fatores que contribuem para a perpetuação da problemática habitacional. A efetivação dos programas demanda, ainda, de uma série de ações, fiscalizações e burocracias legais que dependem da disposição e dos interesses das gestões públicas municipais em inseri-las em suas agendas. Portanto, no contexto atual, a luz que emana do programa Imóvel da Gente ainda é tênue, resgatando a proposta delineada pelas ocupações urbanas enquanto práticas ativas e autogeridas

⁶² Fonte disponível em: <<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/governo-lanca-programa-imovel-da-gente-com-33-imoveis-ja-destinados-a-regiao-norte>> Acesso em: abr. 2024.

de democratização e redistribuição do território urbano por meio da ação ilegal em ocupar seus abandonos.

O movimento das ocupas, nesse sentido, continua a desafiar a lógica do mercado neoliberal financeirizada e de produção do território urbano excludente. Pode-se dizer que são como uma resposta lógica: milhares de sem-teto x milhares de espaços vazios = ocupar. Ao ocupar movimentam o território formal dado acionando processos de territorialização, reinterpretando os espaços e reativando suas funções sociais. Um movimento que aciona corpos políticos, através da ocupação dos espaços ociosos da cidade e do enfrentamento com o *inimigo* (estatal e social), dispostos a intervir no desenvolvimento e na renovação urbana, por um processo de redistribuição e ajuste espacial, e que não deixa de ser uma forma de política urbana e habitacional.

Por vezes, a ocupação pode ser uma solução individual, mas, quando agenciam coletividades e movimentos sociais passam a funcionar como agenciamentos coletivos enunciadores e maquínicos, com potência em desenvolver práticas de organização não-hierárquicas, autogeridas e participativas. Nesses casos, além de utilizarem os espaços ocupados para residências coletivas, também os transformam em lugares de encontro integrando atividades políticas, produtivas e contraculturais (que fogem aos circuitos culturais comerciais) fortalecendo a atuação dos movimentos sociais locais. Seus agentes (ocupantes e ativistas) costumam se engajar em campanhas de protesto de causas pontuais e de movimentos sociais mais amplos, lutando contra todas as formas de precariedades e desigualdades, como a fome, o racismo, o neofascismo, a xenofobia, a misoginia, a homofobia, as repressões estatais, a militarização, a especulação urbana e as políticas de privatização (educação, saúde, serviços públicos e espaço urbano).

Evidentemente que, enquanto manifestações complexas e diversificadas, as ocupações diferem entre si, tanto com relação às motivações e objetivos para além da moradia, quanto na multiplicidade de formas como se organizam e impactam os contextos urbanos em que se inserem. Elas variam também com relação à escala, podem ocorrer em uma edificação térrea de poucos cômodos ou em um edifício em altura, por exemplo. Algumas são legitimadas pela comunidade e contam com o apoio popular, se fortificam no envolvimento com movimentos sociais e outras organizações. Outras se fazem silenciosas, quase invisíveis. O contexto sociocultural e geográfico em que se insere cada ocupação também influenciam suas dinâmicas, motivações e desafios. As pessoas envolvidas, as demandas dos agentes e ativistas, a organização dos espaços, as atividades que desenvolvem e as formas de mobilização que acionam são

singulares à cada situação. E, cada configuração também acarretará em desafios e problemas específicos, assim como, na busca de soluções próprias e criativas para enfrentá-los.

No entanto, a rede de comunicação entre as ocupações costuma ser uma ferramenta de apoio. A troca de experiências colabora na organização e na coordenação das ocupas, na construção de suas pautas e agendas, potencializando a noção de uma rede de corpos presentes e ativos que falam por si mesmos, ao invés de serem representados por outros. O agenciamento e o diálogo entre os movimentos contribuem no sentido de que seus agentes se veem como parte de um movimento maior, mesmo sabendo que seus desafios sejam enfrentados na dimensão do cotidiano local. Em rede com outros movimentos nacionais e internacionais garantem visibilidade às suas lutas locais e possibilidade de compartilhamento das experiências, das conquistas e das dificuldades. Num agenciamento entre as demandas pessoais, as possibilidades dos contextos locais e as redes dos movimentos sociais com as quais tecem conexões, as ocupas concebem formas inovadoras de ação política, luta urbana e tomada de decisões alicerçadas na coletividade e no bem comum dos envolvidos em cada situação.

Apesar de, à primeira vista, o fenômeno das ocupas no Brasil possa ser relacionado à problemática urbana das grandes cidades, atentando à sua história, às formas como têm se manifestado e refletindo sobre as ligações que estabelecem com outros movimentos e suas dimensões internacionais, percebe-se que não se trata de um fenômeno tão marginal e local. Impulsionados pela falta de acesso à moradia adequada e pela articulação com movimentos nacionais e internacionais de luta pela terra e pela moradia, em pequenas e médias cidades as ocupações de imóveis e terrenos ociosos também se alastram de forma crescente. E, na construção de espaços comuns, têm criado maneiras de subverter a exclusão, o abandono, as precariedades da habitação e da distribuição urbana no país.

1.4 As lutas urbanas especializadas acionam processos de territorialização

As formas de organização das ocupações se assemelham à lógica dos modos de organização dos setores populares percebidos nas vidas urbanas das periferias. Uma lógica singular de ocupar e produzir territórios que se faz por modos de vida e arranjos articulados em torno de um sistema familiar comunitário e por redes de cooperação e apoio. Tais arranjos tanto conduzem como se manifestam na forma de suas relações econômicas e sociais, pautadas na troca, na autogestão coletiva e na informalidade, assim como, nas relações estabelecidas com os

setores hegemônicos da sociedade que, por meio dos interesses políticos e econômicos, intentam determinar modos de vida e de organização territorial dos espaços periféricos, mas que são contestados, constantemente, pelos movimentos sociais organizados em lutas e reivindicações por direitos igualitários à vida e aos usos da cidade.

Enquanto territórios periféricos, marcados pelo abandono das políticas públicas e seus agentes gestores, se constituem em lugares de agência popular, traduzida como uma forma de organização coletiva de corpos políticos marcada pelo convívio com as dinâmicas dos conflitos sociais e territoriais ali existentes e os modos de vida urbana que são capazes de desenvolver. Modos e formas de viver e habitar que se transpõem tanto na espacialidade dos agrupamentos quanto nas relações interpessoais e comunitárias, manifestas nas dimensões do cotidiano, nas estratégias de luta e de sobrevivência e nas formas de sociabilidade realizadas ali.

São formas de vidas comunitárias e coletivas, marcadas por laços de solidariedade e relações de vizinhança necessários à manutenção de suas formas em meio às violências que sofrem e ao abandono fruto da racionalidade urbana em que se inserem, “são os afetos que organizam os bairros, os complexos de favelas, as vizinhanças [...] e é dessas formas de vida coletiva-comunitária nas periferias que podem surgir estratégias e táticas de luta” (VELLOSO, 2020b, p. 166). Talvez esteja aí o potencial emancipatório das populações periféricas, na dimensão que suas forças individuais ganham ao se articularem coletivamente, na “soma de energias insurgentes, demonstrando que viver a desigualdade e a exclusão também pode ensinar o exercício das lutas e contestações por vidas urbanas mais justas” (Ibid., p. 167).

Nesse sentido, a compreensão acerca dos conflitos sociais, presentes e encarnados nos territórios periféricos, requer que sejam vistos como uma disputa coletiva que se encarna, se materializa, sobre/no território e que, através dele, fazem valer suas exigências e contestações. Um coletivo agrega corpos e singularidades em coexistência, “como se pudessem coexistir vários mundos [...] no interior de uma composição maior [...] sem que sejam todos reduzidos a um mesmo e único mundo” (ROCHA, 2010, p. 481). Trata-se, pois, de uma conjunção de multiplicidades e diferenças cada qual “com suas relações específicas de velocidade e lentidão” (ibid.). Nesse sentido, uma coletividade pode ser pensada como um agenciamento entre heterogêneos elementos, em variação contínua, “como [uma] afetação recíproca entre potências singulares, numa certa composição de velocidade e lentidão” (ibid., p. 482).

Os territórios periféricos não apenas anseiam por reconhecimento e inclusão dentro de um Estado neoliberal que perpetua padrões coloniais há séculos, mas também clamam pelo reconhecimento de suas diferentes perspectivas epistêmicas, éticas e políticas decorrentes das

marcas deixadas pelo passado. Além disso, demandam uma participação ativa e igualitária no Estado, que lhes permitam intervir nas questões e decisões que os afetam. Tal reconhecimento, que implica debates sobre os diferentes modos de apropriação, ocupação e produção do território urbano, demanda, ainda, de uma análise acerca da histórica construção da desigualdade, materializada nas espacialidades periféricas dessas populações, a partir de diferentes pontos de vista, pois, a disputa pelo território se relaciona a uma multiplicidade de dimensões que também se territorializam como a racial, a étnica e as questões de gênero.

Para Velloso (2020b, p. 168) “a reivindicação de uma racionalidade contraposta à colonialidade é [...] a chave para compreender os conflitos urbanos contemporâneos no Brasil, travados nas periferias”. Compreender esse processo implica perceber como operam essas racionalidades contrapostas, desde o interior dos movimentos, acompanhando os próprios movimentos que promovem e as relações implicadas neles. Como “insurreições urbanas” (ibid.), assim operam as lutas urbanas, elas partem de dentro dos movimentos materializando as reivindicações e as contestações em protestos promovidos pelos corpos na rua, espacializando arranjos, pautas e subjetividades no território.

Especialmente no contexto na América Latina, as lutas sociais, quando analisadas pela perspectiva crítica à colonialidade, podem ser vistas como movimentos antissistêmicos (ZIBECHI, 2014) que se desenvolvem nos contextos do cotidiano, nas oportunidades e dificuldades da vida diária, mas cujas formas de operação, que se realizam por dinâmicas multifacetadas, confrontam o exercício de poder do capital, do regime do Estado e suas leis. São modos de vida que se convertem em lutas emancipatórias, por vezes diferentes entre si no que tange o argumento reivindicatório, mas que se interligam, contra os diferentes modos de opressão e submissão exercidos no âmbito globalXlocal. Passa-se a compreender que “toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital” e que ocorre a partir de um “*território em uso*”, ou seja, como uma “disputa encarnada no território” (VELLOSO, 2020b, p. 171). É através do território, por meio do uso e das diferentes formas de apropriação empregadas, que grupos sociais subalternizados contestam e reivindicam suas necessidades.

Essas formas de lutas emancipatórias promovidas pelos estratos sociais subalternizados, que também expressam territórios em enfrentamento, são “formas de organização de resistências em construções coletivas, mesmo que menos visíveis – porque consolidadas internamente aos territórios –, [que] conjugam duração e efemeridade, lógicas de protesto e lógicas de ocupação, além de arranjos sociais diversos” (VELLOSO, 2020b, p. 170). Num geral, essas lutas tendem a se organizar de maneira horizontal, sem um líder centralizador, mas em

pequenos grupos de trabalho que tomam decisões em coletividade. Como salienta Zibechi (2014, p. 18) “a maior parte dos pobres da América Latina vive sua vida cotidiana à margem do Estado e para lutar vão descobrindo que não é necessário que se organizem ao modo do Estado”, ou seja, o modo de vida que afirmam também se expressa na forma de luta que empenham.

É fato que:

A fragilidade do sistema está justamente naquilo que acredita controlar e, quanto mais se sublevam e se empoderam as margens, quanto mais empenho em reconhecê-las e trazê-las para os campos participativo e deliberativo da cidade, mais afogados em seu próprio vazio ficam aqueles corpos frágeis que, sem nenhum mérito, já nasceram vencedores (CARON *et al.*, 2020, p. 5).

Assim, quando as classes marginalizadas se empoderam e vão à luta, e quanto mais a sociedade se esforça para reconhecer e para integrá-las nos processos participativos e decisórios da cidade, mais evidente se torna o vazio e a fragilidade daqueles que, sem esforço próprio, nasceram em posições privilegiadas. Quando confrontados com a força e a determinação das populações à margem do sistema que, desde sempre, lutam por um lugar no território urbano e na sociedade, as classes privilegiadas e o sistema que as produz revelam a superficialidade e a falta de consistência de suas superioridades.

As lutas urbanas manifestam uma dimensão das relações sociais territorializadas, portanto, vão além de uma reivindicação política, trata-se de uma reivindicação pelo lugar, pelo espaço, pelo território; uma reivindicação pelo reconhecimento dos diferentes modos de habitar e ocupar os espaços da cidade (VELLOSO, 2020b). Uma luta onde grupos sociais provindos de diferentes conjunturas de subalternização se juntam, corporalmente, pelo desejo comum de romper com as relações de dominação e exploração de todas as ordens que, historicamente, se manifestam sobre os corpos e sobre os territórios, acompanhando, desde os primórdios, o processo de formação social e urbana.

Discutir a luta urbana na América Latina é problematizar o colonialismo, o conservadorismo, e as marcas produzidas a partir desse sistema em suas múltiplas dimensões. As marcas do colonialismo, no processo de produção territorial, se instauram sobre as formas urbanas desenhando geografias e criando limites territoriais, que tanto desenharam os territórios quanto imprimem movimento e transmutação neles e a partir deles, suas territorialidades e territorializações – através das estratégias de contestação e dos modos contra-hegemônicos de apropriação, uso e produção dos territórios da cidade. O legado do colonialismo criou marcas que ultrapassam o território físico formado, visto que há uma relação intrínseca entre a produção territorial urbana e a formação social.

A distribuição desigual de recursos e oportunidades, herança do sistema colonial, resultou em uma significativa disparidade de renda, acesso à educação, saúde, moradia e outros serviços básicos entre a população latino-americana. As áreas urbanas refletem essas disparidades, com bairros ricos e exclusivos contrastando com favelas e comunidades carentes. A segregação espacial, resultante desse processo, reflete e reforça as desigualdades sociais e étnicas, criando barreiras para a integração e o desenvolvimento social. O legado do colonialismo também se manifesta em formas de discriminação e racismo persistentes. Especialmente sobre as populações indígenas, afrodescendentes e outras minorias étnicas, onde o preconceito e a marginalização historicamente enfrentados impacta em suas possibilidades de inserção na sociedade e em suas condições de vida no meio urbano. E, ainda, sobre a forma como suas expressões culturais e modos de vida foram extirpados, ou, por vezes, capturados e reinterpretados, pela visão europeia de domínio colonial.

A imposição de uma visão cultural, religiosa, política e social sobre as populações nativas e àquelas provindas do continente africano, subjuguou suas formações sociais originais e seus conhecimentos em favor de um processo de dominação civilizatório. Isso impactou tanto na perda de seus saberes tradicionais e costumes – implicando a descaracterização de suas expressões, valores culturais e suas línguas - quanto na maneira dessas populações se relacionarem com os novos territórios e vidas comunitárias.

Com relação às questões de participação política e cidadania, as marcas do colonialismo também são influentes. Desde as origens as elites detêm grande parte do poder político e econômico, persuadindo políticas públicas que não atendem plenamente às necessidades das populações à margem, e, cuja falta de representatividade e inclusão política, dificulta a tomada de decisões na promoção de maior igualdade e bem-estar para todos.

Entendemos como margens os grupos menos reconhecidos nas hierarquias sociais ou considerados mais vulneráveis. Os que constituem, na realidade, a maioria da população que vive na "cidade mercadoria": corpos de diferentes gêneros, sexualidades, raças, culturas, idades. Que, paradoxalmente, são uma maioria numérica empobrecida, à margem dos planos e projetos que produzem as cidades brasileiras e que são enquadrados pelos paradigmas do planejamento e desenvolvimento oficiais como receptores ou usuários de programas, sempre em posição de subalternidade. São corpos desterritorializados, desconstituídos de direitos, invisibilizados e marginalizados pelo Estado [...] (CARON *et al.*, 2020, p. 5).

Ou seja, além dos impactos territoriais, o colonialismo também deixou profundas marcas que perpetuam nos corpos e nas relações sociais, resultantes de séculos de exploração, dominação, racismo, violência, genocídios, e que continuam a influenciar as dinâmicas sociais.

Como cicatrizes emocionais e psicológicas nas comunidades afetadas, essas marcas são transmitidas de geração em geração. São relações e estruturas de poder, estereótipos e normas culturais que tanto marcam quanto produzem corporalidades, subjetividades e territórios.

Como uma resposta a essas heranças de desigualdades, discriminação e exclusão, as lutas urbanas, frequentemente, se concentram em reivindicar o acesso igualitário à cidade, à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte público de qualidade e outros direitos urbanos fundamentais. Também se manifestam reivindicando a apropriação democrática dos espaços públicos e suas diversas possibilidades de uso. A participação política e a representatividade de negros, mulheres, indígenas, transexuais, portadores de necessidades especiais, dentre outras categorias sociais, também promovem lutas urbanas na busca por maior inclusão e visibilidade nas decisões que afetam suas vidas e suas comunidades. O combate ao racismo institucional e estrutural, e o reconhecimento das diferentes expressões culturais e saberes das comunidades marginalizadas, também são pautas recorrentes na luta pela valorização das culturas afrodescendentes, indígenas, e de outras minorias, contra a perpetuação de estereótipos, hierarquia sócio racial e preconceitos.

E assim, mulheres, trabalhadores, desempregados, pobres, negros, indígenas, quilombolas, comunidades LGBTQIAPN+, portadores de necessidades especiais, ambientalistas, estudantes, professores, sem tetos, imigrantes, e muitas outras categorias sociais subjugadas, através de seus corpos, organizados em coletivos de pequenos grupos ou de grandes movimentos sociais - sejam sindicatos, ONGs, associações comunitárias, partidos políticos -, engendram lutas urbanas. Esses corpos à margem “muito embora sejam tratados pelo modelo de planejamento neoliberal como “massa de sobrantes”, resistem, se organizam, lutam, são insurgentes” (ibid.) e, por meio de suas lutas também indicam a necessidade de se rever a forma como seus movimentos e feitos são analisados e mapeados.

[...] com suas vozes e corpos nos apontam que é urgente repensar e mudar métodos, instrumentos e critérios estruturantes da disciplina urbanística. É preciso dar visibilidade a outras narrativas, cartografar a cidade em posição de denúncia das desigualdades, pensar de forma interseccional, valorizar a diversidade de saberes e vivências dos corpos na cidade e entender a natureza como parte indissociável da nossa existência (CARON *et al.*, 2020, p. 5).

Lutar é uma experiência corporal e a luta urbana é uma experiência coletiva, em resistência às estratégias de poderes hegemônicas sobre os corpos e o território urbano. A subjetividade produzida nessas lutas, e através delas, é a da capacidade de compor novos arranjos espaciais, singulares para cada lugar, de formar coletividades e agrupamentos, de promover

territorialidades e de desestabilizar a rigidez dos parâmetros ditados. Subjetividades capazes de questionar a polícia e a política, o controle dos espaços urbanos e seus agentes dominantes de produção, os modos de habitar e as formas de gerir a terra urbana. Contra os governos de assujeitamento e de individualização, a favor dos agrupamentos, das práticas coletivas na arte, na produção de alimentos e no uso coletivo dos espaços da cidade. Uma subjetividade capaz de aceitar o outro em sua diferença e multiplicidade, em nome de uma luta maior e igualitária fortalecida pelas redes que compõem.

A questão das lutas urbanas está sempre se atualizando, pois os acontecimentos políticos, econômicos e sociais vão se transformando ao longo do tempo. No entanto, parece que o principal interesse na discussão sobre a problemática urbana é o reconhecimento heterogêneo das diferentes práticas de disputas urbanas no cenário atual e o modo como isso interfere no processo de construção de territórios de vida coletiva. Há um transitar constante entre as lutas urbanas e as práticas coletivas de territorializações nas cidades que disputam seus espaços tensionando as decisões e promovendo agenciamentos criativos de construção da cidade, em meio ao jogo de antagonismos e estratégias de controle hegemônicas que geram certa condição de imobilidade para milhares de pessoas. Por isso a importância de repensar a discussão sobre a produção urbana além da versão hegemônica, mas enquanto territórios de vida e sociabilidade coletiva a partir de uma perspectiva correlacional e complexa de modos de territorialização inventivos capazes de ativar a existência e a produção de diferentes subjetividades.

Guattari em Verdades Nômades (NEGRI; GUATTARI, 2017) diz que nos anos de inverno da década de 80 – pós derrubada dos movimentos de contestação social e política dos anos 60 na América Latina – surgiram os movimentos de luta em curso ainda nos dias de hoje. Ele se refere às formas de vida comunitária e coletiva, aos processos singulares libertários, de trabalhos coletivos e compartilhados, aos laços de vizinhança, aos sindicatos e às cooperativas. Lutas identitárias, antirracistas, anti-homofóbicas, contra a exploração e a precarização do trabalho e dos direitos humanos. Hoje, a resistência se instaura em um esforço coletivo de reapropriação da potência para a produção do “comum” no corpo social. Essa produção do comum discorre sobre uma prática social alternativa em contraponto à racionalidade neoliberal dominante, como um princípio de resistência operado pelos movimentos e agrupamentos sociais que cria formas originais de agir e lutar. “[...] um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 16-18). Essa construção depende de uma vontade de agir coletiva.

Enquanto os movimentos operários da Europa, no pós-guerra até os anos 60, lutavam em massa por questões salariais e sobre a atividade produtiva no interior das fábricas, as novas formas de luta anticapitalísticas passaram a englobar multidões contra os regimes de controle operantes, em todos os continentes do mundo. As lutas travadas hoje têm em comum uma raiz nos movimentos micropolíticos que sacudiram o mundo em Maio de 68 na França (ROLNIK, 2018), marcados pelas greves gerais de estudantes e trabalhadores, protestos e ocupações. Na pauta do movimento político estavam questões sobre a Guerra do Vietnã, a liberação sexual, o sistema educacional, o conservadorismo, a luta antimanicomial e a ampliação dos direitos civis. Os anos 60 também foram marcados pelo movimento *hippie*, movimento de contracultura antiguerra com origem nos EUA que criticava o uso de armas nucleares, o sistema patriarcal, o militarismo, o capitalismo, as corporações industriais e todo o tipo de autoritarismo. O lema “paz e amor” era a postura política do movimento. Lutavam pela não violência e o amor livre, pelos estilos de vida comunitários e autogeridos, pela igualdade, pelas questões ambientais, os direitos civis, os laços afetivos e a emancipação sexual.

No Brasil dos anos 80, período marcado por um cenário de transição política e social após um longo período de ditadura militar, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na construção de uma frente de luta de trabalhadores urbanos organizados em sindicatos e associações partidárias, com foco na luta econômica ligada à questão de classe, na busca por melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores urbanos, e no objetivo de tomada do Estado como estratégia para transformar as estruturas de poder. Esses movimentos tiveram início nos movimentos sociais politizados de reivindicação por reformas de base, agrária e urbana, iniciadas na década de 60, mas que foram violentamente reprimidos pelos militares em nome do lema de segurança e desenvolvimento nacional da ditadura.

Hoje, numa sociedade de configuração social muito mais complexa, há uma diversidade de lutas. Luta de gênero, de raça, luta religiosa, ecológica, enfim, uma multiplicidade de lutas – que tentam abranger as diferentes formas de vida. Num geral, a desigualdade socioeconômica, a falta de participação popular nas decisões políticas, os atos antidemocráticos dos governos e as questões urbanas são pautas comuns dos movimentos sociais nessa contemporaneidade, e conectam problemas nacionais aos movimentos globais de enfrentamento da crise econômica, à questão da representatividade democrática nas instituições políticas e à permanência da lógica neoliberal como orientação dominante da política econômica e seus impactos.

Ao longo da década de 80 até o início dos anos 2000 eclodiram movimentos sociais pelo mundo que podem ser classificados, segundo Rolnik (2018), em três tipos. Aqueles que atuaram

especificamente na esfera micropolítica, como o caso do movimento *Punk* entre os anos 70 e 80, com origem nos EUA, em contraponto ao pacifismo e romantismo do movimento *hippie*. Os movimentos com atuação simultânea e indissociável nas esferas micro e macropolítica como, no caso nacional, os movimentos negro, indígena e feminista, o movimento LGBTQIAP+ e as manifestações dos Caras-Pintadas (1992) a favor do *impeachment* do presidente Collor (1990-1992). O terceiro tipo caracteriza os movimentos cuja atuação se dá especialmente na esfera macropolítica, e no Brasil ocorrem a partir dos anos 80, como o caso do movimento político de cunho popular do Diretas Já (1983-1984), o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT-1980) e o MST (1984). Esses movimentos também ocorreram em outros países da América do Sul, de diferentes formas, culminando na eleição de governos presidenciais de esquerda no início dos anos 2000.

Há uma estreita conexão entre os movimentos sociais antineoliberais atuais e os movimentos sociais anteriores baseados na democracia direta e na auto-organização. A partir de 2010, dentre os movimentos que despontam no mundo, cuja atuação aliam as esferas micro e macropolítica e que catalisaram diversos outros movimentos de protesto contra-hegemônicos semelhantes na luta por democracia e direitos civis igualitários, estão: as manifestações revolucionárias da Primavera Árabe (2010) que ocorreu no Oriente Médio e norte da África; o *Occupy Wall Street* (OWS, 2011) movimento de protesto contra a desigualdade social e econômica, a corrupção e a influência financeira das empresas no governo dos EUA; o Movimento 15-M e *Indignados* (2011) na Espanha que promoveram protestos de cidadãos indignados com a corrupção e a falta de representatividade de seus governantes, e que reivindicavam por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais no país; e, no Brasil, os movimentos iniciados nos protestos de Junho de 2013.

A eclosão simultânea e contagiante desses movimentos de mobilização e protestos sociais pelo mundo tomou a dimensão de um movimento global, com reivindicações singulares em cada local, mas com formas de luta e consciência de solidariedade mútua bastante semelhantes. O pano de fundo da onda de protestos que se alastrou foi a crise social, econômica e financeira que assolou o mundo a partir de 2008 colocando em xeque as estruturas do capitalismo, e cujas principais consequências são o aumento do desemprego e a retração financeira internacional. Assim, alguns manifestantes chegam a tratar o fenômeno como a *mobilização dos 99%*, visto que expressam a parcela da população afetada negativamente pela

desigualdade social, de renda, de patrimônio e de poder, frente ao 1% da população que concentra as riquezas⁶³.

Num geral, a organização desses movimentos começa por ocupar praças e espaços públicos, em seguida, utilizam os espaços reapropriados para montar barracas, cozinhas coletivas, bibliotecas e centros de mídia e comunicação a fim de organizar coletivamente assembleias, pautas e grupos de trabalho, comícios e marchas, bem como, o cotidiano de seus agentes, de forma horizontal, democrática e auto gestonária. No processo, seus corpos agentes transformam os espaços públicos em espaços comuns e abertos ao uso dos ocupantes que tanto habitam quanto compartilham saberes e recursos de acordo com suas regras próprias construídas coletivamente. A utilização das redes sociais de comunicação alternativa (*twitter, facebook, whatsapp, instagram*) propagam e contribuem para articulação política de seus ativistas. A forma como os novos meios de comunicação é capaz de internacionalizar os movimentos, compartilhando saberes e fortalecendo as lutas em rede, é uma característica importante nessa contemporaneidade⁶⁴. No entanto, a principal marca desses movimentos é a união dos corpos no espaço público que culminou com diversos acampamentos e protestos em centenas de cidades pelo mundo.

Considerado um dos mais importantes protestos da história do Brasil, as manifestações iniciadas em junho de 2013 têm reflexos até hoje. Inicialmente sob a pauta do aumento das tarifas do transporte público do Movimento Passe Livre em São Paulo, os protestos se espalharam por todo o país revelando a insatisfação geral da população brasileira com a classe política governante, a corrupção, a violência policial e os problemas sistemáticos e estruturais na educação, na saúde, nas relações trabalhistas, no espaço urbano, no campo e na esfera social. Nesse mesmo período, iniciou no país uma onda de ocupações de imóveis abandonados nos centros das cidades, em especial em São Paulo, mas que logo se espalharam em dezenas de cidades e capitais do país; movidos pela pauta da falta de moradia e as desigualdades urbanas. A memória das lutas e o reconhecimento delas podem fortificar as novas formas de luta e as novas subjetividades vinculadas a elas; mesmo sabendo que as novas subjetividades podem produzir tanto mais espaços de liberdade, quanto mais espaços de sujeição.

⁶³ Segundo relatório da organização não-governamental britânica Oxfam de 2015, há 62 pessoas mais ricas do mundo que acumulam o equivalente à riqueza dos 50% mais pobres da população mundial.

⁶⁴ Cabe ressaltar que as redes sociais, veículo rizomático das novas manifestações de luta e resistência, também são uma grande corporação, que implica novas formas de sujeição. Ou seja, apesar de uma importante ferramenta para a ampliação da comunicação, e de se um facilitador da mobilização social, ao mesmo tempo pode se tornar uma ferramenta de controle, produtora de fake News e desinformação.

O que interessa aqui é que, apesar da forte inscrição neoliberal, colonial, racializante e financeira sobre a forma e as condições de produção das cidades, ela não é absoluta, sobre ela e através dela se articulam e se contrapõem modos de contestação e resistência tanto por práticas tradicionais de organização, como as empenhadas pelos movimentos políticos e partidários, quanto por práticas transgressoras do cotidiano. Há o encontro de diferentes mundos e realidades numa perspectiva relacional e aberta compondo a cidade, e onde diferentes grupos, atores, agentes e coletividades se encontram, atuando e disputando os territórios da cidade.

Os modos capitalísticos das versões hegemônicas de produzir cidades pela máquina estatal são cotidianamente contestados por meio de ações coletivas, como as reivindicações de reparação exigidas, tradicionalmente, pelos movimentos sociais, mas também por formas de transformação e de negociação mais sutis, as pequenas transgressões cotidianas realizadas por meio de ajustes e reajustes adaptativos dos espaços e das formas de vida. Especialmente nos territórios subalternizados e populares sobre os quais operam, mais violentamente, as tecnologias normalizadoras, da disciplina e do controle, a fim de apaziguar e conter os conflitos, mas que “são ao mesmo tempo dotados de uma pulsão política que se ativa historicamente para evitar as tentativas de contenção e interdição” (LOPES, 2021, 44’23” – 44’29”).

Nessa esfera conflitiva, as lutas urbanas e os processos de territorialização que operam revelam, na cidade, espaços de inter-relação entre mundos e modos de vida diferentes, que compõem a cidade ao mesmo tempo em que abrem um novo campo de possibilidades, negociações e disputas sobre os conteúdos/enunciados, as formas/materialidades e os sentidos/subjectividades produzidos através de pequenas transformações urbanas. Apesar dos antagonismos presentes nas alianças formadas e nos diferentes modos de fazer cidade, um interesse comum se faz presente, o de pensar um futuro comum através do engajamento de práticas que fogem aos modelos instaurados. Mesmo que, por vezes, tais práticas se vinculem e se apoiem em movimentos na esfera macropolítica, através de sindicatos e movimentos sociais institucionalizados, também promovem táticas micropolíticas ativas no cotidiano, no fazer diário. Nesse sentido, o reconhecimento da processualidade dessas lutas é uma qualidade importante, visto que os corpos em luta necessitam criar táticas continuamente, adaptando-se ao momento e ao contexto vigente a cada período.

Alguns territórios populares de vida coletiva afetados por processos de subalternização urbana - e que configuram a maior parte das cidades marcadas pela pobreza e pela precariedade - reagem, por vezes, em oposição e confronto direto com os agentes hegemônicos e, noutras vezes, respondem por meio de negociações sutis, práticas transgressoras e adaptativas

articulando outros modos possíveis de existência da vida coletiva. Essas ações de adaptação e enfrentamento, produzidas especialmente pelos subalternizados e racializados, quando efetivas, promovem espaços de liberdade na cidade que podem ser entendidos como territórios plurais, de inventividade, diversidade social e cultural. Através de suas práticas instituem, sobre a cidade desigual (social e territorialmente) modos e formas de vida que tanto se conformam quanto se transformam, cotidianamente, desde o interior de seus espaços. Seus corpos em coletivos, e através de suas diferentes práticas culturais, ativam territorializações por meio de “lógicas societárias transversais” (LOPES, 2021). Um processo de construção não hierárquico, que opera transversalidades rearticulando as condições de vida pela solidariedade, a colaboração, a autonomia e a autogestão. Dessa forma, acionam um pensamento comum democrático e de direito à cidade atuando como agenciamentos coletivos confrontando as ações, as violências e as dicotomias promovidas pelo macro regime.

As cidades, enquanto arranjos territoriais e sociais móveis, onde se atualizam constantemente formas transitórias e provisórias de vida e modos de ocupar o espaço urbano, também são espaços onde a lógica da modernização civilizatória e disciplinar da colonialidade exploratória pode ser contradita. E, por meio da instauração de processos de territorialização coletivos, do escape e da apropriação, a vida é capaz de se reinventar. Tais contra formas se revelam nos quilombos urbanos, nos agrupamentos indígenas, no movimento dos sem-terra, dos sem-teto, nas ocupações urbanas. Movimentos que articulam e aproximam diferentes lutas, agenciando modos de existência e possibilidades contra-hegemônicas de viver nas cidades e de promover territorializações diversas. Práticas no território urbano que desafiam o saber-poder dos mapas e dos discursos hegemônicos, produzem outros mapeamentos e, através de seus usos, redesenham os territórios da cidade.

Esses movimentos de resistência, que se apropriam dos espaços físicos da cidade podem engendrar outros modos de subjetivação possíveis, construídos a partir de um circuito de *affectos* (SAFATLE, 2016) que os aproximam e afirmam suas lutas cotidianas. Modos e subjetividades capazes de produzir e enunciar o bem-estar comum (HARDT; NEGRI, 2016) daquele agrupamento e daquela visão de mundo coletiva, na direção de uma emancipação criativa em contraponto ao controle social persistente. Através de táticas físicas e simbólicas, operadas no uso coletivo desses espaços, criam territorialidades movimentando os limites territoriais e as estruturas enrijecidas.

O processo de territorialização que essas lutas engendram indicam um ponto de vista político articulador, que visa uma construção coletiva comum e mais igualitária, problematizando a construção do saber dominante, dando abertura aos saberes, às culturas e aos modos de vida

populares. Na luta pelo comum (HARDT; NEGRI, 2016), as diferentes formas de ocupação da cidade, organizadas em pequenas multidões (NEGRI; HARDT, 2005), tensionam a propriedade privada, as injustiças sociais, o consumo, o acúmulo, o poder capital, as formas dominantes de subjetividade e o Estado totalitário, afirmando o poder constituinte como possibilidade de valorizar os interesses comuns a uma multidão.

A proposta de multidão delineada por Negri e Hardt, enquanto prática coletiva, trata de uma forma de subjetividade, ou ainda, uma força de subjetivação. A multidão “tem uma estranha temporalidade dupla: sempre-já e ainda-não” (NEGRI; HARDT, 2005, p. 286), o que indica tanto sua potência de imanência quanto de devir simultaneamente em ação. Nela, opera uma cooperação de singularidades em conjunto agindo em comum, mas sem a tentativa de unificarem-se, pois, a multiplicidade está sempre se produzindo e se movimentando em rede. Uma rede “aberta e em expansão na qual as diferenças podem ser expressas livre e igualmente, como uma rede que proporciona os meios de convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (Ibid., p. 12). A multidão nasce em meio à nova ordem mundial, como uma potência desejanse de expansão e corporificação múltiplas, que mantém em sua composição as diferenças e singularidades internas impossibilitando qualquer tentativa de representação.

São diferentes etnias, raças, orientações sexuais, gêneros, classes sociais, uma multiplicidade de formas e maneiras de viver, trabalhar, perceber o mundo e se relacionar compondo a multidão. Diferentemente do que ocorre nas massas, na multidão as diferenças sociais se mantêm, interagindo de forma cooperativa e colaborativa, fortalecendo o que há em comum entre eles em meio às singularidades dos corpos em ação micropolítica ativa compondo a multidão. Tanto a produção da multidão quanto do comum implica uma composição plural, que se realiza em meio à reprodução social através dos encontros, das comunicações e das convergências entre corpos heterogêneos, diferentes entre si. Trata-se, pois, de uma “multidão de corpos” (NEGRI, 2004, p. 20) em atuação e em relação com outros corpos e multidões, visto que “todo corpo é [também] uma multidão. Entrecruzando-se na multidão, cruzando multidão com multidão, os corpos se mesclam, mestiçam-se, hibridizam-se e se transformam; são como ondas do mar em perene movimento, em perpétua transformação recíproca” (Ibid., p. 20-21), assim, na multidão, reconhecer o outro faz parte do processo e da própria afirmação da multidão.

“A multidão [...] é o poder singular de uma nova cidade” (NEGRI, HARDT, 2001, p. 419) um tipo de projeto político que se configura por meio da organização de uma coletividade agindo sob a lógica da partilha e da singularidade, e que não segue modelos *a priori*, mas que “pela

experimentação prática, oferecerá os modelos e determinará quando e como o possível se torna real” (ibid., p. 420). Na multidão, há uma multiplicidade de singularidades partilhando uma existência e uma revolução, comuns, pois “somos uma multiplicidade de formas singulares de vida e ao mesmo tempo compartilhamos uma existência global comum. A antropologia da multidão é a antropologia da singularidade e partilha” (NEGRI, HARDT, 2005, p. 172) e “a multiplicidade da multidão não é apenas uma questão de ser diferente, mas também de um devir diferente. Um devir diferente daquilo que você é!” (ibid., p. 244).

A vitalidade que se compõe através das forças e dos agenciamentos com o outro, indica uma das potências da produção do comum capaz de forjar maneiras outras de relação com as forças de fora, hegemônicas, e os modos de subjetivação capitalísticos que reproduzem a fim de tramar modos inventivos de produção de territórios e subjetividades.

Essa marca do comum, afirma-se nos novos movimentos de lutas sociais enquanto lutas singulares, e se refere à interação das diferenças e das singularidades produzidas a partir da troca e do encontro vivenciados nos movimentos contra o massacre da subjetividade individual e coletiva produzida pelas forças hegemônicas. Há uma força subjetiva empoderadora no ato de estar junto, numa multidão. São múltiplas as vozes nos movimentos atuais de luta, que lhes conferem a característica de não centrarem as decisões em um líder, mas em coletivos organizados que, ao invés de buscarem a unanimidade, visam concatenar as diferenças e as multiplicidades, resultando em processos e projetos capazes de promover um terreno comum de decisões coletivas. Se agrupam por objetivos comuns e agem através de um tipo de organização rizomática, em formas de rede e de comunicação transversal. Trata-se de uma forma de gestão democrática e participativa, onde os interesses sociais comuns se colocam acima dos interesses individuais (HARDT; NEGRI, 2016). Tais aspectos são de suma importância na organização e na autogestão dos movimentos e coletivos sociais, a fim de criarem suas agendas de demandas, interesses e contrapartidas nas negociações com os órgãos estatais, visto que, estes não funcionam como facilitadores da participação coletiva e do debate democrático.

Essa lógica disruptiva, operada pelas formas coletivas de resistência, precisa ser analisada para além das narrativas oficiais e das estatísticas, mas a partir da dimensão da vida cotidiana, na microescala do vivido - que é justamente a escala que organiza a sobrevivência e as formas de resistência desses agrupamentos sociais, - mas também numa relação transescalar (VELLOSO, 2020b), visto que, os enfrentamentos e as negociações necessários ao reconhecimento de suas pautas ocorrem na relação com os estratos macroescalares, num diálogo incansável com o Estado, com os governos regionais e municipais, e com os demais agentes de poder e controle

em voga. Essa discussão faz compreender que o urbano enquanto práxis espacial, vai além do seu desenho, ele se produz em diferentes escalas e camadas, no cotidiano das vivências dos territórios da cidade. Para além do planejamento urbano, no urbano se espacializam os ativismos, as táticas de luta e resistência em favor à vida, e as subjetividades empreendidas nessas lutas.

É o próprio cotidiano que inscreve as circunstâncias da luta urbana, na realidade dos bairros, das relações de vizinhança, no banal da vida nua (AGANBEM, 2007a), assim, resistir a partir do/no espaço urbano se refere às espacialidades produzidas no território urbano e os processos de territorialização que operam a partir da prática, do uso e da luta diária pelo e no território urbano. Uma luta corporal e coletiva, contra as máquinas e os dispositivos que aprisionam a vida, pelo acionamento de micropolíticas ativas, que intenta produzir políticas do desejo e da criação capazes de romper com a passividade frente ao regime de controle e assujeitamento firmada na lógica neoliberal conservadora do capital, e fissurar o sistema criando outras possibilidades de existir nesse contexto.

Através de ações próprias do cotidiano, as ocupas criam espacialidades e territorialidades sobre/nos territórios instituídos e, assim, como micropolíticas urbanas (GUIZZO, 2008) ativas, produzem realidades e engendram a produção de subjetividades, mesmo que parciais. Diz-se parciais, pois, as territorialidades criadas são apenas partes do processo de produção de subjetividades, e vice-versa, na relação entre corpos e cidade. Há uma relação intrínseca entre as questões espaciais e a produção de subjetividade, ao se reconhecer que as relações que se estabelecem entre os espaços e os seus usuários são produtoras de realidade. A noção de micropolítica urbana tem como objetivo compreender como as microrrelações e as micropáticas contribuem para a produção de realidades e subjetividades no contexto urbano, pois, o espaço urbano pode ser lido como um tecido de relações de forças sociais complexo e a própria materialização dessas relações (ibid.).

Nesse sentido, a luta pela produção de subjetividade passa pela luta sobre o controle dos espaços, pelo direito de ocupar, usar e de se mover livremente, e pelo direito de produzir territorializações outras, que não são as formas hegemônicas de produção do território, mas que possam ser reconhecidas como formas coprodutoras de cidade que têm o direito de existir. No caso das ocupas, principalmente pelo fato de se constituírem como respostas aos abandonos urbanos e sociais e à falta de políticas públicas eficazes no enfrentamento do déficit habitacional.

Ao criarem espacialidades e promoverem processos de territorialização as ocupas movimentam forças que ajudam a movimentar e reinterpretar os territórios instituídos, produzindo novas realidades e novos modos de subjetivação. A micropolítica ativa empreendida

pelas ocupas visa a construção de uma realidade de inclusão, autonomia e cidadania, que se manifesta no protagonismo dos ocupantes ao empreenderem suas atividades cotidianas, como o cuidado do espaço, o cuidado com o outro, a criação de projetos sociais, eventos e acontecimentos. Estas ações visam criar e fortalecer os laços de comunidade, promovendo assim um modo de morar, cuidar e existir que respeita e valoriza a diversidade. Nesse sentido, a micropolítica urbana operada pelas ocupas pode ser entendida como uma contribuição para a construção de um contexto social de maior igualdade, solidariedade e justiça social possibilitando um terreno fértil à composição de subjetividades mais libertárias.

A cartografia, pela qual essa tese se desenhou, indicou que a forma como as ocupas se organizam, quando baseadas na autogestão e na horizontalidade de tomada de decisões coletivas, expressam um movimento comum de transformação do território (GUIZZO, 2019). Mas, cada ocupa precisa inventar as suas formas, não há modelo fixo a seguir. Isso quer dizer que a criação do sentido de comunidade no coletivo também precisa ser criada e sustentada pelas práticas cotidianas, a fim de que as questões e os interesses pessoais sejam superados, visto que, “um conjunto de diversos interesses pessoais não é o mesmo que um coletivo ou que ideias e práticas comuns” (GUIZZO, 2019, p. 52).

Sobre os abandonos e ociosidades dos espaços da cidade, grupos e coletivos organizados, sob pautas comuns e no engajamento com diferentes movimentos sociais, travam lutas urbanas e ocupam. Na apropriação desses territórios abandonados, pelos agentes de poder, expõem a marginalização e a exclusão social, bem como, a forma desigual como o território urbano tem sido produzido, sob a lógica da propriedade privada, da especulação imobiliária e do acúmulo do capital financeiro nas mãos de poucos. No afrente com o Estado e, por vezes, com a sociedade, através da mobilização coletiva de excluídos sociais, marcados pelo abandono e pelo desamparo, os grupos organizados nas ocupas questionam a ordem do capitalismo financeirizado e global. Lutam e protestam pela regularização fundiária, pela reforma agrária, pela reforma urbana e habitacional, e ainda, por políticas públicas, saúde, educação, representatividade e pelo cumprimento de seus direitos civis e sociais. Ao ocupar, de forma coletiva, também desencadeiam processos de territorialização onde morar, conviver e lutar são partilhados num espaço que renova sua função social, não mais abandonado e ocioso, mas reterritorializado e vivo.

Ao dizer que instauram processos de territorialização diz-se que reativam o território (GUIZZO, 2019), conferindo-lhe novos arranjos, novos agenciamentos territoriais, e reinventando também as vidas que se inserem ali. Movimentos transformadores nos corpos agentes, no

território e no coletivo são potencializados. Trata-se, pois, de um processo de criação e transformação ao mesmo tempo material/física quanto simbólico/*afectiva*. E, ao dizer que um movimento produz transformações, quer dizer que ele é capaz de criar, isso ocorre a partir dos heterogêneos elementos e corpos que lhes estão conformando em determinado recorte de espaço-tempo-contexto. Implica ainda certa disposição de abertura corpórea capaz de permitir deslocamentos nas formas de pensar e agir, corpos dispostos em lidar com os *affectos* provocados pelos encontros tecidos durante o processo.

Nesses espaços ocupados, também se potencializa a criação de novos modos de subjetivação não mais calcados sob os alicerces do capital, do consumo, do controle e do individualismo, mas forjando subjetividades contra-hegemônicas e autogestionadas. Um processo de subjetivação que se produz no convívio cotidiano de uma multiplicidade de diferenças e singularidades de corpos que, juntos, habitam e lutam por seus direitos. Juntos, enfrentam as dificuldades e os conflitos cotidianos, criando laços de solidariedade comunitária e indicando que há outros modos de viver e ocupar a cidade. Modos mais libertários, que afirmam os conflitos e as diferenças, que lidam e convivem com as heterogeneidades presentes na realidade em meio às homogeneidades e aprisionamentos impostos pelas tecnologias de poder e controle vigentes.

As relações entre corpos e territórios, que se inserem na cidade e que a (re)configuram, possibilitando a emergência de novas subjetividades também indicam a construção de novas leituras da cidade, de forma mais abrangentes e em diálogo com a diversidade. Desta forma, as ocupas se fazem como meios de criar novas territorialidades, realidades e subjetividades, possibilitando voz aos sujeitos oprimidos e marginalizados, que têm suas vozes silenciadas pelas práticas de dominação hegemônica nesse contexto neoliberal e financeirizado.

São grandes os desafios a serem enfrentados, pois, “em um mundo onde a subjetividade dominante opera sob os signos do indivíduo, do privado, da acumulação, do interesse particular e do controle, fica difícil a construção do coletivo, comunitário, *comum*” (GUIZZO, 2019, p. 52). A hegemonia da produção de subjetividade operada pela lógica do sistema capitalista que estimula a produção de desejos individualizantes, da lógica da identidade e da propriedade privada, não favorece a perspectiva do comum. Assim, a aposta das ocupações urbanas baseadas numa construção e numa prática de funcionamento onde operam modos de subjetivação ancorados na impessoalidade, na coletividade e na liberdade implica ir na contramão da lógica dominante, precisa ser criada, inventada, quer dizer, precisa ser conquistada e assegurada. Isso se dá através de uma experiência prática, coletiva e corporal - movida por *affectos*, disputas e negociações.

O processo de construção de relações sociais e políticas em torno de um determinado território envolve a disputa por recursos e espaços, bem como, a definição de hierarquias e as inúmeras formas de controle sobre o território urbano. O acesso à moradia está intimamente ligado a esses processos de territorialização, pois as áreas urbanas com maior oferta de serviços, empregos e infraestrutura geralmente são mais valorizadas e, portanto, mais caras. Isso implica que, muitas vezes, as pessoas de baixa renda são empurradas para áreas periféricas ou informais, onde a infraestrutura é precária, o acesso aos serviços é limitado e os riscos de violência e despejo são maiores. Além disso, os processos de territorialização também podem ser usados para legitimar a exclusão de determinados grupos sociais da cidade. Por exemplo, as áreas urbanas ocupadas por populações tradicionais, como quilombolas e indígenas, muitas vezes enfrentam conflitos com empresas e órgãos públicos que buscam explorar recursos naturais ou expandir as áreas urbanas, ignorando os direitos territoriais desses grupos. Em resumo, o direito à moradia no Brasil está diretamente relacionado aos processos de territorialização, que influenciam a distribuição de recursos e de espaços na cidade num processo sempre inacabado e em disputa e conflito constantes.

Nesse contexto, corpos, subjetividades e territórios se produzem, se espacializam e se desfazem num jogo entre relações de poder e saber que estão a todo o tempo se atualizando e se reconfigurando enquanto campo de forças e fluxos em agenciamento sobre e no território urbano.

2. O TERRITÓRIO NO CONTEXTO URBANO

A perspectiva de análise proposta, aqui, parte da compreensão de que a cidade não é apenas um espaço físico, mas uma construção social onde as pessoas atribuem sentidos e valores aos lugares que habitam a partir de suas práticas, usos e dinâmicas, que abrangem múltiplos e contraditórios processos sociais, políticos, econômicos, ambientais, culturais e afetivos, expressos *no e/ou a partir do* território. Nesse cenário, a cidade é um palco de coexistência de diferentes realidades e modos de vida, e as transformações urbanas são resultados das interações contínuas entre os habitantes e os contextos mais amplos da sociedade, tornando-a um fenômeno dinâmico e multifacetado sob constante influência e atuação dos diferentes grupos, agentes, instituições, atores e coletividades disputando e criando os espaços da cidade.

Através do uso dos espaços da cidade os territórios vão se espacializando e se transformando no decorrer do tempo. Um processo em constante evolução, e sempre inacabado, de produção, movimento e transformação. O território é, pois, “um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os “territorializa”” (DELEUZE; GUATTARI, 1997[1980], p. 105), não é um meio, mas “produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos” (ibid.). Nesse sentido, torna-se crucial compreender que o território não é uma entidade física autônoma e imparcial, mas, em vez disso, é uma construção que emerge de contínuos conflitos e disputas. Dinâmico e interconectado, o conceito de território envolve diversas dimensões que se entrelaçam. A maneira como essas dimensões são agenciadas e se integram é percebida através das complexas relações de poder, que não se limitam apenas ao domínio físico, mas abrangem uma variedade de relações de influência, autoridade e disputas em uma sociedade. Portanto, o território não se limita a um espaço geográfico, ele é como uma arena dinâmica e processual, que se faz por processos de territorialização numa multiplicidade de relações e dimensões, sempre em vias de se transformar.

Compreender o território enquanto projeção espacial de relações de poder é compreendê-lo como “no fundo, em si mesmo, uma *relação social*. Mais especificamente uma *relação social diretamente espacializada*” (SOUZA, 2013, p. 35), isso quer dizer que toda prática espacial é uma prática social. E, em virtude da complexidade de camadas compondo o urbano, a compreensão dessas dinâmicas, em suas diferentes escalas, se torna crucial para a construção de um pensamento e para o desenvolvimento de um planejamento urbano mais inclusivo. Tarefa nada simples, pois, na prática, o planejamento urbano e a produção das cidades têm se enraizado em decisões políticas e econômicas, como as políticas de zoneamento e de desenvolvimento urbano, que influenciam diretamente a forma como o espaço urbano é moldado, consumido e

compartilhado. Além disso, os fatores econômicos desempenham um papel fundamental nesse contexto, visto que os investimentos privados, a especulação imobiliária e o modo desigual de distribuição de equipamentos e recursos afetam profundamente as formas urbanas. Nesse sentido, seria fundamental que os profissionais envolvidos no planejamento urbano se cercassem de um amplo conhecimento multidisciplinar, ampliando a capacidade de análise acerca da realidade urbana, favorecendo a comunicação e desenvolvendo certa sensibilidade ao lidar com as questões sociais e culturais, a fim de construir políticas urbanas mais eficazes e em consonância com as dinâmicas sociais contemporâneas nas cidades, compreendendo-as como políticas de subjetivação.

No campo de uma pesquisa na perspectiva socioespacial que, definida por Souza (2013), “engloba os esforços de uma investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa” (p. 12), é importante o interesse profundo pelas relações sociais, suas dinâmicas e interações, seus corpos e modos de vida, assim como, as relações de poder e de disputa engendradas e espacializadas sob a forma de territórios, sempre em vias de se movimentarem e se transformarem. Visto que, toda vez que uma ação, discurso ou projeto se territorializa, de forma hegemônica, sobre um território, desterritorializa outros.

O território urbano é uma zona em constante disputa, onde as relações de poder e de controle se desenrolam, influenciando os aspectos sociais e simbólicos da vida social. E, a produção dos territórios se relaciona, intimamente, à produção da sociedade vigente. Assim que, de modo geral, cada contexto histórico, geográfico, econômico, político e cultural produz um tipo de sociedade com um tipo de modo de produção, que desenvolve um certo tipo de dinâmica e de práticas sociais que se espacializam conformando territórios e compondo cidades.

Nesse contexto contemporâneo, de crise societária e urbana (RIBEIRO, 2006), o modelo hegemônico de produzir cidades, pela máquina estatal e pela forte inscrição neoliberal financeira, tem determinado a forma e as condições de vida urbana.

Sobre os desafios da questão urbana Raquel Rolnik (2022) aborda que o processo de reestruturação urbana que o Brasil tem passado nesse terceiro milênio se caracteriza, a partir da perspectiva da economia das cidades, pelo agenciamento de uma política urbana marcada pela financeirização das cidades e do espaço construído a partir da lógica do regime neoliberal e financeirizado que “vai substituindo e colonizando não apenas as cidades, mas também as políticas urbanas” (ibid., 4min54s-5min04min). Sobre a construção civil e a concessão de serviços

públicos se coloca “a missão de abrir frentes para que o capital financeiro global possa extrair renda, no processo de produção e gestão da cidade” e, também, os serviços públicos transformados em “esferas e frentes de rentabilidade do capital” (ibid., 5min10-5min40s).

A cidade é capturada e oferecida em espaços para a expansão do capital financeiro. Assim, as transformações urbanísticas agenciadas pelas grandes corporações financeiras na relação com o Estado, que produzem cidades controladas e vigiadas, por um lado, e territórios abandonados e subalternizados, de outro, promovem também mudanças nos modos de vida, de trabalho e de organização social. Sob a ação das políticas neoliberais que hegemoniza seus valores de consumo e de defesa da propriedade privada, as cidades se tornam cada vez mais desiguais, segregadas e fragmentadas, e onde o próprio espaço se estabelece enquanto objeto de consumo. As fortificações, os modos de controle e de vigilância por todos os lados, a privatização dos espaços públicos, a periferização e a desigualdade exacerbada de acesso à cidade acirram, ainda mais, os conflitos e a disputa pelo território urbano.

Mas, esse modo de produção de territórios e cidades não é fixo ou absoluto. Por meio de ações e práticas coletivas articuladas por agentes e movimentos sociais, que ora reivindicam reparações ora criam estratégias de apropriação e resistência, ele é cotidianamente contestado. Ou seja, se por um lado “o planejamento urbano (e regional) promovido pelo Estado costuma ser um guardião e reproduzidor intelectual da ideia de “ordem””, por outro:

Os movimentos sociais emancipatórios, [...] aqueles imbuídos de autonomia e autogestão (e “autoplanejamento” [...]), costumam desafiar a ideia hegemônica de “ordem”, para mostrar, na prática, que da aparente ou temporária “desordem” pode, precisamente, surgir uma nova “ordem” (ou novas “ordens”), menos injusta, desigual e assimétrica (SOUZA, 2013, p. 39).

Assim, sobre e através dos territórios da cidade emergem ações e pequenas transgressões no cotidiano em contraponto às práticas capitalísticas tradicionais de organização e produção urbana indicando outros modos de viver, conviver, produzir e disputar o território urbano, como é o caso da experiência das ocupações urbanas. Agregar esses desvios nos estudos urbanos é tarefa emergente. Pois, “[a] necessária crítica ao planejamento urbano e o seu papel na manutenção do status quo do sistema capitalista neoliberal exige um reposicionamento conceitual e metodológico dos estudos urbanos” (CARON *et al.*, 2020, p. 3), questionando os alicerces da desigualdade social e do aprofundamento da precarização dos territórios (ibid.). Sob essa perspectiva, a investigação cartográfica proposta, aqui, busca analisar a produção do território urbano a partir de seus mecanismos de controle e de reprodução socioespacial com ênfase nos efeitos *sobre* e *nos* corpos enquanto agentes e espacializações de modos de vida e de

territórios; e que tanto produzem como são *afectados* pelas relações de poder-saber e de luta territorializados nesse contexto contemporâneo.

2.1 Território e processos de Territorialização

Ao analisar processos e fenômenos socioespaciais na cidade abre-se à discussão sobre o conceito de território, para além da noção de unidade fixa geográfica, enfatizada em sua materialidade. A reflexão se amplia a partir do reconhecimento da coexistência das ações sociais, da multiplicidade de agentes e dinâmicas atuando e as diferentes relações que estabelecem *sobre* e *na* produção do território urbano. A multiplicidade de modalidades e arranjos espaciais que se formam, colocando em contato e conflito diário diferentes realidades de uma sociedade heterogênea, também indica que o território urbano se produz em processo e que está a todo instante passível de se transformar. A cidade abordada pelo viés territorial, passa a ser percebida como uma máquina atravessada e produtora de forças performáticas de modos de ser, habitar e subjetivar.

São diversas as áreas do conhecimento que investem na concepção do conceito de território como categoria de análise, cada qual com enfoque em uma perspectiva. Ao tratar do território urbano as diferentes concepções se entrelaçam, o que demonstra a importância de uma abordagem transdisciplinar nos estudos sobre produção de território, cidade e sociedade. Nas ciências políticas, a construção do território é abordada a partir das relações de poder; na antropologia suas dimensões simbólicas e culturais têm destaque; a sociologia assume a intervenção do território nas relações sociais; a psicologia associa o território com a produção da subjetividade e a filosofia pós-estruturalista de Deleuze e Guattari entende o território como agenciamento e produto de um processo de territorialização (HAESBAERT, 2019). Mas, é principalmente a geografia que assumiu o território enquanto categoria conceitual central.

A perspectiva clássica da geografia, de grande influência nos estudos urbanos, foi especialmente desenvolvida pelo geógrafo alemão – precursor da geografia moderna - Friedrich Ratzel (1844-1904). Fortemente aplicada pelo imperialismo e colonialismo europeu (séc. XIX-XX), a perspectiva segue uma visão naturalista que entende o território enquanto espaço concreto, do pedaço de terra, ou solo, apropriado por um grupo, determinante da identidade e da cultura de um grupo social, e cujo poder é legitimado nas mãos do Estado-Nação enquanto órgão de defesa, gestão e organização do território (SANTOS, 2021). Essa agenda foi determinante na

formação espacial dos territórios das cidades no período colonial (sec. XVI-XIX), fundamentada num modelo de hierarquização externa, desde os países europeus, constituindo um padrão de homogeneização interna dos territórios colonizados, que tem a terra como base para a manutenção do poder e da formação cultural e o controle absoluto no espaço e no tempo (SANTOS, 2021).

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto (MBEMBE, 2016, p. 135).

O processo de colonização do continente latino-americano foi marcado por esse modelo, assim como, indicou o curso de um processo de urbanização caracterizado pela imposição de uma matriz externa de produção e de pensamento normativo sobre o território, desprezando e destruindo as formações culturais e territoriais pré-existentes, especialmente a dos povos ameríndios aqui residentes e a dos povos negros provindos da África, mais tarde, na época da escravização. Mais adiante, com o avanço do capitalismo e da industrialização do séc. XX, o processo de urbanização se ampliou e as cidades das Américas passaram a se tornar representações e experiências espaciais seguindo a lógica desenvolvimentista, do capitalismo e do progresso. Se instauraram imaginários e modelos da cidade moderna e do avanço tecnológico num processo de formação social e urbana que visava o desenvolvimento capitalista, a partir de políticas e normativas internacionais em detrimento de tudo o que fosse diferente à concepção de sociedade moderna e dos territórios fixos.

Apesar dos avanços teórico-conceituais e dos diversos movimentos de luta contra-hegemônicos nesses 524 anos de história, algumas ações por parte do Estado ainda hoje mantêm práticas normativas como formas de controle e dominação sobre o território, da ideia simplista de uma porção de terra apropriada. Como no caso das políticas de pacificação das favelas no Rio de Janeiro, através do discurso de “tomar o território do tráfico e devolvê-lo à sociedade” (SANTOS, 2021), renunciando a multiplicidade de territórios e territorialidades sobrepostos e coexistentes. E ainda, quando o Estado, sob a égide de agente responsável por lidar com as fronteiras entre o formal e o informal no espaço urbano, força a formalidade, como no caso das

ações de despejos de ocupações irregulares em locais da cidade sem uso ou função social - edificações abandonadas, terrenos baldios ou áreas sob viadutos. São práticas de dominação seculares que investem na manutenção da dominação e do controle social a partir de exercícios de poder sobre a terra.

Assim que, na concepção geográfica o território se relaciona primeiramente aos processos de produção e transformação do espaço físico geográfico, enfatizado em sua materialidade, mas também trata do espaço apropriado pelo uso e pelas relações de poder implicadas nas relações sociais. Num geral, a problematização do conceito se apoia nos aspectos referentes às relações estabelecidas entre sociedade e natureza por meio da ocupação, apropriação, dominação ou posse de uma parcela do espaço.

A partir dos anos 1960-70, tem início uma revisão do conceito de território e a utilização do conceito de territorialidade, ainda sob princípios do materialismo histórico e dialético, especialmente nos estudos sociais e na filosofia. Mas, é a partir dos anos 70-80 que passa a ocorrer uma preocupação mais sistemática na formulação e na utilização dos conceitos, no período surgem três vertentes basilares de abordagem. Uma “a partir e com os estudos de J. Gottmann e R. Sack”; a segunda, mais conhecida e utilizada no Brasil “com argumentações de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin”; e a terceira, menos conhecida “com as concepções de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi e M. Quaini” (SAQUET, 2007, p. 63).

Sack (1986) começa por indicar uma perspectiva múltipla ao conceito de território, destacando sua dimensão política e entende territorialidade como uma estratégia espacial de dominação. Para ele, o território surge a partir da delimitação de uma área com o fim de controlar corpos, recursos e atividades, especialmente a partir da atuação das estratégias de domínio e controle do Estado, e entende a territorialidade como “uma expressão geográfica primária do poder social” (p. 63), ou seja, a tentativa de um indivíduo ou grupo social em “afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações” (ibid., p. 76) a partir da delimitação e da efetivação do controle sobre um território. A abordagem contribui ao compreender que os territórios e as territorialidades são construções sociais, dependentes dos propósitos de quem os estão controlando, portanto, podem ser modificados.

Raffestin também dá destaque à dimensão política do território, mas sua ênfase está na forma como o território revela as relações de poder. Para tanto, o autor inicia afirmando que o território não é o espaço, ele “se apoia no espaço [...]”. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nessa abordagem, o espaço antecede o território - o campo de ação do espaço -, que decorre de uma produção do espaço, e cuja produção engloba o arranjo de uma multiplicidade de relações sociais, de poder e dominação, um “campo de poder”. O território, em Raffestin, seria uma relação interespaçial de poder, ou seja, a expressão espacial, materializada, dos exercícios de poder em ação e em disputa de posições. As territorialidades surgem a partir das diversas atividades humanas e sociais do cotidiano no espaço; elas refletem “a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (ibid., p. 158). E ainda, “a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (ibid., p. 160). Nesse sentido, a relação com a exterioridade é intrínseca, ou seja, as territorialidades são dinâmicas, visto que, se formam a partir da relação entre a experiência do vivido, com o espaço em que se manifesta e em determinado tempo, e todas essas variáveis são passíveis de modificações.

Em Saquet (2007) “o território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras” (p. 58). Para o autor, a questão da (i)materialidade do território e de seu caráter relacional e processual se evidencia a partir do entendimento de que no território se conjugam materialidades, mas também “há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos” (ibid., p. 73).

Produto e condição de interações entre diferentes grupos sociais de forma multiescalar, o território passa a ser abordado como um espaço relacional, não apenas palco e forma espacial. Na vida cotidiana se associam “tempos e territórios simultâneos, recíprocos, contraditórios, em movimento e unidade” (ibid.), assim que, o processo de produção de territórios se constitui por um movimento histórico constante e multiescalar, materializado na vida social cotidiana em associação com aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais. Para Saquet, os estudos territoriais devem articular o tempo e o espaço a esses aspectos, de forma concomitante com a abordagem geográfica do território, a fim de que façam “*a partir e com* os fenômenos e processos de nossa vida cotidiana” (ibid., p.56).

Cabe ressaltar que, segundo Haesbaert (2019), atualmente são quatro as principais dimensões analíticas do território no campo da geografia: política, cultural, econômica e natural. A dimensão política se refere às relações entre espaço e poder, ou seja, o território compreendido como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder. A dimensão cultural compreende o território como um produto da apropriação e da valorização simbólico-cultural que um grupo social estabelece na relação com seu espaço de vivência, a partir da rede de sentidos, símbolos e subjetividades que conferem uma identidade territorial a um espaço de referência. A dimensão econômica evidencia o território enquanto fonte de recursos, mas também a dimensão espacial das relações econômicas e a “divisão territorial do trabalho” (ibid., p. 40), o território dividido e conformado no embate entre as diferentes classes sociais e na relação trabalho-capital. E a linha natural se baseia nas relações entre o homem/sociedade e o ambiente físico/natureza.

Essas dimensões se entrecruzam, evidenciando o território enquanto instrumento de dominação entre a sociedade e o espaço urbano. O território se configura, então, como um campo de forças, “um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. [...] o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 2000, p. 78-79). Entendendo que, sendo o poder “uma das dimensões das relações sociais”, o território seria, pois, sua “expressão espacial” (ibid., p. 97). E tais relações de poder e domínio vão desde a dimensão político-econômica, concreta e funcional, até as dimensões simbólicas e culturais, no que tange a produção de subjetividades.

As análises teóricas e conceituais mais recentes sobre o conceito de território têm deslocado o pensamento da concepção tradicional hegemônica, abrindo para uma perspectiva relacional que compreende a coexistência de múltiplos territórios, uma sobreposição de territórios no contexto urbano. Não mais o território reificado, concreto e passivo, receptáculo de ações, mas uma concepção “onde o território emerge como um ambiente politizado em conflito e em construção, fruto e parte de relações sociais” (SANTOS, 2021, 49min44s). Instrumento de poder político e espaço de identidade cultural, o território passa a ser entendido a partir do cruzamento relacional de uma multiplicidade de relações de poder, desde suas formas mais materiais (econômico-política) às mais simbólicas (cultural-subjetiva).

Nessa perspectiva, de abertura do conceito de território no campo da geografia, Rogério Haesbaert (2019) propõe a existência de múltiplos territórios coexistindo em rede e a possibilidade de experimentá-los simultaneamente, mesmo que muitos insistam na busca de um único território elementar de sobrevivência cotidiana ao invés da partilha dos múltiplos

territórios. O autor questiona o discurso generalizado pela geografia do "fim dos territórios" e apresenta a concepção de uma multiterritorialidade ou multiterritorialização. Para chegar à multiterritorialidade, parte da concepção de território em sua dimensão espacial revelada nos processos de dominação concretos, que vão desde a produção material do território até termos jurídico-políticos. Mas também compreende o território como espaço apropriado enquanto produção imaterial, referente à produção de identidade, subjetividade e símbolos com determinado lugar, produzida por processos de apropriação. Essa dimensão simbólica - no sentido de pertencimento, de atividade humana, de uso e de vivência com certo espaço – conjugada ao fenômeno da globalização (que além de comprimir o espaço e o tempo, possibilita a coexistência dessas territorialidades), se expressa na forma de redes na atualidade, e configura, em sua teoria, multiterritorialidades, em diferentes pontos do espaço e em diferentes escalas ao mesmo tempo.

Pela abordagem de Haesbaert, o território carrega em si dimensões simbólicas ou culturais e dimensões materiais, de natureza político-econômica e pode, ainda, assumir um caráter multidimensional manifestando-se por processos de desterritorializações e reterritorializações, a partir da ação conjunta de agentes e grupos sociais que ora constituem ora abandonam territórios. Assim, como um híbrido, o território passa a ser concebido “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder” (ibid., p. 79) num campo de forças onde as relações de poder e saber se espacializam e operam por diferentes agenciamentos e dinâmicas sociais. Muitas vezes esse processo se dá mais através das imagens produzidas do território do que pela realidade construída nele. Visto que, o poder enquanto relação envolve relações sociais na concretude, mas também as próprias representações produzidas e veiculadas no jogo entre os macropoderes institucionalizados e os micropoderes produzidos no cotidiano.

O território urbano e os processos de territorialização incidindo sobre ele estão vinculados às relações sociais. A própria ideia de sociedade implica uma territorialização. E, pode-se considerar que há duas perspectivas territoriais principais em jogo no território urbano, uma de predominante dominação dos grupos hegemônicos e outra de uso e apropriação, na escala micro, relacionada à ação dos grupos mais subalternos e aos movimentos de luta e resistência pelo direito ao território e às diferentes formas de vida nas cidades.

Nesse contexto, é importante reconhecer a influência da obra pós-estruturalista dos franceses Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), sobretudo no campo da geografia e dos estudos urbanos mais recentes, sobre o conceito de território e a temática da

des-re-territorialização⁶⁵. A concepção teórico-filosófica desenvolvida por eles parte de uma visão que privilegia a dimensão simbólica ou abstrata na produção de território sobre a visão materialista da geografia. Entendido como um dos conceitos chave para a filosofia, o território é abordado desde a dimensão física à mental, do galho da árvore ao pensamento, do social ao psicológico.

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI, ROLNIK, 2011, p. 388)

Através da perspectiva da filosofia da diferença, Deleuze e Guattari ampliam a noção de território abordando-o como um agenciamento territorial, “produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 105), e cujas funções exercidas nele se territorializam na medida em que são agenciadas, se organizam e tomam forma. A partir da filosofia, o conceito se torna uma potente ferramenta para refletir sobre as práticas sociais, as relações de poder, a produção de subjetividade e na construção de um projeto político de libertação do corpo, da arte e da criação (HAESBAERT; BRUCE, 2009). Territorializar trata de constituir uma delimitação, um espaço, uma forma, um arranjo territorial.

O território, assim como a realidade, não é algo dado, concreto e estático, ele se faz continuamente por processos de [des][re]territorializações, num agenciamento territorial de corpos, subjetividades, espaços, ações, materialidades e discursos, em constante disputa e negociação entre diferentes agentes e relações de poder. Ele não se fixa a uma representação, pois é produção, um agenciamento de processos políticos, éticos e estéticos. Tratando do território urbano, da cidade, fica evidente o seu processo coletivo de produção e reinvenção. No processo de produção e planejamento do território urbano, o território está em constante disputa, em virtude das inúmeras e complexas camadas que lhe compõe. Assim que, analisar a cidade e a problemática dos processos urbanos, na coexistência entre práticas de dominação e as pequenas revoluções cotidianas, a partir da profundidade de suas relações, contemplando as multiplicidades e os diferentes agentes envolvidos nessa produção, implica atentar à dimensão subjetiva presente nesse processo. Os corpos, organizados em agrupamentos coletivos, travam

⁶⁵ O conceito de desterritorialização foi introduzido e desenvolvido nas obras *O Anti-Édipo* (1972), *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1992).

lutas pelo e no território da cidade que desestabilizam as normas e os dispositivos impostos pela máquina política e pelos modos de produção capitalista neoliberal em vigor.

O território – seja existencial e/ou físico (geo-existencial) - passa a ser compreendido, então, como um processo de agenciamento territorial, um lugar de passagem que “comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário” (ibid.). A questão da espacialidade do território, aqui, está em constante fluxo e movimento, onde codificações e decodificações se articulam e se conectam por meio dos agenciamentos. Ou seja, o território não existe por si só, ele se constitui e se destitui constantemente por processos de territorialização, onde “cada um [...] procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 66).

No processo de territorialização ocorre um movimento de ritmos e de meios - constituído de três etapas: buscamos alcançar um território (reterritorialização), habitamos esse território (territorialização) e lançamo-nos para fora desse território em busca de outro lugar, outros territórios (desterritorialização) (DELEUZE; GUATTARI, 1997[1980]). Esses movimentos implicam agenciamentos de toda ordem, assim, o processo de desterritorializar-se, diz respeito a abandonar certos territórios, constituir novos agenciamentos a fim de reterritorializar-se num território outro. O movimento nunca cessa. Ora se sai do caos para constituir um território, ou seja, um agenciamento territorial; ora se organiza novo agenciamento, traçando um território em torno de uma delimitação; ora abandona-se este centro do agenciamento territorial e se sai em busca de outros agenciamentos. O agenciamento territorial aponta sempre para uma possibilidade de fuga de um território, abrindo-se para novos encontros, novos agenciamentos.

O conceito de “agenciamento” é fundamental para a compreensão da concepção de território desenvolvida pelos autores, e se refere a uma “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma” (GUATTARI; ROLNIK 2011, p. 380), mas a um conjunto de condições, relações, articulações e intersecções que operam criando territórios e realidades. Os agenciamentos são produzidos nos movimentos de territorialização e desterritorialização, quer dizer que todo agenciamento é territorial e “a primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma [...]” (DELEUZE, GUATTARI, 2012b[1980], p. 232). É, também, numa relação de agenciamento territorial que os corpos se constituem em conjunto com o plano das forças da natureza, dos dispositivos de poder e das distintas condições e formações sociais.

O agenciamento é um processo coletivo que comporta e coloca em co-funcionamento elementos heterogêneos, de naturezas diferentes, “tanto de ordem biológica, quanto social,

maquínica, gnosiológica, imaginária” (GUATTARI, ROLNIK, 2011, p. 381). Um agenciamento engloba os corpos, os objetos, os pensamentos, os discursos, ou seja, uma multiplicidade agindo e criando as condições de construção da realidade. É nesse sentido que se diz que um agenciamento se faz numa coletividade, pois é produzido nos encontros entre elementos (corpos) de diferentes naturezas, numa dinâmica onde um elemento arrasta, por simpatia e conveniência, ou repele, o outro. Ao colocar em conexão “certas multiplicidades”, um agenciamento “trabalha, forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 1995[1980], p. 45), não há separação entre os campos de realidade (o mundo), de representação e de subjetividade. Assim também se produzem territórios, a partir da articulação agenciada - dependendo das possibilidades de conexões e conjunções - entre os elementos ali dispostos, sejam eles naturais/biológicos, políticos, sociais, culturais e/ou tecnológicos.

O território é, portanto, um agenciamento territorial, uma ação de agenciamento - um arranjo de elementos em acoplamento, entre corpos (conteúdos) e um regime de signos (expressão) correspondente. E a força ativa que faz com que esses elementos se acoplem é o desejo, maquínico, construtivo e produtivo dos agenciamentos. Os agenciamentos “são composições de desejo. [...], só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existe sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b[1980], p. 67).

O desejo é inseparável das conexões, dos corpos, dos circuitos desejanter e das máquinas políticas que lhe agenciam. Portanto, reconhecer como o desejo está sendo agenciado com as máquinas políticas contemporâneas é um caminho para mapear e visibilizar os circuitos desejanter resultantes e os agenciamentos que são capazes de promover nesse contexto. Da sociedade primitiva à contemporânea, é justo sobre a gestão das políticas do desejo dos corpos, de sua capacidade criadora e produtora, que os dispositivos dos agentes de poder agem a fim de organizar, influenciar e controlar sociedades e territórios. Assim que, investigar a produção de cidade a partir dos processos de territorialização implica refletir sobre a própria produção de sociedade, numa perspectiva crítico-reflexiva atenta à complexa interação entre a construção do ambiente urbano, as dinâmicas sociais e as tecnologias de poder em operação *sobre e por meio* dos corpos.

Pois, toda ação social se desenvolve e se materializa no território através de relações sociais e de relações de poder/saber, em diferentes escalas - local, nacional e global, - interferindo

na vida social, cultural, política e econômica das sociedades, tanto quanto na forma como o território urbano é produzido e transformado.

2.2 Sociedade e território

[...] o que estamos vivendo não é um processo natural, mas uma fase a mais de uma guerra que não cessou: a mesma guerra que levou à capitalização das áreas de preservação de terras indígenas, ao confinamento e ao extermínio de todos os corpos cujos modos de conhecimento ou afecção desafiavam a ordem disciplinar, à destruição de saberes populares em benefício da capitalização científica, a caça às bruxas, à captura de corpos humanos para serem convertidos em máquinas vivas da plantação colonial [...].

Paul B. Preciado⁶⁶

A condição da contemporaneidade, marcada pela aliança entre as políticas do neoliberalismo financeiro e forças conservadoras reativas, que partilham uma mesma moral e modelo de identidade coletiva, produz um “inconsciente colonial-capitalístico” (ROLNIK, 2018, p. 13) que atua diretamente sobre a captura das forças vitais dos corpos⁶⁷. Tal política do inconsciente, dominante no regime neoliberal contemporâneo, tem atravessado a história desde o fim do séc. XV e se sofisticado em suas diferentes formas e modalidades de “abuso da força vital de criação e cooperação” (Ibid., p. 36-37). E, como em qualquer regime, é justo “o modo de subjetivação que nele se produz que lhe confere sua consistência existencial, sem a qual ele não se sustentaria” (Ibid., p. 35).

O contexto da nova ordem global, de significativa transformação nas relações de poder e saber e nas estratégias de sua manutenção, tem experimentado a opressão e a exploração como mecanismos que, além de promover o esgotamento dos recursos e forças materiais do planeta, se direcionam às políticas de desejo dos corpos e na produção de um modelo de subjetividade reprodutora do próprio regime opressor e exploratório. Essas operações ocorrem de forma sutil e podem ser percebidas atualmente na captura de palavras conceituais como ‘experiência, criação, liberdade e inovação’ utilizadas como máquinas de expressão pelo Estado, bancos, empresas e publicidade. Num processo em que poder e saber, entre grupos hegemônicos e

⁶⁶ Fragmento do prólogo “*La izquierda bajo la piel*” de Paul B. Preciado, em “Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada” (ROLNIK, 2018).

⁶⁷ A escrita investe no termo “corpo” e “ser”, ao invés de “sujeito” na intenção de evidenciar que o ser humano nunca é uno, ser individual do “eu”, pois, se constitui sempre coletivamente, nas relações de poder e nas relações sociais. Nem sujeito, no sentido moderno, de constituição sujeitada à identidade, à representação, à razão e à verdade, mas formas-sujeitos em permanente mutação. Ele nunca “é” algo, encerrado e determinado, mas um constante “sendo”.

grupos subalternos, atuam sobre as forças do inconsciente, tanto produzindo e disputando narrativas e modos de subjetivação dominantes quanto promovendo movimentos de ruptura e emancipação. As marcas dessas operações de captura|dominação e ruptura|emancipação sobre os modos de ser, habitar e subjetivar se espacializam no território urbano participando do processo de construção da cidade. Numa relação intrínseca entre poder, saber, território e sociedade.

As relações entre poder e saber, segundo Foucault (1979) são forças que organizam a sociedade, os modos de subjetivação e os jogos de verdade, historicamente. Quer dizer que através das relações de poder se produzem saberes, se constituem corpos e subjetividades e as práticas sociais se realizam. Cada época e contexto sócio territorial cria suas estratégias macropolíticas e micropolíticas reativas de manutenção dos saberes dominantes e dos sistemas de poder, assim como, as táticas de resistência micropolíticas ativas que tentam a reapropriação dos saberes populares e das forças de criação e cooperação coletiva. Mas, a transição de uma época à outra não elimina as estratificações marcadas na sociedade e no território urbano pelo regime anterior. Como um palimpsesto, a nova época guarda os vestígios e as marcas dos escritos anteriores, incluindo as mudanças imperceptíveis das revoluções moleculares que promoveram. E, visto que a história tende a ser contada a partir da narrativa dos vencedores, as pequenas revoluções cotidianas permanecem invisibilizadas nos discursos hegemônicos o que dificulta o reconhecimento e a implantação de seus enunciados coletivos como potenciais de igualdade e justiça nas formas de pensar e planejar o território urbano.

Compreender como se constituem as verdades na relação com as formações discursivas e os meios não discursivos dominantes, que constituem os campos do saber e os jogos de poder ao longo da história, contribui no entendimento de como se constituíram as subjetividades que operam na atualidade, os movimentos sociais de ruptura e singularização, assim como, as marcas espaciais e as diferentes formas de territorialização agindo e compondo cidades e sociedades.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 16).

Nesse sentido, propõe-se uma breve reflexão sobre a produção do território urbano e os modos de subjetivação contemporâneos a partir de alguns fenômenos urbanos e sociais ocorridos na passagem da sociedade moderna disciplinar dos séc. XVIII-XIX para a sociedade contemporânea do controle, do cansaço e do desempenho. Visto que, as formas de organização

espacial são fundamentais para a compreensão dos processos de dominação e de luta da sociedade que tem na arquitetura, no território urbano e na produção da subjetividade instrumentos, cenários e resultados desse processo.

Foram os paradigmas da modernidade ocidental que definiram a ideia de planejamento urbano e suas escalas, e “é na modernidade que a circunscrição espacial define territorialidades por princípio fundadas em relações políticas e econômicas” (MARZULO, 2016, p. 233). Política e economia – estado e mercado – constituem, portanto, as instituições que estruturaram a sociedade moderna e configuraram o espaço urbano (ibid.). A cidade, então, enquanto centro político e econômico, passou a constituir a própria territorialidade do estado e do mercado.

Esse modelo de cidade se apresentou em especial no período pós-guerra, seguindo o modelo fordista, em grande escala, e onde a disciplina, a racionalidade, a funcionalidade e a padronização se estabeleceram como instrumentos legítimos de intervenção urbana. Tal modelo urbanístico produziu territórios urbanos seguindo a lógica territorial zonal com setores e funções bem definidos – habitar, trabalhar, recrear e circular – e a hierarquização entre o público e o privado. Aliados ao ideário urbanístico moderno surgem instituições, órgãos responsáveis por normatizar os processos industriais⁶⁸, órgãos públicos responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento dos espaços urbanos, legislações de uso do solo, planos diretores, conselhos profissionais e escritórios de arquitetura e urbanismo. E, a indústria da construção e o mercado imobiliário passam a atuar fomentando a reprodução do modelo ao redor do mundo.

Nasce a sociedade disciplinar, ideia criada por Michael Foucault como resposta crítica ao fracasso das ideias racionais iluministas promovidas na Europa pela revolução francesa, por volta do séc. XVIII e início do séc. XIX. O período marcado pela industrialização, a explosão demográfica e a ascensão da burguesia, e cujas estratégias do velho poder soberano não conseguiam mais dar conta, iniciou um processo de normatização das multiplicidades em nome da razão, da semelhança, da identidade e da disciplina. Surgem novos problemas na cidade e novos modos de regular os corpos no espaço a fim de torná-los cada vez mais produtivos e disciplinados.

A disciplina se instalou através da vigilância nos espaços físicos e do treinamento das capacidades corporais. Trata-se de um controle político dos corpos por meio de técnicas de adestramento e otimização do trabalho, a fim de manter o poder centrado no corpo individual. O regime disciplinar fez do corpo um instrumento de docilidade e utilidade, transformado em pura força de trabalho, por meio de processos de subjetivação eficazes, técnicas disciplinares e

⁶⁸ ISO - International Standards Organization (1960) e ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (1940) são exemplos desses órgãos.

ação de micropoderes, a fim de atender aos novos aparelhos de produção. O corpo é modulado para servir ao sistema disciplinar de produção, reduzido enquanto força política e consciência crítica, tornando-se útil e submisso aos olhos de um poder centralizado.

No modelo disciplinar o personagem do carrasco é substituído por “um exército inteiro de técnicos” (FOUCAULT, 2007[1975], p.14) e, assim, médicos, psiquiatras, psicólogos, educadores, indústrias, Estado e seus aparelhos passaram a ter por função garantir a disciplina e a ação punitiva que vai além do corpo e da dor física. A fim de controlar e modificar os impulsos e as forças vitais dos desejos “julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade” (Ibid., p.18). Vigiar gera efeitos mais eficazes e produtivos do que punir.

Como uma fábrica produtora de subjetividades obedientes, o sistema da disciplina e do adestramento seleciona as forças tornando-as cada vez mais efetivas ao seu fim. O que é diferente se disciplina, tranca em espaços fechados, controla suas corporeidades e seus pensamentos. O adestramento dos corpos visa que respondam à vigilância e ao exame da normalidade assumindo seus estereótipos – homem, racional, confiável, produtivo, branco, heterossexual, adulto, sadio, europeu, submisso. Os movimentos dos corpos são definidos numa sucessão de tempo disciplinar e mantidos numa rotina que visa a rapidez e a eficiência: “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Ibid., p. 178).

Corpos automatizados, corpos-máquina, individualizados, dóceis à política, eficientes e produtivos à economia constituindo uma sociedade regulamentada, disciplinada e hierarquizada. Os efeitos das práticas se expandem e se intensificam pela sociedade pois, o próprio corpo, já dócil e despotencializado de suas forças de ação e criação, se encarrega de manter, proteger e renovar o sistema disciplinar em sua vida social. São práticas sociais que operam diretamente sobre a vida conduzindo a formas de subjetividade onde a individualidade, o medo, o assujeitamento, a paciência, a resiliência, a autodisciplina e a obediência atuam e se reproduzem por todo o corpo social. A multiplicidade e a heterogeneidade, nesse sistema, são forçadas à homogeneidade que, através de contínuos processos e dispositivos, configura individualidades sobre espaços artificiais organizados especialmente para o exercício do poder.

A constituição do espaço disciplinar materializada sob o paradigma do modelo panóptico⁶⁹ (FOUCAULT, 2007[1975]) entendia a ideia do centro de poder como utopia

⁶⁹ Concebido pelo filósofo inglês Jeremy Bentham em 1785, Panóptico é um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, que permite que um único vigilante observa todos os prisioneiros, sem que estes possam saber que estão sendo vigiados. Bentham idealizou um projeto de construção carcerária, que consiste em um edifício circular,

civilizatória. O ser é vigiado constantemente, pois a torre de vigia ao centro controla qualquer movimento do corpo. O esquema da máquina panóptica se instaura para além do edifício físico, mas funciona como um dispositivo (DELEUZE, 1990) de fazer experiências pedagógicas e medicamentosas, por exemplo, a fim de verificar seus efeitos nos comportamentos dos corpos. Enquanto tecnologia política, eficaz e econômica, o modelo se adapta às exigências da normatividade e da racionalidade e às necessidades econômicas e políticas do Estado, de maneira que pode ser controlado por qualquer seguimento da sociedade.

É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (FOUCAULT, 2007[1975], p. 229).

E assim, o tempo, o espaço, as atividades e os movimentos corporais são controlados no sentido de uma economia das atividades. Em nome do progresso, as técnicas impõem um ritmo que obriga os corpos a se adaptarem constantemente ao sistema. Os espaços são imóveis, fechados, limitados; e o tempo é cronometrado, medido e fiscalizado. Os espaços internos de quartéis, fábricas, hospitais, escolas, conventos e demais instituições disciplinares são divididos e distribuídos com rigor funcional para controlar, vigiar e punir se preciso.

Na cidade os edifícios são dispostos pelo espaço urbano seguindo uma lógica espacial estratégica de organização hierárquica e de localização funcional. Como os modelos funcionais e de zoneamentos das cidades modernas. A arquitetura e a urbanística das cidades se transformam em modelos de disciplina para o tipo de sociedade que atende, materializando um território urbano do funcionalismo homogêneo, do fracionamento espacial e da divisão por zonas. Uma concepção de repartição espacial que difere do regime anterior, da soberania, onde o exercício da segurança, do poder e da disciplina sobre a população ocorria no interior de um território delimitado fisicamente. Agora, o território é circunscrito e definido por contornos e limites, muitas vezes invisíveis, mas que ainda assim não se cruzam.

Controle, vigilância, correção e moral caracterizaram esse regime que quer, por fim, exercer e manter um poder sobre a sociedade em nome da segurança, da economia e de seus agentes de dominação. Na visão histórica, o poder era considerado conquista e propriedade de uma classe dominante, Foucault questiona essa concepção e entende o poder não como apropriação, mas como efeito de um conjunto de estratégias e manobras de funcionamento, uma

onde os prisioneiros ocupavam as celas devidamente separadas, sem comunicação entre elas, e os agentes de segurança ocupavam um espaço no centro, que permitia a visão de todas as celas e alojamentos.

microfísica do poder (FOUCAULT, 2007[1975]). Assim, o Estado⁷⁰ deixa de ser o local por onde se exerce o poder, visto que ele próprio é o “efeito de conjunto, ou o resultado de uma multiplicidade de mecanismos e focos, que se situam a um nível muito diferente, e que constituem por sua conta uma microfísica do poder” (DELEUZE, 2005[1986], p. 42).

As relações de poder não se encontram no exterior, elas passam por e através do interior dos corpos, neles saber e poder se entrecruzam e se apoiam, colocando em funcionamento múltiplos mecanismos e estratégias tanto de dominação e submissão quanto movimentos de ruptura e táticas de emancipação. Uma operação de relação de forças onde não há dominados e dominantes, pois “passa tanto pelas forças dominadas como pelas dominantes, constituindo ambas singularidades” (ibid., p. 44).

Há diferença entre relações de poder, inerentes à vida política e social, e estados de dominação, que ocorrem quando algum dos lados perde a liberdade e a potência de criação. As relações de poder marcam o corpo imerso num campo de condições políticas que exige sua presença enquanto força de produção, assim “só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2007[1975], p. 29). Algumas estratégias de submissão das forças que levam à sujeição dos corpos se dão através da criação de certas “necessidades” que o empurram para o consumo e a obtenção de satisfação. Para Foucault (2014, p. 225) o modo de sujeição se refere a uma das formas de relação do ser consigo, definida por ele como “o segundo aspecto da moral”, “isto é, o modo segundo o qual os indivíduos têm de reconhecer as obrigações morais que se impõem a eles”; seja por meio de uma lei divina, natural, racional, ou ainda, “um princípio estético de existência”.

Baseada numa ferramenta política dos corpos, a microfísica do poder se instala de maneira estratégica sobre eles, na base dos seus processos de subjetivação. Isso quer dizer que, mesmo que os aparelhos dominantes de poder mudem radicalmente, os micropoderes continuam a funcionar. A microfísica do poder é colocada em ação pelo funcionamento sutil e difuso das estratégias de dominação dos aparelhos e instituições vigentes. Uma zona difusa, mas ativa, sempre em movimento, com grande potência tanto de prolongar e sustentar o poder como de transformá-lo. A microfísica do poder funciona “ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos” (ibid., p. 30) que reproduzem os poderes das instituições garantindo sua continuidade.

⁷⁰ O monarca, o estado absolutista, poder soberano (até séc. XVIII) – poder disciplinar (poder localizado por meio da disciplina dos corpos, capitalismo – disciplina do trabalho (quartéis, escolas, conventos, fábricas – gera autodisciplina).

Trata-se de um processo de subjetivação, onde o corpo, mesmo se opondo ao poder centralizado, o reproduz na sua rede de relações cotidianas e, assim, as pequenas relações de poder sustentam e reproduzem as grandes relações de poder. No entanto, há sempre a possibilidade de alteração dessas forças, pois como a microfísica se apresenta num campo difuso, entre os grandes mecanismos, aparelhos do Estado e o corpo social, um campo de liberdade pode se abrir a partir da criação de novos agenciamentos.

Nesse sentido, através de práticas sociais que impulsionam a produção de novos modos de subjetivação, libertários, a microfísica do poder pode ser confrontada e modificada, pois o poder não é apenas repressivo ele também é produção. Se, por um lado, produz corpos docilizados e sujeitados às estratégias de domínio, por outro, também instigam ações de resistência e luta. Trata-se dos movimentos sociais que investem em entender as relações de poder vigentes e suas regras a fim de criar fissuras em suas estruturas. Práticas que não visam dar continuidade ao processo dominante, mas investem na partilha, no bem-estar comum, nos novos modos de viver, de habitar, de se relacionar e de se expressar.

Outra categoria criada por Foucault (1999[1976]) é o biopoder, que visa o controle e a gestão biopolítica das populações através de políticas governamentais de controle sobre estimativas, previsões, medidas e estatísticas globais. Para Foucault o poder disciplinar e o biopoder foram suportes para o desenvolvimento do capitalismo, desde o final do séc. XVIII. A biopolítica assegura não mais a disciplina sobre o corpo individual, mas a regularização e o controle das populações, em prol da produção econômica e política da sociedade. Assim, o poder é justificado, ele intervém a fim de 'fazer' viver, portanto também pode determinar 'como' viver.

Os mecanismos disciplinar (controle do corpo) e regulador (controle da população) se articulam e provocam processos de subjetivação que conduzem à normalização e à homogeneização de condutas, comportamentos e modos de existência. Essas tecnologias de poder se apresentam ainda no *mass media*, no *marketing*, na publicidade e nas diversas leis impostas pelo Estado, produzindo o homem ideal, individual, sujeito e assujeitado.

Se instalam na sociedade atitudes racistas, mas aparentemente 'naturais', em nome dos ideais de sucesso, beleza e juventude. E assim, o racismo étnico, a homofobia, os massacres e genocídios, a expulsão de imigrantes ou o fechamento de vias de imigração, a desapropriação de terras indígenas, despejos e desocupação de imóveis ocupados são legitimados em prol do argumento de defesa e manutenção da vida da própria sociedade! E ainda, a justificativa da guerra ou da militarização como solução de eliminação do perigo à espreita.

As tecnologias de poder, enquanto biopolíticas, se estendem por todos os campos e domínios - econômico, social e político -, do nível macro ao micropolítico, sendo sustentadas:

[...] em todos os níveis do corpo social e são utilizadas por instituições muito diversas que operaram ao nível (tanto da família como do exército, da escola ou da polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), atuam ao nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que neles se exercem e os sustentam; operam igualmente como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas de uns e de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia (FOUCAULT, 1999[1976], p. 132).

E, visto que, os corpos são efeitos das relações de poder, eles alimentam e reproduzem o mesmo sistema como prisioneiros da máquina panóptica. A subjetividade produzida por esses dispositivos disciplinares é difusa e pode produzir efeitos de reprodução automáticos de poder, isso ocorre quando o corpo assume livremente atitudes e comportamentos à imagem do poder. Ele mesmo gera e aceita a própria sujeição e a reproduz, inconscientemente.

Na passagem da modernidade para a contemporaneidade, pós II Guerra Mundial, ocorrem mudanças no modelo de sociedade e uma crise generalizada dos aparelhos de confinamento – prisão, hospital, fábrica, escola, família. Da sociedade disciplinar e do encarceramento seguiu-se ao modelo da sociedade do controle e da comunicação (DELEUZE, 1992) com uma espécie de vigilância e controle abertos e contínuos, e modos de agir panópticos. A disciplina, enquanto tecnologia de poder, se mantém presente em vestígios e interiorizada, coexistindo sob diversas variantes na sociedade do controle, que segue vigiada sem saber o que ou quem está a vigiar.

O exercício do poder ocorre à distância com a implementação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação sobre uma sociedade que exige transparência e segurança, mas que segue manipulada e homogeneizada pelos dispositivos difusos de controle. A torre de vigia, de onde se vê sem ser visto, dá lugar às câmeras de vigilância avisando aos corpos que estão sendo monitorados constantemente. E assim, enquanto no regime disciplinar o confinamento era uma das principais técnicas, no regime de controle os lugares abertos e públicos se transformam em imensos panópticos. O esquema panóptico “torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira” (FOUCAULT, 2007[1975], p. 230).

Com relação ao modelo econômico, as fábricas dão lugar às empresas e, se antes o capitalismo objetivava o modo de produção e suas táticas de dominação eram baseadas na sujeição do corpo-máquina cada vez mais docilizado e produtivo, no neoliberalismo o objetivo é

o produto e o seu consumo desenfreado no mercado. O homem não é mais “confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1992, p. 224) e extremamente cansado. O neoliberalismo se caracteriza por um tipo de fundamentalismo de mercado e tem, no início do séc. XX, os Estados Unidos como a maior economia do planeta detendo a metade da riqueza mundial (CHOMSKY, 2002[1999]). Os EUA passam a ocupar uma posição de superioridade nas relações de poder, na economia de guerra e na produção de modelos de vida, de cidades e de sociedade, criando um sistema global em diálogo com seus interesses (ibid.).

A revolução no setor das telecomunicações acompanhou esse processo, especialmente pelo desenvolvimento da internet e o avanço das tecnologias computacionais criadas “pelo exuberante espírito empresarial americano” (ibid., p. 35). Os EUA buscam criar um mundo à sua semelhança sob o advento da lei do mais forte, que tem em suas instituições empresariais a concentração dos meios de comunicação e do capital financeiro, prejudicando a participação popular nas políticas de planejamento social e econômico. Após a recuperação dos prejuízos pós-guerra, Europa e Japão passam a assumir posição de concorrência com os EUA na ordem mundial, especialmente sobre a América Latina.

Um regime provavelmente mais perverso é o do controle, cujas sociedades “funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 216), um controle incessante em meio aberto, rarefeito e virtual. Muda a sociedade, e mudam também as formas de controle dos corpos. Na sociedade contemporânea, que tem por base os meios financeiros, mas também a mobilidade, os fluxos ininterruptos, a rede e as conexões acarretando uma desterritorialização espacial social e individual, os corpos já não circulam da casa para o trabalho de maneira rotineira por espaços definidos e localizáveis.

O regime disciplinar marcava o espaço por territórios fixos e entrou em crise, pois agia sobre as forças dos corpos, mas não conseguia regular e confinar os fluxos e as multiplicidades. O regime do controle é marcado por processos de des-re-territorialização, de maneira que as potências do corpo sejam controladas desde dentro, na captura de suas forças vitais do *desejo*.

A sociedade de controle funciona por redes flexíveis moduláveis, como uma moldagem auto deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro (Deleuze, 1992, p. 221).

Com o avanço dos meios de comunicação e tecnologia, principalmente, é possível estar em diversos lugares ao mesmo tempo, o que implica flexibilidade, portanto, o controle precisa agora ser difuso através de mecanismos contínuos de controle social. A invisibilidade e o

nomadismo se expandem junto às redes de informações. É o caso das redes sociais, das tecnologias e mecanismos eletrônicos e de *marketing* que invadem a vida da população a fim de melhor controlá-los, num novo regime de dominação.

A explosão dos *reality shows* no final dos anos 90, por exemplo, e o interesse social nesse tipo de *voyerismo* indicam alguns valores implícitos como o confinamento, a vigilância, o dinheiro, o sucesso, a beleza, o individualismo, a fama, a exclusão, o exibicionismo. O controle e a vigilância, antes temidos, e a privacidade e a intimidade, antes protegidas, agora são objetos de espetáculo e de fascínio. Tal fenômeno dialoga com outro traço deste tempo contemporâneo que é o fluxo inesgotável de imagens e conteúdos simbólicos ofertado pelos meios de comunicação à sociedade e que, de certo modo, conformam uma realidade, as relações sociais e a subjetividade. Ao invés do uso de técnicas disciplinadoras sobre os corpos que não se ajustam ao sistema normativo, agora o que ocorre é a internalização, exercida principalmente pelos meios de comunicação em massa, de um tipo de vida ideal imperativa, um certo modo de ser, viver, pensar, sentir e agir. A estratégia é construir modos de subjetivação que promovam e mantenham uma sociedade da autovigilância.

Guy Debord, nos anos 60, identificou a sociedade da época como a sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003[1967]), um tipo de regime social consequente do modo capitalista de organização social que assume formas e conteúdos muitas vezes imagéticos de alienação processual sobre os corpos. O espetáculo, como ferramenta de dominação do Estado e dos grupos dominantes do saber/poder sobre a sociedade e as relações sociais mediadas por imagens, tem forte expressão nessa atualidade.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver, [...] serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana (DEBORD, 2003[1967], p.18).

O espetáculo indica que para o corpo existir ele precisa aparecer e ser visto, precisa ser reconhecido em meio à multidão. O ter e o parecer valem mais que o ser, e tudo vira imagem postada nas redes sociais no aguardo de *likes* e compartilhamentos. A vida privada da sociedade capitalista se transforma em espetáculo e mercadoria de consumo para o olhar das massas. Resultado narcísico do modo de produção contemporâneo, mercantilizado e envolto de imagens.

Corpos não mais úteis, e ainda assim dóceis, que veem o mundo e constroem uma realidade a partir de aparelhos captadores e reprodutores de imagens e relações virtuais, cada vez mais encerrados e entelados. A experiência do corpo turista, por exemplo, modifica nesse

novo tipo de regime, visto que o registro da experiência o impulsiona mais do que a experiência em si. A valorização exacerbada da dimensão visual da comunicação, nessa era do pixel e dos algoritmos, pode funcionar como um instrumento de poder e dominação social difuso sobre uma cidadania cada vez mais despolitizada. Como na produção e divulgação de imagens justificando alguns poderes exercidos e na relação do *marketing* e da publicidade em campanhas eleitorais com a utilização de imagens espetaculares, muitas vezes enganosas – *fake News* -, no intento de influenciar a opinião pública, garantir votos e popularidade nas eleições. Uma realidade espetacular criada em telas de computadores, muitas vezes por empresas e instituições poderosas que movimentam o grande capital financeiro e a indústria cultural, produzindo enunciados, determinando políticas públicas, relações econômicas, decisões acerca do planejamento das cidades e influenciando comportamentos coletivos. Sob a defesa de seus próprios interesses, como porta-vozes ideológicas das estratégias do neoliberalismo, as grandes instituições vendem uma realidade que não condiz com a vida da maioria da população.

A cidade e o território, diante das forças hegemônicas movidas pelo capitalismo financeirizado, se convertem, cada vez mais, num grande negócio. E, para assegurar esse modelo a sociedade precisa seguir sob um regime de controle e de submissão. Assim, o funcionalismo homogêneo e o fracionamento espacial que criaram os contornos e os limites que não se cruzam no território moderno se ancoram, na atualidade, sobre o capital, as grandes empresas, as privatizações dos espaços públicos, a propriedade privada e a especulação imobiliária. A cidade passa por modificações, ela se torna mais segregada, seguindo a lógica dos loteamentos fechados, do medo e das câmeras de vigilância, que reproduzem os mesmos efeitos de exclusão e de aumento da violência. O espaço público vai encolhendo, cada vez mais privatizado, e as classes pobres seguem sendo jogadas às bordas e periferias, acarretando um processo de descorporificação do território urbano e das possibilidades da experiência urbana, como marcas deixadas pela modernidade.

O território urbano se torna cada vez mais fragmentado e fortemente marcado por um processo de urbanização precário que, sem um planejamento de desenvolvimento eficaz, continua a produzir os incluídos e os excluídos sociais. Os investimentos direcionados a zonas hipervalorizadas, em contraste com o abandono de zonas desprovidas de infraestrutura urbana básica, por exemplo, caracterizam uma produção desigual do território das cidades e do acesso a direitos sociais e urbanos pela sociedade.

Na sociedade do controle, o biopoder invade cada vez mais os domínios da vida e dos corpos, por meio de dispositivos difusos que se metamorfoseiam mantendo a vida, o controle e

a gestão das populações como objetos e instrumentos de poder. Ele age, agora, sobre uma população aberta e em circulação, seus dispositivos apreendem o movimento no espaço aberto e planejam o futuro dos fluxos, a fim de conduzir condutas, modos de vida e subjetividades em favor do capital financeiro. A organização e o controle pautados, principalmente, em dados e termos informacionais, se materializam nas espacialidades urbanas, nas formas da cidade, nos discursos e narrativas dominantes dos meios de comunicação, como também nas formas de relação social – o controle sobre o outro e o controle de si - promovidos pelos governos do medo.

Tal processo, de produzir corpos e espaços controlados e vigiados, seguindo a lógica de reprodução de práticas e enunciados instaurados e pré-existentes, ao invés de potencializar a criação deles, nesse contexto de regime neoliberal colonial-racializante-capitalista (ROLNIK, 2018) caminha no sentido da produção de modos de subjetivação capitalísticos de assujeitamento (GUATTARI; ROLNIK, 2011), do medo e do consumo. E, assim, a homogeneização e o controle das experiências da subjetividade sobre uma sociedade individualista, e que não enuncia, apenas reproduz enunciados seguindo o padrão, conduz à reprodução de relações racistas, machistas, patriarcais, xenofóbicas, sexistas, misóginas e hierarquizadas.

A sociedade contemporânea, do controle e do espetáculo, vive nesse início de séc. XXI uma nova transformação que a qualifica como a sociedade do cansaço e do desempenho (HAN, 2017). A pauta do capital financeiro e das políticas neoliberais conduzem aos modos de subjetivação capitalísticos fabricando modos de vida e de produção urbana a partir do modelo empresarial, da cidade mercantilizada e das relações financeirizadas em todos os campos da vida. Vê-se surgir uma sociedade do empreendedorismo de si (ibid.) que pressupõe um modo de construção de “si”, mas sem as ferramentas éticas e políticas para tal, e sem um projeto comum e coletivo de sociedade.

No processo de transição da sociedade disciplinar para a do controle e do espetáculo, viu-se constituir uma sociedade da segurança e da biopolítica - enquanto poder de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2000, p. 287) - pela ação dos mecanismos do biopoder regulando os aspectos biológicos das populações como estratégias de política e poder, que conduziram à produção de uma sociedade de corpos racionais, individualistas e racistas, submissos e reprodutores das normas do regime.

Na sociedade do regime neoliberal, do controle e do cansaço, outra forma de poder opera, especialmente sobre a psique dos corpos, a psicopolítica (HAN, 2018). De acordo com Byung-Chul Han (2018), o regime do neoliberalismo não tem como foco de poder o corpo biológico, mas a psique. Com a mudança dos modos de produção do capitalismo atual, imateriais

e incorpóreos, que produz bens não palpáveis como informações, algoritmos e programas desenvolvidos pelas tecnologias digitais, o corpo biológico deixou de ser central enquanto força produtiva, dando lugar ao fomento da otimização de seus processos psíquicos.

As técnicas da psicopolítica produzem um tipo de subjetividade reprodutora do corpo neoliberal autogestionado e empreendedor de si mesmo, estrategicamente pensado e submetido à ideia da empresa, da competição, do desempenho, do consumo e do lucro. Empreendedores de si, sem tempo, voltados aos próprios interesses, que trabalham remotamente a qualquer hora e em qualquer lugar, mas sem garantias ou medidas protetivas de trabalho e/ou salário. A autogestão do empreendedor de si aos poucos elimina as redes de proteção sociais e trabalhistas, deixando a seu próprio cargo a gestão e a responsabilidade solitária da própria sobrevivência e do seu negócio, ou seja, os riscos e os custos são transferidos do Estado ao próprio trabalhador.

Como cada época e modelo de sociedade desenvolvem suas doenças e seus mal estares predominantes, nos modos de vida capturados pela lógica da psicopolítica, a patologia fundamental é, pois, neuronal (HAN, 2017) e se expressa principalmente em doenças como depressão, ansiedade, déficit de atenção, hiperatividade e síndrome de *Burnout*. Tais doenças são manifestações do esgotamento psíquico frente ao modelo de “superprodução, superdesempenho ou supercomunicação” (HAN, 2017, p. 16) que o corpo contemporâneo experimenta. Um tipo de violência neuronal e sistêmica, que atinge o corpo social em nível global.

Na sociedade do cansaço as academias *fitness*, o *home office*, as farmácias, os bancos, os prédios comerciais, aeroportos e *shopping centers* tomaram o lugar dos hospitais, asilos, prisões, escolas e fábricas da sociedade disciplinar (HAN, 2017). Seus atores deixaram de ser os corpos da obediência, que gerava loucos e condenados, para se tornarem empresários de si, sujeitos do consumo, do desempenho e da máxima produção, que gera depressivos, fracassados e endividados. A auto exploração efetiva desse corpo empreendedor, flexível e funcional, e a tentativa de manter um ‘eu ideal’ que muitas vezes não reflete o seu ‘eu real’ possível, desencadeia um processo de concorrência consigo mesmo, e com o outro, que podem transformar o empreendedor de si em um escravo submisso de si mesmo.

A pressão psicológica desencadeada pelo desempenho, pela sensação de ‘você pode’ que substitui o ‘você deve’ disciplinar, somada à carência de vínculos coletivos e ao excesso de responsabilidade e iniciativa necessários ao empresário de si - que pensa estar livre do domínio externo do patrão que lhe obrigava a trabalhar - produz a auto exploração e a submissão de si. O corpo controlado e cansado enfrenta, cotidianamente, o excesso de estímulos e de informações

através de suas multitarefas desempenhadas e de seus aparelhos *smarts* 24h conectados na rede. Nesse processo de exploração de si, resta pouco tempo para o descanso, o lazer ou a contemplação. Os áudios do *whatsapp* são acelerados em 1,5 – 2 vezes, os filmes também, muda a experiência com o mundo e com o outro, o conteúdo da informação vale mais do que o tom da voz, do tempo da fala, e as singularidades presentes do outro lado da tela.

Na ilusão de que quanto mais ativos mais livres, os corpos do desempenho se tornam cada vez mais cansados, isolados, individualistas e competitivos. Eles têm cada vez menos tempo para o tempo de um encontro, pois a experiência do encontro ou da celebração tem seu próprio tempo, mas as multitarefas e a aceleração comprometem as possibilidades de vivência e de afetação. Assim, o corpo narcisista, esgotado, auto explorado, otimizado, cansado e controlado se torna esgotado de si mesmo “incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo [...] levando à erosão e ao esvaziamento” (HAN, 2017, p. 91). Tal modo de vida expressa uma profunda crise da liberdade, e quanto mais ativos e cansados, mais isolados e individualistas se tornam os corpos da sociedade contemporânea.

O processo indica a forma como o regime neoliberal atua por meio de uma racionalidade homogeneizadora e ideológica que tanto estrutura quanto organiza governantes e governados, naturalizando a meritocracia, a concorrência e a competitividade. Trata-se, pois, de uma nova razão do mundo, um modo de existência e de gestão social. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

E, dessa forma, a transformação política, econômica, social e comunicacional operada pelo regime neoliberal também conduz à produção de novas “figuras de subjetividade” no corpo social (NEGRI; HARDT, 2016, p. 21), por meio de processos de captura da própria vida. Trata-se de formas dominantes de subjetividade expressas nas figuras do “endividado”, do “mediatizado”, do “representado” e do “securitizado” (ibid.). Fabricadas especialmente num contexto de crise política e social global, tais figuras da subjetividade evidenciam tanto o enfraquecimento do poder no que se refere à ação social democrática, quanto à forma como as relações de poder são mascaradas frente ao sistema dominante de representação.

Nesse processo sutil, mas inteligente, de dominação e exploração sobre a psique, as novas técnicas da microfísica do poder e da hegemonia do capital financeiro agem sobre o corpo neoliberal estimulando-o ao empreendedorismo de si, à otimização pessoal e ao desempenho total, o que lhe conduz a agir de maneira a reproduzir o contexto de controle, submissão e exploração a partir do seu interior. Trata-se de formas muito eficientes de subjetivação, operadas

pelo capital, evidenciando uma crise da subjetividade que, em maior ou menor grau, atinge a todos, visto que a sujeição deixa de ser algo provinda do exterior, ela é operada pelo próprio corpo neoliberal a si mesmo. Corpos que passam a compor uma sociedade algoritmizada, digitalizada e monitorada 24h, que vive sob o controle digital dos instrumentos psicopolíticos infiltrados na vida diária do corpo social, por meio de *big datas* e dos *smartphones*, conduzindo suas vidas, seus modos de se relacionar, de se comunicar, de trabalhar.

O neoliberalismo, que produz o empreendedor de si, é um sistema bastante eficiente em explorar as emoções e todas as formas de relação humana, de comunicação e de expressão de liberdade dos corpos. A ditadura do capital é uma das principais marcas de dominação do sistema neoliberal financeiro, assim, a vida e todas as suas manifestações são transformadas em puro valor comercial, incluindo as relações humanas. O capital, como um novo modo de subjetivação, sujeita a vida ao próprio fim de produção, consumo e acúmulo de capital. Tudo e todos se transformam em servos do deus capital (HAN, 2018). A passividade, característica do cidadão que opera ao modo de um consumidor, reflete na forma como deixa de lado sua capacidade de ação e crítica frente ao mundo e à produção da realidade social e política.

O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade do cidadão cede diante da passividade do consumidor. Atualmente, o eleitor enquanto consumidor não tem nenhum interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Não está disposto a um comum agir político, tampouco é capacitado para tal. O eleitor *apenas reage de forma passiva* à política, criticando, reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou serviço de que não gosta (HAN, 2018, p. 21).

Nesse processo, o cidadão se torna mais espectador do que agente da realidade, cada vez mais enfraquecido de suas capacidades e potências de ação e transformação no mundo. A pandemia do covid-19 que assolou o mundo por dois anos deixou essas marcas ainda mais evidentes. Na impossibilidade do encontro presencial, a vida se fez através das telas, dos filtros e das redes sociais. Corpos entelados, algoritmizados, solitários, controlados e depressivos sobrevivendo enquanto enfrentam um mundo marcado pelo medo do vírus, o medo do outro, o medo de si. Nesse contexto, o espetáculo se mantém, o controle também. Um tipo de controle digital e virtual permitido e impulsionado pelo próprio corpo, que voluntariamente se expõe, informa dados, interesses e informações pessoais diretamente na rede, cotidianamente.

Os algoritmos dos *big data* fazem o serviço de registrar os dados informados a fim de estimular a continuidade de uso e do compartilhamento das informações, além de antecipar desejos e necessidades. E assim, os *big data*, os *smartphones* e outros aparatos de tecnologia se tornam os principais instrumentos de dominação e controle na atualidade. Tais dispositivos

operam enquanto instrumentos de subjetivação materializando a dominação, o controle e o monitoramento nas práticas e nas relações sociais, na presença das câmeras vigilantes por todos os lados, na exclusão digital dos pobres, dentre outros fatores que passam a determinar modos de vida e de comportamento individual e social. A microfísica do poder se mantém.

A psicopolítica digital (HAN, 2018) também funciona como um instrumento do capitalismo do consumo que cria necessidades estimulando a compra, o número de curtidas nas redes sociais, os filtros estéticos, e assim, os corpos passam a ser controlados desde sua psique. Gratificação por meio de curtidas e seguidores, os mesmos aos quais é delegado o monitoramento, a aceitação ou a repulsa. Gratificação, eficiência, empreendedorismo e consumo. A vida sendo produzida como um grande negócio, seguindo a lógica do mercado e da mercadoria. As pessoas virando pacote de dados algoritmizados e comercializados. A exclusão digital é a nova marca da desigualdade, quem não está na rede praticamente não existe. Cada qual vive na sua bolha algorítmica e virtual. Filtra o mundo que quer ver e a realidade que quer pertencer, na acomodação já cansada de sua vida entelada.

Outra característica da sociedade contemporânea é o aumento da informalidade e da informalização do trabalho que, combinadas com a precariedade cotidiana, aprofundam as injustiças e as desigualdades sociais. O novo modo de trabalhar, desprovido de proteção social por parte do Estado e sem um projeto comum de sociedade, contribui para a quebra dos valores comunitários, da solidariedade e da desvinculação com sindicatos e instituições de amparo coletivo. Desvinculado de referências coletivas, o modelo do empreendedor de si incentiva a individualização e a concorrência. Não é de interesse das empresas os coletivos de trabalhadores que possam se organizar e resistir às sofisticadas formas de exploração do trabalho, mas a produção de um tipo de trabalhador polivalente e hábil, disposto a se adequar aos interesses e às mudanças repentinas do capital financeiro. Tal flexibilização no campo do trabalho combinada à retração das funções do Estado fazem parte das estratégias de uma política neoliberal que intenta a liberdade e a expansão do mercado sem as barreiras das demandas sociais e coletivas.

Empresa, concorrência e liberdade são alguns dos conceitos que se generalizam no interior do tecido social e nas cidades. As pessoas são tratadas como empresas, e avaliadas sob as análises econômicas da gestão, do investimento, dos interesses e do tempo. Os corpos são educados para competir em defesa do capital financeiro, pois o regime neoliberal produz uma forma de enunciado que diz que a concorrência garante a liberdade. No entanto, trata-se de uma ilusão da liberdade, primeiramente porque ela é produzida, pensada e conduzida pelo outro, depois porque o cidadão não tem liberdade nas decisões políticas, econômicas, sociais ou

urbanas. Nem mesmo sobre as suas. Ou seja, o corpo neoliberal pensa que é livre, mas continua escravizado e sujeitado reproduzindo as manobras das tecnologias de poder neoliberais. Pois, no regime neoliberal “o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 14). Assim também as cidades, que seguem se urbanizando seguindo a lógica do livre mercado e do consumo, da circulação do capital e do interesse das grandes empresas, cada vez mais fragmentadas, privatizadas e desigual.

As marcas da falsa liberdade, da exclusão social, da violência e da desigualdade experimentados no contexto latino-americano há séculos, resultantes de um processo histórico colonial aliado à hegemonia neoliberal atual, foram exacerbados ainda mais com a crise sanitária, política e econômica enfrentada na pandemia do Covid-19. No caso brasileiro, as políticas de exceção e as negligências empenhadas pelo governo federal que, na prática, refletiram uma política de morte e violência, atingiram a população como um todo, mas se materializou especialmente nos silenciamentos e nas práticas de extermínio contra raça, classe e gênero. Num país majoritariamente de negros, mulheres e pobres, as políticas de austeridade e de redução das ações no combate à desigualdade social, somadas ao colapso do sistema sanitário e econômico pela epidemia, evidenciaram as opressões estruturais enfrentadas pela maioria da população brasileira. E, nesse sentido, uma outra técnica de poder se destacou, a da necropolítica (MBEMBE, 2016).

A necropolítica pode ser explicada como uma forma de biopolítica, agenciada sobre o corpo vivo da população, mas onde o Estado toma o poder de decidir quem morre e quem vive, uma política de morte. Nas palavras de Mbembe (2016, p. 123), a necropolítica seria “a expressão máxima da soberania [que] reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Essa tecnologia de poder, nas formas contemporâneas, se apresenta nas ações políticas onde, por meio da guerra, o extermínio e o assassinato do inimigo imaginário são os objetivos, e se justificam em nome de uma luta contra o terror à espreita. Uma prática política onde “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (ibid., p. 126).

O exercício das técnicas de controle da biopolítica promoveu um tipo de distribuição da espécie humana em grupos e subgrupos que evidenciou as múltiplas formas de racismo “sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” (ibid., p. 128). E, assim, as formas de opressão estruturais, como o racismo, o machismo e o classismo, elementos constituidores do

poder do Estado na modernidade, se manifestam ainda hoje enquanto tecnologias políticas sobre a sociedade, que tanto permitem como legitimam o exercício dos bio e necropoderes. Sob o imaginário de que a existência de alguns seja um perigo e um atentado à vida de outros, o processo histórico de criminalização e de segregação – raça, classe, gênero (especialmente corpos negros, indígenas, pobres, mulheres e dissidências) – marcam a estrutura social brasileira e se manifestam nas diferentes formas de violência, silenciamento e omissão sobre seus corpos.

Mbembe afirma que as guerras contemporâneas instauradas na “era da globalização” não objetivam conquistar ou gerir um território, mas “visam forçar o inimigo à submissão, independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e “danos colaterais” das ações militares” (ibid., p. 138). Nesse contexto, as operações militares e o direito de matar já não são monopólios dos Estados, e não têm Nele o único meio de executar essas funções, o direito de exercer a violência e de matar se espalham pelas milícias urbanas, pelo exército e pelos sistemas de segurança privados. Em conjunto com o exército, homens e grupos armados se organizam de maneira difusa e sorrateira, infiltrados em agências de poder e de segurança funcionando como máquinas de extermínio sobre territórios criados e/ou controlados por eles mesmos.

As diferentes formas de violência do necropoder sobre os corpos determinam tanto o direito de matar como o direito de expor corpos à morte ou o direito de escravizar o outro. Como as intervenções armadas, em nome de uma suposta ameaça, que atuam de maneira diferente nas zonas periféricas e nos centros urbanos. Nas periferias brasileiras, por exemplo, o poder policial tem aval de atuar fora das regras constitucionais, como se aqueles corpos fossem desprovidos dos direitos da constituição brasileira. Assim, corpos negros e pobres, mulheres, indígenas, imigrantes e comunidade LGBTQIAPN+ podem ser considerados inimigos ou ameaças, e suas mortes são legitimadas em nome da saúde e da segurança de outros corpos. E ainda, num contexto de neoliberalismo como modelo econômico e de uma racionalidade baseada no mercado que reduz os corpos a mercadorias, os interesses do mercado e das instituições financeiras também engendram forças que determinam quais vidas são protegidas e quais vidas podem ser negligenciadas à morte.

Sobre o território urbano, na tentativa de manutenção daquela sociedade do controle e do espetáculo, atualizada nas novas formas de dominação da sociedade do desempenho e do cansaço, os agentes dominantes da produção do território transformam zonas urbanas em cenários cada vez mais artificiais e pasteurizados. Os interesses do mercado que comandam as decisões acerca dos usos do território e do espaço urbano, forçam o deslocamento de parte do

contingente social para as bordas da cidade, incentivam a gentrificação, a segregação e a geração de espaços degradados ou vazios em outras zonas da cidade. Um processo de planejamento (?) que enrijece e mercantiliza o território. O novo modelo de habitar, da arquitetura do medo, dos condomínios fechados, dos bairros privados, do esvaziamento dos centros e da privatização dos bens públicos é incentivado pelo mercado imobiliário; de fato esses são fortes agentes da produção do espaço urbano contemporâneo.

São as classes pobres que mais sofrem nesse processo e, dentre muitas ações na cidade, a gentrificação, a lógica da propriedade privada e a tomada de posse de terras de forma violenta são bastante comuns, quando determinada área urbana passou a ter valor e interesse à atividade imobiliária, e nesse caso, tem o aporte do Estado. Visto que, o Estado dá ao mercado a permissão de ação sobre a cidade “transformando os serviços e infraestrutura urbana em mercadorias submetidas aos interesses dos agentes econômicos que subordinam as decisões de planejamento urbano” (MARZULO, 2016, p. 238).

Tais aspectos retratam um processo de produção urbana contraditório, que já apresenta seus sinais de esgotamento, por medo da violência a cidade vai se construindo cada vez mais encerrada em fachadas cegas ou não vistas, em loteamentos e condomínios fechados, e essa valorização do refúgio seguro para morar de alguns, esvazia e incentiva a violência no espaço público de todos. Como resultados desse sistema de produzir as cidades evidencia-se a segregação do espaço físico, a impermeabilidade do território, a falta de acesso a determinadas zonas, a privatização, o encolhimento e a desapropriação do espaço público, como se a rua fosse terra de ninguém. Um processo de produção urbana e social que empobrece a experiência urbana, a noção da rua como o lugar de encontros e enfraquece as relações de vizinhança e comunidade.

No caso do Brasil, as cidades são marcadas, historicamente, por uma urbanização precária, *déficit* habitacional, desigualdade social e uma política urbana que segue o funcionamento da política econômica, em crise. A pobreza se apresenta como uma questão social e não de natureza, visto que, ela é construída conjuntamente com o modelo de desenvolvimento urbano desigual. O momento atual é de crise, de acirramento dos conflitos sociais (BOURDIEU, 2007) e de emergência de reforma urbana evidenciada nas disputas pela terra e por moradia, como exemplos os movimentos sociais no campo (MST) e na cidade (MTST, MNRU, MNLM, MLB, as ocupações urbanas, o movimento dos indígenas e dos quilombolas).

Nossa sociedade convive com implicações problemáticas sociais e urbanas de diferentes períodos históricos, uma soma de questões não resolvidas e cujas diretrizes, desde os primórdios

coloniais passando pelo período de industrialização, seguem fundadas no capital e no acúmulo deste. Nas cidades, em especial, o funcionalismo homogêneo e o fracionamento espacial, marcas deixadas do modelo urbano moderno ocidental, que criaram contornos e limites que não se cruzam, produzindo e exacerbando os incluídos e os excluídos sociais no território, e cujas margens ficam fora das ações políticas apesar de serem criadas pela própria prática político-urbana em curso.

A funcionalidade, como estratégia de poder, “tem papel central na manutenção da ordem” (MARZULO, 2016, p. 235) e se ancora sobre a lógica do capital, das grandes empresas e da especulação imobiliária, o território se tornou um grande negócio. Mas esse modelo urbano não atende às questões sociais contemporâneas e segue desvalorizando o corpo e empobrecendo as possibilidades de experiência urbana na cidade. O processo de produção dos modelos de cidade na sociedade ocidental inaugurou um fenômeno urbano que se desenvolve até essa contemporaneidade, com consequências futuras catastróficas que ultrapassam a esfera físico-espacial, pois se materializam no sentido ambiental, nos modos de existência humana e na produção da subjetividade. A emergência da criação de um novo sistema social implica renovar não só as práticas políticas e econômicas, mas no sentido de uma nova constituição de subjetividade.

Nesse contexto, o corpo é o elemento fundamental, visto que é ele o meio pelo qual nos relacionamos com o mundo e com os outros, é nele que se expressa a subjetividade, é ele o agente das relações sociais e da constituição da sociedade. É sobre ele e a partir dele que se manifestam as estratégias de poder e submissão, assim como é por meio dele que se criam as táticas de resistência e de subversão aos regimes de controle e dominação vigentes. Vislumbrar uma transformação social e uma nova produção do território urbano implica investir no reconhecimento dos saberes e das potências dos corpos e na construção de novos modos de subjetivação.

2.3 Corpo-território

*“A vida é arte do encontro
embora haja tanto desencontro pela vida”*

Vinícius de Moraes

É sobre o corpo, no nível dos seus *afectos*, que as estratégias de dominação e de sujeição se estabelecem e que as instituições se debruçam para controlá-lo, dominá-lo e impor-lhe um determinado saber e modo de ser. É no corpo que os acontecimentos e as experiências, através de singulares marcas, se inscrevem e se chocam num conflito de poderes e micropoderes. Tal qual um atravessamento que, ao mesmo passo que lhe atravessa, lhe constitui corpo.

Território primeiro da construção de relações, o corpo é tanto criador de relações sociais, espaços e territórios, como produto deles. Ele se cria criando territórios. O próprio corpo é um território, físico e existencial, um agenciamento territorial que, ao mesmo tempo em que cria seus territórios de vivência vai se constituindo território. Corpo-território, território-corpo, onde se espacializa a vida e a reprodução das relações de poder/saber. É nele onde se exercem as relações de força e de poder, e é também através dele que as relações de poder sobrevivem, marcando-os, definindo-os e controlando-os. O corpo é, pois, o lugar de encontro e de manifestação das estratégias de poder/saber, ao mesmo passo em que é nele que se encontram as potências para criar táticas de subvertê-las.

Um corpo para Espinosa (2007 [1677]) se constitui por seu poder de *afectar* e de ser *afectado*. A ética, pois, enquanto modo de vida implica a construção de *afecções* por meio dos encontros entre os corpos. Nesse sentido, a liberdade ou a sujeição do ser humano se definem também pela capacidade dos *afectos* e dos agenciamentos que tece. Através dessas capacidades o ser agencia movimentos e *afectos*. Pensar o corpo a partir da perspectiva dos *afectos* implica compreender uma outra concepção da teoria de Espinosa, a relação de causalidade entre corpo e mente, e a noção de que o poder de pensar da mente tem a mesma dimensão do poder de agir do corpo, ou seja, os *afectos* indicam uma correspondência entre os estados da mente e do corpo. Os *afectos* podem ser ações (definidas por causas internas) ou paixões (definidas por causas externas). Quando as ações da mente (razões) estão em concordância com as ações do corpo, isso pode levar a uma razão corpórea – a grande razão.

Espinosa mostra-nos que a lei da vida é a lei dos encontros. Todo corpo vivo faz necessariamente, ao longo de sua existência, uma série de encontros com outros corpos, e é neles que o ser vivo efetua a sua potência de afetar e ser afetado, ou, poderíamos dizer, de interferir e sofrer interferências. O ser espinosiano é essencialmente produzido. Cada indivíduo é um grau de potência que corresponde a um poder de afetar e ser afetado, de ter paixões e ações. Deste modo, esta diferença ética é já coletiva, traça-se em meio à multiplicidade dos encontros como avaliação dos modos de existência em sua imanência. Esta avaliação se faz nos atravessamentos, dobras e traçados das diferentes linhas (sedentárias, flexíveis e de fuga) que compõem, nos encontros, a vida e o viver como acontecimento singular que não se reduz a um sentido prévio. Assim é que Deleuze e Guattari vão afirmar que a experimentação é a estratégia principal da micropolítica ou da esquizoanálise, pois implica a problematização e o mapeamento destas linhas em sua composição no *socius*. O pensar só se dá como condição nestas experimentações; tal condição não é maior que o condicionado, mas coincide com ele e o desloca sempre na direção de um pensamento por vir (ROCHA, 2010, p. 481).

Afectos são, portanto, as variações de potência do corpo em seus modos de agir, existir e pensar, que ocorrem por meio dos encontros que estabelece com outros corpos (materiais e imateriais), uma forma de apreensão do mundo, dos efeitos do mundo no corpo (ROLNIK, 2015). Aos encontros se incluem pensamentos, ideias, práticas, corpos, sentimentos, experiências, etc. Cada encontro pode gerar diferentes graus de potência, constituindo pulsões de vida ou de morte. Um mau encontro se explica pela diminuição da potência de ação do corpo, enfraquecendo suas forças e produzindo *affectos* tristes; por outro lado, bons encontros elevam a potência, produz *affectos* alegres, impulsionando o corpo à ação. A perspectiva da teoria dos *affectos* implica, ainda, problematizar constantemente a relação entre ações e paixões, razões e emoções.

Espinosa entende, ainda, que o homem não nasce livre, ele se torna livre ou liberta-se a partir do que pode esse corpo pelos encontros, agenciamentos e combinações que estabelece durante a vida. E, como o ser está a todo o momento constituindo-se, ele pode ser compreendido como um modo, um estado de potência e matéria, sempre inacabado, num processo de construção de subjetividades que pode tender à liberdade do corpo ou à servidão e à sujeição, ou assujeitamento. A noção de liberdade se relaciona às possibilidades ativas de exercer suas próprias potências e forças. Trata-se de um projeto de vida ético e político que envolve esforços em transformar paixões em ações e de promover encontros capazes de elevar as potências de agir, pensar e sentir dos corpos, suas capacidades de ação. Isso envolve aspectos intelectuais e corpóreos, a fim de reconhecer as capacidades de cada corpo e de criar as possibilidades para manifestá-las.

Mas, a potência dos corpos é barrada constante e historicamente pelas relações de poder e dominação. Quando capturado pelos mecanismos de controle e poder, o corpo se vê enredado numa rede de dispositivos e agenciamentos que esvaziam suas energias, ele se torna submisso, incapaz de pensar e agir por si próprio. A ordem neoliberal capitalística produz os modos de relações humanas nessa contemporaneidade, ela fabrica a relação do homem consigo mesmo e com o mundo. Trata-se de “modos de subjetivação” que, sob a lógica capitalística, caminham no sentido de uma “modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários etc” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 36). O corpo é então manipulado, intoxicado por venenos e valores, anestesiado e impedido de autoproduzir-se, pois são impostos a ele ritmos de vida no cotidiano, no trabalho, no repouso e no lazer, fabricando-o segundo os agentes e as entidades de poder calcados, especialmente, no capital, no consumo e no interesse empresarial.

No entanto, através da resistência e de novas práticas sociais novas subjetividades podem ser forjadas, conduzindo os corpos a outras estéticas da existência. Num processo de emancipação do corpo, a fim de recriar-se, transpondo as linhas de força das relações de poder e de saber instaurados. É num processo de subjetivação que o ser se produz e conduz sua vida, individual e socialmente. Trata-se de uma construção estética e política dos corpos, por meio das relações que faz, das posturas que mantém e dos encontros que experimenta.

Guattari entende subjetividade como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* autorreferencial em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (GUATTARI, 2012[1992], p.19). As instâncias coletivas se referem a “uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius* [...] junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (ibid.). Ou seja, a produção da subjetividade se faz simultaneamente entre “instâncias humanas intersubjetivas manifestas pela linguagem e instâncias sugestivas [...], interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos [...] e universos de referência incorporais” (ibid., p. 20), tal qual a música, as artes, a arquitetura etc. É “também nas grandes máquinas sociais, *mass-mediáticas*, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas” (ibid.) que a subjetividade é fabricada.

[...] cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, que dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sistematológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (GUATTARI, 2012[1992], p. 21).

No entanto, o crescente desenvolvimento de subjetividades produzidas de maneira maquínica⁷¹ homogeneiza um padrão de subjetividade reduzindo as capacidades de singularização dos corpos, e encapsulando-os na forma de sujeitos (GUATTARI; ROLNIK, 2011). O *sujeito*, tratado aqui, é justamente o resultado de um processo de subjetivação que reduz o ser, em sua multiplicidade de gestos, formas, pensamentos e ações, e que se constitui a cada novo processo sempre em mutação, a uma forma única, identificada, fixada, sujeitada a identidades, representações, modos de ser e pensar e viver e se relacionar. No entanto, a estabilidade do sujeito é relativa, pois é resultado das diferentes relações e dimensões das relações que ele estabelece na sua prática social do cotidiano. Nesse sentido, considera-se que há uma impossibilidade de apreensão de um sujeito como figura estanque, aprisionada numa certa constituição identitária.

A proposta de Guattari em deslocar o foco do encapsulamento identitário do sujeito para a órbita de um agenciamento coletivo de produção de subjetividades e modos de subjetivação, dialoga com as ideias construídas por Foucault, no decorrer de sua obra, para quem o sujeito é uma construção social, arbitrária, histórica e temporal. Nessa perspectiva, não existe uma essência de sujeito, um fundamento de sujeito capaz de ser apreendido. O exercício de objetivação é sempre o exercício de um sujeito que, deliberadamente, objetiva uma experiência subjetiva. Nos constituímos no interior de diferentes grupos em relação, que coexistem, e essa noção de simultaneidade dificulta a fixação em numa identidade. O homem, portanto, não é sinônimo de sujeito, homem como humano é uma criatura que existe dentro de um contexto social, cultural e temporal, e ele só se torna sujeito num processo de movimento, passando por um processo de subjetivação, quer dizer, que se produz no interior de um campo de práticas sociais, em relação a outros sujeitos. Uma constituição que se faz como efeito de suas ações e da própria existência, na relação consigo – de cuidado e conhecimento de si – e na relação com o outro.

Ao invés de *sujeito*, sujeito de enunciação [...] prefiro falar em “agenciamento coletivo de enunciação”. O agenciamento coletivo não corresponde nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada. A subjetividade é produzida por um agenciamento de enunciação (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 39).

⁷¹ O conceito de máquina é desenvolvido Guattari e Deleuze especialmente na obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, e diz respeito, muito rasamente, ao corporal. Para Guattari, máquinas não se referem ao espaço purificado das técnicas, mas a uma organização de fluxos e forças plurais, heterogêneas; são “acoplamentos heterogêneos que agenciam” (GUATTARI, 2012[1992], p. 43). Residem no intermeio entre sujeito e objeto. Trata-se de uma mecosfera, o ambiente maquínico do mundo, e não a biosfera. Se refere ao que faz, produz e como funciona.

As máquinas são os principais elementos em um processo de produção e, segundo Guattari, cada vez mais as relações de controle e de organização social estão adjacentes aos processos maquínicos. É “através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes que detém o poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social” (Ibid., p. 39). As máquinas podem ser corpos sociais, industriais, formações culturais, o Estado, a família; é toda uma mecânica de poder que exerce uma dinâmica. Como máquinas de subjetivação, produzem subjetividades. A tendência das máquinas capitalísticas é igualar tudo em categorias unificadoras e reduzir os corpos a engrenagens cujo valor responda ao mercado capitalista.

Prolifera-se, a partir da grande máquina capitalística, uma cultura de massas que produz corpos normalizados, articulados entre si segundo um sistema hierarquizado, de valores e de submissão dissimulada. Ao mesmo passo, ocorre a produção de uma subjetividade coletiva, “uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. [...] uma produção da subjetividade inconsciente” (GUATTARI, 2012, p. 16) que quer garantir uma função sempre hegemônica, um padrão.

Deleuze (2001[1953]) vai em Hume pra falar sobre como nos orientamos no mundo segundo alguns padrões pré-estabelecidos e compreende que é na repetição da experiência, no “hábito de contrair hábitos” (ibid., p. 52), que forjamos isso que chamamos subjetividade. A “subjetividade é um processo” (ibid., p. 106) que se constitui pelo efeito dos princípios que afetam o corpo, assim, ela é capaz de se modificar quando se atualizam as experiências. Na mudança dos hábitos, através de práticas singulares, podem-se forjar novas subjetividades. Guattari complementa:

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 42).

Há diferença entre singularização e subjetividade. No movimento de subjetivação ocorre a produção de algo que ainda não existe, que pode se dar a partir da aderência de alguns modelos já consolidados no campo das práticas e dos contextos sociais em que se está inserido – ser apenas mais um – ou pode-se ir no caminho de investir numa atenção de demandas singulares – singularização. A singularização trata de um modo de olhar o mundo, a partir das possibilidades próprias de cada corpo que, quando se singulariza, promove uma forma única de olhar e de se

relacionar com as coisas do mundo. O conjunto de singularidades, no meio social, conforma uma pluralidade.

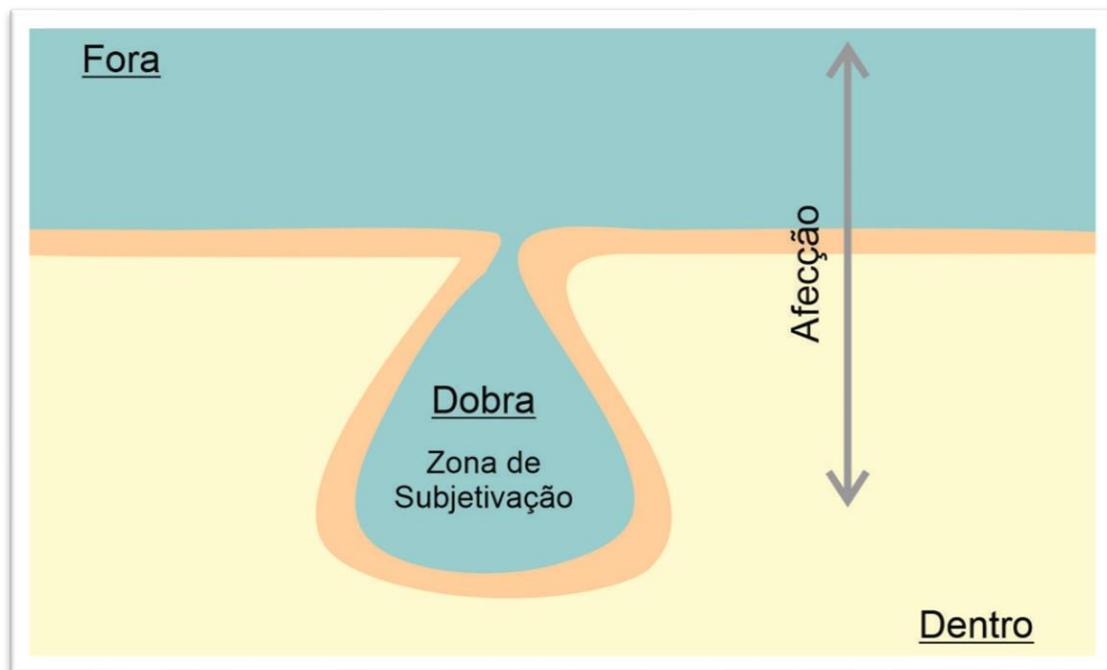
A subjetividade, por outro lado, seria como a soma das marcas no corpo, de tudo o que já se passou, o que está sendo e o que ainda não foi, mas encontra-se em latência desejante, em *devoir*. A produção de subjetividade é um exercício permanente, e está sempre em vias de se transformar, pois nos constituímos de formas diferentes em cada combinação social e em cada agenciamento estabelecido. Nesse sentido, podemos falar que nos constituímos em *subjetividades parciais*, no plural, que são efeitos das práticas de si, ou seja, expressões do que, em nós, se relaciona articulando-se com a realidade, as coisas, os outros e com o mundo, através do tempo e da história. Guattari sugere, ainda, uma “concepção transversalista da subjetividade” (GUATTARI, 2012, p. 13) compreendendo-a, por fim, como “parcial, pré-pessoal, polifônica, coletiva e maquina” (ibid., p. 33) produzida por meio de “instâncias individuais, coletivas e institucionais” (ibid., p. 13) com implicações sociais, culturais e territorializantes.

Subjetivação se refere ao processo de produzir subjetividades, ao modo como nos tornamos aquilo que somos, e como nos relacionamos com os *afectos* e as *afecções* resultantes dos encontros que estabelecemos, num movimento resultante da própria existência. Foucault (2004[1984], p. 262), ancorado na ideia de “cuidado de si” e da relação do sujeito com a *pólis*, entende que “a escolha estética e política, por meio da qual se escolhe determinado tipo de existência é um modo de subjetivação”. E ainda, “eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que, evidentemente, não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (ibid.). A subjetivação é um processo constante, nunca paramos de nos subjetivar.

Deleuze (1992, p. 142), tratando sobre a obra de Foucault, afirma que “a subjetivação é a produção dos modos de existência ou estilos de vida” e que ela se faz a partir de uma dobra do campo de forças do exterior para o interior do corpo, “uma operação que consiste em dobrar a linha do Fora” (ibid., p. 141).

Como uma invaginação (Figura 14), a subjetividade é produzida a partir dessa dobra que contém partes do fora, do campo pré-pessoal, em composição com partes do dentro, do tecido, do corpo.

Figura 14 - Diagrama “A Dobra da Subjetividade”



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Na dobra, a multiplicidade de forças e velocidades infinitas do fora sofre uma desaceleração e penetra, criando um certo dentro, um campo interno que não é mais nem fora e nem dentro, mas uma mistura, uma “relação topológica” vital (ibid., p. 127). Não se trata de uma interioridade privada, individual e encerrada em si, a subjetividade se relaciona com a multiplicidade que lhe habita e compõe e com o campo de forças da exterioridade que lhe atravessa. “O dentro condensa o passado (longo período), em modos que não são de forma alguma contínuos, mas o confrontam com um futuro que vem de fora, trocam-no e recriam-no” no presente (ibid.) Esse campo de forças possui uma infinidade de vetores, partículas, singularidades, coisas mais e menos concretas, coisas palpáveis e coisas invisíveis, que passam a compor o corpo no seu processo de individuação, ou seja, o corpo carrega, em si, o campo de forças, produzindo subjetividades, modos de ser, pensar e agir.

Os processos de subjetivação, “o conjunto dos processos pelos quais o sujeito existe com seus diferentes problemas e obstáculos, e através de formas que estão longe de estarem concluídas” (FOUCAULT, 2004[1984], p. 262), ocorrem através dos encontros que estabelecemos e trata de uma capacidade de apreensão frente à conjunção social em que vivemos, um jeito de se colocar no mundo e de enfrentá-lo. Os modos como vai operar com o processo de subjetivação atendem a um conjunto de particularidades que tornará possível, ou não, a singularização. Por vezes se individualiza, noutras se produz coletivamente. O ser vive e se constitui a partir de encontros e de atravessamentos, de todo tipo.

Quando se define um homem como indivíduo, quando ele é considerado fonte autônoma de direitos e de propriedade., ele se torna só. Mas o si mesmo não pode existir fora de uma relação com um outro. As metafísicas da individualidade, ao se confrontarem com o corpo, negam a multidão que constitui o corpo para poderem negar a multidão de corpos (NEGRI, 2004, p. 21).

Nesse sentido, não se é nunca um indivíduo no sentido uno, mas um ser rodeado de acontecimentos e que está o tempo todo se constituindo, se subjetivando e se compondo na experiência social (família, escola, rua, trabalho).

De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, que dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também místicas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ela se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e pulsações (GUATTARI, 2012, p. 100)

Assim, a ciência, a arte, as instituições, a política, a mídia, as escritas urbanas (HYPOLITO, 2015), a família, os amigos, os movimentos sociais, são produtores de modos de subjetivação. Estamos a todo o momento nos subjetivando, num processo onde maneiras de ver, sentir e agir no mundo são engendradas a todo instante. Criamos máscaras para cada uma dessas situações, diferentes corporalidades e manifestações de si, sempre num contexto de relação e apreensão do corpo com o mundo social. Assim também as formas de organização social e as formas de organização espacial nas cidades, são formas de subjetivação, pois elas dão as condições para que formas individuais e/ou coletivas emergjam como territórios existenciais. Elas indicam os modos possíveis, em detrimento de outros.

Existem dois modos de subjetivação distintos (FERREIRA NETO, 2004) com relação às potências que geram. Há aqueles que vão na direção do assujeitamento (condicionantes e alienantes) e aqueles que impulsionam à liberdade; modos de subjetivação capitalísticos e modos singulares de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 2011). Os primeiros são como modos de captura que fazem pensar o padrão, a aceleração, se relacionam ao modo de produção econômico capitalístico, mas vai além. Trata do modo capitalístico de produção da subjetividade, que subjetiva para consumir, a atitude *workaholic*, a ideia das cidades espetáculos - tudo é imagem - , as redes sociais, a disciplina, o controle e a psicopolítica. O melhor exemplo desse modelo é a lógica da propriedade privada, a prática de 'o meu e o teu', que expressa a luta pela posse em detrimento do que é comum ou partilhado. O segundo são modos de linhas de fuga, de ruptura, de produção de singularidades e são eles que operam e regem as micropolíticas ativas. Cada regime produz os modos de subjetivação referentes ao seu modelo, conferindo uma consistência

existencial e dando sustentação ao seu mantimento (ROLNIK, 2018). Esses modos coexistem, mas vivemos num contexto de padronização, então, aqui, o que se mostra latente são as linhas de fuga, os momentos de singularização onde se consegue escapar do jeito esperado, pré-estabelecido.

Os modos de captura capitalísticos têm como princípio os modos de subjetivação modernos, que ainda habitam e se reproduzem, de forma a reduzir a subjetividade à noção de sujeito, identidade e representação – o sujeito moderno. No entanto, a experiência da subjetividade não se reduz ao modo sujeito, pois a ideia de indivíduo é apenas uma parte das várias experiências da subjetividade. A subjetividade resulta de um processo do mundo no corpo. É no corpo e através dele que a apreensão do mundo e a experiência da subjetividade acontece.

Essa operação, de apreender as relações com o mundo em sua concretude, se dá através da percepção do corpo - auditiva, visual, tátil, etc. (ROLNIK, 2018), mas suas capacidades associativas ocorrem através do mapa de códigos culturais e sociais que, nesse regime de controle, bio, necro e psicopoder, já vêm estruturado e projetado. Os códigos já vêm atribuídos de sentido, indicando modos de pensar, agir, ser e se relacionar, obstruindo as possibilidades da experiência ativa e consciente da subjetividade e da produção de singularidades. Nesse modelo, não há o que pensar ou problematizar, trata-se de uma reprodução de modos e ritmos já estabelecidos de antemão. É um modo de estar no mundo e de se relacionar que não desestabiliza o corpo, é um modo conhecido, “familiar” (ROLNIK, 2015, 8min10s).

Outra forma de apreensão do mundo no corpo se refere ao reconhecimento das capacidades de *afecção*, dos *afectos* produzidos pelos encontros que o corpo estabelece e:

[...] que já não se refere ao modo como apreendemos o mundo em sua concretude, mas o mundo chega a nós enquanto um corpo vivo, enquanto diagrama de forças que estão sempre em movimento, em função da movimentação também do encontro dos corpos. Essas forças nos afectam, [...] nos tocam, nos abalam, nos perturbam, e isso causa um estado, um estado que você habita, você está habitamos por esse estado, que é a experiência subjetiva, ela está habitada por esse estado. E esse estado é real, é inegável que eu estou tomada por isso, e, no entanto, isso não tem palavra, não tem imagem e não tem gesto. Mas está ali. (ROLNIK, 2015, 9min02s – 10min13s).

Os *afectos* funcionam no corpo como um “germe de mundo” (ROLNIK, 2015, 11min17s), que causam desconforto e fricção, um mal-estar social no nível da subjetividade, desestabilizando a experiência subjetiva do corpo que se vê tomado de um estranhamento. Enquanto condição de corpo vivo, composto por uma afinidade de forças, ele é *afectável* pelas forças do mundo. Essas duas experiências coexistem na constituição dos corpos, ao que Rolnik (2018) chama de o

“estranho-familiar”, e apesar de funcionarem a partir de lógicas e velocidades distintas ambas servem para captar o mundo e constituir o ser. O estranho-familiar enquanto “o coração pulsante do próprio processo de subjetivação” (ROLNIK, 2015, 14min09s) causa desequilíbrio, tensão entre as duas experiências, e convoca o desejo pra agir. É nesse momento que vão se distinguir as diferentes políticas de subjetivação e as políticas do desejo.

Quando a experiência do *affecto* não está obstruída o desejo sai à luta para recobrar o equilíbrio e, assim, funciona a política do desejo, ele se conecta com coisas, ideias, e cria algo - gesto, palavra, imagem - para que a germinação se dê até que se apresente como parte da realidade, que tem por efeito deslocar essa realidade. Na política da ação do desejo a bússola que lhe “é uma bússola ética, no sentido de que a agulha aponta pra vida [...] e não pra qualquer sistema moral, mas à vida em sua essência que é processo de diferenciação e criação contínua” (ROLNIK, 2015, 16min03s). Trata-se de uma germinação de mundo no corpo, mudando a cartografia da realidade, através das políticas de agir do desejo.

Desejo enquanto potência de ação e de criação (ESPINOZA, 2007[1677]), enquanto força produzida desde dentro do corpo. Para Deleuze (DELEUZE; PARNET, 1998[1977]) o desejo produz a realidade, desejar é produzir agenciamentos e trata das capacidades do corpo em *affectar* e ser *affectado*. Somos máquinas desejantes acopladas a outras máquinas, produzindo conexões, passando fluxos. Somos criação, processo e produção contínua. Uma multiplicidade pura - e... e... e... - que nega a identidade e a ideia de sujeito - é. Eis uma das primeiras tarefas da esquizoanálise (DELEUZE; GUATTARI, 2004[1972]): descobrir as próprias máquinas desejantes, não para interpretá-las, mas para experimentá-las, em contraponto à psicanálise enquanto máquina social que normaliza o desejo e suas pulsões, compreendendo-o como falta, algo que vem de fora, do exterior do corpo.

O desejo, então, como pulso de vida, um operador que se conjuga com fluxos que se atravessam criando linhas de fuga, sempre em movimento de criação. Espinoza (2007[1677]) diz que para nos tornarmos humanos precisamos afirmar nossa natureza desejante, pois o desejo é revolucionário, uma força de expansão que cria. O campo do desejo é como uma força motriz subversiva e revolucionária, pois produz a diferença em si mesma, não implica mediações. Ele “constrói máquinas que, inserindo-se no campo social, são capazes de fazer saltar algo, de deslocar o tecido social” (DELEUZE; GUATTARI, 2004[1972]). O ser, ao permitir se jogar no mundo, é modificado pelos corpos em volta, pelos encontros que realiza com os outros corpos, e o desejo, então, se atualiza nessas relações, ele é estrangido ou favorecido, preenchido de alegria ou de tristeza, levando o corpo à ação ou à passividade.

Como em qualquer outro regime, é o modo de subjetivação que nele se produz que lhe confere sua consistência existencial, sem a qual ele não se sustentaria; um não vai sem o outro. No caso da nova dobra do regime colonial-capitalístico, o abuso da pulsão vital nos impede de reconhecê-la como nossa, o que faz com que a sua reapropriação não seja tão óbvia como gostaria nossa vã razão (ROLNIK, 2018, p. 35).

Na política predominante de produção do desejo e da subjetividade, desde a cultura moderna ocidental capitalista, que Rolnik (2020, p. 143) chama de “antropo-falo-egocêntrica”, e que se manifesta ainda hoje no sistema neoliberal financeirizado e globalitário acontece que o corpo ao ser tomado pelo mal-estar da experiência subjetiva do estranho-familiar, sem conexão com o reconhecimento de seus *affectos*, não dá conta de operar com o desejo a fim de criar algo e retomar o equilíbrio. Pois, constituído segundo o paradigma moderno de sujeito-identidade-representação o ser entende que o mundo se organiza segundo esses princípios, sem a experiência do extra pessoal, do fora, da relação com os encontros e com os *affectos* produzidos pelas dobras no corpo. Ele se estrutura de acordo com esse mundo e qualquer desestabilização é interpretada como uma grande ameaça, levando-o à desagregação.

Muitas são as possibilidades de ação nesse contexto, no entanto, a crescente noção de falta e de inferioridade, a depressão e a ansiedade sociais associadas a um estado de não conseguir se adaptar ao mundo, leva o corpo ao consumo exacerbado de medicamentos e mercadorias oferecida pela publicidade como um ‘certo tipo de mundo’ considerado bom. Trata-se de uma política da subjetivação que quer manter o *status quo*, o controle e o biopoder sobre o corpo social. O ser entende que o problema está nele, pois a bússola que guia o desejo é moral e não ética. Outro movimento dessa política de subjetivação é o de considerar que o problema está fora, que a angústia do perigo vem do exterior. Então, o que é diferente daqueles princípios, o que não é espelho, desestabiliza e precisa ser extinguido, assim se produzem, por exemplo, “as massas fascistas” (ROLNIK, 2015).

A diferença é tolerável desde que o diferente se enquadre dentro do esperado e consuma algo. A capacidade do corpo de diferir, de variar, enquanto agenciamentos moleculares, visto que somos corpos em processo de diferenciação (DELEUZE, 1992) é regulada e as diferenças aprisionadas. Trata-se de um regime de controle sobre a própria capacidade de criação e de acontecimentos. As políticas de subjetivação dominantes agem diretamente nessa noção, pois o que intenta é apossar-se das capacidades de diferenciação e singularidade, integrando-as em um objetivo comum calcado no controle das políticas de desejo dos corpos. Será que desejamos o

último modelo de celular ou nos fazem desejar? Como pode o desejo desejar sua própria escravidão?

Esse processo de subjetivação, fabricado pelas linhas de força dos dispositivos dominantes, torna a subjetividade dependente dos saberes e poderes desses dispositivos. Dessa maneira, corpos e sociedades não conseguem formar as próprias regras de orientação, eles são fabricados e identificados pelas tecnologias do poder, e suas linhas de subjetivação são controladas e dirigidas incansavelmente. Inclui-se nesse processo a captura de certas conquistas emancipatórias da subjetividade, que são integradas no próprio sistema de dominação. Isso ocorre especialmente por meio dos aparelhos de comunicação em massa e da publicidade, importantes equipamentos de poder, a mídia constrói narrativas, que são entendidas como verdades, alimentando a busca por subjetividades que promovam saídas ou acoplamentos, oferecidas pelas mesmas máquinas narrativas. *Para ser saudável você deve seguir tal modelo, fazer tais exercícios, dormir x horas. Uma mulher empoderada tem essas e mais essas características. Um homem bem-sucedido é um empreendedor realizado. Acumule pontos e seja feliz!* Assimilada e controlada, a experiência da subjetividade é antecipada a fim de controlar a criação das linhas de fuga e novamente neutralizar e homogeneizar os modos de existência.

Há muito tempo a publicidade, a propaganda e o *mass media* influenciam os modos de vida da sociedade, no entanto, na atualidade experimenta uma realidade nunca vista. As telas são como os novos panópticos disciplinares. Como é possível imaginar que a partir de um único aparelho celular qualquer pessoa seja capaz de trabalhar, se alimentar, namorar, estudar, se encontrar com amigos e familiares ou assistir um filme? E, muitas vezes, ela consegue fazer todas essas atividades ao mesmo tempo, e de forma acelerada. É como se a pessoa funcionasse como um sistema computacional, que corrige erros operacionais a fim de possibilitar maior eficiência e desempenho. No entanto, ela não é um computador. Ela é corpo, mente-corpo num só, inseparavelmente relacionados, e é evidente que o resultado seja o seu esgotamento geral. O corpo envelhece, sente dor, tristeza, angústia, cansaço, mas ele é convencido de que necessita manter-se jovem, sadio, ativo e feliz, a fim de permanecer útil e produtivo.

Tais processos de subjetivação criam necessidades e desejos incorporados no inconsciente coletivo, promovendo e prevendo padrões coletivos de comportamento. Isso ocorre em função de o regime neoliberal e capitalista operar diretamente nas forças do desejo dos corpos, na dimensão de seus *affectos*, fazendo com que o desejo reprima a si mesmo. Uma forma de antiprodução se difunde através da máquina capitalista e suas forças de controle, disciplina e poder. E assim, o Estado, a *mass media*, as igrejas e as grandes instituições integram as máquinas

desejantes impedindo-as de produzirem singularidades de modo que apenas reproduz os mecanismos e as técnicas da antiprodução.

Eu oporia a essa máquina de produção de subjetividade a ideia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de 'processos de singularização': uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos estes modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 22)

Como conviver com as diferenças, a coletividade, o imprevisível e o inoportuno? Como romper com a cultura de massas das mídias digitais, os sistemas hierárquicos de valores, submissão e exploração?

Foucault considera que no jogo incessante entre poder e resistência podem se criar novos modos de subjetivação. A superação das linhas de força instituídas pelos agentes de poder ocorre através da produção de linhas de subjetivação que escapam às outras linhas, num ato de resistência dos corpos. Ao resistir os corpos se opõem, utilizando-se das forças que o próprio poder disponibilizou. É como se produzisse certa consciência acerca da dobra das linhas, entre fora e dentro, um cuidado de si. Trata-se de uma ação na experiência da subjetivação, através de "práticas de si" (FOUCAULT, 1988), de exercícios práticos, por meio dos quais o corpo se inventa e se constitui enquanto existência estética. Essas práticas de constituição de si são modos de subjetivação singulares capazes de produzir determinada subjetividade e, para isso, o ser vai realizar esforços de agir sobre si mesmo, se conhecer, se controlar, se colocar à prova e se transformar.

O cuidado de si se refere a um tipo de tecnologia que o corpo coloca em funcionamento/operação no seu processo de subjetivação. E, visto que o *si* não é homogêneo, mas um campo heterogêneo, governado por diferentes governos, Foucault aciona a ideia da governabilidade, ou seja, as práticas de cuidado de si implicam prestar atenção ao que sensibiliza o corpo, às formas como ele se subjetiva; quem, o quê e como lhe governam. Tal conhecimento pode indicar quais dispositivos são capazes de inverter a integridade do poder de uns sobre os outros. Trata-se da criação de uma lógica da estratégia que "não faz valer termos contraditórios num elemento do homogêneo que promete a sua resolução numa unidade. A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares" (FOUCAULT, 2008, p. 58) é uma lógica "da conexão do heterogêneo, não

[...] da homogeneização do contraditório”. Isso marca uma ruptura com o modo operante de governar e das relações sociais.

Nietzsche (in DELEUZE, 1976) fala da reabilitação contemplativa das energias e das forças dos instintos que, reprimidas pela sujeição e dominação, se tornam enfraquecidas caminhando para a autodestruição do ser. Por outro lado, a libertação do homem se dá quando ele retoma suas forças, enquanto “vontade de potência” – desejo - e capacidade crítica. A atitude crítica é, portanto, um ato de resistência.

Apostamos, aqui, numa transformação dos corpos através de uma estética da existência, um re-criar-se, um reinventar-se, a partir do reconhecimento dos seus *affectos*. Visto que, é a partir desse conhecimento, do que é capaz de aumentar ou diminuir as potências do corpo, do que pode o corpo, que ele caminha na direção da liberdade ou da servidão (ESPINOZA, 2007[1677]). Como força de poder, a liberdade não pode ser pensada fora das relações de poder, mas é no âmago dos encontros e das políticas do desejo que o corpo cria as próprias forças de liberdade e superação ao controle e à submissão.

Trata-se de construir possibilidades para a produção de corpos éticos e não morais, corpos ativos, que experimentam e não interpretam, que criam enunciados ao invés de reproduzirem as narrativas impostas. Isso implica abrir os corpos a novos planos de sensações, novas *affectações*, um desterritorializar-se dos territórios pré-estabelecidos, dos seus lugares seguros, criando outras territorialidades. Quando os corpos são capazes de aumentar o conhecimento acerca de si, de estabelecer encontros potentes apoiados na experiência ativa e vibrátil, elevando suas potências e capacidades corporais, eles são capazes de revolucionar. Evidentemente que esse processo implica negociações com as formas vigentes, a fim de encontrar quais as linhas possíveis de serem movimentadas e “de modo a encontrar os pontos onde o desejo poderá perfurar a superfície do mundo para neles inscrever os cortes da força instituinte” (ROLNIK, 2018, p. 65).

No entanto, quando a bússola que guia as ações do desejo desses corpos é uma bússola ética e pulsional, ela é capaz de orientar a produção de respostas capazes de criar alternativas para um novo equilíbrio, assim se fazem as micropolíticas ativas. Quando “o desejo cumpre sua função ética de agente ativo da criação de mundos, próprio de uma subjetividade que busca colocar-se à altura do que lhe acontece” o corpo se reapropria de sua potência criadora tornando-se capaz de “driblar o poder do inconsciente colonial-capitalístico que a expropria” (ibid.). E quando isso acontece com um coletivo de corpos? E quando um coletivo de corpos aposta em micropolíticas ativas de revolução?

Os modos de subjetivação capitalístico e os modos singulares de subjetivação coexistem nessa contemporaneidade. Há um ir e vir entre eles, há momentos de incidência de um sobre outro. Há momentos em que se tensionam e noutros há relação de subordinação e controle. No entanto, eles podem ser transformados, através da luta e da resistência contra as formas de dominação, de exploração e de submissão (FOUCAULT, 1988). Esses processos se materializam na espacialidade da cidade, criam lugares, habitam e constroem territórios. Portanto, entendendo que a experiência é o que nos acontece (LARROSA, 2002), que corpo e cidade se relacionam através da experiência urbana – ativa e corporal - e que todo encontro é capaz de produzir modificações (*afectações*), a sucessão de ideias que nascem do encontro entre o corpo e os processos de subjetivação espacializados no território urbano, podem provocar mudanças subjetivas nos corpos e, portanto, no coletivo social, que se refletem no território urbano.

No entanto, a exacerbação de *affectos* como o medo, reafirma a violência e a insegurança, nesse sentido, quanto mais as pessoas circularem e se aglomerarem em grupos pelas ruas e espaços públicos da cidade, mais olhares estarão sendo incididos sobre o território, refere-se, pois, a um cuidado coletivo potencializado. A sensação de segurança se amplia e é compartilhada com o outro. Trata-se de uma corporificação, ou incorporação (SAFATLE, 2016) dos espaços da cidade. Uma construção de corpos políticos que implica certa incorporação, visto que, “a política é indissociável das modalidades de produção de um corpo político que expressa a estrutura da vida social. Não há política sem corpo” (Ibid., p. 22)

Corpos que por um lado expressam a contestação e por outro são os próprios objetos da manifestação, no sentido de que a reunião coletiva de corpos no espaço público garante certa visibilidade social e o exercício de poder enquanto “importante prerrogativa política” (BUTLER, 2018, p. 14). A reunião de pessoas, mesmo que provisória, na rua e nos espaços públicos, indica uma alternativa social e ética que expressa vontades populares em comum. Seus corpos organizados em agrupamentos coletivos, por meio da reunião e da exposição de seus corpos, reivindicam outras condições de existir, agir e de viver; falam por si criando e enunciando os discursos da experiência dos *affectos* e dos desejos do próprio corpo e de outros corpos como esse corpo (ibid.).

Afirmando a tese de Butler para quem a ação da multidão, pela reunião dos corpos em “assembleias”, tal como os agrupamentos coletivos em ocupações urbanas, são práticas de luta pela democracia através de ações corporificadas, formas da performatividades corpóreas e plurais que constituem uma alternativa ética e social de formas provisórias e diferenciadas de coexistência.

[...] quando os corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p. 17).

A rua, aqui, como o lugar do encontro, o lugar do convívio entre as diferenças, onde ocorre a integração e a convivência da sociedade (JACOBS, 2002[1961]), e ainda, onde há a potencialidade da partilha e da restauração do comum (CERTEAU, 1998) no corpo social. No sentido de reapropriação da potência de uma produção do comum, que implica uma vontade de agir coletiva e de instaurar a resistência como esforço coletivo, um esforço de multidão (NEGRI; HARDT, 2005). Trata-se de ações coletivas em desobediência que agenciam movimentos sociais e práticas dos lugares cotidianos, em meio aos discursos dominantes, valorizando o ordinário da vida simples e explicitando formas de viver que vão além das condições de precariedade urbana e social dadas.

Revoluções da vida cotidiana que envolvem embates, diálogos e negociações entre as comunidades e os dispositivos de controle, tendo a rua e os espaços públicos como palcos de protagonismo de corpos que almejam transformá-los, através da luta, em espaços de liberdade (NEGRI; GUATTARI, 2017[1985]). Os protagonistas do uso, da ocupação das ruas e dos territórios da cidade são os corpos. São eles capazes de dar vitalidade, promover ajuntamentos e desencadear processos de territorialização distintos nos modos engessados e pré-determinados, mas nesse contexto de produção de cidade corpos que se agrupam criam tensão, pois desmascaram a precariedade por trás do espetáculo.

São como movimentos aberrantes na cidade, práticas contra capitalísticas do cotidiano produzidas por *affectos* de corpos transgressores e desobedientes que intentam resistir e produzir diferenças, escapando da modelização dominante, indo na direção da produção de modos singulares e singularizantes de subjetividade. Num processo de reapropriação da produção das políticas do desejo na sociedade contemporânea.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992, p. 218).

Mas, são muitas as estratégias do discurso do Estado, do marketing e da propaganda se apoiando e se apropriando dos enunciados produzidos pelos movimentos populares, por meio de mecanismos do biopoder e da psicopolítica sobre a gestão da vida ou da morte do ser e da população. A relação do Estado - enquanto gestor econômico, social e político - com o regime controlador da economia financeira neoliberal tem afirmado as condições de negligência social e urbana sistemáticas que atuam, de diferentes maneiras, em todas as camadas do corpo social. Os corpos são moralmente pressionados a se tornarem um certo tipo de indivíduo-cidadão urbano, num processo que, de acordo com Butler (2018, p. 21) adapta as populações à precariedade, à insegurança, à desesperança e ao trabalho temporário, à ansiedade e ao fracasso, e ainda, “a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado”.

Tais questões e estados afetam todo o campo social, mas quando parte do *socius*, um povo, decide se juntar e se manifestar “os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando em silêncio” (ibid., p. 24). Por isso o protesto, enquanto resistência, intenta microrrevolucionar por meio da ação e da disposição de corpos expostos, compartilhando a experiência de uma situação, de um acontecimento performativo, plural e corpóreo. O povo também se produz “pelas condições de possibilidade da sua aparição [...] e por suas ações, portanto como parte da performatividade corpórea” (ibid, p. 25).

Esses corpos acreditam na transformação do mundo, produzem acontecimentos e promovem encontros. Eles interferem na cidade e no espaço público, se apropriam do território urbano mudando, transformando, grafitando, ocupando, resistindo, deixando marcas e traços, materialidades espaciais. Se fazem enquanto micropolíticas ativas tensionando as macroações, e assim, funcionam como máquinas de guerra. “[...] uma máquina de guerra pode ser revolucionária ou artística muito mais que guerreira” porque deriva de “um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga” (DELEUZE, 1992, p. 47). Ela só se torna guerra “quando os aparelhos de Estado se apropriam da máquina de guerra que de início não lhes pertencia” (ibid, p. 47).

Através de um pensamento máquina de guerra se pode pensar além do que já foi pensado, criticando os conceitos dominantes e criando outros capazes de conduzir a outros caminhos. Trata-se de operar por linhas de fuga e microrrevoluções, escapando do circuito produtivo fomentado pelo próprio sistema dominante que faz desejar justamente o que oprime, camuflado num sentido de libertação. A resistência necessita que os corpos sejam capazes de falar por si mesmos, encontrando seus ditos, suas próprias enunciações. Passando do corpo que reproduz os discursos ao corpo-agente produtor de enunciações e realidades.

Dessa maneira, novas linhas se criam, por vontade coletiva, alterando a relação de dependência com a racionalidade neoliberal dominante e produzindo modos de subjetivação que operam condições à emancipação. Tal processo implica um novo modo de domínio ético e estético de uma existência crítica e resistente, por ações e táticas que o levam os corpos a enfrentar e ultrapassar as linhas de força dos dispositivos de controle e suas formas de domínio - do saber e do poder. “Se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo e dos fenômenos de desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias” (GUATTARI in: DELEUZE, 1992, p. 29).

As modificações envolvem transformações, atualizações nos modos de agir, pensar, sentir e se relacionar, uma produção *de e com* o corpo todo, em todas as suas relações, que exige processos de criação de subjetividades, processos de subjetivação. Foucault (1988) fala em fazer da sua vida uma obra de arte, escapando da racionalidade dominante, daquilo que nos é apresentado como universal e necessário, e apostando nas singularidades dos acontecimentos e dos encontros que produzimos.

Mas os processos de subjetivação não se encerram numa conquista ou num encontro, visto que são constituídos por linhas de força, portanto, precisam ser permanentemente formulados, recomeçados e reconquistados. Nesse sentido, que novos modos de subjetivação se apresentam nessa contemporaneidade a partir da prática urbana de alguns agrupamentos coletivos? Enquanto agentes coletivos de enunciação, que modos de existência enunciam através de seus singulares modos de territorialização?

Estamos inseridos num amálgama de heterogêneos mecanismos, linhas e fluxos de poder, que funcionam como dispositivos pelos quais agimos de maneira a nos tornarmos dominados e controlados por eles. Reproduzimos suas estratégias e seu regime de enunciados no cotidiano das nossas relações na vida social. São múltiplas linhas que ora se cruzam ora se fazem em fuga. Essa ideia de inserção, implica dizer que novas linhas irrompem pelo meio, pela atualização criativa de linhas, por vezes, já existentes. Linhas de subjetivação capazes de romper com os dispositivos da dominação e do controle.

Produzir uma nova estética de existência, que deriva de processos de singularização e individuação, de um reconhecimento dos *affectos*, é uma forma de resistência, pois envolve um processo que vai para além de uma mera oposição às forças estabelecidas, ela demanda a geração de novas relações de forças contra aquelas. E isso implica permitir-se à experimentação, nas relações, pois o corpo, enquanto resultado das experiências que faz - do que lhe acontece -,

é o responsável pelos encontros que insiste em estabelecer. Um processo de transformação dos modos de subjetivação é também um processo de resistência e de insistência que envolve mudar hábitos e formas de pensar, ou seja, envolve agenciar novos elementos a fim de criar novos arranjos.

Os corpos são territórios, existenciais e físicos, assim que, tanto o processo de constituição dos corpos quanto as estratégias de transformação de emancipação, do corpo submisso ao corpo liberto, se fazem através de seus agenciamentos territoriais. É num movimento de [des][re]territorialização constantes que corpos e territórios se produzem.

2.4 Agenciamento territorial

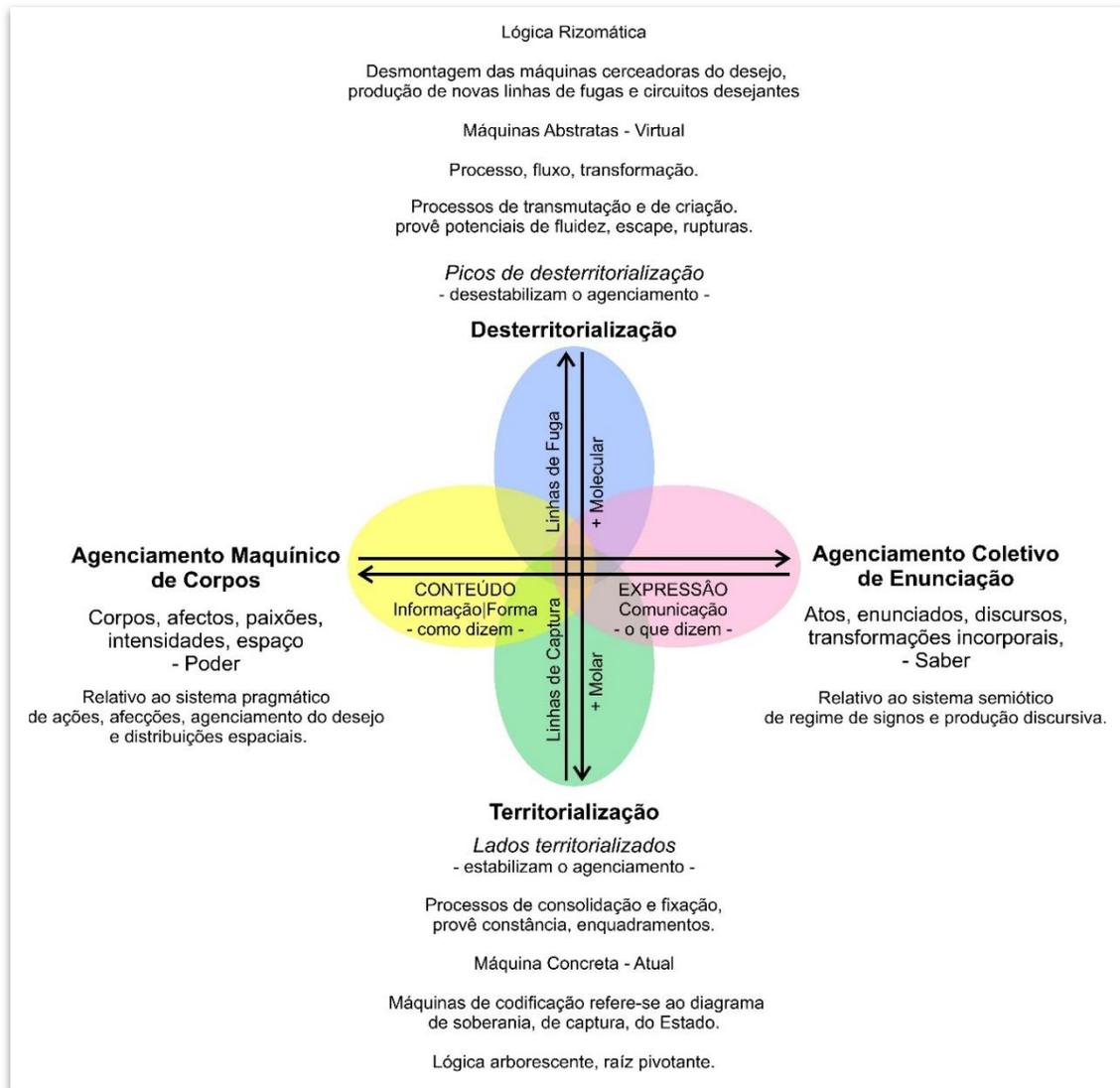
São quatro componentes atuando e compondo um agenciamento territorial, que tem como base o território, segundo o esquema conceitual de Deleuze e Guattari. O eixo horizontal do agenciamento é composto por dois segmentos, de conteúdo por um lado, e de expressão por outro. As formas de conteúdo - agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejos), se referem a um sistema pragmático de *affectos* e intensidades, de ações, agenciamentos de corpos e de desejo, as afecções e as distribuições espaciais (espacialidades e materialidades). Tratam das máquinas sociais e da relação que ocorre na mistura entre os corpos (de quaisquer naturezas) em uma sociedade.

As formas de expressão ou agenciamentos coletivos de enunciação, se referem a um sistema semiótico, à produção de enunciados e discursos, ao regime de signos compartilhados, à linguagem e à comunicação, que fixam atributos aos corpos imprimindo-lhes expressão. Os agenciamentos coletivos de enunciação não se referem a um sujeito, visto que, sua produção se efetiva no *socius*. Não há enunciado individual, “todo enunciado é o produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de [agenciamentos] coletivos de enunciação” (DELEUZE, GUATTARI, 1995[1980], p. 49). No movimento de dupla articulação, entre agenciamento maquínico e agenciamento de enunciação, “os enunciados ou as expressões exprimem *transformações incorporais* que “se atribuem” como tais (propriedades) aos corpos ou conteúdos” (DELEUZE, GUATTARI, 2012b[1980], p. 233). No entanto, isso não quer dizer que os agenciamentos coletivos sejam a expressão dos agenciamentos maquínicos de corpos, um percorre e intervém no outro reciprocamente, não há hierarquia.

No eixo vertical, o agenciamento comporta linhas de força de desterritorialização, por um lado, e de estabilidade territorial ou de reterritorialização, por outro. Trata-se dos graus de desterritorialização por onde o agenciamento faz o movimento de sair do território por ele mesmo, traçando uma linha de fuga (desterritorialização) e desmaterializando o território, ou traçando linhas de captura (reterritorialização) criando novas composições estáveis, consolidadas e fixas, conformando novos territórios. No primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam rumo ao caos e à desordem, no segundo, eles se reterritorializam, constituindo novas formas. Em ambos os processos a [des][re]territorialização vai compor junto com os elementos de conteúdo e expressão do território a sua força [des][re]territorializante. E, tanto os enunciados e os discursos quanto os afetos e as intensidades corporais resultam dos processos de operação de uma maquinaria concreta, da lógica pivotante e territorializante, conectada à atualização de uma máquina abstrata e virtual, desterritorializante e correspondente à lógica rizomática.

É nesse movimento de polaridade tetravalente dos agenciamentos que os territórios se constituem (Figura 15). Sendo assim, o território está, ao menos potencialmente, sempre na eminência de se desterritorializar, movimentando seus elementos, passando para novos agenciamentos e encontros que lhe conformarão reterritorializações, criando novos territórios, novos meios e novos ritmos, que também conduzirá a uma nova composição de subjetividade. As coisas passam a ganhar forma na relação conteúdo e expressão, intrinsecamente ligados ao meio existencial em que ocorrem e às relações capazes de se compor naquele meio, com aqueles elementos e com aqueles corpos. Qualquer mudança - de elemento, meio e/ou corpo – poderá constituir um outro agenciamento territorial e outros modos de subjetivação. No entanto, nem sempre o novo se cria, o movimento pode também fazer o território sair e voltar, recompondo o mesmo meio com o mesmo ritmo entre seus elementos, e nesse caso não se criam subjetividades, há apenas reprodução do mesmo.

Figura 15 - Diagrama do Agenciamento Territorial.



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A multiplicidade é outra característica importante para o agenciamento, que tanto se refere ao co-funcionamento dos termos heterogêneos quanto às linhas de segmentaridade molar, molecular ou de fuga que atravessam o território na relação com o que está fora dele, o caos. A linha molar é sedentária, de segmentaridade dura (DELEUZE; GUATTARI, 2012a[1980]), ela tenta conservar o território no seu estado, manter o ritmo, promover a repetição dos padrões (decalque), contra os avanços das linhas de fuga e dos afectos conflituosos do caos. Ela quer preservar os sistemas de significação arborescentes, as centralidades, as representações, o regime hierárquico de poder e saber e o plano das organizações que mantém o território estável. A linha molar funciona por classificações binárias e pela segmentarização, que tentam conservar a ideia de indivíduo sujeito aos pensamentos e esquemas pré-determinados que coordenam os processos de subjetivação (da escola pro trabalho, pra instituição familiar). Essa linha se refere,

na sociedade, aos grandes conjuntos molares ou estratos, à divisão das classes sociais, ao Estado, às instituições, ao regime classificatório e significativo, machista, patriarcal, racializante e colonial. Regimes hegemônicos que privilegiam o modelo, a representação e a relação de domínio e sujeição sobre os corpos.

A linha de fuga, de ruptura (DELEUZE; GUATTARI, 2012a[1980]), é nômade e responsável pela desterritorialização. Ela é a-significante, não quer manter os esquemas de previsão de mundo, mas trabalha por fluxos descodificados e na experimentação de novas conjunções de fluxos, visto que não pretende fixar uma leitura de mundo ou manter um território. A linha de fuga opera por vazamentos, por rompimentos da estrutura, ela se mantém aberta ao encontro e aos acontecimentos, mas é imprevisível, não há nenhuma estabilidade. Elas se caracterizam pela ruptura com os estratos ou a desestratificação absoluta. Portanto, tanto podem impulsionar linhas de vida, criadoras, como também podem “abandonar suas potencialidades criadoras para transformar-se em linha de morte, em linha de destruição pura e simples (fascismo)” (DELEUZE, GUATTARI, 2012b[1980], p. 236).

A linha molecular, de fissura (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980]) está no *intermezzo*, ela produz uma linguagem menor, um modo de conduta diferente do que está posto. Ao invés de se submeter ao modelo dominante e hegemônico, dos sistemas significantes e molares, cria modos de existência singulares. Tal singularidade não se refere a um “sinônimo de particularidade, mas no sentido de combinações de forças originais, inéditas e provisórias, que só podem ser conhecidas após sua composição e antes de serem novamente capturadas” (ROCHA, 2010, p. 484). Nesse sentido, os modos de existência singulares criados pelas linhas moleculares “não se refere[m] ao individual, mas ao original, pois as combinações de forças, que inauguram constantemente o singular são dinâmicas e produzidas nos agenciamentos e nas conexões com outras forças provenientes da exterioridade” (ibid.).

As linhas moleculares apresentam certa estabilidade, sua desterritorialização é relativa, flexível às transformações e, por se produzirem a partir da própria experiência, de uma ética do encontro, propõem a invenção de outros mundos, outros modos de subjetivar. Por promoverem desestratificações relativas, e não por movimentos e cortes que definem os estratos, as linhas moleculares se compõem de elementos rizomáticos, sempre em devir. Os fluxos do movimento molecular retiram os corpos da rigidez dos estratos. Nas ações micropolíticas o fluxo molecular é predominante, visto que os esquemas de representação maiores são perfurados criando outras consistências expressas por singularidades. Nesse sentido, produz uma reterritorialização capaz

de constituir um regime menor, inventando velocidades, ritmos e conjunções que perpassam os esquemas de organização dominantes.

É na relação entre essas três linhas de segmentaridade que os agenciamentos operam conteúdos e expressões, que os territórios são criados, que as relações sociais acontecem e que se promovem os processos de subjetivação. Elas estão presentes em toda a sociedade e se manifestam de diferentes modos ao longo da história.

As linhas molares são, pois, aquelas que designam as dualidades marcando e dividindo a sociedade entre ricos e pobres, são e loucos, que estabelecem as classes e os papéis sociais. E, por não serem consideradas as nuances da multiplicidade e dos diferentes modos de ser, organizam os corpos em grupos e identidades, dos que pertencem e dos que não pertencem ao regime da lógica binária. São as linhas que operam na macropolítica, nos regimes de controle duro, do enquadramento e da normatização. A ordem não é por si só um problema, ela também é necessária para que um território se forme em meio ao caos. O principal problema da linha molar é a forma como cria fixações e determinismos, a partir do controle, da captura e do domínio dos fluxos que compõem a realidade, podendo estancar as forças do desejo inibindo sua capacidade criadora em algumas formas de vida e impedindo o movimento do território, seu processo de territorialização.

As linhas de segmentaridade molecular, por outro lado, têm maior fluidez, por funcionarem pela lógica rizomática valorizam as multiplicidades (se compõem com elas) e a relação entre os elementos aumentando a possibilidade de conexões e de agenciamentos. Sem predeterminar os fluxos e os centros de controle, mas valorizando a experimentação e a coexistência da diferença, fomentam os encontros entre os corpos e a possibilidade dos acontecimentos sem previsões. Assim, podem-se criar fluxos e arranjos entre os elementos a fim de impulsionar as forças do desejo na sua função primordial, da produção, de criar formas de vida e de produzir subjetividades libertadoras. Por seu sistema rizomático, essas linhas também são de natureza micropolítica e podem escapar ao controle dos sistemas dominantes através da criação de pequenas fissuras, avançando e promovendo mudanças, mesmo sem serem percebidas.

Para passar de uma linha dura para uma linha maleável, ou vice-versa, é necessário que uma linha de fuga atravessasse o território movimentando toda a estrutura. Num geral, as linhas de fuga operam por um momento curto, promovem rupturas bruscas e novos agenciamentos que possibilitam uma reterritorialização, que tanto pode abrir para novas relações quanto pode fixar novos estratos.

A grande política nunca pode manipular seus conjuntos molares sem passar por essas micro-injeções, essas infiltrações que a favorecem ou que lhe criam obstáculo; e mesmo, quanto maiores os conjuntos, mais se produz uma molecularização das instâncias que eles põem em jogo. Quanto às linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 2012a[1980], p. 85).

A produção de território e de subjetividade, portanto, ocorre pelo atravessamento dessas linhas, cada qual carregada de intensidades e velocidades que produzem efeitos nos corpos e nos territórios. São processos de territorialização onde o território e as territorialidades circunscrevem um certo campo dentro do caos de meios e ritmos, mas não o delimita. É como se produzisse um corte no caos formando um plano de consistência que permite visualizar as linhas, os fluxos e os elementos, a maneira que se combinam e as forças que estão operando nessa relação. Num processo de territorialização o movimento está sempre presente, as linhas, os elementos e seus fluxos se atravessam podendo constituir territórios e territorialidades, assim como, destituí-los promovendo novos agenciamentos territoriais. Um agenciamento territorial, por seu caráter maquínico se relaciona à noção de dispositivo (FOUCAULT, 1979) no sentido de que põe em funcionamento – articulando e dispendo – processos de heterogêneos elementos, produzindo e agenciando distintos discursos, modos de ser, subjetividades, ações e relações. Compreendendo dispositivo como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

E, como os agenciamentos comportam dispositivos de poder, saber e de subjetivação, trata-se de compreender *o que* e *como* um agenciamento territorial está conectando e mobilizando, quais discursos, *affectos* e intensidades estão se atualizando no processo, que linhas de saber e de poder estão agindo, e quais modos de subjetivação estão sendo produzidos. Especialmente atentar ao *como* as operações estão ocorrendo, ou seja, desmontar a maquinaria, a fim de visibilizar a engenharia de seus elementos, os seus modos de funcionamento. O conceito de agenciamento se torna um operador de primeira ordem, que remete à concretude de produção da realidade e de territórios, seja na dimensão material ou imaterial.

São necessários agenciamentos para que estados de forças e regimes de signos entrecruzem suas relações. São necessários agenciamentos para que seja organizada a unidade de composição envolvida num estrato, isto é, para que as relações entre tal estrato e os outros, entre esses estratos e o plano de consistência, sejam relações organizadas e não relações quaisquer (DELEUZE; GUATTARI, 2012a[1980], p. 87).

No contexto urbano a produção de territórios e os processos de territorialização se fazem a partir das relações de poder e saber e das relações sociais que os conformam, num jogo conflituoso entre os grupos dominantes e os grupos subalternos. De maneira que o território, enquanto “mediação espacial do poder” (HAESBAERT, 2019, p. 93), resulta da interação entre as múltiplas dimensões de poder e saber atuando em determinado contexto. Essas dimensões de variam de natureza, passando pelas dimensões políticas, econômicas ou simbólicas. Em casos de conflitos territoriais de fundo étnico-religioso, por exemplo, “a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, [...] a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política” (id). Ou seja, no processo de produção de territórios algumas forças de poder atuam através de mecanismos de controle e domínio sobre os territórios determinando seus usos e formas, mas não sem contestação.

O capitalismo, em sua nova forma neoliberal financeirizada e globalitária (ROLNIK, 2018) nessa contemporaneidade, tem promovido, cada vez mais, a dualidade, as fragmentações, a desigualdade e as formas de exploração e expropriação de todas as ordens (ambiental, urbana, social, psíquica) que, apoiadas no acúmulo do capital, na aliança entre os poderes públicos e a iniciativa privada, nas privatizações, na especulação imobiliária e na violência contra as diferentes formas de vida, continua produzindo cidades dos excluídos e dos incluídos sociais.

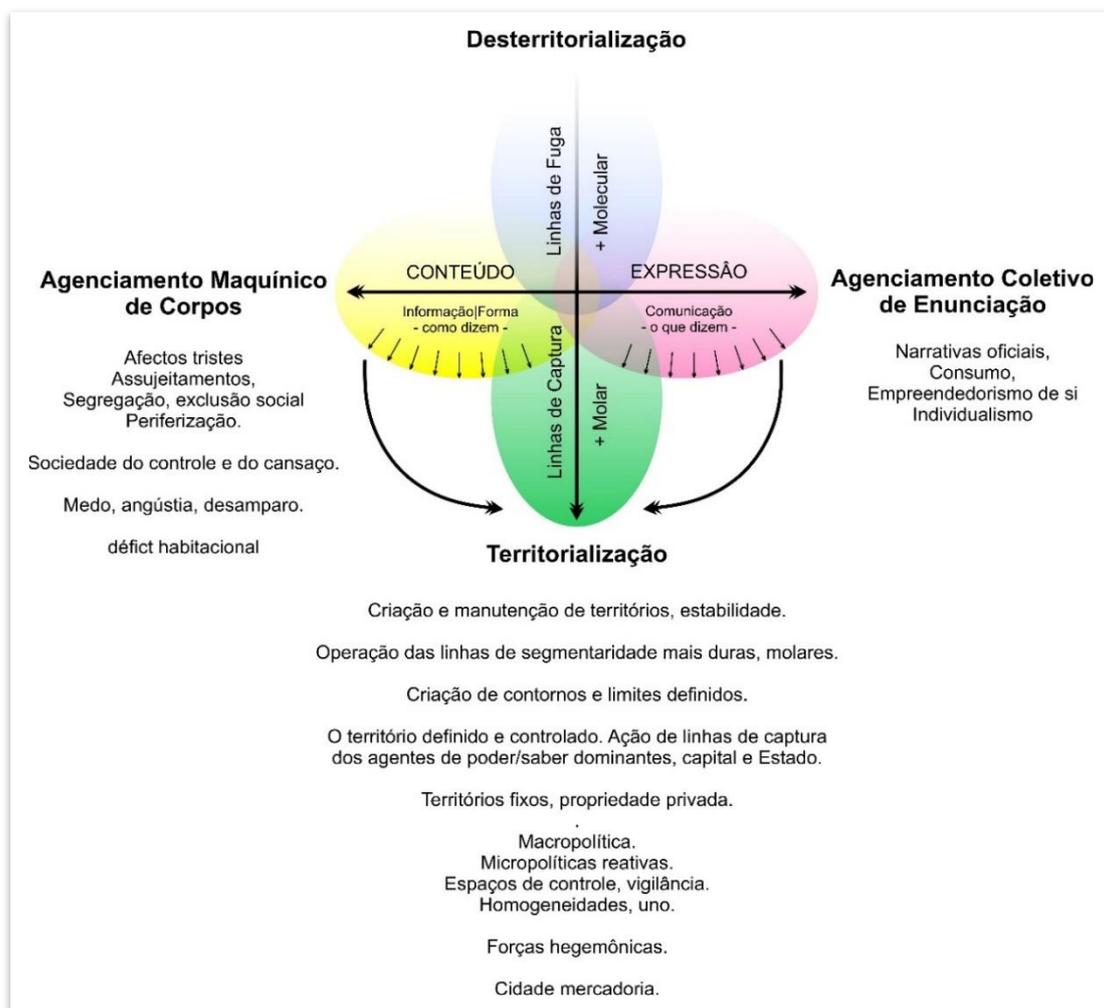
A cidade e as relações sociais e políticas assumem a lógica financeira do mercado e da mercadoria, que atinge principalmente os mais pobres, e se materializa na fragmentação espacial, na desigualdade territorial, social e econômica, na carência de infraestrutura básica e equipamentos públicos urbanos (educação, cultura, saúde, lazer) para a maioria da população. Como os grandes projetos de intervenção urbana privada em áreas nobres e o abandono por parte do poder público das zonas não nobres das cidades, somados à ausência de um projeto urbano e de sociedade comum a todos, que apenas exacerbam e legitimam o processo histórico de violência, abandono e exclusão social.

São variadas formas de violência e discriminação vigentes na sociedade contemporânea contra mulheres, homossexuais, negros, indígenas, pobres, moradores de rua, deficientes, etc. Todo um complexo e difuso sistema de exploração, domínio de territórios e reprodução de subjetividade que perpetua, especialmente na América Latina, desde os tempos coloniais, mas

que, ao mesmo tempo em que engendram dispositivos de manutenção e controle, provocam processos de luta e táticas de sobrevivência potencialmente revolucionárias. Táticas movidas por corpos desejanter, produtores e criadores de realidades.

Nesse processo, sob a ação das linhas de captura, molares, em conjunto com narrativas e discursos hegemônicos da macropolítica e das micropolíticas reativas, o diagrama de forças do agenciamento se desloca no eixo vertical em direção aos territórios fixos e estáveis (Figura 16).

Figura 16 - Diagrama do Processo de Territorialização engendrado por forças hegemônicas e modos de subjetivação capitalísticos.



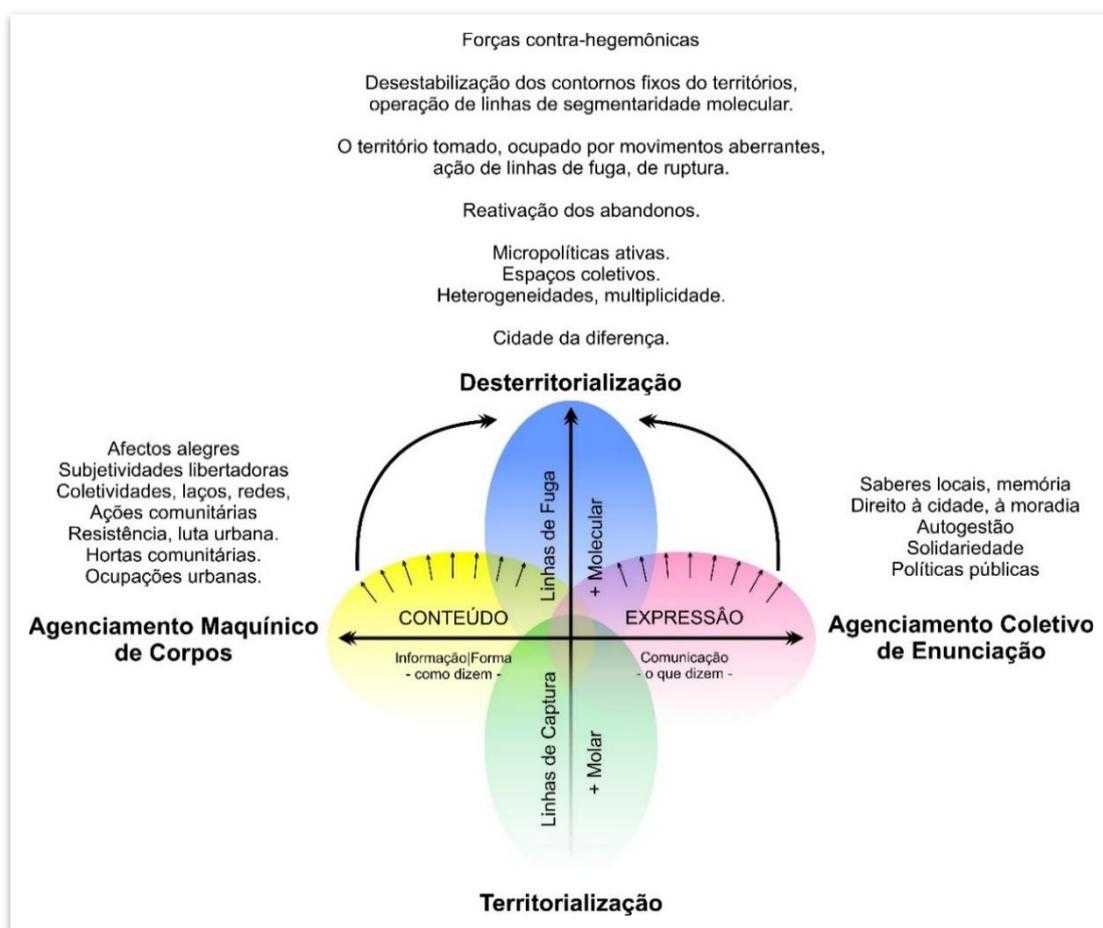
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Nesse sentido, se por um lado as forças molares dos agentes hegemônicos, capitalistas e neoliberais, das corporações econômicas, empresariais, estatais e militares são evidentes na forma desigual como as cidades têm se produzido, os grupos minoritários e subalternizados também lutam pelo direito ao território e por seus diferentes modos de se espacializarem e co-

produzir o território urbano. Através da luta pelo direito ao uso e ao acesso do território, singulares formas de territorialização na cidade questionam a ordem neoliberal estabelecida e os dispositivos engendrados pelo regime colonial-racializante-capitalista (ROLNIK, 2018). Num processo de ação corpórea e coletiva, fazem do próprio território um meio de luta, desestabilizando a ordem, o controle e as fronteiras instaurados.

Esses movimentos sociais populares contra-hegemônicos e anticapitalistas (GUATTARI, ROLNIK, 2011) operam linhas moleculares, por processos de singularização e subjetivação que vão de encontro aos modos de padronização e modelização de territórios e subjetividades. Trata-se da instauração de revoluções moleculares (GUATTARI, 1985), impulsionadas pela indignação, pelo sofrimento e pelo desejo de justiça e igualdade de alguns grupos sociais que, por vezes, são capazes de promover um deslocamento do diagrama de forças do agenciamento territorial na direção de micropolíticas ativas e da criação de espaços de liberdade (Figura 17).

Figura 17 - Diagrama do Processo de Desterritorialização engendrado por forças contra-hegemônicas e modos de subjetivação singulares.



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

O caráter molecular dessas táticas se apresenta nas dinâmicas de enfrentamento criadas pelos grupos e coletividades frente às estruturas capitalistas de exploração e reprodução social, tentando reverter o processo de dominação subjetiva e territorial. Tal revolução, antes de querer destruir o sistema por completo almeja abalar as estruturas políticas e sociais dominantes, promover pequenas ações capazes de desalienar a subjetividade e, mesmo que utopicamente, apresentar a possibilidade de outros mundos possíveis e novos arranjos produzidos por políticas e práticas coletivas do cotidiano.

Desobedecer a ordem (GROS, 2018), profanando os modelos normativos, individualizantes e excludentes parece um caminho à abertura de libertação dos modos de subjetivação capitalísticas e neoliberais. Ao sair da tela e se defrontar com o mundo, a rua e a cidade, na relação imprevisível com a diferença e o outro, na possibilidade de viver experiências que desestabilizam o território conformado do sujeito sujeitado; ao estabelecer novos usos sobre e no território urbano, novos modos de se relacionar consigo e com o outro, e ao criar possibilidades de enfrentamento que impulsionem as forças do desejo a criações singulares, partindo para a luta coletiva, forças dessubjetivantes podem ser acionadas criando novos agenciamentos territoriais, em corpos e territórios, e abrindo para novos espaços de liberdade e libertação (HAN, 2018).

Pois, o território é o próprio do cotidiano, onde a vida se passa e por ali se passa o que se vive. Num movimento de profanação (AGAMBEN, 2007) do espaço a partir do novo uso ali inventado, “a passagem do sagrado ao profano pode acontecer por meio de um uso (ou melhor, de um reuso) totalmente incongruente do sagrado” (ibid., p. 66). Profanar, para Agamben, não implica abolir as separações, “mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas” (ibid., p.75). Assim tem se manifestado o fenômeno das ocupações urbanas em diversas cidades brasileiras que, através de um movimento de profanação e desobediência coletiva, promovem a reativação de corpos e territórios abandonados, desafiando a lógica hegemônica e exploratória de produção de cidades e subjetividades.

Por meio de agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos operados por linhas de fuga e forças desejanter da criação de novos arranjos e realidades urbanas, forjam espaços coletivos e libertários, onde podem criar suas próprias narrativas e onde a vida pode germinar e acontecer.

Da cidade mercadoria, abandonada e segregada à cidade da diferença, reativada e ocupada.

3. POR UMA CARTOGRAFIA DOS AFECTOS

Desejo e *afecto* são impulsionadores da ação e, mesmo ao se depararem com limites, criam alternativas de superá-los. O espaço *afecta*, a experiência espacial na cidade *afecta*, os corpos se *afectam*. E é na interação do encontro que a experiência vai operar, em consonância com as forças que ali forem acionadas, pois uma experiência é sempre única e singular. Os *afectos* impulsionam a vida numa tensão de forças. A vida que há em mim vibra e pulsa, e o que pode me *afectar* pode também me fazer variar, mudar a pulsação. A cidade, como um bloco de sensações, também pulsa e, na interação com corpos desejantes em práticas singulares, criativas e dissensuais, ganha corpo, *afecta* e se *afecta*. Está no modo de olhar para a cidade e para as táticas insurgentes do cotidiano do corpo social a possibilidade de alteração dos elementos e de invenção de uma nova realidade urbana.

Bárbara Hypolito

A cartografia dos *afectos* se apresenta, aqui, como um *exercício-método* que intenciona romper com o exercício tradicional de busca de verdades, do macroolho, do que está visível, da representação e da razão total acerca da leitura das cidades e da produção de territórios. Parte do movimento invisível dos *afectos* e pretende apreendê-los/mapeá-los de forma a dar língua ou gesto ou palavra a eles. Uma investigação que mantém um corpo vibrátil e sensível a pesquisar, adentrando territórios e se constituindo com eles. Um corpo-pesquisador de mulher arquiteta, urbanista e professora atento aos seus movimentos do desejo, agenciados a partir da relação com o desejo dos outros e, em especial, aos *afectos* produzidos nos encontros com a cidade, seus corpos e seus agenciamentos coletivos de enunciação. Adentra a cidade pelo meio, no encontro com as multiplicidades, e pretende fortificar o alcance de algumas vozes de seu tempo, àquelas produtoras de linhas que operam em fuga, movimentando o território e vazando as estruturas dos modelos hegemônicos de estudo e de produção urbana.

Um exercício de pesquisa e análise contrário ao paradigma da representação do objeto, comum no campo dos estudos urbanos, que muitas vezes o isola do contexto e da sua rede de conexões a partir de uma perspectiva determinista, que separa o objeto dos processos que o compõe. Procedimentos que tendem a seguir uma linha de pensamento científico moderno, e que estabelecem a “ciência como forma de pensamento hegemônica e paradigma para todas as demais formas de discursos das coisas” (MARZULO, 2016, p. 238). Métodos racionais que funcionam através da prova e da universalização das descobertas e, assim, descrevem e subordinam os fenômenos sociais e urbanos a comprovações e previsões futuras, através da criação de tecnologias como instrumentos capazes de conduzir o fenômeno aos efeitos previstos nos parâmetros científico-tecnológicos e à validade científica (ibid.).

Mas o futuro é um possível improvável e a realidade não está dada, tal qual o território, eles são processuais, em constante produção pelo efeito de práticas, estão sempre em movimento, se transformando e se atualizando, num fluxo contínuo de mudança e emergência. “Nada está dado, nada está garantido, tudo pode colapsar” (PELBART, 2022, p. 251), portanto, “em cada caso, não se trata de seguir um projeto dado que caberia realizar, mas abrir o campo para um trajeto a ser percorrido conforme as perguntas, problemas e desafios imprevistos aos quais é preciso responder a cada vez singularmente” (ibid.).

Partindo dessa concepção, abre-se à possibilidade de um “pensar-fazer” a partir de coisas e mundos que ainda não existem, convergindo para a instauração de novas concepções e práticas que acionam as potências do desejo e da criação desafiando os paradigmas produtores de certa “invisibilidade social e de todos os cânones que determinam o que merece viver ou ser visto” (ibid. p. 254). Existem maneiras inúmeras e distintas de existir, algo pode “existir como possível, em potência, ou [pode estar] prestes a emergir ao lado do atual” (ibid., p. 252), por exemplo, criando um campo de possíveis, e não há qualquer “novo modo de existência que não seja fruto de uma mutação subjetiva, de uma ruptura com as significações dominantes” (ibid., p. 260).

Como se fossem *vagalumes* (DIDI-HUBERMAM, 2011), cuja luz se faz por lampejos, tais modos de existir, aparentemente menores e menos óbvios, quando observados em conjunto emitem uma intensidade luminosa capazes de fazer ver que ali estão, mas que para serem vistos é necessário que se sustente “uma penumbra em que eles pudessem aparecer com sua luz própria, em vez de projetar sobre eles os holofotes da razão ou do espetáculo, que os ofuscam (PELBART, 2022, p.259).

Como *vagalumes*, algumas formas de resistência - em meio ao contexto ofuscante de produção do território urbano, da sociedade do consumo e do empreendedorismo, do poder da política, da polícia, da mídia, da financeirização e da cidade mercadoria ao mesmo tempo espetacularizada e abandonada - emitem lampejos de esperança e insistem na sobrevivência de suas luzes, por meio de seus corpos e das táticas coletivas de transformação que operam.

No campo dos estudos sociais e urbanos, cujas pesquisas e análises visam refletir acerca dos diferentes modos de existir e de produzir o território, percebe-se a necessidade de um real esforço em ativar e “mobilizar conceitos diversos para garantir a pluralidade e distinção entre os modos de existência, sem deles fazer etapas de um único processo evolutivo, universal” (ibid.), isso se faz criando dispositivos experimentais, de mapeamentos e análises, capazes de acolhê-los, abrindo o campo na direção de um “campo de possíveis” (ibid., p. 260).

Nesse sentido, com o objetivo de atentar à relação entre o corpo e a produção dos territórios urbanos da cidade contemporânea, mapeando *affectos*, modos de subjetivação e processos de territorialização implicados na prática das ocupações urbanas, investe-se na cartografia como estratégia metodológica, a fim de criar certa penumbra e silêncio que possibilite enxergar suas pequenas luzes, e escutar suas vozes. De forma a vislumbrar os modos de existência outros que enunciam e fazem ver, ou seja, o “campo de possíveis” que emerge a partir da ocupação coletiva dos abandonos da cidade e que indicam outras possibilidades de viver e produzir o território urbano.

Propõe-se, aqui, uma caminhada pesquisante, investigando alguns desvios na produção do território urbano. Desvios acionados pela atuação de corpos que agenciam coletivos de enunciação e maquinações e que, por meio de práticas desejanter, inventam saídas para além dos limites do visível e da razão sobre o território. Uma cartografia produzida, portanto, por um corpo vibrátil a pesquisar, impulsionado pelos encontros que tece com as *ocupas* e com os territórios das cidades por onde circula, atento às estratégias e às políticas do desejo de outros corpos e aos modos de subjetivação que enunciam. Modos de subjetivação anticapitalísticos, que se fazem por micropolíticas ativas espacializadas no espaço urbano, em resposta àquelas reativas produzidas pelo sistema homogeneizador dominante.

Práticas e fenômenos que se constituem como linhas de fuga, de ruptura, que ora tangenciam os acontecimentos ora se fazem no sentido de produção de outras realidades. Nas palavras de Bachelard: “delinear os fenômenos e ordenar em série os acontecimentos decisivos de uma experiência, eis a tarefa primordial em que se firma o espírito científico” (BACHELARD, 1996, p. 7), por uma vontade de habitar um espaço, um território, pela “necessidade de trabalhar sob o espaço, no nível das relações essenciais que sustentam tanto o espaço quanto os fenômenos” (ibid.).

Mas, como investigar *affectos*, produção de subjetividades e processos de subjetivação? Visto que, apesar de a investigação que se apresenta não pretender a busca por verdades ela visa produzir conhecimento, ampliar e contribuir no pensamento e no debate sobre os fenômenos urbanos e a produção de cidade nesse contexto contemporâneo. Para tanto, esta tese aposta numa cartografia dos *affectos* produzida no encontro com as ocupações urbanas sobre os abandonos da cidade e seus corpos agentes, entendendo-a como uma prática singular de pesquisa que enfatiza os processos e as subjetividades implicadas neles, e que caminha no sentido da criação de mundos, de realidades.

Ao mesmo tempo em que acompanha os processos, mapeia e desenha as transformações que vão ocorrendo pelos territórios ocupados que atravessa e demora, num percurso onde o cartógrafo, a cartografista⁷², vai dando “língua aos afectos que pedem passagem” (ROLNIK, 2011, p. 23). Compreendendo, como nas palavras de Tania Galli, que:

As cartografias são sempre resultados parciais, lances de uma viagem em terras estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir (REGIS; FONSECA, 2012, p. 273)

Cada viagem é única, e depende sempre do corpo que se propôs viajar, das intensidades que ele se permitiu experimentar, das paradas que fez, dos territórios que adentrou e dos corpos que encontrou. Nesse sentido, essa escrita também apresenta suas singularidades, construídas a partir das marcas, *dos afectos* e dos saberes que a experiência com os encontros que fez foram capazes de produzir *na* e *com* a cartografista, mescladas aos aliados do aporte teórico com os quais escolheu dialogar. Trata-se da construção de um ponto de vista, a partir de um modo de pesquisar e de um modo de construir o pensamento que se fazem também cartográficos e rizomáticos, entrelaçados com uma multiplicidade de encontros e agenciamentos com os territórios que percorreu, mapeou e encontrou.

No percurso, vai traçando linhas e se conectando a outras já desenhadas, de forma a compor um agenciamento territorial não previsto ou pré-concebido, mas produzido no próprio caminho da viagem da pesquisa. Pelas dobras criadas, pela força e pelos fluxos gerados nos encontros com territórios, saberes, corpos e *afectos*, a pesquisa e a viagem vão ganhando corpo.

⁷² Utilizo o termo cartografista desde o processo de mestrado (2015) para indicar uma forma de colocar meu corpo no mundo enquanto arquiteta-urbanista, professora, artista, ativista, agente cultural, cartógrafa e pesquisadora. Mulher, branca, que entende a importância dos lugares de fala de cada um, mas que aposta na força da coletividade e no poder dos *afectos* como potências microrrevolucionárias para a construção de um mundo mais possível e igualitário. Uma cartografista que, desde a infância, constrói seus laços afetivos e territoriais entre as cidades de Pelotas e Porto Alegre. No constante deslocamento criou suas redes pelos encontros que teceu nas diferentes escolas, condomínios, casas e agrupamentos que habitou. No processo, um constante desterritorializar-se e reterritorializar-se se faz, e a necessidade de agenciar as mudanças em cada chegada. Em cada retorno um novo território se apresenta, pois ele não é fixo e inalterável, mas um processo em constante transformação, e o corpo precisa se dispor a observar, entender o novo funcionamento, das pessoas, dos espaços, acomodando os *afectos* provocados, a fim de sentir-se em casa novamente, mantendo laços e criando outros. Nesse ir e vir, uma constância, a relação entre corpo e cidade, temática que impulsiona suas pesquisas, sua professoralidade e seu olhar crítico sobre o mundo. E, assim, tem apostado suas fichas na construção de um pensamento urbano mais corporal. a partir do agenciamento com autores da filosofia pós-estruturalista e da psicanálise. Através desses filtros tem discutido os modos de subjetivação capitalísticos que operam a partir do regime dominante, sob a lógica do mercado e do capital financeiro, que tende ao aprisionamento das potências dos corpos em modelos hegemônicos e individualistas, e territórios urbanos cada vez mais privatizados e empobrecidos da experiência corporal urbana. A partir de suas cartografias, segue em busca de encontros com os modos contra-hegemônicos promovidos por agentes e coletivos urbanos, pois acredita na potência da desobediência como forma de acionar pequenas rupturas no sistema dominante impulsionando à produção de modos de subjetivação singulares e libertadores. Em suas investigações segue a mesma pista que tem guiado a cartografia de sua vida, ‘acompanhar e dar língua aos *afectos* que pedem passagem’.

Uma viagem com roteiro sempre aberto, pois acredita que “dos gestos-fios “impensados” podem vir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social” (RIBEIRO, 2005, p. 421). Visto que, do “impensado” pode emergir a expressão da “existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante” (ibid.).

A pesquisa entende a importância da cartografia, nesse momento de conjuntura social e política, enquanto estratégia metodológica, especialmente no campo dos estudos do planejamento urbano, capaz de dar visibilidade às invisibilidades, às microrrevoluções urbanas evidenciadas nas microações de resistência e de criação do cotidiano cujas narrativas populares e táticas de territorialização não costumam ser contempladas no planejamento e nas análises urbanas oficiais. Visto que:

Se entendemos que os movimentos da vida são muitas vezes, singulares e sempre, históricos, portanto, impassíveis de captura em leis e regras generalizadoras estabelecidas a priori, em vez de trabalharmos segundo uma programática que embute a variabilidade de acontecimentos em modelos pré-estabelecidos que negam a temporalidade, faremos uso de estrategismos de ação para pesquisar e viver as incertezas imanentes à própria vida (REGIS; FONSECA, 2012, p. 272)

Nesse sentido, o texto a seguir primeiro investe em apresentar a cartografia enquanto método de pesquisa, desde sua gênese, evidenciando algumas experiências cartográficas e análises de referência que deram pistas para a construção dessa cartografia dos *affectos* e, por fim, apresenta a cartografia produzida junto aos territórios e *affectos* percorridos pela cartografista durante a investigação e a confecção da tese. O caminho segue algumas pistas, problematizando a temática da produção de territórios e os modos de subjetivação que engendram no movimento operado por corpos em coletividades a partir das ocupações urbanas e da reativação de seus territórios abandonados, a fim de formular análises ancoradas nas teorias urbanas e nos pensamentos da filosofia da diferença, alimentando o debate acerca dos fenômenos urbanos e propondo um estudo do urbano por uma cartografia dos *affectos*.

Por ora, algumas perguntas emergem: Quais são as estratégias do desejo dos coletivos que ocupam os abandonos da cidade? Como se manifestam? Como produzem diferença e vazamentos? Como se articulam e criam redes? Que realidades criam? Que modos outros de subjetivação enunciam, nesse contexto de crise do território urbano contemporâneo, a partir de suas práticas? Que cidade almejam e produzem?

3.1 A cartografia como método de pesquisa

[...] o livro não é a imagem do mundo segundo uma crença enraizada. Ele faz rizoma com o mundo, há evolução a-paralela do livro e do mundo, o livro assegura a desterritorialização do mundo, mas o mundo opera uma reterritorialização do livro, que se desterritorializa por sua vez em si mesmo no mundo (se ele é disto capaz e se ele pode).

DELEUZE & GUATTARI⁷³

A cartografia enquanto método de pesquisa se configura como um instrumento para narrar uma história do presente, uma crítica do nosso tempo, formulada primeiramente pelos franceses da Filosofia da Diferença, Deleuze e Guattari, a partir dos anos 60. A principal referência da cartografia encontra-se na Introdução: Rizoma, da obra Mil Platôs, vol. I, escrita em 1980 (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Os autores abrem o livro narrando sobre a experiência de uma escrita que se fez a dois, definindo-o livro-agenciamento ou livro-multiplicidade. Um modo de escrita que vai na contramão da forma de organização de um tipo livro-raiz que se estrutura fazendo decalques do mundo, que busca desvelar algo - a essência do que investiga -, que tenta representar a realidade do objeto que investiga, significar o mundo. Mas, o propósito da escrita de Mil Platôs não quer, para eles, ser “imagem do mundo” (ibid., p. 13), ela busca abarcar a diversidade do pensamento e a multiplicidade de um mundo caos, rizomático, cuja realidade se apresenta como um plano de composição de elementos heterogêneos que se comportam segundo arranjos de linhas, estratos e segmentaridades, mais ou menos duros e segmentados, pois, sempre em vias de se romperem, se expandirem e se rearranjarem.

Essa perspectiva implica convocar uma atitude metodológica prática e pragmática, pois implica um exercício de operação, sobre o mundo e a realidade, que acompanhe os processos e os percursos, subtraindo seus significantes, seus sujeitos, seus *uno*, e que seja capaz de apoiar a operação de uma escrita n-1 (ibid.), nômade, num sistema-radícula, num sistema rizoma.

O rizoma tem alguns princípios: ele pode se conectar a diversos e a quaisquer pontos - *princípios de conexão e de heterogeneidade* (ibid., p.14), ele não se fixa num ponto ou numa ordem, mas conecta heterogeneidades de diferentes naturezas “cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais” (ibid.). O *princípio de multiplicidade* indica sua não relação com o uno – sujeito, objeto ou realidade natural, ou seja, no rizoma inexistente a unidade, o que importam são as linhas de conexão, com suas

⁷³ DELEUZE; GUATTARI, 1995[1980], p. 19.

diferentes segmentaridades, o agenciamento entre elas, de tal forma que se compõe um “*plano de consistência das multiplicidades*, [...] de dimensões crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem nele” (ibid., p. 16). O *princípio de ruptura a-significante* indica que um rizoma pode sofrer um rompimento, pode ser quebrado em qualquer lugar, e vai retomar um funcionamento segundo outra ou outras de suas linhas. Sem imitação ou semelhança, vai seguir segundo as linhas que lhes estiverem a compor. Na ruptura, traçam-se linhas de fuga, que fazem parte do rizoma, “mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito” (ibid., p. 17).

Os últimos princípios do rizoma são *Princípio de cartografia e de decalcomania* indicando que o rizoma não é decalque, ele é mapa. Um mapa aberto que não visa representar ao infinito um objeto ou uma realidade neutralizando suas multiplicidades, sustentado numa estrutura fixa e sobredificada, mas um mapa que “não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói” (ibid., p. 20). O mapa cartográfico é:

[...] conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE; GUATTARI, 1995[1980], p. 21)

Assim, os autores propõem a cartografia - também chamada de esquizoanálise, pragmática e micropolítica - como uma forma de mapeamento que não visa reduzir os fenômenos às representações, reproduções, decalques e verdades, mas “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (ibid.). Composto mapas e diagramas capazes de abarcar as multiplicidades que compõem um fenômeno, as inúmeras linhas, as desterritorializações e as reterritorializações implicadas nos seus processos de produção. Ao fenômeno, assim como ao livro, “perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua” (ibid., p. 12).

Outra importante referência ao método cartográfico é o livro-rizoma “*Micropolítica: Cartografias do desejo*” (GUATTARI, ROLNIK, 2011). Lançado em 1986, o livro é um exercício cartográfico da experiência de Suely Rolnik acompanhando a viagem de Guattari ao Brasil em 1982, a convite dela mesma. Os cartógrafos mapeiam as diferentes linhas que compunham a experiência micro e macropolítica naquele período de fim de ditadura e início de democratização brasileira, marcado pela globalização capitalística e pela onda neoliberal como pano de fundo. A

escrita, em forma de diálogos, estudos e cartas, traça um mapa dos encontros e das andanças de Guattari pelo país por uma série de debates, mesas-redondas, entrevistas e conferências com estudantes, intelectuais e grupos que “constituíam, naquele momento, subjetividades dissidentes” (ibid., p. 12). As análises englobam temas sobre cultura, política, subjetividade, desejo, reforma psiquiátrica, mídias alternativas e movimentos sociais emergentes, através de uma ótica que privilegia as ações minoritárias em processos, as linhas flexíveis e as linhas de fuga que indicavam potenciais de mudança, de um vir a ser, naquele contexto. O livro se organiza por temas e a montagem, pelas mãos de Rolnik, mistura datas e falas à sua maneira, de forma que não se trata de um diário de bordo cronológico, mas uma colheita de dados feita durante e após viagem e somadas a escritas próprias da autora “que foram entremeando o material do livro, fazendo liga, construindo passagens” (ibid., p. 13).

Em 2006, Rolnik lança seu livro-manifesto “Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo” através do qual apresenta uma viagem cartográfica que acompanha as mudanças nas políticas do desejo e da subjetivação nas mulheres, por meio da criação de vinte e quatro personagens conceituais, figuras-tipo da subjetividade feminina, se compondo e resistindo em meio à sociedade do capitalismo industrial e posterior crise, entre os anos 50 e final dos 80, no Brasil. Da forma identitária da “noivinha”, no início dos anos 50, à dissolução da figura-tipo que passa por processos de subjetivação, entre os anos 60 e 80, delineando novas figuras da subjetividade. As novas figuras seguem as “transformações da estratégia do desejo produzidas naquele período” (ROLNIK, 2011, p. 14) que refletem as mutações micropolíticas ocorrendo no país e os efeitos na subjetividade das mulheres. A cartografia produzida pela autora mistura referências de todo tipo, como uma antropófaga devora fatos verídicos, invenções, letras de músicas, filmes e obras de diversos autores. O campo de fundo é a temática do desejo e os modos de produção da subjetividade, mas a obra constitui um exercício cartográfico que vai delineando desde a construção do perfil do cartógrafo, passando por seus diários e percursos até a construção de um relatório final que acaba por cartografar a própria cartografia produzida na forma livro.

Atualmente, a proposta metodológica da cartografia é bastante difundida em pesquisas qualitativas, em especial, no Brasil. Autores como Rolnik (2011; 2018); Albuquerque Júnior, Veiga-Neto & Souza Filho (2008); Kastrup, Passos & Escóssia (2010); Costa (2014); entre outros, exploram trajetórias cartográficas e dão visibilidade ao método. A abordagem tem se destacado, especialmente, em estudos nas áreas da saúde, da psicologia social e da educação e, mais atualmente, de forma crescente nas pesquisas no âmbito das ciências sociais e dos estudos urbanos, neste último destaca-se a “corpografia urbana” de Paola Jacques e Fabiana Brito (2008).

A escolha pelo método muitas vezes se dá em virtude de uma de suas qualidades, a de atentar aos processos da subjetividade e da formação de territórios implicados na produção do espaço urbano.

À cartografia tradicional entende-se como a arte, técnica ou ciência de elaborar mapas e cartas a fim de representar objetos, fenômenos e/ou ambientes físicos e socioeconômicos. Há séculos a técnica é utilizada como uma forma de o homem conhecer o mundo que habita e, assim, traça mapas de territórios, relevos, distribuições populacionais. Enquanto ciência da representação gráfica da superfície terrestre, está ligada ao campo da geografia e tem como produto o mapa; busca um conhecimento preciso acerca do território que mapeia. Traça mapas de territórios, relevos e distribuição populacional, coleta dados.

Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras. O mapa como representação de um território e das características de uma população é um instrumento fundamental da Geografia física e da Geografia humana, a Demografia (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47).

A cartografia social, por outro lado, visa outro modo de mapear a realidade, acompanhando processos contemporâneos em transformação, de territórios existenciais, subjetividades e afetos implicados na construção de territorialidades nos processos de formação social. Não visa à representação, pois caminha mais no sentido de uma criação, um agenciamento de dados.

[...] uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. Como método presta-se à análise e desmontagem de dispositivos, ação que consiste em desemaranhar suas enredadas linhas, além de instrumentalizar a resistência aos seus modos de objetivação e subjetivação (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 45).

O método segue pistas (KASTRUP *et al.*, 2010) sem previsão de critérios *a priori*, mas amparada em princípios norteadores e procedimentos metodológicos, e não abre mão do rigor. Por outro lado, não se encerra em formulários, questionários ou observações distanciadas, mas traça no caminho suas diretrizes. Habita um território, inventa mapas, acompanha os processos e cria realidades. Dessa forma, vai construindo as bases da investigação, apoiado também nas palavras de Becker quando diz que “os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os

métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. É como mandar construir uma casa para si” (BECKER, 1999, p. 12).

E, assim, pesquisa e pesquisador vão tomando forma, a partir de observações, erros, acertos e distanciamentos. Constrói o objeto e tece as relações a fim de mapear a realidade em que se insere, contribuindo na sua construção, apostando nos agenciamentos e na produção de desejos no campo social. Visto que, as subjetividades investigadas não são do nível do indivíduo, mas de uma coletividade, pois se produzem no campo das relações sociais. Como nas palavras de Bourdieu, para quem [...] as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relação entre subjetividades animadas por intenções ou “motivações” porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas (BOURDIEU *et al.*, 2007, p. 28).

A cartografia difere da etnografia, em especial por não habitar um território de outrem, mas um próprio território, que ao mesmo tempo em que o passa a habitar, contribui na sua criação e se constrói. Sempre levando “em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo o seu vigor e toda a sua força à verificação experimental” (BOURDIEU *et al.*, 2007, p. 10). Um método inventivo, um exercício cartográfico onde o cartógrafo se coloca de corpo inteiro na investigação, em “corpo vibrátil” (ROLNIK, 2011, p. 12), e que não pretende um objetivo ou um fim, mas acompanhar processos em transformação, atentar aos entres, criando realidades.

Trata-se de uma cartografia do sensível, um mapeamento das subjetividades, mas que vai além, através da produção de mapas não fixos, mutáveis, que possibilitem captar a complexidade do presente, os encontros realizados. Uma forma de mapear a realidade em curso, acompanhando os seus processos de construção e transformação (ROLNIK, 2011), os movimentos, as relações e as intensidades que a compõe. Assim, considera os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e os resultados que vão se apresentando. Fazer cartografia é tecer um plano de experiência, acompanhando as linhas que o compõe e os efeitos do percurso da investigação, seguindo uma diretriz transversal (KASTRUP *et al.*, 2010), que não homogeneiza os elementos compositivos, visto que afirma a sua heterogeneidade atentando e valorizando as suas singularidades.

A perspectiva cartográfica configura-se como um instrumento inovador e crítico do nosso tempo e do que somos, narra uma história do presente. Ela investe num modo de acompanhar percursos e processos em andamento, de perceber as conexões e as redes que se formam nas relações entre os fenômenos e os objetos que os constitui. A realidade sobre a qual se propõe

analisar é concebida como um mapa móvel (KASTRUP et.al. 2010), pois reconhece seu caráter processual, não se trata, portanto, de representá-la, mas de acompanhar sua composição.

O método da cartografia faz uma reversão do sentido tradicional do método (metá-hódos) e aposta num caminhar que traça, durante o percurso, suas metas (hódos-metá) (KASTRUP *et al.*, 2010). Um hódos-metá que reconhece que toda pesquisa é intervenção e propõe o traçado de um plano de experiência (enquanto intervenção) acompanhando os efeitos do percurso da investigação, e cujo apoio da investigação está justamente no “modo de fazer”, na experiência do saber. Nesse sentido, o conhecimento vai se produzindo num campo de implicações cruzadas – das forças inconscientes, dos atravessamentos - num jogo de forças entre valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças e subjetividades compondo a realidade (KASTRUP *et al.*, 2010).

Sem previsões impostas, o traçado do mapa vai se fazendo por mergulhos, encontros e registros, dando atenção às linguagens que vão compondo a trama argumentativa proposta do fenômeno em análise, que ajudam a relacionar e investigar as transformações da realidade que habita e constrói a pesquisa. Trata-se de um mapeamento aberto e sempre inacabado, movido pelos fluxos em desassossego do pensamento, priorizando a experiência como intervenção, seguindo os movimentos da vida e atentando às linhas flexíveis e de fuga, as linhas de ruptura, por onde emergem [des]territórios.

E, assim, explora processos de [des]territorialização acionando as potências criadoras de novos modos de existir, a fim de delinear planos de experiência (KASTRUP *et al.*, 2010) extensivos⁷⁴ e intensivos⁷⁵, e compor seus mapas. Os planos extensivo e intensivo se relacionam a uma forma de perceber e de se relacionar com o mundo, fundamental na perspectiva da filosofia da diferença em Deleuze e Guattari. Os autores partem do entendimento de que tanto o espaço quanto o tempo podem ser compreendidos de maneira extensiva (dimensão quantitativa – tempo Cronos) e intensiva (dimensão qualitativa – tempo Aion), ambas essenciais na compreensão sobre a multiplicidade e a complexidade da realidade, e como as forças e as intensidades se manifestam nela. Uma abordagem que desafia as concepções tradicionais de

⁷⁴ O plano ou mapa extensivo indica as organizações do mundo em termos de extensão, espaços e medidas; a divisão dos territórios e as delimitações geográficas. Os mapas extensivos se relacionam com o tempo Cronos, a dimensão quantitativa e linear do tempo, o tempo cronológico, mensurável e dividido em unidades regulares, associada a relógios, calendários e medidas precisas. O Cronos lida com a organização temporal convencional e quantitativa, com a dimensão espacial territorializada do tempo, com foco nas medições, segmentações e divisão de períodos.

⁷⁵ O plano ou mapa intensivo se refere à intensidade das relações e das conexões entre os elementos, explorando as forças e os fluxos, os afectos e as singularidades que circulam num território. Aos mapas intensivos interessam como as intensidades se sobrepõem, se afetam e se transformam num tempo Aion, tempo do acontecimento ou do devir. Aion trata de uma dimensão temporal mais fluida e qualitativa, o tempo experiencial e não quantificável, o tempo da diferença, do fluxo, das velocidades, da mudança e da transformação. Está associado aos eventos, às durações, às memórias, aos momentos e às subjetividades, ou seja, nas diferentes qualidades temporais que moldam a experiência.

espaço e tempo, bem como, as formas estabelecidas de representação e compreensão do mundo, visto que, se propõe a uma visão de mundo não linear ou hierárquica, mas que enfatiza as multiplicidades e as conexões, capturando a riqueza das relações e as intensidades que constituem a realidade e a produção de territórios.

Aion, que é o tempo indefinido do acontecimento, a linha flutuante que só conhece velocidades, e ao mesmo tempo não pára de dividir o que acontece num já-aí e um ainda-não-aí, um tarde-de-mais e um cedo-demais simultâneos, um algo que ao mesmo tempo vai se passar e acaba de se passar. E *Cronos*, ao contrário, o tempo da medida, que fixa as coisas e as pessoas, desenvolve uma forma e determina um sujeito. (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980]. p. 42)

Nas cartografias e análises que enfatizam os processos de produção de realidades, territórios e subjetividades, importa considerar, de forma integrada, esses dois modos de temporalidades e os planos extensivo (divisão espacial) e intensivo (qualidade das relações). Visto que, tais processos de produção são influenciados pela interação dinâmica entre Aion e Cronos, tanto quanto pelas intensidades, *affectos*, relações dinâmicas e forças - que não são restritas por fronteiras fixas mas que interagem, constantemente, com a dimensão institucional e organizacional, assim como, com as regras e as estruturas sociais que intentam moldar a forma como as subjetividades e os territórios são definidos, controlados e governados.

Isso implica uma forma de pesquisar e agenciar dados que considere tanto a dimensão física e geográfica - os sistemas normativos e institucionais, os padrões do regime dominante que influenciam a demarcação de territórios, estabelecem fronteiras, regras, limites e modelos sociais, e que apresentam uma realidade como dada, enrijecendo formas de vida - quanto as narrativas, as práticas sociais, os encontros, as dissidências, os conflitos e as experiências que permeiam as relações sociais, ou seja, a maneira como as pessoas se relacionam consigo mesmas e com o mundo. O cartógrafo, nesse sentido, se utiliza de:

[...] um “composto híbrido”, feito do seu olho molar, é claro, mas também, e simultaneamente, de seu olho molecular, ou melhor, de todo aquele seu corpo (o vibrátil), pois o que quer é apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido. É que o cartógrafo sabe que não tem jeito: esse desafio permanente é o próprio motor de criação de sentido. Desafio necessário – e, de qualquer modo, insuperável – da coexistência vigilante entre macro e micropolítica, díspares, mas complementares e indissociáveis na produção de realidade [...] (ROLNIK, 2011, p. 67).

No processo de cartografar *afectos* e subjetividades o “perfil do cartógrafo” (ROLNIK, 2011, p. 66) é deveras importante, e o que o define é justamente um tipo de sensibilidade, a capacidade vibrátil do seu corpo no caminho da pesquisa. E, talvez, seja aqui onde resida o maior *obstáculo epistemológico* (BACHELARD, 1996) dessa investigação, e de outros estudos cartográficos. Visto que, quando um pesquisador habita um território ele também é *afectado* por ele, nesse sentido, a *vigilância epistemológica* (BOURDIEU *et al.*, 2007) se encontra tanto no arsenal teórico que agrega e utiliza como ferramentas para a construção do objeto de pesquisa quanto na postura que tomará frente ao, e no encontro com, o território que se propôs investigar. Trata-se de uma questão ética do pesquisador e, nesse sentido, “o treino constante [da] vigilância epistemológica” (ibid., p. 14) contribui para que o método não se torne como uma ‘receita de bolo’, cada diretriz metodológica deve ser pensada e construída a fim de que atenda aos objetivos do conhecimento que se propõe construir.

Na cartografia, o pesquisador é o cartógrafo que, como um sociólogo, em virtude da familiaridade com o universo social que pesquisa (ibid., 2007), precisa também vigiar suas prenoções e as opiniões, habitando o território como se este fosse algo desconhecido, aguardando para ser explorado. E, nesse sentido, explicitar, sempre que possível, os obstáculos epistemológicos que se apresentarem é uma atitude capaz de reduzir a dificuldade em estabelecer a separação entre “a percepção e a ciência” (ibid., p. 23) na produção de seus mapas sociais e afetivos. Trata-se de uma atenção sensível, onde:

Informações, saberes e expectativas precisam ser deixadas na porta de entrada, e o cartógrafo deve pautar-se sobretudo numa atenção sensível, para que possa, enfim, encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali, como virtualidade.” (KASTRUP *et al.*, 2010, p. 48)

É importante salientar que, no âmbito da cartografia, não se trata de um mero ponto de vista do cartógrafo, “a invenção se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente da invenção” (KASTRUP *et al.* 2010, p. 50). A sua prática é política, é micropolítica, ele se mantém atento às estratégias de produção de subjetividade, como um “analista das formações do desejo no campo social” (ROLNIK, 2011, p. 71). Sua atitude tem qualidades bastante sutis, que dizem respeito a um tipo de postura e sensibilidade do pesquisador, a fim de “sustentar a vida em seu movimento de expansão, de suporte disso” (id). Para isso, ele desenvolve atenção, percepção e cognição aguçadas, a fim de observar, registrar e saber discriminar as pistas que segue. É através de seu corpo que “procura captar o estado das coisas, seu clima, e para eles criar sentido” (id).

As regras pré-estabelecidas são substituídas, na cartografia, por pistas, que servem de referências durante o percurso da investigação. No entanto, entende, como Bourdieu, que seu poder de vigilância encontra-se numa prática de investigação que se proponha a:

[...] submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrá-lo um dos meios de superá-lo. A intenção de dar ao pesquisador os meios de assumir por si próprio a vigilância de seu trabalho científico [...] (BOURDIEU *et al.*, 2007, p. 11).

E assim, o cartógrafo vai experimentando também os erros, se desapropriando de suas prenoções a fim de caminhar na direção da superação da experiência primeira do “senso comum” (BACHELARD, 1996, p. 31) e se propondo a uma experiência de investigação inovadora e inventiva. Como salienta Bourdieu, “a invenção nunca se reduz a uma simples leitura do real [...] já que pressupõe sempre a ruptura com o mesmo e com as configurações que ele propõe à percepção”, portanto deve “quebrar as relações mais aparentes, por serem as mais familiares, para fazer surgir o novo sistema de relações entre os elementos” (BOURDIEU *et al.*, 2007, p. 25).

O cartógrafo deve assumir a responsabilidade de todos os aspectos da pesquisa, desde a concepção do problema até a divulgação dos resultados, ciente dos seus limites e das suas possibilidades, a fim de que possa tomar as decisões necessárias para garantir a qualidade ética da pesquisa. Ao administrar a própria pesquisa, no processo de cartografar e vigiar, aciona uma vigilância epistemológica através da reflexão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos do contexto da pesquisa, e da documentação do processo, garantindo a transparência e a confiabilidade dos resultados e análises. Trata-se de uma atitude do cartógrafo que inclui considerar seus próprios valores e crenças, bem como, as influências do contexto social, cultural e político dos territórios nos quais a pesquisa se realiza. Assim, no exercício cartográfico mantém seus diários atualizados, registrando as anotações de campo, os *affectos* produzidos nos encontros, as narrativas, as dúvidas e as incertezas, agenciando-os.

Compreendendo que toda pesquisa aciona uma experiência, uma experimentação, por meio de um corpo pesquisador que se coloca em ação de experiência com o objeto que propõe investigar. Através da experimentação, o pesquisador confere “uma relação com o objeto que, enquanto relação social, nunca é puro conhecimento, os dados apresentam-se-lhe como configurações vivas, singulares” (BOURDIER *et al.*, 2007, p. 24). Nesse sentido, constitui-se um processo de pesquisa onde não há neutralidade, pois o cartógrafo habita o território que investiga e, ao mesmo tempo em que pesquisa, se constitui, se afeta, num processo de transformação e

criação de realidades. Afirmando, assim, a experimentação como uma experiência construída, cientificamente, “a experiência *científica* é, portanto, uma experiência que contradiz a experiência *comum*” (BACHELARD, 1996, 14), ela não se baseia em observações justapostas, mas se constrói sendo confrontada com diferentes narrativas, pontos de vista e teorias científicas. Uma experiência que busca compreender processos, tecer e mapear relações.

É sempre pelo meio que o cartógrafo começa, adentrando e vivenciando um território, e no caminho vai configurando suas estratégias, seus procedimentos, indo em busca das ferramentas que necessita. O cartógrafo experimenta um processo de ritorno, de [des][re]territorialização, num vai e vem de construção e destituição de territórios e realidades. Entendendo ele mesmo, o cartógrafo, como um território que adentra outro(s) e se relaciona com eles, ambos (ou tantos) contendo suas particularidades territoriais e corporais, e esse corpo-cartógrafo passa a habitar um desterritório desconhecido. Nesse processo, desestabilizações ocorrem, visto que, algumas pré-noções do cartógrafo são tensionadas, outras visões de mundo se entrelaçam, misturando-se às suas. Ao passo em que vive o processo, numa experiência ativa e investigativa, passa a constituir ali outro território, reterritório, diferente daquele que trouxe consigo e diferente daquele que adentrou. O novo território se constitui, pois, do agenciamento entre as heterogeneidades do cartógrafo, do território investigado e dos corpos que lhe compõem e, assim, uma realidade se constrói e se apresenta.

Ele adentra o território, mas também, por vezes, se distancia, percorre as bordas, na intenção de tecer relações com outras fontes, outras percepções, depois retorna e contribui com sua produção. E, para tanto, tem consigo sempre um bloco de notas, como um registro de viagem onde vai montando, junto com o caminhar, o seu roteiro. No entanto, o roteiro é aberto, pode mudar e se transformar durante o caminho, de acordo com os encontros que se fizerem potentes, os *affectos* e enunciados que pedirem passagem, sempre seguindo as pistas.

A cartografia não isola o objeto ou o fenômeno, mas os analisa valorizando as forças e as linhas às quais estão conectados, as articulações históricas, contextuais, bem como, suas conexões com o mundo (KASTRUP et.al. 2010). Jamais se afasta do rigor, mas abre-se para as ressignificações tanto do método proposto quanto do fenômeno que investiga, para isso está constantemente revendo suas ferramentas metodológicas. A processualidade é outro elemento importante no ato de cartografar, pois a investigação de produção de subjetividades e de territórios se faz num processo em curso, próprio de um cotidiano vivo. A ideia é acessar os elementos que estão compondo o território “matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento – bem como fragmentos dispersos nos circuitos folheados de memória. Tudo isso entra na composição de cartografias” (Ibid., p. 49). Compreendendo que o próprio território é

processual, não é fixo ou delimitado, entidade estática ou pré-existente, mas se realiza por processos de territorialização contínuos de construção e transformação, e cuja relação entre os elementos está sempre em movimento, se redefinindo e se reconfigurando através das heterogêneas dinâmicas das relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Não existe na cartografia uma fase *a priori* de coletar dados, aliás, o método reverte também a ideia de coleta, mas propõe uma “colheita de dados” (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 395) que acontece desde o início do processo, desde o momento em que o cartógrafo entra em contato com o território a ser cartografado, e que acompanha todo o processo de fabricação da pesquisa. Assim, “o conhecimento que se produz não resulta da representação de uma realidade pré-existente” (KASTRUP et.al. 2010, p. 49), mas, de fato, da experimentação e criação dela.

Em uma entrevista, por exemplo, o participante da pesquisa não é tomado como um informante de quem se extrai os dados a serem analisados para a solução de um problema. Entre pesquisador e participante a relação não é de transmissão de informação, mas de acesso à experiência singular do entrevistado que se atualiza na situação da entrevista. A entrevista torna-se um instrumento que permite acessar processos e atos, mais do que objetos supostamente dados. (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 395)

Dessa forma, os dispositivos e as ferramentas metodológicas utilizados na colheita de dados “envolvem diferentes instrumentos de colheita tais como a observação participante, os grupos focais, os grupos de intervenção e as entrevistas, bem como os meios de registro: gravações, transcrições e diários de campo” (ibid.). De toda forma, com o fim de validação da pesquisa cartográfica, os dispositivos e as ferramentas utilizados precisam ser descritos, explicitando a maneira como foram manejados.

Diferentemente de um método tal como definida pelas ciências naturais (CUPANI, 2009) cujo objetivo é um fim concreto ou chegar a uma verdade absoluta, a proposta dessa e de outras pesquisas cartográficas é a de pensar transversalmente, criando estratégias metodológicas na relação com o próprio objeto, acompanhando seu processo de criação e transformação. Objetiva, pois, a própria experiência do pesquisador em campo que desenha por diagramas a rede de forças com a qual o objeto/território em estudo se conecta, sem fórmulas prontas, produzindo territórios e criando realidades.

O procedimento de análise não intenta interpretar os dados, mas “ampliar-se no sentido da crítica à pesquisa ela mesma: não só em termos de refutação de suas hipóteses iniciais, mas também crítica aos seus pressupostos, à formulação do campo problemático, ao seu desenho metodológico e às articulações estabelecidas” (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 397) entre o cartógrafo, o território mapeado, os agentes pesquisados, os *affectos* e as narrativas enunciadas,

na relação com o arsenal das teorias acionadas e dos conceitos operados. Uma análise argumentativa, original e com embasamento teórico-conceitual relevante à temática abordada e atualizado é o que se pretende, ao fim. Numa perspectiva de “escrita inventiva” (ibid., p. 399) que não pretende se encerrar em resultados finais e/ou verdades, mas que se mostra aberta a continuidades e indagações futuras, pelo próprio cartógrafo ou por aqueles afetados pela pesquisa e os problemas levantados nela. Visto que, não se sabe, *a priori*, os efeitos que uma pesquisa-intervenção pode causar, e nem tem por objetivo esgotar o problema. Ela é apenas uma forma de agenciar e narrar o que foi mapeado, a partir de um ponto de vista, criado por meio da lente que as teorias e os conceitos escolhidos pelo cartógrafo foram capazes de compor na relação de agenciamento com as narrativas, os *affectos* e os territórios com os quais o cartógrafo se relacionou, na experiência singular que atravessou.

Isso quer dizer que, alterando-se qualquer um dos elementos que compõem o mapa cartográfico construído, poderiam ser gerados outros resultados e invenções. Trata-se, pois, de uma forma singular de pesquisar, de habitar um território e de se postar em relação ao mundo e ao conhecimento, que resulta em mapas e escritas inventivas possíveis a partir daquele corpo cartógrafo que pesquisa, agencia e escreve.

[...] no contexto da cartografia, o problema da validação vai além da verificação de resultados, mas abarca todo o processo de investigação. No caso, a questão não é o que foi apresentado como resultado, mas como ele foi construído e sua forma configurada. Em outras palavras, o processo de validação diz respeito à experiência dinâmica da pesquisa que concorreu para a emergência de certos resultados. A ideia é que o texto da pesquisa é, em última análise, a narrativa de sua própria experiência. (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 395)

Trata-se, por fim, de uma estratégia metodológica com caráter inovador e inventivo, que propõe a experimentação e a invenção como “marcas irreduzíveis” (ibid., p. 409), mas que nem por isso se afasta do rigor ou da validação. Sua consistência reside especialmente na relação entre a “perspectiva teórica-conceitual, a constituição e manejo de dispositivos, a orientação [...] da produção de dados e os resultados ou efeitos observados” (ibid., p. 405), assim como, na avaliação constante do perfil ético e político do cartógrafo ao acompanhar processos de produção de mundos, subjetividades, territórios e realidades. Ao acompanhar os processos, considera os agenciamentos, as conexões e as articulações, de diversas ordens e naturezas, entre os fenômenos estudados, seus agentes e o mundo ao redor, mapeando suas relações e o campo de forças que engendram.

O produto do método são mapas. Os mapas cartográficos são móveis, com múltiplas entradas e saídas, acêntricos, e possibilitam certa liberdade ao agregar conteúdos dos mais

heterogêneos e com diferentes conexões. Os mapas mostram uma possibilidade de realidade, um território em processo, mas ao mesmo tempo os produzem, em diagramas “que não se referem à topografia, mas a uma topologia dinâmica, a lugares e movimentos de poder” (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47). Os mapas e os diagramas produzidos funcionam como ferramentas de exploração das multiplicidades, das complexidades e das conexões entre os corpos, os fluxos de desejo, as dinâmicas, os enfrentamentos, as intensidades, os *afectos*, os jogos e as relações de poder, os movimentos, as enunciações, os modos de subjetivação e as práticas de resistência implicados na produção dos territórios investigados.

Na cartografia, tudo o que é analisado e observado, enquanto variáveis a serem consideradas, vão materializar a relação do cartógrafo com o objeto estudado, isso quer dizer que seus produtos vão manifestar os agenciamentos, que se fizeram possíveis, a partir dessas misturas.

3.2 Pistas para a construção desta cartografia dos *afectos*

Esta cartografia dos *afectos* se faz a partir da própria experiência do corpo de uma mulher cartografista, que investiga e vai a campo, habitando territórios construídos por coletividades e práticas sociais anticapitalísticas, nas cidades que percorreu durante a confecção desta tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional (especialmente em Pelotas/RS e Porto Alegre/RS)⁷⁶. Acompanhando e mapeando as microrrevoluções urbanas cotidianas operadas por meio de micropolíticas ativas dos movimentos sociais, que se apresentam nesse contexto de cidade contemporânea e que pôde ter contato, a fim de ampliar o conhecimento acerca dos fenômenos urbanos, e atentando aos modos de subjetivação engendrados *nos* e *pelos* corpos agentes em movimentos de luta e resistência cotidiana.

Um longo percurso, no qual a cartografista se manteve em constante estudo, diálogo e observação, adentrando territórios, se constituindo com eles e mapeando as pistas que iam

⁷⁶ Durante os longos anos desse processo de doutoramento diversas foram as cidades habitadas e experienciadas pela cartografista, como as capitais São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e Salvador (BA); Montevideo (UY), cidades uruguaias e fronteiriças (UY-BR); cidades médias e pequenas do interior do RS. Durante as viagens pôde estabelecer contato com diversos movimentos sociais e culturais, ativistas, artistas e agentes desconhecidos pelo grande público, atentando às pequenas revoluções cotidianas que promovem nos seus lugares de vida e moradia. As lutas, os movimentos sociais cotidianos e as pequenas transformações urbanas que operam também afetaram o corpo da pesquisadora, seu modo de perceber a cidade contemporânea e a produção desta escrita, no entanto, se encontram nas entrelinhas, não foram selecionadas para fins de análise e divulgação. As experiências vividas nos encontros realizados nessas cidades são referências que, apesar de não comparadas e reveladas enquanto objetos de investigação, contribuíram na construção de um pensamento crítico e analítico sobre o objeto dessa pesquisa e no acúmulo de experiência ao longo do tempo. Elas fazem parte do processo de subjetivação deste corpo cartografista e da própria construção sobre o tema das ocupas e das lutas contra-hegemônicas espacializadas no território urbano.

surgindo pelos encontros que se teceram. De forma sensível e vibrátil, sempre impulsionada pelo pensamento crítico acerca da produção do território urbano, do seu caráter processual e da forma como algumas práticas dissidentes operam e se espacializam desestabilizando padrões e tensionando as estruturas hegemônicas.

Nesse contexto, viu emergir coletivos de mulheres organizadas em prol de lutas contra o patriarcado e o feminicídio; ações de coletividades por fornecimento de alimentação a moradores de rua; atividades e eventos culturais de fomento à economia criativa, consumo consciente e incentivo às produções artísticas e culturais locais; movimentos sociais acionados por comunidades periféricas, negras, quilombolas e indígenas em favor a direitos igualitários de uso e acesso à cidade; movimentos políticos em defesa à democracia, aos direitos básicos (saúde, educação, transporte, moradia) e a políticas públicas inclusivas; e inúmeras táticas de ocupação e apropriação de territórios abandonados nas cidades. Tais coletividades demonstraram formas de organização e de mobilização no meio urbano que evidenciam a complexidade e a multiplicidade de atores, agentes, narrativas, dinâmicas e relações de poder produzindo e disputando o território urbano. Formas plurais de resistência e existência que coexistem em meio aos tentáculos homogeneizadores promotores das desigualdades, de todas as ordens, nesse contexto neoliberal-financeirizado da vida e das cidades.

O território no contexto urbano, como evidenciado no capítulo 2, é uma arena onde os processos de reprodução dos agenciamentos capitalísticos têm, a partir das estratégias de controle e submissão aliadas ao neoliberalismo, um impacto profundo nos fluxos de desejo dos corpos e na forma como empreendem estratégias de sobrevivência e de luta por meio do território, abordado no capítulo 1. A lógica de reprodução desse sistema, de ordem histórica, tende a promover uma homogeneização da subjetividade, padronizando-a de acordo com as necessidades e valores impostos pelo capital financeiro por meio de ideias de consumo e padrões de comportamento. Nesse cenário, a singularização do corpo, essencial para a expressão criadora do desejo, é reduzida. Território-veículo de expressão e criação, ao ser submetido aos processos de controle, padronização e vigilância - física e virtual-tecnológica -, o corpo tende a enfraquecer sua capacidade enquanto agente criador e enunciador, restringindo as possibilidades de produção e de expressão do corpo social.

A cidade, sob a influência desses modelos, se torna um campo de batalhas, onde a lógica da competitividade, da acumulação do capital e da busca incessante pelo lucro, que tende a moldar territórios e determinar suas possibilidades de uso, é diariamente contestada e enfrentada. Assim como, a privatização e a padronização dos espaços urbanos, a imposição de localidades e padrões construtivos, de estilos e modos de vida, que refletem uma tendência à

uniformização das subjetividades, em conformidade com as demandas capitalistas. Monitorados em suas atividades, os corpos veem suas potências de singularização e expressão dificultadas, sob a pressão constante para adequação às normas impostas pelo sistema dominante.

Afectos tristes, despotencializadores, como a tristeza, o medo, a ansiedade e a desesperança resultam desse processo de reprodução de territórios e subjetividades uniformes e consumistas, de privação de oportunidades, de violência, de segregação e de desigualdade de acesso aos recursos e aos espaços da cidade. Por outro lado, a teoria dos *afectos*, a partir de Espinosa, também indica que é possível resistir e transformar essa realidade. Assim, ao mapear os dispositivos e os mecanismos de controle e submissão, compreendendo a forma como se estruturam e operam sobre a sociedade e a cidade, pode-se inventar, ou vislumbrar, modos de subvertê-los e de criar linhas de fuga capazes de cultivar *afectos* alegres, esperançosos, desassujeitados e empoderadores. Isso implica, no contexto urbano, uma luta coletiva, de resistência e de mobilização social, criando táticas de uso e de reapropriação *no e a partir do* território urbano, passando a operar outros modos de subjetivação que buscam transformar a realidade posta e os padrões impostos.

Nesse sentido, esta CARTOGRAFIA DOS *AFFECTOS* propõe um mapeamento do urbano atento às multiplicidades de corpos, subjetividades, culturas, diversidades e aos singulares modos de vida e de apropriação do território. No percurso do mapeamento, viu uma CIDADE DA DIFERENÇA emergir, através de práticas urbanas acionadas por corpos em coletivos operando micropolíticas ativas de resistência que os tornaram capazes de produzir variações nos corpos e no espaço urbano, materializando territorialidades e [des][re]territorializações - na cidade - que tensionam e, por vezes, rompem com os modos capitalísticos de reprodução de territórios e subjetividades. São como cidades dentro da cidade formal, que acolhem e valorizam suas diferenças, necessidades e singularidades. Singularidades que se entrelaçam e se conectam de maneiras complexas, num fluxo plural e contínuo de transformações e negociações, configurando espaços de liberdade e territorialidades emancipadoras em meio à cidade dura, discriminadora e desigual. Cidades que surgem pelas frestas da cidade privatizada e controlada, cada vez mais abandonada e mercantilizada, e que, ao desafiar os paradigmas dos modelos hegemônicos do planejamento urbano, na luta de corpos pelo direito à vida e à cidade, desenvolvem táticas de reorganização espacial e social fundamentadas na diversidade, no acolhimento, na inclusão e na valorização da multiplicidade de subjetividades, e formas de vida, presentes na sociedade e no território urbano.

A cartografia dos *afectos* chama atenção para os corpos e para o poder que lhes constituem em *afectar* o mundo à volta e de serem *afectados* por ele. Problematizando as

relações entre corpo e mente, razão e emoção, corpo e cidade, vai no caminho de investigar a produção do território urbano no encontro com agentes e ações produtores de *afectos* alegres e transgressores. Em diálogo com a proposta de uma “virada afetiva” – *affective turn*⁷⁷ (CLOUGH; HALLEY, 2007) que indica uma transformação no modo de pensar e pesquisar o campo social, colocando a dimensão corporal e a experiência da subjetividade em enfoque. E, com o método da “corpografia urbana” (JACQUES; BRITO, 2008) que aborda o corpo enquanto agente ativo na produção do espaço urbano, não apenas um objeto que ocupa o espaço, mas agente de produção e transformação. A corpografia urbana investe numa forma de cartografar o urbano *pele e a partir do* corpo na experiência urbana, e que tem como foco os registros e as memórias urbanas inscritos no corpo como marcas da própria experiência com a cidade. A abordagem compreende que na relação entre o corpo e a cidade uma espécie de grafia urbana se produz, configurando e transformando ambos.

A cartografia dos *afectos* propõe, portanto, uma abordagem transdisciplinar atenta à experimentação corporal e que compreende a relação intrínseca, o cofuncionamento, entre a produção urbana e a experiência de *afecção* dos agentes envolvidos. Compreendendo que a forma como os corpos engendram suas lutas por reconhecimento e espaços de liberdade na cidade se relaciona intimamente com as possibilidades *afectivas* que seus corpos experimentam. Ou seja, com a forma como as experiências, na relação corpo-cidade, podem inibir ou fortalecer as potências dos corpos de agir e existir no mundo. Experiências que tanto podem produzir sensações e afecções de inadequação e isolamento - através do encontro com *afectos* tristes de medo, angústia e frustração promovidos, por exemplo, pela discriminação social e pelas práticas de abandono do Estado – quanto podem desencadear afecções de autovalorização, empoderamento, criatividade e confiança – no encontro com *afectos* alegres de alegria, sucesso e coragem que se dão, por exemplo, quando as diferenças e as singularidades são reconhecidas, respeitadas e valorizadas pela sociedade, pelas políticas públicas de inclusão, pela participação comunitária nas decisões políticas e urbanas, e quando os direitos sociais são respeitados.

⁷⁷ O termo “virada afetiva” é citado no artigo “Para que sevem os afetos?” de Michael Hardt (2015) e vem da coleção “The affective turn – theorizing the social” organizado por Patricia Ticineto CLOUGH e Jean HALLEY (2007). A virada afetiva expressa “uma nova configuração de corpos, tecnologia e matéria que está instigando uma mudança no pensamento da teoria crítica” (p. 2 – traduzido). Trata-se de uma proposta de deslocamento, no pensamento e nos métodos de análise da teoria crítica, importante para teorizar o social. A virada afetiva propõe uma abordagem transdisciplinar a fim de possibilitar a captura do “cofuncionamento mutável do político, do econômico e do cultural, concebendo-o afetivamente como uma mudança no desdobramento da capacidade afetiva” (p. 3 - traduzido) e que visa compreender as mudanças que englobam o social explorando-as a partir da forma como circulam e promovem mudanças nos corpos e nas subjetividades. Uma proposta, ainda, que compreende o corpo não como um organismo, fechado e receptor de energia exterior, mas como um sistema aberto e produtor. Nesse sentido, se encontram diversas pesquisas nos âmbitos da teoria feminista, de gênero e da teoria *queer*. Destacamos aqui os trabalhos de Judith Butler, uma das principais teóricas na contemporaneidade sobre questões do feminismo, da teoria *queer*, da filosofia política e ética.

Assim, esta cartografia foi na direção de mapear algumas táticas de resistência produzidas por corpos que através do uso e da ocupação da cidade, das micropolíticas ativas expressas em ações coletivas que desterritorializam os territórios definidos, reativam seus abandonos reterritorializando-os como espaços ocupados, ativos e produtivos. Táticas de agrupamentos e coletivos que operam e materializam, especialmente, modos de subjetivação anticapitalísticos no território urbano por meio da ocupação e da profanação de seus espaços ociosos e abandonados. São ações produzidas por cidadãos comuns, mas socialmente engajados, que ao questionarem os modelos individualistas, competitivos e racionalistas expressam as relações de poder envolvidas, criando tensões de desterritorialização no território estabelecido, nas relações de poder e nos saberes dominantes. Uma cartografia que aponta para a dimensão coletiva e para a potência dos *affectos* na produção do território das cidades, ativando fazeres e saberes locais, como dispositivos de produção e compartilhamento de conhecimento.

Muitas vezes invisíveis, visto que, não é de interesse incorporá-las no pensamento e nas ações do planejamento urbano, essas práticas de [des][re]territorialização contribuem na produção da cidade. Elas chamam ao encontro, implicam corpos em atividade, afirmam diferenças, coletividades e singularidades, deflagram e discutem os conflitos, enfrentando as desigualdades, as exclusões sociais e a forma hegemônica de produção e compartilhamento do território urbano. A incidência dessas dinâmicas de apropriação e territorialização *no* - e *a partir do* - espaço urbano tensionam os territórios pré-estabelecidos e os regimes de controle e submissão enunciando outras possibilidades de produção da cidade; convidando à reflexão sobre as diferentes formas de coexistir, em seus inúmeros arranjos, de perceber a realidade e de criar coletivamente o território.

Enquanto táticas de resistência e criação, se fazem ocupando os abandonos e os espaços públicos cada vez mais incorporais, em virtude da violência urbana instaurada e dos cercamentos e privatizações que insistem em aprisionar a cidade. Ações que implicam um movimento de desterritorialização, tanto do território existencial dos corpos, na dimensão da experiência da subjetividade e das relações sociais, quanto do território físico, na forma e na experiência espacial urbana.

Assim, com o intuito de valorizar práticas, saberes e subjetividades não hegemônicos, esta cartografia dos *affectos* segue, também, na perspectiva de um pensamento decolonial analisando os impactos do eurocentrismo e das narrativas universais frutos do processo de colonialidade do saber e do poder (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005[1997]) na sociedade e na produção das cidades, no contexto latino-americano, e indo na busca de alternativas para superar os seus efeitos. A condição da colonialidade, na América (entre os séc. XVI e XVII), trata das formas

de organização, de povos e territórios, que o processo de colonização materializou e que impactou também linguagens, culturas, memórias, saberes e imaginários – as construções simbólicas - das comunidades originárias. Os direitos do colonizador se sobrepõem aos direitos dos colonizados, ou seja, o direito coletivo é negado em prol do direito individual; a lógica do direito à posse da propriedade privada individual é uma expressão dessa condição. Uma concepção de mundo, a partir do próprio imaginário ocidental europeu capitalista, que negou a pluralidade das formas de vida, de organização social e territorial, existentes nos territórios colonizados. Nesse sentido, a colonialidade do poder/saber é o eixo organizador da construção do mundo moderno com impactos sobre as relações econômicas e sociais, a assimetria das relações de poder, as formas territoriais (limites e segregações), e a manutenção de culturas e saberes dos povos originários, de forma hegemônica e global.

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (MIGNOLO, 2005, p. 37-38).

A questão da “etno-racialidade” (MIGNOLO, 2005, p. 37) é uma das engrenagens do mecanismo colonial materializada na escravização dos corpos negros e nos massacres dos povos latinos originários, e base central para a legitimidade do racismo estrutural, da periferização, da subalternidade e das inúmeras formas de violência e discriminação das diferenças no contexto contemporâneo. A “classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*” (QUIJANO, 2005[1997], p. 117) é um dos pilares de “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (ibid.). Uma classificação que tem perdurado até os dias atuais com grande influência na formação das relações sociais, e especialmente associada à naturalização como justificativa das formas de dominação, exploração e hierarquias (espirituais, étnicas, raciais, epistêmicas, de gênero, de sexualidade).

Legitima-se, a partir dessas ideias, a existência dos incluídos e dos excluídos sociais, dos superiores e dos inferiores, dos dominados e dos dominadores, como se esse processo fosse natural. E, nesse âmbito, também se naturalizam as questões de classe, de divisão do trabalho e desigualdade salarial, de desigualdade de acesso a recursos e espaços na cidade, e da discriminação intersexual, de gênero. Os mecanismos dessa colonialidade também se

manifestam e se reproduzem na hegemonia “de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (ibid., p. 121).

Nesse sentido, lançar-se à construção de um pensamento decolonial implica desafiar os discursos dominantes de saber/poder dos mapas tradicionais, a fim de possibilitar a articulação das falas de coletivos na disputa pela linguagem e pela narrativa da história. Compreendendo os mapas como ferramentas importantes nas lutas territoriais e urbanas, propõe-se a construção de uma cartografia insurgente e contra-hegemônica, um ativismo cartográfico. Sempre inacabados e com possibilidade de serem refeitos, em virtude das dinâmicas territoriais que mapeiam, os mapas propostos pretendem funcionar como ferramentas de reconhecimento de grupos e coletividades envolvidos no processo de suas construções, das relações e das articulações que promovem, dos conflitos que geram e enfrentam, das lutas que acionam, de seus diálogos e enunciações. Assim como, das marcas nos corpos e dos *affectos* que produzem a partir das perturbações que promovem às narrativas oficiais sobre a cidade e seus arranjos territoriais. Os registros mapeados e expressos nos mapas desta cartografia, enquanto ferramentas políticas, são transitórios e parciais sobre uma realidade processual e conflitiva.

Tal intento se manifesta na forma como a investigação valoriza as narrativas, as práticas e os saberes dos coletivos analisados, e historicamente silenciados, enfatizando a importância de suas vozes e de suas lutas na construção de saberes sobre a cidade e na produção urbana. A cidade da diferença, que essa tese vê surgir, aciona e incorpora a perspectiva dos corpos e dos grupos subalternizados em suas análises, visto que, tem interesse em compreender quais as demandas e as necessidades que impulsionam suas ações e o que emerge a partir de suas contribuições. Pretende-se olhar e analisar *com e a partir desses* corpos, em contraponto às visões e análises eurocêntricas e hegemônicas, mas reconhecendo as diferentes formas de sociabilidade urbana, os diferentes modos de viver, habitar e produzir a cidade, no contexto latino-americano, através de uma pesquisa, e de um mapeamento, que visa fortalecer os movimentos sociais e territoriais que operam - e os saberes que incorporam - no âmbito dos estudos urbanos, ajudando a repensar o planejamento urbano.

Sobre a produção de mapas cartográficos, alguns encontros fizeram ressonância no corpo da cartografista, durante o percurso da pesquisa, especialmente com os mapas produzidos pelo grupo FADAIAT (2006), os mapas de Rebecca Solnit (2010) e a produção do grupo Iconoclastas (RISLER; ARES, 2013).

O grupo Fadaiat⁷⁸ integra a Associação Cultural BUALA⁷⁹ e se pretende a desenvolver um processo de cartografia participativa que resulta da atuação de coletivos, pesquisadores e ativistas de diversos países que se propõem a promover encontros por lugares de tensão pelo mundo, cartografando e construindo territórios em zonas de conflito. Lugares e territórios que se tornam possíveis porque são cartografados e, assim, ganham visibilidade através de uma prática simbólica da própria experiência dos interlocutores nos locais. O projeto se baseia num tipo de funcionamento cooperativo e em rede, que pretende visibilizar diferentes experiências e temáticas sobre as disputas territoriais no mundo.

O projeto reúne ativistas, movimentos sociais, hackers, migrantes, artistas, cientistas, e outros profissionais e colaboradores, discutindo a liberdade do conhecimento e a liberdade social de movimentos migratórios, relativos às fronteiras, aos campos de detenção de imigrantes, entre outros diversos, atualizando o debate e tensionando a atual sociedade da informação, do consumo, da exploração ambiental e da produção globalizada. Sobre temáticas como narrativas políticas, narrativas de fuga, capital e território, fronteiras e corpos em deslocamento migratório, o projeto FADAIAT se apresenta como um espaço aberto de conexões e trocas de conhecimento acerca dos movimentos sociais contemporâneos. Os mapas constroem situações complexas, atravessadas por multiplicidades de fluxos hegemônicos e contra-hegemônicos, materiais ou imateriais, intensidades e *affectos*. Eles se interessam pelos processos nos territórios que cartografam, em dar reconhecimento aos conflitos geopolíticos e territoriais que investigam.

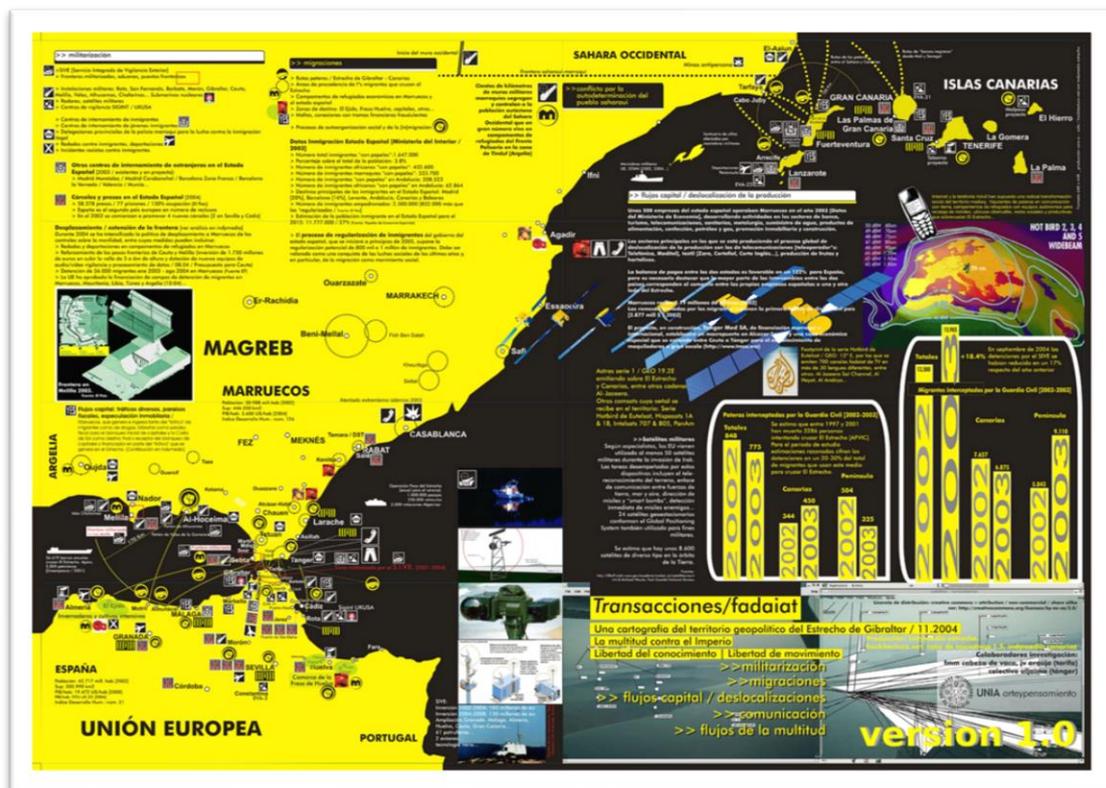
O grupo promove encontros de ação que duram, geralmente, entre três e cinco dias, *in loco*, nos quais realizam debates, ateliês, apresentação de trabalhos, investigações e ações concretas sobre os temas do acontecimento no lugar. Todo o material é disponibilizado através da página do projeto. Cada encontro é singular, pois depende do conflito que estão abordando e do grupo coletivo e voluntário que se formou para aquela ação. Trata-se de um projeto pluridisciplinar, colaborativo e inventivo. Assim, cada mapa tem sua criação própria, e cada experiência é única mesmo que partilhada. A temática funciona como um ponto de partida e não de chegada, a partir da qual as múltiplas reflexões passam a acontecer. Como um laboratório experimental e espaço de debate, aciona e conecta diversas redes e corpos de diferentes lugares.

⁷⁸ Fonte disponível em: <<http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/fadaiat>> Acesso em: mar. 2019.

⁷⁹ BUALA é uma Associação Cultural que mantém um portal editorial digital, transdisciplinar, independente, colaborativo e de acesso livre visando facilitar o acesso a narrativas e produções não hegemônicas, periféricas e decoloniais pelo mundo. O nome remete à palavra de origem quimbundo (Angola) no sentido de bairro ou periferia, valorizando a ideia de comunidade. Fonte disponível em: <<https://www.buala.org/pt/a-nossa-buala>> Acesso em: mar. 2019.

Em uma das experiências do projeto, os mapas produzidos sobre a Cartografia do Estreito de Gibraltar, que teve início em 2004 e durou cerca de um ano, investigou a realidade de conflito geopolítica no território do Estreito de Gibraltar (localizado ao sul da Espanha e noroeste da África). As linhas de investigação-ação principais abordaram: migrações e fronteira; nova composição do trabalho, precarização; e comunicação independente e conhecimento livre. Os resultados geraram dados sobre os fluxos que cruzam a fronteira configurando a região geopolítica do Estreito (militarização, migrações, remanejamento de capitais, comunicação e movimentos sociais) - grafados na face A do mapa (Figura 18). Na outra face (B) do mapa, foram cartografadas as dinâmicas sociais e de resistência (atuais e históricas) existentes no território (as redes de movimentos sociais ativos em ambos os lados da fronteira, e seus projetos políticos de curto e médio prazo) reunindo acontecimentos e alguns conceitos e subjetividades que lhes constituem.

Figura 18 - Cartografia do Estreito de Gibraltar, Face A.



Fonte: Página do Portal BUALA⁸⁰.

⁸⁰ Fonte disponível em: <<http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/fadaiat>> Acesso em: mar. 2019.

A linguagem cartográfica adotada não investe na hierarquia entre os elementos e os fenômenos expressos, assim, corpos, conceitos, acontecimentos passados, em curso e futuros estão num mesmo plano de importância. Trata-se do reconhecimento de que se trata de um mapeamento sobre uma realidade em conflito e em curso, repleta de camadas e sobreposições; e cujos territórios construídos se tornam possíveis porque são cartografados, a partir de uma prática ativa e simbólica que os acompanha atenta às experiências locais – as concretas, as simbólicas, as atuais e as atemporais. A experiência e os mapas produzidos salientam a dimensão emancipadora da cartografia como ferramenta de conhecimento crítico e insurgente. E, no caso do Estreito de Gibraltar, os mapas também se convertem em ferramentas de organização.

Nessa mesma linha de concepção de mapas inventivos, os mapas de SOLNIT (2010), e para quem CADA LUGAR MERECE UM ATLAS, expressam percepções da cartógrafa/autora acerca do território de São Francisco (EUA), de maneira lúdica e criativa. Para Solnit, é difícil apresentar um lugar através de mapas encerrados em limites geográficos e representacionais, visto que entende que os “lugares são recipientes com vazamento”, eles existem sempre de forma relacional e “se referem para além de si mesmos, seja ilha ou continente, e podem ser imaginados em várias escalas, desde o drama de um beco até forças geopolíticas transcontinentais e o clima global” (SOLNIT, 2010, p. vii).

Assim, seus mapas extrapolam a ideia do mapa tradicional, mas se constroem a partir de *affectos* e sensações mesclado com diagnósticos e localidades. Mais do que uma coleta de dados faz uma colheita deles, que não pretendem uma representação exata da paisagem. Portanto, mesmo cartografando pontos, marcos e limites a autora investe na análise das relações e, assim, produz uma realidade, ao mesmo tempo real e fictícia, do lugar Baía de São Francisco.

Na construção do Atlas, a cartógrafa historiadora e a cartógrafa sentimental se atravessam, criam agenciamentos e diálogos entre fatos, lugares e imaginários. A produção contou com o apoio de um coletivo de artistas, escritores, historiadores, cartógrafos, fotógrafos, ecologistas, entre outros, resultando em vinte e dois mapas que extrapolam a imaginação acerca de um lugar. Para cada mapa conceitual são propostas camadas de relação, apresentando habitats de borboletas, *sites* estranhos, assassinatos, estaleiros da Segunda Guerra Mundial, clubes de blues, centros zen budistas, drag queens; percorrendo terrenos políticos, geografias culturais, guerras e muitos outros.

Como o exemplo do mapa “*Cinema City: Muybridge inventing movies, Hitchcock making Vertigo*” (ibid, p. 23-30) que traça dois momentos da história de São Francisco e do cinema – da gênese à apoteose - relacionando a história (1855-1881) da vida e da fundação da Tecnologia de

Filmagem de Eadweard Muybridge (precursor do cinema) com as filmagens do filme *Vertigo* de Alfred Hitchcock (1957). E, o mapa “*Death and beauty: all of 2008’s ninety-nine murders, some of 2009’s monterey cypresses*” (ibid., p. 109-114-50) a justaposição se dá entre a localização de assassinatos em San Francisco em 2008 com a localização em 2009 dos ciprestes históricos da cidade.

Em “*Monarchs and Queens: butterfly habitats and queer public Spaces*” (ibid., p. 45-50), o mapa localiza a migração das borboletas na cidade relacionando à cultura *queer* localizando bares, clubes, salas de reuniões e outros lugares importantes para a história da libertação homossexual e do movimento *queer* (Figura 19).

Figura 19 - *Monarchs and Queens: butterfly habitats and queer public spaces*.



Fonte: (SOLNIT, 2010, p. 46-47).

A obra afirma as infinitas possibilidades de leitura sobre uma cidade, e ainda, a sua complexidade enquanto meio de expressão e reprodução social. “Uma cidade é um tipo particular de lugar” (idid., p. vii) e apresenta muitos mundos em um só lugar, num cruzamento

infinito de vidas e histórias. Ler ou mapear uma cidade implica diferentes perspectivas e interesses, e sempre será apenas um fragmento, um recorte, das possibilidades de leitura ou mapeamento existentes.

Os mapas, acompanhados de desenhos e escritos, relacionam história e contemporaneidade, e, apesar de propor justaposições de temáticas não encerram as possibilidades de leitura acerca dos lugares que cartografa. Ao contrário, eles abrem à imaginação do leitor para pensar a história de São Francisco e as inúmeras correlações implicadas na produção de sua realidade. Assim, paisagens e fenômenos urbanos se cruzam e temas como gentrificação, transporte, consumo, gênero, classes sociais, política, economia, ativismo, religião, entre outras, são abordadas e tensionadas de maneira criativa, sensível e colorida.

A autora mapeia o que vê, misturado ao que recorda e ao que a colheita de dados e entrevistas lhe apresentou, e, assim, contempla algumas subjetividades implicadas no contexto sócio-territorial da cidade peninsular de São Francisco. Propõe ensaios de mapas, mapas abertos, que chamam à interação e à criação de outras relações, de outras realidades, e que não se findam ou pretendem representar uma paisagem, mas germinar as possibilidades de outras invenções. O atlas é como um passeio inventivo por lugares reais e fictícios, de qualquer forma, produzem uma realidade, ou melhor, uma multiplicidade delas.

Também a produção dos Iconoclastas merece atenção aqui. A dupla argentina formada pela cientista social Julia Risler e pelo artista gráfico Pablo Ares, deu início a uma parceria de trabalho em rede colaborativa em 2006. As ações do grupo têm investido na produção coletiva de ferramentas cartográficas e oficinas de mapeamento coletivo que envolvem processos de investigação territorial colaborativa com a intenção de estimular a reflexão crítica sobre práticas de resistência e de transformação social. Por meio de intervenções urbanas e do design gráfico pretendem criar novas histórias e narrativas territoriais.

As atividades realizadas pelo grupo se desdobram em três dimensões principais de práticas e saberes. A dimensão artística, que se refere às poéticas de produção e dos dispositivos gráficos; a dimensão política, no que tange uma prática de ativismo territorial e de deriva institucional; e a dimensão acadêmica por meio da construção de pedagogias críticas e da investigação participativa. Desde 2008, têm desenvolvido, de maneira contínua, oficinas de mapeamento coletivo em diversos lugares do mundo, especialmente latino-americanos, tratando sobre temas como corporalidades, movimentos sociais, culturais e ambientais, questões de gênero e feminismo, trabalho, experiência dos deficientes físicos, experiências de bairros e

periferias, entre outros diversos assuntos e problemáticas sociourbanas que são visibilizados em suas cartografias sociais.

O método fomenta a percepção e análises críticas acerca dos territórios mapeados potencializando os processos de subjetivação e a produção de sentidos coletivos. Os materiais produzidos (Figura 20) resultam da troca de saberes e conhecimentos dos participantes envolvidos nas experiências das oficinas e dos cursos realizados.

Figura 20 - *Cuerpo-Territorio*⁸¹, 2021 (esquerda); *Personas con discapacidad em Bolivia*⁸², 2022 (direita).



Fonte: Página do grupo Iconoclastas⁸³.

⁸¹ - Mapa e esquema corporal que revela os impactos na saúde das comunidades em diferentes regiões sul-americanas pela instalação de projetos da indústria extrativa, resultante do processo investigativo realizado na oficina de formação online durante o Curso "Introducción al análisis de los procesos de salud en contextos de extractivismo", organizado por INSSA com apoio da Fundación Rosa Luxemburgo, em 2020.

⁸² Cartografía desenvolvida na oficina "Corpólisemias" junto ao programa Jiwasa do Centro Cultural da Espanha em La Paz (Bolívia) com o objetivo de criar espaços de aprendizagem em relação às deficiências. Participaram 20 pessoas de diversas áreas ligadas à deficiência e de diferentes locais do país, em 2022.

⁸³ Fonte disponível em: <<http://www.iconoclastas.net>>. Acesso em: jan. 2023.

As referências e as influências do grupo são nutridas pelas próprias experimentações dos integrantes ao longo dos anos e, ainda, pela “psicogeografia situacionista, as geografias críticas, as pedagogias populares de Freire, a pesquisa-ação participativa de Fals Borda, as epistemologias críticas e feministas, a tradição de práticas de montagem e de redes de movimentos sociais”⁸⁴.

A publicação do livro “Manual de mapeamento coletivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa” (2013) em conjunto com a atualização contínua da plataforma digital, desde 2006, contribuem para sistematizar e compartilhar livremente as metodologias cartográficas, os mapas e diagramas criados, as intervenções urbanas e as oficinas realizadas, as dinâmicas e os recursos experimentados. A proposta partilhar as ações e a forma autogerida como desenvolvem os processos de investigação colaborativa nos territórios por meio das oficinas, dos exercícios, dos debates e das intervenções que realizam nos mapeamentos coletivos.

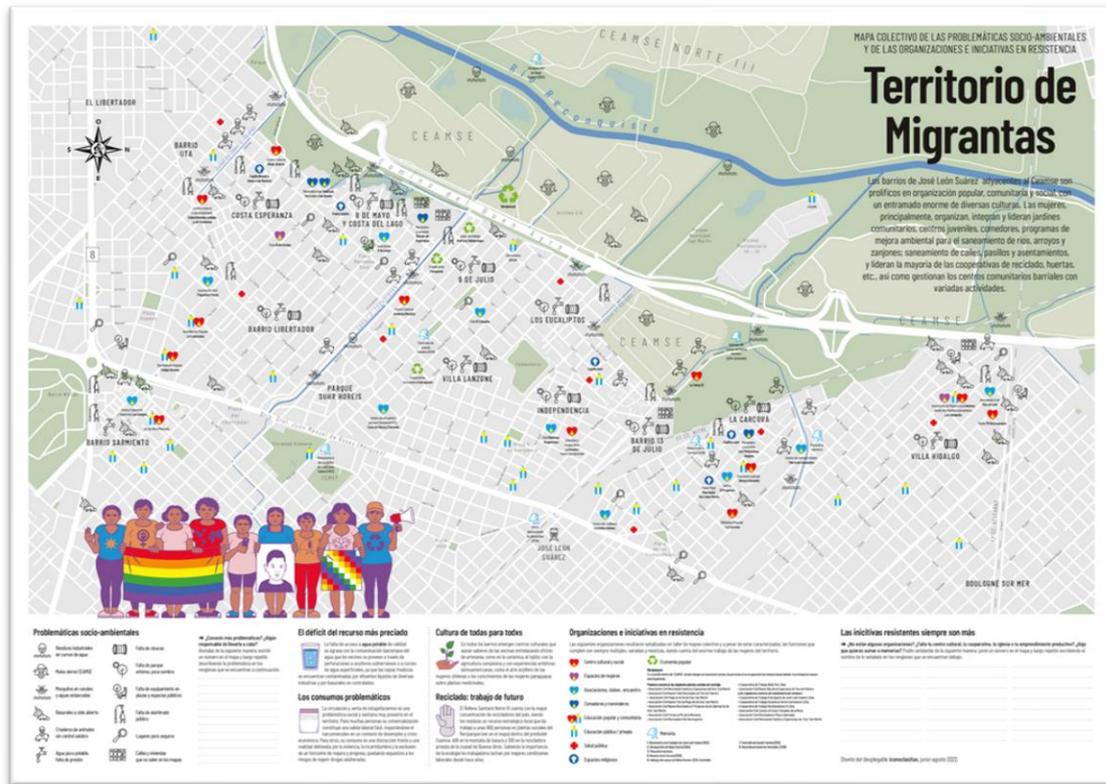
Nas palavras dos autores, Iconoclastas é “como um laboratório de comunicação social a partir do qual se produzem objetos gráficos (posters, publicações, cartografias, etc.) e intervenções urbanas”⁸⁵. Diante da multiplicidade de atores e cenários envolvidos em cada experimentação, os suportes visuais – mapas – “derivam de uma trama política e afetiva” incorporadas às “máquinas pensantes” das oficinas – coleção de diagramas situacionistas e gráficos que orientam as reflexões.

O recorte territorial, como é o caso do mapa *Território de Migrantas* (Figura 21) é sempre definido em conjunto com o grupo partícipe de cada projeto. Juntos definem o que, onde, por que e com quem vão mapear. Os recortes territoriais podem ser em escala micro (uma instituição, um conjunto de quarteirões de um bairro, um movimento social), intermediários (uma cidade) ou mais amplos (uma região, um fenômeno em escala mundial). Definidas as categorias temáticas e os objetivos, passam a conceber dispositivos gráficos e lúdicos, iconografias, acerca dos problemas territoriais e as alternativas transformadoras encontradas e/ou criadas, a fim de sintetizar e organizar os elementos e os processos envolvidos.

⁸⁴ Texto original em espanhol, traduzido para o português, retirado da postagem “*Dispositivos de investigación colaborativa, mapeo colectivo itinerante, cartografias críticas y recursos pedagógicos para uso comunitário*”. Fonte disponível em: <<https://iconoclastas.net/nosotros/>> Acesso em: jan. 2023.

⁸⁵ Ibid.

Figura 21 - *Territorio de Migrantas*⁸⁶, 2022.



Fonte: Página do grupo Iconoclastas.

O método permite traçar o território físico ou conceitual em investigação, e partem de uma questão central e desencadeadora à qual são elaboradas perguntas como: “Coloco a minha própria prática ou uma instância específica de poder no centro? Quais são seus modos de operação e articulações? Que ligações o centro estabelece com outras áreas do território? Como são constituídas as fronteiras? O que acontece em áreas dissidentes do núcleo? Funcionam como compartimentos estanques ou sofrem modificações baseadas em um sistema de fluxo? Os movimentos são para trabalho, estudo ou lazer? Afetivo ou material?”⁸⁷

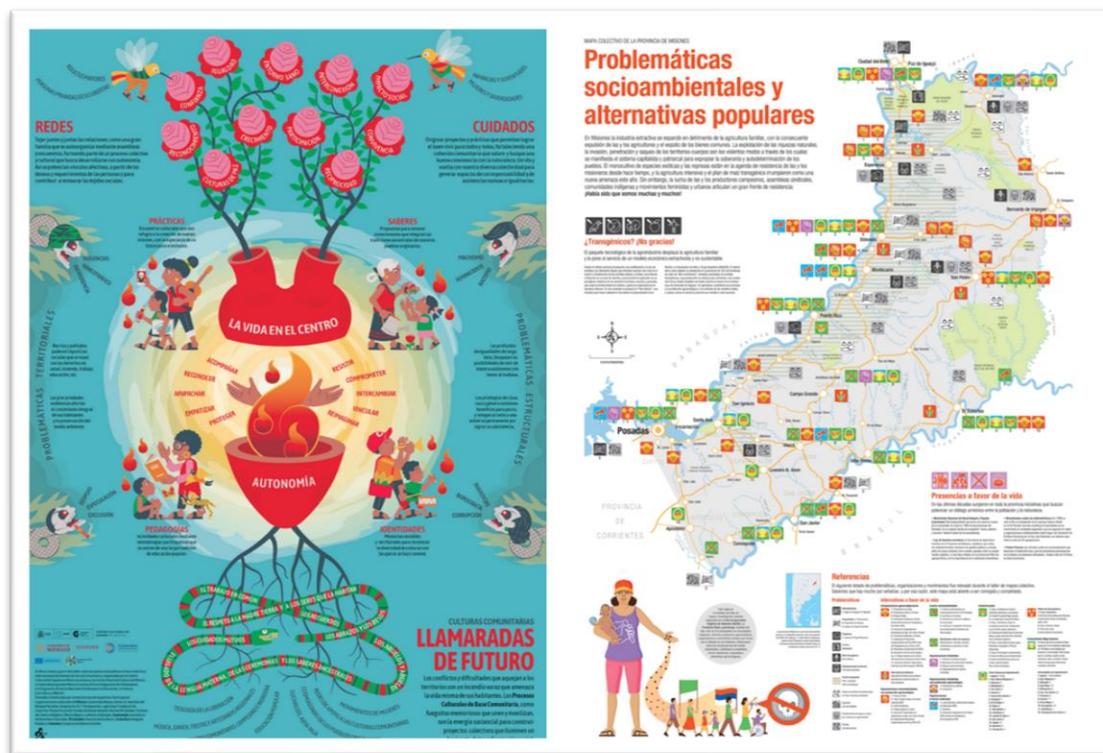
Os mapas produzidos (Figura 22) se tornam histórias gráficas e potentes ferramentas de comunicação, tanto para os participantes quanto para os futuros leitores, e contemplam as

⁸⁶ Cartografia coletiva desenvolvida durante a oficina presencial “*Mujeres del Reconquista*” que mapeou e pesquisou de forma colaborativa os problemas socioambientais, as redes de cuidado e a transformação territorial, no âmbito do Diploma UNSAM de Meio Ambiente e Gênero, em Buenos Aires, 2022, e que contou com a participação de 50 mulheres do território formado por bairros adjacentes à CEAMSE (*Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado*) - empresa pública dedicada ao cuidado do meio ambiente em Buenos Aires - organizado por *Migrantas en el Reconquista*.

⁸⁷ Texto original em espanhol, traduzido para o português, retirado da postagem “*Diagramas situacionales*”, publicada em maio/2020. Fonte disponível em: <<https://iconoclastas.net/decolonizar-deconstruir-decodificar-2019/>> Acesso em: jan. 2023.

muitas divergências e disputas, visto que se empenham em apresentar panoramas sínteses de processos e fenômenos de uma realidade em funcionamento.

Figura 22 – Culturas Comunitarias⁸⁸, 2022 (esquerda); Misiones⁸⁹, 2019 (direita)



Fonte: Página do grupo Iconoclasistas⁹⁰.

O exercício potencializa análises interseccionais e interdisciplinares, buscando sempre entrelaçar e relacionar diferentes categorias como raça, gênero, classe e sexualidade complexificando as temáticas. Outras questões desencadeadoras podem ser: “Quem são os sujeitos legítimos com vozes de autoridade? Onde estão os portadores de um conhecimento ignorado ou subvalorizado? Como está organizada esta escala de legitimidade? Que ligações e movimentos ocorrem entre si? Que conhecimentos possuem (acadêmico, sindical,

⁸⁸ Mapa fruto da oficina *online* sobre a ativação de “máquinas de pensamento sentimental” realizado no Fórum Internacional de Inovação Social Comunitária, organizado pelo Centro Cultural da Espanha no México, que buscou reconhecer iniciativas comunitárias criadas em contextos adversos capazes de construir práticas inovadoras em múltiplas dimensões e naturezas (cultural, social, produtiva, ambiental, comunicação social e habitat), 2022.

⁸⁹ Mapa da província das Missões (Argentina) apresentando as redes e os projetos de agricultura familiar e agroecologia em disputa à lógica do modelo extrativista. Realizado a partir de uma oficina de mapeio coletivo em Eldorado, com cerca de 50 membros de comunidades originárias, técnicos, investigadores, guardiões de semente, agricultores orgânicos, organizações e movimentos sociais, organizado pela *Red de Agricultora Orgánica de Misiones (RAOM)* e apoio da *Fundación Rosa Luxemburgo*, em 2019.

⁹⁰ Fonte disponível em: <<https://iconoclasistas.net/cartografias/>>. Acesso em: jan. 2023.

“pertencimento social”, ancestral, identitário, etc.)?”⁹¹. Ao fim, os esquemas refletem um panorama síntese que permite analisar certo processo ou criar planejamentos futuros.

A produção de mapas, diagramas e analogramas (Figura 23) objetivam envolver os participantes nas temáticas, gerando pensamento, reflexões e análises críticas. A mapoteca, os recursos criativos, as dinâmicas e as ferramentas utilizadas, e compartilhados pelo grupo, funcionam como dispositivos múltiplos que se articulam promovendo espaços de socialização e debates, assim como, contribuem à ampliação do reconhecimento das metodologias de pesquisas participativas como formas ampliadas de compreensão, reflexão e leitura das diversas camadas que compõem a realidade urbana - histórica, subjetiva e coletiva. Assim, concebem os mapeamentos como práticas ativas de reflexão, ou seja, como ferramentas facilitadoras do processo de abordagem e problematização de territórios sociais – geográficos e subjetivos, tanto quanto dispositivos acionadores de alternativas emancipatórias de mudança e [re]apropriação por parte das comunidades.

Figura 23 - Analogramas⁹².



Fonte: Página do grupo Iconoclastas⁹³.

O método empregado pelo grupo constitui formas de narrar histórias coletivas em torno de um tema comum a todos os participantes, sem homogeneizar diversidades e singularidades, mas tornando visível os dissensos e os consensos presentes em cada território mapeado. Os mapas apenas mostram “um “instantâneo” do momento em que foi realizado, mas não substitui totalmente uma realidade territorial sempre problemática e complexa”⁹⁴. Eles funcionam como

⁹¹ Ibid.

⁹² Diagramas situacionais produzidos em oficinas *online*, realizadas pelo grupo Iconoclastas durante a pandemia do Covid-19, como ferramentas de reflexão crítica sobre diversos temas e territórios, 2021 (esquerda) e 2022 (direita).

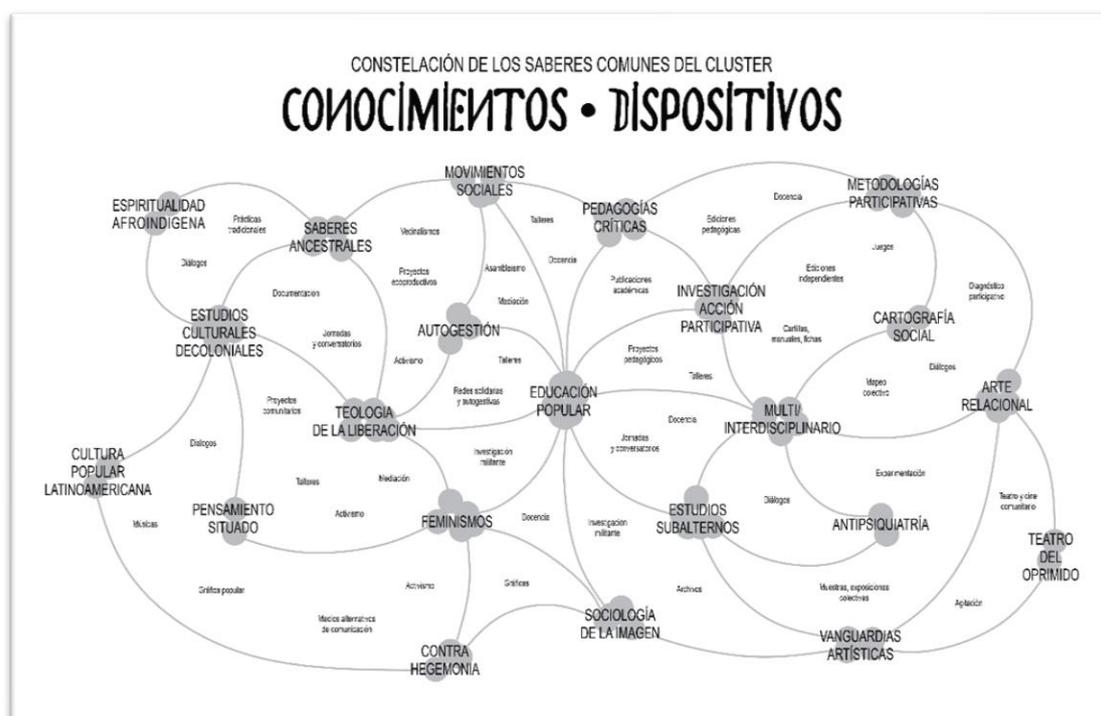
⁹³ Fonte disponível em: < <https://iconoclastas.net/cadena-de-analogias/> Acesso em: jan. 2023.

⁹⁴ Texto original em espanhol, traduzido para o português, retirado da postagem “Manual de mapeo”, 30 de maio de 2020. Fonte disponível em: <<https://iconoclastas.net/4322-2/>> Acesso em: jan. 2023.

“uma dinâmica através da qual construímos e promovemos a difusão de novos paradigmas de interpretação da realidade. [Como] uma forma de produzir território”⁹⁵.

Trata-se da produção de uma constelação de saberes, experiências e territórios em conjunto com os dispositivos e as forças das relações que tecem entre si, mapeando subjetividades, enunciados e concretudes a fim de corporificar e singularizar a realidade investigada (Figura 24).

Figura 24 - Constelación de los saberes comunes del cluster⁹⁶, 2018.



Fonte: Página do grupo Iconoclasistas⁹⁷.

Provocativos, inventivos e singulares, os mapas de Rebecca Solnit, dos grupos FADAIAT e Iconoclasistas realizam a existência de mapas infinitos acerca de um território, que dependem do tipo de olho, do tipo de lente utilizada na construção e na leitura dele, e, nesse sentido, expandem a própria noção de território afirmando o seu caráter processual. Eles demonstram que não existe apenas uma realidade ou uma verdade acerca dos lugares e, portanto, conversam mais com a noção de expressão de um lugar do que a tentativa de representação dele. Os lugares e as cidades

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Diagrama (dispositivo gráfico) que integra a peça gráfica de pensamento coletivo resultante da oficina “*Máquinas de sentipensar*” durante encontro com educadores populares realizado pelo grupo Iconoclasistas e organizado pela Escola *Otra Hoja* de Ruta (em Bogotá, Colômbia), 2018.

⁹⁷ Fonte disponível em: <<https://iconoclasistas.net/portfolio-item/fucsia/>>. Acesso em: jan. 2023.

são um conjunto interativo de forças, subjetividades, conexões e relações de possíveis. Como descreve Rebecca "San Francisco tem oitocentos mil habitantes, mais ou menos e cada um deles possui o seu próprio mapa do lugar, um mundo de amabilidades, amores, trilhas de trânsito, recursos e perigos, irradiando de casa" (SOLNIT, 2010, p. 3). É a interação de forças, as linhas que ora fogem ora cruzam o território, os jogos de poder e as relações sociais que estão a ser mapeados.

Os mapas e os diagramas apresentados dialogam e auxiliam na construção da proposta desta cartografia dos *affectos* que visa mapear fragmentos de uma realidade, tecendo relações de uma história do presente, na qual passado, presente e futuro são entrelaçados e permeados de outros tantos agenciamentos e territórios existenciais que seria impossível representá-los.

Lançar-se numa experiência de cartografar o território urbano, a partir dessas perspectivas, implica acompanhar processos em transformação da sociedade e da realidade em que se faz a investigação. Para tanto, necessita um olhar sempre crítico e profundos mergulhos pelas diferentes narrativas que se apresentam. Implica, também, colocar-se, com todo o corpo vibrátil, em experimentação com os corpos e os acontecimentos que a cartografista vai encontrando. Uma pesquisa é sempre singular, portanto, de maneira heterogênea, e como um antropófago (KASTRUP et.al., 2010), que devora a teoria desde sempre, esse corpo cartografista se jogou às experiências com os territórios que investiga e os *affectos* que podem lhe causar. Um corpo que quer agenciar teoria e prática, quer ir às ruas, habitar os territórios, ocupar, escrever, quer experimentar o encontro com outros corpos dispostos ao diálogo.

Desde o início da investigação a cartografista observou, coletou e agenciou os elementos imbricados no processo de formação dessa realidade contemporânea em relação às ocupações urbanas. O foco se manteve nas relações que se estabelecem entre o movimento das ocupas e a produção do território urbano, analisando a lógica que segue (e as rupturas) no processo de produção de territórios e subjetividades; atentando às potências dos corpos e às redes que formam. Desde o princípio produziu mapas e diagramas, do pensamento, dos *affectos* e das intensidades que perpassavam seu o corpo, a fim de sintetizar a constelação de ideias que surgiam nos encontros com os territórios-ocupa que experimentou e com o referencial teórico dos autores que se propôs dialogar e pensar.

E, visto que o seu pensamento não para de pensar, seguiu fazendo perguntas, observando, rabiscando e se debruçando em blocos e mais blocos de notas – seus diários nessa viagem cartográfica. Sobre um dos mapas (Figura 25) a cartografista lança a pergunta: O que pode um corpo, ou um coletivo de corpos, na cidade contemporânea, atravessado pelos modos de

subjetivação produzidos a partir do encontro com acontecimentos urbanos e ações micropolíticas ativas de resistência capazes de acionar fissuras no sistema dominante e *affectar* os corpos no sentido de produzir modos de subjetivação singulares?

Figura 25 - Mapa cartográfico “O que pode o corpo nessa contemporaneidade?”



Fonte: Elaboração da autora, 2018.

O mapa propõe um desvio no olhar, para as ações e táticas corporais que se fazem como práticas do lugar, agenciando corpo, cidade e diferenças, criando linhas moleculares – linhas de fuga - no sistema molar macropolítico, questionando o planejamento urbano, as estratégias e as relações de poder sobre o território. Em meio a esse contexto neoliberal e homogeneizador, que produz o medo como *affecto* primeiro, o consumo como prática do desejo, a espacialidade fragmentada das cidades e os modos de subjetivação de controle, submissão e assujeitamento. O mapa também acionou novas perguntas e reflexões à investigação, criou a necessidade de chamar outros autores e conceitos à discussão teórica e indicou um dos principais desafios da pesquisa: como capturar *affectos* e subjetividades espacializados?

Não se sabe o que podem os *affectos* provocar a priori, portanto, investir numa cartografia na perspectiva dos *affectos* requer explorar uma zona do desconhecido, mas também uma zona

de possíveis. E, como estão na dimensão do imaterial, investigar a produção dos *affectos* implica atentar à produção de símbolos, códigos, imagens, informações, ideias, narrativas e corporeidades. Investigar a materialidade dos *affectos*, como se expressam e se espacializam, é colocar a dimensão corporal como problemática central e um desvio crítico na forma de perceber o mundo.

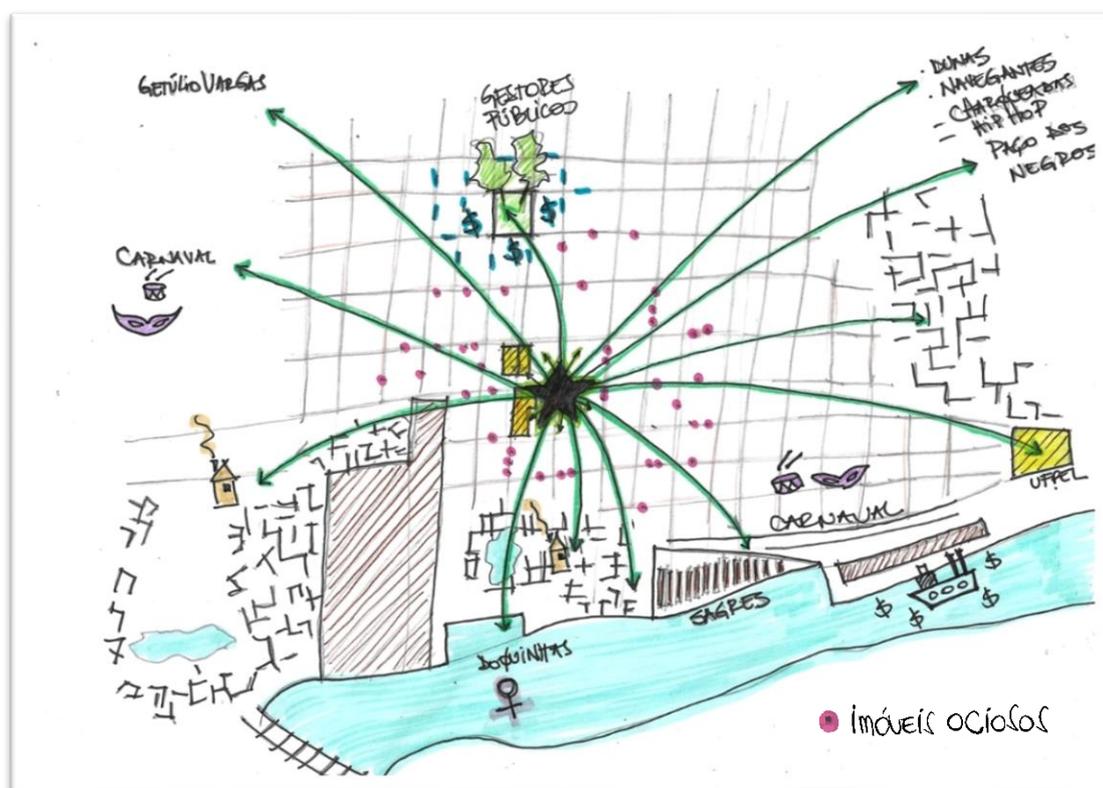
A cartografista tem uma marca, ela olha com curiosidade o que observa, se joga de corpo inteiro e não teme os desafios. Assim, se lançou nessa investigação sem regras prévias, considerando que o método se ajustaria às singularidades da pesquisa e do território investigado, construído ao longo do caminho, e que o rigor científico se apresenta no valor de seus resultados e no conhecimento que for capaz de produzir – pois reconhece o caráter ético e político com os quais traça sua vida, suas relações e o seu fazer acadêmico. No entanto, o percurso trilhado para a construção desta tese iniciou com um pequeno roteiro com vistas a cartografar os modos de subjetivação anticapitalísticos, a partir do encontro entre corpo, cidade e micropolíticas ativas enunciadoras, e o processo de desterritorialização que promovem no contexto urbano da cidade de Pelotas/RS.

De início pretendia acompanhar três fenômenos urbanos insurgentes, ocupações urbanas, feiras/eventos culturais e escritos urbanos na cidade de Pelotas/RS. No entanto, durante o caminho, as feiras/eventos e os escritos urbanos foram perdendo força com relação aos *affectos* produzidos no corpo da cartógrafa. Acerca dos escritos urbanos, na fase de qualificação do projeto da tese, percebeu que a temática já havia sido bastante explorada em sua dissertação de mestrado (HYPOLITO, 2015) e, nos encontros que reestabeleceu com a presença deles no cenário atual da cidade de Pelotas/RS, não tiveram força a ponto de serem retomados com vistas de uma nova análise. Com relação às feiras e aos eventos culturais investiu um pouco mais de tempo, chegou a começar um mapeamento e uma pequena colheita de dados⁹⁸ acompanhando as

⁹⁸ São exemplos desses eventos: feiras gastronômicas, feiras de artesanatos, mostras de cinema, feiras literárias, eventos musicais e teatrais, entre outros. Muitas vezes os eventos reúnem uma multiplicidade de categorias na mesma edição (música, artesanato, gastronomia, etc.). As principais questões que a cartografia inicial anotou nos encontros com as feiras/eventos culturais na cidade de Pelotas/RS foram: a) são ações coletivas de uso e apropriação do espaço público que agenciam diferenças e singularidades, potencializando práticas de sociabilidade e a criação de outras territorialidades espacializadas na cidade; b) promoção de encontro de pessoas, diálogo, valorização da diversidade, dos saberes e da produção artística e cultural da comunidade local; c) incidência sobre o território físico/controlado ressaltando a ocupação do espaço público, numa espécie de construção ou reapropriação do que é (ou deveria ser) por direito público, questionando a esfera público-privado, o regime de privatização, o encolhimento do 'público' e o empobrecimento da experiência corporal urbana; d) organização por redes colaborativas; e) autogestão e sustentabilidade; f) questionamento das racionalidades do capitalismo e das estratégias neoliberais do mercado sobre as práticas econômicas e sobre a produção e o uso do território urbano; g) acionamento de formas criativas de economia, contrárias à exacerbação do consumo, do novo pelo novo; h) ocupação temporária de praças, viadutos, ruas, calçadas e outros espaços públicos por meio de corpos ativos e políticos dispostos ao imprevisto e ao encontro; i) criação de espaços agregadores e enunciadores; j) práticas que questionam os discursos institucionalizados, os modos

atividades e seus agentes na cidade. No entanto, durante o processo, ao se aproximar e habitar o território que investigava, que acarretou investir caminhadas pelas ruas, praças e espaços públicos, conversas com agentes culturais, feirantes e usuários, e num re-conhecimento da cidade que a cartografista vive e convive desde a infância, um território em especial lhe *afectou*, movimentou toda a sua estrutura existencial, e não parou mais de *afectar*. Algo aconteceu quando o corpo da cartografista adentrou, novamente, o território-casa-centro cultural Canto de Conexão (Figura 26) num dia qualquer.

Figura 26 - Mapa cartográfico “Canto de Conexão - Conecta e Expande”



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A temática das ocupações urbanas, da problemática da moradia, da propriedade privada e dos abandonos urbanos, tomou corpo e passou a direcionar a pesquisa-intervenção no caminho de uma investigação que possibilitasse perceber “o que enunciam os *afectos* produzidos pelos agentes da Canto de Conexão e suas ações?”; “quais modos de subjetivação singulares

de subjetivação subjetivantes de assujeitamento, afirmando as alianças e o exercício da liberdade coletiva; k) dão voz a algumas invisibilidades quando as atividades culturais congregam outros movimentos sociais, agentes e coletivos.

produzem?"; "como *affectam* a produção do território urbano contemporâneo na cidade de Pelotas/RS"; e "que cidade emerge a partir de suas práticas?"

Para tanto, a pesquisa investiu num arsenal teórico transdisciplinar - que compreende obras e autores das áreas da geografia, da psicanálise, do urbanismo, da arquitetura, dos estudos sociais, da filosofia, da educação e das artes - e foi na busca de referencial teórico e empírico sobre o tema das ocupações urbanas – filmes, artigos científicos, visitas e encontros em ocupações urbanas, eventos, congressos acadêmicos - capazes de responder aos problemas levantados na pesquisa, sustentar o caminho da escrita, as análises propostas e os resultados obtidos.

Com relação à metodologia empregada na etapa da empiria, a tarefa primeira foi a de se aproximar e acompanhar a vida na ocupação Canto de Conexão e seus moradores, mapeando a história, as transformações promovidas, as relações com a cidade, os movimentos e as ações do coletivo atuando na cidade, na casa e nos lugares onde incidem (se refletem) suas práticas. Em seguida, através dos encontros, entrevistas e conversas que realizou, cartografou os relatos a fim de capturar o movimento em si, os *affectos* e os modos de subjetivação implicados no processo e no território que acompanhou. Durante a investigação foi produzindo fotos, vídeos, esquemas, mapas e diagramas rizomáticos e imagéticos contemplando as transformações e os *affectos* apreendidos no encontro – e nas relações tecidas - com as ações do coletivo e da ocupa. Ao fim, selecionou e organizou o material da colheita dos dados, dos enunciados dos agentes da ocupa e parceiros, do referencial teórico e dos seus blocos de notas, a fim de criar algumas categorias possíveis de análise.

De forma alguma esta cartografia pretende a produção de mapas e análises representativas de uma realidade absoluta, mas como expressões dos fragmentos de uma realidade processual no campo da vida comum e cotidiana da cidade de Pelotas/RS na relação com o agenciamento territorial promovido pela presença e pelas ações da ocupa Canto de Conexão no contexto atual. E, que, ao serem mapeados e registrados ganham reconhecimento e visibilidade enquanto práticas urbanas que insistem em resistir e [des]territorializar o modelo da cidade formal e mercantilizada. Práticas corporais e coletivas que, ao ocuparem espaços ociosos e abandonados, territorializam subjetividades e reativam a função social dos imóveis fazendo emergir uma cidade da diferença movida pelo *affecto*.

3.3 Dando língua aos *afectos* que pedem passagem no encontro com as Ocupas

Durante o processo desse doutoramento, diversos foram os encontros tecidos com coletivos e ocupas durante as andanças percorridas por este corpo cartografista. Andanças atravessadas e atravancadas por uma série de questões que tanto dificultaram como criaram formas alternativas de cartografar e pesquisar. A dificuldade de manter o ritmo produtivo e a alegria em meio às tensões políticas enfrentadas no Brasil após a eleição, em 2018, que promoveu, aos poucos, o desmonte de uma série de conquistas políticas e sociais, somadas à crise sanitária da pandemia do covid-19, que mais do que nunca deixaram à mostra as tecnologias de poder dominantes da necro e da psicopolítica, desencadearam no corpo desta cartografista um estado de sufocamento e adoecimento psíquico. Uma das marcas características da cartografista é justamente a de um ser andarilha, que habita as ruas, disposta à experiência dos encontros e dos *afectos* que a cidade lhe oferece.

Ver-se numa situação de recolhimento e quarentena, enclausurada em casa, provocou, neste pequeno corpo, *afectos* tristes, tais quais aqueles que se produzem nos maus encontros do pensamento espinozista. Frente ao mau encontro, com a morte rondando por todos os lados, a necessidade do recolhimento, o medo do outro, o medo de sair às ruas, de encontrar seus parceiros e de se colocar de corpo inteiro no território que apostou pesquisar, acompanhando o mundo em colapso pelas telas da TV e do computador, o processo criativo da cartografista se tornou bastante doloroso. Um corpo que sentiu na pele e nas entranhas suas potências de ser e de agir desmoronarem.

No conforto de seu lar, amparada por sua rede de amigos e familiares, pelas telas acompanhava as notícias, revoltada com a situação das milhares de pessoas sem casa para se protegerem e o descaso dos poderes públicos com aquela realidade. Em junho de 2020, 3 meses após o decreto de enfrentamento da pandemia na cidade de Pelotas, em meio a *lock downs* e à crise sanitária e humanitária, uma matéria de jornal, pasmem! “Em Pelotas (RS), despejo deixa 63 famílias desalojadas em plena pandemia da covid-19”⁹⁹. Ao lado do presídio da cidade, as famílias ocupavam um terreno baldio, havia seis meses, em casas improvisadas com restos de madeira e materiais de construção. O terreno, propriedade de uma família de antigo renome na cidade “família Simões Lopes”, estava abandonado há anos, mas o Ministério Público avaliou que a

⁹⁹ Matéria publicada no site do Jornal Brasil de Fato, por Walmaro Paz, em 23 de junho de 2020. Fonte disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/23/em-pelotas-rs-despejo-deixa-63-familias-desalojadas-em-plena-pandemia-da-covid-19>> Acesso em: jun. 2020.

retirada dos moradores era urgente. Assim, num amanhecer frio, várias viaturas da tropa de choque da Polícia, acompanhados de seguranças particulares dos proprietários, removeram as famílias e destruíram seus barracos (Figura 27).

Figura 27 – Imagens Manifestação de protesto das famílias da Ocupação Nova Coruja durante negociação pela permanência no local (acima); Chegada dos policiais e cumprimento da determinação da reintegração de posse da propriedade (embaixo esquerda); Barracos e casebres destruídos após a reintegração (embaixo direita). Pelotas/RS, 2020.



Fonte: Página do Jornal Brasil de Fato¹⁰⁰.

Desassistidas de qualquer direito civil e sujeitas ao contágio do vírus, as famílias se dirigiram para casas de parentes e outras foram alojadas, provisoriamente, nas dependências do Colégio Municipal Pelotense. O caso da Vila Nova Coruja manifesta uma realidade vivida em diversas outras cidades do Brasil naquele ano, e gerou mobilizações por parte da sociedade civil, lideranças de movimentos sociais e representantes institucionais dos Direitos Humanos, culminando num acordo com a corregedoria do Tribunal de Justiça para a suspensão das ações de despejo durante a pandemia. A promulgação do decreto-lei 14.216, de 2021, suspendeu os despejos forçados e a desocupação de imóveis urbanos ou rurais - pelo não pagamento de

¹⁰⁰ Ibid.

aluguel ou ocupados até 30 de março de 2021 - até o fim daquele ano, mas necessitou de prorrogações, com término em março de 2023.

Frente a tantas desumanidades, a cartografista sentiu que não podia permanecer parada. O agravamento da condição urbana e social de seu país, pela pandemia, apenas reforçou a necessidade de seguir sua pesquisa, e a partir do seu lugar, contribuir na construção de uma realidade um tanto mais justa.

Aos poucos foi investindo na sua saúde mental, aos poucos foi se desligando das notícias, aos poucos foi retomando a vida e a pesquisa. Mesmo frustrada pelo tanto que não conseguiu fazer, pelos territórios que não conseguiu estar de corpo todo, tomou fôlego e seguiu. Criou alternativas, videochamadas, encontros com distanciamentos, máscaras e álcool em gel. Por vezes, escolhia as noites para caminhar e observar a cidade [des]ocupada. E conseguiu, ao seu jeito, habitar os territórios e reconstituir-se junto com eles. Assumir falhas e dificuldades numa tese de doutorado não é tarefa fácil. Trata de um despir-se dos egos e das vaidades, um acolher-se para retomar potência, pois sabe que tem algo a dizer. Sabe que a tese não se encerra nesta escrita, que ela é também um processo e pode gerar frutos, ela pode indicar pistas possíveis sobre o fazer/pensar urbano nessa contemporaneidade.

Quando retornou ao território da tese, encontrou o fio ainda possível de alinhar, e ao se reaproximar da Ocupa Canto de Conexão percebeu que ela sobrevivia, seu território continuava em fluxo, e assim, a cartografista retoma o propósito da investigação. Disposta a coletivizar, volta ao campo do objeto e o encontra ainda disponível. Por nunca ter deslocado o pensamento da temática acerca das ocupações urbanas, retoma seus diários de campo e começa a alinhar as teorias já desenvolvidas com a empiria ainda em curso. Numa costura entre lá e cá, por meio de uma cartografia meio às avessas, se joga novamente à experiência do encontro com as ocupas e dessa escrita, e convida o leitor a ir junto.

O processo de cartografia das ocupações urbanas teve início em 2017, ano em que a cartografista teve contato com algumas ocupas na cidade de Porto Alegre/RS. Durante o percurso investigativo teve a oportunidade de conhecer ao menos cinco ocupas. Dentre elas a 20 de Novembro, a Baronesa, a Kaliça, a Mirabal, a Ksa Rosa, e a Utopia e Luta; cada qual manifesta suas singularidades e características próprias com relação ao local ocupado e aos movimentos sociais que as inaugurou. Mesmo diferentes entre si, o principal traço comum evidenciado entre elas é o da luta em coletividade por moradia digna, pelo direito de uso e acesso à cidade, e pelo reconhecimento das ações sociais que desempenham, dos seus diferentes modos de viver e da contribuição na construção do território urbano.

O primeiro encontro se deu com a Ocupação Casa de Referência Mulheres Mirabal que ocupava um prédio azul de três andares na Rua Duque de Caxias nº 380, no centro da capital. Na época a casa acolhia cerca de 30 pessoas, mulheres em situação de vulnerabilidade social ou vítimas de violência doméstica, na maioria negras com mais de 25 anos, e seus filhos. A ocupação da casa havia ocorrido no ano anterior, pelas militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário¹⁰¹, e se tornou um centro de referência de acolhimento para mulheres em situação de violência¹⁰² em Porto Alegre, abrigando mães, crianças, jovens e mulheres trans, pelo tempo necessário.

A ocupa faz parte de um movimento maior de ocupações urbanas e movimentos sociais na cidade e no mundo. Como símbolo de memória à luta e à resistência das mulheres contra séculos de violência, silenciamento e dominação patriarcal sobre seus corpos, o nome Mirabal faz homenagem às Irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa) líderes da resistência contra a ditadura fascista na República Dominicana e fundadoras do Movimento clandestino 14 de Junho que objetivava derrubar o governo (1930-1961) do ditador Rafael Trujillo.

O espaço é resultado de uma construção coletiva e de resistência organizado por mulheres que, por meio de uma rede de apoio, *afecto* e luta, têm investido na ocupação de prédios abandonados em diversas cidades como forma de garantir a segurança e o abrigo para milhares de vítimas de um sistema necropolítico, colonial-racializante-capitalista (ROLNIK, 2018), machista e patriarcal que, no contexto brasileiro:

Só no último ano [2020], uma em cada 4 mulheres foi vítima de violência em nosso país. Durante a pandemia, 8 mulheres foram agredidas por minuto, a maioria por parceiros ou ex-parceiros. Em 2018 e 2019, uma média de 4 mulheres foram mortas por dia. A cada hora, 4 meninas menores de 13 anos são estupradas. Somente no primeiro semestre de 2020, 631 mulheres foram vítimas de feminicídio. A maior parte eram mulheres negras.¹⁰³

¹⁰¹ O Movimento de Mulheres Olga Benário atua em todo o Brasil com ações de combate à violência contra as mulheres e realiza, desde 2016, ocupações urbanas protagonizadas por mulheres por todo o país. Em 2022, o movimento contava com 13 ocupações, que têm se tornado Centros de Referência para mulheres vítimas de violência: Casa Tina Martins (Belo Horizonte/MG), Casa Mulheres Mirabal (Porto Alegre/RS), Casa Helenira Preta (Mauá/SP), Casa Laudelina de Campos Melo (São Paulo/SP), Casa Carolina Maria de Jesus (São Paulo/SP) e Casa Preta Simona (Fortaleza/CE) são exemplos e podem ser acompanhadas em: <<https://www.instagram.com/movimentoolga.df/>>.

¹⁰² Porto Alegre conta, atualmente, com apenas um abrigo destinado a mulheres vítimas de violência, com 48 vagas, e, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, 85,85% dos casos de violência às mulheres correspondem à familiar e doméstica. E, ainda, segundo dados coletados pelo Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre, só no ano de 2013, 26.181 mulheres haviam sido agredidas na capital.

¹⁰³ Texto da matéria “Movimento Olga Benário realiza duas novas ocupações”, publicada em 25/07/2021 no site Jornalistas Livres. Fonte disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/movimento-olga-benario-realiza-duas-novas-ocupacoes/>> Acesso em: out. 2021.

E, ainda:

O Brasil possui 5568 municípios e apenas 2,4% destes municípios contam com casas-abrigo e apenas 417 possuem delegacias especializadas em crimes contra as mulheres (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM) e a maioria das delegacias não funciona no período noturno nem aos finais de semana. Além disso, nos últimos anos tem sido visto um sucateamento dessas poucas políticas existentes, cortes de verbas, promessas não cumpridas, extinção de secretarias municipais de mulheres, entre outros (ibid.).

Nesse contexto, as ocupações organizadas pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, têm se formado por todos os estados do Brasil e engendrado uma poderosa contraforça micropolítica, fazendo as vezes do que caberia ao Estado, por meio do qual “As mulheres organizadas são capazes de lutar e conquistar uma sociedade justa, que não nos violenta e nos mate todos os dias. [...] As mulheres do movimento hoje estão cumprindo uma função que vem sendo negligenciada há muito tempo pelo poder público da região. Cumprimos o papel do Estado de proteger a vida das mulheres” (fala das coordenadoras do Movimento; ibid.).

Na Mirabal, as mulheres que chegam têm acompanhamento psicológico e apoio jurídico, quando necessário, por uma rede de profissionais parceiros do movimento e integrantes da comissão de acolhimento da Ocupação que conta com assistentes sociais, educadoras sociais, professoras, profissionais de saúde e psicólogas. Na maioria das vezes elas chegam apenas com a roupa do corpo e seus filhos, depois de abandonarem suas casas a fim de escapar das violências que sofrem. Algumas delas são sobreviventes de tentativas de feminicídio, ou vítimas de misoginia, e outras, na intenção de proteger seus filhos da pedofilia e das agressões físicas sofridas nas antigas residências.

Os relatos das ocupantes contam que a casa, que anos atrás abrigou o orfanato Lar Dom Bosco com cerca de 50 crianças acolhidas, estava desocupada há mais de quatro anos quando as militantes tomaram a iniciativa de ocupar, inspiradas na Ocupação Tina Martins, em Belo Horizonte, que transformou um prédio desabitado em moradia para mulheres em situação de violência e se tornou a primeira ocupação de mulheres na América Latina. Durante os dois anos que habitaram o prédio transformaram o espaço com pequenas reformas, qualificando a casa para a moradia com 60 vagas, as atividades e os atendimentos que oferecem. A organização da Mirabal acontece através da coordenação de voluntárias e apoiadores, que se dividem em escalas por turnos ou dias, para atender à ocupação. Dentre as ações e atividades de acolhimento desenvolvidas estão as assembleias, as reuniões de acolhimento, para discutir cada caso com profissionais da saúde e do jurídico. e acompanhamento das acolhidas.

A casa contava com uma boa estrutura existente, fortificada pelas melhorias empregadas pelas ocupantes, para o abrigo e a segurança das moradoras e seus filhos, com pátio, cozinha e ambientes amplos no andar térreo, e salas, adaptadas em dormitórios, nos dois andares superiores. O pátio era o espaço principal para abrigar os inúmeros eventos realizados. Dentre eles destaca-se a exibição de filmes, saraus, oficinas de trançismo e serigrafia, práticas de yoga, shows, festas e aulas/cursos públicos.

No entanto, em 2018, após cumprimento de mandado de reintegração de posse do imóvel, as ocupantes foram obrigadas a desocupar o edifício central sendo direcionadas, depois de muita luta com a gestão municipal, por fim, ao prédio inativo (portanto, sem função social) da Escola Benjamin Constant, no bairro São João, zona norte da capital gaúcha. A permanência na escola, cuja propriedade é de posse do Estado do RS - foi negociada num primeiro momento, mas pouco depois de estabelecidas na nova ocupação “a prefeitura descumpriu o combinado e emitiu novo pedido de reintegração de posse, alegando a necessidade de reativar a escola (GHIGGI, p. 55), mas perdeu o caso em primeira instância. O principal argumento para a interrupção das atividades de assistência desenvolvidas pela Mirabal, por parte do Ministério Público, é de que a casa é "inadequada para receber famílias na modalidade de acolhimento institucional" e "não preenche os requisitos necessários para funcionamento na condição de casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar"¹⁰⁴. Durante cinco anos, diversas foram as ameaças de despejo, os cortes de energia elétrica¹⁰⁵, as intimidações por parte do poder público e as audiências públicas de negociação, somadas às centenas de manifestações de protesto (na rua e nas redes sociais) até que, apenas em julho de 2023, conquistaram o alvará de funcionamento no prédio.

A mudança de bairro acarretou prejuízos desde o início. A antiga casa, localizada na área central da capital, proporcionava proximidade a serviços, escolas, comércio e maior possibilidade de emprego, e já haviam construído uma relação de vizinhança e boa convivência. O local era silencioso e seguro para as crianças, contava com uma praça, em frente, com brinquedos e espaço de lazer vegetada. A nova casa possui um pequeno pátio à frente e está voltada para um viaduto com grande tráfego de veículos, e, ao menos de início, a vizinhança imediata não facilitou

¹⁰⁴ Fragmento do parecer do promotor Marcelo Ries, da Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na matéria “Ministério Público recomenda que Casa Mirabal interrompa atendimento de mulheres vítimas de violência no RS” publicada em 20/12/2021, no site g1 RS. Fonte disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/20/ministerio-publico-recomenda-que-casa-mirabal-interrompa-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-no-rs.ghtml>> Acesso em: maio 2022.

¹⁰⁵ Em uma negociação com a prefeitura houve acordo da responsabilização da gestão municipal no fornecimento de luz à casa, enquanto passavam pelo processo de regularização de uso do imóvel, no entanto a casa passou, nos últimos 3 anos, por diversos cortes de energia elétrica em virtude de dívidas com a empresa de abastecimento. A dívida se refere, especialmente, aos anos anteriores à ocupação.

a presença da ocupação. Muitas mulheres não conseguiram se manter na nova sede, especialmente por questões financeiras para bancar o transporte até seus empregos ou às escolas de seus filhos. Algumas retornaram às suas famílias, outras fizeram o possível para sustentar um aluguel no centro da cidade.

Frente a um sistema que oprime, violenta e mata mulheres diariamente no Brasil, ao descaso do Estado e da sociedade em geral com a problemática, a ineficiência das políticas públicas – somada aos cortes no investimento delas para o enfrentamento à violência doméstica, especialmente entre os anos de 2015-2016¹⁰⁶ - as ações empreendidas pela ocupação correspondem a uma forma de se fazer política pelas próprias mãos, a partir de seus próprios corpos. Ao mesmo passo em que resistem às formas de poder hegemônicas, violentas e machista, engendram forças coletivas de apoio e encorajamento às mulheres contribuindo na construção de uma sociedade mais sensível e justa. “Para além da reivindicação por moradia, a Mirabal é um território de confrontação e reivindicação ao Estado que não protege as mulheres e que busca, antes de qualquer coisa, mostrar que a organização coletiva das mulheres é um caminho para emancipação e transformação de suas vidas” (RODRIGUES MARINHO, 2023, p. 20).

O Movimento tem tentado, nesses sete anos de existência, negociar frente ao poder público, à comunidade e aos proprietários a regularização do serviço que prestam de acolhimento e abrigo às mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, e o reconhecimento enquanto Casa de Referência no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os altos índices de violência, de todas as ordens, contra as mulheres e o aumento do feminicídio no país justificam o projeto social e a rede solidária desenvolvida pela casa “Frente à imensa lacuna existente na oferta de assistência social e políticas públicas para mulheres vítimas de violência na cidade de Porto Alegre, assim como diante do déficit de vagas na rede de enfrentamento à violência da cidade e do estado” (PAULON, 2021). Muitas das mulheres que chegam à ocupação são encaminhadas pelos próprios órgãos públicos, como a Defensoria Pública da União e a Delegacia da Mulher (DEAM), fato que demonstra a ineficiência do Estado em garantir a segurança e o alojamento de mulheres desabrigadas vítimas de violência.

Mais do que garantir a segurança das mulheres, o movimento empreendido pela Mirabal executa uma importante função social importante, cujos objetivos principais são o de encorajar

¹⁰⁶ “[...] de 2015 para 2016 houve um corte quase pela metade nos investimentos que foram de R\$237.494,06 para R\$113 mil, segundo dados adquiridos através da Lei de Acesso à Informação”. Trecho da matéria “Nasce em Porto Alegre a Ocupação Mulheres Mirabal”, publicada em 25 de novembro de 2016 no site do jornal A Verdade. Fonte disponível em: < <https://averdade.org.br/2016/11/nasce-em-porto-alegre-ocupacao-mulheres-mirabal/>> Acesso em maio 2022.

e estimular a autonomia das mulheres, apoiando-as a fim de que se tornem independentes para a reconstrução de suas vidas. Isso implica o encorajamento no conhecimento e no protagonismo sobre as relações de gênero e seus direitos. O empoderamento feminino e o resgate da dignidade são temas recorrentes nas rodas de conversas e nas atividades abertas ao público que as agentes da ocupação desenvolvem, como eventos gastronômicos, culturais e oficinas. Também atentam e dão suporte à formação profissional, à continuidade dos estudos das ocupantes e à geração de renda.

Como forma de arrecadar fundos para a manutenção da casa as ocupantes produzem bolos, pães caseiros e sabonetes artesanais, organizam brechós, realizam feiras e eventos culturais para comercializar os produtos. A rede de apoiadores criada contribui ainda na realização das atividades e na doação de roupas, alimentos e itens de higiene. A rede de solidariedade e apoio criada entre as ocupantes divide as tarefas da casa (limpeza e manutenção) e o cuidado das crianças, que não têm vagas em creches, possibilitando que as mães continuem realizando os seus trabalhos e/ou estudos fora da casa.

A proposta da Casa de Referência Mulheres Mirabal se distingue dos modelos de Casas Abrigos. Estas últimas, seguem a Norma Técnica que orienta sobre o funcionamento deste tipo de serviço, uma importante e necessária política pública criada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. No entanto, por não ser um serviço público neste formato, a Casa Mirabal se distingue em sua forma de existir: as mulheres e crianças que ali estão possuem maior autonomia que nos abrigos, recebem apoios diversos para inserção em espaços de trabalho, podem aprender uma profissão – como a de costureira ou quituteira no “Quitutes Mirabal” -, retomam, seguidamente, seus estudos e tudo isto ajuda a ressignificar suas imagens de si, a refazer caminhos possíveis de vida, questionando vínculos de dependência que, por anos intermináveis, as aprisionou em ciclos de violência (PAULON, 2021).

Ao decidirem sair de suas casas, rompendo com o modelo patriarcal tradicional da família nucleada e cujo sustento é provido pelo ‘homem da casa’, muitas das mulheres acolhidas necessitam ressignificar suas formas de sustento econômico, o que implica, por vezes, concluir seus estudos, adquirir uma profissão e/ou inserir-se no mercado de trabalho. Nada fácil essa inserção, visto que o sexismo também marca os espaços de trabalho materializado na desigualdade de salários e nas inúmeras formas de assédio sexual, moral e discriminatório sobre elas.

Evidentemente que, como em qualquer outra casa ou coletivo, desentendimentos e conflitos são comuns. No caso da Mirabal:

A relação das ocupantes com a rotina da casa e entre elas é complexa. Brigas internas são principalmente motivadas pela dificuldade de distribuir os afazeres coletivos entre tantas mulheres, e são corriqueiras as queixas sobre invasão de privacidade e intromissão quanto à forma de educar os filhos. Sob o mesmo teto, mulheres e crianças refugiadas de situações de violência física e psicológica semelhantes, mas com diferentes crenças, valores, idades, cores, origens, desejos, medos, visões políticas, personalidades, traumas e preconceitos. O contraste entre a proposta de ser uma célula autogestionária e a realidade de portas trancadas, cujo acesso precisa ser negociado com as integrantes da coordenação, evidencia a dificuldade em se manter uma organização coletiva complexa fora do modelo hierárquico autoritário. Também habita a casa essa tensão silenciosa, mas constante (GHIGGI, p. 53-54).

No entanto, o movimento de luta e de assistência empreendido pela Casa Mirabal tem exercido um papel fundamental no encorajamento de libertação dos ciclos de violência sofridos e na construção de autonomia às mulheres atendidas, que se expande da casa enquanto abrigo seguro. Por meio da criação de um senso de comunidade, de trabalho e apoio mútuos, enfatizam uma prática comunitária de luta coletiva, exercida por mulheres, em direito à vida, à dignidade, ao uso e à circulação rotineira na cidade de forma mais segura e igualitária.

Também no sentido de defesa aos direitos humanos das mulheres e de fomento a uma maior conscientização social acerca da violência sofrida por milhares delas, cotidianamente, as ações das ocupantes têm evidenciado como a cultura do estupro e do machismo extrapola a violência física sobre seus corpos, visto que se encontra também nos discursos e nas ameaças, incidindo diretamente na construção da subjetividade do corpo-mulher. Tal cultura força um modo de ser, de vestir e de se comportar, especialmente no espaço urbano, por medo da violação de seus corpos., que por vezes resultam em feminicídios. Uma forma de manipulação e domínio biopolítico sobre o corpo-território-mulher e do necropoder, que se refletem na autoestima, na confiança e na potência de suas capacidades criadoras. E, assim, os *afectos* do medo, do sofrimento e da insegurança passam a determinar os modos de vida-mulher, submetidos ao controle e à vigília dos modelos patriarcais nas cidades, no trabalho, na casa e em suas relações interpessoais.

Outra questão importante que o projeto desenvolvido pela ocupação tem explicitado é o descaso do poder público no enfrentamento dessa pauta. E, nesse sentido, lutam e se empenham em diálogos com os gestores municipais, Ministério Público e a sociedade, por meio de audiências públicas, eventos e reuniões institucionais, a fim de pressionar a promoção e a efetividade de

políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres como formas de garantia à igualdade de gênero e ao cumprimento das leis. “Tão difícil quanto é, para essas mulheres, enxergarem uma saída às suas vidas marcadas por sucessivas violências, é para nós enxergarmos uma justificativa plausível para o modo com que o poder público municipal tem agido em relação ao impasse gerado com a Ocupação Mirabal” (PAULON, 2021). Assim, além da luta pelo reconhecimento da casa como um centro de referência legítimo, pressionam o Estado para a efetivação dos direitos em prol da pauta das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade.

Em 2022, foi lançado o curta-metragem documentário “Mirabal: um foco de resistência”¹⁰⁷, que narra a história da casa e denuncia as dificuldades enfrentadas pelo movimento das mulheres para a permanência do espaço e das ações que desenvolvem. No momento do filme, abrigavam 4 mulheres e 9 crianças na casa na zona norte da capital, mas Júlia Foschiera (coordenadora da casa Mirabal) salienta que são inúmeras as mulheres atendidas diariamente no acolhimento psicológico e jurídico, no apoio material, na participação de oficinas e eventos, e na obtenção de informações acerca de seus direitos básicos. Júlia também salienta que a ocupação é autofinanciável, e que “todo o recurso para manutenção da casa vem, principalmente, do apoio da sociedade civil, apoio individual e de outros projetos e iniciativas, e também de projetos internos da casa” (Doc. MIRABAL, 2022, 6min50s–7min02s).

O encontro com as experiências da Ocupação Mirabal e suas mulheres agentes demonstraram as inúmeras formas de opressão, violência e descaso que incidem sobre suas vidas e seus corpos. Formas que perpetuam, expressas desde a realidade que viviam em suas antigas residências, e que as fizeram se deslocar à ocupação, passando pelas violências sofridas pelo Estado materializadas no processo de reintegração de posse da casa na Duque de Caxias, e por todos os obstáculos e desafios enfrentados, de forma exaustiva, na atual sede até a conquista do alvará de permanência. Por outro lado, também evidenciou a potência com a qual a criação de redes de enfrentamento e de solidariedade fortificam a luta das mulheres por emancipação financeira e subjetiva contribuindo na reinserção social das mulheres acolhidas, no empoderamento e no protagonismo de suas vidas.

A luta de mulheres, em coletividades, ao exemplo da Casa de Referência Mirabal, evidencia uma luta espacializada no território urbano que, a partir da ocupação de um espaço ocioso e abandonado, reativa a função social da propriedade transformada em um espaço de

¹⁰⁷ O filme documentário foi lançado em março de 2022 na Cinemateca Capitólio, Porto Alegre/RS, no ano de comemoração dos 5 anos de [re]existência da casa de referência Mulheres Mirabal. Fonte disponível do curta em: <https://www.youtube.com/watch?v=6EGe92u0nNw&ab_channel=MovimentodeMulheresOlgaBenario%7CBrasil> Acesso em: set. 2022.

moradia e abrigo autogerido, possibilitando a reativação da existência da vida das mulheres que ali habitam, e seus filhos. Além de se tornar referência de um fazer político à outras mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, tanto quanto ao Estado. Atualmente a Casa de Referência tem o registro de Associação, promove a geração de renda através da cooperativa Quitutes Mirabal, e já atendeu cerca de 800 mulheres.

Diferente de um local de passagem, a casa oferece o direito de ir e vir num serviço de apoio de mulheres em rede que auxilia outras mulheres a lidarem com seus traumas, num espaço acolhedor propício para poderem compartilhar suas experiências, e abrigo para permanecerem enquanto necessário para a reconstrução de suas vidas. No entanto, por mais que engendrem, incansavelmente, forças contra-hegemônicas calcadas no *afecto* e na solidariedade, e mesmo que a sociedade reconheça o papel social e político que desempenham por meio do cuidado, da assistência, do acolhimento emergencial, do espaço/morada seguro e dos projetos em favor à continuidade da vida das mulheres sobreviventes, - tarefas que caberiam, por direito, ao Estado promover, - além da forma como passam a reativar a função social dos imóveis abandonados que ocuparam e que, provavelmente, ocuparão novamente, as forças do capitalismo e do patriarcado, ameaçadas pelo movimento, engendram mecanismos num fluxo de forças contrário. Na relação de poder entre as duas esferas, macro (Estado, capital) e micropolítica (Mirabal, movimento social), o cabo de força tende a se romper para o lado das minorias sociais, que mesmo em maior número não são capazes de resistir frente às forças do opressivas do capitalismo.

Isso se materializa, especialmente, na reintegração de posse dos espaços ocupados, que mesmo sem uso destinado, e mesmo tendo sido abandonados por seus proprietários, a ação de “ocupar um edifício sem uso ataca o suposto direito à propriedade privada que está acima do direito da população de que todos os imóveis cumpram sua função social e de que as mulheres tenham um espaço de combate à violência e ao acolhimento” (ibid., 3min45s-3min57s).

O espaço mantido como Casa de Referência territorializa uma ação prática de combate e de acolhimento de mulheres vítimas de violência, denunciando o descaso do poder público e o desmonte das políticas públicas nesse atendimento. O encaminhamento de mulheres pela Delegacia da Mulher à Mirabal é um espelho que expressa a ineficiência do Estado, além do reconhecimento, por parte da própria DEAM, da importância da existência de espaços como o da ocupação.

Apesar de terem vencido, em primeira instância, o processo contra o Movimento das Mulheres instaurado pela Prefeitura Municipal, em 2018, e terem obtido o alvará de permanência na casa no último mês de julho de 2023, a Prefeitura seguiu com recurso, votado em segunda

instância no dia 24 de novembro de 2023 que concedeu a reintegração de posse da propriedade. A votação ocorreu no dia anterior ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres¹⁰⁸. A matéria de divulgação sobre a votação salienta que “o Judiciário é um dos pilares do sistema capitalista e, portanto, racista, machista que na grande maioria das vezes não representa as necessidades das mulheres trabalhadoras. O que ocorreu hoje reafirma a urgência de organizar milhares de mulheres para lutar contra esse sistema que oprime e mata mulheres”, que a Casa é uma referência no combate à violência no Estado do RS e que o movimento seguirá, apesar da decisão.

Em 2019, a cartografista acompanhou ao vivo, numa fria manhã de inverno, a demolição de casarão onde habitavam 14 famílias da Ocupação Baronesa (Figura 28) no bairro Menino Deus em Porto Alegre.

Figura 28 – Imagens da ação de despejo e reintegração de posse da Ocupação Baronesa. Porto Alegre/RS.



Fonte: da autora, 2019.

O prédio, propriedade da Prefeitura de Porto Alegre, datado de 1926, havia sido construído com o fim de abrigar brigadianos, no entanto estava desocupado há anos em estado de abandono e sem cumprimento de sua função social. Após uma semana da notificação da reintegração de posse pela Prefeitura ocorreu a ação de desmanche, com o discurso de que a casa estava ameaçada de desabamento, mesmo após laudo de pesquisadores da UFRGS garantindo que a edificação não apresentava danos estruturais, apenas necessidade de reparos no telhado. Em meio à comoção dos ocupantes e amigos, dezenas de adultos junto com seus filhos, se instalaram em forma de acampamento na calçada em frente. A cartografista

¹⁰⁸ Informações obtidas da matéria “TJ-RS vota contra o direito das mulheres e ordena despejo da Casa de Referência Mulheres Mirabal” publicada no dia 25 de novembro de 2023 no site do Jornal A Verdade. Fonte disponível em: <<https://averdade.org.br/2023/11/tj-rs-vota-contr-o-direito-das-mulheres-e-ordena-despejo-da-casa-de-referencia-mulheres-mirabal/>> Acesso em: nov. 2023.

permaneceu junto, em apoio, e atentou às crianças, com uma delas fez contato, conversaram sobre a escola, os amigos e outras coisas, pediu colo, e ali ficou assistindo a demolição enquanto a cartografista acarinhava seu bracinho. O Sindicato dos Arquitetos no RS (SAERGS) também repudiou a ação incluindo a questão do valor histórico da edificação, como explicitado pela diretora do Sindicato: “o fato é lamentável visto que o prédio, apesar de não ser inventariado como patrimônio histórico, tem valor arquitetônico pois é um projeto de 1926, executado pela Prefeitura para atender o direito à moradia dos brigadianos, além de fazer parte da memória e da história da capital, em especial daquele território que conta ainda com a presença de quilombos”, e acrescenta, “Destruir a Baronesa é, acima de tudo, uma inversão de valores”¹⁰⁹.

Após o despejo, o coletivo de famílias se rearticulou e ocupou, no mesmo ano, uma outra casa de dois andares abandonada há pelo menos duas décadas, de propriedade privada, no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. Formou-se a Ocupação Baronesa - Centro de Referência Afroindígena do RS autogerida por famílias indígenas e negras com a pretensão, segundo uma das organizadoras e agentes do movimento, comprar e restaurar o imóvel, para dar continuidade aos projetos sociais, culturais e de geração de renda que desenvolvem. Em 2023, a ocupação ainda resiste no local.

Localizada no centro da capital gaúcha, a ocupação 20 de Novembro é um assentamento urbano, formado por famílias organizadas com o MNLM que, em 2006, ocuparam um prédio abandonado na data que deu nome à ocupa (mesmo dia comemorativo da Consciência Negra). Movidos pelo objetivo de conquistar melhores condições de vida, habitaram a primeira edificação por cerca de um ano. Em 2007 passaram por um processo de reintegração de posse do imóvel e foram realocados para um terreno, em condições precárias próximo ao Estádio Beira Rio. No novo terreno construíram suas habitações com os materiais que foram possíveis à cada família, de forma meio enjambrada e provisória, e por ali permaneceram até o ano de 2012. Com o início das movimentações das obras urbanas em função da Copa do Mundo sediada no Brasil, uma nova iminência de despejo se apresentou.

Incertos sobre os seus destinos e frente às propostas indicadas pelo poder público como alternativas – aquisição da casa própria por meio de bônus-moradia no valor de 52 mil reais/família ou a inserção no projeto em construção do MCMV, - a comunidade iniciou um novo movimento de ocupação. O processo levou cinco anos ao todo. Primeiramente a ideia do grupo,

¹⁰⁹ Fala de Karla Moroso, diretora do Saergs, na matéria “Prefeitura de Porto Alegre decide demolir prédio que abrigou a Ocupação Baronesa” publicada em 18 de julho de 2019 no jornal Sul21. Fonte disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/prefeitura-de-porto-alegre-decide-demolir-predio-que-abrigou-a-ocupacao-baronesa/>> Acesso em: ago. 2019.

já organizado como Cooperativa 20 de Novembro, seria retornar ao edifício ocupado em 2006 (que atualmente abriga a Ocupação Sarai), mas, por fim, ocuparam um edifício de propriedade do Governo Federal na rua Barros Cassal, no bairro Floresta da cidade.

O prédio, construído em 1950, que deveria ter sido um hospital de atendimento a servidores da Rede Ferroviária da União, estava em situação de abandono por pelo menos 50 anos quando foi negociado para o uso da ocupa. Após a privatização da rede o edifício havia perdido sua função, e permaneceu como um esqueleto na cidade, e o movimento se apropriou de uma parte dele, que nunca havia sido utilizada. O argumento utilizado pelo MNLM foi o descrito por Ceniriani, presidente da cooperativa: “A União definiu que imóveis do governo federal em abandono ou subutilizados seriam revertidos para moradia popular. Iniciou-se então o processo de negociação por esse prédio”¹¹⁰. Em 2016, após três anos de burocracias, a cooperativa conquista a concessão do direito de uso do imóvel e consegue inserir o projeto de reforma para requalificação do prédio no PMCMV-Entidades. O projeto faz parte do Projeto Morar Sustentável do SAERGS, selecionado no edital de patrocínio de projetos de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) do CAU/RS e prevê a habitação digna para 40 famílias.

No ano de 2020, ameaçados pelo descumprimento do contrato que se firmou com o Governo Federal em 2016, lançam um manifesto denunciando a situação do não repasse dos recursos para a execução das obras. “A reforma deste prédio é uma conquista das famílias que, após 14 anos de luta por moradia e dois despejos, assumiram o compromisso de dar um uso social para o imóvel da União, que não cumpria sua função social há mais de 50 anos, por meio de sua transformação em 40 unidades habitacionais”¹¹¹. As informações são de que a obra havia sido licenciada em 2018, que a cooperativa conta com projeto arquitetônico e orçamentário aprovado pela Caixa Econômica Federal e com a documentação atualizada. No entanto, em função das instabilidades políticas e econômicas enfrentadas pelo país nos últimos anos, houve suspensão nos contratos e as obras ainda se encontram, em 2023, na fase final de aprovação para o início da reforma.

¹¹⁰ Fala de Ceniriani Vargas da Silva - coordenadora do MNLM-RS e presidente da Cooperativa Municipal de Trabalho e Habitação 20 de Novembro - na matéria “Assentamento 20 de Novembro é contemplado com projeto de sustentabilidade social” publicada dia 03/11/2021 no site do jornal Correio do Povo. Fonte disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/assentamento-20-de-novembro-%C3%A9-contemplado-com-projeto-de-sustentabilidade-social-1.377451>> Acesso em: set. 2022.

¹¹¹ Informações obtidas na matéria “Assentamento 20 de Novembro, em Porto Alegre, alerta para ameaça ao direito à moradia”, publicada em 14 de julho de 2020 no site do jornal Brasil de Fato. Fonte disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/14/assentamento-20-de-novembro-em-porto-alegre-alerta-para-ameaca-ao-direito-a-moradia>>. Acesso em: set. 2022.

O assentamento é administrado pela Cooperativa¹¹² Municipal de Trabalho e Habitação 20 de Novembro que busca desenvolver novas formas de relações econômicas e de trabalho. Também tem sido contemplado por projetos de sustentabilidade social, como o estabelecido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS (CAU/RS), que disponibiliza, desde 2017, 2% de sua arrecadação em editais públicos para projetos de assistência à moradia de interesse social. Dentre as benfeitorias previstas estão o emprego de placas fotovoltaicas para captação de energia solar, cisterna de captação da água da chuva e horta comunitária no terraço do prédio.

As famílias, cerca de doze, que aguardam a reforma para poderem se mudar para a 20 de novembro estão, atualmente, vivendo em outras ocupações, ou na casa de amigos/parentes e, outras, com auxílio do aluguel social. Os moradores da ocupação são, majoritariamente, famílias de baixa renda, muitos provindos de outros estados do Brasil. Trabalhadoras e trabalhadores, com seus filhos, que buscam no assentamento a garantia da moradia como forma de manter a dignidade de suas vidas num local central com acesso à infraestrutura e aos serviços públicos próximos, facilitando a mobilidade de seus deslocamentos diários para escola, trabalho e afins.

A ocupação 20 de novembro é mais uma grande conquista do MNLM na revitalização de prédios em abandono para a habitação popular nos centros urbanos, territorializando uma luta coletiva contra os vazios urbanos, o déficit habitacional, a especulação imobiliária e a falta de políticas públicas na área da habitação social. O MNLM é um movimento de organização e articulação popular da classe trabalhadora que tem encabeçado diversas ocupações pelo Brasil, construído casas, organizado e participado em jornadas e conferências de debate sobre habitação e reforma urbana. As ações empreendidas pelo movimento, que se vincula a outros movimentos sociais nacionais como a CUT e o MST, pressionam os governos, nas três esferas, pela visibilidade social de suas demandas e por agilidade nos processos referentes a garantia do direito à moradia, em especial, às políticas habitacionais de interesse social com reforma urbana em efetivo diálogo e participação dos trabalhadores. Através da luta coletiva que desempenham, trabalhadoras e trabalhadores buscam, nas ocupações organizadas pelo MNLM, garantir um dos direitos fundamentais da vida nas cidades: a possibilidade de morar com o mínimo de dignidade.

No entanto, ocupações urbanas em edificações abandonadas não se restringem apenas às capitais e às grandes metrópoles, elas são cada vez mais observadas também em pequenas e

¹¹² Segundo o blog <<http://ocupacao20denovembro.blogspot.com/>> a Cooperativa Municipal 20 de Novembro possui núcleos de comunicação (serigrafia, designer gráfico, criação de sites e blogs), alimentação (refeições para eventos e padaria), artesanato, reciclagem e prestação de serviços. Por meio dos núcleos geram renda aos militantes do movimento e reverterem parte da porcentagem à luta do MNLM na cidade.

médias cidades no Brasil. Tal fenômeno expressa um reflexo sobre como as questões acerca da dinâmica socioeconômica de financeirização das cidades, da especulação imobiliária, da desigualdade social e da falta de políticas efetivas de reforma urbana e habitação também têm afetado as cidades não centrais e metropolitanas. As ocupações surgem como respostas à carência de moradia e à busca por condições dignas de habitação, mesmo em contextos urbanos de menor escala. A existência de espaços subutilizados, como as edificações abandonadas, em pequenas e médias cidades e a forma como as ocupações passam a se utilizar desse recurso para a promoção de moradias requalificando esses imóveis, também contribuem na discussão sobre o direito à cidade e à habitação. E ainda, evidencia a relevância do debate sobre a gestão do espaço urbano e a garantia do direito à moradia em diferentes contextos, independente do porte populacional ou urbano. A atenção a essas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas públicas e de ações que promovam cidades mais inclusivas e socialmente justas.

Na média cidade de Pelotas/RS existem, pelo menos, duas ocupações urbanas reconhecidas atuando no território atualmente, a Kilombo Urbano - Canto de Conexão e a Okupa 171. Suas presenças promovem controvérsias, disputas, negociações, parcerias e redes de colaboração. Cada ocupação tece e agencia com uma série de outras redes. Promovem eventos, encontros e festividades; questionam os saberes e os discursos elitistas dominantes e políticos da cidade. Promovem melhorias nos imóveis. Agitam o cenário cultural, agregam movimentos e agentes sociais. Abrigam pessoas sem abrigo. Operam como agenciamentos coletivos e enunciadores, por meio de uma prática micropolítica ativa e cotidiana de luta urbana e de manifestação de uma forma diferente de habitar, de morar, de viver, de sociabilizar e de produzir o território urbano da cidade de Pelotas.

Os membros da Okupa 171¹¹³ têm a palavra liberdade como chave na ideologia e nas ações que desempenham frente à sociedade. Se reconhecem enquanto artistas e agentes insurgentes, que reivindicam a descolonização cultural imposta pelo regime vigente em favor de um processo de ação política focada no autoconhecimento de si e na criação de formas livres de viver e de produzir o cotidiano através de práticas e construções coletivas e anárquicas.

Os agentes do espaço Okupa 171 ocupam uma casa no centro da cidade de Pelotas, desde 2009. A casa, legalmente, pertence ao Diretório Central dos Estudantes DCE/UFPel, mas nunca foi utilizada pelos membros, sendo assim, em 2005 um coletivo formado por artistas, estudantes e ativistas sociais ocupou a casa, mas foram retirados no dia seguinte. Em 2007, uma nova

¹¹³ Os ocupantes da 171 não concordaram em dar entrevista para a cartografista, portanto a colheita de dados se deu a partir de materiais públicos divulgados em fontes jornalísticas, plataformas digitais e da própria experiência da cartografista em encontros com o espaço (desde a fundação), com ocupantes e parceiros da casa.

tentativa de ocupação fracassou, mas em 2009 o coletivo já se encontrava mais organizado, há dois anos atuando com intervenções urbanas e artísticas, decidiram conversar com o DCE a fim de entender quais eram as propostas para a casa e apresentar o projeto do grupo em utilizar o espaço para morar, produzir e compartilhar arte após a entrada. Com a afirmação de que a polícia não seria acionada, entraram e ocuparam o espaço.

Primeiramente gerido pelo Coletivo Tranca Rua, o coletivo tem desenvolvido ao longo desses 15 anos, práticas e vivências libertárias e anarquistas. O funcionamento da casa e as ações sociais e artísticas promovidas partem dos princípios de autonomia e autogestão, investindo numa ética de libertação das hierarquias, dos sistemas verticalizados e das relações opressoras, para a tomada de uma postura de vida horizontal das ações e decisões do coletivo.

O coletivo denomina o espaço como anarquista e entende que o nomadismo das pessoas pela casa reflete uma característica importante da cultura libertária que engendram. Dentre as atividades que os habitantes do espaço desenvolvem junto à comunidade estão ciclos de cinema, oficinas de circo, capoeira, fotografia, serigrafia e óleos medicinais, feiras e diversos eventos culturais. Com relação ao funcionamento interno, destacam-se as reuniões e as conversas a fim de garantir a manutenção dos espaços coletivos e a organização tanto na criação do espaço quanto nas atividades que serão propostas pelo coletivo.

A casa mantém uma biblioteca nominada José Saul com cerca de 350 exemplares, aberta para a visitação, que contém grande acervo de conteúdo de cunho anárquico e libertário; o herbário 171, destinado à produção e ao compartilhamento de práticas e saberes da medicina natural e uma pequena farmácia comunitária com produtos produzidos a partir da horta suspensa no telhado vivo. A horta faz parte do projeto permacultural desenvolvido pela casa que também faz uso de composteiras, produzindo terra e fertilizante orgânico, e uma estufa para produção de plantas comestíveis e medicinais. Ainda no espaço físico da casa existem uma Sala de Ensaio, um Ateliê para costura, pintura, serigrafia e tatuagem e um salão onde são realizadas as oficinas de circo e serve como palco nas atividades e apresentações voltadas ao público. Dentre as atividades culturais se destaca o Show de variedades (Varietés) e a Noite das Pizzas. Os eventos funcionam como forma de gerar recursos possibilitando a autogestão do espaço.

O histórico de abandono da casa, por cerca de dez anos antes de ser ocupada, acarreta problemas estruturais, o que coloca tanto a casa quanto a ocupação em frequente risco. Assim, reparos físicos e ameaças de despejo são constantes. A maioria dos reparos são feitos com materiais reciclados reutilizados. A alimentação do grupo também mantém a proposta do reuso, boa parte dos alimentos são coletado nas feiras de rua da cidade, o fogão à lenha é abastecido

com madeira recolhida da rua e as reformas da casa são possibilitadas ou por doação de parceiros do coletivo ou de materiais jogados fora por outros. A questão do consumo é bastante tensionada a partir das práticas cotidianas do coletivo. Outra questão levantada pelos ocupantes é a de não quererem colaborar, de forma alguma com o mercado imobiliário e especulativo da cidade.

A grafia do nome Okupa, com k, trata de uma versão latino-americana dos “squat” (movimento de resistência europeu da década de 60) caracterizado pela ação de ocupar casas e prédios ociosos – sem uso, abandonados – no meio urbano das cidades a fim de serem transformados em espaços de cultura e vivência libertários e autogeridos. Desde a década de 80, essa forma de ocupar, que une moradia e espaço social, passou a se vincular à cultura punk e ao movimento anarquista. Ainda hoje, a ação de ocupar edificações abandonadas nas cidades responde e reage à falta de moradia, à especulação imobiliária e à discussão do direito à cidade, mas as okupas, como a 171, se diferenciam das demais ocupações urbanas por manterem o caráter anarquista vivo em suas práticas de vida e nos modos de habitar e gerir os espaços okupados.

A Kasa Okupa 171 tem funcionado na cidade de Pelotas como um espaço de cultura e educação libertária que mantém vivas as perspectivas teóricas e práticas de caráter ácrata (anarquista, libertário). Seus agentes são contra toda e qualquer autoridade, autogestionam o espaço de maneira horizontal e cooperativa, e arrecadam recursos financeiros através de projetos e eventos culturais que promovem. O principal objetivo é fomentar a autonomia e a autogestão, tanto através da vivência cotidiana dos moradores e passantes da kasa, quanto pelas atividades que desenvolvem construindo, de maneira informal, uma potente rede de troca de saberes e aprendizados. A rede se constrói a partir das atividades temáticas, dos ciclos de cinema e dos grupos de estudo que, sempre apoiados na perspectiva anarquista, fomentam a discussão e a troca de experiências, especialmente sobre a temática cultura-educação.

O nomadismo também expressa a forma de habitar o mundo dos anarquistas e se manifesta na kasa, que tem sido um espaço de acolhimento para esses viajantes e onde cada um contribui com a construção do espaço à sua maneira. O apoio mútuo e transformador fica evidenciado na fala de uma das pessoas que já passou diversas vezes pelo espaço: “a estrutura do espaço só se transforma com a intervenção das pessoas que nela estão, e essas mesmas pessoas também buscam rever suas próprias estruturas quando estão em espaços anarquistas”¹¹⁴.

¹¹⁴ A fala, assim como algumas outras informações descritas aqui sobre o espaço da Okupa 171 foram retirados da reportagem “Okupar com K: Desconstruir e Construir” por Eliane Rubim - em comemoração aos seis anos da ocupação

As práticas desenvolvidas pela okupa resgatam e renovam a prática libertária, numa tentativa singular de invenção e criação de liberdade nesse contexto capitalístico e neoliberal com opressões e controles provindos de todos os lados. A forma como confrontam os anseios individuais e os transformam em ações e construções coletivas se materializa na maneira de habitar e gerir o espaço da casa. São comuns as manifestações de intolerância sobre suas formas libertárias de vida, o que, por vezes, dificultam a permanência no espaço e o reconhecimento de que são múltiplas e plurais as formas de se viver em sociedade e nas cidades. No entanto, a Okupa 171 sobrevive há 14 anos no mesmo imóvel ocupado em 2009. No ano de 2023, duas pessoas moram na casa.

O principal aspecto que emerge da cartografia produzida no encontro com o território anarquista da ocupa 171 é o da vontade em criar e potencializar singularidades livres, modos mais libertários de viver e de se relacionar com o mundo e com os outros. Também se evidenciou a responsabilidade ética como vivem, tensionando questões ambientais, políticas, econômicas e urbanas. A forma como inventam e experimentam práticas amparadas na sociabilidade libertária, abre para o compartilhamento de saberes e à troca de experiências de vida que fomentam a autogestão, a liberdade do pensar e dos modos de viver e habitar o mundo. Isso é promovido a partir do respeito à coexistência das singularidades, seus diferentes corpos e suas diferentes formas de experimentar a liberdade, a ajuda e o cuidado mútuo que estabelecem e as decisões tomadas em horizontalidade. O amor, quando em liberdade, quando se apresenta de maneira libertadora, é criador e potencializa a vida que há. Por outro lado, quando aprisiona e reprime, mata a vida, não cria germe, não cria nada.

A cartografia indicou que em Porto Alegre, como em outras capitais e metrópoles do país, a presença das ocupas são mais comuns do que nas cidades pequenas e médias, em função do contexto urbano de maior aglomeração urbana que exacerba as desigualdades sociais, além do interesse especulativo e financeiro mais concentrado nas grandes cidades. Evidentemente que, quanto maior a escala da cidade, maior são os desafios urbanos enfrentados pela sociedade e pelas gestões públicas. A cartografia investida percebeu que a realidade vivida pelas ocupações em Porto Alegre, por exemplo, é mais tensionada, as formas de violência e de controle parecem mais escrachadas tanto sobre os corpos de manifestantes sociais em protesto nas ruas quanto nos processos de desocupações e despejos das diferentes táticas de ocupação urbana irregular.

e divulgação das atividades que propunham – na plataforma digital do projeto de extensão Arte no Sul do curso de Bacharelado em Jornalismo da UFPEL. Fonte disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2015/11/27/okupar-k-desconstruir-e-construir/>> Acesso em: set. 2021.

Outra questão que se evidencia é a de que, apesar do caráter de autogestão e coletividade nos espaços e na forma de organização das ocupas, a articulação entre elas não se apresenta como um elemento denso. Cada ocupação se vincula a movimentos sociais maiores, que se vinculam entre si, mas se relacionam especificamente à singularidade e aos interesses do movimento engendrado em cada ocupa. As ocupações têm autonomia nos seus próprios processos, o que lhes confere diferenças entre si. Não se percebeu uma rede, por princípio, formada entre as ocupas Mirabal e 20 de novembro, por exemplo, mas sabe-se que cada uma está em rede de cooperação com outras ocupações que discutem uma mesma temática. No caso da Mirabal, a rede é formada, especialmente, com o movimento Olga Benário e outras ocupas de acolhimento a mulheres vítimas de violência; já a 20 de Novembro mantém vínculo forte com o MNLM e o movimento social dos trabalhadores.

Há ocupações que se organizam a partir do movimento feminista, da dissidência de gênero e sexualidade como o caso da Kaliça e da Jibóia (ambas em Porto Alegre), há outras, como a Ocupação Baronesa - Centro de Referência Afroindígena do RS (Porto Alegre/RS) - que funcionam na forma de um movimento autônomo de famílias negras e indígenas. Há aquelas que se mantêm por meio da contribuição de taxas mensais, como é o caso a Ocupação 9 de Julho na capital paulista, vinculada ao MTST, que utiliza a verba, acertada em assembleias dos moradores, para gastos com segurança, reformas e manutenção dos espaços culturais. Há outras que promovem a geração de renda dos ocupantes através das próprias atividades da casa. Nos grandes centros, são comuns as ocupações verticais – prédios em altura, divididos em apartamentos -, nas cidades menores as ocupações são mais comuns em tipologias de casas e sobrados unifamiliares. Existem ocupas que preferem se manter em sigilo, outras divulgam seus fazeres e explicitam suas lutas à sociedade.

Apesar das singularidades expressas em cada ocupação, e de não ter se percebido uma rede específica de unificação entre elas, a cartografia deixou evidente que há um entrelaçamento entre elas, uma certa produção de comum. De forma rizomática, o fenômeno das ocupações tem se espalhado, no contexto brasileiro e latino-americano, pelas cidades. Em comum, a relação com o modelo da cidade padrão e formal, a demanda por habitação, pelo direito ao acesso da infraestrutura urbana e pelo uso das cidades, a luta contra a desigualdade social e o processo de financeirização da terra urbana. Também se relacionam no sentido de desafiar a lógica hegemônica da produção do território urbano (tratada nos capítulos 1 e 2), dos incluídos e dos excluídos socioterritoriais, assim como, dos modos de subjetivação capitalísticos e assujeitadores que nada mais fazem do que despotencializar as potências criadoras dos corpos e das coletividades.

Nesse sentido, investe-se, na sequência, numa análise das particularidades da ocupa e do movimento Kilombo Urbano Canto de Conexão na cidade de Pelotas/RS, enquanto objeto empírico dessa tese, a fim de aprofundar as questões levantadas até aqui, operar com os conceitos incitados e afirmar a insurgência de uma Cidade da Diferença produzida por *affectos* alegres e processos de territorialização contra-hegemônicos operados por corpos transgressores e desobedientes que tomam um território ocioso da cidade, reativam sua função social e expandem as transformações provocando outras territorializações e produzindo diferença em outros territórios conformados da cidade de Pelotas.

4. KILOMBO URBANO CANTO DE CONEXÃO E A CIDADE DE PELOTAS/RS

A história do processo de articulação que formou o grupo de ocupantes da Ocupação Kilombo Urbano - Canto de Conexão em Pelotas/RS tem início no ano de 2014 com o Movimento Ocupa Quadrado (2014-2016) (Figura 29). Organizado por um coletivo de estudantes, artistas, ativistas e agentes culturais da cidade o movimento manifestava-se contra os rumores de fechamento do espaço público conhecido popularmente como “Quadrado” que seria gradeado e vigiado por uma guarda portuária, para alojar barcos de pesca de lula da Coréia do Sul.

Figura 29 – Imagens Materiais de divulgação do Movimento #ocupaquadrado.



Fonte: Página do Movimento Ocupa Quadrado no Facebook¹¹⁵, 2015.

O local popularmente chamado de Quadrado, ou Doquinhas, já foi um antigo cais, atracadouro de barcos, construído na década de 1940 e banhado pelas águas do Arroio São Gonçalo, servia como área de desembarque e estacionamento fluvial do Porto de Pelotas. Nos anos 60, segundo narrativas de moradores locais, o local passou a ser frequentado por

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/p/Ocupa-Quadrado-100077644300428/?paipv=0&eav=Afa3jermK_jeu8LSe7uJlChtL2UgF0q7rOzKXuJ5D40qVgNNjnwDOH-eeGhgwEgr3vl&_rdr> Acesso em: jan. 2022.

trabalhadores das atividades portuárias, pescadores e moradores da região, tornando-se um local de encontro e lazer. Entre os anos 70 e 80, em função do declínio das atividades do porto, o local deixou de exercer sua função original, o abandono da região também possibilitou a ocupação irregular de uma área adjacente e alagadiça, constituindo a Comunidade das Doquinhas.

Na década de 90, essa área não operacional do Porto passou a ser um espaço informal de lazer e cultura especialmente pela iniciativa de revitalização do local iniciada pelo agente cultural e líder comunitário Hélio D'Angola que, lutou e obteve licença da Marinha para a instalação de um quiosque denominado Katangas¹¹⁶. Por mais de 20 anos o espaço funcionou como uma ONG de apoio às comunidades periféricas da cidade, um local recreativo, educativo e cultural onde uma diversidade de manifestações artísticas, eventos, festividades, oficinas e atividades de formação são realizadas. Além de um espaço cultural a ocupação realizada por Hélio contribuiu para a segurança do “Quadrado” que, atualmente, abriga barcos de pescadores do bairro e é reconhecido como ponto turístico e cultural, reunindo um público diversificado diariamente, entre pescadores, jovens e famílias junto à comunidade das Doquinhas, em busca de um reduto ao ar livre.

Localizado no bairro Porto, o Quadrado dá acesso ao canal São Gonçalo que liga a lagoa Mirim à Laguna dos Patos, tem vista para a Ponte Pelotas-Rio Grande, abriga o espaço cultural Instituto Hélio D'Angola e delimita o loteamento irregular da comunidade das Doquinhas. A iminência do fechamento desse espaço tem relação com o processo de reativação das atividades do Porto de Pelotas que até meados do séc. XIX foi o porto mais movimentado do RS, em virtude, especialmente, do comércio charqueador que fez de Pelotas o principal centro econômico e comercial do estado do RS e, depois de passar por longos anos de desativação e abandono, desde 2015 encontra-se em pleno funcionamento administrado pela Superintendência dos Portos do RS, com um cais que acomoda 5 berços de atracação e 3 armazéns alfandegados (com 2000 m² cada) movimentando toras de madeira, soja e clínquer (matéria prima do cimento Portland). (COELHO *et al.*, 2022). Possui, ainda, um terminal de estocagem de toras que diariamente chegam ao Porto, por via terrestre, para serem transportadas, através de navios, ao Porto de Guaíba¹¹⁷.

¹¹⁶ Atualmente, o espaço está formalizado como Instituto Hélio D'Angola (2016), conta com estatuto e CNPJ. Sob a liderança de Aida Oliveira (filha de Hélio) continua realizando as atividades comunitárias propostas desde suas origens e é uma referência de espaço cultural na cidade. Dentre as atividades destacam-se as oficinas permanentes de futebol, dança, reforço escolar e reciclagem, orientação para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); festas comunitárias (Dia das crianças, Festa Junina e de Fim de Ano); vivências e aulas de mixagem e yoga. Fonte disponível em: <<http://gigalista.com.br/noticias/geral/cidadania-no-quadrado---instituto-helio-d-angola-completa-primeiro-ano/>> Acesso em: jan. 2022.

¹¹⁷ A reativação efetiva do Porto de Pelotas teve início em 2010, ano em que, após décadas de inativação, efetivou-se o convênio firmado entre o Ministério dos Transportes e o Estado do RS, por meio da Superintendência de Portos e Hidrovias do RS (SPH) no ano de 1997, com o objetivo de administrar o Porto e retomar suas atividades portuárias,

A reativação do Porto tem sido, desde o início, alvo de inúmeros protestos e manifestações por parte da comunidade do Bairro do Porto amedrontados com as transformações físicas e sociais que o bairro passou a sofrer nos últimos anos, além das questões ambientais que implicam a exploração da madeira e da soja no RS e a poluição do ar gerada pelo transporte do clínquer. A fim de atender a nova demanda da circulação diária dos caminhões, o bairro passou por mudanças radicais na pavimentação e na adaptação da estrutura viária modificando não apenas a paisagem, mas também o modo de vida residencial e estudantil da região que, da noite para o dia, se viu tendo que conviver com o barulho da circulação dos veículos, com a vibração das estruturas arquitetônicas, com o abandono de inúmeras edificações residenciais por um lado, e com a especulação imobiliária gentrificadora, por outro.

Nesse contexto, o Ocupa Quadrado foi um importante movimento de resistência e articulador de diálogo entre a comunidade local, os gestores públicos municipais, a UFPEL, a Superintendência dos Portos do RS e as empresas envolvidas na reativação e na exploração das atividades portuárias, o principal interesse do grupo foi o de visibilizar a realidade das comunidades afetadas pelas transformações e discutir a garantia de melhorias no território urbano do bairro impactado pelas transformações. O movimento #ocupaquadrado culminou, ao fim, no cedimento de um prédio de posse da UFPEL, também na região do porto, que passou a abrigar, em 2015, a OCA (Ocupação Coletiva de Arteirxs), para fins de uso como centro artístico e cultural dos universitários. No entanto, por divergência de interesses o coletivo que originou o movimento se dividiu.

No mesmo período, teve início o processo de articulação para ocupar o prédio abandonado e localizado ao lado da Faculdade de Arquitetura/UFPEL (atual Kilombo Urbano Canto de Conexão). Artistas do movimento Hip Hop foram os principais articuladores da ação e pretendiam criar no espaço a Casa do Hip Hop, mas ao iniciarem a ocupação do imóvel foram imediatamente retirados através de uma ação policial nada acolhedora. De qualquer forma, a experiência motivou os participantes do movimento que logo se organizaram novamente num coletivo de estudantes, artistas e ativistas de diferentes movimentos sociais. Ainda no ano de

visto que se resumiam, nesses 13 anos, ao aluguel de pavilhões, carregamento de cascas de arroz e clínquer. Em 2015, a empresa CMPC Celulose Riograndense, líder no setor de celulose iniciou o contrato para uso das instalações do Porto, oficialmente. Desde então, ocorreu a instalação de um terminal para alojamento e transporte de toras de eucalipto – providas de diversas regiões do sul do RS - que seguem ao Porto de Guaíba pelo modal hidroviário (Lagoa dos Patos e Lago Guaíba). Ficou sob responsabilidade da empresa Sagres Agenciamentos Marítimos Ltda a logística e as operações de navegação do terminal. A Sagres atua nos Portos de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Imbituba e Guaíba. Também ficou a cargo da Sagres, por meio do projeto OTROPORTO a comunicação com a comunidade e as ações culturais, como contrapartidas sociais da Sagres e da CMPC pelos impactos gerados com suas atividades comerciais.

2015, o coletivo criou o projeto e o espaço Centro Cultural Marrabenta¹¹⁸. O projeto alugou uma edificação na zona portuária da cidade, bastante próxima ao centro, e ali passou a desenvolver diversas atividades e eventos culturais ligados ao movimento social negro e à produção cultural negra na cidade. Em torno de 20 pessoas estavam envolvidas na coordenação e na organização das atividades do Centro.

Durante um ano de existência o Marrabenta realizou diversas atividades culturais como o “Terça do Improviso”, em parceria com o movimento Hip Hop local que promovia improvisação de rimas, poesias e debates; o “Rap Session”, organizado pelo coletivo de mulheres Dasmira, que visava a promoção da cultura, o debate feminista e o combate ao machismo dentro do movimento Hip Hop; o “Black Cine”, clube de cinema exclusivo à temática do cinema negro, que abordava história, cultura, experiência dos negros na sociedade e a produção audiovisual no continente africano; o “Grupo de estudos de Filosofia Africana”, que se dedicava ao aprofundamento do pensamento negro no contexto global e local; e o “Marrablues” evento musical nas sextas-feiras que tinha o Blues como foco, visto ser um dos pilares da *black music* e um dos símbolos da resistência negra no mundo. Além das atividades realizadas no espaço físico do centro, iniciativas culturais paralelas como o “MarraVila” também faziam parte das ações do coletivo como meio de chegar à população periférica e às comunidades negras da cidade.

Outro movimento de caráter social desempenhado pelo coletivo foi o acolhimento de imigrantes senegaleses recém-chegados em Pelotas, primeiramente com o apoio de médicos e advogados, parceiros do Projeto Marrabenta. Depois, o coletivo incentivou e contribuiu na criação do projeto Kanimambo Ateliê de Vestuário, que conseguiu apoio das Universidades Católica e Federal de Pelotas, e possibilitou a geração de renda a partir da venda das peças de vestuário africano produzidas. Mesmo com o fim do espaço Marrabenta, em 2016, o coletivo se manteve articulado e resultou na formação do grupo de estudantes, ativistas e agentes socioculturais que ocupou, em 2017, o prédio que abriga, atualmente, a Ocupação Kilombo Urbano - Canto de Conexão.

É curioso que o processo que impulsionou o movimento da ocupação tenha iniciado às margens do Canal São Gonçalo, tal qual a formação da história da cidade, e no bairro Porto. Costuma-se dizer que a cidade de Pelotas, apesar de estar rodeada por aquíferos, se volta de costas para suas águas, como um reflexo da forma como se volta de costas para a história que as mesmas águas guardam sobre as origens de uma Pelotas rica, saladeiril, escravocrata e

¹¹⁸ O termo Marrabenta se refere a um gênero musical e um estilo de dança tradicional de Moçambique (África). As informações sobre o Centro Cultural Marrabenta foram retiradas da fonte disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2016/06/06/coletivo-marrabenta-desde-marco/>> Acesso em: jan. 2022.

ensanguentada. Uma cidade que insiste em contar uma história branqueada e elitista romantizando a realidade insalubre e sagaz na qual se construiu, pela força de mãos e corpos negros. Corpos que, pela condição de escravizados, foram arrancados de suas origens africanas, forçados a deixarem suas histórias, heranças e culturas para trás para servirem como meras ferramentas de trabalho fundamentais no desenvolvimento de uma cidade que se utilizou da atividade econômica escravista e charqueadora para enriquecer. Tais aspectos se referem também às técnicas de subjetivação operadas pelas elites e pelo processo de urbanização da cidade de Pelotas que promoveu (e persiste) o apagamento, o silenciamento e o abandono de narrativas, territorialidades, culturas, saberes, fazeres e corpos, tanto quanto a periferação e a marginalização de seus territórios, especialmente dos corpos negros.

Para dar seguimento à análise da ocupação vê-se necessário, portanto, compreender melhor o processo de urbanização do território da cidade de Pelotas marcado pela periferação e pela segregação desde os primórdios de sua formação e que se relacionam, intimamente, com a criação de espaços de resistência e liberdade (NEGRI; GUATTARI, 2017[1985]) como o da ocupa Kilombo Urbano Canto de Conexão.

4.1 A relação com o contexto sociourbano da cidade de Pelotas/RS

Pelotas é uma cidade localizada no extremo sul do país, a 250 km da capital do estado do RS, Porto Alegre. O município, considerado uma das capitais regionais do país, ocupa uma área de 1.610 km², possui uma população de, aproximadamente, 340 mil habitantes (porte médio segundo o IBGE) sendo a 4ª cidade mais populosa do estado, e onde cerca de 92% da população total reside na zona urbana. Localizada às margens do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, conta com praias banhadas pelas águas da Lagoa dos Patos e mantém um riquíssimo patrimônio arquitetônico histórico-cultural que preserva fortes traços ecléticos da colonização europeia, especialmente portuguesa, que se reflete também na gastronomia doceira local com influências marcantes da herança culinária africana, pouco divulgadas (FERREIRA, 2018).

A cidade também tem proximidade com a fronteira Brasil-Uruguaí e possui conexão com cinco estradas (BRs) de acesso a municípios dos países vizinhos, Uruguaí e Argentina. A forte influência da estética espanhola e portuguesa marca as edificações sem recuos e o traçado viário reticulado. As edificações históricas são reconhecidas pelo estilo eclético historicista, edificadas

entre os anos de 1870 e 1931, coincidindo com o rico período econômico devido à produção de charque (SANTOS, 2014). Atualmente, com 212 anos, sua vocação econômica se baseia, principalmente, no agronegócio e no comércio. A região é a maior produtora de pêssegos para a indústria de conservas do País, contribui com cerca de 30% da produção de arroz do Estado, possui um grande rebanho bovino de corte para exportação e mantém a maior produção de leite do RS.

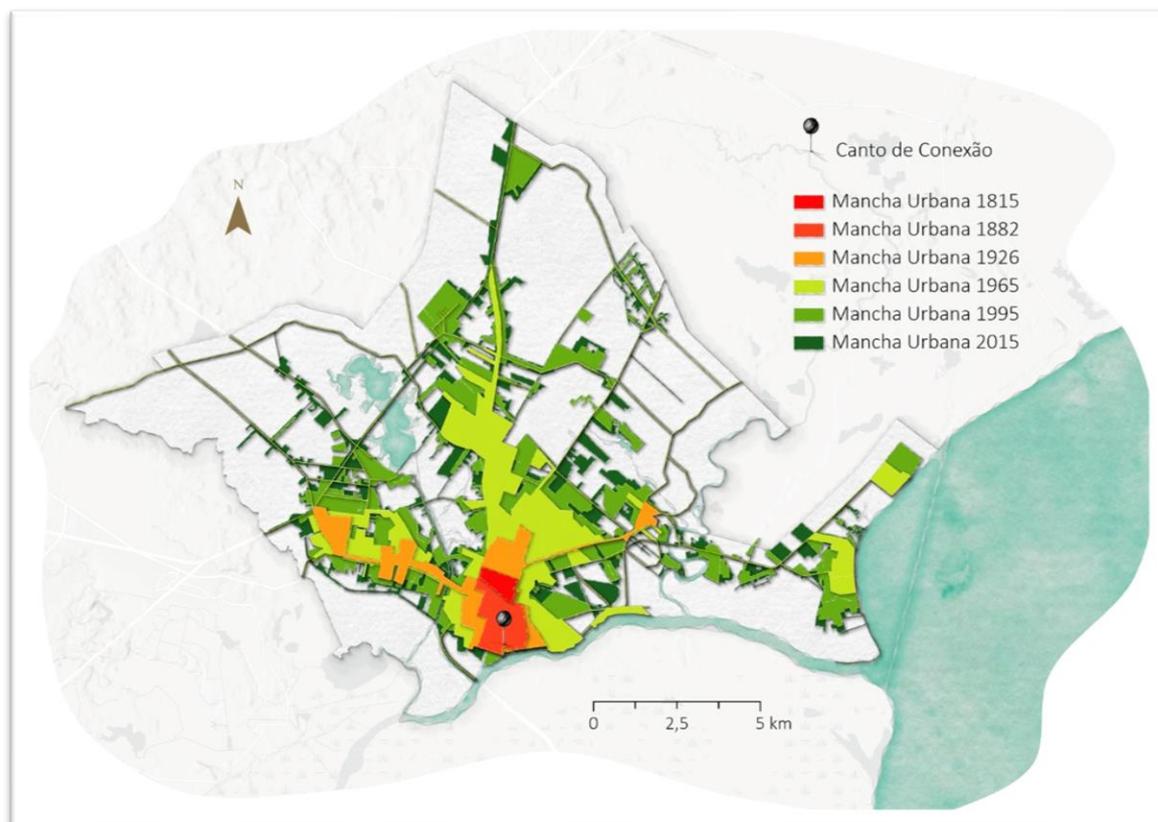
Possui centenas de edificações tombadas ou inventariadas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural, resquícios do rico período charqueador, e se destaca também enquanto polo cultural e universitário da metade sul do estado do Rio Grande do sul. Por sediar diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, dentre elas a UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), o IFSUL (Instituto Federal Sul-Rio-Grandense), e a UCPEL (Universidade Católica de Pelotas), atrai, anualmente, milhares de estudantes provindos de todas as regiões do país. Tais fatores promovem uma potente mistura cultural, diferentes costumes, cores, sotaques, estilos, subjetividades e desejos convivendo e produzindo o cenário urbano, social e cultural da cidade.

No entanto, acerca de sua espacialidade, a produção do território urbano da cidade tem se mostrado, desde os primórdios, um processo marcado pela fragmentação socioespacial associada a fenômenos de suburbanização, centralização e periferização do tecido urbano e social (SÁ BRITTO, 2016). Uma dinâmica de desenvolvimento social e urbano que, desde as origens, expulsou as populações indígenas originárias para o interior e excluiu a população negra e os pobres do acesso e do direito igualitário à cidade, e que, por meio da periferização e da escravização do território urbano, tem promovido uma Pelotas segregada e fragmentada fortemente marcada pelo elitismo, pela discriminação racial e social - refletida em excluídos e incluídos sociais, e ainda, pela materialização de um território urbano de urbanização precária e cuja evolução espacial-territorial (Figura 30) se deu de uma morfologia com modelo concêntrico nucleado ao crescimento difuso e fragmentado com multicentralidades (PERES & POLIDORI, 2011).

A dinâmica de crescimento do território de Pelotas ocorreu por meio de uma permanente conversão do uso do solo e consumo dos recursos naturais. Num primeiro momento, os padrões da paisagem natural foram dominantes, desde a primeira doação de terras (1758), o que propiciou um território ambientalmente favorável à implantação do sítio charqueador, e o início de um processo de urbanização com malha urbana concêntrica e ligeiramente alongada (1815-1882) seguindo o sentido dos Arroios – delimitadores naturais da expansão urbana. No entanto,

na virada do séc. XIX-XX o padrão foi alterado e o processo de expansão passou a promover modificações na geomorfologia aumentando a superfície impermeável do solo. Inicia-se um processo de avanço em direção a locais de topografia mais baixa adjacentes à área urbanizada – áreas ambientalmente frágeis - e a consolidação da ocupação em partes da planície de inundação – áreas de várzea - do Arroio Pepino.

Figura 30 – Mapa Evolução urbana da cidade de Pelotas/RS (1815-2015).



Fonte: Elaboração da autora, 2021, a partir de dados da PMPEL, 2015.

Entre 1926-1965 intensificou-se o crescimento urbano e o padrão dos novos parcelamentos de terras periféricos se consolida na forma de vilas e de assentamentos irregulares. A cidade se estendeu nos sentidos Norte, Nordeste, Oeste, Noroeste e Sudeste, atingindo o limite da Lagoa dos Patos e dando origem aos loteamentos balneários (praias). Nas décadas seguintes, a expansão seguiu especialmente por meio do densificação do parcelamento e/ou ocupação de áreas vizinhas aos loteamentos existentes nos eixos de crescimento cada vez mais distantes ao centro urbano e atingindo os limites do perímetro urbano atua, nos eixos Norte e Nordeste.

Na década de 90, intensificaram-se as ocupações e os loteamentos precários e iniciou-se o processo da implantação de loteamentos e alto padrão no eixo leste, na direção dos balneários. O início dos anos 2000 foi marcado pelo significativo crescimento urbano tanto com relação à extensão (externo) quanto à densidade (interno), pela edificação dos grandes conjuntos habitacionais de casas às camadas populares da população ocupando áreas de vazios urbanos deixados pela especulação imobiliária, extensos condomínios fechados de lotes destinados às classes de renda alta próximos a áreas de urbanização consolidada e grandes loteamentos populares em locais carentes de infraestrutura urbana. O período é marcado ainda pelo aumento significativo de ocupações clandestinas, de loteamentos irregulares, da pobreza e da desigualdade socioterritorial.

Como em qualquer outro cenário urbano, os diferentes períodos de transformação econômica da cidade foram deixando marcas no território, na paisagem, nos corpos e na sociedade de Pelotas, e continuam marcando. E é justamente em reação a esse modelo de cidade e sociedade que se manifesta a ocupação Kilombo Urbano - Canto de Conexão em Pelotas/RS. Por meio de corpos negros, pobres, mulheres e estudantes que, constituindo-se em agentes sociais em [re]existência ativa e através dos lemas do direito à cidade e à moradia, da ocupação e da reativação do território urbano abandonado, têm promovido uma luta social e urbana reivindicando seus lugares de fala, de produção cultural e de moradia em meio à cidade e à sociedade pelotense.

Fundada no ano de 1812 como Freguesia de São Francisco de Paula (1º loteamento), Pelotas foi elevada à condição de vila em 1832 e de cidade em 1835 (2º loteamento), mas sua importância histórica remonta do ano 1780¹¹⁹ com a instalação da primeira charqueada (Charqueada Boa Vista) às margens do Arroio Pelotas, dando início à produção e às atividades de comercialização do charque no RS. Uma forte seca que castigou o nordeste brasileiro em 1779, dizimando o rebanho de gado, forçou a migração de comerciantes para o sul do país, especialmente ao RS que contava com abundância de gado – introduzido pelos jesuítas no séc. XVII. Dentre eles, o português José Pinto Martins, produtor de carne seca (de sol) no Ceará, que vem para o sul e estabelece, aqui, a primeira fábrica de salga de carnes iniciando, na virada do séc. XVIII-XIX, o ciclo do charque em Pelotas. Isento de vento e areia do litoral, mas próximo do Porto de Rio Grande, o local à margem direita do Arroio Pelotas foi propício para o rápido e lucrativo progresso charqueador, consolidado em grandes propriedades rurais de caráter

¹¹⁹ Cabe ressaltar que, no mundo, o contexto era o da 1ª Revolução Industrial (Inglaterra, 1760-1850) que promoveu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo; do início da intensificação do liberalismo, marcado pelas revoluções burguesas na Europa (Revolução Francesa, 1789); e do intenso tráfico de escravos negros desde a África para a América pelo oceano Atlântico (o período mais intenso foi entre 1808-1853).

com olarias, hortas e pomares” (OGNIBENI, 2005, p. 49), nas proximidades passou a se desenvolver o núcleo urbano da cidade de Pelotas e, mais a noroeste, se encontravam as terras da Serra dos Tapes, local destinada às plantações, olarias e para o provimento da madeira para a construção civil.

O escoamento do charque para o mercado ocorria por meio de atracadouros, trapiches e embarcações no Arroio, pelas estradas e passos. O gado era comercializado na região da Tablada e depois seguia para os poteiros das charqueadas.

Os primeiros proprietários, em sua maioria homens vindos de Portugal, estabeleceram-se na região com seu negócio de charqueada, vinculando-se por meio de casamentos e compadrio com outras famílias proprietárias e com trabalhadores livres. Para estes grupos mais abastados, donos das fábricas de salga, havia que manter a estrutura familiar que fomentasse e mantivesse a indústria funcionando. Para tanto fizeram uso dos casamentos, principalmente de suas filhas, associando-se com proprietários abastados [...] (OGNIBENI, 2005, p. 247).

O processo de fabricação do charque permitia a conservação e o transporte da carne, importante fonte alimentar proteica, especialmente destinada aos escravos nas lavouras de café e açúcar da BA e do RJ durante o período colonial tardio (1780-1822) de crescente populacional, no Brasil, mas que também era exportado a outros países que mantinham mão-de-obra escrava, como o caso de Cuba. Os principais concorrentes do Brasil, na época, eram Uruguai e Argentina cujas produções se baseavam no trabalho livre e assalariado com maior produtividade, mas as permanentes guerras nesses países contribuíram para que o RS se tornasse o principal polo charqueador, Pelotas dominava entre 80%-85% da produção do país e, por conta da importância econômica, política e social que a cidade consolidou durante o séc. XIX, passou a ser conhecida como a Princesa do Sul. A economia do charque também desenvolveu toda uma indústria de produtos derivados como os curtumes, as fábricas de velas e sebos (FERREIRA, 2018).

Por mais de cem anos (1780-1888) os modos de produção e de comercialização do charque na região, calcados na exploração da mão-de-obra escrava, determinaram as atividades econômicas, trabalhistas sociais e raciais, e formou uma elitista classe de barões e senhores de terras e escravos. A prática laboral sagaz e insalubre se caracterizava pela baixa expectativa de vida e pelos violentos castigos por parte dos capatazes das charqueadas sobre os corpos negros, que, somado ao clima do rigoroso inverno, fizeram com que a região fosse apelidada de "inferno dos negros" (ibid.), para onde nenhum deles desejava ir. A sociedade saladeiril foi marcada pela “alta concentração de trabalhadores escravizados; [...] elevada taxa de masculinidade; a inexistência tendencial da família escrava na atividade; a possível utilização sistemática dos

planteis escravistas” (GUTIERREZ, 2001, p.177) e pelo caráter sazonal da produção com longos períodos de entressafas no inverno.

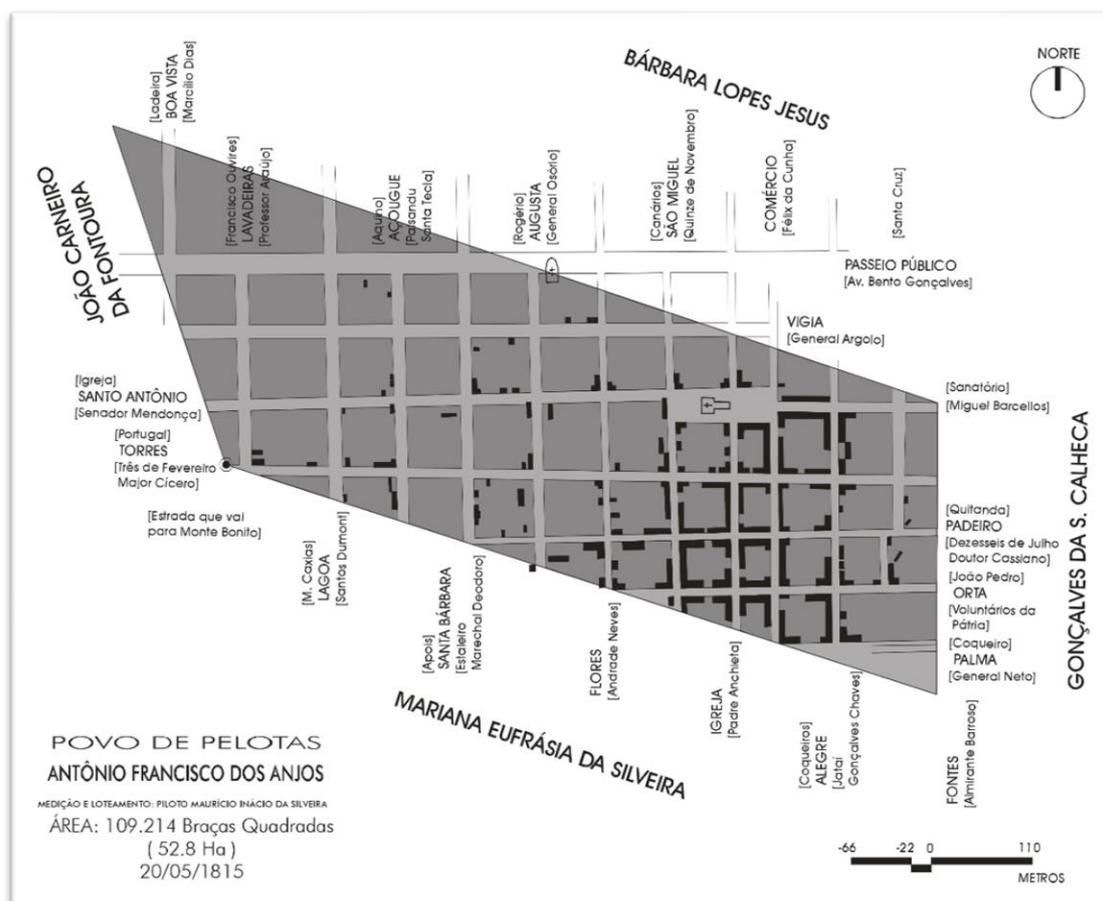
De novembro a maio era o período de matança do gado. No período entressafas, segundo Gutierrez (2001), os cativos trabalhavam na fabricação de tijolos e telhas das olarias e na construção civil, como alternativa rentável ao aproveitamento da mão-de-obra escrava. “A inexistência de oleiros e a presença de olarias instaladas na metade das fábricas de salga possibilitaria o aproveitamento ininterrupto da mão-de-obra cativa da fabricação sazonal do charque e como consequência alargaria o tempo de permanência da escravidão por ser um regime rentável” (ibid., p.177). A construção civil funcionou como uma produção de apoio à produção do charque que ergueu e ampliou uma cidade impulsionada pelo desenvolvimento fabril charqueador.

A vigilância também era constante sobre os corpos negros e seus cotidianos, tanto pelos senhores charqueadores como pelos capatazes que mantinham a vigília por meio da visão desde o interior de suas casas, dispostas estrategicamente nos terrenos das charqueadas. A resistência se expressava pelas constantes fugas e insurgências sistemáticas contra o regime subumanizado em que viviam, e deram origem aos quilombos, a exemplo da formação do Quilombo Manoel Padeiro¹²⁰, como espaços de resistência eficazes onde os negros podiam experimentar outras formas de vida e de trabalho por meio da organização de grupos que não se acomodavam às violências sofridas nos ambientes das charqueadas e conseguiram fugir. Os quilombos costumavam se formar na região da Serra dos Tapes (na direção NO da cidade) onde os charqueadores mantinham chácaras com plantações de milho, feijão, abóbora e trigo, de lá também provinha a madeira para as caldeiras das charqueadas, para os fornos das olarias, para as construções e fabricação dos objetos de marcenaria (GUTIERREZ, 2001).

¹²⁰ Segundo o professor de História, Filosofia e Relações Humanas, Joaquim Dias, o Quilombo Manoel Padeiro, reconhecido como um dos mais importantes quilombos da história do RS do séc. XIX existiu entre 1834-1835 na Serra dos Tapes, região serrana pertencente ao município de Pelotas de pouca ocupação na época, apesar de já possuir algumas olarias e chácaras. Manoel Padeiro, por vezes descrito como o "Zumbi dos Pampas", - em alusão ao líder do Quilombo dos Palmares maior quilombo registrado na história do país – foi um homem escravizado que fugiu do senhor charqueador Boaventura Rodrigues Barcelos. Fugido, viveu na região da Serra dos Tapes e, ao lado da companheira Marcelina, liderou o quilombo reunindo um grupo com cerca de 12 pessoas. Os quilombolas de Manoel Padeiro, a partir de 1835, realizaram diversos ataques a olarias, senzalas e chácaras libertando escravos, especialmente mulheres, roubando alimentos, armas e outros utensílios para uso próprio ou para a venda. O nomadismo do grupo dificultava que fossem pegos e a forma como se organizavam, dividindo as atividades também contribuíram para o sucesso de sua resistência. No entanto, ao menos duas vezes, os acampamentos foram descobertos e confrontados em combates com patrulhas de forças policiais, alguns quilombolas mortos, outros presos, as mulheres retomadas pelos capatazes e seus pertences apoderados, mas os que conseguem fugir se reorganizam e seguem em resistência, até que em setembro de 1835, às vésperas da Revolução Farroupilha, um grande combate dá fim ao Quilombo. Na ocasião, cerca de seis ou sete quilombolas fogem, incluindo o líder Manoel Padeiro, mas o que aconteceu com eles ainda é uma incógnita na história. Fonte disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5FblRm36iE&t=789s&ab_channel=JoaquimDias> Acesso em: jun. 2022.

A ocupação do território de Pelotas partiu, especialmente, de famílias de comerciantes já estabelecidos na Vila de Rio Grande (atual cidade de Rio Grande) que passaram a investir capital na montagem de charqueadas do povoado de Pelotas. O primeiro loteamento urbano (Figura 32), em si, teve início pela compra de terras por Antônio Francisco do Anjos, no início do séc. XIX, e pela construção de uma capela (atual Catedral São Francisco de Paula) como “ato fundacional que legitimou institucional e socialmente este parcelamento de terras de uso privado para fins de urbanização” (CARRASCO, 2017, p. 598).

Figura 32 - Mapa do Primeiro Loteamento, Freguesia de São Francisco de Paula, 1815



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 168.

O local escolhido, plano e menos alagadiço, foi o planalto entre o arroio Santa Bárbara a oeste, o canal de São Gonçalo ao sul e o arroio Pelotas a leste. Ao redor da capela iniciou-se a instalação de residências, comércios e arruamentos seguindo a influência do urbanismo português, em formato reticulado quadrangular com ruas longitudinais (Norte-Sul) de largos gabaritos e ruas perpendiculares (Leste-Oeste), como travessas, de gabaritos mais estreitos (FERREIRA, 2018). A arquitetura de estética luso-brasileira, do final do período colonial e início do

império, se caracterizava pelos beirais aparentes, as telhas portuguesas e vergas retas sobre as janelas em guilhotina (mais tarde o arco abatido) (Ibid.).

Pode-se afirmar que o núcleo urbano surgiu também como um elemento articulador entre as esferas da produção e da acumulação de capital excedente (HARVEY, 2009) provenientes da economia charqueadora, e que o processo de produção urbana se apresentava como uma forma de garantir a manutenção da concentração da riqueza e do protagonismo social da elite pelotense (CARRASCO, 2017).

A freguesia que deu origem à cidade foi criada para atender à indústria da carne salgada. Desde o começo, caracterizou-se por ser um centro comercial e de serviços de apoio ao processo de produção do charque, às atividades que dele decorressem, à população que abrigava na sua sede e no seu entorno, etc. Requereu-se toda uma série de casas de moradia, aluguel, hospedagem, divertimento, comércio, consertos, manufaturas, saúde, educação, cultura, etc. Era preciso atender aos charqueadores, estancieiros peões e à população urbana que se formava. Construía-se também a infra-estrutura, os equipamentos urbanos, as estradas, os portos, e realizavam-se obras de desobstrução das vias navegáveis. Mantinham-se os edifícios, a infra-estrutura urbana, as vias terrestres e fluviais, lacustres e marítimas. O estudo sobre a *Arquitetura da Charqueada* implica fundamentalmente uma reflexão que leve em conta a sociedade que produziu e organizou esse espaço complexo, onde a construção civil foi uma alternativa à produção charqueadora. Não se restringe ao somatório de exames de estabelecimentos individuais; sua escala atinge aos estudos regionais (GUTIERREZ, 2001, p.176).

E, assim, numa região eminentemente rural do Pampa Sul-Rio-Grandense, de atividade pecuária extensiva, configurou-se um dos primeiros núcleos urbanos do Estado do RS.

De início, o local utilizado como principal travessia para o rebanho de gado provindo dos Campos Neutrais, o desembarque e a comercialização de pessoas escravizadas em direção aos saladeiros, para a entrada das tropas, a fiscalização, a taxação de mercadorias e a cobrança de impostos era o Passo dos Negros (GUTIERREZ, 2001), próximo ao encontro entre o Arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo (importante via fluvial que ligava Pelotas ao porto marítimo de Rio Grande). Um primeiro loteamento urbano chegou a ser projetado nesse local, no entanto, o feito não se realizou em função do forte mau cheiro, dos dejetos da produção charqueadora jogados nas águas, do medo das revoltas dos escravos e da força política dos interessados em lotear as terras mais ao norte (ibid.).

O Passo dos Negros (Figura 33) funcionou como o antigo Porto da cidade. Na região também se localizava uma importante charqueada que, após o período do charque, sediou o Engenho de Arroz São Gonçalo do coronel Pedro Osório, um dos maiores da América Latina (GILL *et al.*, 2017).

Figura 33 - Ilustração “Engenho Antigo e Charqueada: Passo dos Negros, Pelotas/RS, Brasil”.



Fonte: Elaboração de Ana Langone, 2021.¹²¹

Por figurar como um dos palcos da escravização de pessoas negras nas charqueadas pelotenses, o Passo dos Negros apresenta ruídos entre o sistema escravagista e o trabalho assalariado. Ao percorrer a Estrada do Engenho tu te transporta para uma cosmologia onde o fluxo do passado e do presente coexistem, uma energia que nos leva a lutar com as comunidades negras da região por uma retratação histórica. A amplitude que a paisagem do canal São Gonçalo proporciona é recortada por um imponente engenho, desativado em 1994 onde a metros de distância existe um prédio de uma antiga charqueada. A matança do boi para a produção do charque construiu a base comercial da região e propiciou comportamentos de alto padrão para a sociedade pelotense entre meados do XIX e início do século XX. [...]. O engenho de arroz foi construído no início do século XX por Pedro Luiz da Rocha Osório, uma iniciativa para alavancar seus negócios. Como tinha empreendimento como charqueador, e a queda desse tipo de negócio se anunciava no início da República, ele buscou novas técnicas de cultivo de arroz e virou um dos maiores engenhos da América Latina. A escravidão não acaba de um dia para o outro! Por isso, a charqueada e o engenho não devem ser vistos como algo separado. Os prédios estão ali como registros da história, sendo que, os que podem contá-la são os trabalhadores e trabalhadoras que levantaram esta cidade, e nós, negros e negras, temos uma grande relevância nesta construção (LANGONE, 2021)

¹²¹ Fonte disponível em: disponível em: <<https://www.analangone.art/engenhoecharqueada>> Acesso em: fev. 2024. A página e a ilustração são resultantes da pesquisa de mestrado “Vivências Poéticas de uma Mulher Negra: Arte, Escrita e Design como ferramentas para produzir uma Narrativa Transmídia Multiplataforma sobre a história do Passo dos Negros em Pelotas” de Ana Langone (PPAGVI-CA/UFPEL).

Apesar do grande comércio por via fluvial, principal meio de transporte da época, o baixo calado dos arroios e da saída do Canal São Gonçalo no encontro com a Lagoa dos Patos obstruía a passagem de barcos de grande porte. Mas, por volta de 1870, uma grande obra de abertura no Canal São Gonçalo que permitiu a circulação de navios de grande calado, gerando um aumento exponencial na possibilidade comercial de importação e exportação de Pelotas, o atual Porto da cidade e o bairro Porto passaram a se desenvolver (FERREIRA, 2018). A expansão urbana também chegou na região, fortificada com a instalação, em 1873, de uma linha de bonde ligando o bairro portuário à zona central da cidade. Em 1880, se estabeleceu um “caminho de ferro” (ibid.) ligando Rio Grande à Bagé, passando por Pelotas, a linha férrea permitia a conexão terrestre entre Pelotas e Rio Grande e facilitou a locomoção mais rápida e barata de passageiros e mercadorias. Mais tarde, em 1906, um ramal ferroviário foi ligado ao Porto de Pelotas, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento econômico e urbano da região.

É também na segunda metade do séc. XIX que ocorre a maior chegada de imigrantes europeus em busca de trabalho na rica região ao sul do Brasil, tanto colonos alemães que passaram a trabalhar na produção agrícola, colonizando áreas próximas à Pelotas para abastecer a população da cidade, como ingleses, franceses e outras nacionalidades europeias. Assim, arquitetos, fotógrafos, professores de música e pintura, jornalistas e comerciantes passaram a se estabelecer na cidade e na região, contribuindo na formação de uma diversidade cultural e intelectual importante. Presume-se que foi a partir do funcionamento do Porto de Pelotas, com a chegada desses profissionais imigrantes nos grandes navios, especialmente italianos, que a estilização passou a reger sobre a antiga arquitetura colonial, ao gosto da elite local (FERREIRA, 2018). Uma elite branca, fruto do negócio do charque, formada por barões junto com grandes comerciantes, fazendeiros e proprietários de terra e imóveis, sem relação com o charque, e cujos herdeiros das grandes fortunas tiveram a oportunidade de estudar, especialmente, medicina e direito, em faculdades fora do RS, e acessar a alta cultura concentrando prestígio social, riqueza e poder político. A riqueza produzida, a partir da economia do charque, e a proximidade com o Porto de Rio Grande também favoreceram o acesso à diversidade de mercadorias, o consumo de artigos de luxo, arte e carruagens, além de contato com comerciantes de outros países tornando Pelotas um grande polo comercial da metade sul do Estado (ibid.).

O período entre 1860 e 1890, mesmo em um contexto já de crise das charqueadas escravistas¹²², foi marcado por grandes obras de melhoramento urbano na cidade, calçamentos

¹²² A crise charqueadora gaúcha se evidencia a partir dos anos 1860-1870 especialmente em função da crise da mão-de-obra escrava e a concorrência, pelo mercado interno, com os saladeiros platinos que passam a introduzir inovações, com o emprego de mão-de-obra assalariada, livre e especializada, e a utilização de máquinas a vapor, garantindo

e instalação da Cia Hidráulica Pelotense (1871) que promoveu a canalização da água, fontes e chafarizes para suprimento público de água. A exemplo do Chafariz As Nereidas (1873) instalado na praça central da cidade, em substituição ao pelourinho erguido em 1832. Também é desse período o início da estilização do casario das residências urbanas e palacetes dos representantes da elite local, que substitui a arquitetura colonial luso-brasileira pelo estilo eclético historicista, com referências à arquitetura neoclássica, mas também do barroco e, mais tarde, do *art nouveaux*, como uma forma da elite pelotense em demonstrar suas conquistas econômicas e os prestígios sociais acumulados pelo lucro oriundo da carne salgada e suas atividades comerciais (ibid.). Uma arquitetura elitista e esplendorosa construída e mantida em funcionamento diário por meio de mãos negras, dos mesmos corpos¹²³ que viviam nas senzalas do andar de baixo dos palacetes.

Como salienta Carrasco sobre a ambiguidade manifesta no protagonismo de numa civilização urbana que vive e enriquece às custas da exploração do trabalho dos corpos negros:

A cidade dos casarões, de arquitetura sofisticada, dos teatros e dos chafarizes, era também a cidade das senzalas e dos cortiços, expressando em sua forma urbana, e na sociabilidade dela derivada, as ideias que conformavam o arcabouço ideológico sobre o qual se justificavam e se legitimavam as contradições latentes observadas entre os modos de pensar e de agir, entre a moral pública e a privada e entre a reivindicação da civilização como horizonte a ser alcançado a partir da generalização da barbárie (CARRASCO, 2017, p. 602).

Tratou-se de um período de grande modernização da paisagem urbana com a remodelação do paisagismo de praças, a construção de diversos equipamentos culturais, como os teatros, a instalação de empreendimentos comerciais e o desenvolvimento do setor de serviços, a fundação de clubes sociais e a formação de grupos culturais ligados ao teatro, à música e à literatura.

No mesmo período, seguindo o movimento abolicionista que se espalhou pelo país na década de 1880, em Pelotas nasce e se dissemina uma imprensa negra com o jornal A voz do

melhor aproveitamento da carne e modernizando o caráter das empresas. Outro fator, segundo Pesavento (1992, p. 62) é o surgimento do primeiro frigorífico inglês na Argentina no ano de 1883.

¹²³ Para Jonas Vargas (In: FERREIRA, 2018), no período charqueador em Pelotas existiam os escravos ligados diretamente ao trabalho nas charqueadas (carneadores, salgadores e tripeiros); haviam os escravos campeiros e lavradores ligados a setores acessórios às charqueadas como as Estâncias de criação de gado, em chácaras e sítios; os escravos marinheiros nas embarcações; os escravos com ofícios especializados (carpinteiros, sapateiros, pedreiros e costureiros (as)), que muitas vezes eram alugados por seus 'senhores-donos' a outras pessoas; e os escravos domésticos (lavadeiras, mucamas, cozinheiras, copeiros, boleiros). O Barão de Butuí, por exemplo, tinha 27 escravos domésticos. Num geral, o preço por um homem escravo costumava ser maior, e com a lei do ventre livre de 1871 o preço das mulheres escravas diminuiu ainda mais, em virtude de não poderem mais gerar filhos em cativeiro.

Escravo (1881) que, por meio de artigos esboçavam propostas e campanhas abolicionistas, denunciavam os maus tratos e as violências, de todas as ordens, sobre os corpos escravizados e noticiavam experiências bem-sucedidas de emancipação e concessão de liberdade a cativos no país. Criam-se também o Clube Abolicionista (1881) e os jornais *A discussão* (1883) e *A Penna* (1884). O processo de organização de grupos negros na cidade, sejam livres, libertos ou escravos, em associações e clubes, como o exemplo do Centro Ethiópico (entidade de representação política dos negros) deu início ao processo de abolição da escravatura na cidade (GILL *et al.* 2017). Por meio da congregação, em coletividades, organizavam fugas e rebeliões, que contavam com o apoio de artistas, artesãos e trabalhadores em associações abolicionistas.

Em contraponto com a formação da cidade espetáculo, excludente e desigual que se formava, em 1884, Pelotas declara liberta a mão de obra cativa, no entanto, os contratos de trabalho oferecidos não permitiam que a população negra, agora livre, tivesse condições de construir suas vidas fora das charqueadas, obrigando-os, na maioria, a permanecerem ligados aos antigos trabalhos pelo resto de suas vidas. Em 1888, a Lei Áurea põe fim à escravidão negra no Brasil. Com o fim da escravidão, a falta de mão-de-obra foi um dos principais fatores para a crise das charqueadas pelotenses. Mas, a produção do charque ainda se manteve pelo século XX na região sul, em cidades como Bagé e Quaraí.

Em 1890, a população negra formava cerca de um terço da população urbana de Pelotas e sua grande concentração na cidade tornou-os um dos principais grupos de trabalhadores do município. Durante a maior parte do século XX, os negros sofreram muito com a segregação e o preconceito racial, que terminaram condicionando suas chances de ascensão social e de busca de emprego na cidade. Para combater essa discriminação e apoiar-se mutuamente, fundaram várias entidades, iniciando no tempo do Império e terminando por montar uma rede associativa completa, que incluía entidades mutualistas, recreativas, políticas, religiosas, musicais e esportivas. Essas entidades proporcionavam oportunidades de socialização, educação, confraternização e lazer, além da criação de redes de compadrio, de amizades e matrimoniais, congregando esse grupo étnico e dando-lhe melhores condições de resistência frente à forma como era visto pela sociedade brasileira, impregnada pelos efeitos dissolventes da ideologia do “branqueamento” (que propugnava que os negros, com o tempo, se diluiriam na sociedade branca) e pela falsa ideia da “democracia racial” (GILL *et al.*, 2017, p. 202)

A abolição do trabalho escravo não acompanhou a criação de políticas públicas que garantissem a inclusão, os direitos civis, políticos, econômicos ou sociais aos corpos negros libertos (FERREIRA, 2018). Mesmo livres, a presença dos negros não era aceitável nos espaços públicos, nem em clubes ou outras instituições. O processo de subalternização promoveu também a periferização dessa população e as inúmeras formas de exploração, racismo, violência

e exclusão social que se mantém até a atualidade. A força de aniquilação se mantém, ainda, na forma como a história é contada e a memória apagada. O racismo e a exclusão social são marcas características desde as origens da cidade de Pelotas. Por outro lado, a contribuição afrodescendente na formação cultural e social da cidade, incluindo a gastronômica, a religiosa e a musical, tem sido cada vez mais reconhecida por meio de um processo reivindicatório inclusivo, que implica muita luta e pesquisa nos acervos históricos locais e regionais, e na valorização das narrativas negras passadas de forma oral de geração em geração.

Cabe, aqui, ressaltar que a articulação entre as Leis 581/1850 (que instituiu o fim do tráfico de escravos) e a Lei de Terras (601/1850), promulgadas no mesmo ano, foram importantes no sentido da reorganização das relações de trabalho e da regulação das formas de acesso à terra¹²⁴, no entanto, mantiveram as desigualdades referentes à delimitação e ao aprisionamento do território e definiram as diretrizes das “novas regras sobre a organização do mercado de trabalho e sobre a delimitação das formas de acesso à terra, elementos fundamentais tanto para as atividades produtivas quanto para a manutenção da própria ordem social (CARRASCO, 2017, p. 600). Há uma relação bastante estreita entre a aplicação de tais leis e a determinação dos agentes com possibilidades de disputa pela posse (compra) ou acesso à terra, reafirmando a estrutura latifundiária, a concentração de terras e os grandes proprietários. Nota-se, por um lado, a libertação de pessoas escravizadas, e, por outro, um processo de escravização da terra.

Na virada do séc. XIX-XX, a decadência da economia charqueadora impactou fortemente o desenvolvimento da região que passou a investir na pecuária extensiva e no plantio de arroz como opções econômicas, que também geraram grandes riquezas aos investidores locais, estrangeiros e proprietários de terras. Assistiu-se, o desenvolvimento da indústria têxtil (Cia Fiação de Tecidos Pelotense, 1910, por exemplo), com o algodão provindo do nordeste brasileiro e maquinário inglês; indústrias de sabões e velas, e indústria cervejeira, potencializadas com o investimento de capital estrangeiro dos imigrantes. A industrialização, aos poucos, foi se direcionando também para produtos de origem agropecuária como a indústria de conservas, arroz, carne bovina, lã e a indústria doceira (o açúcar também provinha do nordeste).

A inserção da indústria no território urbano deu início a um forte processo de urbanização, afirmando as palavras de Lefebvre (2001, p. 16) que relaciona tal processo a “dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica

¹²⁴ Com relação à questão de acesso à terra, é importante salientar que, no Brasil do período colonial, até 1822, funcionava o sistema de sesmarias, sendo os lotes de terras distribuídos pela Coroa Portuguesa a beneficiários. Após, as aquisições de terrenos se davam pela posse e ocupação daqueles que mantinham maior força política e militar. Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra devoluta (desocupada, e de propriedade do Estado) somente pode ocorrer por meio da compra.

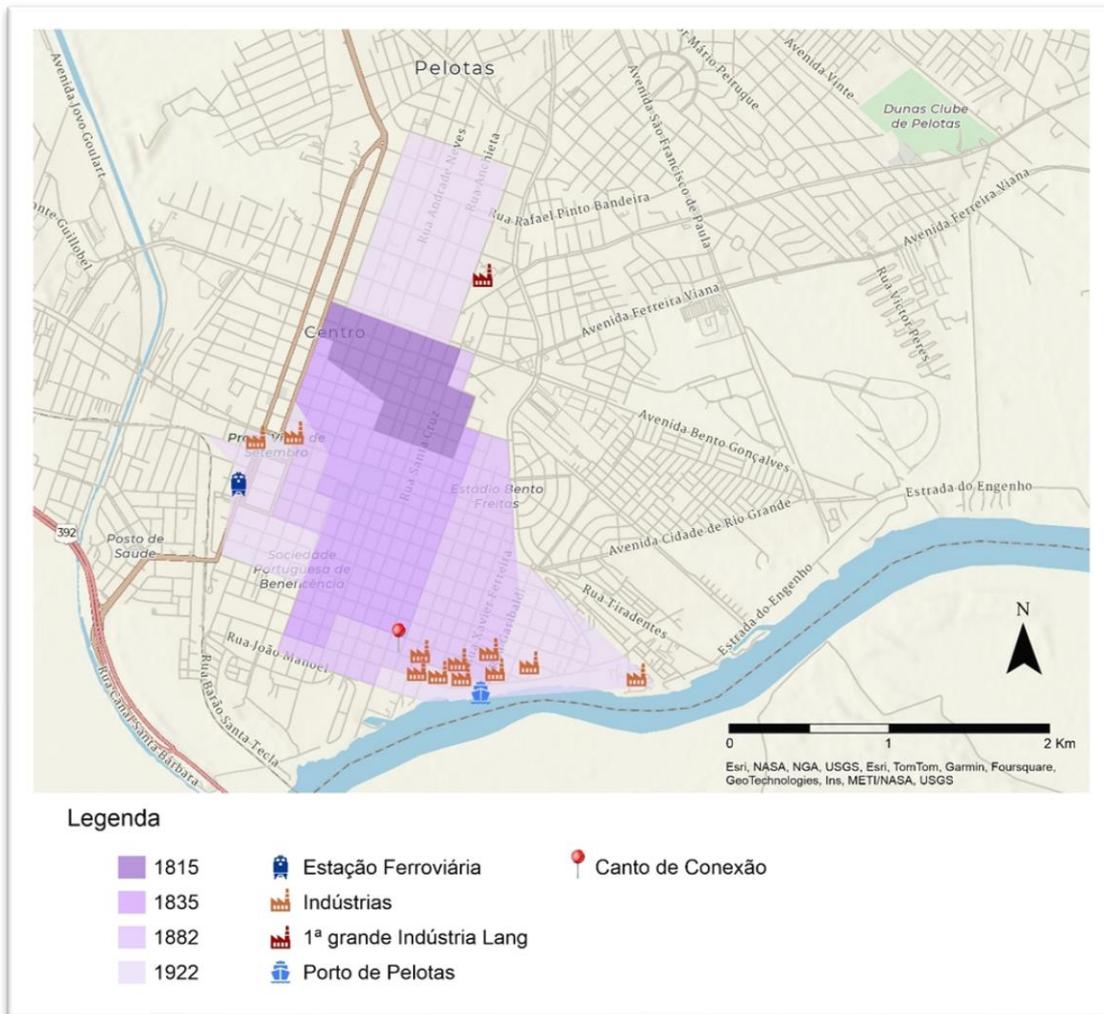
e vida social”. E, no caso de Pelotas, segundo Carrasco (2017), o crescimento populacional da cidade também deixou visível a pobreza urbana, pelas definições dos perímetros urbanos de exclusão e pela produção admitida de cortiços¹²⁵, pelo poder público, como forma de moradia urbana à população mais pobre. E, assim, a produção de habitação precária passou a se consolidar como um instrumento de alta rentabilidade e dominação, mantendo “o domínio político, econômico e social” (ibid., p. 602) da elite pelotense sobre os mais pobres, e dando início, às relações de desigualdade e segregação entre centro (perímetro urbano delimitado) e periferia, sendo apenas àquele dotado de serviços públicos e infraestrutura urbana (ibid.).

No início do séc. XX, um novo modo de vida se instaura na cidade, com a possibilidade da energia elétrica surgem bondes elétricos para circulação de pedestres e a possibilidade de refrigerar alimentos. Em 1921 é inaugurado o Frigorífico Anglo, os frigoríficos põem fim às charqueadas, mas mantém as desigualdades sociais e trabalhistas. O período coincide, também, com o início do processo de industrialização do RS, que teve Pelotas como grande expoente, passando por um novo período de transformação econômica e social, marcado pela formação crescente de uma nova classe trabalhadora sem lugar no território urbano.

Esse primeiro período industrial, em Pelotas, seguiu a lógica de produção do espaço urbano do modelo característico fordista com uma organização espacial baseada na funcionalidade da reprodução do capital, assim, os setores produtivos definiram as localidades assegurando vantagens para o desenvolvimento de suas atividades fabris e comerciais. Sob os termos de usos e funções, as unidades fabris se concentraram em áreas com infraestruturas e equipamentos disponíveis aos seus processos produtivos (Figura 34), e as atividades de comércio e exportação ocupavam as áreas já consolidadas da cidade em proximidade com as áreas de moradia dos segmentos de alta renda. “Assim, delineava-se uma cidade segregada funcional e socialmente, com seu espaço diferenciado em termos de usos e funções, evidenciando em sua dinâmica interna a complementaridade entre suas grandes zonas homogêneas” (SÁ BRITTO, 2016, p. 589).

¹²⁵ A construção de cortiços no perímetro urbano central foi restringida pela Câmara Municipal de Pelotas, em 1881, visto que não correspondia aos padrões de moradia previstos à ocupação e, tampouco, qualificavam a imagem de modernização prevista à cidade, no entanto, continuaram sendo admitidas em regiões periféricas ao núcleo urbano. A aprovação de um novo Código de Posturas para Pelotas, em 1888, ampliou ainda mais o perímetro de exclusão e indicou “a primeira tentativa de se estabelecer uma normativa referente às construções em geral, à organização dos usos, ao zoneamento e ao saneamento” (CARRASCO, 2017, p. 603). A construção dos cortiços era organizada pela Associação de Proprietários.

Figura 34 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-1922) e 1^{as} indústrias (1880-1940).

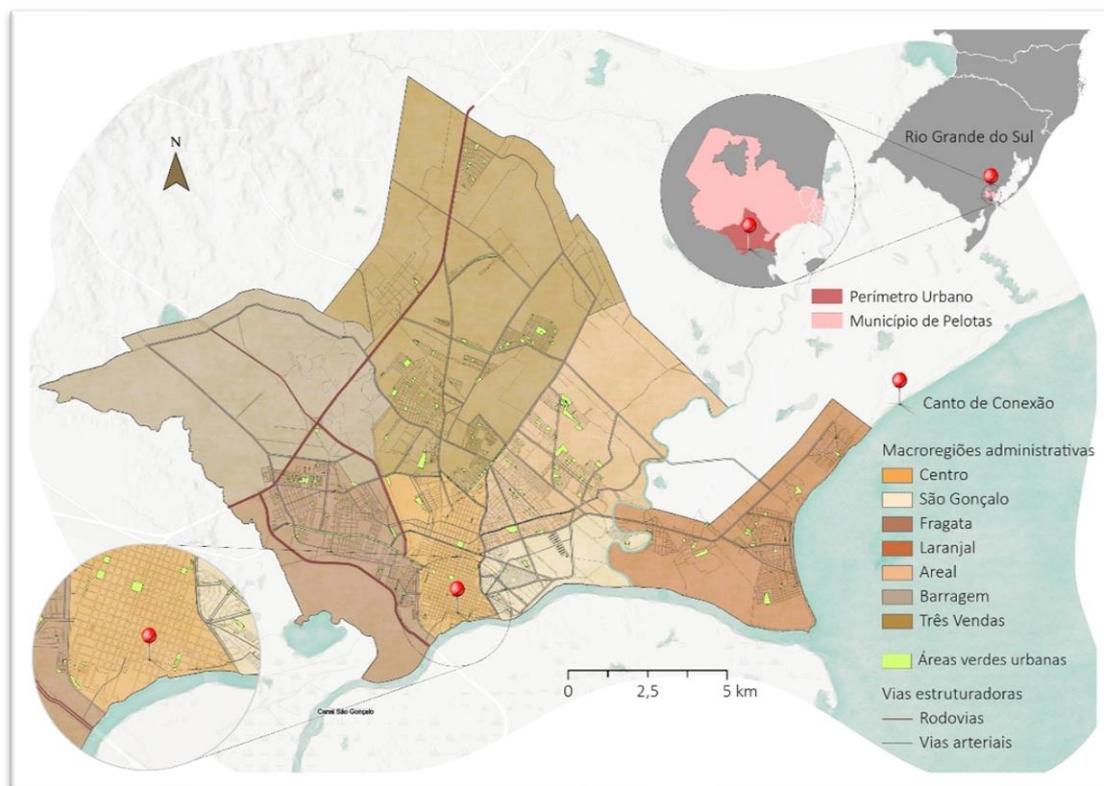


Fonte: Elaboração da autora, 2022, a partir de dados da PMPEL, 2015, e do mapa “Evolução urbana entre 1815 e 1922 e localização das primeiras indústrias de Pelotas de 1880 a 1940” (SÁ BRITTO, 2016, p. 590 (figura 1)).

O período também marcou uma transformação com relação à lógica espacial, referente ao processo de expansão da malha e da forma urbana da cidade. Se num primeiro momento, primeiro e segundo loteamentos, a morfologia era concêntrica, com um núcleo urbano central e bem delimitado acompanhando, especialmente, os limites naturais dos banhados do arroio Pepino (Leste) e do arroio Santa Bárbara (Oeste) (PERES & POLIDORI, 2011), e com crescimento mais evidenciado na direção sul (região portuária), na virada do séc. XIX-XX vê-se o início da dispersão da malha. Inicialmente manteve a limitação na direção norte, mas passou a ocupar partes da planície de inundação do Arroio Pepino avançando em direção aos locais de topografia baixa, ocupando os leitos maiores dos recursos hídricos e áreas de várzea, adjacentes à área urbanizada, atingido os limites naturais impostos pelos arroios Pepino e São Gonçalo, e consolidando as ocupações das localidades atuais do Centro e Porto-Várzea (direção SE) (ibid.). Em seguida, na primeira década do séc. XX, a malha urbana iniciou um processo de crescimento

na direção Norte¹²⁶, mesmo ainda mantendo a morfologia concêntrica, mas nas décadas seguintes, o surgimento de novos parcelamentos periféricos estendeu a área urbana a outros limites iniciando um processo de crescimento difuso e fragmentado (ibid.). O crescimento seguiu nas direções Norte e Nordeste (atuais bairros Areal e Três Vendas) e se intensificou também nas direções Oeste e Noroeste (atual bairro Fragata) (Figura 35).

Figura 35 - Mapa de localização cidade de Pelotas/RS, bairros e ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão.



Fonte: Elaboração da autora, 2021, a partir de dados da PMPEL, 2015.

E, assim, já nas primeiras décadas do séc. XX os problemas referentes à escassez de moradia, equipamentos e infraestruturas urbanas para as camadas populares da população, especialmente negros e trabalhadores operários, passaram a impactar a vida na cidade; se alastraram os assentamentos informais, os cortiços e as habitações precárias. O período de forte urbanização também foi marcado pela proliferação de doenças e epidemias, o que impulsionou ações pontuais, por parte do Estado, de modernização da cidade através de políticas de higienização e racionalização do espaço que funcionavam como ferramentas de repressão e de

¹²⁶ Até a atual Rua José Pinto Martins, limitada a Leste pela atual Rua Gonçalves Chaves e a Oeste pela atual Rua Marcílio Dias.

controle das forças sociais. O controle pode ser evidenciado pela criação dos códigos de posturas, código de obras e de incentivos fiscais que definiam as regras de produção do espaço urbano e a coerção social, por meio de medidas e ações repressivas para inibir construções em áreas valorizadas e da retirada de cortiços existentes no núcleo urbano central a fim de manter o padrão de apropriação e de reprodução espacial do capital industrial. Iniciam-se, também, grandes projetos urbanos higienistas no período (SÁ BRITTO, 2016), que culminaram no plano de saneamento de Saturnino de Brito, em 1927.

No entanto, sem uma política de enfrentamento ao problema da falta de habitação para o seguimento popular por parte do Estado, ficou a cargo da iniciativa privada a promoção da “construção de casas de aluguel, vilas operárias e loteamentos na periferia do núcleo urbano, fomentando, com isso, o surgimento dos primeiros promotores imobiliários profissionais na cidade” (ibid, p.589). Esse modelo acarretou a configuração de um espaço urbano ocupado de modo desigual, em virtude da relação entre a atuação de agentes privados, a valorização diferenciada do uso do solo e a ausência de um projeto de planejamento urbano. A malha urbana inicia um processo de dispersão, primeiro nas direções leste e sul, e mais tarde no sentido oeste e norte.

O padrão espacial difuso manteve a valorização da área central com o controle do padrão habitacional e a ocupação por segmentos de alta renda, concentrando a infraestrutura e as obras de modernização, ao passo que a expansão das áreas periféricas seguiu o padrão da autoconstrução e da precariedade de infraestrutura, equipamentos urbanos, moradia e mobilidade. Um processo de produção do espaço urbano que consagrou um padrão, segundo Carrasco (2017, p. 606), na “forma mercadoria como relação social dominante entre os homens e o espaço habitado” e, onde, ao Estado cabe a adequação e a administração das crises.

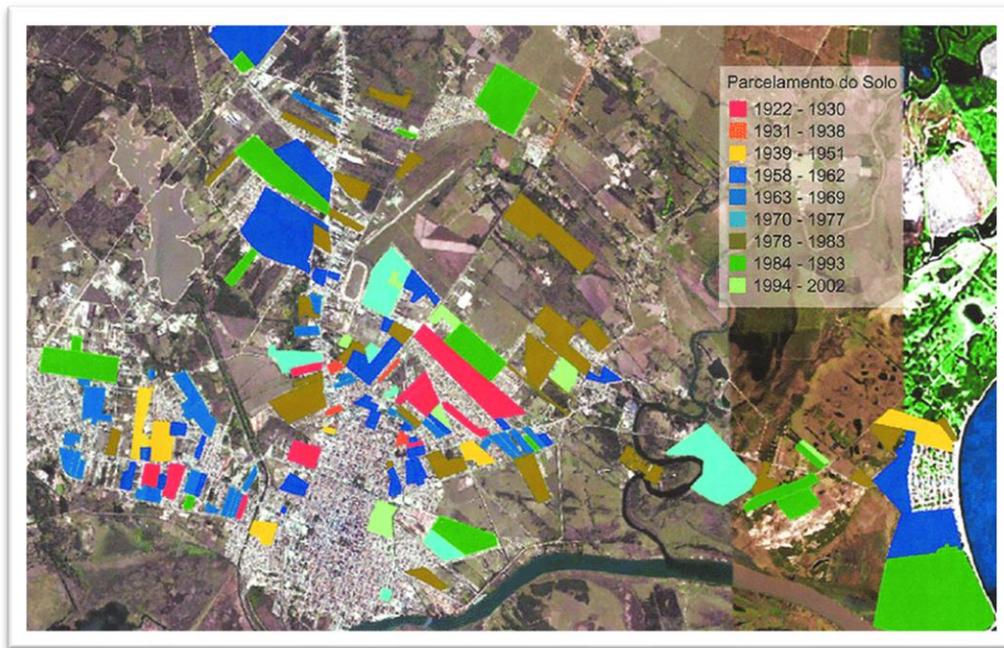
Consolida-se um cenário no qual os interesses e ações do poder público e da iniciativa privada passam a convergir. O Estado, ao definir tanto em termos abstratos (leis e decretos) quanto concretos (expansão da rede de infraestrutura e de serviços) os limites entre centro e periferia, oferece à iniciativa privada os fundamentos concretos (localização) e abstratos (mapa de valores) necessários para orientar sua produção. Os incorporadores imobiliários, por sua vez, fazem valer sua condição de proprietários dos meios de produção e do capital necessário para investir em um nicho do mercado que lhe dará retorno garantido e socialmente legitimado, além de aliviar a pressão social sobre o poder público no que diz respeito a políticas voltadas à habitação (CARRASCO, 2017, p. 605).

Destaca-se, nesse contexto, a implementação de projetos urbanos como o do Loteamento Bairro Simões Lopes (1914-1916), de iniciativa privada sobre terra privada de Augusto Simões Lopes, destinado à construção de casas proletárias para aluguel, em grande escala, para a população mais pobre. O novo bairro inaugurou “uma modalidade de exploração econômica de urbanização inédita até então” (ibid., p. 605). O loteamento foi implantado próximo ao perímetro urbano central delimitado, mas fora da área atendida pela infraestrutura urbana pública (saneamento, coleta de esgoto, iluminação) o que lhe conferiu um caráter periférico, pela localização - de costas para a Estação Ferroviária e centro - e pelas barreiras do Arroio Santa Bárbara e da estrada de ferro. “A adaptação do projeto à realidade pelotense, que implicou na construção de apenas 43 das 1.600 unidades previstas, e na venda dos lotes antes destinados ao aluguel, explicitou, naquele momento, os parâmetros a serem seguidos para que um empreendimento se tornasse economicamente rentável” (ibid., p. 606).

Apesar da não conclusão do projeto, pode se dizer que foi o primeiro ‘bairro planejado voltado para as classes populares’ da cidade e que a iniciativa explicitou as novas diretrizes da produção urbana pelotense, com pouco investimento e grande lucro, caracterizada pelo parcelamento e pela venda do solo de regiões periféricas, destinadas à autoconstrução, afastadas da área central e que resultou em inúmeros vazios urbanos interessantes à futura especulação imobiliária.

Esse padrão urbanístico, de territorialização desigual entre periferia e centro, orientado pela iniciativa privada e incorporadores imobiliários, criando áreas de urbanização precária afastadas do centro em terras mais baratas, ocupando – por meio de loteamentos populares - regiões de cotas mais baixas sujeitas a alagamentos, carentes de infraestrutura urbana e serviços públicos (ou parcialmente atendidas), e vazios urbanos (Figura 36) no intermeio, forçou a expansão do perímetro urbano oficial e evidenciou “a precarização do processo de urbanização e o acirramento da desigualdade” (CARRASCO, 2017, p. 607) que seguiria replicado nas próximas décadas como forma hegemônica de produção do espaço urbano.

Figura 36 - Mapa Pelotas (RS): expansão periférica do parcelamento do solo e formação de vazios urbanos (1922-2002).



Fonte: Carrasco, 2017, p. 607 (figura 2).

A lógica da propriedade privada como categoria fundamental e a segregação espacial e social que marcam esse modelo de produção urbana, em conjunto com a intensa especulação e a exploração econômica das formas de habitação precária como solução ao problema urbano, deram continuidade à lógica de uma sociedade escravocrata cuja elite concentra o domínio (capital, terra, modo de produção e costumes) e impõe seus interesses próprios sobre o restante da população, agora sobre uma sociedade 'livre' e de classes, o que caracteriza um "processo de transição conservadora para uma sociedade baseada no trabalho livre e na livre empresa" (ibid., p. 600). A concentração da terra e o acúmulo da riqueza segue mantida sob as mãos de uma elite que protagoniza e determina os modos de produção do território urbano e suas práticas de gestão. Fica evidente que, desde os primórdios, o processo de produção e de desenvolvimento urbano da cidade de Pelotas seguiu respondendo ao "problema do capital excedente" (HARVEY, 2009, p. 9) gerado, num primeiro momento, pelo polo charqueador e, em seguida, seguindo o modo de produção capitalista e industrial que tem na urbanização um forte instrumento de absorção e de reprodução do capital (ibid.), e onde a propriedade privada segue tendo papel central.

A zona portuária, nesse mesmo contexto, em virtude de sua posição estratégica para o escoamento de produtos e mercadorias, foi uma região de grande desenvolvimento no período industrial e local da instalação de um grande complexo de fábricas, depósitos, armazéns e prédios

públicos, retomando suas atividades. O ápice do desenvolvimento econômico, social e territorial da região se deu nas primeiras décadas do séc. XX, entre 1930-40, com a dragagem dos canais fluviais e os melhoramentos das instalações portuárias sob administração do Estado, como a construção do cais, três armazéns e a instalação de três guindastes (FERREIRA, 2018). Em função do aumento das atividades na região, relacionadas ao setor fabril e ao estaleiro, viu-se necessário também ampliar a área de desembarque e estacionamento fluvial, o que deu origem à construção do Quadrado.

Ao mesmo tempo, o bairro Porto foi se consolidando, em virtude do crescimento das atividades econômicas da região portuária que promoveu rápida e descontrolada urbanização. Uma ocupação que se deu, especialmente, em função do desenvolvimento da atividade hidroviária e dos empreendimentos fabris e que, rapidamente, passou a ostentar prestígio e importância econômica na cidade. Investimentos estrangeiros também contribuíram para o desenvolvimento fabril da região, a partir da construção de residências, vilas operárias, clubes, escolas e uma Igreja para atender a população que trabalhava nas fábricas e, outra parcela, de baixa renda, que vivia da pesca.

Entre os anos de 30 e 50, o crescimento da malha urbana da cidade se intensificou, consolidando os eixos de crescimento nas direções Norte, Nordeste, Oeste e Noroeste. Também surgem os loteamentos balneários (às margens da Laguna dos Patos) (PERES & POLIDORI, 2011). Mas, já ao final dos anos 30, em função das transformações na política econômica nacional, do advento do Estado Novo e da ampliação das importações, a cidade iniciou também um processo de retração do desenvolvimento fabril. O investimento dos recursos federais e obras de infraestrutura passaram a se direcionar ao eixo SP-RJ o que fez com que “as antigas regiões industriais isoladas perdessem força frente ao aumento da concorrência com as indústrias do Sudeste” (SÁ BRITTO, 2016, p.591). Inicia-se, em Pelotas, um forte processo de desindustrialização que se estendeu pelas décadas de 40 e 50, com o fechamento de unidades fabris e a expansão do setor terciário, visto que a intensificação da urbanização dos períodos anteriores também acarretou o crescimento do mercado consumidor na cidade. O aumento do desemprego, no período, e a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários também gerou diversos conflitos entre trabalhadores, governo municipal, sindicatos e empregadores e uma série de greves e embates.

A região do porto foi uma das mais afetadas pelo processo de desindustrialização, que gradativamente foi perdendo seu caráter de território de desenvolvimento econômico fabril. A partir dos anos 1960, a zona portuária inicia um forte e longo processo de abandono e

decadência. A falta de manutenção do canal que dá acesso ao Porto de Pelotas, o baixo investimento na renovação do aparato tecnológico das instalações fabris, o avanço tecnológico do eixo sudeste (especialmente São Paulo) na produção industrial, a política nacional que priorizou o transporte rodoviário e construção de estradas, a inauguração da ponte Pelotas-Rio Grande (1963) sobre o canal São Gonçalo e a concorrência com o Porto de Rio Grande, acarretaram um declínio no transporte hidroviário e no desempenho econômico do Porto pelotense. Em virtude da crise das atividades, a região portuária e o bairro Porto deixam de ser protagonistas importantes na economia da cidade e iniciam um processo de estagnação, decadência e abandono, marcado pelo esvaziamento progressivo dos espaços fabris, prédios comerciais e demais instalações (o ápice de abandono do bairro marcou a década de 1990), e pela diminuição da circulação diária dos operários em direção às fábricas.

O desemprego atingiu, especialmente, os antigos operários das fábricas que necessitaram fazer novos arranjos, por vezes improvisados, a fim de atender a demanda por sobrevivência e moradia. Ao mesmo passo em que as antigas instalações fabris, sem uso, foram sendo incorporadas e reconhecidas no acervo do conjunto do patrimônio industrial da cidade. No período entre 1960-1970, a região, especialmente às margens do canal São Gonçalo, passou também a ser ocupada por loteamentos irregulares e posseiros, muito em virtude da falta de fiscalização local, surge, por exemplo, a comunidade das Doquinhas sobre uma área de banhado que costeia a região do Quadrado.

A retomada da industrialização se deu apenas no início dos anos 1970 com o desenvolvimento de um novo parque industrial na cidade, voltado ao ramo alimentício – arroz, frigoríficos, curtumes e indústria de conservas vegetais - através de um complexo agroindustrial que passou a fortalecer a relação entre o rural e o urbano. Entre os anos de 1960 e 1975 surgem mais de 200 unidades fabris em Pelotas (SÁ BRITTO, 2016), em suas novas áreas de expansão urbana recolocando a cidade em posição de destaque na economia do RS. Tal crescimento foi facilitado pela série de políticas estatais destinadas ao desenvolvimento do setor industrial, linhas de crédito, financiamento internacional e “pela redução de impostos e incentivos fiscais decorrentes da reforma tributária de 1969 e do chamado “milagre econômico” brasileiro” (SÁ BRITTO, 2016. p. 592).

Nesse período, o território urbano passou por grandes modificações e intervenções estatais, especialmente através de obras de infraestrutura e construção de moradias por meio do BNH (Banco nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Grandes conjuntos de unidades habitacionais são construídos como parte de uma política habitacional,

destinados à população de baixa e média renda. O aspecto de uma política econômica assegurada pela mercantilização da terra e da moradia, beneficiada e facilitada pelo BNH, por meio de investimentos dos setores privados e da economia agropecuária, seguiu favorecendo o progresso do ramo imobiliário local e impactando profundamente a morfologia e a dinâmica urbana da cidade.

Predominaram três tipos de produção habitacional nesse período (MEDVEDOVSKI *et al.*, 2021), as construções privadas financiadas pelo BNH (entre 1964-1986) com projetos e execuções de construtoras locais; as Cohabs (Companhias de Habitação Estaduais) executadas na parceria entre governos federal e estadual; e os grandes conjuntos habitacionais através de cooperativas municipais, fundadas, na verdade, por empresas privadas locais ligadas à construção civil. O fato de os conjuntos habitacionais se localizarem longe do núcleo central provocou forte dispersão na malha urbana e a formação de grandes bairros periféricos agravando a segregação no território (Figura 37).

Figura 37 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-1988) e localização de residenciais BNH (1964-1980).



Fonte: Elaboração da autora, 2022, a partir do mapa “Evolução urbana entre 1815 a 1988 dos empreendimentos residenciais lançados pelo BNH de 1964 a 1980” (SÁ BRITTO, 2016, p. 593 (figura 2)).

Em 1968 e 1980 foram implantados, respectivamente, o I e o II Plano Diretor da Cidade, definindo o planejamento urbano como ferramenta administrativa da gestão municipal para organizar e lidar com os problemas urbanos. Os planos propunham diretrizes de zoneamento, uso, ocupação, parcelamento do solo e sistema viário; e as regiões vizinhas aos loteamentos populares, dos períodos anteriores, passaram a ser ocupadas por intervenção pública. No entanto, não se elaborou planos de ação para o problema habitacional, e os programas voltados à de regularização fundiária somente tiveram início no final da década de 80 (ibid.).

Entre os anos 80 e 90, Pelotas atravessou um longo período de estagnação e recessão econômica com o fechamento de diversas indústrias alimentícias marcando o período pelo desemprego crescente, a precarização das relações de trabalho e o empobrecimento dos trabalhadores. Apenas o setor terciário se manteve em estabilidade pela continuação do crescimento populacional, pelo caráter de polo cultural da cidade e pela presença das instituições públicas de ensino superior da cidade em relação à Metade Sul do RS¹²⁷. Também são fatores importantes o avanço da política neoliberal do país que impulsionou a diminuição da ação do Estado nas políticas sociais, a abertura econômica internacional e o incentivo às privatizações.

No período pós BNH (1986-2000), segundo MEDVEDOVSKI *et al.* (2021, p. 20), “a política habitacional ganhou, de fato, destaque e espaço na agenda municipal” com a implantação de “mais quatro loteamentos populares (Getúlio Vargas, Dunas, Darcy Ribeiro e Governação) num total de 5.600 lotes”. A prefeitura também fez um contrato com “a empresa Cotasul Ltda. para realizar o levantamento e georreferenciamento dos loteamentos e áreas irregulares com o intuito de identificar e regularizar áreas de fragilidade social da cidade” (ibid.). Foram identificadas 16 áreas irregulares pelo levantamento e iniciou-se processos de urbanização e de regularização fundiária em algumas áreas já consolidadas da cidade, o que acarretou aumento de arrecadação de impostos territoriais.

O início dos anos 2000 foi marcado pela implementação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que se referem, respectivamente, aos princípios da política urbana – a função social da cidade (a cidade deve ser planejada e desenvolvida de forma a atender às necessidades de seus habitantes, garantindo o direito à moradia, ao saneamento básico, à educação, à saúde, ao transporte e ao

¹²⁷ A UFPEL foi criada em 1969, originada por meio de um decreto-lei que transformou a Universidade Rural do Sul (URS), 1960, em Universidade Federal de Pelotas composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (fundada em 1957), Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. Fonte disponível em: <<https://portal.ufpel.edu.br/historico/#:~:text=Sua%20hist%C3%B3ria%20remonta%20%C3%A0%20Universidade,1957%20lutavam%20por%20sua%20cria%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: jun. 2022.

lazer); a solidariedade social (promovida pela política urbana, assegurando o acesso aos bens e serviços urbanos a todos os cidadãos, independentemente de sua renda ou condição social); e a equidade territorial (garantindo um desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional) – e ao direito à usucapião urbana. O Estatuto também estabelece uma série de instrumentos legais para institucionalizar as políticas de desenvolvimento urbano, mesmo cabendo aos municípios a responsabilidade sobre a política urbana. Temas como regularização fundiária, habitação, resíduos sólidos, redução de risco, mobilidade urbana e saneamento ambiental são tratados no Estatuto e contribuíram na atualização e/ou na elaboração dos novos planos diretores municipais.

No caso de Pelotas, a aplicação do Estatuto da Cidade forçou a elaboração do III Plano Diretor da Cidade (III PD, aprovado em 2008 por meio da lei nº 5.502/2008), impulsionando a tentativa de uma visão mais ampla de planejamento urbano. Passam a se estabelecer os conceitos de Áreas Especiais e Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), sob os temas de habitação, patrimônio histórico, meio ambiente e interesse social, e um Plano de Urbanização de AEIS (artigos 18 e 92 do III PD). No entanto, a aplicação “não tem continuidade, e no processo de aprovação do Plano Diretor na Câmara, são reduzidas as áreas de AEIS que destinam novas áreas para parcelamento e construção de unidades habitacionais para os setores de baixa renda” (MEDVEDOVSKI *et al.*, 2021, p. 22).

Por outro lado, entre 2001-2008, foi implantado na cidade o programa PAR (Programa de Arrendamento Residencial) numa iniciativa do, então, Secretário Municipal de Habitação e Cooperativismo Paulo Oppa “arquiteto e urbanista defensor do cooperativismo na promoção da habitação social” (ibid.) inspirado na experiência do cooperativismo uruguaio que, por meio de parcerias firmadas entre o poder público e o setor da construção civil local possibilitou a construção de “3.181 unidades habitacionais no PAR (3 a 6 SM) e no PAR Especial (2 a 4 SM), sendo 710 formadas por 2 condomínios de casas e 15 conjuntos de condomínios de apartamentos com o total de 2.471 unidades” (ibid.). A política habitacional desenvolvida pelo programa possibilitou, principalmente, o aproveitamento de áreas de vazios urbano e o acesso a locais próximos de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana a uma parcela da população de renda média. No entanto, não conseguiu atender plenamente o setor de baixa renda.

A partir de 2007 a Metade Sul do RS retomou a concentração de investimentos financeiros públicos por parte do governo federal, especialmente pela implantação do Polo Naval na cidade de Rio Grande e pela implementação dos PAC 1 e 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) que objetivava estimular o crescimento econômico e a geração de empregos na região. Em Pelotas, o PAC gerou investimentos nas áreas de infraestrutura (rodovias, pontes e

ciclovias), educação (escolas, creches e universidades), saúde (unidades de saúde) e habitação (construção de novos conjuntos habitacionais). No entanto, diversas tentativas de reassentamento por parte do poder público municipal, por meio do projeto PAC, foram rejeitadas pelas populações que habitam as periferias próximas à área central, visto que não tinham interesse em se deslocarem para regiões distantes, acarretando gastos com transporte e dificultando o ofício de muitos moradores que necessitam da proximidade com o centro da cidade. Outra questão que se salienta no desinteresse da população nas realocações é com relação aos vínculos comunitários já formados nas antigas localidades.

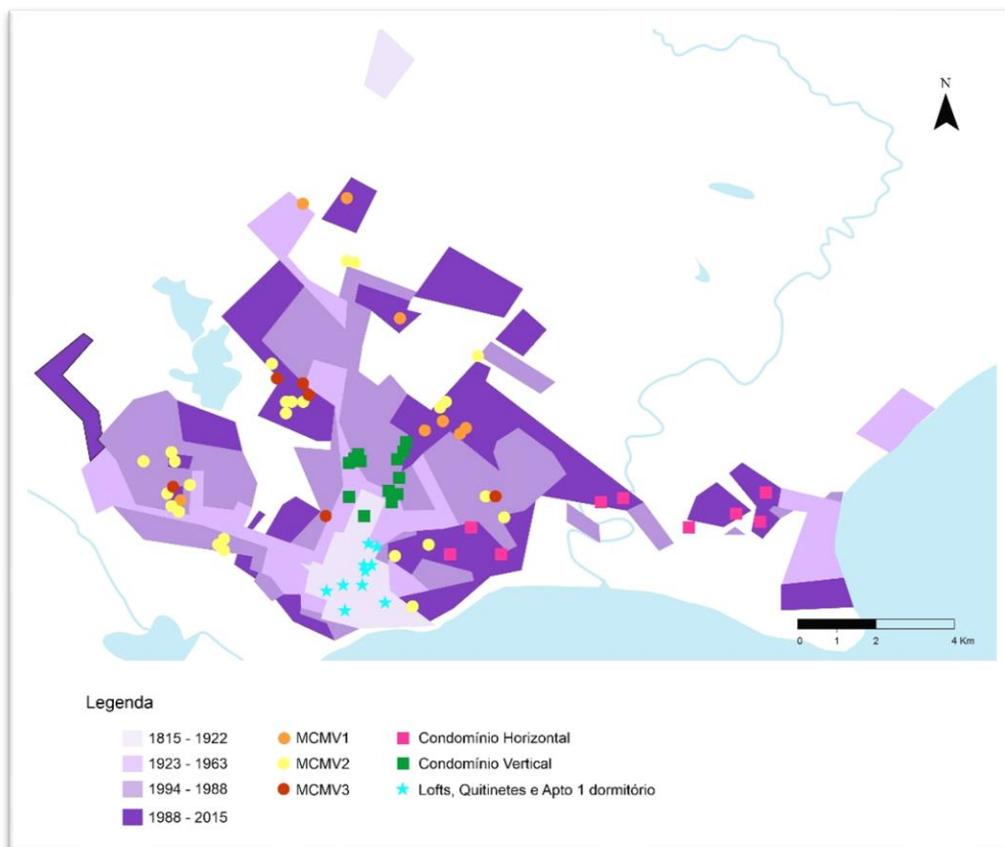
No ano de 2009, foi lançado, pelo governo Federal, o Programa Minha Casa minha Vida (PMCMV), como uma ferramenta de retomada ao fomento da habitação social, e responsável por uma significativa expansão territorial e produtiva no que tange o mercado imobiliário do país. Frente à crise econômica que atingiu o Brasil, a partir de 2008, tal estratégia contribuiu para a reestruturação do setor imobiliário, em rede com o setor financeiro atuante nas diferentes escalas (nacional e internacional) e empresas da construção civil (locais, regionais e nacionais). Nesse contexto, as cidades médias ganham papel de destaque enquanto fronteiras de realização e expansão do mercado imobiliário (SHIMBO, 2010), como foi o caso de Pelotas.

De modo geral, o setor imobiliário de Pelotas se apresenta historicamente como um setor com grande expressão política e econômica, exercendo função predominante na estruturação de sua dinâmica espacial e urbana, sobretudo na complementação dos ciclos de acumulação [...] na produção do ambiente construído. Contudo, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, os agentes imobiliários locais ampliaram consideravelmente sua escala de atuação consolidando o setor em função da acumulação propiciada pelo grande volume de capital mobilizado pelo programa na cidade [...] (SÁ BRITTO, 2019, p. 861).

O desenvolvimento do PMCMV, em Pelotas, se caracterizou ainda pela abertura do mercado local a grandes incorporadoras e construtoras nacionais e pela construção de unidades habitacionais, unifamiliares e geminadas na forma de condomínios fechados com alta densidade demográfica – “média de 214 hab/ha” (SÁ BRITTO, 2019, p. 866) em glebas de vazios urbanos de regiões periféricas, com potencialidade à expansão urbana, mas sem infraestrutura urbana disponível à implantação. Segundo análises de Sá Britto (2019), 79% dos recursos destinados à produção habitacional do PMCMV em Pelotas foram direcionados às faixas 2 e 3, apesar de que cerca de 90% das 9.100 famílias cadastradas no Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado pela Prefeitura Municipal em 2012, se enquadrarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo e “desse total mais de 93% habitam domicílios em condições precárias, denunciando o elevado déficit habitacional básico na cidade” (ibid., p. 861).

A questão da localização (Figura 38) também é um fator importante na análise, visto que, as grandes áreas de vazios urbanos que receberam a implantação dos empreendimentos são espaços que se mantiveram retidos ao longo do processo de formulação urbana da cidade, caracterizando-se por glebas descontínuas na malha urbana mesmo localizadas “no perímetro de expansão do tecido urbano” (ibid., p. 867). Ocorre que, tanto o sistema viário e o transporte coletivo público quanto demais serviços e equipamentos urbanos instalados – áreas de lazer, áreas verdes, postos de saúde e escolas – são insuficientes à demanda gerada pelo aumento demográfico nas regiões. Ao longo do processo, nas fases seguintes do PMCMV, a situação foi agravada ainda mais, com a gradativa diminuição de áreas verdes internas nos condomínios e o exponencial aumento da densidade, contrariando as diretrizes do III PD com relação à lei de parcelamento do solo e exigindo índices urbanísticos cada vez maiores àqueles pré-reservados a áreas de uso comum, serviços, equipamentos urbanos e comunitários, circulação e áreas livres para uso público, todas elas necessárias à qualidade da expansão urbana e ao desenvolvimento das funções sociais do território urbano.

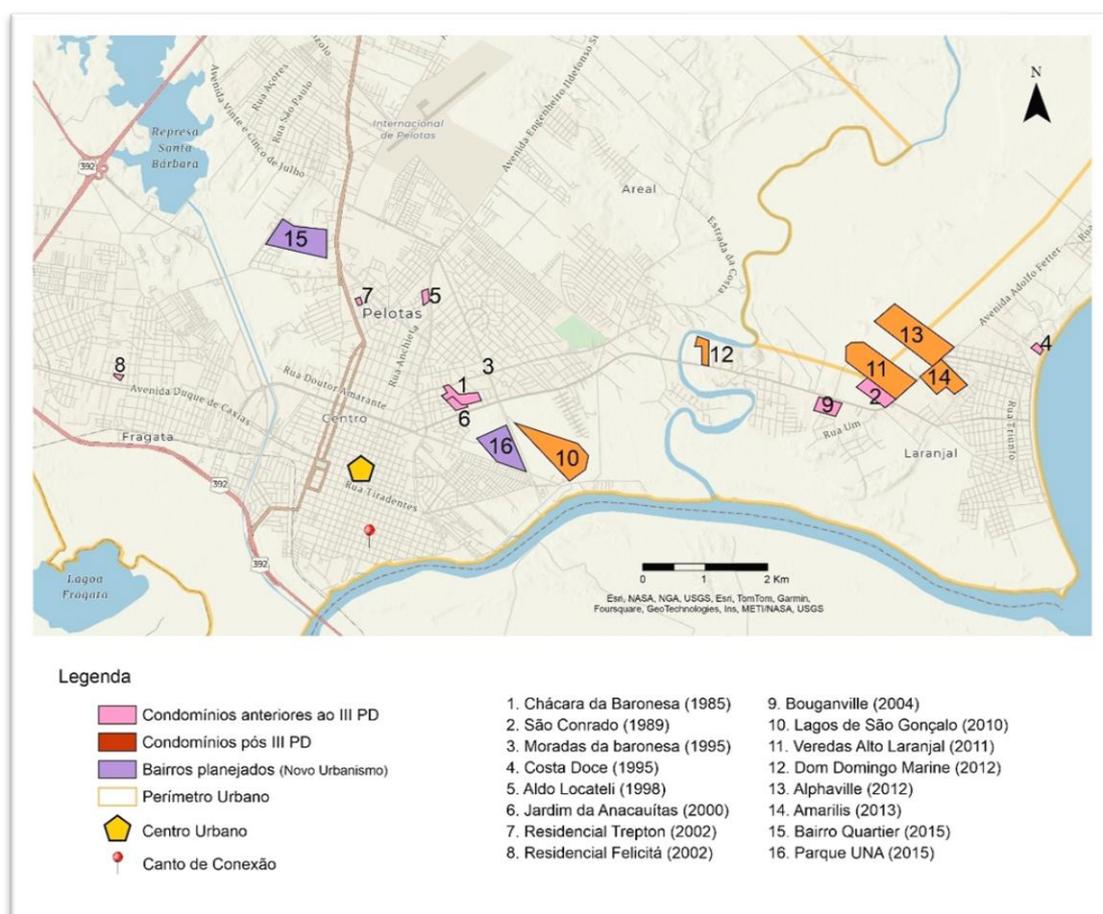
Figura 38 - Mapa Evolução urbana de Pelotas (1815-2015) e localização novos empreendimentos imobiliários residenciais (2009-2015).



Fonte: elaboração da autora, 2022, a partir do mapa “Evolução urbana de Pelotas entre 1815 a 2015 e localização dos novos produtos imobiliários residenciais de 2009 a 2015” (SÁ BRITTO, 2016, p. 598 (figura 3)).

No entanto, cabe salientar que, o que possibilitou esse tipo de adequação e formulação desigual do território urbano na cidade foram as sucessivas modificações, a partir de 2009, na legislação urbana municipal – aprovada pelo III PD em 2008 -, impulsionadas pelas grandes empresas do setor imobiliário vinculadas à produção dos empreendimentos. As mudanças flexibilizaram os limites estipulados das áreas para a tipologia ‘condomínios horizontais fechados’ (artigo 192 do III PD) que visavam impedir o alto adensamento e a segregação da expansão urbana. Assim, em 2009, a aprovação da lei complementar 5.603/2009 ampliou as áreas fixadas entre 1 até 1,5 hectares para até 5 hectares, “além de dispensar a reserva de área para uso público” (ibid., p. 868); e, três anos após, a lei 5660/2012 ampliou a área para 35 hectares. O mapa (Figura 39) demonstra o impacto das implementações na produção do território urbano da cidade, referente à dimensão e à localização dos condomínios implantados antes e depois das mudanças do III PD.

Figura 39 - Condomínios Habitacionais antes e depois do III PD de Pelotas/RS.



Fonte: elaboração da autora, 2022, com base no Mapa “Produção Condomínios Habitacionais antes e depois do III PD de Pelotas” (SÁ BRITTO; SOBARZO, 2020, p. 5).

As mudanças na legislação urbana da cidade também indicaram o caminho da nova lógica de produção do espaço intraurbano e de apreensão da cidade a seguir, além de explicitar o modelo de financeirização da terra, da propriedade e da moradia em voga no município determinados em prol dos interesses exploratórios dos grandes agentes imobiliários e financeiros atuantes no setor e a articulação entre os setores público e privado nesse contexto. E, dessa forma, mantêm-se o “caráter patrimonialista” (SÁ BRITTO, 2019, p. 870) da produção urbana entre as grandes empresas construtoras e incorporadoras de atuação nacional junto a empresas imobiliárias locais já consolidadas que, por meio de permutas, baixos investimentos de capital e riscos envolvidos (baixo valor da terra e dos custos das construções serializadas e padronizadas), possibilitam os altos lucros, a expansão produtiva e o poder de concorrência das empresas envolvidas. Tal modelo de gestão e produção habitacional se ampliou e passou a atender diferentes segmentos de renda, média e alta, para além das camadas populares e da habitação de interesse social.

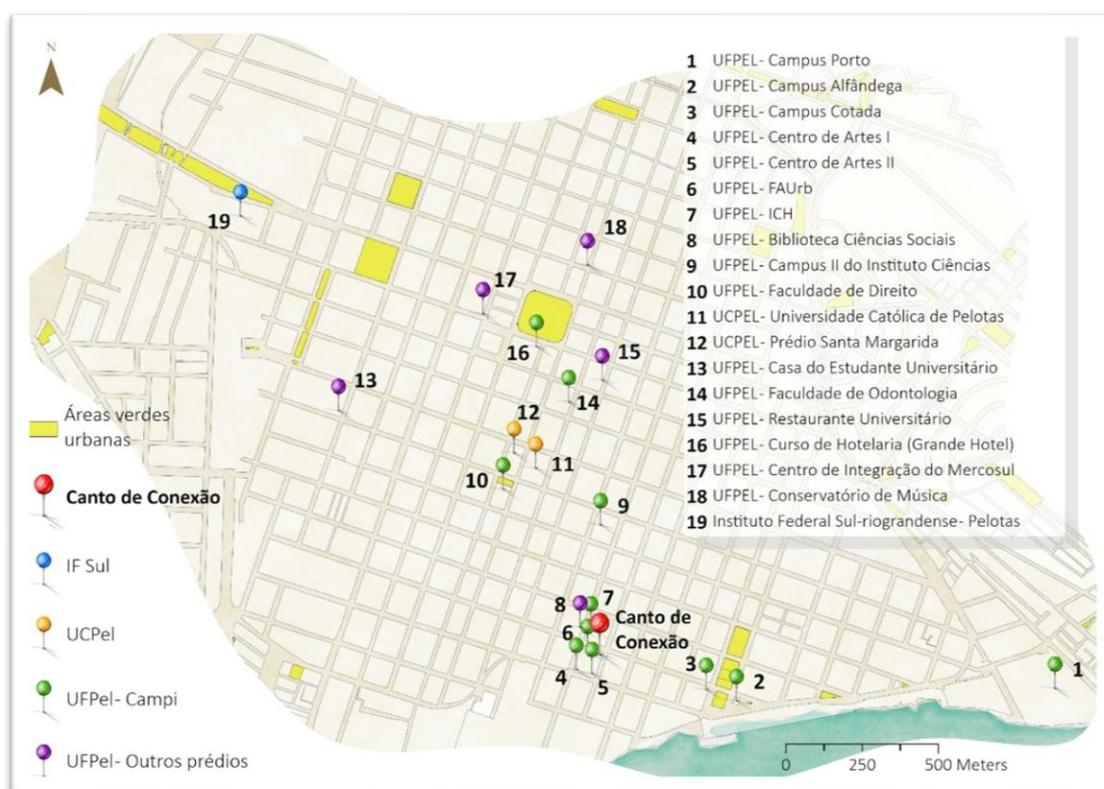
Nesse sentido, o setor imobiliário de Pelotas que já se apresentava, historicamente, como um setor de “grande expressão política e econômica, exercendo função predominante na estruturação de sua dinâmica espacial e urbana, sobretudo na complementação dos ciclos de acumulação por meio do acionamento das poupanças locais, do campo, do comércio e dos serviços na produção do ambiente construído” (ibid., p. 861), com a implementação do PMCMV na cidade ampliou ainda mais sua capacidade de atuação. Os resultados foram a conformação de formas de habitar e viver que transformaram definitivamente a lógica produtiva do espaço urbano, do uso do solo e da moradia da cidade de Pelotas.

Pela proximidade com a cidade de Rio Grande e o Polo Naval implementado a partir de 2007, Pelotas iniciou também um processo de hipervalorização de seus imóveis, especialmente pela demanda por moradia dos novos trabalhadores da cidade vizinha, fortalecendo seu caráter de polo regional de serviços, sobretudo pela oferta de moradia.

Outro fator que impulsionou a valorização dos imóveis e o crescimento do setor imobiliário na cidade foram a adesão da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que expandiu, entre 2007 e 2012, a oferta de cursos e vagas - foram criados 48 novos cursos, mais de 8000 novas vagas no modo presencial e cerca de 5000 à distância (SÁ BRITTO, 2016); e a adoção do Enem/Sisu (Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificado) como forma de ingresso à Universidade. Milhares de estudantes, de diversas regiões do RS e do país, foram atraídos ao polo universitário pelotense e a demanda por habitação aumentou ainda mais. A nova configuração acadêmica

forçou a expansão física da instituição, que ocupou, especialmente, edificações abandonadas do complexo industrial na região do Porto. Em 2009, a Reitoria se instala no prédio do Antigo Frigorífico Anglo¹²⁸, às margens do São Gonçalo, instituindo o Campus Porto da UFPEL. Diversas unidades acadêmicas também foram transferidas a outros prédios fabris ociosos e que correspondem a bens do inventário do patrimônio industrial da cidade (COELHO *et al.*, 2022) localizados no bairro Porto¹²⁹ (Figura 40).

Figura 40 - Mapa localização das Instituições de Ensino Superior na cidade de Pelotas/RS.



Fonte: Elaboração da autora, 2021, a partir de dados da PMPEL, 2015.

¹²⁸ A área de seis hectares que abriga o atual Campus Porto da UFPel já sediou, em 1908, a Charqueada de Brutus Almeida e, em 1916, o primeiro frigorífico gaúcho, a Companhia Frigorífica Rio Grande. Em 1924, foi vendida à firma inglesa Vestey Brothers e permaneceu desativada até 1942 quando se iniciaram as obras de adequação para o funcionamento do Frigorífico Anglo, inaugurado em 1943. Durante o funcionamento, além da carne, também produziu conservas de legumes e frutas. O encerramento das atividades se deu no início da década de 1990, e a área permaneceu abandonada até 2006, quando ocorre a doação à UFPEL pela Fundação Simon Bolívar. Fonte disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/45anos/anglo/> > Acesso em: set. 2022.

¹²⁹ São exemplos, os prédios da antiga Fábrica de Massas e Biscoitos Cotada (construído no início dos anos 1940) – atual Centro de Engenharias e setor de TV do Centro de Educação a Distância (desde 2009); da antiga Cervejaria Rio-Grandense (1889), mais tarde Cervejaria Brahma – atual Livraria e Editora da UFPEL (desde 2012); da antiga Alfândega do Porto (1935-1938) – atual Engenharia Geológica, Engenharia do Petróleo e Engenharia Hídrica (desde 2010); da antiga Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lã Ltda – Cosulã (1944) – atual Instituto de Ciências Humanas (desde 1996). Também faz parte do patrimônio industrial adquirido pela UFPEL, a Laneira (Centro de beneficiamento de lã, mais tarde, de fiação de lã e tingimento dos fios – 1949) no Bairro Fragata - atualmente, parcialmente ocupada pelo Centro Regional de Cuidados Paliativos do Hospital Escola da Faculdade de Medicina (desde 2010).

Nesse contexto, ampliam-se as estratégias dos agentes imobiliários e incorporadoras configurando um novo cenário urbano “estimulados pelas possibilidades de rápida acumulação via produção habitacional, [que] tem atraído capitais de origem produtiva, do campo e financeiro para a produção do ambiente construído em Pelotas” (SÁ BRITTO, 2016, p.595), principalmente através de empreendimentos residenciais, em diferentes tipologias, para os diferentes segmentos sociais.

Assim, por um lado, viu-se a multiplicação dos modelos de loteamentos para a população de baixa e média renda, localizados nas regiões periféricas, mas sem um planejamento eficaz de urbanização e infraestrutura urbana suficiente para atender a demanda crescente nessas regiões, que deu continuidade à produção de habitação precária em áreas de expansão da cidade (CARRASCO, 2017). Houve, ainda, as práticas de exploração imobiliária específicas para o setor universitário, em áreas de urbanização já consolidadas, por meio da construção e da oferta de *lofts*, quitinetes e apartamentos de um e dois dormitórios; somadas ao aumento dos aluguéis residenciais e à hipervalorização de seus preços na região entre centro e Porto. No caso desde último, cabe ressaltar que “com a valorização e a apropriação pelo público ligado à universidade tem-se observado o crescente abandono da área por parte dos ex-operários [proprietário dos imóveis] e grupos sociais de baixa renda, que já não podem pagar o alto custo dos aluguéis, configurando-se assim um possível processo de gentrificação do lugar” (SÁ BRITTO, 2016, p. 596).

E, por outro lado, ampliou-se o investimento em empreendimentos de alto padrão em grande escala, envolvendo grandes empresas privadas do ramo imobiliário e agentes financeiros com grande força nas relações de poder com o Estado e o município¹³⁰, com destaque à tipologia dos condomínios fechados para população de alta e média renda localizados nas fronteiras periféricas e áreas de preservação ambiental da cidade como é o caso dos empreendimentos Lagos de São Gonçalo (2010)¹³¹, Veredas Altos do Laranjal (2011), Alphaville Pelotas (2012) e o

¹³⁰ Sobre essa questão cabe ressaltar que o crescimento dos empreendimentos de alto padrão em Pelotas/RS também pode ser relacionado à aprovação da Lei Municipal nº 5.660/2009. A lei passou a permitir a implantação de condomínios residenciais horizontais de até 35 hectares, ampliando significativamente o tamanho máximo de 1-1,5 hectare permitido para esses empreendimentos e aprovado no ano anterior segundo o art. 192 do III Plano Diretor. A mudança na legislação sobre as formas de parcelamento do solo foi um importante fator para a consolidação do novo cenário, permitindo a implantação de empreendimentos de maior porte, com mais unidades habitacionais e mais infraestrutura. Tais empreendimentos têm atraído novos moradores de alta renda para a cidade, impactando o mercado imobiliário e o desenvolvimento urbano de Pelotas. O aumento da demanda por imóveis de alto padrão também pressiona o aumento dos preços, tornando a moradia mais cara para as famílias de baixa renda; e, pela tendência em se concentrarem em determinadas áreas da cidade – nos vazios urbanos com possibilidade de urbanização e cuja terra tem valor mais baixo -, contribuem para o desenvolvimento de “relações de desigualdade e segregação internas à própria periferia” (CARRASCO, 2017, p. 609).

¹³¹ O condomínio Lagos de São Gonçalo foi o primeiro empreendimento desse porte na cidade de Pelotas (gleba de 35 ha) e foi edificado numa área de “potencial valor social em função do patrimônio histórico e ambiental” (SÁ BRITTO; SOBARZO, 2020, p. 8), o que gerou conflitos entre a sociedade civil, os incorporadores, os proprietários das terras e gestão municipal. A questão ambiental se refere à localização às margens do Canal São Gonçalo, caracterizada como Área de Especial Interesse Ambiental e Cultural pelo III PD, e o caráter histórico concerne à localização do

Residencial Amarílis (2013). Além de promoverem a dispersão das camadas sociais mais altas da zona central da cidade, esses empreendimentos também caracterizam “um tipo de produto imobiliário que vem se disseminando globalmente como expressão dos processos contemporâneos de polarização social e incremento dos mecanismos de segurança e controle” (SÁ BRITTO; SOBARZO, 2020, p. 3), configurando espaços habitacionais cercados por muros, com acesso restrito e controlado.

Em suma, a incorporação deste [modelo de] espaço residencial fechado revela não só a persistência de dinâmicas, sinergias e articulações que caracterizam a lógica histórica dos negócios do capital incorporador em Pelotas, como também revela um conjunto de inovações (mercantis, financeiras e espaciais) envolvidas na captura do excedente urbano através da recriação dos estoques residenciais para as classes de média e alta renda na cidade. No que concerne as articulações público-privadas para esta incorporação, fica evidente o papel do poder público municipal e do III PD – aprovado em 2008 – no estímulo às intervenções de grandes projetos imobiliários na área, em especial através: i) da liberação das incorporações de loteamentos fechados em áreas de até 35 hectares; ii) da concepção de novos critérios de parcelamento do solo que possibilitaram o fechamento de glebas antes mesmo da edificação das mesmas; iii) das modificações no projeto de lei que retiraram a constituição de áreas verdes e parques lineares em áreas de interesse para a especulação imobiliária; e iv) do investimento público direto por meio da abertura e ampliação de vias, configurando os exemplos mais realistas da “concentração programada” (SÁ BRITTO; SOBARZO, 2020, p. 8).

Nas últimas décadas, a cidade também tem vivenciado a implantação de projetos privados de grande intervenção urbana – os bairros planejados - voltados à população de alta renda seguindo modelos de referências internacionais, como mais uma das estratégias do capital financeiro e imobiliário local. São exemplos o Parque UNA (lançado em 2015) e o bairro “sustentável” Quartier (iniciado em 2013) que, sob preceitos de aparatos publicitários com os lemas de Novo Urbanismo e Bairro Sustentável, sustentam a proposta de uma vida urbana idealizada, segura, e de uma ‘cidade para todos’. O discurso e as imagens investidas no *marketing* legitimador da comercialização dos produtos imobiliários propostos se apoiam em conceitos de urbanistas reconhecidos mundialmente como Jan Gehl (Novo Urbanismo e Cidade para Pessoas), Jane Jacobs (Olhos na Rua) e Richard Florida (Cidade Criativa). No entanto, a realidade que se constrói é a da produção de enclaves urbanos, cada vez mais verticalizados e hierarquizados que se voltam de costas aos bairros populares carentes de urbanização do entorno, indicando o

empreendimento “na intersecção de três importantes estradas de circulação dos fluxos de mercadorias e escravos do período colonial, [...] o antigo Corredor das Tropas, o Passo dos Negros e a Estrada do Engenho. Além disso, a área concentra importantes artefatos arqueológicos, materiais e imateriais, a exemplo dos vestígios da ponte dos dois arcos, local construído como emprego da mão de obra cativa, datada do início do século XIX, assim como das representações das comunidades ribeirinhas e dos cultos religiosos de matriz africana. Em função deste valor material e simbólico, no ano de 2003 a área foi inserida na Lei Municipal nº 4.977, que previa a criação de um roteiro cultural das charqueadas, com vistas à preservação da memória do lugar” (ibid.).

predomínio da lógica de uma produção urbana e habitacional que amplia e reforça os padrões de exclusão, segregação e desigualdade socioespaciais, além de revelar os agentes concentradores do capital financeiro ditando as regras da produção material e territorial da cidade.

Ancorados na publicidade conceitual da sustentabilidade como “atributo de inovação espacial, [...] promoção de projetos de uso misto, baseados na busca pelo equilíbrio entre o trabalho e a residência, [...] trânsito eficiente, otimização dos espaços públicos, design arquitetônico e urbano ambientalmente adequado e a retomada dos conceitos tradicionais de vizinhança e de comunidade” (ibid., p. 9) o que se vê são projetos pontuais de bairros planejados com alta densidade demográfica, implantados – no caso do Parque Una (19ha) - sobre áreas de preservação ambiental (especialmente banhados), com localizações privilegiadas em relação ao acesso a equipamentos e serviços públicos, margeando as periferias urbanas mas sem conexão com elas, na forma de acupunturas urbanas (ibid.), que tem demandado grande concentração de investimentos em infraestrutura urbana por parte do município, e fortificado a escassez em outras áreas da cidade. O que os configuram, pois, em soluções aplicáveis apenas aos novos empreendimentos, mas que não contribuem para a resolução dos problemas urbanos existentes, além de serem estratégias que oferecem “mais uma opção de escolha para uma classe média [e alta] que já tem várias opções” (ibid. p. 13), em virtude do seu poder de consumo.

Com relação ao Bairro Quartier, “a área de 30 hectares que recebeu o empreendimento é parte de um grande vazio urbano que passa a receber um número significativo de novos negócios imobiliários, desde habitações populares agenciadas pelo PMCMV até complexos escolares, universitários e hospitalares [PRIVADOS]” (ibid., p. 11). Cabe ressaltar que as obras de pavimentação, passeios, redes de esgoto, acessibilidade, drenagem pluvial e sinalização foram contrapartidas do município com recursos federais do PAC, priorizadas mesmo se referindo a uma região de baixa ocupação, mas em função dos novos empreendimentos que se iniciam, mesmo que estes não tenham apresentado “medidas compensatórias/mitigatórias nos seus estudos de impactos de vizinhança” (ibid.).

Os impactos espaciais, sociais e ambientais desses produtos imobiliários são evidentes. A forma como os projetos estão redefinindo a estrutura morfológica da cidade, ao próprio interesse hegemônico do capital, por meio de seus agentes privados e dos promotores imobiliários, tem conduzido o processo de planejamento urbano, influenciando a valorização ou a desvalorização da terra em determinadas áreas, estabelecendo as tipologias e a demanda dos imóveis construídos. A força com que o setor imobiliário privado estabelece nas relações de poder tem acarretado, por meio da flexibilização das leis e das normativas, a definição dos vetores de

crescimento da cidade e das áreas que devem ser urbanizadas, substituindo a ação do Estado e do poder público na ordenação e na produção do território urbano. O processo fortalece, ainda, a especulação imobiliária, a fragmentação espacial, a segregação socioespacial, a privatização dos espaços públicos (mesmo que subjetivamente, no sentido de as classes pobres não se sentirem confortáveis em determinados espaços da cidade, que são, de fato, públicos, mas com aparência de privados), a gentrificação de áreas revalorizadas pela elite, o desalojamento da população mais pobre, e a degradação do ambiente natural.

E, assim, na ausência de uma política urbana atenta aos objetivos e aos problemas sociais locais, Pelotas tem seguido a lógica de uma produção urbana na linha da cidade consumo, da cidade mercadoria. Nesse processo, há aqueles com poder de consumo e escolha, enquanto a maior parte da população é jogada à margem, do território e dos direitos garantidos (teoricamente) à cidade e à moradia. Esse modo de produção urbana, de forte impulso na produção do ambiente construído pela expansão do setor imobiliário e pela especulação imobiliária, fomentados, principalmente, pela política macroeconômica nacional de habitação que resultou em mudanças significativas na morfologia da cidade (SÁ BRITTO, 2016), somado ao processo de desindustrialização local, tem gerado, especialmente desde as últimas décadas do século XX, uma profunda crise espacial, social, econômica e ambiental na realidade da cidade.

Na análise de Sá Britto (2016), as dinâmicas de formulação do território urbano de Pelotas transitaram, de uma cidade do século XX industrial segregada para uma cidade pós-industrial fragmentada. A fragmentação marca o tecido urbano com diferentes territorialidades, morfologias e modos de ocupação, mas sem continuidade com a estrutura espacial e social que os cercam, o que amplia o distanciamento entre os diferentes grupos sociais e os territórios urbanos. A fragmentação é “uma das manifestações materiais da produção urbana contemporânea” (ibid., p. 586) bastante comum em cidades pós-industriais, cuja diminuição do papel da indústria na economia, emprego e renda também se evidencia em suas espacialidades.

Somados aos aspectos de fragmentação e descontinuidade espacial a mobilidade urbana é outro fator de relevância no debate sobre a desigualdade socioespacial de Pelotas. A precariedade do sistema de transporte coletivo, que não mantém uma rede de conexão entre os bairros, e a ausência de um sistema cicloviário fora da área central dificultam os deslocamentos dos trabalhadores e estudantes que vivem nas áreas afastadas. A qualidade do sistema de transporte coletivo urbano nas cidades é também um meio de gerar integração econômica e social, mas, a prioridade dada ao transporte individual automatizado, além de acarretar

problemas ambientais, marcam as possibilidades de acesso à cidade de forma desigual entre ricos e pobres.

A distância entre o discurso político das sucessivas gestões públicas municipais e a efetivação prática de produção do espaço urbano deixa claro que o processo e a realidade urbana da cidade de Pelotas se assemelham à realidade de desenvolvimento urbano desigual e precário da maioria das cidades do país. A carência de um projeto de planejamento urbano amplo e consistente, apesar de contar com um Plano Diretor já em sua III versão (2008), tem produzido um tecido social e urbano segregado e fragmentado, com ações urbanas de infraestrutura e qualificação em áreas específicas da cidade e o abandono ou ações paliativas em outras.

Outras questões cabem ser salientadas. O processo histórico de abandono das antigas zonas industriais da cidade, em especial a zona portuária, que também contribui na produção de espaços marginais e vazios urbanos no território urbano. A burocratização das políticas e do código de obras referentes à intervenção sobre o patrimônio edilício tombado ou inventariado dificultam os projetos de requalificação dos imóveis, incentivando o abandono e o descaso dos edifícios por parte de seus proprietários.

Com relação à área central, a cidade mantém uma região de urbanização consolidada com centro administrativo e comercial bem estruturado que ainda concentra o uso residencial, mas que tem sofrido forte processo de gentrificação e abandono especialmente de seus prédios tombados e inventariados. A expansão do setor comercial para outros núcleos de expansão da cidade também tem favorecido o abandono da área central. Os custos e as burocracias fiscais e arquitetônicas necessários para a manutenção e remodelagem dos prédios históricos fortalecem a prática de abandono e o não cumprimento da função social da propriedade.

Esses aspectos fomentam um outro fenômeno, a expansão das ocupações e dos assentamentos irregulares (Figura 41) como formas de territorialização alternativas de luta e apropriação urbana pelas populações excluídas de seus direitos sobre o território da cidade. Formas que, apesar da ilegalidade e dos impactos ambientais que acarretam são cada vez mais legitimadas pela *vista grossa*, especialmente, do Estado, pela fragilidade das políticas urbanas e pela lógica segregatória sobre o uso da terra urbana que seguem reproduzindo um modelo de urbanização precária como forma de planejamento urbano.

Figura 41 - Mapa localização de urbanizações irregulares precárias, Pelotas/RS.



Fonte: Elaboração da autora, 2021, a partir de dados da PMPEL, 2015.

A cidade, atualmente, tem aproximadamente 100 mil domicílios na área urbana, mas, segundo Carrasco (2017), no ano de 2013 cerca de 30% da população vivia em 156 áreas de urbanização precária. Tais áreas se referem aos loteamentos irregulares (que apresentam pendências relativas à aprovação ou registro), aos loteamentos clandestinos (com parcelamento do solo, mas sem o aval do poder público) e favelas ou vilas (ocupações informais, sem parcelamento do solo). Dentre as tipologias, os loteamentos irregulares e clandestinos são os mais recorrentes. A trajetória local, no âmbito das políticas habitacionais, como visto, é marcada por um processo histórico de produção de bairros precários, com prevalência de incompletude com relação à instalação de infraestrutura urbana básica e desconectada de uma política de regularização fundiária efetiva, acarretando um processo de urbanização precário. Tais assentamentos se espacializam e se organizam de forma espontânea, e são possibilitados pela autoconstrução de seus moradores. A grande maioria dos assentamentos precários se localizam em áreas ambientalmente frágeis, de banhados e de várzea, prática comum nas cidades brasileiras e tolerada por parte do Estado em virtude de serem terras com baixo valor de mercado (MARICATO, 2000).

Além da proliferação e da consolidação já naturalizada dos assentamentos precários nas periferias da cidade, a lógica de abandono de imóveis é um outro fenômeno urbano que tem se evidenciado, no cenário contemporâneo de Pelotas.

A pesquisa que dá frutos nessa tese, verificou que tanto na região central quanto na região do Porto o número de imóveis vazios é visível e aumenta a cada ano. No centro, centenas de espaços comerciais se encontram fechados, configurando uma paisagem de letreiros e placas de aluga-se e vende-se nas fachadas de suas antigas lojas. No caso do bairro Porto, especialmente aqueles destinados à moradia na tipologia de casas térreas e sobrados. O abandono ocorre um tanto em virtude do deslocamento da população das classes média e alta para outras áreas da cidade, visto a possibilidade de escolha que suas condições econômicas lhes conferem, em busca de maior segurança e conforto. Outro tanto, em função das burocracias e do alto custo envolvido em reformas e manutenção dos imóveis por parte de seus proprietários.

São milhares de imóveis fechados se deteriorando com o tempo, aguardando o interesse da especulação imobiliária ou o desgaste total a fim de serem derrubados para a construção de novos edifícios em altura. A degradação dos imóveis também acarreta no aluguel de residências em mau estado de conservação e em insegurança aos moradores que, no caso da região do Porto, são em sua maioria estudantes. Sem condições financeiras de promover melhorias nos imóveis ou de arcarem com aluguéis mais altos, ficam à mercê das más condições das moradias que conseguem habitar. O interesse dos estudantes em morar no Porto se dá principalmente pela proximidade com as unidades acadêmicas da UFPEL e por ser um dos principais bairros boêmios e culturais da cidade.

Segundo dados do último censo (2022), e publicadas em um dos jornais oficiais da cidade “15% dos domicílios em Pelotas estão desocupados” (Jornal DP, 08/07/2023)¹³² e, apesar de a população ter diminuído, o número de novos imóveis aumentou e o déficit habitacional supera 30 mil, um contraponto, visto que há na cidade cerca de 27 mil domicílios desocupados. A matéria divulgada também diz que a cidade “tem déficit de 13,6 mil novas unidades habitacionais e 19,8 mil que precisam de algum tipo de reforma para serem habitáveis”.

Frente aos abandonos de todas as ordens enfrentados pela população pobre de Pelotas, por parte dos gestores municipais¹³³, Estado e governo federal; ao não cumprimento do direito

¹³² Matéria de Victória Fonseca, publicada no dia 08/07/2023 em Jornal Diário Popular, Fonte disponível em: <https://diariopopular.com.br/geral/15_dos_domicilios_em_pelotas_estao_desocupados__528318> Acesso em: jan. 2024.

¹³³ Pasmem!!! No ano de 2023 a Secretaria Municipal de Habitação de Pelotas perdeu o prazo de inscrição no programa Minha Casa Minha Vida lançada pelo governo federal, o que indica o descaso do poder público municipal (liderado pelo partido PSDB desde 2009) em resolver a problemática da habitação de interesse social do município. Segundo a matéria

de acesso à cidade e à moradia garantidos pela Constituição Federal; ao descaso da sociedade civil; à ausência de políticas públicas municipais para o setor da Habitação de Interesse Social capaz de construir uma política habitacional e urbana eficiente à realidade da demanda local, e ainda, com milhares de imóveis ociosos se multiplicando no território urbano - gerando déficits aos cofres públicos municipais e ilegalidade com relação ao não cumprimento da função social da propriedade: Por que não ocupar?

Foi justamente essa a lógica de pensamento que impulsionou o movimento de ocupação do imóvel que deu origem ao Kilombo Urbano - Canto de Conexão em 2017. Conhecedores da história que formou essa cidade e dos agentes (políticos, financeiros e sociais) que seguem à frente das decisões de planejamento, gestão e produção territorial em Pelotas, decidiram ir à luta como que em exercício aos seus direitos à cidade, por meio de seus próprios corpos, historicamente excluídos, mas desejantes pela criação de uma outra cidade e de uma outra realidade possível. Apostando na ação micropolítica ativa como uma prática transformadora do cotidiano, resolveram fazer o papel do Estado. E, assim, teve início o movimento coletivo, autogestionado, popular e social que deu origem ao processo de territorialização da ocupa e que segue reativando corpos e territórios, expandindo-os e conectando-os entre si e com o território formal da cidade de Pelotas.

4.2 A rearticulação do movimento e a ocupação da casa

*Nas margens do arroio Pelotas
Ovi batuques de negros poetas
Entoando um novo hino de liberdade
Que ecoava em coro pelas ruas da cidade*

Eduardo Freda¹³⁴

Como evidenciado no início desse capítulo, após a articulação do movimento #ocupaquadrado, em 2015, em prol do Bairro Porto - que resultou no sedimento de um espaço intitulado OCA - houve uma quebra do grupo original, que logo alugou um prédio onde funcionou

de Jurandir Silva “Por que Pelotas ficou de fora do projeto ‘Minha Casa, Minha Vida?’”, publicada em 27/07/2023 no site da Revista Movimento, “Pelotas não apresentou projeto para o programa. Com isso, a cidade não receberá investimento para construção de moradias de baixo custo para famílias que recebem até R\$ 2.640 por mês, faixa 1 do programa federal”. Fonte disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2023/07/por-que-pelotas-ficou-de-fora-do-projeto-minha-casa-minha-vida/>> Acesso em: jan. 2024.

¹³⁴ Fragmento da música “O amor em terras Saladeiris” do músico, pelotense, agente cultural e representante do movimento negro da Cidade de Pelotas e Região, Eduardo Freda.

o Centro Cultural Marrabenta. No entanto, os custos com o aluguel passaram a dificultar o mantimento do local e das ações culturais que desenvolviam. O período coincidiu com o golpe político de 2016, na esfera federal do país, marcado por intensa polarização política, impeachment da Presidenta Dilma e a sucessão de Michel Temer no comando da presidência, que desencadeou em uma série de protestos e manifestações sociais por diversas cidades. Em Pelotas, não foi diferente. A insatisfação frente às políticas de austeridade, aos cortes em programas sociais e às propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias implementadas por Temer alimentou ainda mais a revolta pública de diversos setores da sociedade e os protestos.

Assim, no ano de 2016, seguindo o movimento da ocupação de instituições educacionais pelos secundaristas em diversas cidades do Brasil, e que movimentou uma série de ocupações de escolas públicas (municipais e estaduais) na cidade de Pelotas, teve início um grande movimento de transformação política e social dentro da Universidade Federal liderada pelos estudantes universitários. O movimento deu origem à greve estudantil dos alunos da UFPEL, no mesmo ano, e rearticulou o grupo original do #ocupaquadrado que, na união com estudantes universitários e secundaristas, iniciaram um novo processo de luta e reivindicação por direitos sociais na cidade.

Os protestos tiveram origem numa convocatória de assembleia estudantil, movida pela articulação política contra os desfalques e os cortes na educação, e resultou na decisão de ocupar os prédios do Instituto de Ciência Humanas (ICH) da UFPEL e da Rádio Federal pelos universitários. Liderados por Gl.¹³⁵, a organização de tomada do ICH fomentou um coletivo de ocupação bastante forte no movimento estudantil, seguindo com as ocupações da Faculdade de Arquitetura, do Centro de Artes e de unidades em outros núcleos acadêmicos da UFPEL. Durante 30 dias promoveram assembleias, rodas de conversas e debates sobre a educação, a estrutura física da universidade, o orçamento, o posicionamento da Reitoria e a autoridade de professores e alunos frente às questões de classe e de gênero na universidade. Dentre as reivindicações e pautas que emergiram estavam a luta pela permanência de cerca de 1000 bolsistas que haviam sido excluídos de programas de auxílio federal, a portaria federal que previa o término do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), a situação da falta de moradia estudantil e da inadequação das unidades habitacionais oferecidas aos alunos da UFPEL.

Da organização da ocupação do ICH se formou um coletivo de estudantes que passou a discutir o movimento anarquista e o anarquismo enquanto forma de resistência social, visto que, havia um desgosto comum dos integrantes com os movimentos políticos em que atuavam,

¹³⁵ Os nomes dos manifestantes, ocupantes e entrevistados serão preservados neste documento. Adotou-se, como nomenclatura, apenas a(s) inicial(is) do nome, escrito em letra maiúscula e seguida de ponto (ex. Gl.; R.; M^a)

especialmente junto ao partido dos trabalhadores e seus representantes na câmara de vereadores, frente às pautas que levantavam. Na sequência, o grupo se articulou para participar do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. A viagem teve apoio da UFPEL que cedeu um ônibus e possibilitou que estudantes e pessoas da periferia de Pelotas fossem à capital. Durante a estada participaram do Fórum Social da Resistência onde conheceram Ezequiel, ativista reconhecido na luta pela moradia, integrante da Ocupação 20 de Novembro em POA e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). O grupo foi convidado a se hospedar na Ocupação 20 de Novembro, e participaram ativamente de diversas rodas de conversas, debates, palestras e atividades sobre o movimento das ocupações urbanas que se disseminavam, naquele momento, pelas capitais do país. Durante os encontros, os integrantes do MNLN apresentaram um calendário, que haviam construído, de ocupações urbanas a serem realizadas no país a partir do dia 17 de março de 2017.

Durante a viagem, instigados pelo movimento das ocupações no âmbito nacional, o coletivo elaborou uma carta sobre os temas que o projeto da Canto de Conexão tinha interesse em tratar. Dentre eles estavam a questão da moradia, o movimento negro, a legalização da maconha, a agricultura familiar e o modo de funcionamento dos quilombos na região sul. No retorno à Pelotas, continuaram a se reunir, numa sala do ICH que haviam reivindicado, e que mantinha computadores para uso de alunos e comunidades periféricas sem acesso a equipamentos informáticos. Durante as reuniões, articularam o delineamento do projeto e estabeleceram os próximos passos do movimento em Pelotas, as atividades e ações que pretendiam realizar, com quais aliados e redes de aliança estavam dispostos a formar.

Iniciou-se, então, uma série de estudos sobre a casa escolhida para a ocupação e as questões legais do imóvel frente à Prefeitura Municipal. O planejamento inicial já previa que a casa fosse um espaço de moradia estudantil e um espaço cultural de acesso público à comunidade pelotense. Desenvolveram também um documento manifesto entregue (pós-ocupação) ao Reitor da UFPEL, ao Ministério Público, à Prefeitura e outras autoridades da cidade cujo conteúdo dizia, entre outros aspectos, que os envolvidos no processo da ocupação estavam “cansados de serem assaltados na região do Porto” (GI., 2021). O documento continha dados levantados sobre a precariedade da casa do estudante disponibilizada pela UFPEL na época e sobre a realidade da falta de moradia dos estudantes envolvidos. Numa parceria firmada com os estudantes da arquitetura (UFPEL) e professores realizaram ainda um levantamento das taxas de homicídios, assaltos e prédios abandonados da região do Porto, mapearam alguns pontos de interesse público (bares, terrenos abandonados com potencial para hortas urbanas e unidades acadêmicas da UFPEL) e os novos empreendimentos privados da região do Porto, como os

edifícios da Empresa Sagres, o novo local destinado à realização do evento de Carnaval e os prédios públicos, em situação de abandono, de interesse da ocupação e da comunidade.

GL. (2024) constata que foi a própria “especulação imobiliária [que] induziu o grupo de estudantes, que estavam ocupando o ICH – em função do golpe de 2016 e o corte de bolsas de permanência da UFPEL - a fazer esse trabalho de levantamento dos imóveis ociosos em Pelotas, um mapa urbano ocioso, naquela região, instigados pela especulação imobiliária e o valor dos aluguéis naquele momento”. O levantamento realizado identificou um imóvel de propriedade (aparentemente) da Marinha do Brasil, numa esquina, uma casa dotada de todos os recursos do equipamento urbano público, e abandonada, “a ponto de causar medo na comunidade, a comunidade nem passava mais naquela calçada” (GL., 2024).

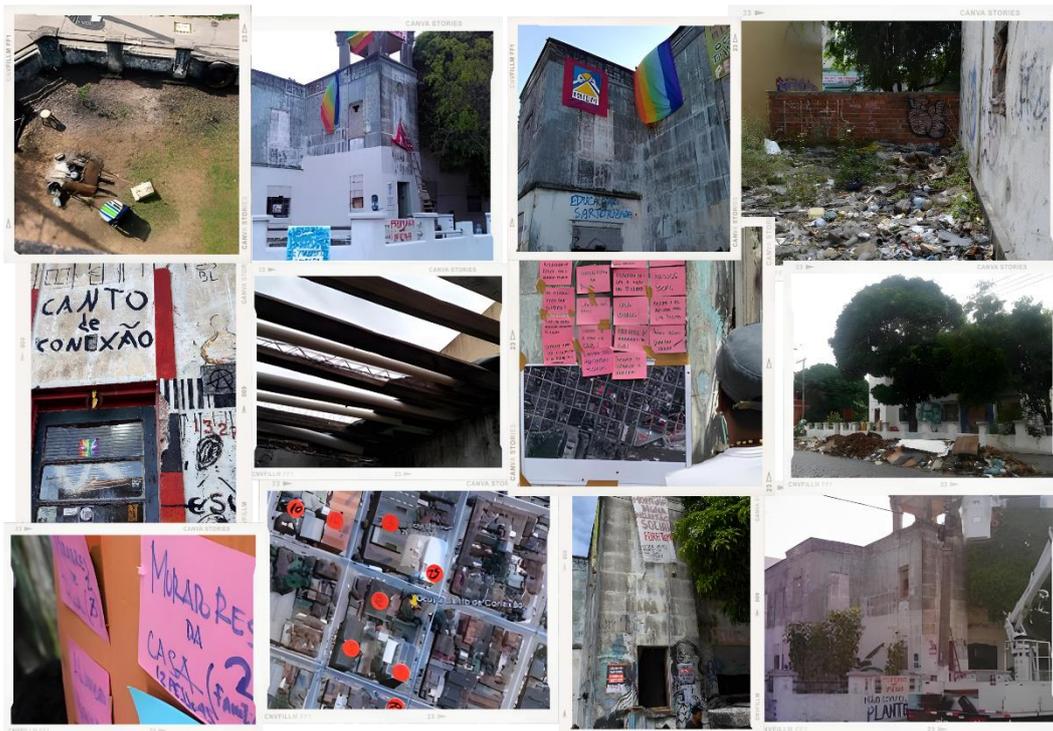
Por fim, na sexta-feira do dia 17 de março de 2017, ocuparam a casa. “Ocupou-se pensando que era um imóvel da Marinha do Brasil, visto que todas as contam chegam, até hoje, em nome da Marinha do Brasil” (GL., 2024). Entendiam que se tratava de um imóvel da União, e que “Universidade e União, por se tratarem de um mesmo polo, um mesmo ente, entrariam em acordo” (ibid). Os ocupantes planejaram inclusive a hora ideal, em função do horário de troca da guarda da brigada militar no bairro. Além do grupo organizado por 13 alunos, no dia da ocupação cerca de 40 pessoas estavam envolvidas no processo de ocupação do imóvel. Diferente do que havia ocorrido durante a tentativa de ocupação do coletivo Hip Hop em 2015, dessa vez, os estudantes não sofreram violência ou resistência da polícia. Aos poucos foram se instalando na casa, articulando projetos, ações e parcerias. O chamamento, para o público em geral e amigos que não estavam nas conversas de articulação do movimento, foi feito em nome de uma festa, na intenção de chamar parceiros, mas sem explicitar o ato de ocupação em si.

Desde o início do movimento o coletivo tinha como objetivo ressignificar o prédio e a região onde a casa está localizada, devolvendo a vida e a função social da propriedade para uso da comunidade pelotense. Como salienta um dos ocupantes: “A gente não entrou na casa, a gente libertou a casa do que ela estava vivendo. Porque a gente não conseguiu entrar e arrombar a porta da frente, a gente teve que pular o muro, entrar por dentro da casa e chutar a porta pra fora. Você compreende a diferença da coisa?” (OT, 2021).

4.2.1 O território dado

Na esquina formada pelas ruas Benjamin Constant e Álvaro Chaves, no bairro Porto da cidade de Pelotas – região marcada, como visto, pelo descaso do poder público por décadas, especulações imobiliárias, centenas de imóveis sem uso e fachadas que guardam uma história já sem vida - ao lado da Faculdade de Arquitetura e a uma quadra distante dos Centros de Arte, Cinema, Design e Instituto de Ciências Humanas da UFPEL, naquela sexta-feira nasce a Ocupação Kilombo Urbano - Canto de Conexão e tem início um processo de territorialização e de reativação de um território ocioso (Figura 42) que, há sete anos, espacializa subjetividades e ações sociais por meio de corpos [re]existentes em luta diária pelo direito à cidade, à moradia, à cultura, à permanência na casa e ao reconhecimento do valor de suas vidas e de outras tantas existências por eles defendidas.

Figura 42 - Cartografias do território abandonado.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

A esquina marca um ponto de interesse na zona boêmia da cidade, que há décadas serve como ponto de encontro de amigos, com vista para os bares das outras esquinas, e de estudantes e trabalhadores que por ali circulam diariamente. Os muros que delimitam o pátio externo costumavam servir como banco e as árvores protegiam das garoas e das luzes fortes dos postes.

Entre o muro e a casa, um pátio meio largado, cheio de entulhos e sem vida. A calçada e os muros eram os únicos elementos possíveis de uso coletivo, que ao final da noite ficavam cheios de copos plásticos, garrafas e bitucas de cigarro. Um lugar de ninguém.

Antigamente, nos tempos áureos do bairro do Porto, o terreno e o espaço da casa, junto com a área que hoje abriga a Faculdade de Arquitetura, ao lado, pertenciam à Marinha do Brasil. Depois, a casa passou por um processo de leilão e, atualmente, é uma propriedade privada particular – apesar de as contas do imóvel ainda permanecerem no nome da Marinha do Brasil - que mantém uma dívida ativa com o município relativo ao IPTU, há cerca de 27 anos, segundo GL., (2021) e, para quem, não faz sentido centenas de pessoas morando na rua frente ao “escândalo de sonegação tributária que aquela esquina já causou os cofres municipais”.

Na década de 90 e início dos anos 2000, foi alugada para o uso de uma casa geriátrica e de acolhimento, mas foi interditada pela Secretaria de Vigilância Sanitária Municipal no ano de 2007. Os vizinhos relatam que, no período em que foi casa de acolhimento, os gritos que ecoavam de dentro e as janelas sempre fechadas geravam angústia e estranhamento, dos moradores do bairro e dos passantes na rua, sobre o que realmente acontecia por trás daquelas paredes. “Parecia mais uma prisão, um local de gente largada” (Vizinho, 2021).

Depois, permaneceu abandonada por cerca de dez anos e o local virou um depósito de lixo, de objetos roubados e uso de drogas. As janelas foram lacradas com tijolos e o telhado caindo reafirmava ser ali um lugar de ninguém. Com o fechamento dos bares do entorno próximo, por um período, o local deixou também de ser ponto de encontro dos boêmios, estudantes e trabalhadores, em função da escuridão e da insegurança que abrigava. Alguns moradores do entorno acreditam que o local poderia servir para o funcionamento de um posto policial, pela localização estratégica da casa, pela observação de que a vida no bairro tem se tornado cada vez mais violenta e, apesar de ser região onde uma multidão de pessoas circula de dia e de noite, inexistir um posto da brigada militar nas redondezas. Apesar de a área, após a chegada da Universidade Federal, ter recebido mais atenção dos gestores públicos municipais, ainda mantém centenas de edificações abandonadas e é considerada, pelos usuários e moradores, insegura e violenta.

A edificação em si, no ato da ocupação, era um prédio abandonado havia 10 anos, estava bastante destruído, cheio de lixo por todos os cômodos e pátios, e apresentava problemas estruturais, especialmente no telhado. U. (2021) conta que “não tinha telhado, porta e janela “e que nunca havia visto tanta sujeira acumulada, “a primeira semana foi meio catártica, mas em seguida o mundo real se apresentou. Tinha muita sujeira, mas não como uma casa que ficou

fechada por um mês ou dois. Não. Era lixo até o joelho em alguns lugares do interior do prédio e do pátio”. No meio do lixo havia trilhas, feitas pelos ocupantes prévios. “Eu gosto de falar que eram ocupantes prévios, porque a casa já estava ocupada, eles só tinham uma outra visão do que o imóvel poderia ser. Era ocupada por pessoas com vários problemas sociais, como a dependência química, que está muito associada à violência e aos assaltos”.

Em outra entrevista, U. segue falando sobre as condições do imóvel no ato da ocupação e que deflagram uma outra situação importante sobre a insegurança sofrida pelas mulheres na cidade, “no lixo havia muitas capas de celular e bolsas, como se a casa funcionasse como uma base para depósito dos acessórios roubados. As bolsas lembravam que muitas vítimas eram mulheres. O local era insalubre, na limpeza chegamos a ficar doentes. O lixo retirado ocupou todas as vagas de carro na quadra, que a gente colocou para chamar a atenção mesmo e movimentar a prefeitura no sentido de limpar” (U., 2024).

O local não previa, nem pelo proprietário nem pelos órgãos públicos, qualquer destinação de uso ou função social, estava servindo à especulação imobiliária, no aguardo da destruição total para um futuro investimento. Uma área de risco que acabou se tornando um ponto para consumo de drogas, esconderijo de marginais, além de um possível foco de doenças, em virtude da reprodução de ratos, baratas e insetos em meio aos entulhos e ao acúmulo de água parada. U. atualmente é nutricionista, na época da ocupação era estudante de medicina, e, para ele, a experiência foi bastante inusitada. “Antes da ocupa era um lugar cheio de lixo, entulho e desovas de assalto. O porto ficou muito mais seguro depois da Ocupa! Em quatro anos de transformação social, a Canto é reconhecida como a esquina mais vigiada do Porto” (U., 2021).

A insegurança causada pelo abandono da casa se evidenciava, inclusive, pela presença da parada de ônibus em frente à Faculdade de Arquitetura, na quadra da ocupa. Ali, estudantes, trabalhadores, mulheres e crianças se viam desprotegidas, especialmente à noite, na espera do transporte público. Segundo Gl. (2021), um dos principais motivos que impulsionou o coletivo em ocupar esse prédio em específico foi “a preocupação que tínhamos de ser assaltados ao passar pela casa durante a noite. Pois, no entorno do prédio existem diversos bares que são frequentados, principalmente à noite, por um público na maioria estudantes universitários”.

Gl. se considera filho do movimento negro desde suas origens e ativista na Frente Negra Pelotense, e afirma que a experiência da rua é uma das marcas da sua vida. Estudou em 2 colégios internos desde os 10 anos, e sempre conviveu em coletivos. No colégio organizou o Grêmio Estudantil, mais tarde ingressou no PT e foi morar no bairro Getúlio Vargas, bairro longe do centro da cidade, e onde a maioria da população trabalhava na indústria de conserva. O bairro, já nos

anos 90, era marcado pelo desemprego e por ser um local muito deslocado da zona central. Depois, viveu no Uruguai por um tempo e no início dos anos 2000 retornou à Pelotas. Em 2014, trabalhava como guardador de carro, o ano foi marcado pela eleição de um candidato de esquerda para a reitoria da UFPEL. Motivado pelo momento político da Universidade, fez ENEM e ingressou no curso de Arqueologia. Desde o início do curso já passou a se envolver com o movimento estudantil na UFPEL, foi um dos protagonistas nas ocupações estudantis em 2016 e um dos fundadores do Centro Cultural Marrabenta.

4.2.2 Inicia um Processo de Territorialização

Desde a entrada na casa os ocupantes passaram a fazer transformações e realizar melhorias no prédio, começaram a dar vida à casa e ao local. No momento da chegada, a situação física da casa era à céu aberto, praticamente sem telhado, as janelas estavam lacradas com tijolos, e o lixo ocupava todos os ambientes. Foram retirados 4 containers de lixo de dentro da ocupa. Não havia luz, o sistema de encanamento e os banheiros não funcionavam. O planejamento previa que os primeiros 6 meses seriam dedicados à limpeza da casa e ao funcionamento dos banheiros e cozinha, os próximos 6 meses seriam investidos no telhado, para que, enfim, pudessem transformar o espaço em um centro cultural.

No terceiro dia de ocupação a polícia chegou, meio truculenta, mas depois do diálogo e da identificação dos estudantes envolvidos, se retiraram e, desde então, não ocorreram mais intervenções policiais. Segundo GI. (2021), “eles entenderam que a gente tá contribuindo com a cidade e, na verdade, a gente tá é fazendo o papel deles, né, de dar segurança pra população dessa área”.

O processo inicial, que levou cerca de um mês, contou com mutirões de trabalho (Figura 43) que envolveram cerca de vinte estudantes da UFPEL, em situação de vulnerabilidade, e apoio de pessoas ligadas ao MNLM. O grupo criou e manteve uma rotina de ocupação do espaço, de limpeza e benfeitorias de reestruturação do imóvel, a fim de atender às necessidades básicas de moradia. A limpeza parcial do andar térreo possibilitou que, mesmo em situação precária, os ocupantes se instalassem em quartos, com colchões e barracas. Os banheiros e a cozinha funcionavam de maneira improvisada, e uma sala de reuniões foi reservada para o uso coletivo, mantendo o grupo articulado na tomada de decisões que, desde o início, ocorreu de forma horizontal e autogestionada. O andar de cima ainda continha muita sujeira e entulho que foram sendo solucionados durante o primeiro semestre.

Figura 43 – Sobre o território dado, inicia um processo de territorialização.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

Desde o início cada integrante começou a se engajar numa atividade de interesse, assim, um começou a organizar a cozinha e a se responsabilizar pela alimentação dos moradores, uma ocupante se debruçou sobre as questões burocráticas do prédio, outros faziam a articulação de diálogo com os estudantes e outros se mobilizaram para o início da reforma do telhado - provavelmente a maior obra que a casa precisou realizar. Uma campanha de doação de móveis foi lançada já no início do projeto e todos os móveis e equipamentos eletrodomésticos foram provindos de doações de parceiros do projeto, vizinhos e da comunidade ao redor.

Durante os primeiros meses organizavam vigílias à noite, para garantir a segurança, evitando assaltos e invasões. Havia quatro moradores de rua já ocupando a casa, cada qual habitava um espaço, não conviviam entre si e andavam armados com facas para a autodefesa. Com a chegada, o coletivo passou a criar certo diálogo e estimular o convívio coletivo, na tentativa de superar as diferenças entre eles, mas com o decorrer do tempo a situação se tornou insustentável. Naquele momento o grupo não conseguiu ter acesso e apoio de psicólogos ou assistentes sociais, a fim de lidar com o uso de crack e os furtos que ocorriam na casa pelos antigos moradores. Ao longo do primeiro ano os novos ocupantes tentaram, de muitas maneiras, mantê-los no coletivo, investiram em apoio médico, forneceram alimentação e realizaram tentativas de contato com as famílias. No entanto, enquanto o grupo tentava aplicar na ocupa

uma forma de vida social com regras e ordem que contemplassem o coletivo, limpeza e organização do espaço, os antigos moradores “viviam sob a lei da rua” (H., 2021). A situação passou a gerar conflitos que não foram possíveis de superar ou negociar, principalmente em virtude das infrações que cometiam constantemente na relação com os novos ocupantes. Os roubos constantes, os desentendimentos, a não participação deles nas atividades e na logística de manutenção da casa acabaram resultando, naturalmente, num processo de afastamento e na saída deles.

No entendimento de Gl., esse fato ocorreu em função de eles seguirem uma outra lógica de vida, que difere da ideia de coletividade. “Eles mantinham uma organização paralela que reflete a experiência deles de vida na rua, bastante diferente da vida universitária que os estudantes do coletivo experimentavam”. A situação provoca reflexões sobre a complexidade das relações sociais e os diferentes modos de vida e de sobrevivência coexistindo na cidade. Nesse sentido, OT. (2021) diz que: “Pra mim os moradores de rua que habitaram a casa conosco sempre vão me lembrar a questão da complexidade que a vida pode tomar quando a gente toma algumas decisões malucas”.

Aos poucos, os agentes da ocupa também começaram a se desvincular da parceria firmada no início com o MNLM, liderado em Porto Alegre por Ezequiel, em virtude das singularidades com que o coletivo da Canto entendia o modo de gestão que desejava para a ocupação em Pelotas. A vertente mais anarquista do movimento da ocupa discordava da exigência de pagamento de taxa de aluguel e do aspecto de liderança centrada em uma pessoa que o movimento apresentava, especialmente em Porto Alegre. E, acreditavam que um tipo de centralismo democrático, comum em alguns partidos políticos, também se manifesta em organizações coletivas como no caso de algumas ocupações urbanas, no entanto, podem dificultar a lógica da horizontalidade e da autogestão dos espaços. Outras parcerias foram se firmando ao longo dos anos, como é o caso do apoio mútuo que estabeleceram com o CUFA-RS (Central Única das Favelas) com sede em Pelotas.

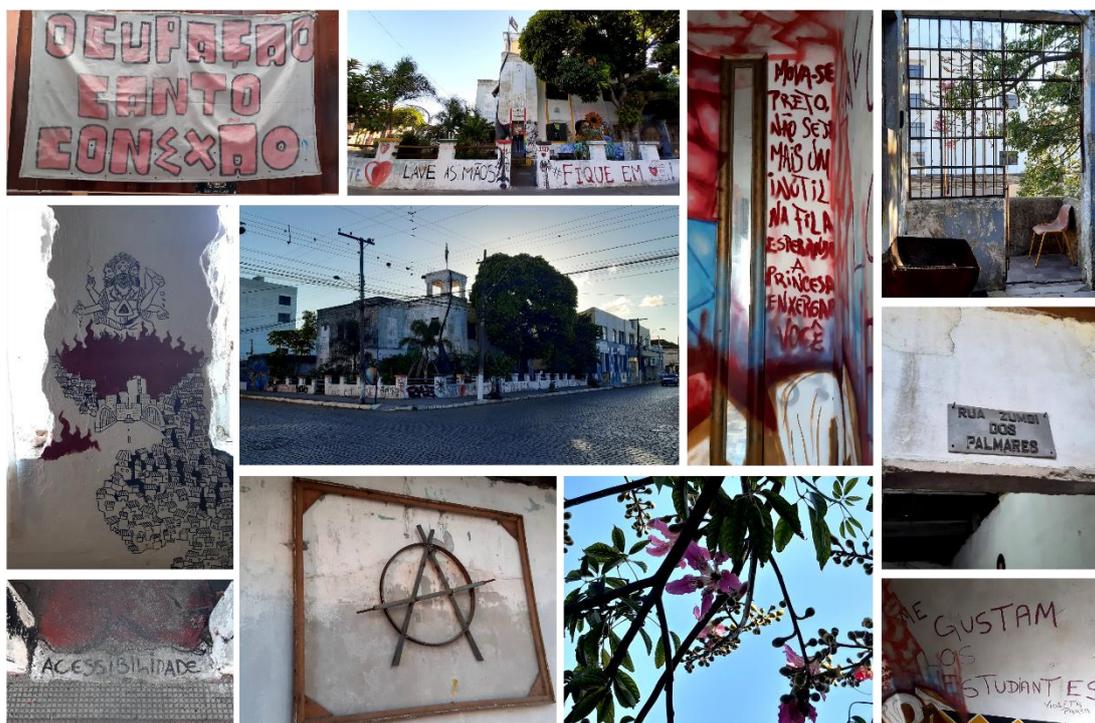
No funcionamento da Canto não há uma liderança centrada, mas, em função da rotatividade de ocupantes e estudantes, especialmente aqueles provindos de outros locais do país que ao se formarem vão embora, há o reconhecimento de Gl. e M^a enquanto referências quando se fala na Canto de Conexão¹³⁶ na cidade. M^a entende que isso ocorreu de forma natural, visto que eles são os ocupantes que permaneceram desde o início do movimento de ocupação,

¹³⁶ Atualmente, outras pessoas também protagonizam esse lugar de reconhecimento, no entanto, Gl. ainda é o morador mais antigo da ocupa e segue sendo a principal referência quando se fala na Canto de Conexão.

mas afirma: “as decisões do coletivo não são as da minha vontade ou as do GI., sempre são decididas com o coletivo que está ali morando no momento de cada decisão. É uma forma democrática, vence a maioria e todos aceitam” (M^a, 2020). A aposta na coletividade também se expressa na fala de R. (2024) “Eu penso que não tem como a gente vislumbrar uma situação da sociedade melhor se não na luta e na resistência, e isso não se faz individualmente”. O movimento da Canto mantém o devir revolucionário ativo, sem líderes, mas engajados em garantir moradia, alimentação e assistência social a todos àqueles que não possuem.

GL, assessor jurídico da ocupa e participante ativo no movimento do coletivo, também reconhece a função social e o espaço democrático que a Canto têm construído (Figura 44), e considera GI. como um dos polos aglutinadores em função da sua trajetória em Pelotas, desde quando foi morador do Bairro Getúlio Vargas, passando pelo trabalho de cuidador de carro em eventos importantes da cidade e por ser um dos principais nomes do movimento negro na cidade.

Figura 44 - Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

A proposta delineada, desde o início do processo, é a de que os estudantes circulem pela casa e ocupem o espaço durante a formação universitária, mas não se restringe ao público universitário. No início chegou a ter 30 pessoas morando na casa, mas a circulação de pessoas tem sido uma das marcas do espaço que se mantém aberto para quem quiser ocupar e contribuir

com o projeto desenvolvido. Ainda hoje, diversos estudantes e viajantes que chegam em Pelotas são recebidos na ocupação.

Durante os anos do processo de mapeio dessa cartografia dos *affectos*, acompanhando a Canto e seus agentes, muitos foram os formatos observados. Nas entrevistas realizadas em 2021, 6 pessoas estavam morando na casa. No último levantamento, em fevereiro de 2024, havia 12 pessoas, entre estudantes e trabalhadores, morando na casa, dentre elas, duas mulheres.

4.2.3 Reterritorializando

Após a limpeza geral do espaço concluída, o coletivo seguiu investindo na restauração do telhado, na instalação das esquadrias, na reforma dos banheiros, na pintura dos ambientes e do exterior, na instalação de luz e internet.

O térreo começou a se transformar em centro cultural com sala de recepção, estúdio de música e sala de instrumentos, biblioteca e sala de estudos, ateliê e sala multiuso (utilizada para estofaria, serigrafia, costura e oficinas), um dormitório e sala para crianças. M^a. conta que aos poucos perceberam a necessidade de se pensar em um espaço destinado às crianças, fruto dos projetos que passaram a desenvolver e dos parceiros com filhos que habitam a ocupa. Há também um espaço reservado para a produção de cerveja e para a preparação das refeições destinadas à comunidade nos domingos. A Biblioteca foi batizada de Dona Maria Amaro, em homenagem à Dona Maria da Conceição Pereira Amaro, mulher negra e ativista, reconhecida “benzedeira de religião” da vila Castilho em Pelotas.

Na área externa, construíram e mantêm um galinheiro e criam patos, nos fundos, que chamam de chácara ou aviário. Tanto os ovos produzidos quanto as aves criadas são utilizados para a alimentação dos moradores da ocupa. Na frente, contornando a esquina, uma horta comunitária. A horta é um dos elementos que potencializou a relação de troca com a vizinhança, ao mesmo tempo em que eles consomem os orgânicos que o coletivo planta e colhe, também colaboram com sementes para refazer os plantios. Alguns, inclusive se envolvem com a manutenção da horta urbana. Em meio àquele espaço urbano, a horta é mais um dos elementos diferenciais que a ocupa promove no território. E passou a simbolizar “um fio que liga as outras pessoas, que não moram e nem participam da casa, mas de alguma forma acabam sempre colaborando, seja trocando alimentos ou contribuindo com sementes” (M^a, 2020). Os agentes também contam que, ao chegarem, a terra se encontrava bastante deteriorada, havia óleo de

motor espalhado e muito lixo, foi necessário um trabalho em equipe, e meses de envolvimento. Mexendo a terra, regando e fertilizando, um fazer e refazer até conseguirem resultados férteis.

No pátio dos fundos, a presença de uma enorme Paineira, parente do Baobá espécie comum na África e um dos símbolos da cultura afro e do movimento negro, mantém forte relação simbólica e de memória com os ocupantes, majoritariamente negros. Na frente, uma Mangueira dá frutos no verão e gera sombra durante todo o ano sobre o espaço coletivo, e cujo paisagismo mantém bancos com troncos de árvores, paletes e sofás que promovem encontros, conversas, descanso e lazer.

Na lateral, lindeira à Faurb, um largo acesso dá destino a uma área edificada, ainda em reconstrução, que, atualmente, serve como marcenaria e local de apoio aos eventos culturais, mas que conta com um projeto de revitalização para sediar, futuramente, duas salas, ao estilo de escritórios, para funcionamento no sistema de *coworking*.

O acesso também chega num espaço aberto onde criaram o Palco Mr. Pelé¹³⁷ (1949-2017), em homenagem ao artista negro referência em Pelotas por sua trajetória cultural ligada à *black music* e à dança *break* e que o fez se notabilizar como dançarino criador das próprias coreografias. Agente cultural, atuava no cenário da música e do Carnaval; criou o Bloco da Lata, por meio do qual improvisava instrumentos feitos de lata e ensinava musicalização a crianças e jovens. Um artista que carregou viva a memória da tradição de seu povo negro e da diversidade cultural da periferia durante toda a vida, sempre estampando um sorriso cativante no rosto e criando estratégias de sobrevivência em meio ao racismo e à exclusão social que sofreu, mas cujo legado ainda inspira outros agentes culturais negros envolvidos com a cultura black e com o charme em Pelotas. No palco, criado pelos agentes da Canto, o legado de Mr. Pelé é celebrado e memorado por meio das atividades musicais, shows e apresentações artísticas que recebem uma multiplicidade de artistas e estilos musicais valorizando e fortalecendo a cultura local e as produções autorais que vão, nas palavras de Gl. (2021), “do samba ao hip hop”. O espaço também serve para eventos com projeções de audiovisuais e espetáculos de dança e teatro.

A parte de cima ficou destinada à moradia dos ocupantes, com cozinha, sala de estar, sala de jantar batizada “Sala da Liberdade”, onde fica a televisão, e um corredor “Rua Zumbi dos

¹³⁷ Wilson Couto (Mr. Pelé) se tornou Cidadão Emérito de Pelotas, pela Lei 6.375 de 5 julho de 2016, e teve sua trajetória reconhecida como vencedor do Movimento – Prêmio de reconhecimento da Cultura Popular de Pelotas. Durante a vida foi comerciante e vendedor ambulante, como artista criou sua própria estética coreográfica e foi um agente cultural importante na inclusão social de jovens e crianças periféricas de Pelotas por meio da música. Também desenvolvia atividades como o sopão da solidariedade para moradores de rua e comunidades carentes. Em 2016, foi baleado durante um assalto em sua residência, chegou a se recuperar e retomar as atividades, mas foi acometido por uma enfermidade e faleceu em novembro de 2017.

Palmares” que leva a sete dormitórios, banheiro, sala de convivência coletiva e reuniões nomeada “Sala Juliana Martinelli”¹³⁸. A sala, de uso coletivo, contém uma lareira em funcionamento, nas paredes as fotos contam um pouco da história do coletivo desde o início da ocupação e mapas dos estudos de levantamento do entorno, e no teto, parte do telhado ficou propositalmente à mostra, para visualizar o estuque original que fala do histórico do prédio construído em 1943 e das técnicas construtivas utilizadas na arquitetura pelotense do início do século XX. Nos invernos frios de Pelotas, em frente à lareira, o fogo acolhe e protege os ocupantes na sala durante as reuniões do coletivo, festividades e nos encontros com a comunidade. O conjunto conforma, então, um centro cultural e um espaço para moradia, separados entre os pavimentos (Figura 45).

Figura 45 - Plantas Baixas da casa do Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

¹³⁸ Juliana Martinelli foi uma mulher trans, importante ativista e militante do movimento LBGTQIAPN+, educadora social e integrante da ONG Vale e Vida (2003-2017). Representou Pelotas, através da Antra e da Rede Trans do Brasil, em diversos lugares do país atuando na luta em defesa dos direitos humanos. Juliana foi assassinada, em Pelotas, no ano de 2017. Em 2019, a prefeitura inaugurou a ‘Esquina Travesti Juliana Martinelli’, no encontro das ruas Doutor Cassiano e Barão de Santa Tecla, no centro da cidade. Juliana também batizou a sala da lareira na Canto de Conexão junto com Márcia Monks (mulher trans, também importante ativista e representante do movimento LBGTQI+).

No hall da escada, por meio de uma escada estilo marinheiro, chegam à torre no terceiro andar que demarca a equina, os ocupantes utilizam o espaço para hastear as bandeiras e os símbolos dos movimentos que, em rede, ajudam a construir. A temática da bandeira muda constantemente, de acordo com a luta que querem, estrategicamente, dar visualidade no momento. Dentre elas, a bandeira da anarquia costuma balançar, indicando a direção dos ventos, tal qual os caminhos da transformação que engendram no e por meio daquele território ocupado.

Com relação à infraestrutura básica do espaço, sobre a questão de acesso à água e à luz., M^a diz: “Nós não pagamos nada. Temos água e luz, mas a gente não paga nada. As despesas que temos é com a internet, porque precisa ter uma internet boa pra nossa comunicação externa, e o gás para a questão da alimentação. Esses a gente divide entre os moradores da casa”. E sobre o funcionamento da casa e a participação dos ocupantes nas atividades, M^a conta que tanto nos projetos que desenvolvem como em relação à dinâmica da casa, à limpeza, à organização e às reformas, há o envolvimento de todos os ocupantes. Estabeleceram um cronograma de limpeza, para que todos participem de forma igual. “E isso levanta inclusive a questão de gênero, sobre não ter que ser as mulheres a executar as tarefas domésticas e de cozinha. A gente conversa bastante com os meninos sobre isso, e todos tem a responsabilidade de fazer as tarefas e de propor” (M^a., 2020). Essa característica de multitarefas permitiu que o coletivo conseguisse colocar em funcionamento o banheiro do andar de cima, em abril/2020, e com os dois banheiros da casa completos e funcionando, facilitou a dinâmica cotidiana do espaço, separando totalmente a parte de cima para os moradores e a parte de baixo para as atividades culturais.

Com respeito aos vizinhos, especialmente com os moradores mais antigos do entorno, os ocupantes consideram estabelecer uma relação de boa vizinhança. Contam que nunca tiveram problemas, ao contrário, o diálogo e o apoio foram constantes desde o início da ocupação. São comuns os empréstimos de equipamentos e as ajudas mútuas, como a de ir ao supermercado ou à feira e perguntar se precisam de algo. No ano de 2019, quando ocorreu um processo em que o proprietário queria reaver a propriedade da casa, diversos vizinhos participaram das audiências como testemunhas a favor da manutenção da ocupação pelos estudantes, consolidando a relação amigável e de reconhecimento do projeto desenvolvido no espaço. O apoio também se deu na compra dos equipamentos exigidos pela juíza, como os extintores de incêndio, para as atividades do centro cultural.

Durante esse primeiro processo de tentativa de reintegração de posse, pelo proprietário do imóvel, uma ação judicial foi iniciada, e continua ainda hoje. A ação, segundo GL. (2024) teve início já “um dia antes de completarmos 1 ano de ocupação, caso contrário teríamos conseguido

entrar com o pedido de usucapião naquele momento”. GL. (homem, negro, assessor jurídico da Canto e atuante em diversos movimentos na cidade de luta pela terra, pela saúde e pela saúde mental) também salienta que as contas da casa continuam chegando em nome da Marinha do Brasil, e que desde o ato da ocupação pensavam que estavam ocupando um imóvel da União. No entanto, um dia antes de completar 1 ano e 1 dia de ocupação – prazo que dá a posse mansa e pacífica do imóvel - que é a base do Usucapião na legislação vigente, sem que alguém reclame o imóvel, chegou um comunicado de um “pseudo-proprietário, visto que nunca assumiu o imóvel, nem a posse e nem os ônus, os impostos do imóvel, que seguem chegando em nome da Marinha”. Desde então, “o processo segue em andamento, atualmente se encontra no Tribunal de Justiça do Estado, em situação de agravo regimental, que ainda não foi julgado, ou seja, se encontra em situação de pendência de julgamento pelos desembargadores” (GL., 2024).

A ocupação contou com a defesa coordenada pela assessoria jurídica de GL. e R., advogados parceiros do projeto desde o início das ações do coletivo. R. (2021) conta que a situação de abandono do prédio a cerca de dez anos, as avarias do prédio, o número de assaltos registrados nas proximidades do terreno, as dívidas do imóvel com o município, a falta de um projeto de qualificação e uso do prédio pelo proprietário, e a forma como o imóvel não apresentava, naquele momento, qualquer cumprimento de função social à cidade e à sociedade, foram aspectos levados em conta pela juíza responsável pelo caso. Os assessores também consideram que a apresentação de documentos e fotos pelo coletivo durante as audiências, comprovando a situação da casa ao ocuparem e o projeto transformador desenvolvido pela Canto de Conexão naqueles dois anos de ocupação, somados aos relatos das testemunhas moradoras do entorno, contribuíram na decisão da juíza que concedeu, naquele momento, o direito de continuidade da ocupação da casa.

Em dezembro de 2023, quase às vésperas de completarem 7 anos de existência, outra ordem de reintegração de posse da propriedade chegou na casa, e, atualmente, se encontram novamente sob pressão do judiciário na iminência do despejo se efetuar. E, como há confusão acerca do real proprietário do imóvel, mesmo após o decreto federal que estabeleceu o Programa Imóvel da Gente, fato que poderia contribuir no caminho da legalização do uso da casa para fins da continuidade de atuação do Centro Cultural do Kilombo Urbano Canto de Conexão, ainda há muita luta pelo caminho. A incerteza da permanência não impede a continuação das ações e dos projetos executados, visto que se realizariam em qualquer outro local caso ocorra a reintegração. No entanto, a perda do local engajaria todo um processo de recomeço em outro espaço, desde o zero novamente, mas seus agentes, acostumados a conviver com injustiça desde sempre, não fraquejam. “A nossa resistência é diária. Eu costumo dizer que, nós negros e negras, quando

levantamos de manhã, já levanta na luta, tendo que defender alguma coisa, tendo que exigir que os nossos direitos sejam respeitados. [...] a gente tem que estar ali, na luta, a gente não pode desistir da batalha” (R., 2024).

Sobre a Função Social da Propriedade Urbana e a desapropriação do imóvel por dívidas de IPTU, o III Plano Diretor de Pelotas define, nos art. 8 e 280, respectivamente, que:

Art. 8 - O cumprimento da função social da propriedade imobiliária se caracteriza pela adequação da mesma à função social da cidade, nos termos dispostos neste Plano Diretor e em outros instrumentos próprios para realização da política urbana, bem como pela destinação da propriedade imobiliária para:

- I. O uso habitacional;
- II. Atividades que gerem emprego e renda;
- III. A proteção e a preservação do ambiente natural;
- IV. A proteção e a preservação do patrimônio cultural;
- V. A realização de atividades culturais ou educacionais.

Parágrafo único: O não atendimento da função social da propriedade se dá com a não utilização, não edificação ou subutilização de imóvel, podendo ser caracterizado o mesmo como reserva imobiliária, em consonância com as disposições deste plano diretor e com o art. 5.º, § 1.º, inciso I do Estatuto da Cidade. (PELOTAS, 2008)

Art. 280 - Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. (PELOTAS, 2008)

Aparentemente, a lei deveria reconhecer a função social que os agentes da Canto têm desenvolvido no imóvel e o descaso por parte do proprietário, incluindo a sua desapropriação em virtude do não pagamento do IPTU, por mais de cinco anos, e nem a negociação da dívida. Apesar de terem vencido essa primeira instância, isso não quer dizer que a ocupação se encontrasse em situação legal. Os ocupantes têm consciência que novos processos de reintegração de posse da propriedade poderiam ser acionados a qualquer momento, mas como diz R. “o jeito é levantar todo dia e matar um leão por dia”. Ao completarem 5 anos de ocupação, o coletivo começou a se articular com relação às burocracias para a obtenção ao direito de usucapião do imóvel. No entanto, entendem que “isso vem com deveres que a gente não quer” (Gl., 2021).

Com relação à luz por exemplo, vai chegar uma hora que a CEEE vai vir aqui e um de nós pode ser preso, e os advogados vão brigar com a gente, porque a gente acredita que eles têm que nos dar luz de graça, pelo projeto social que a gente faz com a cidade. É uma utopia, achar que a gente vai conseguir isso, mas... (Gl., 2021)

A relação com a UFPEL tem se dado de diferentes formas. E, apesar de eventualmente conseguirem apoios, como para a impressão de materiais de divulgação do espaço, o principal vínculo se dá com a unidade da Faculdade de Arquitetura (FAURB), localizada ao lado da ocupa. Durante esses setes anos de existência da Canto de Conexão diversos projetos foram desenvolvidos com o auxílio dos professores, funcionários e estudantes da FAURB. Algumas frentes de trabalho, como na reforma do telhado e na restauração das esquadrias, contaram com o apoio de alguns alunos e professores. A casa já recebeu professores que utilizaram o espaço para realização de aulas, assim como já fez uso das acomodações no saguão da Arquitetura para realizar atividades artísticas.

Em 2017, realizaram um evento em parceria com a FAURB intitulado “Ciclo de debates: Promovendo diálogos para construir cidades mais justas” (Figura 46) que reuniu diversas entidades envolvidas na luta pelo direito à cidade, à moradia, à reforma urbana e aos conflitos fundiários.

Figura 46 - Direito à cidade - debates, encontros e ações do Kilombo Urbano Canto de Conexão, Pelotas/RS.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

O evento promoveu cinco dias de encontros, entre os meses de agosto e outubro, com mesas redondas, debates e cinema, no auditório da FAURB/UFPEL. A Canto de Conexão esteve presente em todos os momentos e contou com um dia reservado para apresentar e discutir as

ações desenvolvidas pelo coletivo na atividade “Intervenções nas comunidades – Ação prática na Canto de Conexão”. Durante a ação, receberam os participantes do ciclo no espaço da casa, apresentaram os projetos em desenvolvimento, contaram sobre a história da ocupação, a forma de organização do espaço e dos ocupantes, e as ações futuras que pretendiam realizar. Numa das falas dos ocupantes GL. diz: “A cidade é para quem? Como pode ter dentro do parque urbano imóveis dotados de rede de esgoto, abastecimento de água, rede elétrica, ônibus, posto de saúde, e o imóvel estar fechado?”

O diálogo com a Reitoria tem ocorrido de forma mais esparsa. No entanto, algumas parcerias conseguiram ser firmadas, como é o caso da doação de materiais de construção. Após uma ação de limpeza de prédios de propriedade da UFPEL, liderada pelo coletivo, os materiais passaram a ser doados diretamente para a ocupa. A primeira negociação ocorreu por iniciativa do coletivo em promover a limpeza de um dos prédios deteriorado localizado em frente ao ICH que, após a retirada da estrutura do telhado, permaneceu aberto, ocioso e cheio de entulhos por dois anos. No ano de 2018, a gestão da reitoria da UFPEL na época, colocou em prática antigos projetos de recuperação de edificações de propriedade da Instituição. Nesse momento, o coletivo interessado tanto no uso do espaço pelos estudantes, como na obtenção de materiais em desuso, que por lei são direcionados ao depósito de inservíveis da Instituição, fez uma proposta de parceria que foi aceita pelos gestores. O grupo encabeçou a ação de limpeza e remoção dos entulhos em troca de poderem utilizar os materiais de interesse para as reformas da Canto de Conexão e para os projetos de construção de moradias que desenvolvem.

Depois dessa primeira ação, a UFPEL continuou cedendo materiais de construção em desuso para a Canto distribuir à comunidade ou utilizar em benfeitorias da casa. Além disso, o espaço da UFPEL foi qualificado e devolvido para o uso da comunidade acadêmica, diversas oficinas de construção de mobiliário e atividades artísticas foram realizadas ali. O local funcionou como um espaço cultural aberto, de convívio e lazer para os estudantes, por cerca de dois anos. Depois, foi fechado para dar continuidade à reforma geral e, atualmente, sedia, parte das atividades dos cursos de Dança e Teatro da UFPEL. Através da iniciativa, a Canto começou a construir um banco de materiais de construção que recebe doações de outras diversas entidades e parceiros. Os materiais são destinados a qualquer pessoa que necessite, para as reformas da ocupação e para os projetos comunitários que atuam.

Essa questão dos vários direitos que o Kilombo aponta, assume em alguns momentos e está à disposição, tem muito a ver também com a coisa do descarte, do que não serve mais pra nós. Parte desse aquilombamento se dá a partir do momento em que a gente começa a dar um outro olhar pra todas essas questões, pra todos esses direitos. Uma delas é o banco de materiais [...] que a gente redireciona para pessoas que estão precisando, como os móveis e utensílios, que os alunos deixam no Kilombo e a gente passa para outros estudantes que chegam na cidade (R., 2024).

A ideia da Canto sempre foi a de conseguir autogerir o espaço, ao invés de captar recursos. Seus ocupantes mantêm suas atividades pessoais como forma de geração de renda, mas aceitam todo o tipo de material que possa ser utilizado ou ressignificado no espaço. Através de campanhas lançadas especificamente para cada ação e projeto que desenvolvem, por meio de doações em dinheiro, alimentos, roupas e utensílios, têm conseguido, nesses sete anos, manter a casa e os projetos sociais em funcionamento. Através dos eventos culturais promovem festas, shows musicais e atividades artísticas que congregam diferentes tribos, culturas e movimentos sociais da cidade e, através da venda de quitutes e bebidas nos eventos, arrecadam dinheiro para as despesas da casa. Os eventos também possibilitam que parceiros do projeto exponham e comercializem seus produtos – artísticos, de vestuário e alimentícios.

Apesar de ser uma ocupação que nasceu com a ideia de ser um espaço de moradia e centro cultural estudantil, o espaço sempre se mostrou aberto para receber viajantes que estão passando pela cidade. Nesse caso, decidiram que essas pessoas poderiam ocupar o pátio com barracas e ter acesso ao interior da casa para a higiene e a alimentação. Em algumas situações, os visitantes também podem dormir no interior da casa, cada caso é um caso, e é avaliado em coletivo. Também sugerem contribuição financeira espontânea para o espaço como forma de somar aos gastos coletivos da casa. O espaço também está aberto para moradores da cidade que desejam utilizar as dependências do centro para alguma atividade, como aulas de yoga ou de música, por exemplo, e, nesses casos, criam acordos para cada situação a fim de manter a autogestão tanto do espaço físico quanto dos instrumentos e equipamentos que a casa dispõe e compartilha. Também mantêm a política de que tudo o que é doado à Canto é destinado a alguém, seja da casa quanto das comunidades em que atuam.

Outra característica interessante sobre o modo de funcionamento da Canto é a de que qualquer pessoa interessada em utilizar o espaço é bem-vinda, e, apesar de contarem com uma agenda prévia de atividades para cada mês, se mantém aberta para receber outros projeto e atividades. A chave da casa, por exemplo, é disponibilizada tanto para os ocupantes fixos quanto para os ocupantes circulantes. “O Kilombo é um espaço único na cidade e que eleva várias bandeiras, como a questão da segurança alimentar e nutricional, e é um local satélite pra pessoas

que moram ou outras pessoas se tornarem “ocupantes” para utilizar os computadores, por exemplo” (U., 2024). E, assim, “vai se construindo um espaço físico, social e político ali, por meio de ações que são comunitárias e humanitárias” (E., 2024).

E. (2024) é mulher, negra, assistente social e especialista em Saúde Mental. Ativista militante nas questões da saúde mental com longa experiência de atuação no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), integra o Conselho Municipal de Saúde de Pelotas, a ONG Feminista de Pelotas GAMP (Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas), o Coletivo 8M Pelotas e a Canto de Conexão. Atualmente, também atua como artista têxtil pela #Las3tramas, uma coletiva de mulheres que desenvolve artes têxteis, visuais e intervenções urbanas em defesa aos direitos das mulheres, especialmente negras, e que, junto a mulheres vítimas de violência na cidade, por meio da arte do crochê tecem redes de resistência e cuidado, além de possibilitar a geração de renda com a venda das artes produzidas por elas. “São sete anos de luta, que começou com o chamamento pra uma festa, que tem a ver com o direito à cidade, aqui entendida como um lugar amplo, e que tem a ver com a insistência do sistema judiciário e da especulação financeira, porque a especulação imobiliária está calcada na especulação financeira, de que os imóveis tem que ficarem vazios. Eu também sou uma ocupante visitante do kilombo”.

Lutam, especialmente, pelo direito à moradia e ao acesso de todos à cidade. “A questão do direito à cidade é tão limitada que as pessoas não sentem que o centro, por exemplo, pertence a elas. As pessoas não sentem que a cidade pertence a elas” (GL, 2020). Essa é uma das principais temáticas debatidas nos encontros e eventos que promovem junto às comunidades, sobre o uso, o acesso à cidade ser um direito de todos e de como, através de práticas cotidianas que acionam coletivos em luta no meio urbano, conseguem ganhar força, pela junção de saberes e funções, para a construção da noção de um bem comum numa cidade compartilhada. Também entendem que a questão de direito à cidade é bastante ampla, ela “se refere também à segurança pública, muitas vezes as pessoas ao falar em segurança pública pensam em mais presídios, mais encarceramentos que também são temas que envolvem a luta” (GL., 2020).

Nesse sentido, os agentes da Canto têm atuado em diversas frentes de trabalho e de debates, amplos, acerca do direito igualitário ao acesso e ao uso da cidade. Entendendo que se trata ainda do direito de ir e vir, de utilizar o espaço público, de se alimentar, de morar, de construir laços comunitários, de acessar os serviços e os equipamentos públicos, de valorizar a memória do seu povo e de construir uma história do presente que possibilite o futuro.

Quando falamos do Kilombo estamos falando de vários direitos humanos que o Kilombo busca atender. Porque a moradia não é só um teto, a moradia digna é ter acesso aos aparelhos públicos, ao posto de saúde e à escola, à água potável, ao esgotamento sanitário, essa é a moradia digna. Mas aí estou apenas falando do aspecto da moradia. Mas, uma biblioteca doando livros pra comunidade, fruto de muita doação, que hoje serve pros alunos se prepararem pro ENEM, de graça. Outro aspecto é a horta e a cozinha. Tem uma sala de música, ao lado da faculdade de música, para os alunos poderem se preparar pra defenderem suas peças na sala de aula, aberta à comunidade, sem mensalidade. Também o palco que a comunidade usa para apresentações artísticas. Então, são vários direitos humanos que estão sendo exercidos, e que correm o risco de serem despejados. Por isso é importante ocuparmos esse espaço e alertar a comunidade (GL., 2024)

O coletivo é engajado nas plenárias públicas promovidas pela Câmara Municipal de Vereadores, na discussão e na construção de políticas públicas para a cidade de Pelotas, em ações sociais e manifestações públicas. Entendem que a situação política da cidade não contempla o povo negro e as comunidades pobres da periferia. “A gente luta pela memória do nosso povo, que construiu essa cidade e continua construindo, porque nós somos os trabalhadores, que usam o transporte público, o povo que sai de casa todos os dias pra ir trabalhar na casa dos senhores que se acham donos dessa cidade” (GI, 2021).

Ainda sobre o aspecto dos direitos humanos, a gente vê muita pessoa na rua, mas o humano de cada pessoa parece que se perdeu, a sensação de que estamos todos em competição se estabeleceu de tal forma que eu achava muito difícil manter, e ainda é, de manter o Kilombo resistindo, por conta do sentimento de inveja, por sentimento de o que eu posso ganhar com isso, politicamente ou sei lá, esse sentimento imperou, mas o quilombo tá conseguindo sobreviver mesmo diante desse mundo. Mas, no aspecto dos direitos humanos eu queria pedir, fazer um apelo à comunidade pelotense, que ainda se considera humana, que se manifeste em nome da permanência do Kilombo. O kilombo já teve espaço nos poderes municipais, a prefeita já esteve, inclusive, almoçando conosco lá. Nós já fizemos uma audiência pública com o tema “Kilombo Fica”, há dois anos atrás [2022], que a gente lotou a Câmara de Vereadores. Essa audiência deu base, inclusive, a uma lei municipal que deu o título de Instituição Emérita para o Kilombo, mas uma moção dos vereadores pedindo para o Kilombo ficar, nós estamos aguardando até hoje e não saiu. Então, o apelo é para a comunidade se manifeste, porque do judiciário eu não espero muita coisa. O judiciário tem lado, e parece que é a defesa da propriedade e não do ser humano (GL., 2024).

As ações promovidas pelo coletivo da casa também discutem o consumismo, o modelo político e econômico neoliberal da cidade e do país, as desigualdades sociais e espaciais no território urbano, o racismo estrutural, o lugar e o papel dos negros na cidade de Pelotas, o feminismo e as questões de gênero, o hip-hop e as culturas populares, a fome, a especulação imobiliária, o direito ambiental e os abandonos da cidade, em especial da região do Porto. Sobre essa questão, os ocupantes salientam que os agentes imobiliários e as parcerias público-privadas

mais atuais, implantadas pelas gestões municipais de partidos de direita, há pelo menos três mandatos, têm influenciado as decisões sobre o território urbano de Pelotas a partir dos interesses empresariais e de investimentos imobiliários em áreas nobres da cidade, restando às margens e às periferias o descaso e a precariedade. “A forma como esses agentes têm atuado, forçam o investimento público em áreas da cidade de interesse deles, deixando o Porto e outras áreas periféricas da cidade abandonadas” (GL., 2020).

Uma das evidências da lógica empresarial que, apoiada pelo Estado, tem dominado as decisões e a forma da produção do espaço urbano na cidade está na composição dos representantes do CONPLAD¹³⁹, e no reconhecimento dos grandes agentes imobiliários como “produtores e usuários do espaço urbano”. No conselho, o grupo “produtores do espaço urbano” é formado, basicamente, por construtoras e entidades da classe patronal (proprietários de empresas) atuantes na cidade, que se utilizam de seus bens capitais - social, cultural, econômico e político – para fins de prevalência de suas ideias e interesses frente ao Conselho. Um fato interessante, sobre a falta de participação popular no conselho, foi a renúncia da Câmara de Vereadores a um lugar no CONPLAD, desde o início da efetividade do III Plano Diretor, em 2008. Sem representação da Câmara, o cidadão comum, usuário e coprodutor ativo do espaço urbano, aquele que caminha cotidianamente pelas ruas da plana cidade de Pelotas, que faz uso do transporte público precário, que sofre a violência diária entre assaltos e desvios, se vê desassistido em mais essa instância pública. Apesar de ser, justamente, o cidadão comum, e em especial as mulheres negras, que experimentam no corpo as dinâmicas urbanas, as violências e os problemas da cidade, por meio de seus usos e deslocamentos diários.

Cabe somar nessa discussão, sobre o papel das mulheres na produção do território urbano e sobre a forma como os agentes envolvidos nos planos urbanísticos não atentam aos seus conhecimentos empíricos sobre as cidades, as questões levantadas por Winnie Bueno (2019)

¹³⁹ CONPLAD (Conselho do Plano Diretor) é um órgão colegiado, deliberativo, fiscalizador e normativo, de consulta do Poder Público para a gestão da política urbanística do Município. Composto por até 30 membros, atualmente, tem representantes das seguintes instâncias: “Produtores do Espaço Urbano e Rural” - ACP (Associação Comercial de Pelotas), AEAP (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pelotas), Cipel (Centro das Indústrias de Pelotas), Creci (Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 3ª Região/RS), Secovi (Sindicato da Habitação), Sinduscon (Sindicato das Indústrias da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região), Rede (Associação Rede de Suprimentos da Região Sul), CEF (Caixa Econômica Federal). “Usuários do Espaço Urbano e Rural” - ARP (Associação Rural de Pelotas), CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas), IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul), Sindilojas (Sindicato do Comércio Varejista de Pelotas), Associação Parque UNA Pelotas, OAB (Subseção de Pelotas da Ordem dos Advogados do Brasil), CAU/RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS), CMDPDAH (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades). “Poder Público” - SGCMU (Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana), STT (Secretaria de Transporte e Trânsito), Sdeti (Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação), Secult (Secretaria de Cultura), Sanep (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas), SQA (Secretaria de Qualidade Ambiental), SMHRF (Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária), Seplag (Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão). Fonte disponível em: < <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-empossa-novos-membros-do-conplad>> Acesso em: dez. 2021.

em palestra proferida à comunidade acadêmica da UFPEL em 2018, durante evento promovido pela FAURB, sobre o direito à cidade e as dinâmicas urbanas:

As dinâmicas urbanas são influenciadas diretamente por um histórico de apropriação da cidade, no qual as mulheres, geralmente as mulheres negras, fazem parte da dinâmica, mas são [...] apagadas da construção da historiografia desse processo. Então, quando a gente pensa sobre quem faz a cidade, sobre quem ocupa e caminha pela cidade, em quem pega o ônibus, conseguimos compreender que na estrutura da cidade essas pessoas são as pessoas negras, especialmente as mulheres negras de periferia. São essas mulheres que têm a apropriação da cidade, porque são elas que percorrem a cidade como um todo. [...] Estou falando como por exemplo aqui em Pelotas, [...] de uma mulher que mora lá no bairro Dunas e trabalha como profissional dos serviços de limpeza aqui nessa universidade - que é uma tarefa terceirizada extremamente precarizada - e essa mulher leva quarenta minutos pra chegar até aqui. Ela sabe tudo o que acontece na cidade porque ela está fazendo isso dentro de um ônibus. Ela entende como funciona o transporte público, a lógica do saneamento, como as pessoas se deslocam, por onde deveriam passar as ciclovias, ela entende e sabe onde estão os problemas de asfalto porque essa mulher se apropria da cidade a partir dos seus deslocamentos, a partir dessas dinâmicas. Mas essas dinâmicas desaparecem, elas são invisibilizadas e colocadas em segundo ou terceiro plano quando, por exemplo, a gente for discutir sobre o plano diretor das cidades. Não se chamam as trabalhadoras domésticas para discutir o plano diretor da cidade, mas chamam grandes especialistas que andam de carro. [...] A gente não chama essas mulheres pra pensar o planejamento das cidades, mas chamamos especialistas que são homens, brancos e técnicos que não têm, muitas vezes, a apropriação dessa dinâmica nas suas trajetórias, nas suas experiências. É justamente por isso que não dá certo e que, constantemente, quando vemos esses planos serem aplicados eles não dão conta das necessidades das pessoas. As pessoas que de fato precisam ter a função social da cidade atendida não estão imbricadas nos processos de construção desses planos (BUENO, 2019, p. 20-21).

O não envolvimento da população nas decisões urbanas de Pelotas é também assunto recorrente nas rodas de conversa e palestras promovidas pelos agentes da Canto de Conexão, que revelam as relações desiguais entre as posições ocupadas em conselhos e órgãos públicos no que se refere à produção do espaço urbano e à importância da participação popular. E, ainda, que a produção do espaço urbano tem ligação direta com as disputas e as cooperações entre os atores comuns, os agentes sociais e as instituições promotoras do território, assim como, com as diferentes formas de territorializações e territorialidades produzidas no cotidiano da vida urbana, que tanto revelam quanto produzem a cidade. No entanto, o que se vê é que “a população da cidade se apequena, ela tem receio de ocupar os espaços ociosos” (Gl., 2021).

Nesse sentido, o papel da Canto se evidencia como conector e agenciador entre os conflitos, os dissensos e as potencialidades locais, ao possibilitar o envolvimento de mulheres, dissidências, estudantes, movimentos sociais diversos e grupos marginalizados nas discussões

acerca da cidade de Pelotas e da construção de uma cidade possível para todos (Figura 47). Por meio das atividades que propõe junto a essas pessoas, dão ouvidos à voz de suas demandas sociourbanas e criam espaços para a manifestação da diversidade cultural e social de suas existências, aproximando-as de agentes jurídicos, gestores públicos e assistentes sociais e contribuindo na obtenção de conhecimento acerca de seus direitos; como um facilitador da promoção de justiça social e de exercício da cidadania desses grupos.

Figura 47 - Por uma cidade para todos.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

O trabalho social e cultural desenvolvido pela ocupa implica uma disposição corporal permanente de seus agentes, tanto nas atividades propostas no espaço físico da ocupa quanto nas ações que realizam junto às comunidades. Porém, com a explosão da pandemia do Covid-19, os ocupantes e a casa necessitaram passar por um processo de recolhimento e fechamento a fim de tomarem cuidados com relação às exigências sanitárias de distanciamento e higiene, imediatamente. Naquele momento, residiam seis pessoas na casa. As pessoas que chegaram no período primeiro passaram a ocupar a área externa com barracas, mas logo a ocupação fechou totalmente as portas.

Os frequentadores diários, na época de pandemia, somavam cerca de 15 pessoas. Num espaço movido pela liberdade e pelas atividades culturais que desenvolvem, se viraram da forma

que conseguiram, trancados e impedidos de seguir suas ações plenamente. A internet e as redes sociais foram grandes aliados na retomada das atividades, de forma remota o coletivo passou a realizar *lives* e debates com os movimentos sociais e os agentes culturais aos quais se aliam, a fim de manterem os laços e os projetos em andamento. A casa conseguiu permanecer “aberta” através das redes sociais. O espaço interno do centro cultural também sofreu adaptações, a biblioteca, por exemplo, virou sala de estudos com acesso ao computador, para que os estudantes da casa pudessem assistir às aulas online.

A crise econômica e social desencadeada pela pandemia nas comunidades em que a ocupa atua, também fomentaram diversas ações de solidariedade pelos agentes. Dentre elas, se destacaram aquelas desenvolvidas junto à comunidade das Doquinhas¹⁴⁰ que, por meio de diversas campanhas, parcerias e doações, conseguiram levar água potável, alimentação e distribuição de máscaras e álcool em gel, durante todo o ano de 2020. Sobre a situação dessa comunidade que se localiza há três quadras da ocupa, M^a salienta indignada: “é um absurdo que nas Doquinhas existem pessoas sem acesso à água, bebendo água do arroio São Gonçalo. É claro, que isso não é uma solução, mas é já um apoio”. Ao todo, cerca de 54 famílias foram atendidas pelo coletivo no período da pandemia, dessas, 16 tinham crianças e mulheres grávidas, a maioria dessas famílias são lideradas por mulheres na condição de mães solo. “Ajudamos a encaminhar para o acompanhamento pré-natal, por exemplo. E é isso que nos gratifica, sobre essas ações que a gente faz, saber que alguns pequenos resultados a gente consegue obter” (M^a, 2020)

A questão do cuidado é uma característica muito forte no coletivo, tanto com relação à afetividade, na forma como os agentes se relacionam entre si no coletivo da ocupa, como na relação que estabelecem com as comunidades que atendem, a vizinhança e a cidade. “O amor é o que eleva a autoestima das pessoas da casa” (Gl., 2021). Orgulhoso do movimento que têm construído durante os anos em que a ocupa existe, Gl. conta, ainda, que enfrentou problemas de saúde, necessitando de internações e cirurgias, e diz que ainda está vivo do câncer porque colocou a vida dele nas mãos dos amigos da ocupação, pelo cuidado e pelo carinho que recebe até hoje. Esse foi um momento muito significativo para o coletivo que, juntos, se apoiaram,

¹⁴⁰ A comunidade das Doquinhas compreende um conjunto de ocupações de ações individuais de posseiros instaladas, a partir dos anos 1970, em uma área de banhados às margens do Canal São Gonçalo, que engloba cerca de três quarteirões na parcela sul da Região Administrativa Centro, Pelotas/RS. Apesar de terem ocorridos avanços, nas últimas décadas, no processo de Regularização Fundiária, Registro e Cadastro de Imóveis, em algumas parcelas da ocupação, a situação geral continua sendo a da informalidade com diversos problemas de saneamento, qualidade urbana e ambiental, poluição, degradação do banhado remanescente, alagamentos, ausência de coleta de lixo, dotação de infraestrutura e equipamentos comunitários, habitações precárias e excesso de habitantes. A região compreende, ainda, o “Quadrado”, antigo atracadouro de navios e que, atualmente, é um local de lazer e convívio social, com vista para o Porto de Pelotas cidade, para as pontes férrea e rodoviária, e para o Canal São Gonçalo. O local também é utilizado para atracar barcos de pescadores que residem nas proximidades.

enfrentaram a dor e o medo da morte, pela doença e pelo vírus. A experiência tornou-os ainda mais unidos, o que possibilitou o fortalecimento de seus laços e o enfrentamento do período pandêmico em união.

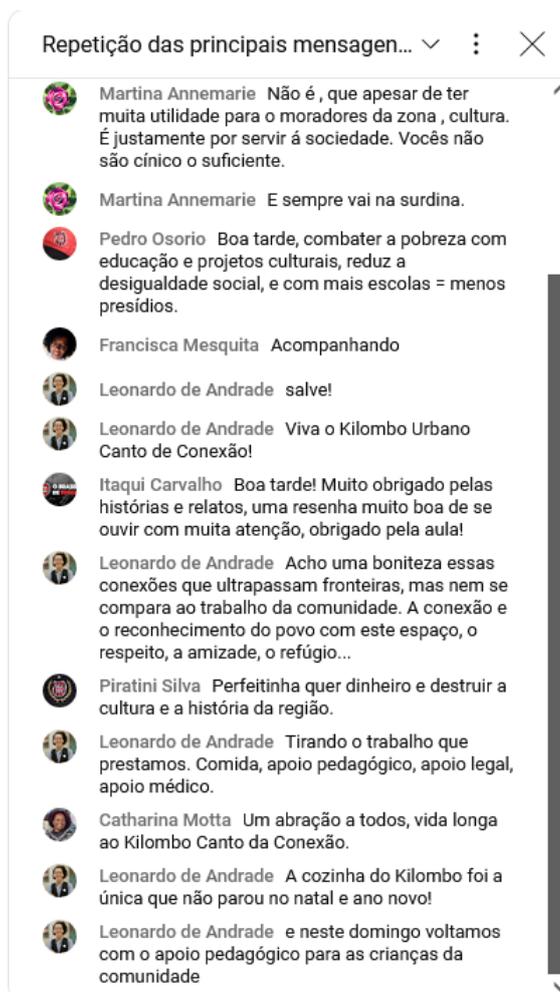
O cuidado, a solidariedade e a empatia são alguns dos *affectos* acionados e produzidos pelos corpos agentes da Canto que têm possibilitado a [re]existência do movimento, a união do coletivo e a continuidade dos projetos desenvolvidos, mesmo em meio às crises pandêmicas, sociais, existenciais, ambientais, econômicas, políticas e urbanas enfrentadas cotidianamente.

O que nos move é essa nossa intensidade e amorosidade com todos os seres, e do quanto a gente é esperançoso, buscando estratégias pra passar por todos os obstáculos, com respeito. O nosso pulsar é pela vida, pela alegria em fazer as coisas, a gente vai fazendo o “simples assim”. E acorda todo dia com esperança em acreditar num mundo melhor e uma vida melhor pra nós e pros nossos. Essa é a estratégia pra gente ter força de seguir. Ninguém na casa faz algo pelo seu umbigo, a gente pensa no todo. Porque enquanto se viver nessa ideia do capital individualista vai continuar a ser como é lá fora. Mas a vida nessa ocupação tem uma outra leitura de tudo isso. E não é pra todo mundo, tem gente que não tem essa disponibilidade de se doar e de sentir, de sentir o outro. (R., 2021)

Para OT. (2021) a ocupa “significou e significa transformação e conexão, transformar através da conexão com o outro, pois se preocupar com o outro te faz viver na linha de frente da vida, na militância real”. Hoje a casa tem uma função social e uma preocupação especial com a população do entorno, que vive às margens do canal São Gonçalo, dentre elas a comunidade das Doquinhas. No entanto, não é apenas a região do entorno próximo que segue sendo atendida pelas ações do coletivo. “Outros bairros, distantes, como o Gotuzzo, o Getúlio Vargas e o Passo do Salso, além da região em torno do Canal São Gonçalo como Fátima, Navegantes, Balsa, Ceval e Mauá também são assistidos pelo Kilombo” (GL, 2024).

A forma como o entorno da ocupação foi se transformando ao longo desses 7 anos de existência (comemorado no ano de 2024) se manifesta também pela participação dos atuais e dos antigos moradores da zona do Porto, e pelo público em geral, durante as *lives* promovidas. Nas manifestações e nos comentários (Figura 48), ao vivo ou nas redes sociais da ocupa, falam sobre o aumento da segurança no entorno da ocupa, a limpeza, as ações comunitárias (antes, durante e pós pandemia), os avanços da região e das comunidades atendidas pelos projetos do coletivo após a tomada do prédio.

Figura 48 - Comentários durante a *Live Cotidianos: 7 anos do Kilombo Canto de Conexão*.



Fonte: Captura de tela do *chat* na página do *Youtube*¹⁴¹, pela autora, durante a transmissão da *Live Cotidianos: 7 anos do Kilombo Canto de Conexão*, promovida pela Rádio Com no dia 28/02/2024.

O reconhecimento que a sociedade pelotense expressa pela ocupa se deu, segundo GL. (2024), especialmente porque “a comunidade viu a materialidade das nossas ações durante esses anos todos”. O kilombo tem, inclusive, o reconhecimento pelo CRAS-Pelotas que recomenda o espaço a quem precisa de assistência social ou para obter material de construção. Muitas pessoas vítimas de violência, especialmente mulheres negras, procuram o espaço e, de lá, são encaminhadas aos órgãos municipais responsáveis, no entanto, segundo os agentes da ocupa, o atendimento que recebem na Delegacia da Mulher, por exemplo, é bastante burocrático e demorado, o que faz com que retornem à ocupa em busca de apoio novamente.

R. (2024), sobre essa questão, salienta que “são 7 anos que a gente resiste naquela esquina, [...] que fazemos um movimento social e popular na cidade de Pelotas e que temos um reconhecimento, e penso que só estamos há 7 anos em função de todas as possibilidades que

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4pX1tSkm_ec> Acesso em: fev. 2024

tentamos abraçar e que os setores público e privado não dão conta, que o Estado não dá conta, e a gente vem tentando fazer o melhor, informando e encaminhando”.

No quatro ano de ocupação passaram por um processo de mudança no nome. Começaram como Ocupação Canto de Conexão, mas a experiência ao longo dos anos os fez compreender que o território ocupado havia expandido a noção de ocupação, e passaram a se denominar Kilombo Urbano Canto de Conexão. “A gente entende que o processo da ocupação não pode ser permanente, ele tem que avançar e interagir com a sociedade. Então, nos autodeclarámos Kilombo Urbano Canto de Conexão” (Gl., 2021).

Sobre a relação entre a ocupação e os quilombos, OT. (2021) diz que a Canto tem a mesma função dos quilombos no sentido de serem agrupamentos que organizam a luta para poderem continuar lutando pela liberdade dos seus povos. “A ocupa dá sentido a tudo isso, ela começa transformando um território, transformando coisas ruins em positivas, para continuar lutando pela liberdade. Aos poucos foi se tornando kilombo urbano, pois, enquanto centro cultural se comungam diversas culturas, mas o kilombo é a parte da resistência e da luta pela liberdade”.

A renomeação, e a inclusão do termo Kilombo, faz um regaste à memória do movimento de resistência operado pelos corpos negros escravizados no período colonial e charqueador de Pelotas, que fugiram das senzalas e formaram os quilombos, a exemplo do Quilombo Manoel Padeiro na região da Serra dos Tapes. Esses agrupamentos, ou assentamentos quilombolas, se caracterizavam pela organização na forma de pequenas comunidades autogeridas em locais de difícil acesso e onde podiam expressar livremente suas tradições e símbolos culturais, plantar alimentos para o sustento e organizar suas lutas. Por terem sido forçosamente retirados de seus lugares de origem africana, dificilmente essas pessoas conseguiam manter seus laços parentais e consanguíneos, assim, nos quilombos, diversas etnias se mesclavam florescendo relações na forma de um parentesco ideológico (FREITAS, 1991).

Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, muitos permaneceram nos quilombos, mas a propriedade das terras aos quilombolas descendentes apenas foi reconhecida em 1988 pela Constituição Federal. Ainda hoje, os quilombolas remanescentes seguem na luta por direitos civis, reconhecimento cultural e direito à terra.

A escolha do termo Kilombo com “K” indica, por um lado, o viés anárquico com o qual o movimento se define, mas também:

A etimologia da palavra Kilombo com K, que vem da palavra *kimbundu* de uma região de Angola para acampamento fortificado. Não havia escravidão, mas quando o acampamento tinha que ser mais fortificado e tinha que ter uma estrutura pra funcionar, ele era chamado de quilombo. Aqui [no Brasil] é que ficou relacionado ao refúgio da escravidão, e nesse sentido, o judiciário tem uma posição que parece de adversário da sociedade em muitos momentos em diversos casos ao longo da história. Por exemplo, para se ter um reconhecimento formal de um quilombo pelo IPHAN são dois pressupostos, dois pilares, territorialidade e tradição, ou seja, tem que ter uma tradição naquele espaço físico, no entanto como temos muitos imóveis abandonados nunca vai se ter um quilombo urbano pois mesmo ao ocuparmos não vamos conseguir constituir uma tradição extensa. Daí que o IPHAN tem trancado vários reconhecimentos nesse aspecto, mas isso é apenas uma formalidade, um reconhecimento formal (GL, 2024).

Gl. também manifestou que, socialmente, o termo ocupação algumas vezes gera estranhamento, pois remete à ideia de ocupar para ter para si, no entanto, essa nunca foi a proposta do coletivo, por outro lado, Kilombo remete à noção de pertencimento, de lugar limpo, higiênico e com organização dos espaços. Conta ainda que, naquele momento, mais de 50 pessoas tinham a chave da casa e que todos eles faziam parte do processo. “Esse lugar é de todos que quiserem chegar e participar da construção desse coletivo, então é um aquilombamento o que a gente tá fazendo, fortalecendo o sentimento de união com os moradores e com a comunidade que a gente quer atingir” (Gl., 2021).

Aquilombamento é um termo que deriva da instituição quilombo “porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade” (SOUTO, 2020, p. 141). O aquilombamento enquanto prática “diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais” (ibid.). E, “aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político”.

Na experiência do aquilombamento, o ponto de vista adotado é o da subjetividade negra diaspórica, constituindo-se então uma prática de gestão em primeira pessoa, na qual a vivência do/a gestor/a está inscrita nas ações que desenvolve. No contexto da diáspora negra, falar do mundo a partir de si, como expressa Lima¹⁴², é, por si só, uma prática de resistência, pois é a partir dessa perspectiva que o corpo negro criou condições para estar no mundo como sujeito. Dessa forma, e em segundo lugar, uma vez que essa perspectiva leva em consideração o lugar de fala de quem é submetido à violência da invisibilidade, o ato de criar sentidos de aquilombamento através de signos culturais produz novas lógicas de representação e, conseqüentemente, uma relação direta de pertencimento e de identificação é criada [...] (SOUTO, 2020, p. 143).

M. (ex. ocupante) faz destaque à importância da capacidade de ressignificação de um lugar a partir da experiência coletiva, “o poder que as pessoas têm de transformar o lugar que elas habitam, chegar em um prédio que era da marinha e transformar num kilombo urbano, o aprendizado é enorme” (M., 2021). O ex. ocupante também ressaltou a preocupação de todos em manter o ambiente agradável, com qualidade para viver e conviver. Destaca a limpeza do espaço, as reformas e a pintura dos ambientes, sempre com a intenção de oferecer um local que promova o encontro entre diferentes pessoas e que se sintam confortáveis para executar as atividades ou apenas para fazer uso do espaço físico. Por último, M. destacou ainda, na sua longa experiência com a ocupação “a troca de saberes e especialidades, a conexão com o hip hop, o aprendizado e a troca de saberes musicais na sala de instrumentos”.

Outra agente importante no processo da Canto é R. Mulher, negra, psicopedagoga clínica, advogada, assessora jurídica da Canto de Conexão e parceira do movimento desde o início das atividades. R. (2024) considera que “o Kilombo é um dos únicos movimentos vivos da sociedade pelotense, vivo no sentido de abraçar e acolher todas as causas e todas as lutas, esse é um pouco do papel do Kilombo, do se aquilombar e do aquilombamento”. Num outro momento fala: “Um espaço onde o Estado não entra, e que nunca entrou, provavelmente, por falta de interesse” (R., 2021).

R. vem de uma trajetória de participação nas escolas itinerantes do MST, onde passou a acessar o conhecimento acerca dos processos envolvidos nas ocupações urbanas. “O que pode ocupar, como ocupar?” No início contribuiu, principalmente, nas questões legais da casa, com relação ao Estado, e logo passou a ser integrante nas ações e projetos e contribuir nas decisões do coletivo, atualmente é responsável pela coordenação de projetos e parte do assessoramento jurídico. R. destaca a qualidade da ocupa na formação de um coletivo que agrega pessoas do

¹⁴² LIMA, Ana Luisa. Política como liberdade. In: TOLEDO, Daniel. Indie. Gestão – Práticas para artistas/gestores ou Como Assobiar e Chupar Cana ao Mesmo tempo. Belo Horizonte: JA.CA, 2014, p. 153-156.

Oiapoque ao Chuí, com a mesma ideia de transformar e ressignificar um lugar, “isso só é possível porque eles se permitiram se conectar e, assim, o espaço foi se transformando, em ocupação, em Centro Cultural, em Kilombo urbano” (R., 2021).

Enquanto moradora do bairro do Porto há décadas, R. também conta que a casa, antes, causava medo em função do uso de drogas dos antigos ocupantes, do depósito de lixo e etc. E que, após a ocupação, os moradores do bairro perceberam, rapidamente, as mudanças que passaram a ocorrer na rua Benjamin e nos arredores. A limpeza, a horta, a segurança. A vizinhança começou a querer colaborar com doações, com a troca de conhecimentos e com materiais de construção. Em sua opinião a ocupação mudou o cenário do bairro e aumentou a segurança, “a esquina vigia o Porto, todos cuidam da ocupação e a ocupação cuida de todos” (R., 2021). E, assim, a Canto passou a ser reconhecida na cidade como um espaço de transformação social, solidariedade e irmandade.

Dentre outros aspectos, a fala de R. enuncia questões difíceis de serem colocadas em palavras, pois trata de mudanças na dimensão dos *afectos*, por transformações políticas e sociais que se tornam possíveis através da sensibilidade, da empatia, da solidariedade e da conexão entre as pessoas envolvidas no processo. “Trabalhar com um coletivo não é uma coisa fácil. Trabalhar com todas essas nossas diferenças, e a gente saber respeitar toda essa regionalidade também. Imagina, um mineiro, um paulista, outro lá do Espírito Santo, é muita diferença e muito respeito envolvidos” (R., 2021). R. também destaca as funções culturais e sociais desenvolvidas, da possibilidade de moradia criada, e do fomento ao acesso e à produção de arte promovidos pelo coletivo nesses anos de atuação do espaço. E finaliza: “o que mais marca a Canto de Conexão nesses anos é a questão das relações sociais, do respeito ao outro e o cuidado ao outro, e isso não se aprende lá na faculdade com os acadêmicos. Isso se aprende na nossa vivência diária, sabendo respeitar o outro”.

“O Kilombo é um dos únicos movimentos vivos da sociedade pelotense, vivo no sentido de abraçar e acolher todas as causas e todas as lutas, esse é um pouco do papel do Kilombo, do se aquilombar e do aquilombamento” (R., 2024)

Sobre a convivência diária na moradia, A., mulher, jovem e negra, vivia, 2021, há dois anos na ocupa junto com sua mãe, e conta que, como em qualquer família, ocorrem desavenças diárias, e que algumas questões familiares atravessam a rotina. A. gosta de morar na casa, se sente acolhida e segura, e diz que a separação entre espaço cultural e moradia fica bem definido pela separação dos andares, o que possibilita que consigam ter suas individualidades preservadas. Diferente de outros moradores, A. é bastante quieta e reservada, para ela o início

foi estranho, sobre o fato de morar com pessoas diferentes, pois tanto ela quanto a mãe estavam acostumadas a morar só as duas. O movimento de ir morar na ocupação ocorreu por vontade de transformação, ela queria recomeçar, construir uma nova vida e sair do lugar onde morava na Vila Osório. Conta que, no lugar em que vivia, enfrentou alguns problemas pessoais e, ao invés do acolhimento, passou a ter que lidar com moralismos e julgamentos. Ao chegar na ocupa passou a ressignificar a ideia de família, encontrou apoio e construiu laços de amizade, “eu me sinto segura aqui” (A., 2021). A. também colabora com as atividades do Centro Cultural, se envolve, especialmente, nos projetos sociais que a casa desenvolve com mulheres e crianças, mas diz que não gosta muito de festas, então, quando a ocupa promove shows e concentra grande público, ela contribui nos preparativos, mas depois prefere ficar no conforto do lar. Por fim, conta que sua casa estava sendo construída pelo coletivo da Canto e que estava ansiosa para ir morar no seu “chalé”.

Em 2022, A. e sua mãe finalmente receberam a casa nova, construída em mutirão por elas e pelos agentes da Canto. No entanto, após a morte de sua mãe, em 2023, resolveu retornar a viver na ocupação. Sob o cuidado e o afeto dos amigos que fez na ocupação, recebeu o apoio necessário para enfrentar sua perda e conseguir reconstruir sua vida novamente. Atualmente (2024), A. parece bem mais extrovertida, atua em diversas atividades promovidas na ocupa, mantém uma forte relação de amizade e diálogo com os vizinhos e diz que está feliz ali.

A forma como o movimento da ocupa se engaja em produzir uma noção de comum através de uma ação política de construção solidária e coletiva, enfrentando e criando possibilidades de ultrapassar os individualismos, é exposta nas palavras de M^a:

Eu sinto que o que mais nos move é a aprendizagem que a gente tem nessa configuração de coletivo, pessoas plurais que ao mesmo tempo que a gente se ama e se odeia, a gente briga, se abraça e chora junto. Então, tem sido um grande aprendizado a partir do agrupamento, das relações mais coletivas, de eu não poder pensar só em mim. O ‘eu’ deixa de existir nesse tipo de coletividade, sempre é um ‘nós’. Nós construindo juntos, nós pensando as coisas juntos. O que é bem difícil nesse momento e nessa sociedade que a gente vive, é super difícil a gente ter esse convívio coletivo. Lógico que os conflitos existem, mas isso também faz parte do aprendizado de cada um, dentro desse coletivo. Isso é uma das coisas mais gratificantes pra mim, que já venho de uma educação próxima do terreiro, onde a gente tem essa coisa de não ser o fulano ou o beltrano, mas o coletivo. Mas, na nossa sociedade, a gente se depara muitas vezes, e principalmente, com essa política de ter que competir o tempo inteiro e ser melhor do que o outro o tempo inteiro, e a gente não consegue parar, inclusive para ouvir o outro que está do lado. (M^a, 2020).

Ao tomarem decisões de maneira coletiva e horizontal, atentando às questões trazidas por todos os envolvidos, que inclui as provindas desde as comunidades nas quais atuam, o grupo tem conseguido também expandir a noção de coletivo para fora do espaço da casa.

Isso, pra mim, é o mais importante, a gente estar conseguindo traçar uma relação coletiva dentro e fora da casa. Sem vínculos partidários, sem interesse político. Fazemos espontaneamente, de coração aberto, pensando na qualidade de vida que as pessoas merecem ter. E é nesse sentido que a gente vai crescendo e se fortalecendo junto com essa comunidade. Não é à toa que já tivemos dois indicativos de despejo e que conseguimos, junto com uma banca de cinco advogados parceiros e depoimentos de apoio dos vizinhos, e conseguimos frear essa retomada de posse por parte do proprietário (M^a., 2020).

Através das ações que promovem junto às comunidades atendidas, outras narrativas também se somam. Então, além dos projetos internos da ocupa, atuam com projetos que chegam de fora. Trata-se de um ir e vir, habitam o território alheio através das ações que desenvolvem, são implicados pelo funcionamento dele e, ao retornar, já não são os mesmos. Afetados pela realidade do outro, agenciam suas forças e parcerias a fim de promover transformações para além do território da ocupa. “Porque a gente não vai ali só para entregar sacola, a gente também tá aprendendo, conversa, senta, toma chimarrão com eles, a gente pára pra ouvir o que o outro tem pra dizer” (M^a., 2020). A condição de brigar por direito e acesso à cidade e à moradia, nesse sentido, configura uma luta para além da ocupa. M^a. analisa a situação da falta de moradia em contradição com os abandonos, de muitas ordens, em Pelotas.

Essa questão do direito à cidade e direito à moradia, estão marcadas nas paredes da casa, com uma pichação que diz “tanta gente sem casa, e tanta casa sem gente”. Isso fala muito da cidade de Pelotas. Muita casa abandonada e muita gente na rua também. Então, esse é o nosso fio condutor, o de brigar para que o direito à cidade seja realmente oportunizado para todas as pessoas. A periferia tem ficado muito abandonada, então a gente se dispôs a contribuir com essas questões. O próprio poder público, que nós procuramos pra entender melhor a situação das Doquinhas, se manifestou dizendo que é um local onde eles não podem dar muita assistência em função de as pessoas que moram ali são posseiras. Que direito à cidade é esse, que se as pessoas não são proprietárias o Estado não oferece nem o mínimo pra existência delas? (M^a., 2020).

M^a é pedagoga e, em 2021, era doutoranda em Antropologia pela UFPEL. Em sua trajetória, os temas da educação, das relações étnico-raciais, do feminismo negro, da diversidade e da diferença são as bases de sua atuação, tanto na coordenação do Núcleo Independente de Educadoras e Educadores Negros de Pelotas (NEENPEL) quanto nos movimentos sociais e

culturais que participa, dentre eles foi uma das coordenadoras do Centro Cultural Marrabenta e integra o coletivo da Canto de Conexão desde o início do processo de ocupação.

Na sua visão, a questão da habitação em Pelotas é cruel, especialmente para quem mora em assentamentos e aglomerados informais, cuja desassistência por parte do Estado é justificada, muitas vezes, pelo fato de que como não são proprietários, mas posseiros de um terreno, o poder público não precisaria se preocupar com eles. “Mas esquecem que eles fazem parte da cidade. E é isso que a gente tem buscado, fazer com que pelo menos se consiga pensar numa outra forma para a questão habitacional em Pelotas. A gente percebe que para essas pessoas tem sido um assunto muito caro” (M^a. 2020).

Outro aspecto trazido por M^a. foi a forma como o *slogam* “fiquem em casa” no período da pandemia também evidenciou as desigualdades sociais na cidade e no país: “Como vão ficar em casa se precisam trabalhar, se não tem nem água encanada em casa pra fazer a higiene recomendada?” Na experiência com as ações que participou junto à comunidade das Doquinhas, M^a salienta que a questão da habitação vai muito além de ter um teto para morar, visto que, em muitas situações a realidade dessas pessoas é a de famílias compartilhando um único cômodo, sem estrutura de saneamento ou iluminação, entre outras carências. “Então, tudo isso acaba mexendo com a gente, ao mesmo tempo que faz com que a gente possa ter um outro olhar sobre esse fio condutor, que é o de pensar no direito à cidade e pensar na habitação digna para todos” (M^a., 2020).

Assim, o território da casa vai se transformando num espaço que ao mesmo que concentra uma rede de forças de pensamento e ação, também amplia e redistribui. Isso se dá de inúmeras maneiras. A começar pela reativação do território-prédio, na sua materialidade, que através do uso e da requalificação do espaço a esquina volta a ter olhos para a rua e a participar da vida urbana. A presença ativa dos moradores e a circulação de pessoas diariamente na casa passou a contribuir na segurança do entorno. Na perspectiva de Gl. (2021), a Canto de Conexão faz o que o Estado deixa de fazer, e que isso se deu a partir da relação de cuidado e comunicação que os ocupantes passaram a estabelecer com a vizinhança e com as comunidades nos arredores da casa. Com relação à diminuição dos índices de violência na região, G. conta que:

Hoje o Estado nos respeita, e sei disso pela própria declaração de brigadas que conheço, que dizem que uma zona que era tumultuada e que melhorou 99% é a zona do Porto. O índice de assalto aqui, depois que a gente ocupou, caiu muito. Os moradores aqui da volta costumam dizer “bah, a minha filha desceu do ônibus ali e vinha uns magrão que falaram que não iam assaltar aquela mina porque ela é amiga dos guris lá da casa”. Então, a gente pode até dizer que pro Estado esse lugar ficou muito econômico porque a polícia parou de ter situações de assalto, principalmente de noite (Gl., 2021).

Seus agentes acreditam que a Ocupa mudou a realidade não só dos estudantes que moram na casa, mas da comunidade que mora no bairro e que viu a transformação acontecer. Contam que até mesmo os guardadores de carro que trabalham à noite nas redondezas, em virtude da presença das unidades acadêmicas e dos bares, “avisam pro pessoal não mijar aqui”. Uma outra situação curiosa aconteceu com um dos ocupantes que, durante uma atividade de apresentação da casa para um visitante, percebeu que se tratava de uma pessoa que havia lhe assaltado bem próximo da casa, meses antes da ação de ocupar.

Sobre a relação da Canto de Conexão com outras ocupações na cidade e no país, M^a. conta que o coletivo tem bastante contato com ocupações tanto do RS quanto de fora. Em Pelotas, a relação com a Okupa 171 é recente e o contato se deu a partir do interesse da Canto em consumir o cloro que eles produzem, depois conseguiram realizar algumas outras trocas, mas considera que o grupo é bastante fechado, o que dificulta o estabelecimento de uma rede com eles.

Em 2019 estive em Porto Alegre participando de reuniões na Ocupação Mirabal, que passava, no momento, por um processo de despejo. Também estive junto com a ocupação Utopia e Luta na Borges de Medeiros, que, segundo ela, se diferencia de outras ocupações visto que, nesse caso, os ocupantes se tornaram locatários do prédio. Também estive em Vitória/ES realizando encontros com duas ocupações vinculadas ao Movimento Nacional pelo Direito à Moradia, e onde percebeu que cada ocupante tinha o seu pedacinho na ocupação. Para M^a. o diferencial da Canto é a de ser uma ocupação coletiva de estudantes. “Aqui a gente tem essa característica de o todo da casa funcionar com e pelo coletivo, todas as decisões são feitas pelo coletivo, ninguém quer ser dono de nada” (M^a., 2020).

Outra atividade desenvolvida pelos agentes da Canto é a de apoio pedagógico, encabeçado pelo professor parceiro, L., para crianças, jovens e adultos na sala de estudos junto à biblioteca do espaço. R. (2024) fala sobre a ação:

Uma das coisas que me marca das ações do Kilombo é o apoio pedagógico que a gente faz [...] e que aprova crianças e adolescentes [...]. Também as inscrições para o EJA pra quem não terminou ainda o ensino fundamental ou médio, a gente faz as inscrições dessas pessoas, dessa comunidade em geral, não só da zona Porto mas também do Navegantes, Três vendas e do Fátima. Isso faz muita diferença, numa sociedade onde a gente percebe diariamente que existe uma exclusão, de que não existe uma preocupação com o outro, um respeito com o outro. [...].

Sobre as paredes da Ocupa, tanto no interior quanto no exterior, a presença do *graffiti*, das frases de protesto e da poesia também se manifestam como um ato político, de luta e de resgate da memória do povo negro de Pelotas. Como uma forma de enunciar seus pensamentos, narrativas, denúncias e os movimentos sociais em que se engajam (Figura 49).

Figura 49 - Enunciações.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

Ao longo dos anos, promoveram diversas atividades culturais convidando artistas escritores urbanos locais para marcar as paredes do Kilombo com imagens de personagens negros, da cidade de Pelotas e do mundo, importantes na história e na valorização da memória e da cultura da luta negra. Frases de empoderamento, de enaltação ao direito à cidade e à moradia, à fome e aos aspectos religiosos da cultura afro também fazem parte da produção artística pintada sobre as paredes. A intenção é a de exaltar a história do povo negro, mantendo viva a memória e contribuindo na passagem de seus conhecimentos e saberes a outros.

“O kilombo é da sociedade pelotense, que se soma a cada dia nesse espaço” (R., 2024).

4.2.4 Expandindo o Território

*Essa casa de gente que é gente,
Esta casa de gente tão diferente,
Casa de um, dois, três e tantos.
Esta casa de tanta gente sorridente,
Esta casa que gira o meu sol,
Esta casa onde o galo canta, o galpão late
Onde tem horta, pra mim gigante.
E as gentes que nela vivem,
São coração pulsante, inquietante...
Esta casa é a casa que me tornei amante!*

Poema “Ocupação Canto de Conexão”, Marielda Barcellos Medeiros¹⁴³

A noção de que a ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão expande seu território, contribuindo na criação de outros processos de territorialização e de empoderamento social na cidade de Pelotas, pode ser evidenciado através dos projetos e das atividades (Figura 50) que seus agentes têm criado e fomentado durante esses 7 anos de [r]existência.

Figura 50 - Diver[cidade].



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

¹⁴³ MEDEIROS, 2021, p. 21.

Trata-se de um movimento de conectar e expandir o território, num “espaço onde as conexões ultrapassam as fronteiras, um espaço de reconhecimento, de respeito, amizade e refúgio” (R., 2024). Os projetos e as ações sociais desenvolvidas pelo amplo movimento social operado pelo Kilombo Urbano Canto de Conexão e seus agentes são reconhecidas pela sociedade civil pelotense, de tal forma que resultou, inclusive, na titulação de “Instituição Emérita” pela Câmara Municipal de Pelotas, por meio da Lei 7.206/2023, “por toda contribuição para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade”

Nesse sentido, destacam-se:

O Projeto Conexão Mulheres, eixo que atua com as questões de gênero (mulheres negras, não negras, indígenas e transgêneros), com o objetivo de reunir e desenvolver atividades que possibilitem o empoderamento, fortalecendo a autoestima e a luta das mulheres e do feminino LGBTQIAP+ presente nas comunidades de atuação. O projeto realiza oficinas, palestras e rodas de conversas com convidadxs. Na rede de parceiros conta com o apoio da GAMP - Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas na luta em defesa de direitos e igualdade de oportunidades às mulheres, na formulação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher e de apoio às vítimas de violência, e na defesa pela igualdade de gênero, etnia e raça.

Dentre as atividades, em 2019, realizaram uma das últimas entrevistas com a Mestra Griô Sirley Amaro (1936-2020), reconhecida personagem da memória viva da história do povo negro de Pelotas. Descendente de escravizados, carnavalesca e costureira se tornou educadora através da contação de histórias, próprias e de seus antepassados desde as charqueadas da cidade. O projeto considera que esse tipo de atividade, que dá voz às mulheres do passado, são uma forma de empoderamento, visto que, através do conhecimento da experiência de luta dessas mulheres, outras passam a se reconhecer e a se empoderar enquanto agentes dessa luta.

O Projeto também atua através do encaminhamento de mulheres grávidas aos postos de saúde dos bairros, para acompanhamento pré-natal, no aconselhamento e no apoio às vítimas de violência doméstica das comunidades que atendem.

O Projeto Centro Cultural Marrabenta atua na área da produção cultural voltada para a democratização do acesso à arte e à cultura da população periférica da cidade. As ações pretendem dar visibilidade às produções de artistas e músicos locais. Promovem eventos culturais, feiras, brechós, exposições artísticas, espetáculos teatrais e de dança, shows musicais, saraus literários e poéticos, exposições fotográficas e artísticas, *graffiti* e exibições de filmes com temáticas que tratam sobre arte, música, cultura, gênero, movimento negro e indígena.

Através do Centro, cujo projeto nasceu antes mesmo da ocupação, no Espaço Cultural Marrabenta Pelotas-Maputo, também promovem um espaço de integração e expressão das tradições e das culturas africanas radicadas no Brasil, agregam lideranças da comunidade afro-pelotense e mantém a troca de experiências com os parceiros moçambicanos. Por meio do Centro também contribuem no acolhimento de imigrantes africanos recém-chegados à Pelotas e de estudantes provindos de todas as regiões do Brasil, constituindo um espaço onde a heterogeneidade (Figura 51) é agenciada, valorizada e difundida. “As conexões desse Kilombo se espalharam e passaram a Ponte do Retiro, é fato, temos conexões que se estabelecem pra fora do imaginável, por exemplo, a conexão com a África, com estudantes Guinenses, e com outras regiões, de Cabo Verde, por exemplo, e uruguaios, argentinos e italianos” (GL., 2024).

Figura 51 - Espaço de agenciamento de culturas e heterogeneidade.



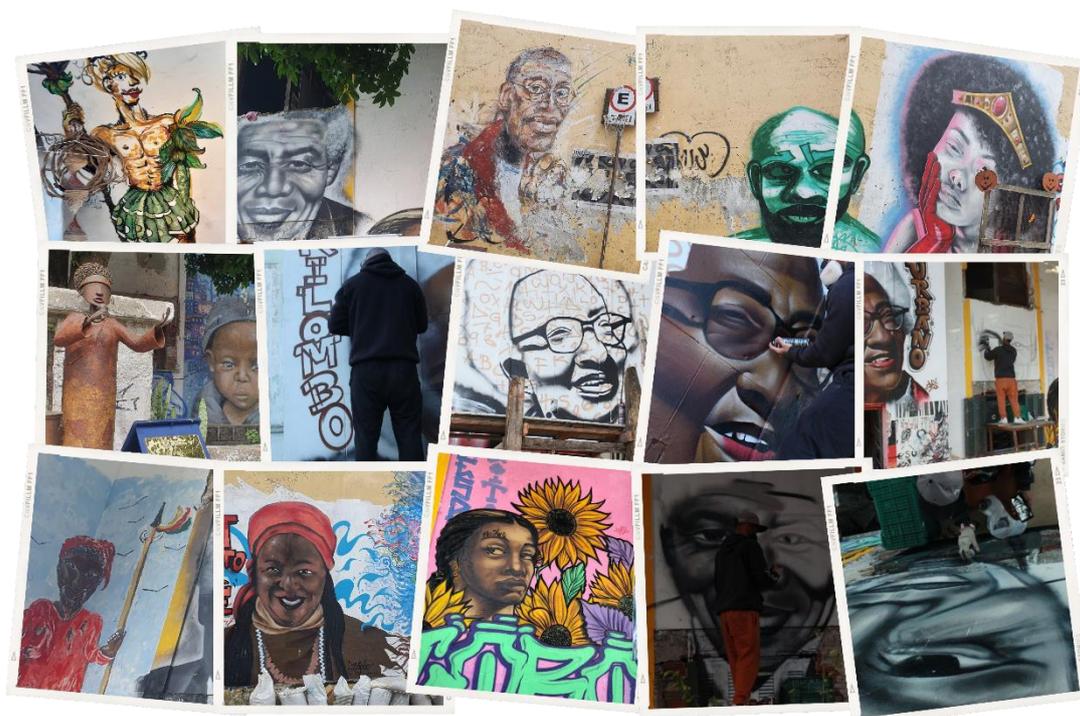
Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

Outra forma de valorizar a cultura e os saberes do povo negro e de outros corpos marginalizados pela sociedade na cidade se faz por meio da exposição de cartazes, recortes de jornal e outros impressos espalhados pelas paredes do Centro. A exemplo da placa “Rua Marielle Franco” que expressa a vida e a resistência de tantas mulheres negras que tiveram suas vozes silenciadas e seus corpos violentados, explorados ou mortos, pelas máquinas de dominação e seus agentes de poder necropolíticos. Nos impressos, diversas histórias e memórias negras são

emolduradas e divulgadas ao público, como partes constituintes da história do movimento do Kilombo e de seus ocupantes. Acreditam ser uma forma de respeitar suas tradições e mantê-las vivas. Assim como, recortes de jornal sobre a história da Ocupação e das ações que promovem são expostos pelas paredes dos espaços internos.

Por meio do *graffiti*, grafam nas paredes frases de protesto e de empoderamento, figuras da religiosidade afro e personagens importantes da luta, da cultura e do movimento negro, na cidade e no mundo; como uma forma de reescrever a história a partir de suas próprias narrativas (Figura 52) contribuindo, ainda, para a escrita da história deste tempo presente. Uma história construída através de seus próprios personagens e de seus feitos a fim de que, no futuro, possam ser memoradas e valorizadas pelas transformações micropolíticas que operam, cotidianamente, por meio da [re]existência de seus corpos e das lutas que engendram.

Figura 52 - Reescrevendo a história.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

A exemplo das imagens do líder e ativista sul-africano Nelson Mandela (1918-2013), ícone da luta pela liberdade, igualdade, democracia e justiça social; da cantora, compositora e militante pelotense Giamarê (1961-2011), uma das principais figuras da música na cidade, que além de ter contribuído na visibilidade da arte afro e da cultura negra na cidade, lutou contra o preconceito e pelo empoderamento de mulheres negras incentivando que outras mulheres ocupem lugares

de protagonismo e colaborou na divulgação do Sopapo no Brasil, instrumento símbolo da cultura negra de Pelotas e região sul; da Pam Antônia (2011-atual), filha de R. e ocupante visitante diária da Ocupa desde criancinha, cuja imagem, além de reconhecer sua participação na construção do Kilombo e o envolvimento afetivo com todos os ocupantes, levanta a bandeira sobre a desconstrução dos estereótipos e a construção de uma visão respeitosa e ampla acerca das potencialidades e das capacidades das pessoas com Síndrome de Down. O respeito com as crianças, e com as diferenças e singularidades de cada um, o combate ao preconceito e a luta pela inclusão social de todos, são expostos por meio do rosto da Pam no muro da ocupa.

Outra imagem grafitada, bem na entrada da casa e da Mestra Griô Sirley Amaro (1936-2020), líder comunitária pelotense e a primeira mulher negra a receber o título, mesmo póstumo, de doutora Honoris Causa pela UFPel (2020), foi carnavalesca desde a infância e costureira desde os treze anos, fazia fuxicos com sobras de tecidos coloridos criando bonecas e adereços e ensinava suas técnicas a milhares de mulheres e meninas nos projetos sociais que atuou. Integrava o grupo de dança afro Odara e o coral Talentos da Maturidade, em 2007 foi reconhecida como Mestra Griô, por sua importância popular e pela trajetória de vida importante na valorização da cultura negra e da tradição da oralidade, por meio da contação de histórias sobre a região de Pelotas desde os primórdios das charqueadas escravistas, em oficinas e encontros, transmitia seus princípios, memórias, saberes e vivências, e a importância do papel dos fazeres e saberes do povo negro na formação física e cultural da cidade.

A atriz negra Ruth se Souza (1921-2019), pioneira na dramaturgia brasileira e com longa trajetória de repercussão internacional, também recebeu homenagem por meio do graffiti em alusão à campanha nacional “Nem pense em me Matar” lançada em 2021 pelo Levante Feminista contra todas as formas de violência e a cultura de ódio às mulheres, às práticas misóginas e ao feminicídio no Brasil. O artista visual Zé Darci (1960-atual), natural de Arroio Grande/RS e residente pelotense, também foi convidado para compor o acervo, protagonista negro nas artes plásticas por meio da qual rememora a história dos quilombolas e do povo negro no RS, retrata a força e a potência das mulheres negras, e reconstrói o imaginário social de Jesus Cristo branqueado pela história e pela Igreja Católica. As periferias urbanas e a desigualdade social também são temas expressos em suas obras, que já circularam o Brasil e o mundo, e que, com a mesma importância, Darci expõe nos eventos do Kilombo.

A escolha em nomear os espaços do Centro, como o Palco Mr. Pelé e a Rua Zumbi dos Palmares, e grafitar a fachada da casa com personalidades do movimento negro e da cidade de Pelotas também é uma forma de promover a reflexão sobre “quem foram esses caras?”, e mais,

“o quanto nós negros pelotenses não reconhecemos os nossos negros e reconhecemos outros negros, de outras cidades” (R., 2024).

E isso o Kilombo se propõe a fazer, desse resgate dos nossos negros e das nossas negras. Essa é a nossa resistência e a nossa luta, nossa força pra seguir adiante, não desmerecendo ninguém, nem a importância de outros negros, mas dizendo que os nossos, aqui, também são. [...] Isso é reconhecer a história dos nossos negros (R., 2024).

O espaço do Centro, as atividades e as ações que promovem estão sempre se reinventando e se renovando, a depender da demanda social, e sendo construído junto com a comunidade, num processo onde a empatia ganha força. No período da pandemia grafitaram no muro na esquina “Lave as mãos” e “Fique em casa” lembrando a população sobre os cuidados necessários para o enfrentamento daquele período; e instalaram, ao lado, uma pia disponibilizando água potável e sabão para todos que necessitassem utilizar. A pia ainda se mantém em uso.

O Centro fomenta a multiplicidade de manifestações artísticas e a pluralidade de ritmos, culturas e saberes. Diversos artistas locais do movimento Hip-Hop, do Slam das Minas, do Reggae, do Samba, do Forró e da música eletrônico, entre outros, já propuseram atividades no Centro, promovendo encontros, shows e oficinas. A exemplo da oficina de construção de tambores que possibilitou, além das atividades manuais na feitura do tambor Sopapo, um momento de contação de história sobre o instrumento que é um dos patrimônios culturais da cidade de Pelotas e do movimento negro. O projeto também desenvolve produções audiovisuais que são veiculadas através de suas plataformas digitais e redes sociais.

O Centro conta ainda com diversos instrumentos em um espaço de estúdio musical e sala de música aberto à comunidade. A sala de música serve como estúdio de gravação, espaço de aula e ensaio de grupos musicais de todos os ritmos. Em outro espaço multiuso, denominado de Ateliê, promovem oficinas de formação voltadas para produção de bolsas (pelo Projeto *Rasta Jeans*), estofamento de móveis, serigrafia, costura e outras produções artesanais. Há ainda, uma sala destinada especialmente às crianças, com jogos, material de pintura e brinquedos, e as atividades que costuma propor intentam estimular a interação entre elas e com os adultos, pois reconhecem a importância da sociabilidade e da afetividade no desenvolvimento das crianças e de que “todo o lugar é um lugar de aprendizagem pra elas” (Visitante, 2022).

O canal Canto de Conexão TV¹⁴⁴ foi criado para divulgar as ações e os eventos do Centro Cultural Canto de Conexão. O canal promove, por meio de *lives* na plataforma digital do Youtube, bate-papos que discutem temáticas diversas sobre o racismo estrutural, a cultura popular, a fome, as comunidades periféricas, os problemas enfrentados na cidade de Pelotas, o lugar dos negros e das mulheres na música, no cinema e na produção cultural. Por meio das *lives* realizam entrevistas com artistas e produtores culturais negros de Pelotas, região sul e outras localidades do Brasil e do mundo. A luta dos povos indígenas também tem espaço no canal que funciona, ainda, para a conexão com pessoas que não moram em Pelotas, para divulgar as ações e as atividades culturais que desenvolvem às pessoas que ainda não conhecem o Kilombo, seus ocupantes e seus projetos.

Por meio do Programa Poltrona Hip-Hop, celebram o RAP e a Cultura Hip Hop de forma abrangente, abrindo espaço também para o reggae, o charme e o samba. Costumam abrir o canal para atividades temáticas também sobre outros assuntos, utilizando datas comemorativas e eventos excepcionais ocorridos na cidade e no país para divulgar as lutas em que se engajam e os parceiros dos projetos. No Programa Negras Conexões, já promoveram discussões sobre o HIV e a saúde pública, mantiveram conversas sobre a COVID-19 durante a pandemia, com apoio de médicos parceiros informando a comunidade sobre cuidados e higiene. Divulgam e abrem espaço para a voz de mulheres negras empreendedoras e produtoras culturais da cidade de Pelotas.

O canal também funciona como um meio de divulgar a agenda dos eventos realizados no espaço físico do Centro Cultural, as atividades e ações com as comunidades, as audiências públicas que participam, e se pretende como um canal aberto à comunidade popular. Todo o ano, geralmente no mês de maio, promovem uma *live* especial para informar as atividades que o Kilombo realizou no ano anterior e os projetos futuros.

O Núcleo João Cândido atua em ações educativas e formativas, por meio de uma abordagem pedagógica inclusiva, com o apoio de professores voluntários, utilizam as dependências do Centro Cultural para realizar aulas de reforço escolar para crianças, jovens e adultos. O espaço da biblioteca é destinado à pesquisa, à leitura e ao estudo, com um acervo de livros que tratam de assuntos diversos, computadores e mesa para os estudos. O espaço também serve como sala de reuniões e para a realização das *lives*. O computador, com acesso à internet, é disponibilizado a qualquer pessoa que quiser utilizar, de forma gratuita, assim como o acervo da biblioteca provindo de doações. O espaço se mantém aberto diariamente. O Núcleo também se engaja na

¹⁴⁴ Canal Canto de Conexão TV no Youtube. Fonte disponível em: <<https://www.youtube.com/@cantodeconexaotv1442>>

aquisição de material escolar que é doado aos alunos frequentantes das aulas e distribuídos nas comunidades periféricas em que atuam. Nesse caso, costumam fazer as doações em conjunto com atividades festivas nas próprias comunidades, na intenção de manter relações próximas com as populações atendidas, possibilitar encontros e diálogos com as mães e os familiares das crianças compreendendo suas demandas sociais, a realidade em que vivem e as necessidades principais.

O Núcleo faz homenagem à João Cândido, homem negro, nascido em 1880 na cidade de Rio Pardo/RS e filho de pais escravizados, que se tornou um importante personagem do movimento negro e da luta antirracista no Brasil. Conhecido como o Almirante Negro, aos 14 anos se tornou marinheiro, entrou para a Marinha do Brasil, e engajou sua vida na luta contra as violências e os maus tratos sofridos pelos marinheiros nos navios de guerra da Marinha que circularam pelo mundo. Um homem que, mesmo marcado pelas condições raciais de seu tempo, resistiu e atuou em prol de transformações sociais a fim de exercer o seu papel de cidadania e da população negra no Brasil. Tornou-se líder da Revolta da Chibata (1910), organizada pelos marinheiros afro-brasileiros insatisfeitos com as chibatadas utilizadas por oficiais brancos da Marinha nas punições sobre seus corpos, no interior das embarcações. Após a revolta, foi preso e mais tarde liberto. Viveu 89 anos, foi timoneiro, pescador e morreu no Rio de Janeiro. Nos anos 70 foi homenageado por João Bosco e Aldir Blanc na música O Mestre-sala dos Mares. No entanto, teve sua vida silenciada e esquecida, como tantos outros homens e mulheres negros na história. Como um resgate à memória de sua trajetória de luta, a Canto dá seu nome ao projeto educacional que desenvolvem.

Os agentes do Núcleo consideram que o acesso à educação é uma forma de promover a igualdade de oportunidades e que o projeto exerce um papel importante no sentido de facilitar e estimular o gosto pelos estudos, respeitando a singularidade e o tempo de aprendizagem de cada estudante. “Combater a pobreza com educação e projetos sociais, reduz a desigualdade social” (U., 2024). O apoio pedagógico tem resultado em maior aprovação dos alunos em suas escolas, visto que conseguem exercitar mais e sanar dúvidas sobre os assuntos que tem maior dificuldade. O Núcleo também tem se engajado em ajudar jovens e adultos a se inscreverem nos cursos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) da cidade, estimulando-os a concluírem seus estudos no ensino fundamental e/ou médio. A ação objetiva o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho e na sociedade. E, nesse sentido, contribuem no exercício de um dos direitos humanos fundamentais, de acesso à educação com qualidade.

Também faz parte do Núcleo, a Biblioteca 0800 que dispõe livros em uma mesa na calçada em frente ao Kilombo. Sobre o projeto da Biblioteca 0800 R. (2024) diz: “Quando a gente iniciou esse projeto discutíamos muito que as pessoas agora estão muito na internet, que o livro vai acabar. Pra nós foi surpreendente, quando fomos na comunidade, pra entregar livros pras crianças na festa de Cosme Damião, e a gente se surpreendeu do quanto é necessário esse acesso à leitura”. O interesse tanto das crianças quanto dos adultos pelos livros, durante o evento, impulsionou a criação do projeto. “E, a partir daí, a gente criou a Biblioteca 0800, que é aquela mesa que fica em frente à Ocupa todos os dias, e as vezes ela passa a noite, e no outro dia a gente só coloca mais livros e tal. E, ali, as pessoas passam, pegam livros e deixam livros. Isso é muito legal”.

O Banco de Alimentos é um projeto que atende moradores de vilas e comunidades periféricas atendidas pela Ocupa e moradores de rua¹⁴⁵ com o fornecimento de alimentação, através de campanhas de arrecadação financeira, doações de alimentos e outros itens que compõem os custos da cozinha comunitária, a exemplo do gás. Firmaram parceria também com o MST e o grupo agroecológico São Domingo que fornece legumes e verduras. GI. (2021) conta que a iniciativa surgiu em 2018, como uma forma de retribuição dos estudantes à sociedade, "começamos a discutir que não dava para a gente ser aluno e só retirar da cidade, tinha que dar um retorno". Assim, surgiu a ação Almoço Solidário. No início, os próprios estudantes ocupantes preparavam cerca de 40 marmitas, aos domingos, e dispunham numa geladeira inativa em frente à Ocupa. As pessoas abriam e pegavam. Aos poucos outros voluntários se somaram no projeto e tomaram a frente da cozinha comunitária. Mesmo durante a pandemia o projeto não parou, e além das marmitas, a Ocupa fazia a distribuição de cestas básicas e água potável.

No entanto, em 2022, durante a Campanha “Sem fome, Sem dor”, por meio da qual faziam a doação de 30 cestas básicas mensais à população desempregada e carente de comida em função da pandemia, perceberam que as pessoas devolviam alguns alimentos, como arroz,

¹⁴⁵ No ano de 2021, a Prefeitura Municipal de Pelotas constatou 361 pessoas morando nas ruas da cidade, que conta com uma única Casa de Passagem. Sob o comando de Assistentes Sociais, a casa presta serviços de hospedagem noturna e oferece café pela manhã, após, os usuários são encaminhados ao Centro Pop onde têm acesso à higiene e à alimentação, emissão de documentos, reinserção familiar e social e encaminhamentos aos serviços de saúde no Consultório na Rua. Os usuários podem permanecer até 3 meses na Casa de Passagem, e apenas os deficientes físicos e aqueles que estiverem doentes podem passar o dia no espaço. São na maioria homens, e alguns dos motivos da baixa adesão na utilização da Casa de Passagem são a impossibilidade de entrarem com seus cães e o medo de perderem seus locais escolhidos na rua. Fonte disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeitura-amplia-vagas-e-intensifica-abordagem-social-nos-dias-mais-frios#:~:text=Atualmente%2C%20361%20pessoas%20vivem%20nas,tipo%2C%20causadas%20pela%20crise%20sanit%C3%A1ria>> Acesso em: jun. 2023.

Em 2023, a Casa de Passagem foi denunciada à Câmara de Vereadores do Município por moradores de rua pelo serviço prestado à comunidade. As queixas se referiram às condições da estrutura da hospedagem, cômodos alagados e infiltrações, por exemplo, e à alimentação oferecida. Fonte disponível em: <<https://www.pelotas.rs.leg.br/camara-acolhe-denuncias-sobre-o-servico-prestado-pela-casa-de-passagem>> Acesso em: jun. 2023.

feijão e massa. O coletivo entendeu que aquelas pessoas “não tinham condições de fazer o cozimento dos alimentos. Isso nos fez pensar, “bom, nós vamos ter que fazer esses alimentos”” (R., 2024). E, desde então, decidiram aumentar a produção das marmitas do almoço dos domingos.

Uma característica importante do projeto é acerca do cuidado que mantém com a produção de uma alimentação saudável. Nos preparos não utilizam embutidos, nem alimentos ultraprocessados ou temperos industrializados prontos. Tudo é preparado na cozinha do Centro Cultural, no andar de baixo. Desde o início o projeto contou com o conhecimento do nutricionista ocupante U., e, mesmo depois de sua atuação na casa, seguiram esse princípio, de oferecer uma alimentação de qualidade à população. Para tanto, criam os cardápios semanais baseados na preocupação nutricional, com legumes, verduras, cereais, proteína e carboidrato. O modelo do projeto (Figura 53), segundo U. (2024), é autogestionado, no sentido de não depende de agentes terceiros para funcionar, por meio das arrecadações e doações têm conseguido produzir, atualmente, 200 marmitas todos os domingos, que são entregues a mulheres, homens, crianças, famílias e moradores e rua no Kilombo. Em função da demanda crescente, que nos últimos quatro anos passou de 40 para 200 marmitas semanais, necessitaram organizar um cadastro a fim de conseguir atender a todos os assistidos.

Figura 53 - Banco de Alimentos ou Quem tem fome tem dor.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

“A cozinha, além de alimentar, vira uma atividade de educação nutricional, de quem está se alimentando e para que tá ali cozinhando”. U. acredita que os voluntários da cozinha também passaram a criar uma outra relação com os alimentos e com suas alimentações. “Lá a gente não desembala, a gente descasca” (U., 2024). O momento de preparação dos alimentos, nos domingos, também acabou se tornando um momento de circulação de pessoas e de troca de saberes. Os ocupantes e os voluntários do projeto postam vídeos dos encontros nas redes sociais como forma de divulgar a ação, incentivar a doação dos parceiros de forma contínua e ampliar a rede no sentido de conseguir chegar a mais pessoas necessitadas.

Com relação a troca de saberes e experiências promovidas nos almoços solidários, salienta-se também o projeto Almoço das Mais Velhas, que teve início em 2022, quando a mãe de Gi., Dona M. passou a participar do preparo nos almoços de domingo para a comunidade carente, ao lado de R. Depois, se somaram a Mãe C. e a Mãe S., e a cozinha passou a ser comandada pelas “mais velhas”. Aos poucos começaram a chamar outras mulheres “que estão em casa, sem atividade, loucas pra sair pra uma atividade” (R., 2024). Nos encontros, têm a oportunidade de passar adiante a vivência delas aos estudantes voluntários, contando suas histórias, memórias e experiências de vida, e os alunos retornam, para vivenciar mais. R. entende que, por meio desses encontros, elas cumprem uma função social de acolhimento, especialmente às pessoas que vêm de outros lugares para estudar e se encontram numa situação sem referência familiar cotidiana. Assim como, promove nas “mais velhas” o sentimento de pertencimento, cuidado e ocupação.

No princípio, se envolviam apenas com o almoço solidário nos domingos, até que um dia pensaram em fazer um almoço entre elas. “Mas a gente quer fazer um almoço e quer convidar os mais velhos”. Daí surge o nome “Almoço das Mais Velhas” e o projeto iniciou.

Numa situação, uma delas me diz assim: “Não tem como a gente fazer o almoço e um baile depois? Por que eu não sei dançar.” Colocamos no grupo, e todo mundo quis. Ela, hoje, que é irmã do Mr. Pelé, se mostrou uma dançarina de primeira, vai a todos os bailes da cidade! Então o Almoço das Mais Velhas, hoje, é almoço e baile também. Num primeiro momento eram só senhoras, hoje já tem senhoras e senhores, e tá muito legal. (R., 2024).

Os encontros, seguidos do baile, ocorrem uma vez por mês, “e elas cobram a data delas: eu já falei com a fulana, que encontrei no ônibus, e que vai ter o almoço” (R., 2024).

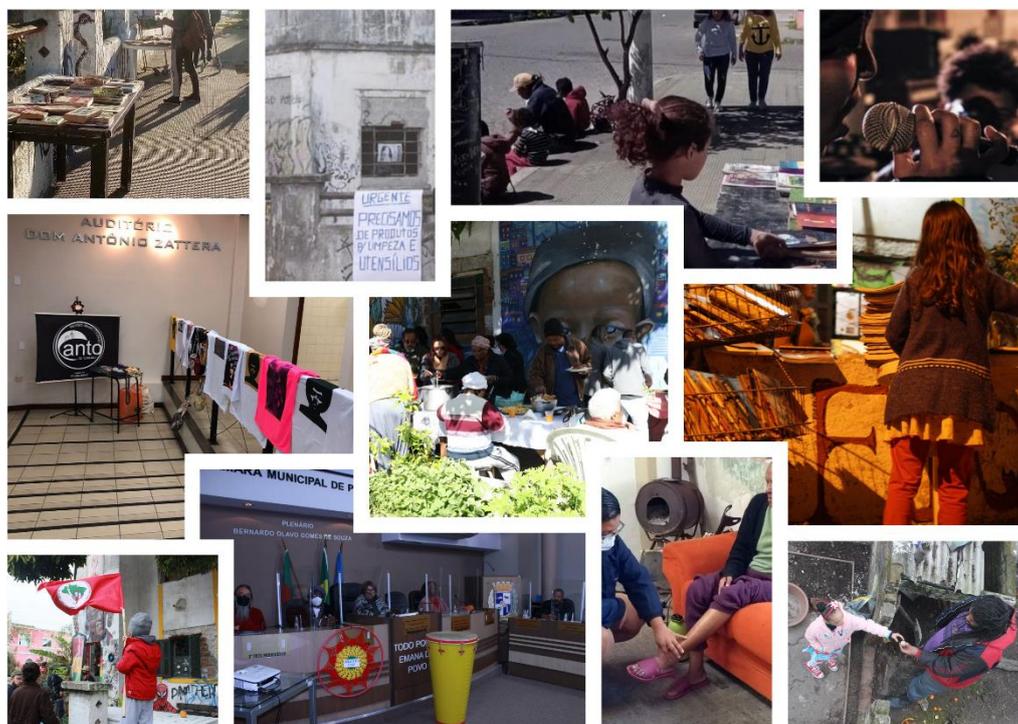
Para R. (2024), o banco de alimentos e os almoços oferecidos à comunidade tratam de uma ação de engajamento, solidariedade e empatia, capaz de oferecer um mínimo de dignidade humana às pessoas em situação de vulnerabilidade social. “Tem muitas pessoas que não

conseguem dizer que estão com fome, porque a estrutura social é tão perversa que essas pessoas não conseguem dizer “me dá um pão?”. E daí tu pensa, onde está a dignidade humana dessa pessoa quando ela bate na porta da tua casa e pede um copo d’água e um pão?”.

Os impactos sociais gerados pelo projeto contribuem na promoção da melhoria da saúde dessas pessoas e no bem-estar, atuam, pois, como agentes de inclusão social fortalecendo os laços comunitários e contribuindo, mesmo que minimamente, na redução das desigualdades sociais. “Tem muitas pessoas que estão ali no kilombo, que já passaram por essa mesma situação [fome], e que estão ali pra tentar minimizar a perversidade social que existe” (R., 2024).

Durante a entrega das marmitas, aos domingos, o Kilombo também se torna um espaço de escuta, de troca e de respeito com a história e a vida do outro. Utilizam os momentos para conhecer os assistidos, sem julgamentos. “A gente não quer saber se o cara tá sem sapato porque vendeu na biqueira, a gente quer saber que a barriga dele tá roncando. A gente quer saber, e a gente entende, que quem tem fome, tem dor. E dor não é vontade de comer chocolate ou *cheesburger*, porque só quem teve a dor da fome sabe o que é a fome”. Emocionada, lembrando de sua infância, continua: “fome dói, o estômago dói, não adianta tomar água. Eu falo isso, e me arrepio, porque eu passei por isso, sabe, e não tenho vergonha nenhuma de dizer isso, mas eu não quero mais que ninguém que esteja próximo a mim passe por isso” (R., 2024).

Figura 54 - Resistência, cuidado e compartilhamento.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

O projeto, além do oferecimento da alimentação também desenvolve encontros e palestras que abordam a agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e a alimentação saudável. Os momentos costumam somar atividades culturais e musicais ao final das rodas de conversa e agregam pessoas diversas, de toda as faixas etárias, classes sociais e etnias, agregando saberes e culturas diversificadas. Trata-se de um processo que opera a resistência, o cuidado e o compartilhamento (Figura 54).

Outro projeto desenvolvido pelos agentes da ocupa é o Banco de Materiais de Construção que, por meio da doação e da coleta de materiais de construção, madeiras, tijolos, telhas, esquadrias e ferragens, entre outros materiais, possibilitam tanto as reformas do espaço físico da Ocupa quanto a construção de casas para moradores assistidos pelo Kilombo. O banco de materiais está disponível a qualquer pessoa que necessite, e aberto para doações de móveis, equipamentos e utensílios domésticos.

O projeto teve início em 2018, numa parceria com a reitoria da UFPel que propiciou que a Canto obtivesse os materiais descartados nas reformas da entidade. Desde então, o banco já possibilitou a reconstrução do telhado do Kilombo, as reformas de requalificação do espaço nos dois andares e no pátio, além da construção de duas casas, em 2019-2020 e em 2021-2022, executadas pelos agentes da ocupa e os proprietários das moradias, em conjunto com profissionais parceiros e voluntários. Todas as obras realizadas contaram com assessoria técnica das arquitetas e urbanistas do Projeto Eficiobra¹⁴⁶ (grupo de arquitetas que desenvolvem projetos e obras de arquitetura com preços acessíveis à população de baixa renda na cidade), desde a realização do projeto arquitetônico completo até o final da obra.

O banco de materiais criado pelo Kilombo se tornou uma referência para a comunidade local, que tanto retira materiais quanto faz a entrega daqueles em desuso, inclusive o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) da região, por exemplo, indica o projeto e encaminha pessoas necessitadas à Ocupa para obtenção de materiais e utensílios domésticos.

A construção da casa do Jairinho (Figura 55) foi a primeira experiência de construção de uma casa pelos agentes da ocupa. Jairo é pedreiro e músico sambista reconhecido da zona do Porto, foi um dos primeiros moradores do Porto a se aproximar dos projetos da Canto. Em 2019, sua casa, localizada na Comunidade das Doquinha e onde morava com a filha, foi destruída em

¹⁴⁶ A Eficiobra é uma empresa que presta serviços de assistência residencial, projetos de construção civil e de regularização residencial voltada à arquitetura popular e às comunidades periféricas. A iniciativa surgiu em 2019 no Centro de Incubação de Empresas da Região Sul (CIEMSUL/UCPel). As responsáveis, Isadora Passegio e Cris Rozisky atuam na rede de ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) e integram o programa de extensão Habitat Social (UCPel) que objetiva viabilizar o acesso à moradia popular adequada em Pelotas e região.

função de uma enchente. A região das Doquinhas é uma barragem de contenção do Arroio São Gonçalo, e a comunidade se desenvolveu à beira do Canal São Gonçalo e do Quadrado, caracterizada por ser uma área de banhado, bastante alagadiça. Na ocasião da enchente, Jairo estava desempregado. Pai solteiro, conseguiu um local para hospedar a filha e formou-se um mutirão de voluntários em conjunto com os agentes da Ocupa para organizar os materiais necessários e iniciar a reconstrução da casa.

Figura 55 - Banco de materiais - construção da casa do Jairinho.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

Durante o processo de reconstrução da casa em madeira, que durou de outubro/2019 a janeiro/2020, Jairo morou na Ocupação. O projeto da casa contou com a parceria da equipe da Eficiobra. O sucesso do projeto e a finalização da construção dessa primeira casa pelas mãos dos agentes da Canto, mas que envolveu diversos outros corpos parceiros, é, segundo GI. (2020) “um símbolo da luta da Canto de Conexão, que é lutar por moradia e dignidade pras pessoas”.

Jairo (2021) conta que a experiência “foi uma coisa sensacional”, e que o desespero que sentiu quando viu sua casa cair em função da enchente foi uma das piores coisas que já viveu. A filha ainda pequena, o desemprego e a falta de perspectiva em mudar aquela situação lhe deixou bastante vulnerável, mas não hesitou em pedir ajuda, e diz que acredita muito na força dos coletivos. Também narrou que enquanto morou na ocupa começou a participar das reuniões e

a se envolver com as atividades da casa, ao mesmo tempo em que ia selecionando as madeiras para a reconstrução do seu “chalé”. O processo de construção tem como característica envolver os atendidos em todas as etapas, desde o desenho do projeto arquitetônico até a conclusão.

“Hoje eu tenho uma moradia, eu tenho um canto, de onde eu posso sair e voltar, eu tenho uma casa pra morar com a minha filha” (Jairo, 2021). E fala sobre como mudou sua visão acerca da Ocupação a partir do momento em que passou a participar de forma mais efetiva nas atividades do Centro. “No início da ocupação eu passava aqui na frente e dizia sai daí, vão te tirar daí rapaz. Eu e minha filha bem pequeninha no carrinho. Hoje eu tenho o maior orgulho de participar da Ocupa. A casa me acolheu e me ajudou a ter a minha própria casa de novo”.

No ano de 2021 iniciaram uma nova construção, e as assistidas, mãe e filha, também participaram ativamente em todo o processo da obra que durou um ano, mais tempo do que o previsto em função da pandemia. O procedimento contou primeiro com um mutirão de limpeza do terreno coberto de lixo, medições e terraplanagem, sob a assistência da equipe da Eficiobra que coordenou toda a obra. A construção demandou um esforço coletivo e voluntário, na forma de mutirão, desde a instalação das fundações até a cumeeira, além da organização de turnos e horários de trabalho conforme a disponibilidade dos participantes em cada etapa. Mesmo tendo acontecido em meio ao enfrentamento do Covid-19, que necessitou cuidados extras como a utilização de máscaras por todos os envolvidos e algumas interrupções, a obra não parou, mantendo jornadas de trabalho diários. O projeto arquitetônico e todos os detalhes da casa foram definidos pelas futuras moradoras e a equipe da Eficiobra.

Durante o processo da construção (Figura 56), os agentes do Kilombo elaboraram algumas campanhas de arrecadação de materiais em suas redes sociais, e foram atendidos. Numa matéria divulgada no Jornal local Diário da Manhã sobre o movimento encabeçado pela ocupa na construção de casas para comunidades carentes, GI. (2022) diz: “Estamos precisando de quinhentos tijolos para a construção do banheiro, vaso, pia, tábuas, fios, cimento, um metro de areia, um metro de brita. É o que está faltando neste momento, mas, como todos sabem, sempre falta alguma coisa”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Fala de GI, em matéria publicada no Jornal Diário da Manhã, no dia 8 de fevereiro de 2022, pelo jornalista Carlos Cogoy intitulada “SOLIDARIEDADE: Mutirão do “Kilombo urbano” constrói chalé para família em Pelotas”. Disponível em: <<https://diariodamanhapelotas.com.br/site/solidariedade-mutirao-do-kilombo-urbano-constroi-chale-para-familia-em-pelotas/>> Acesso em: jan. 2023.

Figura 56 - Banco de materiais - construção da segunda casa.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

A casa tem área construída de 50m², dois quartos, cozinha, sala, banheiro e um mezanino elaborado de forma que possa adaptar um dormitório. Foi construída no mesmo modelo da anterior, um chalé em madeira desde a estrutura até os acabamentos, e alvenaria na área do banheiro. No exterior, utilizaram madeiramento do tipo costaneira para o fechamento e, no interior, o acabamento foi feito com a aplicação de caixas de leite a fim de reduzir os efeitos das intempéries pelas frestas da madeira externa. A maioria do material proveio do banco de materiais da Ocupa, mas também foi necessária a compra, de telhas por exemplo, que se fez possível pelas doações em dinheiro arrecadadas pelas campanhas.

A habitação foi entregue às moradoras no ano em que a ocupa completava 5 anos de [re]existência. A conclusão e a entrega da casa dão sentido a muitas lutas sociais envolvidas, como as questões de raça e de gênero, nesse caso. Está localizada no loteamento Mauá, uma região de assentamentos irregulares com escassez de infraestrutura urbana e onde cerca de outras sessenta família residem sem acesso à água potável e energia elétrica. Sobre o descaso do município em atender às comunidades periféricas que residem em loteamentos irregulares, um dos voluntários da obra afirma: “Notamos que as esferas governamentais não oferecem um programa de moradia digna à população mais necessitada”.

As ações desenvolvidas pela Ocupa, por meio do Banco de Materiais de Construção, são destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social desassistidas pelo Estado e pelo município. Na construção das duas unidades habitacionais ou na distribuição dos materiais para a melhoria de habitações das comunidades periféricas, dão prioridade às mulheres negras, entendendo-as como aquelas mais afetadas, nesse contexto urbano e social, por agregarem, simultaneamente, os recortes racial e de gênero. Durante os sete anos de existência, e por meio da articulação em rede que promovem, já realizaram inúmeras ações de melhorias habitacionais em bairros periféricos diversos, contribuindo na redução do déficit habitacional na cidade e na qualidade de vida das pessoas atendidas.

Por meio da lógica da coletividade, articulando e conectando profissionais, estudantes de Arquitetura e Urbanismo, comunidades e diversos outros voluntários, contribuem ainda na troca de saberes e numa ação de formação de todos os envolvidos no processo. No caso dos estudantes de arquitetura envolvidos, a experiência em acompanhar as obras e o contato tanto com os materiais e técnicas construtivas quanto com o exercício profissional, é também uma forma de praticar os conhecimentos teóricos apreendidos.

A ação social e solidária que desempenham, através desse projeto, coloca as problemáticas da habitação digna a todos e do acesso à cidade no centro do debate, além de relacionar as questões de gênero, de raça, de desemprego, de reforma urbana e regularização fundiária, de acesso à moradia e aos equipamentos urbanos básicos enquanto elementos constituintes da dignidade humana e da qualidade de vida das populações carentes nas cidades.

Por fim, o projeto da Horta Urbana Comunitária (Figura 57) se apresenta como mais uma ação social do Kilombo que materializa no território urbano a micropolítica ativa desempenhada por seus agentes. A presença da horta, na esquina, desempenha um papel importante na relação com a vizinhança, pois promove a interação entre os moradores fortalecendo os laços comunitários e a geração de um senso de pertencimento e de cooperação; com a qualidade do ambiente urbano na região e a promoção da consciência ambiental e alimentar à comunidade; e com a discussão acerca do direito ao uso da cidade de forma mais sustentável, valorizando a biodiversidade e preservando os recursos naturais.

Além de oferecer um espaço de cultivo livre de agrotóxicos, a implantação da horta contribui para a educação ambiental de todos os envolvidos, desde o manejo da terra, passando pelo cultivo até a colheita. Pode se dizer que, por meio da horta, os agentes da ocupa beneficiam aspectos sociais, ambientais e econômicos. Economicamente, apresentam uma possibilidade de produção de alimentos capaz de estimular que os moradores das comunidades desenvolvam

hortas em seus terrenos, ou em conjunto com outros vizinhos, possibilitando a redução dos custos com os alimentos, mesmo que pequena.

Figura 57 - Horta Urbana comunitária.



Fonte: Acervo Kilombo Urbano Canto de Conexão, compilação da autora, 2023.

Os agentes contam que a horta já passou por diversas fases e que, por respeitarem o caráter sazonal do plantio de certos alimentos, num espaço pequeno, não conseguem manter uma produção constante capaz de garantir a alimentação da casa. No entanto, acreditam que o projeto tem força por ser um modelo piloto que estimula o debate sobre a segurança alimentar e a agricultura urbana, e incentiva outras ações desse tipo na cidade. U. (2024) diz que “se tivermos só a horta da Ocupa, a da OCA e mais meia dúzia na cidade, óbvio que não vai dar, seria preciso uma cadeia de hortas” para se começar a falar em agricultura urbana. U. conta que tratou sobre a temática da agricultura urbana em seu trabalho final de graduação em Nutrição e cita um estudo sobre o caso da cidade de Belém/PA “que tem potencial para plantar alimentos para 1,5 milhões de pessoas”.

U. (2024) também fala que, mesmo que a horta da Ocupa não seja capaz de produzir alimentos em quantidade suficiente, ela contribui no conforto térmico da casa, dá frutos, verduras, hortaliças e legumes que são consumidos por eles; além de ser um dispositivo agenciador na relação com a comunidade do entorno.

Tiveram alguns momentos, nesses sete anos, em que a gente fez alimentação pro pessoal da casa com couve, alface, cenoura e milho que a gente tirava da horta. Hoje, a gente tira mais os temperos. E tem uma coisa muito interessantes nessa horta, de que toda a comunidade que passa na frente do Kilombo chega nela, “eu posso levar uma mudinha, eu posso levar essa erva de chá, ou, olha eu tenho uma outra muda lá em casa e vou trazer”. Tem pessoas que levam sementes pra nós plantar, outras dizem “eu posso vir pra cá, mexer na terra, pra ajudar?” (R., 2024).

Alguns dos alimentos cultivados na Horta são mamão, goiaba, milho, limão, abacate, cenoura, araquá, couve e outras verduras, ervas e temperos. Também há o cultivo de Pancs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) como Orapronóbis e Dente de Leão. Sobre essas, U. (2024) diz que o conhecimento acerca desses alimentos foi excluído da cultura alimentar ocidental no decorrer do tempo, e que a expansão da agricultura industrial, em larga escala, na mão de grandes empresas ocasionou a dependência dos alimentos ultraprocessados e industrializados, afastando as pessoas dos saberes e das práticas alimentares tradicionais, além de impactar a agricultura familiar, pois não conseguem competir, nem no preço e nem no volume de produção. Salienta, ainda, que esse tipo de produção resulta em alimentos frescos pobres de nutrientes e cheios de agrotóxico, além de deixar o solo infértil. Sobre os alimentos industrializados comenta sobre a utilização de aditivos, conservantes, açúcares e gorduras saturadas, que afetam diretamente a saúde da população.

A Horta na ocupa, portanto, estimula a conscientização sobre a possibilidade uma produção saudável, sustentável e alternativa, no meio urbano, que estimula a criação de uma rede de hortas na cidade e o consumo de alimentos provindos da produção da agricultura familiar. Nesse sentido, contribuem com a manutenção das práticas agrícolas familiares e de pequeno porte da região de Pelotas. Somam-se aos produtos da Horta, os ovos das galinhas e as aves criadas no galinheiro no pátio dos fundos, para o consumo dos próprios ocupantes; além das mangas que nascem na enorme Mangueira preservada no pátio da frente.

Os projetos e as ações sociais promovidas pelos agentes da Canto têm atuado para além da casa e das comunidades do entorno, eles se expandem a outros territórios e bairros. Nesse processo, tanto irradiam os *afectos* produzidos e as experiências vividas no Centro quanto são *afectados* pelas realidades e as condições que vivenciam nos territórios encontrados.

Esse aspecto, de expansão do território ocupado pela Ocupa e seus agentes, se evidencia ainda mais nos momentos de agravamento da crise urbana e social da cidade de Pelotas, como ocorreram no caso das ações sociais empreendidas durante o enfrentamento da Pandemia do Covid-19, nas periódicas, e comuns, enchentes vivenciadas pelas comunidades às margens do

canal São Gonçalo, e na forma como agem, nesse momento (maio/20224) frente à pior catástrofe ambiental já vivida pela atual população pelotense e pelo RS.

Nos últimos minutos da escrita dessa tese, o RS foi assolado pelo maior desastre ambiental e climático já vivenciado no Estado. Chuvas e inundações afetaram cerca de 93% das cidades gaúchas, impactando mais de 2 milhões de pessoas e incontáveis animais. São centenas de mortes e milhares de desabrigados pela tragédia anunciada há tempos que evidencia a crise ambiental do mundo e a ineficiência dos poderes públicos no Brasil e, nesse caso em especial, no Estado do RS. A capital Porto Alegre está entre as cidades mais afetadas, assim como Canoas, Guaíba e Eldorado do Sul, localizadas na região metropolitana. O caso de Eldorado do Sul, aparentemente, é o mais grave visto que 98% da cidade foi inundada, ficando ilhada, com toda a sua infraestrutura comprometida e precisou ser completamente evacuada. No momento desta escrita as autoridades ainda analisavam as possibilidades de retomada da cidade ou a construção de um novo núcleo urbano. Mesmo após a baixa do nível das águas e o início do processo de reconstrução, as inundações voltaram a assolar alguns bairros da capital gaúcha, incluindo áreas que não haviam sido afetadas ainda. Dessa vez a água transbordou pelos bueiros em virtude da forte chuva e do entupimento das galerias pluviais pelo barro e pelo lixo, dificultando o escoamento.

As cheias descomunais da rede de aquíferos, que forma o sistema hídrico das bacias do Estado, iniciou no final do mês de abril/2024 na região centro-norte do RS e, em menos de uma semana, o volume de chuvas ultrapassou “o maior índice pluviométrico do mundo”¹⁴⁸, segundo o Instituto Ogimet. O sistema hídrico colapsou, transbordou o Lago Guaíba, ultrapassando a marca histórica de 4,77m de elevação da última enchente de 1941 e inundou diversos bairros da capital. A direção das águas seguiu para o sudeste do Estado, em virtude da conexão de extravasamento do Lago Guaíba com a Laguna dos Patos, deixando suas cidades ribeirinhas em alerta durante semanas. Apesar de contar com o tempo a favor, o que permitiu a criação de estratégias de evacuação, organização prévia de abrigos e fortalecimento dos diques de contenção (na maioria de forma improvisada) as cidades de São Lourenço, Pelotas e Rio Grande também foram severamente afetadas.

No caso de Pelotas, são centenas de desabrigados que necessitaram evacuar de áreas alagadas ou em risco de alagamento. Dentre as zonas mais atingidas estão toda a margem do

¹⁴⁸ A informação foi publicada pela página da UOL, em 02/05/2024, na matéria de Luana Takahashi intitulada “RS tem 8 das 10 cidades com maior volume de chuvas no mundo em 24 horas...”. Fonte disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/02/brasil-tem-8-das-10-cidades-com-mais-chuvas-no-mundo-em-24h-mostra-ogimet.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: maio 2024.

Canal São Gonçalo, que atingiu primeiramente a comunidade das Doquinhas, os Balneários Laranjal e Z3, banhados pela Lagoa dos Patos, toda a margem do Arroio Pelotas e boa parte do bairro Simões Lopes que costeia o Canal Santa Bárbara. As inundações afetam não apenas aqueles que têm suas casas invadidas pelas águas, mas a sociedade local como um todo. São milhares de pessoas e dezenas de comunidades impactadas, em virtude da perda de empregos, da impossibilidade de manutenção da vida cotidiana com o fechamento de escolas e de estabelecimentos comerciais, assim como, impacta a vida dos já desassistidos, mesmo em períodos de 'normalidade'.

Os agentes da Canto de Conexão, desde o primeiro momento de alerta anunciado pela prefeitura de Pelotas, iniciaram uma força tarefa voltada a ajudar na evacuação dos moradores da comunidade das Doquinhas e da Vila Osório, no direcionamento aos abrigos, na elevação de móveis e retirada de objetos das residências em risco, e no fornecimento de alimentação, roupas, cobertas e água a essas populações. Por meio de campanhas de arrecadação de cobertas, roupas, água e alimentos, e do mutirão de trabalho formado na cozinha solidária, seguem apoiando diariamente as comunidades afastadas – que não foram atingidas diretamente pela inundação – e aquelas desabrigadas. A casa do Jairinho, reconstruída pela Ocupa em 2020, pós enchente de 2019, foi novamente atingida, no entanto, dessa vez, em virtude dos avisos pôde ao menos tentar preservar os móveis, e aguarda a baixa das águas, na casa de amigos que lhe acolheram, para retornar, avaliar os estragos e dar retomada à vida.

A tragédia agravou ainda mais as questões da carência do acesso à moradia digna e da lógica do processo de urbanização precária como forma de planejamento urbano legitimado na cidade.

É curioso que, ao tratar sobre a história da cidade de Pelotas, a pesquisa realizada salientou a forma como a cidade e a sociedade urbana se desenvolveu dando as costas para a história de suas águas, se expandido sobre os recursos hídricos naturais e áreas alagadiças de preservação ambiental, assim como a tragédia enfrentada pelo RS demonstrou como o processo de planejamento das cidades gaúchas têm ignorado a memória deixada pelos eventos antepassados, tanto quanto têm negligenciado os impactos ambientais que as decisões acerca da produção urbana, neste presente, irá afetar e construir a realidade futura das cidades e das sociedades.

Uma sociedade contemporânea, no caso brasileiro, marcada estruturalmente pelos efeitos do processo histórico de colonialismo, segregação e exploração - de todos os setores que compõem o urbano e o social -, que passou por uma crise pandêmica mundial há pouco e que

vive em meio a uma crise generalizada (econômica, política, urbana, social, econômica, ambiental e subjetiva) fruto do poder exercido pelas forças do capitalismo financeirizado regendo todos os aspectos da vida no planeta. Uma sociedade que segue a passos rápidos para o fim do mundo, visto a forma descomprometida e individualista como lida com a responsabilidade do corpo social frente a tudo isso.

A naturalização e a acomodação com o “novo normal” catastrófico parece, pois, o modo de operação comum, e já legitimado, da sociedade contemporânea. E, nesse sentido, afirmam ainda mais a potência dos movimentos desobedientes e aberrantes dos corpos que investem e insistem na luta urbana, por meio de coletividades e micropolíticas ativas, em reação à lógica capitalística e reprodutora dominante, na tentativa de impulsionar transformações no pensamento e nas formas de ação do corpo social, mesmo que pequenas e locais, mas que se pulverizam de maneira rizomática, pelas fissuras e pelos entremeios das estruturas de poder e dos territórios formados, alimentando outras pequenas forças e tecendo redes de fluxos, contradiscursos e *affectos* de liberdade indicando pistas de caminhos possíveis para uma mudança de paradigmas. Trata-se do reconhecimento de que é por meio de um agenciamento entre formas, enunciações e emissão de linhas de forças que um território é formado, movimentado ou destituído, num emaranhado de heterogêneos elementos (materiais e imateriais) em relação, nesse sentido, cabe escolher quais serão os componentes que se deseja elencar e agenciar.

Nesse processo sistêmico e relacional, são as ações engendradas hoje que indicam as possibilidades da vida futura e, mesmo que a forma-mundo conhecida demonstre estar com os dias contados, as microrrevoluções do cotidiano potencializadoras das linhas da vida, da criação e das políticas emancipadoras do desejo podem indicar outras formas de *se relacionar com* e de *produzir* a realidade.

4.3 AGENCIAMENTOS MICROPOLÍTICOS: A cidade analisada a partir de processos de territorialização contra-hegemônicos e forças disruptivas

A experiência da ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão, tem se expressado no território da cidade de Pelotas como um espaço de referência para a moradia de estudantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social desassistidas pelos poderes públicos, mas vai além. Por meio de um processo de territorialização, que inicia pela tomada e pela apropriação de um espaço ocioso da cidade, seus corpos agentes engendram táticas desobedientes ao modelo sócio urbano e subjetivante dominante - manifesto em escala global pelas diferentes tecnologias de poder e dominação em atuação, e que se materializam, de forma peculiar e adequada, no contexto das escalas locais e nos territórios existenciais - promovendo a reativação de um território urbano que conecta diferentes lutas sociais e subjetividades, mas que se expande da espacialidade física do imóvel ocupado, acionando modos de subjetivação anticapitalísticos e processos territorializantes em outros territórios da cidade e em seus corpos.

Sobre o território dado de uma cidade média, do sul do Brasil, - marcado pela desigualdade social, pela ineficiência de políticas públicas relacionadas à promoção de habitação popular, à educação, à saúde e à assistência social da população pobre e por um processo de produção urbana (urbanização) precária, comandada pelos interesses das elites locais em parceria com agentes financeiros e estrangeiros desde as origens, que tem produzido os incluídos e os excluídos sociais num território urbano fragmentado associado aos fenômenos de suburbanização e de periferização crescentes com uma infraestrutura urbana insatisfatória – as ações sociais, territoriais e culturais desenvolvidas pelos agentes da Ocupa têm contribuído no sentido de visibilizar uma outra forma de atuar, de usar, de morar e de produzir a cidade de Pelotas, tanto quanto, a de acenar para um outro projeto de sociedade e urbanidade.

Por meio da união de forças e de coletividades que engajam diferentes lutas, corpos e movimentos sociais plurais, deflagram as precariedades enfrentadas pela maioria da população e criam soluções, inventivas, alternativas e autogeridas, contra o modelo de cidade e sociedade que o regime neoliberal exploratório e capitalista têm promovido, de forma desigual, nesse contexto de contemporaneidade financeirizada e globalizada, e que se evidencia, especialmente, no território latino-americano sulista e em outros contextos de países à margem.

Como uma máquina revolucionária, o processo de [des][re]territorialização engendrado pela Canto de Conexão parte de uma desterritorialização de vidas, corpos e espacialidades

produzidas pela lógica empresarial e privatista dominante que resulta em um poder de consumo e de uso desigual dos espaços da cidade, e que, cansados da espera e de uma vida de sobrevivência, partem para a tomada do território a fim de afirmar outros modos de viver, habitar e de se relacionar calcados em subjetividades contra-hegemônicas.

Assim, por meio do acionamento de agenciamentos moleculares apostam na força da coletividade e nos modos de fazer cotidianos, na dimensão da micropolítica ativa e da emissão de linhas de fuga, para transformar um lugar abandonado da cidade em um espaço de liberdade, horizontalidade e autonomia. Em grupo, e movidos por *afectos* alegres e transgressores, enfrentam a contramão das injustiças, dos agentes financeiros exploratórios, das máquinas estatais e das tecnologias de poder biopolíticas que nada mais fazem do que despotencializar as forças do desejo e da criação por meio da exacerbação de *afectos* tristes, assujeitadores e aprisionantes. Enfrentam o racismo, a xenofobia, a fome, o frio, o desemprego, o cansaço e a cegueira social. Lutam pela simples garantia do cumprimento de seus direitos básicos, contra todas as formas de violência sobre seus corpos e sobre todos os outros corpos com os quais insistem em se relacionar.

Ocupam um espaço ocioso e sem vida, e nele promovem a vida, possibilitam a vida de outras vidas, reativam a vida da terra, da função social do imóvel, da arte, da cultura, dos saberes e fazeres do povo negro pelotense e das diversas comunidades à margem em que atuam. Promovem encontros potencializadores das forças geradoras da vida, distribuem comida, constroem casas, plantam árvores e alimentos, acolhem e convivem com as diferenças, levam água, e encurtam caminhos para o apoio jurídico, médico e psicológico a centenas de pessoas desassistidas de seus direitos civis. Valorizam as crianças e os idosos, dão apoio pedagógico, promovem eventos formativos e culturais, visibilizam o protagonismo de mulheres e dissidências, resgatam a memória negra da cidade e disseminam seus feitos e saberes. Por vezes funcionam como um elo entre as comunidades periféricas e o poder público, ao emitirem suas vozes e demandas em audiências públicas, plenárias e protestos, e ao aproximá-las das informações e dos direitos sociais aos quais, deveriam por lei, ter acesso garantido por parte do poder público.

Trata-se de um processo de agenciamento territorial micropolítico – que engendra agenciamentos coletivos de enunciação (Expressão), agenciamentos maquínicos de corpos (Conteúdo) e processos de [des][re]territorializações, - promovendo, ao mesmo tempo, a conexão e a expansão de territórios, em um sentido amplo. Um processo que conecta lutas, movimentos sociais e urbanos, saberes, culturas, temáticas, corpos, territorialidades, conflitos e subjetividades; agencia essa multiplicidade de heterogêneos com empatia e responsabilidade,

compreendendo os desafios e articulando alternativas possíveis frente às estruturas impostas pelo contexto hegemônico de produção de cidade e sociedade; e expande, promovendo transformações nos territórios e nos corpos com os quais se conectou, potencializando que outras transformações decorram e criando terreno fértil para que outras realidades e modos de vida emergjam. Um germe de mundo, nas palavras de Rolnik (2018).

São inúmeras forças operando num fenômeno sócio urbano como o da ocupação Canto de Conexão. Há aquelas que se manifestam num sentido contra a ocupação e seus corpos agentes, materializadas nas ações de despejo, por exemplo, legitimadas pela Constituição Federal por constituírem uma atividade ilegal de posse sobre uma propriedade privada mesmo em desuso e sem cumprimento de sua função social, mas que sem uma política habitacional eficaz acabam por dar sentido à ação de ocupar novamente. A neutralidade da sociedade civil frente à problemática da habitação no Brasil e ao modo financeirizado de produção do território urbano das cidades, à especulação imobiliária, à periferização e à desigualdade sócio territorial também constitui essas forças. Bem como, se somam a falta de recursos públicos ou a incapacidade por parte dos gestores públicos em assumir a agenda de uma política de reforma urbana, fiscal e tributária eficiente.

Trata-se de forças hegemônicas, que operam desde a dimensão macropolítica dominante e que atuam, especialmente, por linha molares, num sentido de fora para dentro. São forças que nascem desde o exterior da ocupação e que justificam tanto as práticas estatais empregadas para a sua inexistência (lei da propriedade privada, ações de despejo, violência militar), quanto os motivos que a fazem criar táticas de [re]existência por meio das quais insistem em ocupar (milhares de imóveis abandonados, não cumprimento da função social da propriedade privada, déficit habitacional, desemprego, fome, vulnerabilidade social, não cumprimento dos direitos sociais garantidos por lei).

O diagrama a seguir (Figura 58) mapeia algumas dessas forças, dialogando com o conceito apresentado por Deleuze (2005[1986], p. 80) no qual um diagrama seria “a apresentação das relações de força que caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetado; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas”. Trata-se, portanto, de um mapa, uma cartografia, onde a operação das relações de forças entre os elementos da composição, o agenciamento que realizam em conjunto, importa mais do que os elementos em si, de forma isolada.

Figura 58 (próxima página) - Diagrama 1: Forças Hegemônicas. Fonte: Elaboração da autora, 2024.

$$f(x) F_c = m \cdot a_c$$

Tecnologias e dispositivos de poder

- Necropolítica;
- Psicopolítica;
- Reprodução de modos de subjetivação capitalísticos;
- Lógica do empreendedorismo de si, individualismo, competição, consumo e medo;
- Depressão, ansiedade, estresse - crise existencial;
- Misoginia; transfobia; guerras; discriminação
- Modulação da existência;
- Homogeneização dos modos de ser, agir, existir;
- Figuras da subjetividade (envidado, securitizado, mediado e representado);
- Corpo ideal, vida ideal, juventude, medicalização;
- Mass mídia, algoritmos, aceleração, controle difuso;
- Ditadura do capital;
- Despolitização social;
- Crise da liberdade;
- Dominação e captura das potências do desejo criador;
- Regimes neo-liberal financeirizado, globalizado | colonial-racializante-capitalista-antropo-falo-cêntrico.

Meio Ambiente

- Poluição urbana (áreas não centrais carentes de sistema de coleta de lixo, redes de esgoto e/ou estações de tratamento);
- Poluição do solo;
- Falta de fiscalização ambiental e alta urbanização sobre áreas ambientalmente frágeis (banhados, várzeas e balneários);
- Impermeabilização do solo (asfaltamento);
- Gradativa diminuição de áreas verdes urbanas;
- Poluição de aquíferos;
- Falta de políticas de educação e conscientização ambiental;
- Alagamentos e enchentes constante;
- Presença de empresas exploradoras da madeira;
- Crise climática e ambiental.

Acesso à educação, saúde, trabalho, cidade e moradia

- Desigualdade social = incluídos e excluídos;
- Déficit habitacional;
- Vulnerabilidade social;
 - Centenas de moradores de rua;
 - Evasão escolar;
 - Falta de investimento = precarização dos sistemas de saúde e educação públicos e seus espaços físicos;
 - Direito desigual de acesso, uso e produção da cidade;
 - Injustiça social;
 - Alastramento de ocupações e assentamentos irregulares nas bordas da cidade;
 - Desalojamentos e despejos;
 - Fome; analfabetismo;
 - Exclusão e marginalização sócio-territorial;
 - Trabalho informal = sem garantias trabalhistas.

Produção Urbana e território da cidade

- Segregação e periferação urbana;
- Falta de regularização urbana;
- Ênfase à implantação de modelos urbanísticos internacionais;
- Cidade mercantilizada | Cidade espetáculo - turismo;
- Ênfase à lógica da propriedade privada;
- Vazios urbanos;
- Abandono de imóveis em áreas de urbanização consolidada;
- Burocratização para requalificação de imóveis tombados e inventariados;
- Abandono do patrimônio arquitetônico histórico;
- Predomínio da lógica dos condomínios fechados para classes nobres em áreas dotadas de infraestrutura urbana e serviços públicos;
- Produção de HIS em zonas periféricas desprovidas de infraestrutura urbana adequada e de acesso aos serviços públicos;
- Ocupação legítima - novos bairros e condomínios de alta renda - em áreas de proteção ambiental;
- Impermeabilização desenfreada do solo > %Tx de ocupação;
- Alteração do Plano Direto em favor do interesse dos agentes financeiros e imobiliários (nacionais e estrangeiros) produtores do espaço urbano;
- Abandono da Região Portuária e do patrimônio arquitetônico industrial;
- Especulação imobiliária;
- Financeirização da terra urbana (terra = ativo financeiro);
- Abertura à atuação de agências internacionais na construção civil e na produção do espaço urbano.

Política e gestão municipal

- Precarização das políticas públicas de assistência social;
- Ausência de diálogo entre gestores municipais e população;
- Favorecimento à política neoliberal financeirizada;
- Incentivo à privatização de estatais;
- Falta de recursos para manutenção do patrimônio cultural e arquitetônico;
- Falta de uma gestão de planejamento urbano;
- Dificuldade de fiscalização (impactos ambientais, sociais e territoriais);
- Falta de uma política habitacional eficiente.

Segurança pública

- Violência urbana;
- Insegurança;
- Assaltos;
- Arrombamentos de imóveis;
- Militarização do território urbano;
- Violência policial;
- Crime organizado;
- Restrição da liberdade;
- Empobrecimento da experiência corporal urbana;
- Discriminação racial, classe e gênero;
- Homicídio de corpos negros;
- Femicídios;
- Fachadas inativas - sem olhos pras ruas;
- Cercamentos e câmeras de vigilância.

História e Cultura

- Modo de produção charqueadora escravista;
- Violência; exploração e racismo;
- Abolição da escravatura sem a criação de políticas de assistência social, população negra livre sem lugar no território urbano;
- Desvalorização do papel dos negros na construção da cidade, na cultura, na religião e na culinária local;
- Apagamento de monumentos e arquiteturas simbólicas na história negra da cidade;
- Branqueamento da história e da cultura de Pelotas;
- Marginalização e periferação da população negra;
- Desigualdade social e territorial;
- Ausência de políticas e medidas compensatórias ou afirmativas de inclusão, acesso à educação, saúde e mercado de trabalho.

Economia

- Desindustrialização;
- Desemprego;
- Mercado local voltado aos serviços do setor terciário e atacadista;
- Baixa arrecadação fiscal (receita);
- Déficit do cofre público municipal;
- Ausência de reforma fiscal e tributária nacional;
- Ausência de uma política local atrativa a investidores do ramo industrial (à exceção do mercado imobiliário e da construção civil);
- Concorrência com multinacionais e e-commerce = redução de demanda por produtos locais, enfraquecimento do comércio tradicional local;
- Grande formação profissional (polo universitário) sem mercado de atuação local = evasão;
- Aumento do trabalho informal.

FORÇAS HEGEMÔNICAS



O Diagrama 1: Forças Hegemônicas, apresenta um esquema do plano formado por distintas forças dominantes em atuação num sistema-mundo operando na esfera macropolítica, mas que também se expressam no contexto urbano, político, econômico e social de Pelotas, com suas peculiaridades e singularidades. Tais forças são postas em funcionamento por meio de linhas molares, materializadas em corporalidades, subjetividades e territórios igualmente molarizados e hegemônicos que tendem a reproduzir formas-corpo e formas-territórios, condutas e enunciados fixos e dominadores.

E, visto que “as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças” (ibid., p. 81), a forma capilar e globalizada como operam, engendram forças também desde dentro dos corpos, constituindo na sociedade modos de subjetivação capitalísticos e assujeitadores reprodutores da forma sujeito, objetificada e desterritorializada de suas capacidades criadoras e inventivas. Por meio das estratégias de controle e vigilância de seus dispositivos fazem dos próprios corpos e territórios seus instrumentos de poder e dominação. As estratégias de captura desses dispositivos de poder e controle vão se atualizando ao longo da história e desenvolvendo adaptações para cada situação e/ou forma social, minando as forças do desejo a fim de manter o domínio.

O exercício dessas forças de poder hegemônicas, no contexto atual regido pelo neoliberalismo financeirizado, se expressa nas novas tecnologias e dispositivos de poder biopolíticos como aquelas engendradas por meio da psicopolítica (HAN, 2018) e da necropolítica (Mbembe, 2016) sobre os corpos e as populações. Tais dispositivos invadem violentamente a *psiqué* dos corpos desencadeando uma crise existencial generalizada e onde o medo, a depressão e as inúmeras formas de adoecimento psíquico são tanto produtos quanto ferramentas do exercício das forças de poder dominantes. Assim como, a construção de um tipo de imaginário acerca do diferente como um inimigo sempre à espreita e que deve ser combatido ou exterminado a fim de manter a ordem como um bem comum. Tais enunciados, reproduzidos de maneira hegemônica, constroem um tipo de inconsciente coletivo confuso que legitima as guerras, o preconceito e a discriminação, tal qual a misoginia, a transfobia, a xenofobia e o racismo, reproduzidos de forma sistêmica e global sobre grupos de pessoas alvos de hostilidade, intolerância e injustiça. A desigualdade, a marginalização, o machismo, a violência, a morte e a exclusão social são marcas das formas de extermínio engendradas pelo necropoder que tanto determinam o direito de matar e/o escravizar o outro quanto o de expor certos corpos à morte e à violência física.

A *mass* mídia e as grandes Instituições de poder financeirizadas também se tornam máquinas de poder e submissão, no contexto desse regime, que têm conduzido as populações ao cansaço físico e ao esgotamento psíquico e onde o individualismo, o consumo, o lucro e a competitividade regem vidas empresariadas numa sociedade da “superprodução, superdesempenho ou supercomunicação” (HAN, 2017, p. 16). E, na tentativa de manter um *eu* ideal, jovem, ativo, empresário de si e bem-sucedido, capaz de realizar mil tarefas e de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, como se os corpos fossem máquinas computadorizadas, exacerba-se a venda e o consumo de medicamentos anestésicos ou estimulantes, a fim de modular as formas de existência a um padrão homogêneo de ser, agir e existir num mundo de negócios, da máxima produção e da autoexploração. Se multiplicam as academias *fitness*, as farmácias, os *coachings* (Faça você mesmo; Só depende de você; Você consegue) e o modelo *home office* de trabalho. O mundo, sob o controle difuso dos algoritmos e do digital, da *internet*, da comunicação e da aceleração, também promove os incluídos e os excluídos digitais, aumentando as desigualdades sociais e as possibilidades de acesso e competitividade no mercado de trabalho.

O regime das práticas neoliberais regida pela ditadura do capital financeiro tende a promover políticas de favorecimento aos interesses dos mais ricos e são as populações pobres as mais impactadas. A desigualdade de renda e de oportunidades, no caso brasileiro e em diversos países sul-americanos, somadas à redução do Estado de bem-estar social que acarreta menos apoio e proteção às camadas vulneráveis da sociedade e à flexibilização do mercado de trabalho, tem promovido maior insegurança e desamparo em relação à seguridade trabalhista e às políticas públicas de assistência social, saúde pública e segurança, perpetuando os ciclos de pobreza e de desigualdade social. Em maior ou menor grau, tal regime tem impactado contextos sociourbanos por todos os cantos do país, e em Pelotas, não é diferente.

As figuras da subjetividade reproduzidas por esse modo de subjetivação capitalístico engendrado pelas tecnologias de poder e de submissão na sociedade contemporânea do controle, cansaço, do desempenho e do espetáculo, capturada e explorada pelos meios de informação e comunicação em massa, pelas plataformas digitais das telas e dos filtros de melhoramento corporal para a exposição espetacular, também se expressam na forma do endividado, do securitizado, do mediatizado e do representado (HARDT; NEGRI, 2016). Despolitizado e alienado acerca das questões políticas e sociais de seus contextos nacionais e locais, tais figuras evidenciam uma crise da subjetividade que tem promovido corpos assujeitados e espectadores da realidade, desprovidos de seus poderes de ação e de liberdade, e sem um projeto comum de sociedade.

Uma crise societária e urbana (RIBEIRO, 2006) é o que resulta da prática dessas tecnologias de poder sobre organizações sociais carentes de um projeto de urbanidade e de civilização, fragilizando os processos de socialização e de interação/compartilhamento social. São múltiplas as formas de violência e de exploração sobre corpos e territórios promovidas por meio dessa lógica financeirizada e individualizante, das quais a exacerbação à propriedade privada e a indiferença social generalizada se tornam instrumentos mantenedores da cegueira frente à realidade construída por este sistema capitalísticos e aos impactos sobre todas as dimensões da vida humana na terra.

Com relação ao meio ambiente as crises climática e ambiental já são consideradas, há muito, um caminho sem volta. O futuro da humanidade está em risco. A degradação de habitats naturais, a poluição e outras atividades humanas estão levando a uma rápida perda de biodiversidade em todo o mundo, com consequências graves aos ecossistemas, à segurança alimentar, à saúde e à medicina, e ao equilíbrio ambiental global. E, nesse sentido, os processos de urbanização, sem um projeto de planejamento urbano e ambiental eficaz, são fatores deveras importantes.

No caso de Pelotas, a poluição urbana é gerada, principalmente, pelo acúmulo de depósito de lixo em terrenos baldios e áreas livres; pela ineficiência de um sistema de coleta de lixo, de redes de esgoto e/ou estações de tratamento em zonas não centrais e de expansão urbana precária; pela falta de fiscalização ambiental, pelo aumento da urbanização (legal ou irregular) sobre áreas ambientalmente frágeis (como banhados, várzeas, linhas de drenagem e balneários) e pela gradativa diminuição das áreas verdes urbanas – que, juntos, promovem o aumento da poluição de aquíferos e da impermeabilização do solo (também potencializada pelo asfaltamento do sistema viário sem um projeto de aumento e/ou qualificação do sistema de drenagem e de escoamento pluvial). Tais fatores, sobre um território de topografia predominantemente plana, têm contribuído com o aumento de enchentes e alagamentos tanto sobre as regiões mais centrais dotadas de infraestrutura consolidada da cidade quanto em zonas periféricas e em áreas aluviais - periodicamente inundadas por rios e córregos – como os assentamentos às margens do Canal São Gonçalo, do Arroio Pelotas, do canal Santa Bárbara e dos balneários na região da Laguna dos Patos.

Também são elementos importantes a falta de políticas de educação e de conscientização ambiental, a prioridade ao transporte por veículos automotores individuais em detrimento do transporte público coletivo de má qualidade (tanto no que se refere às condições físicas dos veículos, como à insegurança dos usuários nas estações e pontos de ônibus, e à falta

de cobertura do atendimento das linhas interconectando bairros e comunidades da cidade). Na região portuária, a presença da Empresa CMPC, exploradora de madeira e celulose no RS, atualmente sob o comando das instalações do Porto de Pelotas, e a imagem diária de centenas de caminhões lotados de toras de eucalipto circulando sobre o asfalto que apagou a antiga via de paralelepípedos centenários e trilhos da linha férrea, gerando insegurança aos milhares de pedestres e usuários do espaço público, ao lado do complexo Institucional da UFPEL e das ruínas das antigas instalações fabris abandonadas, é mais um reflexo da forma como a lógica do lucro e da exploração do meio ambiente natural e construído têm comandado a vida da cidade de Pelotas em prejuízo da qualidade da paisagem urbana, do seu patrimônio histórico e da dinâmica social do bairro.

O processo de abandono das antigas áreas fabris, suas arquiteturas e espaços públicos, materializados nas centenas ou milhares de imóveis ociosos e desocupados no Bairro do Porto também demonstram a lógica de uma produção urbana voltada à modernização e/ou qualificação das novas zonas nobres da cidade, voltadas às classes mais abastadas e que resultam no aumento da insegurança e da violência urbana em outras áreas. O empobrecimento da experiência urbana e o aumento de assaltos, especialmente às mulheres, estudantes e pedestres, em conjunto com o arrombamento de imóveis e o aumento dos cercamentos e das câmeras de vigilância, são frutos desse processo. A inatividade das fachadas, sem olhos para vida que se passa nas ruas e seus vizinhos, - por meio de muros, serpentinas e cercas elétricas - transformam o cenário da vida urbana e comunitária, e, assim, a vitalidade urbana, tão defendida por Jacobs 2002[1961], nos anos 60, pela diversidade de usos, interação social e atividades nas ruas, dá lugar à não presença. As ruas e os espaços públicos se tornam lugares de ninguém intensificando as sensações de medo e insegurança, restringindo a liberdade e afetando a noção de pertencimento aos espaços da cidade e à vida urbana.

O aumento da violência urbana, a presença ostensiva das forças de segurança militar e policial nas ruas, implementando suas medidas de controle e coerção, e o aumento da criminalidade, também se relacionam. Nesse sentido, a militarização do território urbano e o controle exercido sobre determinadas áreas da cidade pelo crime organizado, impondo suas próprias ordens, afetam a mobilidade e a interação social, limitando usos, liberdades e criando um ambiente urbano marcado pela vulnerabilidade e pela desconfiança.

No entanto, tal processo afeta de maneira diferente a sociedade. Alguns corpos são mais facilmente violentados do que outros, em virtude da discriminação racial, de classe e de gênero vê-se aumentar os feminicídios, as agressões sobre corpos dissidentes de gênero e todas as

formas de injustiça, preconceito e violência sobre os corpos negros e indígenas, no caso brasileiro e na cidade de Pelotas, tanto quanto imigrantes, estrangeiros e despatriados em outros contextos pelo mundo a fora.

As políticas dos gestores das esferas municipal, estadual e federal, poderiam contribuir na diminuição das desigualdades e dessas práticas de atentado à vida, no entanto, com é o caso da realidade que se constrói em Pelotas, a precarização das políticas públicas voltadas à assistência social, a ausência de diálogo entre a gestão municipal e a população, e o favorecimento à política neoliberal financeirizada, privatizadora e exploratória, apenas contribuem para a perpetuação do aumento da desigualdade sócio territorial, da criminalidade e da insegurança urbana. O abandono e o descaso são percebidos tanto pela dificuldade em fiscalizar e determinar limites à atuação dos grandes agentes financeiros e imobiliários (nacionais e internacionais) sobre a produção do território urbano construído – e os impactos ambientais, sociais e territoriais que têm gerado -, quanto pela forma como as diretrizes do planejamento urbano, determinadas pelo III PD, têm sido alteradas de forma discrepante, pelos mesmos agentes financeiros, a fim de facilitar os interesses e o lucro dessas empresas, em detrimento da qualidade da vida da sociedade pelotense e do futuro da cidade.

A ineficiência dos gestores municipais sobre o desenvolvimento urbano e social de Pelotas também se evidencia na forma como o patrimônio cultural e arquitetônico histórico tem se degradado, pela falta de recursos públicos à manutenção e pela burocracia que dificulta projetos com investimento privado de qualificação e renovação do aparato edificado (inventariado e/ou tombado), ocasionando milhares de imóveis ociosos e fechados, sem cumprimento da função social da propriedade e geradores de dívidas com a prefeitura (inadimplência no pagamento de impostos, como IPTU e SANEP) - fato que contribui com o *déficit* dos cofres públicos municipais e com a insegurança urbana.

Outro fator que tem contribuído com a desigualdade estrutural da cidade de Pelotas, e que tem reproduzido perpetuamente os incluídos e os excluídos sociais no território, se refere à ausência de uma política habitacional eficiente voltada às classes populares de menor renda, a fim de reduzir o déficit da moradia por meio da regularização fundiária, da produção de novas unidades habitacionais e da melhoria da qualidade das habitações existentes. Tais ações poderiam implicar na diminuição da população que apenas sobrevive em situação de vulnerabilidade social e miséria, a exemplo das centenas de moradores de rua e das milhares de famílias vivendo em situação de inadequação habitacional e urbana (sem banheiro; sem acesso à

infraestrutura urbana básica; em situação de coabitação; assentamentos em áreas de risco; sob ameaças de despejo).

Trata-se da legitimação da lógica excludente do direito desigual de acesso e uso da cidade e da moradia às diferentes camadas da sociedade. Assim como, com relação aos sistemas públicos de saúde e educação, marcados pela precarização - tanto no que se refere à manutenção dos espaços físicos e à quantidade de unidades para atender a demanda da população usuária, quanto à valorização salarial dos funcionários públicos, às condições de trabalho, à ausência de políticas públicas efetivas e de diálogo com os servidores -, que contribuem para o adocimento da classe trabalhadora desses setores e da população pobre sem acesso aos serviços, a evasão escolar e o analfabetismo. A injustiça social, a exclusão e a marginalização também aumentam frente a esse contexto, visto que, sem acesso aos instrumentos públicos básicos para a garantia da vida em sociedade, milhares de pessoas são jogadas à margem do conhecimento e das oportunidades de emprego no mercado de trabalho.

Sem formação, resta à maioria da população o trabalho informal sem quaisquer garantias trabalhistas ou seguridade futura (direito à aposentadoria, por exemplo), os subempregos ou a criação de modelos de vida empresarial por meio de pequenas empresas, individuais ou familiares, mas sem assistência jurídica e sem possibilidade de competição no mercado, local e nacional, dominado pela atuação de grandes empresas.

No mercado local, as oportunidades de emprego estão voltadas, especialmente, ao setor terciário da economia, referente ao comércio varejista e à prestação de serviços (cerca de 61% do PIB do município¹⁴⁹ e 75,6% do total de empregos na cidade¹⁵⁰). Na construção civil também se vê a abertura para novos empregos, no entanto, estes são mais sazonais com vínculos empregatícios definidos por períodos, a depender do contrato realizado. Além do que, culturalmente, o mercado de trabalho da construção civil emprega mais a mão de obra masculina, sendo um setor voltado, principalmente, para um nicho da população. Vale ressaltar que o processo de desindustrialização enfrentado pela cidade desde as décadas de 1980-1990 refletiu num aumento do desemprego que nunca conseguiu estacionar, impulsionado, ainda, pelas crises econômicas mundial de 2008 e nacional de 2015-2016, e pela crise generalizada da pandemia do Covid-19 (2020-2022). Os efeitos da pandemia impactaram significativamente o mercado de trabalho da cidade, que andava em um processo de recuperação lenta, conjugando um cenário de redução dos empregos formais, aumento do desemprego e do trabalho informal. Segundo

¹⁴⁹ Fonte disponível em: <<https://www.caravela.info/regional/pelotas---rs>> Acesso em: fev. 2024.

¹⁵⁰ Fonte disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2020/08/O-Mercado-de-Trabalho-de-Pelotas-1o-Semestre-de-2020-Versao-Final-.pdf>> Acesso em: fev. 2024.

dados do Observatório Social do Trabalho da UFPEL de 2020, a desestruturação do polo naval da cidade vizinha, Rio Grande, também causou efeitos negativos sobre o mercado e a economia de Pelotas incluindo o setor imobiliário e o aluguel de unidades habitacionais.

A tradição do comércio local, de pequenas e médias empresas, também tem sido afetada pela concorrência com as multinacionais e o *e-commerce*. Tanto no que se refere à escala de alcance de mercado quanto à capacidade de investimento financeiro e de competição com o preço final do produto, o que tem provocado a redução da demanda por produtos locais. O enfraquecimento do comércio da cidade tem ocasionado o fechamento de lojas e estabelecimentos comerciais, principalmente aqueles localizados na região do centro da cidade e que não contam com imóvel próprio. Alguns desses empreendimentos conseguem redefinir as estratégias de seu modelo de negócio partindo para o ambiente digital, no formato *e-commerce*, no entanto, não costumam carregar junto os antigos funcionários, o que também contribui com o aumento do desemprego. A nova modalidade comercial, eletrônica, possibilitada pelo avanço da internet e dos meios de comunicação digital, se popularizou fortemente, especialmente durante a pandemia, e tem influenciado, de forma global, os padrões de consumo das sociedades.

Com um déficit orçamentário atual de cerca de R\$ 280 milhões¹⁵¹ nos cofres públicos da prefeitura, a situação econômica da cidade é de crise financeira, o que afeta, de forma geral, a sociedade pelotense, mas, especialmente, os servidores públicos municipais da educação e da saúde e os aposentados, que têm sofrido seguidos cortes e atrasos salariais nos últimos dois anos. Os principais motivos que acarretaram o déficit, em 2023, segundo a Prefeita¹⁵², foram o aumento salarial, em 2021, de 33% aos professores e de 10% ao restante do funcionalismo, a redução de 25% do ICMS pelo Governo Federal em 2022 e o pagamento de precatórios (correspondente a R\$ 72 milhões no ano de 2023). Outro dado importante é com relação à inadimplência do pagamento de IPTU que, em 2023, foi de R\$ 78 milhões.

A ausência da implementação de uma política local atrativa a novos investidores do ramo industrial, forte setor de geração de emprego e renda, também reflete na baixa arrecadação fiscal (receita) do município e afeta a falta de empregos na cidade. Assim, como, a ausência de uma eficiente reforma fiscal e tributária sobre as grandes fortunas, nos âmbitos local e nacional.

¹⁵¹ Valor informado pelo secretário municipal da Fazenda Cristian Kuster em entrevista para o Jornal do Comércio, matéria publicada em 24/01/2024. Fonte disponível em: < <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2024/01/1140181-pelotas-apela-a-plano-para-reduzir-deficit-de-rs-282-milhoes.html> > Acesso em: fev. 2024.

¹⁵² Matéria do Jornal Correio do Povo “Prefeitura apresenta Plano de Recuperação Financeira em Pelotas”, publicada em 01/12/2023. Fonte disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/prefeitura-apresenta-plano-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-financeira-em-pelotas-1.1427986>> Acesso em: fev. 2024.

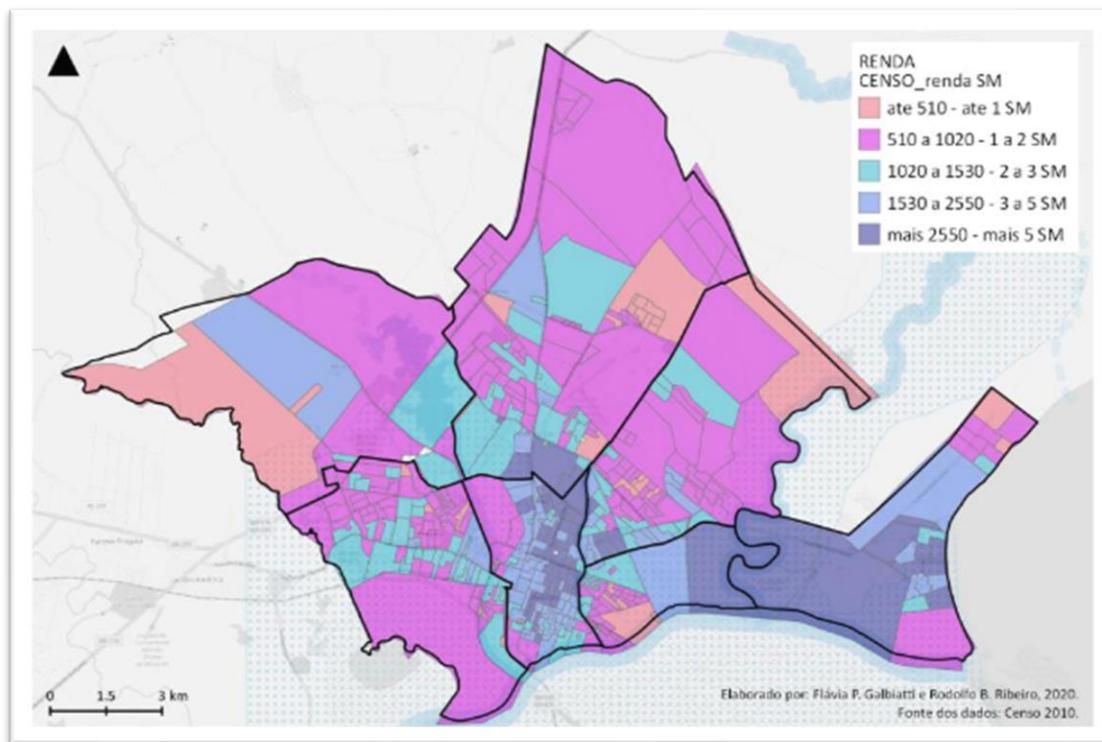
Outra questão que impacta o desemprego na cidade se refere à grande formação profissional, em virtude do polo universitário estabelecido em Pelotas, mas que sem um mercado de trabalho para a atuação local acarreta na evasão de milhares de jovens profissionais qualificados, nas mais diversas áreas, para outras localidades. Assim como, a grande parcela dos novos profissionais recém-formados, que se mantém residindo na cidade e passam de *o futuro da nação* para *um problema social*.

A oportunidade de emprego e de trabalho formal não se refere apenas a uma fonte de renda aos trabalhadores e à sobrevivência de suas famílias, mas a garantias de direitos e de proteção enquanto cidadãos capazes de viverem de forma digna nesse presente e de planejar um futuro. A carência de empregos e de estabilidade financeira da população pelotense reflete sobre a desigualdade socioespacial crescente, as formas de acesso desigual à moradia, à cidade, à educação, à saúde, à tecnologia, à segurança alimentar e à possibilidade de mudar a realidade de milhares de famílias em situação incerteza futura e de vulnerabilidade social. Em especial, as camadas mais populares da sociedade e que, segundo o censo de 2022 do IBGE¹⁵³, corresponde a mais de 1/3 da população pelotense (31,9%) referente ao percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Outro dado importante que o censo indicou é a de que 24% da população corresponde à raça/cor da soma de autodeclarados pretos e pardos no município.

O mapa a seguir (Figura 59) apresenta a distribuição da população no território urbano da cidade por renda e indica que a população pobre tende a se concentrar nas zonas periféricas com fragilidades socioespaciais. Ou seja, em uma perspectiva socioespacial, a vulnerabilidade social passa a ser entendida como o resultado da interação entre as condições do território e as características sociais, econômicas e culturais da população local, o que pode gerar situações de desigualdade e de exclusão social (PENNA e FERREIRA, 2014).

¹⁵³ Fonte disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>> Acesso em: fev. 2024.

Figura 59 - Mapa “Renda por domicílio” no ano de 2020, elaborado pelo REDELAB – REDE DE LABORATÓRIOS DA UFPEL, p. 5 do Relatório da Ação 11687: Mapeamento de áreas de fragilidade socioespacial de baixa renda em Pelotas-RS.



Fonte: Relatório NAURB, 2020¹⁵⁴.

A exclusão social e a desigualdade, especialmente da população negra e pobre, são características marcantes da realidade urbana de Pelotas desde as origens da cidade, que se realizou por meio do modo de produção charqueadora e escravista (desde 1780 com a instalação da 1ª charqueada às margens do Arroio Pelotas) explorando violentamente a mão-de-obra de corpos negros arrancados de seu continente africano em navios negreiros pelo oceano Atlântico com destino à colônia portuguesa sul-americana, e deixando para trás memórias, histórias, territórios, culturas, línguas e famílias.

Uma população de corpos e vidas negras provindas de diversas etnias africanas que, mesmo liberta após a abolição da escravidão, jamais teve direito sobre o território urbano e as riquezas que possibilitou construir enfrentando o frio, o sal, o sangue, e a discriminação. Sem a criação de políticas públicas de assistência social, habitação e proteção, a população negra e livre, sem lugar no território da cidade e sem possibilidade de acesso ao trabalho se viu marginalizada e excluída dos direitos civis desde o princípio. A desvalorização do papel dos negros na construção da cidade, da cultura, da religião e da gastronomia da sociedade pelotense se manifesta, também,

¹⁵⁴ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/redelab/files/2021/02/Relatorio_NAURB_-2020.pdf> Acesso em: fev. 2024.

pelo apagamento e pelo descaso de monumentos e arquiteturas simbólicas à história negra da cidade (a exemplo da Ponte do Passo dos Negros) e pelo processo de branqueamento na narrativa romantizada como a história é contada, por meio da literatura e de outras fontes, criando um falso histórico sobre a formação urbana, social e cultural de Pelotas.

O racismo e a violência sobre a população negra ainda se manifestam na contemporaneidade da sociedade urbana pelotense, por meio da periferização e da segregação territorial tanto quanto das formas discriminatórias reveladas nas práticas interpessoais cotidianas. Evidentemente que essa não é uma realidade singular de Pelotas, o racismo é estrutural e uma das formas mais evidentes da injustiça social que opera no Brasil, como demonstra o infográfico da figura 60, e, mesmo sendo considerado um crime inafiançável pela Constituição Federal, é uma prática diária presente nos ambientes de trabalho, nas ações policiais, nos relacionamentos familiares e afetivos, no acesso aos direitos básicos, na segurança, na economia e na política em todo o país. Os dados indicam que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 75 são negras, e são também os mais pobres e os mais desempregados. A situação é agravada pela ausência de políticas e medidas compensatórias ou afirmativas satisfatórias à inclusão, ao empoderamento desses corpos e à valorização de seus saberes e fazeres na produção cultural brasileira.

No caso de Pelotas, o desconhecimento acerca da história dos Quilombos, da produção literária e jornalística, dos monumentos e símbolos negros, que expressam as diferentes formas de resistência desenvolvidas pela população afro na região sul e na cidade, além da influência de suas culturas e saberes sobre a música, a arte, a religiosidade e a gastronomia doceira local, indicam a forte desvalorização com a importância de suas existências enquanto agentes co-produtores dessa sociedade e desse território urbano. Essa forma de apagamento também é uma manifestação da maneira como as forças das tecnologias de poder e de controle hegemônicas operam no regime neoliberal financeirizado e globalizado - colonial-racializante-capitalista-antropo-falo-logocêntrico (ROLNIK, 2020) e se materializam em diferentes formas de subjetividades -produzem as figuras do oprimido, do abandonado, do incapaz e do marginalizado, e que também são formas de violência sobre os corpos negros, tanto quanto as violências cotidianamente exercidas sobre indígenas, pobres, mulheres, dissidências de gênero e sexualidade, classe e/ou qualquer outra forma dissidente de existência em relação às formas do modelo hegemônico estereotipado e eurocentrado.

Figura 60 - Infográfico “Racismo estrutural no Brasil”, 2021.



Fonte: Página do portal Politize!¹⁵⁵

Sobre a produção do território urbano da cidade de Pelotas, pode-se dizer que as marcas do modelo hegemônico, segregatório, exploratório e especulativo tem se materializado sobre a espacialidade e a sociedade pelotense desde suas origens. O processo de evolução territorial teve início ainda no período colonial com a formação de um pequeno núcleo urbano central em formato reticulado e dotado de Igreja, alguma infraestrutura e equipamentos urbanos, a partir do qual, a cidade foi se desenvolvendo com a instalação de residências, comércios e serviços de apoio à produção do charque e à sociedade saladeiril que se formava, e, que, rapidamente, foi se expandindo em novos arruamentos, acompanhando o crescimento populacional.

A implantação do núcleo urbano fundacional (1812), fruto do rápido e lucrativo progresso charqueador na região, marcou o início da urbanização da cidade sobre terras de uso privado e

¹⁵⁵ Fonte disponível em: <<https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/>> Acesso em: fev. 2024.

provindas de doação (sesmarias). Primeiramente, a expansão urbana manteve a morfologia concêntrica e ligeiramente alongada do núcleo original, acompanhando os limites do ambiente natural no planalto formado entre os arroios Santa Bárbara (oeste), São Gonçalo (sul) e Pelotas (leste). No entanto, na sequência, a expansão (1835-1882) passou a avançar sobre os recursos hídricos adjacentes à área já urbanizada, ocupando áreas de topografia mais baixa (planícies de inundação), como é o caso da consolidação da ocupação da região do Porto-Várzea (ao sul). A presença do Porto e as atividades comerciais de exportação (charque e produtos derivados dele) e importação realizadas nas instalações portuárias contribuíram fortemente na atração do crescimento da cidade nessa direção e no rápido desenvolvimento econômico da cidade, atraindo imigrantes e trabalhadores de diversas regiões do país e do mundo que fizeram de Pelotas um importante polo econômico do séc. XIX no país.

Na virada do séc. XIX-XX, a crise das atividades charqueadoras põe fim ao modelo de produção, dando origem ao primeiro período industrial da cidade, que manteve as instalações fabris na região portuária dotada de infraestrutura e equipamentos disponíveis às atividades do processo produtivo. Sendo assim, o modelo de organização espacial seguiu baseado na questão da funcionalidade à reprodução do capital, e deu as diretrizes futuras da produção do território definida pelos agentes dos setores produtivos com relação à localidade, diferenciando os usos e as funções do território em zonas homogêneas e delineando uma cidade segregada funcional e socialmente.

A forte urbanização do período, que se manteve voltada às áreas central e portuária, também acarretou o alastramento dos cortiços, dos assentamentos informais e da produção de habitações precárias que, não sendo mais admitidos no núcleo urbano central, visto que impactavam a imagem modernizadora e elitista da cidade, foram sendo empurrados para as áreas periféricas do território, ainda não urbanizadas. Nas primeiras décadas do novo século já se verificavam a carência de moradias, de equipamentos e de infraestrutura urbana básica às camadas mais populares da sociedade, formada, no período, especialmente pela população negra livre e pelos trabalhadores operários das fábricas. O mercado imobiliário também teve início nessa época, através da construção de casas de aluguel, pelos donos das fábricas, destinadas aos operários.

A proliferação de doenças e epidemias também acarretou a implementação de medidas sanitárias, mas pontuais, por meio de políticas de higienização e de racionalização do espaço urbano, a implantação do sistema de coleta de esgotos em 1911 e do plano de saneamento de Saturnino de Brito, em 1927. No entanto, as medidas não acompanharam um projeto amplo de

planejamento urbano e de uma política pública de enfrentamento à problemática da escassez habitacional e da qualidade das moradias já existentes, ficando sob a responsabilidade de agentes privados a construção de vilas operárias, casas para aluguel e loteamentos periféricos ao núcleo urbano central. Esse modelo de produção urbana desencadeou um processo de ocupação desigual do território e de dispersão espacial da malha, de maneira difusa e com a formação de multicentralidades, nas direções norte, nordeste, oeste e noroeste, sobre terras distantes do centro e menos valorizadas, criando grandes vazios urbanos no intermeio interessantes aos promotores da especulação imobiliária.

E, assim, enquanto o centro urbano se manteve concentrando as obras de modernização e de infraestrutura urbana ocupado pelos segmentos de alta renda, na linha da produção de uma cidade espetáculo, dos belos casarões de arquitetura eclética e paisagismo requintado que, atualmente, compõem o cartão postal turístico da antiga Pelotas dos barões e das baronesas, a expansão das áreas periféricas consagrou o padrão de uma urbanização precária (CARRASCO, 2017) marcado pela autoconstrução e pela insuficiência do aparato urbano necessário à qualidade do crescimento e do desenvolvimento urbano e social. Trata-se da configuração de um território urbano segregado socialmente (separação entre ricos X pobres, brancos X negros) e espacialmente (valorização e uso do solo desigual) seguindo o modelo padrão da cidade mercadoria - que tem na terra urbana um potente e lucrativo ativo financeiro - e que tanto produz os incluídos e os excluídos quanto se beneficia dessa desigualdade sócio territorial para sua manutenção.

Esse tipo de produção de cidade, planejada para alguns – detentores dos modos de produção, do capital financeiro e das forças de poder hegemônicas – e carente de um projeto de sociedade e de urbanidade para a maioria da população é, pode-se afirmar, também um tipo de planejamento urbano. No caso de Pelotas, esse modelo de produção do território urbano, precário, excludente e exploratório, se perpetuou por todo o século XX na forma de uma territorialização desigual entre periferia e centro, orientado pela iniciativa privada e pelos incorporadores imobiliários e, nesse início de séc. XXI, tem se intensificado ainda mais por meio da abertura do mercado local da construção civil à atuação de grandes agências financeiras privadas (nacionais e internacionais) como as principais promotoras e produtoras do território e do modelo arquitetônico da cidade.

Tais agentes, donos do capital, dos meios de produção e do setor imobiliário, têm ditado as diretrizes do planejamento urbano, por meio da alteração de leis, definidas pelo III PD (2008), em favor dos próprios interesses especulativos e financeiros. A ênfase na implantação de

modelos urbanísticos internacionais na forma de novos bairros sustentáveis, porém desconectados dos entornos e dos bairros populares com os quais fazem fronteira, sem qualquer implementação de benfeitorias e/ou contrapartidas sociais e urbanas capazes de promover a conexão, se tornam ilhas urbanas gentrificadoras que apenas aumentam as desigualdades e a marginalização de territórios e populações. Assim como, pelo predomínio da lógica da construção dos condomínios fechados de alto padrão para as classes nobres em áreas dotadas de recursos urbanos e sobre áreas de proteção ambiental legitimadas pelo poder público, em contraponto com a produção de HIS em zonas periféricas desprovidas de infraestrutura urbana básica adequada e de acesso aos serviços e equipamentos públicos, e com a falta de regularização urbana capaz de atender a demanda dos assentamentos irregulares crescente. A ocupação sobre áreas de proteção ambiental natural, como os banhados e as margens do leito dos Arroios, em junção com a pavimentação das novas vias também tem ocasionado um processo de impermeabilização desenfreada do solo diminuindo sua capacidade de permeabilidade e de absorção pluvial. Áreas não inundáveis, antes, se tornam suscetíveis a alagamentos demandando investimento do município em obras e reparos.

O afastamento e a dispersão da malha também acarretam dificuldades com relação à mobilidade urbana, além de gerar o abandono de milhares de edificações em outras áreas da cidade. Nesse sentido, a manutenção do patrimônio arquitetônico histórico do centro da cidade e o patrimônio industrial da zona portuária têm sido negligenciados por seus proprietários (por vezes herdeiros) aumentando o grau de deterioração de suas estruturas, ornamentos e fachadas, ocasionando cada vez mais investimento para a requalificação de suas instalações. O abandono dos imóveis impacta também a segurança pública nessas regiões. No entanto, a carência de incentivos públicos, a burocracia legal e o alto investimento necessário à restauração do patrimônio tombado e inventariado, a fim de manter suas características originais, são fatores dificultadores tanto para os proprietários quanto para a iniciativa privada que segue investindo em novas construções em detrimento dos milhares de imóveis ociosos sem cumprimento de sua função social da propriedade.

E, assim, mesmo frente a uma realidade de abandono e desamparo social, marcada pelo crescente déficit habitacional, pela exploração e pela violência de inúmeras ordens sobre uma população desassistida de direitos humanos e urbanos, a cidade de Pelotas segue sendo produzida sob a lógica exercida pelas forças hegemônicas e as tecnologias de poder e controle dominantes num mundo globalizado e em crise generalizada (ambiental, social, política, existencial, econômica, urbana e humanitária). Uma cidade que, por meio de discursos e narrativas oficiais questionáveis e ações generalistas dos agentes dominantes, tem

territorializado as desigualdades no espaço urbano seguindo a lógica da propriedade privada, do acúmulo e da reprodução do capital financeiro no solo urbano, e desterritorializado vidas sem lugar e/ou direito igualitário de acesso e uso do território urbano.

Trata-se, pois de todo um campo de forças e de relações de poder tensoras calcadas *por* e reprodutoras *dos* modos de subjetivação capitalísticos e neoliberais sujeitadores, aprisionadores e despotencializadores das forças vitais de corpos e territórios. O agenciamento territorial que esse modelo de produção de cidade, sociedade, corpos e subjetividades promove, por meio da sociedade do controle e do cansaço, da cidade mercantilizada e financeirizada, da exacerbação do consumo, do individualismo e do empreendedorismo, é guiado pela ação das linhas de segmentaridade dura, molares, as linhas de captura da macropolítica e das micropolíticas reativas dos agentes de poder/saber dominantes, do capital, do Estado e dos meios de comunicação em massa, que intentam criar e manter a estabilidade de vidas e de territórios fixos e controlados.

Criando contornos e limites bem definidos, como uma raiz pivotante e central, reproduzem os espaços de controle e de vigilância sobre corpos e territórios homogeneizados, cada vez mais segregados e distantes da construção de um projeto de sociedade e de urbanidade comum e justa, capaz de possibilitar o futuro da vida no planeta. No entanto, o mau encontro de uma multiplicidade infundável de corpos com a insegurança, a violência, a injustiça, a exclusão social, a guerra, a fome, a marginalização, o desemprego, os racismos e a intolerância às diferenças - produzidos e legitimados pelas forças hegemônicas em atuação nesse sistema mundo, e que também se realizam no contexto da cidade de Pelotas -, conduzem aos *afectos* tristes. Assim, o medo, a angústia e a sensação de desamparo são algumas das *afecções* produzidas nesses encontros, cuja variação da potência de agir, existir e criar dos corpos é diminuída. E, visto que um corpo se constitui por seu poder de *afectar* e de ser *afectado*, sob os efeitos dos maus encontros e dos *afectos* tristes produzidos, suas forças de ação são enfraquecidas, conduzindo-o a um processo de desterritorialização existencial despotencializadora da força da vida desejante que há e urge em si.

No entanto, nesse contexto, também emergem ações e táticas desobedientes e disruptivas às forças capitalísticas e assujeitadoras hegemônicas. É o caso da forma como alguns grupos e coletividades por meio da ocupação do território urbano tem operado a emissão de linhas de fuga desde dentro do regime dominante, encontrando brechas para instaurar fissuras capazes de romper com as amarras e as formas de domínio das estruturas de poder. Através da união de corpos e subjetividades desejantes e transformadoras conectam lutas sociais e urbanas

acionando a esfera molecular das micropolíticas ativas e cotidianas vislumbrando uma mudança social.

A cartografia realizada na construção desta tese, acompanhou diversos movimentos e agrupamentos sociais que têm promovido pequenas transformações nos territórios urbanos onde [re]existem, modificando vidas e construindo realidades por meio de uma luta urbana espacializada na forma de ocupações de imóveis e arquiteturas ociosas e abandonadas nas cidades, pelo direito à moradia e à cidade, e pela afirmação de outros modos possíveis de habitar e de se relacionar com o território das cidades e com a sociedade.

Como uma revolução molecular (GUATARRI, 1985) e rizomática, tais ações vão insurgindo pelos meios e se proliferando pelas frestas dos territórios fixos e delimitados, criando deformações na morfologia imposta por seus limites e abrindo os territórios (físicos e existenciais) a outras entradas, saídas e conexões. Tal qual em um processo de territorialização, sempre em movimento e em construção, tomam um território para nele, e por meio dele, promover sua reativação e a expansão de suas potencialidades. Um processo dinâmico e colaborativo que aciona agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos engendrando forças coletivas para criar espaços de liberdade e de empoderamento social em oposição aos sistemas opressivos e limitadores.

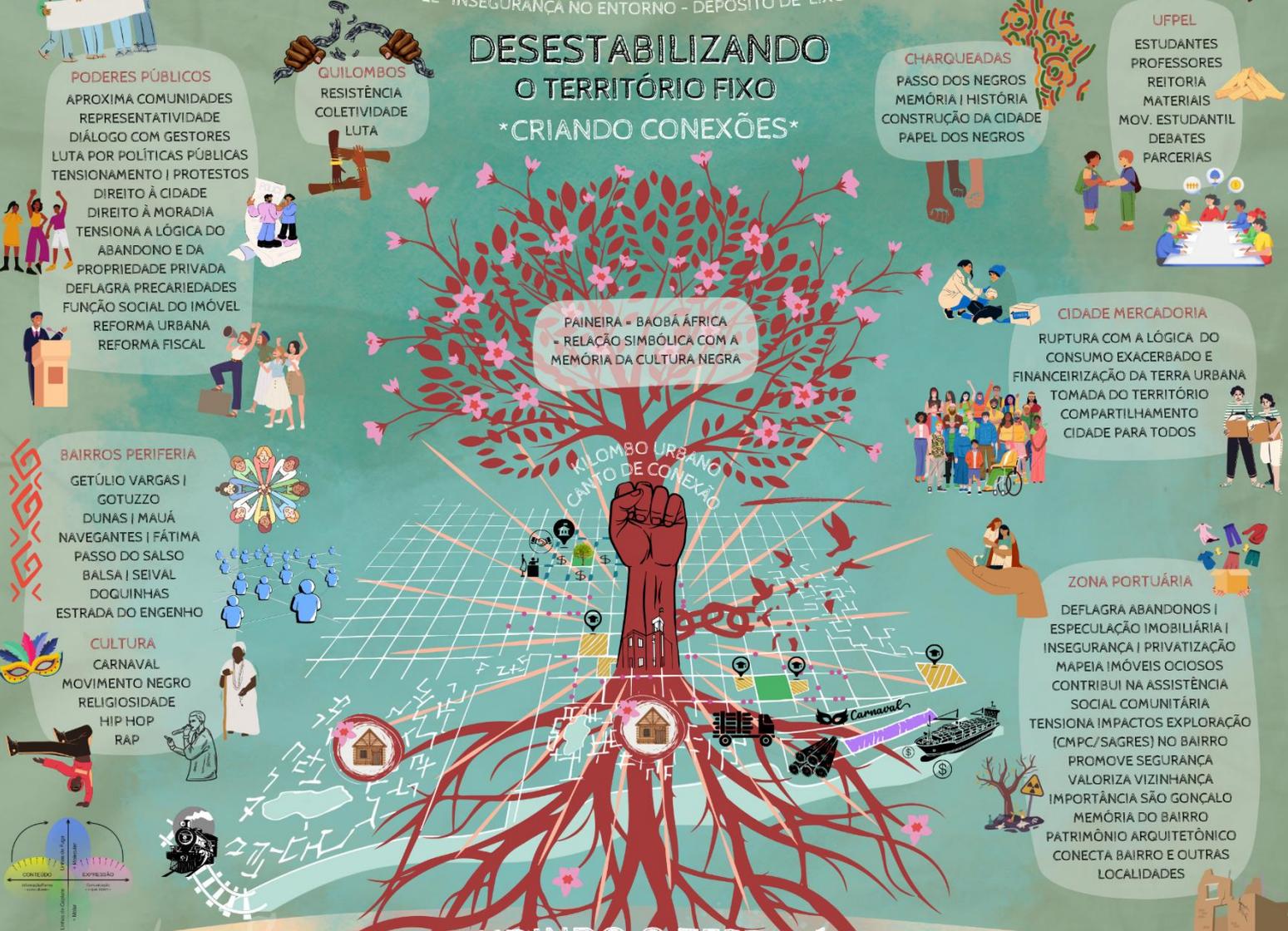
É dessa maneira que a presença da ocupação Kilombo Urbano – Canto de Conexão tem agido sobre o território da cidade e da sociedade de Pelotas. A experiência dos projetos desenvolvidos pela Canto e a cartografia realizada, acompanhando o processo dos agentes da ocupa, as comunidades e pessoas atendidas, e as transformações promovidas pelas ações, são apresentadas no Diagrama 2: Forças Disruptivas, a seguir (Figura 61).



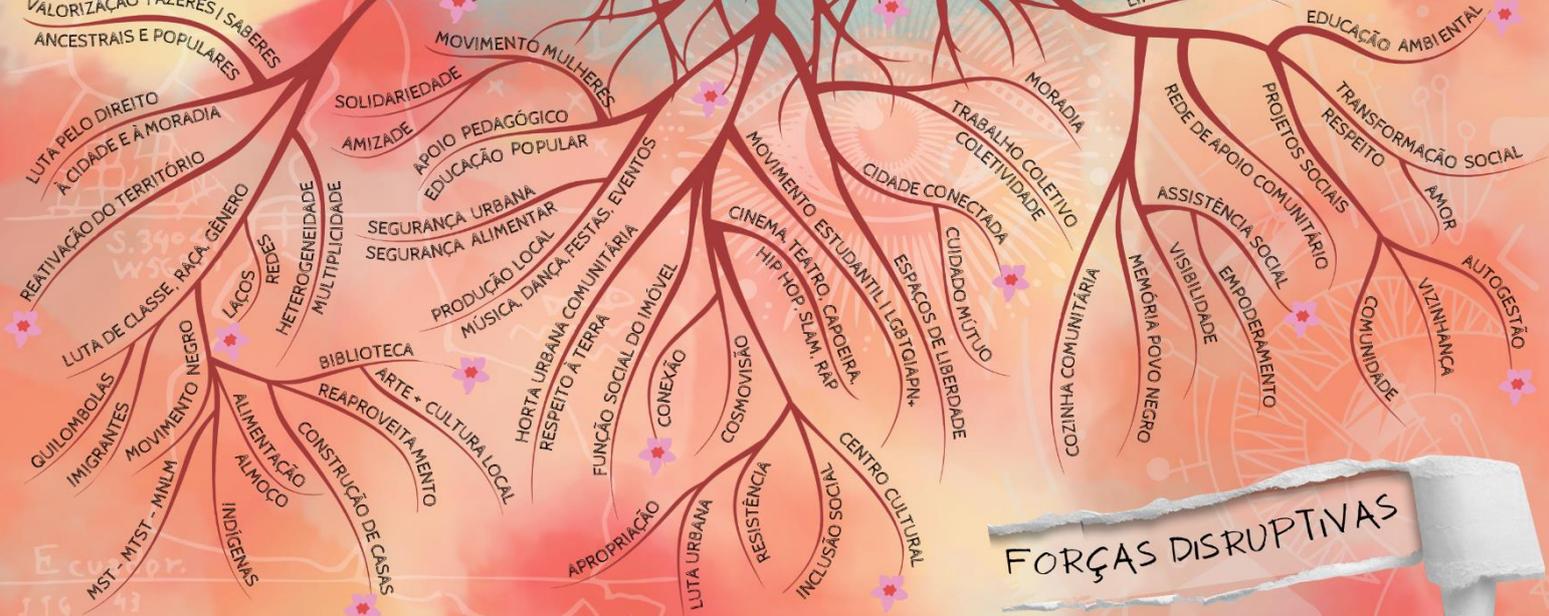
ABANDONO DA PROPRIEDADE - OCIOSIDADE DO IMÓVEL - INSEGURANÇA NO ENTORNO - DEPÓSITO DE LIXO - DÉFICIT HABITACIONAL - DESCASO DO PODER PÚBLICO

O TERRITÓRIO DADO

DESESTABILIZANDO O TERRITÓRIO FIXO *CRIANDO CONEXÕES*



EXPANDINDO O TERRITÓRIO



FORÇAS DISRUPTIVAS

O diagrama 2 trata das forças internas da ocupação na relação com as forças externas e hegemônicas, apresentadas no diagrama 1, e que, como visto, são engendradas de forma global, no campo da macropolítica, mas que se materializam nos contextos nacionais e locais visto sua capacidade de adaptação operada por todo um complexo sistema de captura das forças vitais da vida agenciando signos, enunciados e dispositivos de poder exploratórios e maquínicos que tanto agem sobre, quanto reproduzem as formas-territórios, formas-corpos e subjetividades também hegemônicas e aprisionantes ao modelo do regime assujeitador que os produzem.

Os corpos, as subjetividades e os territórios urbanos produzidos por esses sistemas têm demonstrado o esgotamento ao que são expostos, no contexto latino-americano, desde o período colonial, no entanto, certos agrupamentos têm conseguido transformar alguns pequenos contextos por meio da emissão de forças de [re]existência criadoras de outras realidades possibilitando que emergam formas de vida, de experiência urbana e de produção de cidades mais inclusivas, empoderadoras e libertárias.

No caso da Canto de Conexão, o movimento se deu através da reunião de uma coletividade de corpos que, desassistidos de seus direitos sociais e urbanos, decidiram tomar e autogerir um espaço da cidade, também esquecido e abandonado, partindo para a ação corporal no campo de uma micropolítica urbana ativa movida por políticas do desejo que apostam na invenção de formas de viver, de se relacionar e de usar a cidade contestadoras e desobedientes às estruturas do território dado. As forças operadas nesse processo se fazem por linhas de segmentaridade moleculares e de fuga, que emergem e se espalham pelas frestas do sistema, de forma rizomática, até encontrarem terreno capaz de sustentar a territorialidade que necessitam para alimentar as raízes, pulverizar suas sementes e, quem sabe, florescer e dar frutos.

Por meio dos agenciamentos e das redes de apoio e de luta que constroem, a Canto de Conexão, desde sua formação, tem engendrado forças que lhe conferem as condições de resistir e de continuar existindo, mesmo em conflito constante com as forças dos dispositivos de poder/saber que insistem em despotencializar a sua existência e a de seus corpos agentes. Trata-se da operação de forças na contramão do sistema, que emergem e se potencializam a partir da relação do fluxo das forças geradas pelos projetos criados, pelas ações realizadas e pelas conexões tecidas, em rede, pela ocupação. São essas as forças que estabilizam a permanência da ocupa no território de Pelotas, que têm possibilitado a criação de outros territórios e o acionamento de processos de territorialização em outros espaços da cidade.

Baseados num modo de funcionamento regido pela lógica da autogestão e da cooperação coletiva, os projetos da casa e do Centro Cultural desenvolvidos pelos agentes da

Ocupa, desde o início, tem produzido efeitos potencializadores sobre os corpos e os territórios envolvidos em suas ações. Tal qual um bom encontro, gerador de *afectos* alegres e revolucionários, que elevam as potências de agir/existir dos corpos, o encontro entre os territórios Kilombo Urbano e cidade de Pelotas tem promovido afecções transformadoras sobre os modos de viver e de usar a cidade, sobre a forma de se relacionar e de conviver com as diferenças e com a multiplicidade de corpos, subjetividades, conflitos e dinâmicas sociais interagindo e coproduzindo o território urbano.

Se, de princípio, o objetivo da ocupação era resolver, inventivamente, uma problemática pontual, referente à falta de moradia estudantil e à má qualidade das unidades habitacionais oferecidas pela UFPel aos universitários, tão logo iniciaram o processo de tomada do imóvel passaram a instaurar um processo de territorialização muito mais amplo. Organizam um movimento social, articulam um coletivo, mapeiam os imóveis abandonados na zona do Porto, escolhem uma propriedade 'teoricamente' da União, determinam um dia e uma hora para ocupar, em grupo pulam o muro, adentram a casa lacrada, chutam a porta para fora, iniciam a reativação de um território ocioso e inseguro no centro urbano consolidado da cidade de Pelotas e, por meio dele, desenvolveram um projeto alternativo de moradia, de sociedade e de urbanidade que se expande da materialidade da casa potencializando o empoderamento e a existência de centenas de outras vidas e de outros espaços de liberdade na cidade.

Ao dizer que instauram um processo de territorialização, diz-se sobre o movimento transformador que passaram a desempenhar sobre um território dado desde o momento em que decidem ocupá-lo. Um território urbano marcado pela desigualdade social e urbana, pelo abandono (do corpo social, do meio ambiente urbano e do patrimônio edificado), pelo não cumprimento da função social do imóvel, pela insegurança do entorno, pelo lixo depositado no terreno, pelo imenso número de imóveis desocupados na cidade e, nesse caso em especial, na zona que conforma o bairro Porto, em contraste com o déficit habitacional crescente e com a situação de vulnerabilidade social como vivem milhares de pessoas nas comunidades próximas à Ocupação, e pelo descaso dos poderes públicos frente à situação - que se expressa na ineficiência da gestão governante com relação à promoção de políticas públicas ambientais, habitacionais, urbanas e sociais a fim de mitigar os impactos causados pelo processo exploratório, racializante e segregatório operado desde o início da formação da cidade.

A ocupação da casa desencadeou, de início, um processo de desterritorialização que necessitou toda uma reacomodação na vida e no cotidiano dos agentes do coletivo, tanto no

sentido das mudanças com relação às suas rotinas e afazeres concretos, na casa, nos estudos e/ou trabalhos, quanto na relação com os demais agentes, ocupantes e parceiros envolvidos.

O encontro com um novo território tende a produzir novos desafios, incertezas, desconfortos, visto que envolve um deslocamento das zonas de conforto bem definidas e controladas, que se tornam ainda mais desafiadores no encontro com a multiplicidade e as diferenças dos outros tantos corpos-territórios envolvidos no processo, cada qual constituído de seus universos existenciais, singularidades, modos de pensar, de fazer e de se relacionar. Trata-se mesmo da composição de um campo de inúmeras possibilidades, u agenciamento territorial que envolve elementos de distintas fontes e naturezas, e que, por vontade, necessita a criação de estratégias e táticas para driblar e/ou enfrentar os dissensos e os conflitos, criando maneiras possíveis de conviver num espaço onde a construção de um comum passa a se tornar o objetivo maior. Um campo de agenciamento onde os individualismos e os interesses de cada um precisam dar lugar à coletividade e à horizontalidade das decisões, o que implica corpos dispostos ao desafio de se colocar no lugar do outro, de respeitar opiniões diferentes sem mascarar as divergências, mas investindo na construção de alternativas possíveis ao seguimento do processo.

Um dos principais desafios enfrentados pelos agentes, no início, foi a convivência com os antigos ocupantes, moradores de rua que utilizavam a casa para guardar objetos e dormir, mas que, por não corresponderem à lógica da coletividade, do diálogo e do cuidado mútuo que o projeto envolvia, materializada nos furtos dentro do espaço e na não colaboração nas atividades, acarretou a saída deles. No entanto, os novos ocupantes continuaram a dar assistência a eles, na forma de alimentação por exemplo, sempre que buscaram a ocupa.

A relação com os vizinhos e os moradores do entorno também foi um processo que demandou diálogos e atenção. De primeiro, poderiam terem sido taxados de baderneiros e infratores, no entanto, a forma como os agentes lidaram com a curiosidade e com as tensões causadas por suas presenças, de maneira respeitosa e hospitaleira chamando os interessados para conhecerem o projeto que estavam desenvolvendo para o local e para se envolverem com as atividades foram suficientes para o reconhecimento de suas ações e para a criação de laços de amizade e de cooperação também com os vizinhos. Tão logo já estavam emprestando ferramentas e oferecendo ajuda. Cansados da onda de violências e assaltos que o imóvel fechado e abandonado por anos acarretava, perceberam também que o movimento na casa estava contribuindo, inclusive, para a segurança da região.

Ao mesmo tempo em que o coletivo foi aprendendo a dar formas às novas relações e lugar às novas afecções produzidas pelos *afectos* dos encontros, criando terreno para

reterritorializar seus territórios existenciais, a limpeza do terreno e da casa, que envolveu um forte trabalho corporal e coletivo durante meses, foi possibilitando a reterritorialização física do/no espaço. Primeiramente, reformaram o andar térreo, e mais tarde, o pavimento superior que necessitou obras maiores como no caso da reconstrução do telhado. Aos poucos as barracas acomodadas nos corredores e nos locais mais secos do imóvel foram sendo substituídas por camas e dormitórios, a cozinha ganhou forma e deixou de ser improvisada, assim como os demais ambientes que começaram a ser definidos a partir dos usos aos quais se destinavam. Os espaços foram sendo mobiliados por meio da doação de móveis, equipamentos domésticos e eletrônicos, livros e demais utensílios, assim como as reformas, possibilitadas pela doação de materiais de construção, ferramentas e esquadrias. No entanto, nesse último caso, uma parceria formada com a UFPel deu início a um outro processo, a de expansão das ações e dos projetos desde o interior da casa.

Interessados no material de construção de um espaço, também abandonado e que estava se tornando um local inseguro e depósito de lixo, de propriedade da Universidade no entorno da Ocupa, os agentes propuseram uma parceria. E, em troca do trabalho de limpeza do espaço, receberam o material descartado, como madeiras e telhas. A ação resultou na qualificação do terreno, que passou a ser utilizado pelos universitários para descanso, encontros, exposições e intervenções artísticas, enquanto aguardava a reforma pela Instituição Federal, e na formação de um Banco de Materiais na ocupação que, além de promover o aproveitamento do descarte possibilitou a reforma do telhado, o compartilhamento dos materiais para pequenas reformas em residências nas comunidades do entorno e oportunizou o início de um dos projetos sociais da Canto, o da construção de casas para moradores em situação de vulnerabilidade social.

O projeto já construiu e entregou duas casas nas comunidades populares próximas à Ocupa, na Vila Osório e nas Doquinhas, que contaram com assessoria e acompanhamento técnico de arquitetas parceiras também atuantes em projetos de arquitetura social, e com mutirões de voluntários na execução das obras. Ambas as comunidades apresentam uma morfologia espacial irregular assentada em áreas alagadiças de banhado, sem pavimentação e redes de esgoto ou água e cuja população vive em situação de vulnerabilidade social e territorial. Os projetos executados assistiram a famílias desassistidas de projetos sociais públicos. No primeiro caso, um pai solo com sua filha ainda criança que perderam a casa numa enchente e precisou ser totalmente reconstruída; no segundo, uma filha com a mãe sexagenária, desalojadas da antiga moradia em que viviam, conseguiram um terreno e necessitavam a construção de uma casa desde as fundações.

O banco de materiais e os projetos executados trazem à tona a realidade de milhares de famílias que vivem nas periferias da cidade de Pelotas e cujas políticas públicas não dão conta de atender suas necessidades, visto que a cidade não conta com um plano político de habitação popular eficiente, resultando no crescente déficit habitacional, na auto construção de moradias muitas vezes sem banheiros e em locais ambientalmente frágeis e sem infraestrutura urbana básica, na má qualidade das habitações e na falta de acesso ao direito constitucional de todos à moradia digna.

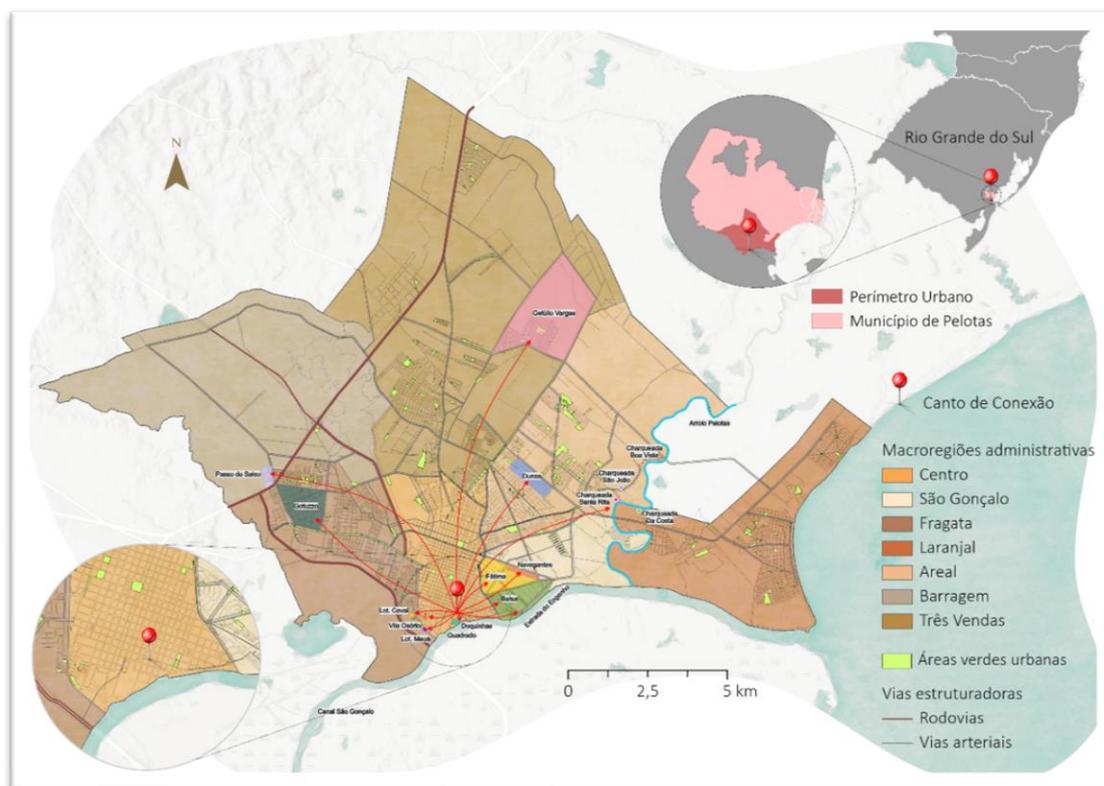
A problemática tem relação próxima com o movimento dos trabalhadores sem-terra e o movimento dos sem-teto que fazem parte das lutas e dos protestos corporificados pelos agentes do coletivo desde antes da formação da ocupação. Tanto quanto, deflagra a lógica empregada na produção neoliberal da cidade consumo e mercadoria, financeirizada e privatizada, dirigida e definida sob a lógica capitalista da propriedade privada e da especulação imobiliária protagonizada pelos grandes agentes financeiros do setor imobiliário e das empresas nacionais e estrangeiras atuantes na produção do território urbano de Pelotas e nas decisões do Plano Diretor, determinando e desmantelando as leis, modificando artigos referentes à flexibilização das questões de proteção ambiental e do porte das áreas destinadas às novas construções de condomínio e loteamentos fechados.

Estratégias ligadas ao lucro, à exploração de uso intensivo do solo e à financeirização da terra urbana que têm impactado negativamente a drenagem natural do solo e os ciclos hídricos do perímetro urbano da cidade. Tais aspectos, somados ainda com a falta de conscientização e de educação ambiental da população refletida na quantidade de lixo depositada em terrenos vazios, áreas verdes e espaços públicos, com a topografia plana e baixa cercada por aquíferos, com as áreas de ocupação irregular sem sistema de esgoto ou drenagem pluvial, e com a ausência de uma política ambiental eficaz, tem feito de Pelotas mais um dos cenários urbanos caóticos do país, em meio à crise climática mundial, marcado por enchentes que afetam especialmente as populações periféricas, como é o caso da comunidade das Doquinhas na beira do canal São Gonçalo e da colônia de pecadores na Z3 às margens da Lagoa dos Patos.

Nesse sentido, as ações da Canto têm investido em projetos de assistência social diretamente nas comunidades das Doquinhas, na Estrada do Engenho, na Balsa e na Vila Osório por meio da doação de alimentos, cestas básicas, apoio em reformas, além de apoio jurídico, psicológico e no encaminhamento a centros públicos especializados para cada uma das demandas sociais que as populações dessas comunidades necessitam e procuram a Canto para obter ajuda. No entanto, os projetos também se relacionam os bairros Gotuzzo, Getúlio Vargas,

Passo do Salso, e outras regiões e comunidades no entorno do Canal São Gonçalo como Fátima, Navegantes, loteamentos Ceval e Mauá (Figura 62), expandindo o território e as ações da ocupação para bairros e populações também distantes do centro urbano e do Bairro do Porto, tanto quanto conecta espaços de memória, tradições e culturas da sociedade e da história de formação da cidade por meio das atividades artísticas e culturais e dos movimentos sociais com os quais dialoga formando redes de luta e cooperação.

Figura 62 - Conexões e expansão do território Kilombo Urbano Canto de Conexão.



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Através do Banco de Alimentos possibilitado por campanhas de doação, a ocupa também tem mobilizado ações que vão além do oferecimento de marmitas aos domingos às populações carentes nos almoços solidários que atende cerca de 200 pessoas e do Almoço das Mais velhas uma vez por mês no espaço que reúne idosos num encontro de gerações com música e dança. Por meio dos projetos do Banco de Alimentos e da Horta Urbana Comunitária implantada na área externa da esquina da ocupação realizam encontros e eventos que envolvem a comunidade e profissionais das áreas da saúde, da nutrição e da agricultura ecológica e familiar para discutirem a segurança nutricional alimentar, os modos de produção agrícola na região e o desperdício. O projeto e a manutenção da Horta têm envolvido uma rede de parceiros e estudantes além de

apresentar uma possibilidade de produção de alimentos no meio urbano como um modelo possível de ser replicado.

Os agentes da Canto entendem que a presença da Horta é apenas uma ação pontual, que possibilita a produção de poucos alimentos, ervas e hortaliças, no entanto, acreditam que o projeto é capaz de inspirar outras ações semelhantes em terrenos vazios e jardins privados subutilizados. Há potência, como ocorrem em outras cidades do Brasil, a exemplo de Curitiba, de que o modelo inspire a criação de redes comunitárias de Hortas Urbanas que permitem tanto o complemento da alimentação de seus produtores quanto a troca de produtos entre eles. A presença de hortas urbanas também contribui para a biodiversidade e para a fauna no contexto das cidades, além de fertilizar solos e aumentar as áreas de permeabilidade natural. No caso da Ocupa, a manutenção da horta envolve e aproxima os vizinhos que contribuem com sementes e enxertos além de possibilitar a troca de saberes e o trabalho coletivo. No pátio, na frente da casa, também há uma Mangueira, preservada pelos ocupantes, que dá frutos anualmente. As mangas recolhidas são consumidas por eles e doadas à comunidade.

Nos fundos da ocupação, os agentes destinaram um espaço para a criação de aves, como patos e galinhas, que produzem ovos e carne consumidos pelos próprios ocupantes. A Chácara, como denominaram o local, é parcialmente protegida pela copa de uma enorme Paineira que tanto embeleza a paisagem urbana com suas flores em tons de rosa quanto produz sombra contribuindo com o microclima da casa e do entorno. A Paineira também faz uma conexão simbólica com relação à história da cultura negra em virtude do parentesco com o Baobá, espécie vegetal comum na África, como um regate da memória dos milhares de negros africanos trazidos à Pelotas abandonando suas culturas, familiares, paisagens e tradições.

Com relação à história do povo negro na cidade e na região, a Ocupa tem investido em projetos e ações que além de resgatar memórias, narrativas e personagens importantes também impulsionam a construção de uma história do presente, valorizando os fazeres contemporâneos a fim de que no futuro tais memórias possam ser contadas e reconhecidas por seus descendentes. Nesse sentido, estão as personalidades negras nacionais, internacionais e locais grafitadas nas paredes e nos muros da ocupação, que contribuem potencializando o reconhecimento de seus feitos e a valorização do protagonismo de seus fazeres e saberes na construção da cidade e da sociedade de Pelotas, na cultura, na arte, na música, na dança, na gastronomia e na religiosidade.

Salienta-se, especialmente, o papel das mulheres negras, artistas, ativistas e griôs no trabalho de conservação da memória e no apoio das comunidades negras na cidade e do poder da arte e da cultura na disseminação dos saberes negros, que tem se perpetuado por meio da

oralidade de narrativas passadas de geração em geração e que se manifesta, principalmente, nas músicas, nas danças e na capoeira, assim como no reconhecimento do tambor Sopapo – o atabaque rei como instrumento símbolo de resistência da cultura negra na região, bastante valorizado e divulgado por meio do samba. A Canto mantém um Sopapo sempre em pé na calçada em frente à casa, juntamente com uma mesa cheia de livros, disponíveis a qualquer pessoa para ler, levar ou contribuir com mais livros, e que integra o projeto Biblioteca 0800.

O projeto da Biblioteca 0800 mantém, ainda, um acervo no interior do Centro Cultural, no espaço destinado à leitura, estudos, acesso à computadores e internet. O local também é utilizado para as aulas do apoio pedagógico de estudantes da comunidade oferecido por agentes da ocupa, para as *lives* e os programas Poltrona Hip-Hop e Negras Conexões veiculadas pelo canal do *youtube* da ocupação. Os programas conectam diversas localidades, nacionais e internacionais, por meio de entrevistas e conversas com convidados parceiros que possibilitam a troca de experiências e visibilizam grupos de artistas e produtores culturais locais contribuindo para a disseminação de suas artes, projetos e conhecimentos sobre a música, a arte e a cultura além de protagonizar artistas negras e negros na cena do HIP HOP, do Rap, do reggae, do samba e do carnaval. Assim como, a produção audiovisual, o teatro e a literatura popular independentes são divulgados nesses projetos.

Alguns imigrantes africanos residindo em Pelotas e representantes da comunidade indígena pelotense também são próximos da ocupação, assim como diversos viajantes que passam pela cidade e procuram a casa para hospedagem e para participar dos eventos e ações promovidos pela ocupação. Tais aspectos demonstram que a Canto se tornou um centro de referência cultural e de apoio social importante na cidade através de um processo que toma um território urbano, reativa suas funções e potências compartilhando-as, no sentido da construção de um espaço de liberdade aberto e compartilhado com todos.

O caráter de compartilhamento do território ocupado e da cidade se relaciona com o projeto mais amplo da Canto que, por meio de um esforço de agir coletivo, de multidão, visa favorecer a perspectiva da restauração das potências de uma produção do comum, por um direito comum e mais inclusivo do uso da cidade. Nesse sentido, seus agentes agem de forma a criar condições para a partilha de saberes, o empoderamento e a aproximação das comunidades, entre si e com a gestão pública. Dessa forma também engendram uma conexão entre a história do bairro Porto e seu presente com outras comunidades afastadas da área central.

A insistência no diálogo com os representantes legais, o tensionamento com a lógica do abandono e da propriedade privada, a forma como deflagram as precariedades sociourbanas

locais e a luta por políticas públicas são evidenciadas nos protestos de rua organizados, nas audiências públicas e plenárias que participam. Nesses eventos, lotam as ruas e os espaços de poder junto com a comunidade, conferindo lugar de fala para suas vozes historicamente silenciadas e, em multidão, questionam o poder público forçando respostas e soluções às questões de reforma urbana e fundiária, reforma fiscal, direito à cidade e à moradia digna. Assim como nos eventos que promovem junto à Universidade, com o apoio de professores e alunos, por meio dos quais realizam ciclos de debates e conferências públicas reunindo sociedade civil, representantes de movimentos sociais, gestores e profissionais das mais diversas áreas – jurídica, ambiental, imobiliária, etc. - para discutir a realidade urbana de Pelotas, a insegurança pública, a especulação imobiliária, as privatizações, a exploração dos agentes privados na produção da cidade, o não cumprimento das leis previstas na Constituição Federal e no Plano Diretor e os impactos sociais, urbanos e ambientais. Durante os eventos abre-se espaço para que a população explique suas demandas pessoais ou comunitárias e tire dúvidas com os profissionais e agentes públicos presentes.

São diversos os movimentos sociais relacionados às questões de classe, raça, gênero e outras formas de luta das minorias sociais com os quais os agentes da ocupação se engajam, empreendem apoio e contribuem na construção de espaços possíveis para a expressão de suas falas e para o reconhecimento da coexistência seus corpos e lutas. A ocupa atua como um espaço de convergência e de solidariedade com os movimentos, disponibilizando espaço às suas manifestações culturais, eventos, reuniões e moradia quando necessário, além de fortalecer os grupos pela união de seus corpos.

Dentre eles destacam-se o movimento estudantil envolvendo questões relacionadas à defesa do acesso igualitário e com qualidade à educação, contra as políticas educacionais discriminatórias e excludentes, contra os cortes financeiros e as parcerias público-privadas na Universidade Federal que tendem às privatizações, e reivindicações por melhorias nas condições de ensino, pesquisa, infraestrutura e moradia das universidades federais. No movimento das mulheres, a ocupa, em rede com suas parceiras ativistas, atua apoiando as lutas feministas, contribuindo na promoção da igualdade de gênero, no combate à violência contra as mulheres e na defesa de seus direitos sociais. O Centro já recebeu mulheres em situação de violência doméstica, trabalha no encaminhamento de necessitadas aos órgãos públicos de apoio na cidade a fim de obterem apoio jurídico e psicológico, e no direcionamento de gestantes aos centros de saúde para realizarem o pré-natal.

A ocupa é aliada e defensora dos direitos e da liberdade de pessoas LGBTQIAPN+, se engajam em campanhas e protestos de luta contra todas as formas de preconceito, violência e discriminação relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero. O compromisso dos agentes da Canto com a inclusão e o respeito às diferenças também se manifesta na defesa dos direitos de pessoas com deficiência intelectual e/ou física, na luta pela promoção de plena participação na sociedade, expressa tanto no acolhimento quanto nas campanhas de combate ao estigma e à discriminação dessas pessoas pela sociedade, a exemplo da mobilização empreendida junto ao Movimento Down.

Os movimentos dos sem-terra, dos sem-teto e das favelas estão diretamente relacionadas à luta empreendida cotidianamente pelos agentes da Canto por moradia digna e pelo acesso à terra rural e urbana por comunidades marginalizadas e desfavorecidas economicamente. Assim como o movimento negro por justiça racial, combate ao racismo estrutural e promoção de políticas públicas que visem a igualdade de oportunidades para pessoas negras em todos os aspectos referentes à sociedade. Os ocupantes moradores da Canto são, majoritariamente, pessoas negras, desde o início da ocupação, tanto quando os assistidos pelos projetos do Centro, mas a rede que tecem é multirracial e bastante diversa.

Os indígenas e os quilombolas também recebem apoio na luta pela demarcação de terras, pela ampliação de suas vozes visando o reconhecimento, a garantia de direitos, a valorização e a preservação de suas culturas e tradições. Assim como, na contribuição, ao lado de líderes dos movimentos na criação e na aplicação de leis e políticas públicas para a reparação histórica desses grupos. Nas proximidades da cidade ainda existem comunidades remanescentes desses povos, embora ser sabido que a presença indígena das etnias Mbya Guarani, Minuano-Charrua e Kaingang na região foi bastante afetada durante o processo de colonização do RS. O próprio nome da cidade remete à embarcação em couro – pelota – de origem indígena, assim como a cultura do mate e do churrasco¹⁵⁶. Com relação às comunidades Quilombolas, destaca-se a presença dos quilombos Vó Alzira, Algodão, Monjolo SLS e Canguçu¹⁵⁷ e a participação na economia do município em feiras agroecológicas onde comercializam seus produtos da agricultura e do artesanato.

Por meio da autointitulação “Kilombo Urbano” os agentes da Canto fazem um resgate ao movimento de resistência, coletividade e luta exercido pelos antigos quilombos e que dá sentido à forma de aquilombamento como o espaço e as ações da ocupação tem funcionado,

¹⁵⁶ Fonte disponível em: <<https://pelotaturismo.com.br/historias/321>> Acesso em: jan. 2024.

¹⁵⁷ Fonte disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/naaf/2021/06/09/o-papel-da-comunidade-negra-e-indigena-em-pelotas/>> Acesso em: jan. 2024.

relembrando e chamando atenção à história dos territórios negros formados para escaparem das senzalas, como um reconhecimento da alforria de seus antepassados, mas escrito com K atualizando o movimento para o cunho anarquista da Canto no contexto urbano atual. A nomenclatura também se relaciona com a memória das charqueadas e o período escravocrata da cidade, que deixou marcas no território e nos corpos dos milhares de descendentes que investem, nessa contemporaneidade, na escrita de uma nova história, não mais calcada na narrativa da exploração de corpos negros e subalternizados - por mais que ainda se manifestem nas inúmeras formas de branqueamento, silenciamento e violência sobre suas vidas -, mas nas forças que emanam da resistência, do trabalho, das relações afetivas e de comunidade que desenvolveram ao longo do tempo e dos modos de subjetivação libertários que urgem serem criados a cada novo contexto.

Essa multiplicidade de movimentos sociais, com origem nos mais diversos setores da sociedade e que estão em relação com inúmeros fatores externos – políticos, sociais, ambientais, econômicos - se espacializam no território da cidade de Pelotas na forma de lutas urbanas – como territórios em rebeldia (ZIBECHI, 2022) - engendradas por corpos desobedientes às normas, à precariedade das estruturas urbanas e às forças hegemônicas que tendem a homogeneizar as formas de ser e viver, tão bem evidenciados pela Canto de Conexão. Forças e formas que operam excluindo as populações pobres, mulheres, negros, indígenas e dissidências do acesso igualitário à cidade, à terra, ao trabalho, à educação e à saúde, desencadeando a produção de subjetividades calcadas na resiliência e no enfraquecimento de suas potências criadoras. São como marcas da exploração colonial histórica sofrida por esses corpos e que se mantêm sendo reproduzidas nas inúmeras formas de exclusão e de violência atualizadas no contexto contemporâneo. Violentados, marginalizados e sem lugar no território urbano tais corpos são forçados a um processo em que, para existirem, necessitam uma reinvenção cotidiana e diária por sobrevivência e oportunidades.

Por outro lado, pode-se dizer que o processo também força a produção de outros modos de subjetivação e maneiras criativas e alternativas de co-produzir e usar o território da cidade. Modos que operam pela emissão de linhas de fuga por corpos em coletividades, e, assim, ganham força para desviar dos tentáculos de captura, rompendo com o domínio e o aprisionamento dos dispositivos e das narrativas das forças hegemônicas. Na micropolítica ativa e revolucionária engendada pelas forças disruptivas, os corpos são acionados a agir, falar, criar; são instigados a seguirem suas políticas do desejo criador de realidades possíveis em meio à crise existencial, ambiental, política, econômica e social instaurada pelo regime neoliberal e financeirizado despotencializador das forças ativas produtoras de *afectos* alegres e transformadores.

É dessa forma que a micropolítica exercida pelo coletivo de agentes da ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão tem agido no contexto social e urbano macropolítico da cidade de Pelotas. Frente à insuficiência, partiram para a ação e instauraram uma revolução molecular por meio da apropriação do território abandonado, da reativação do território ocioso e da função social do imóvel, criando um espaço de moradia coletiva e um centro cultural comunitário autogeridos, possibilitando a retomada de suas vidas e a realização de seus projetos sociais que desencadeiam um processo de transformação sociourbano. Fazem do território dado um território em rebeldia em função dos “movimentos territoriais” (ZIBECHI, 2022, p. 19) engendrados. A revolução molecular, nesse contexto, ocorre não apenas no sentido das mudanças tangíveis na estrutura física do imóvel e do território urbano ocupado, mas também por meio da reconfiguração das relações sociais, afetivas e políticas que instauram. Uma revolução micro, que acontece pelos interstícios, naqueles detalhes aparentemente insignificantes do cotidiano urbano, mas que, em sua acumulação e insistência, têm o poder de catalisar mudanças profundas e duradouras na cidade.

A micropolítica que operam se dá no engajamento de suas práticas que buscam desestabilizar as normas, as hierarquias e a exclusão sociourbana existente por meio de ações criativas, críticas e disruptivas multiplicando as possibilidades de interação, expressão, convivência e organização comunitária. Uma micropolítica ativa, ética e urbana que privilegia a experimentação, a diversidade e a autonomia social, criando espaços de encontro e colaboração onde as diferenças são valorizadas e a fronteira entre o privado e o público, o individual e o coletivo, são borradas. A Canto espacializa essa micropolítica, territorializando a luta pelo direito igualitário à cidade, à moradia e aos diferentes modos de viver, usar e habitar o espaço urbano da cidade de Pelotas e, assim, revela outras formas de existir e de contribuir com o planejamento e a produção urbana em contraposição ao modelo exploratório e segregador em atuação.

Ao fortalecer as demandas comunitárias e construir um espaço de reconhecimento e empoderamento de grupos e comunidades marginais, os projetos e as ações da Canto - que abrangem as áreas da educação, da habitação, do meio ambiente, da arte, da cultura, da história da cidade, dos diferentes povos e da sociedade - também desencadeiam um processo de territorialização em expansão conectando bairros e comunidades, conectando seus saberes, fazeres, memórias e lutas, aproximando as periferias do centro urbano e de seus agentes de poder, e indicando um caminho para a construção de uma sociedade e de uma cidade mais justa, inclusiva e igualitária.

A tabela a seguir (Figura 63) apresenta uma síntese comparada das relações de forças e fluxos - hegemônicas e disruptivas - atuando no contexto da Canto de Conexão na cidade de Pelotas/RS e que implicam diretamente na constituição de corpos, subjetividades, processos de territorialização, sociedade e cidade – enquanto categorias relacionais elencadas, e apresentadas como intenção na introdução da tese.

Figura 63 - Tabela Síntese Corpo-Território: Relações de forças e seus efeitos.

(continua)

Forças externas Hegemônicas - de fora para dentro -	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Forças internas Contra hegemônicas Disruptivas - de dentro para fora -
<p>Maus encontros - <i>Afectos</i> tristes (medo, angústia, desamparo)</p> <p>Tecnologias e dispositivos de saber/poder – Biopolítica Psicopolítica Necropolítica <i>Mass</i> mídia</p> <p>= Depressão, ansiedade, estresse, crise existencial, misoginia, transfobia, guerras, discriminação, exclusão, figuras da subjetividade (endividado, securitizado, mediatizado e representado), idealização da vida e medicalização exacerbada, ditadura do capital, crise da liberdade, captura das potências corporais desejantes.</p>	CORPO	<p>Bons encontros - <i>Afectos</i> alegres (coragem, empoderamento, cuidado, liberdade, alegria)</p> <p>Estratégias de fuga, resistência e liberdade. Fazer viver.</p> <p>Auto-organização popular comunitária e coletiva; Apoio mútuo; Resistência; Luta urbana; Corpos em união; Protestos; Conexão e fortalecimento de movimentos sociais; Criação de espaços e projetos sociais inclusivos; Organização da sociedade civil; Apoio psicológico e encaminhamento a serviços de saúde mental; Práticas de autocuidado; Criação de contra discursos; Convívio e respeito entre diferenças e dissidências; Desobediência civil; Insurgência criativa; Promoção de encontros e debates fomentando o pensamento crítico e questionador sobre as relações de poder e as estruturas dominantes; Democratização dos meios de comunicação e da informação; Luta por representatividade nos postos de poder; Igualdade de gênero, raça e classe; Diversidade; Inclusão; Valorização de saberes/fazeres ancestrais, populares e das minorias sociais; Cooperação; Autogestão.</p>
<p>Segregação Periferização Exclusão Social Desigualdade sociourbana = incluídos e excluídos Assentamentos precários Ilegalidade</p> <p>Lógica da propriedade privada Especulação imobiliária Urbanização precária Exploração dos recursos naturais Urbanização de áreas ambientalmente frágeis Poluição Urbana Ausência de políticas de educação e conscientização ambiental Gentrificação</p> <p>Lógica do abandono – sobre corpos e território urbano.</p> <p>Imóveis sem função social Ineficiência de políticas públicas de assistência social Mascaramento de conflitos</p>	PROCESSOS DE TERRITORIZAÇÃO	<p>Conexão entre bairros urbanizados e comunidades periféricas; Inclusão social; Luta pela criação de políticas públicas voltadas à igualdade de acesso aos equipamentos urbanos e serviços públicos; Reativação de espaços e arquiteturas abandonadas na cidade; Participação comunitária e popular nos espaços de decisões políticas; Enfrentamento com a máquina jurídica.</p> <p>Uso compartilhado dos espaços da cidade; Luta por reconhecimento e permanência das ocupações urbanas em territórios urbanos abandonados pelos proprietários; Luta pela promoção de contrapartidas sociais e urbanas por construtoras e agentes imobiliários; estudos e levantamentos das ociosidade de imóveis e terrenos urbanos; Reaproveitamento de arquiteturas; Luta pela criação e/ou aplicação de leis, regulamentos e políticas limitadoras da especulação imobiliária - impostos sobre propriedades ociosas e ganhos especulativos; Luta pela implementação de diretrizes urbanas e ambientais previstas no III PD evitando a expansão e a urbanização descontroladas da cidade e a exploração dos recursos naturais; Fomento ao desenvolvimento urbano sustentável e acessível a todos.</p> <p>Apropriação e reativação do território; Ativação da função social do imóvel; Aliança entre diferentes grupos sociais; Organização de coletividades sociais; Ações populares de assistência social e comunitária; Eventos culturais; Promoção de espaços de encontro e diálogo; Conscientização e reativação das potências corporais criadoras e desejantes; Participação popular em audiências, plenárias e espaços de poder públicos; Deflagração dos conflitos.</p>

(continuação)

Forças externas Hegemônicas - de fora para dentro -	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Forças internas Contra hegemônicas Disruptivas - de dentro para fora -
<p>Reprodução de Modos de subjetivação capitalísticos</p> <p>Individualismo Competição Consumismo exacerbado Materialismo Produtivismo Meritocracia Patriarcado Exploração Despolitização Hierarquias nas relações de poder Concentração do poder Homogeneidade Alienação Assujeitamento Normas e padrões pré-estabelecidos Fixação do território Reprodução de linhas molares Moral Razão</p> <p>Controle difuso Assujeitamentos Homogeneização dos modos de ser, agir, existir e pensar Aprisionamentos</p>	<p>PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE</p>	<p>Criação de Modos singulares de subjetivação</p> <p>Multiplicidade; Coletividade; Solidariedade; Criatividade; Horizontalidade; Cooperação; Experimentação; Singularidade; Autoconfiança; Autoestima; Processo de individuação (reconhecimento das potências desejantes); Autonomia; Autenticidade; Heterogeneidade; Encontros intensivos; Resistência, luta e transformação; Reciprocidade e cuidado, Movimentação do território (físico e existencial); Criação de territórios e linhas de fuga; Ética do devir, dos <i>afectos</i> e das emoções.</p> <p>Empoderamento comunitário; Autonomia; Criação de espaços de liberdade; Valorização à heterogeneidade e respeito à singularidade dos diferentes modos de ser, agir, existir e pensar.</p>
<p>Neoliberalismo financeirizado, globalizado, colonial-racializante-capitalista-antropo-falo-cêntrico</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Economia criativa; Doações; Reaproveitamento; Reciclagem; Lógica decolonial.</p>
<p>Cidade mercadoria, financeirizada, do espetáculo e do consumo</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Cidade da diferença, conectada, ocupada e compartilhada.</p>
<p>Empobrecimento da experiência urbana Privatização do espaço público Exploração do ambiente natural Território fixo Criação de limites e cercamentos Condomínios fechados Violência e insegurança urbana</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Criação de espaços de liberdade; Afirmação dos modos contra hegemônicos de usar e habitar a cidade; Abertura; Conexão; Movimento e compartilhamento do território urbano; Incentivo à vida comunitária compartilhada; Fachadas ativas; Olhos nas ruas; Segurança.</p>
<p>Déficit habitacional Imobilidade política Ausência de reforma urbana</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Construção de casas; Qualificação de moradias; Luta por políticas públicas e ação de projetos sociais voltados à habitação de interesse social; Criação de espaços coletivos de moradia; Ocupação de imóveis abandonados; Regularização fundiária.</p>
<p>Fome Desemprego Sem Tetos Vulnerabilidade Social Analfabetismo Injustiça Social Indiferença</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Almoço solidário; Doação de alimentos, utensílios, materiais de construção; Hortas urbanas; Incentivo à economia criativa; Debate e conscientização sobre segurança alimentar; Incentivo à produção local e ao consumo de produtos locais de pequenos produtores; Apoio pedagógico; Apoio à educação e à formação profissional de jovens e adultos; Oficinas profissionalizantes; Espaço multiuso para uso comunitário (trabalho, estudo); Acesso público à internet e computadores; Biblioteca comunitária; Centro Cultural.</p>
<p>Sociedade do cansaço, do controle e do empreendedorismo de si</p>	<p>CIDADE E SOCIEDADE</p>	<p>Projeto societário calcado na liberdade, no compartilhamento, na solidariedade, no diálogo e no respeito às singularidades e diversidades; Criação de redes de apoio e cuidado mútuo; Fortalecimento de laços comunitários e de apoio social; Valorização do bem-estar individual e coletivo; Preocupação com a qualidade de vida (física e emocional); Eventos e atividades que promovem a criatividade, a experimentação, a livre expressão e a colaboração; Valorização dos diferentes modos de vida, de realização pessoal e de culturas; Abordagem coletiva e solidária, baseada na partilha, no trabalho coletivo e na horizontalidade; Lógica da multidão baseada no bem comum; Sociedade dos <i>afectos</i>.</p>

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Apesar da generalidade do título “Síntese Corpo-Território: Relações de força e seus efeitos”, as categorias analíticas buscam enfatizar a relação entre corpo e território urbano atravessada e produzida pela coexistência dessas forças.

A síntese trata da relação entre as forças hegemônicas do capitalismo financeirizado e neoliberal atuando num sentido de fora para dentro da Canto - engendradas de forma globalitária e massiva, mas que se peculiarizam adaptando-se a cada contexto social e urbano, como no caso da cidade média, latino sul-americana e não metropolitana de Pelotas – e as forças contra-hegemônicas, que operam num sentido de dentro da Canto para fora, desenvolvidas por movimentos sociais desobedientes às estruturas do sistema modelo e que, por meio da organização de corpos em coletivo e união, deflagram os abandonos e as práticas de exclusão sociourbana, sobre os corpos e os territórios urbanos, através de uma luta urbana espacializada na forma de ocupação urbana, a exemplo do movimento operado pelos agentes da Kilombo Urbano Canto de Conexão no contexto da cidade e da sociedade de Pelotas.

O neoliberalismo, enquanto modo contemporâneo do capitalismo mundial, se caracteriza por uma intensa captura do Estado pelas forças do mercado e das finanças, e cuja hegemonia política e financeira tem na acumulação do capital e na meritocracia fortes instrumentos de dominação que resultam na mercantilização e na financeirização de todos os aspectos da vida social, impactando e influenciando diretamente nas dinâmicas urbanas e no papel do Estado relativo à proteção social da população. Assim, a hegemonia neoliberal capitalística não apenas molda as estruturas econômicas, mas também influencia na captura das forças do desejo criador de corpos e subjetividades tanto quanto das formas de produção da cidade, refletindo numa profunda interconexão entre a lógica do regime neoliberal e a vida urbana contemporânea. De forma que, a urbanização e o planejamento das cidades, sob essa lógica, passam a moldar tanto o aspecto físico das cidades, determinando processos de territorialização excludentes, como também influenciar as relações sociais, as práticas espaciais e a produção de subjetividades no contexto urbano criando um cenário cujas dinâmicas do capitalismo financeirizado permeiam todos os componentes da vida urbana em sociedade.

No entanto, por outro lado, as ocupações urbanas operam forças contra-hegemônicas como que em resposta a esse modelo excludente e dominador. A forma como a Canto de Conexão e seus agentes têm se organizado, desenvolvido suas lutas e atuado na sociedade e na cidade de Pelotas enfatiza uma busca por reconhecimento (HONNET, 2003) e sobrevivência de grupos historicamente marginalizados e excluídos pelo sistema neoliberal financeirizado e

colonial-racializante-capitalista-antropo-falo-logocêntrico (ROLNIK, 2020) em operação no contexto local, por meio da afirmação da diferença e da multiplicidade de corpos, subjetividades e modos de vida que resistem cotidianamente à homogeneização imposta e às formas desiguais de territorialização capitalistas sobre os espaços da cidade.

Axel Honnet, em sua teoria do reconhecimento, argumenta que a “luta coletiva por reconhecimento” (HONNET, 2003, p. 259) é fundamental para a formação da autoestima e de relações sociais positivas, visto que, “a resistência coletiva, procedente da interpretação socialmente crítica dos sentimentos de desrespeito partilhados em comum, não é apenas um meio prático de reclamar para o futuro padrões ampliados de reconhecimento” mas, os envolvidos engajados nas ações políticas, também passam a ser arrancados “da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado [proporcionando-lhes], por conseguinte, uma auto-relação nova e positiva” (ibid.) . Nesse sentido, a luta por reconhecimento empregada nas ações dos agentes da ocupa indicam um caminho importante no processo de realização da justiça e da liberdade de forma ampla. Tal feito se faz tanto por meio da criação de espaços e territórios de liberdade sobre as ociosidades e os abandonos urbanos promovidos pela lógica especulativa e imobiliária da produção urbana - reativando suas funções e tensionando a lógica da propriedade privada - quanto pela forma como compartilham os territórios reativados com outros corpos e comunidades promovendo a possibilidade da criação de outros processos de apropriação e de territorialização na cidade.

Nesse processo de luta por reconhecimento e por espaços de moradia, cultura e liberdade, em meio às tecnologias de poder/saber e seus dispositivos - que empregam diferentes formas de violência e de controle difusos, assujeitando e homogeneizando territórios, sociedades, culturas, corpos e subjetividades, determinando modos capitalísticos de ser, agir, existir e pensar através dos mecanismos da biopolítica, da micropolítica, da necropolítica e da *mass* mídia - as forças que emergem das ações da Canto se expressam na contramão. Por meio da micropolítica ativa empregada acionam o empoderamento comunitário, a autonomia, a autogestão, a horizontalidade, a valorização da heterogeneidade e o respeito à singularidade dos diferentes modos de ser, agir, existir e pensar de um coletivo desempenhando uma luta urbana que não pretende o consenso e nem mascarar os conflitos, mas em coexistência a eles, afirmando o dissenso e o convívio das diferenças no contexto da práxis urbana.

Tal como nas ideias defendidas por Chantal Mouffe (2005), a tensão entre as forças geradas com a presença da Canto no contexto sociourbano da cidade também destaca a importância do antagonismo, do conflito e do pluralismo de singularidades e valores como

elementos essenciais do fazer político, visto que, quanto maior forem visíveis os conflitos e os grupos conflituos maior será a facilidade em evidenciar as forças, os dispositivos e as relações de poder em atuação, não para superar as diferenças, mas como possibilidade da criação de uma certa tensão democrática capaz de abrir a discussão para a construção e o planejamento de políticas públicas que respondam de maneira mais satisfatória às reais demandas sociais e urbanas em Pelotas.

A autora defende a natureza agonística da disputa política, enfatizando o reconhecimento da sua dimensão conflitual onde “a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários” (Ibid., p. 20). Nesse sentido, não se trata de um combate entre inimigos (antagonismo) e onde o consenso é pretendido como objetivo final, pois para que haja vitalidade e legitimidade da democracia, no sentido de uma democracia participativa, há a necessidade de debate político marcado pelo conflito e pela diversidade de opiniões, mas cujo direito de defendê-las é reconhecido. Trata-se de um confronto contínuo de “luta entre adversários” (agonismo) e, para a autora, é esse o propósito da política democrática “transformar antagonismo em agonismo” (ibid., p. 21). A democracia, aqui, tal como em Negri e Hardt (2005, p. 134), se refere de uma maneira “como produzimos em conjunto” e como nos relacionamos uns com os outros.

Nesse sentido, compreendendo o pluralismo de subjetividades, valores e singularidades coexistindo sob condições díspares nesse contexto de atualidade, percebe-se que não é possível a construção de um universal hegemônico, visto que ao determinar algo como representativo exclui-se todo o resto possível. No entanto, a racionalidade neoliberal, operada por meio das forças hegemônicas capitalísticas, implica em tomadas de decisão e produção de formas-territórios que tentam eliminar algumas subjetividades e singularidades determinando formas de ser, existir, pensar e habitar nas cidades em detrimento de outras. Isso se relaciona à forma como o capitalismo, globalizado, organiza e sustenta as estruturas de poder assim como conduz a um modo capitalístico de subjetivação, produzindo subjetividades orientadas sob a influência das tensões derivadas do modo capitalista. O modelo visa a neutralidade e o consenso, assim, o diferente passa a ser entendido como um inimigo que precisa ser eliminado e deslegitimado.

Nesse processo as ações do Estado também são neutralizadas, ou melhor, mascaradas a partir da atuação de grupos hegemônicos sob a égide do domínio do capital financeiro acarretando uma despolitização e um esvaziamento do “político” que se refere “à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e

emergir em diferentes tipos de relações sociais” (MOUFFE, 2005, p. 20). Isso acarreta no enfraquecimento do Estado em colocar em ação “a política [que] indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do “político” (ibid.), ou seja, a capacidade do Estado em operar com os antagonismos existentes na sociedade. Portanto, são as leis do mercado, das elites e das finanças que passam a reger e a explorar, para os seus fins, todos os domínios da vida em sociedade.

A ilegalidade e o caráter subversivo da Canto de Conexão, assim como de outras ocupações urbanas, são legitimados por esse modelo do regime capitalista produtor da cidade mercadoria, financeirizada, do espetáculo e do consumo para reproduzir e acomodar uma sociedade contemporânea do cansaço, do controle, do desempenho e do empreendedorismo de si. Materializa-se uma cidade de Pelotas marcada pelo empobrecimento da experiência corporal urbana, pela privatização de seus espaços públicos, pela exploração sem precedentes do ambiente natural e pela criação de limites, cercamentos, bairros planejados e condomínios fechados que contribuem para o aumento da violência e da insegurança urbana. E onde a fome, o desemprego, o aumento dos moradores de rua, a vulnerabilidade e a injustiça social, o analfabetismo, o déficit habitacional, a imobilidade política frente às questões e a ausência de reforma urbana são tratadas com indiferença pela maioria da sociedade civil.

O processo de territorialização desse modelo, sob a lógica da imposição da propriedade privada, da especulação imobiliária, do vínculo entre o setor imobiliário e o capital financeiro e da urbanização precária por parte do Estado, se espacializa em Pelotas na segregação e na periferização do território urbano da cidade, aumentando a desigualdade e produzindo os incluídos e os excluídos sociourbanos que, sem lugar no território, passam a ocupar ilegalmente as margens e as zonas ambientalmente frágeis da cidade em assentamentos precários carentes de infraestrutura urbana.

Tal processo também evidencia a lógica do abandono sobre corpos e territórios, expressa pela ineficiência do judiciário e do poder público com relação ao cumprimento da função social dos imóveis e pela ineficiência das políticas públicas de assistência social e de promoção de habitação de interesse social, que além de mascarar e negligenciar os já conflitos existentes promovem zonas, terrenos e imóveis ociosos, contribuindo com a poluição urbana, a insegurança e a perda do patrimônio histórico e cultural edificado de Pelotas, em ruína, carregando consigo parte da memória cultural de seus povos antepassados e da história da cidade. Assim como, proliferam-se os *affectos* tristes do medo, da angústia e do desamparo sobre as comunidades

marginalizadas desassistidas, excluídas e discriminadas, de inúmeras formas, pela ditadura do capital que passam a instaurar uma crise da liberdade generalizada e a captura das potências corporais desejanter e criadoras de novas realidades.

Por outro lado, a [re]existência e a permanência da Canto de Conexão têm deflagrado tais dissensos e os conflitos do contexto local pelotense e evidencia a necessidade do confronto com as forças hegemônicas capitalísticas por meio da criação e da atuação de forças disruptivas, contra-hegemônicas, que se fazem possíveis através da coletividade de corpos em luta cotidiana e urbana. Ao se organizarem em coletividade, instauram e afirmam uma estratégia cuja “lógica [...] tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório” (FOUCAULT, 2008, p. 58). Ou seja, em coletivo convivem com os conflitos, as diferenças e as pluralidades em relação, compreendendo que toda relação é também um processo de negociação, consigo e com o outro, atravessada por disputas e por criações de arranjos possíveis. E é por meio dessa mesma lógica da estratégia que os agentes da Canto afirmam suas capacidades de resistência e de contraprodução, num sentido de reversão à lógica neoliberal capitalística e aprisionante instaurada.

Através da afirmação da diferença e da multiplicidade de corpos, desejos e subjetividades resistem às homogeneizações e engendram suas lutas através da emissão de linhas de fuga e forças pelas brechas do sistema enunciando outros modos possíveis de viver no contexto urbano da cidade de Pelotas. Tomam para si os espaços abandonados da cidade e as ações políticas negligenciadas pelo sistema e seus gestores. O movimento que operam investe na construção de ações práticas pela garantia do direito à cidade e à moradia, mas que vai além da possibilidade de morar, circular e sobreviver.

Os projetos e as ações práticas desenvolvidas pela Canto de Conexão investem na reativação de corpos e territórios calcados nos *afectos* da coragem, do empoderamento, do cuidado, da liberdade, da solidariedade e da alegria, num sentido de fazer viver, de possibilitar a vida. Nesse sentido, promovem encontros e debates fomentando o pensamento crítico e questionador da sociedade sobre as relações de poder e as estruturas dominantes, se engajam em ações pela democratização dos meios de comunicação e da informação, lutam por representatividade nos postos de poder a fim de garantir a inclusão e a igualdade de gênero, raça e classe em todos os setores da vida social, valorizam e dão visibilidade aos saberes e fazeres ancestrais, populares e das minorias sociais, e apostam na cooperação, no trabalho coletivo e na

auto-organização popular como ferramentas para a construção de um projeto de sociedade e urbanidade mais justo.

Por meio da conexão e da formação de redes com os diversos movimentos sociais e a sociedade civil impulsionam a criação de espaços e projetos sociais inclusivos que se pulverizam impactando diversas localidades e minorias sociais da cidade. O processo de territorialização que emerge do movimento se expande do território da casa ocupada conectando bairros e comunidades, promovendo o compartilhamento dos espaços da cidade e acionando outros agenciamentos territoriais empoderadores, participativos e libertários.

A experiência das ações empreendidas pela Canto de Conexão movimenta, conecta, transforma e expande o território dado instaurando forças tensionadoras de uma inversão, e é nesse sentido que pode produzir novos modos de subjetivação, visto que, “a subjetivação deriva de um estado de forças” (DELEUZE, 2015 [1986]¹⁵⁸, p. 100), de uma dobra das forças do mundo no corpo e que, ao se dobrar - tal qual um invaginação – *afecta*, produzindo modificações, variações nas potências de agir, sentir, pensar e existir dos corpos. Trata-se de uma relação de forças de poder e saber – hegemônicas e disruptivas - onde uma só passa a existir em função da outra, ou seja, “as forças não têm interioridade, toda força remete a outras forças, seja para afetá-las, seja para ser afetada” (ibid., p. 99). Assim, mesmo que as forças hegemônicas sejam legitimadas e institucionalizadas pelo complexo sistema neoliberal capitalístico em funcionamento, as forças disruptivas coexistem, como que em resposta subversiva, pela desobediência civil, tensionando a criação de outros modos possíveis de existência, pois, “assim como não cessam de nascer novas relações de poder, e assim como não cessam de nascer novas formas de saber, tampouco cessam de nascer novos modos de subjetivação, capazes algumas vezes de se opor às relações de poder e de se independizar delas” (ibid., p. 134).

Nesse sentido, ao instaurar transformações, mesmo que micro, nas relações de poder e saber instauradas, o projeto societário calcado na liberdade, na partilha, na solidariedade e no diálogo respeitando as singularidades, as diversidades, as culturas e os saberes populares que os corpos organizados no coletivo da Canto de Conexão têm desenvolvido nesses 7 anos de existência indica a necessidade do reconhecimento acerca da potência de suas contribuições e da inserção delas no planejamento da cidade como forma de solução alternativa ao déficit habitacional, ao desamparo de milhares de cidadãos pelotenses desassistidos e à ineficiência do Estado frente à demanda.

¹⁵⁸ Texto original em espanhol, traduzido para o português pela autora.

A experiência *da e com* a Canto de Conexão abre para novas discussões acerca da produção e do planejamento urbano da cidade de Pelotas, assim como das diferentes possibilidades de leitura dessa cidade. A experiência, no encontro do corpo dessa cartografista, que pesquisa e escreve, com a Canto, seus agentes e as pessoas assistidas por suas ações, acompanhando o processo de transformação que têm operado na cidade e, em especial, no seu entorno imediato, também produziu afecções potencializadoras que tanto dão frutos nesta tese quanto na sua própria maneira de perceber o mundo e de se relacionar com a cidade e com os outros. E, ainda, dispara o desejo de que outras experiências de ocupações urbanas, como as evidenciadas na Canto, tenham lugar de coexistência junto às narrativas contemporâneas em disputa pela cidade. Visto que a presença das ocupas colocam dúvidas acerca das verdades impostas pelos agentes hegemônicos e o planejamento urbano que operam.

A experiência fez emergir, ainda, a possibilidade da existência de uma CIDADE DA DIFERENÇA construída com base na multiplicidade, na diversidade e na inclusão, onde há lugar para a criação de laços de comunidade e vizinhança baseados na amizade, no amor e no respeito às diferenças, tanto como para a criação de redes de apoio e de luta através da solidariedade, da coletividade, do cuidado mútuo e do trabalho coletivo. Uma cidade onde a existência e a luta de pobres e excluídos são valorizados cotidianamente, para além dos momentos pandêmicos e de catástrofes climáticas quando a sociedade civil lembra dos excluídos sociourbanos que tanto contribuem para existirem por meio de seus modos de vida individualistas, consumidores e entelados. Uma cidade onde coabitam conflitos, heterogeneidades e multiplicidades, mas onde as singularidades, os saberes e os fazeres ancestrais e populares são valorizados, as demandas comunitárias são atendidas e os conhecimentos compartilhados. Uma cidade que resiste aos modos homogeneizadores da existência pois investe num agenciamento coletivo de enunciação, em correlação com agenciamentos maquínicos de corpos, insistindo na criação de novas formas de territorialização e modos de subjetivação libertários e empoderadores das potências criadoras da vida.

A cidade da diferença abraça a complexidade e a diversidade como características essenciais, prioriza a inclusão social e urbana garantindo que todas as vozes tenham espaço para serem ouvidas e que seus habitantes tenham acesso igualitário aos recursos e às oportunidades urbanas. Tal inclusão envolve a promoção de espaços públicos democráticos, políticas de habitação justas e o fortalecimento dos laços comunitários. A cidade da diferença compreende o território urbano como algo em constante processo de produção e transformação, marcado pela heterogeneidade espacial e temporal onde diferentes usos, atividades e temporalidades coexistem e se entrelaçam, e onde o poder e a tomada de decisões precisam ser descentralizados

a fim de promover formas de organização e de governança mais horizontais e participativas. E, ainda, onde a vida urbana coexiste com a natureza e as demais formas de vida.

Na cidade da diferença a exploração descabida do solo e dos recursos naturais em favor da especulação imobiliária e do lucro das agências financeiras dá lugar ao conhecimento científico, a projetos de revitalização de áreas degradadas, de proteção de áreas verdes e de regeneração dos recursos naturais, reconhecendo a interconexão entre os sistemas naturais e humanos, por meio de uma abordagem integrada para lidar com os desafios ambientais e responsável com os impactos das ações no presente e para as gerações futuras.

A existência da Canto de Conexão, os projetos desenvolvidos por seus agentes e as pequenas transformações que operam na cidade e na sociedade de Pelotas indicam que um caminho para a promoção de uma cidade da diferença está no apoio da sociedade e no reconhecimento por parte dos gestores públicos sobre o papel que espaços de liberdade e desobediência, como o promovido pela casa, desempenham no contexto urbano atual. Em meio a tanta casa sem gente e tanta gente se casa, ocupar e coletivizar o território urbano, espacializando lutas e movimentos sociais, e possibilitando outros processos de territorialização e de empoderamento na cidade, é uma forma de promover diferença e de construir uma outra realidade social e urbana possível.

A experiência *do e com o* Kilombo Urbano Canto de Conexão indica o que podem corpos desejanter em coletividade dispostos a sair de suas zonas de conforto para promover a diferença na cidade e nas relações sociais, rompendo com os tentáculos do regime neoliberal, financeirizado, capitalístico, explorador e homogeneizador das potências da vida. Como um germe de mundo, as ações promovidas pelos corpos agentes da ocupação, na forma de micropolíticas urbanas ativas, se pulverizam de maneira rizomática desde o espaço físico ocupado e transformado naquela esquina criando efeitos potentes que *affectam* milhares de minorias sociais na cidade. Por meio da lógica do fazer viver, do compartilhamento, da autogestão e do cuidado indicam a perspectiva de um outro mundo possível construído *no e por meio do* território sob a ética dos bons encontros e da produção de *affectos* de liberdade.

“Simples assim”.
(R., 2024)

5. PELA EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE DA DIFERENÇA

Zona de conflito e disputa constantes, o território urbano é tanto palco quanto produto das relações de poder e das dinâmicas sociais em curso, somadas às marcas deixadas pelos períodos anteriores. Num fluxo contínuo de existências e relações de forças que se cruzam, se chocam e se transformam, o território se realiza por processos de territorialização. A territorialização, enquanto acontecimento processual, implica a movimentação do território em ritorno, que ora se forma e tão logo se desfaz, desterritorializando-se, abrindo para a possibilidade de uma nova composição ou para a restituição de sua forma original, reterritorializando-se. Trata-se de um agenciamento territorial, onde formas de conteúdo e formas de expressão se constituem e se relacionam conjuntamente às forças e aos fluxos em atuação espacializando territorialidades e/ou destituindo-as. Sejam territorialidades físicas e materiais quanto existenciais, é na relação dos corpos com as linhas flexíveis (moleculares) e as linhas duras (molares) em operação que se configuram os diversos planos da realidade, dá-se forma às afecções e às subjetividades, mesmo que parciais, e aos territórios, engendrando os diferentes modos de vida, de produção e de ocupação nas cidades.

No entanto, a força exercida pelas tecnologias de poder/saber capitalísticas atualizadas no contexto atual do regime neoliberal financeirizado e global tem impactado profundamente a produção do território urbano e os modos de subjetivação dos corpos em sociedade. Através de mecanismos complexos e multifacetados, que interligam economia, política, cultura e práticas sociais, essas tecnologias transformam os espaços urbanos em mercadorias e moldam as subjetividades alinhadas com a lógica do mercado, do consumo e do empreendedorismo fazendo perpetuar desigualdades e exclusões, ao mesmo tempo em que controlam os corpos, conformando-os à ordem e aos ideais neoliberais cujas práticas, cada vez mais sofisticadas, vão se reinventando de maneira difusa, tentacular e sistêmica a fim de manter o fluxo do mercado liberal e seus agentes com o apoio facilitador do Estado.

A financeirização da economia, que enfatiza a maximização do valor de ativos financeiros, se reflete na forma como as cidades são planejadas, construídas e geridas. Essa lógica resulta na predominância de interesses corporativos e investidores globais que transformam os espaços urbanos em oportunidades de investimento lucrativas, em detrimento da realidade da demanda social, como se a cidade pudesse ser gerida por meio de um pensamento único e empresarial. A gentrificação, a privatização dos espaços públicos, a exclusão sócio territorial, a especulação imobiliária, a lógica da propriedade privada e a materialização de uma urbanização precária e

competitiva são resultados desse processo, que tanto produz e explora – quase sem limites - o território urbano quanto define quem tem o direito de viver e de usufruir de seus espaços. A segregação e a periferização do território também são efeitos que impactam o direito de acesso à cidade, à moradia digna e à coexistência da diversidade no ambiente urbano, reforçando a marginalização social dos incluídos e dos excluídos no processo do planejamento urbano.

A financeirização passou a impactar todos os aspectos da vida em sociedade, capturando e promovendo subjetividades centradas no individualismo, na meritocracia e na competitividade cujos corpos, encorajados a se verem como empreendedores de si, se tornam responsáveis pelo próprio fracasso ou sucesso e culpabilizados por suas condições de vida. A publicidade e os meios de comunicação bombardeiam imagens de sucesso e felicidade vinculadas ao consumo e à aquisição de bens e serviços, reconfigurando as políticas do desejo e as aspirações sociais alinhadas com a lógica do mercado.

As tecnologias digitais e as redes sociais também desempenham um papel crucial na produção da subjetividade. Plataformas digitais coletam e analisam dados pessoais, influenciando comportamentos e decisões, num processo de vigilância constante sobre os corpos que se autocensuram e ajustam, constantemente, suas ações para se enquadrarem às normas e aos modelos dominantes, reforçando o controle social. A precarização das políticas trabalhistas e a instabilidade econômica, características do regime neoliberal, geram subjetividades marcadas pela ansiedade, pelo medo, pelo desamparo e pela insegurança. A flexibilização das relações de trabalho, a ausência de redes de proteção social e de políticas públicas urbanas eficazes deixam a sociedade em constante incerteza promovendo um estado de sobrevivência e de abandono sobre corpos e territórios.

Mas, em oposição às precariedades sociourbanas, às capturas e ao fechamento do território promovidos pela racionalidade neoliberal que regem sobre a vida e a produção do território urbano, também emergem forças e ações na contramão, criando espaços de fluxo e territórios emergentes. Assim, é num contínuo embate de forças hegemônicas e contra-hegemônicas que se moldam não apenas os espaços físicos da cidade, mas também a produção da subjetividade e dos modos de subjetivação de seus habitantes. E, visto que, o território assim como a realidade e a subjetividade não são entidades fixas ou estáticas, mas se realizam enquanto agenciamentos processuais em construção contínua associados a uma multiplicidade de forças e vetores de composição, passíveis de transformação e mudança, são as ações empreendidas hoje que indicarão os caminhos e as possibilidades do futuro das cidades e da qualidade da vida de

suas sociedades urbanas. Uma nova realidade pode emergir por meio do movimento de novos agenciamentos territoriais capazes de produzir novas subjetividades.

E, quando o território urbano passa a ser entendido como um processo dinâmico de territorialização constante, onde forças hegemônicas capitalísticas e forças de resistência contra-hegemônicas - disruptivas - coexistem em embate e negociação, abre-se para a compreensão de que não há a possibilidade de encerrar o território num mapa representativo e estático. O mapa, de um território qualquer, é móvel, diagramático, rizomático. Nele, há uma multiplicidade de camadas, elementos e campos de forças em atuação, impossíveis de serem cartografados em uma completude, visto a complexidade das relações que estabelecem entre si e sempre em vias de se alterarem. Portanto, cada mapa, cada cartografia empreendida para a investigação de um território implica estabelecer um plano de corte e uma forma de olhar por parte do/a pesquisante-cartografista, a fim de possibilitar visualizar os elementos e os processos que estabelecem, na relação entre si, naquele plano formado e agenciados com as teorias da perspectiva da análise escolhida.

Cada cartografia é, pois, um exercício de agenciamento territorial. Isso quer dizer que os resultados encontrados são sempre criações de realidades que, por qualquer razão, podem já não existir. Seja porque algum componente não se fez acoplado ao agenciamento, por ainda não existir ou em virtude de o plano de corte não ter atravessado sua linha de conexão, ou porque alguma força – interna ou externa – passou a modificar a relação visualizada entre os componentes na análise investida.

Nesse sentido, a cartografia dos *affectos* empreendida na confecção dessa tese, que teve por objetivo mapear “o que enunciam os *affectos* produzidos pelos corpos agentes da ocupação urbana Kilombo Urbano Canto de Conexão e suas ações?”; “quais modos de subjetivação singulares produzem?”; “como *affectam* a produção do território urbano contemporâneo na cidade de Pelotas/RS?”; e “que cidade emerge a partir de suas práticas?”, não pretende afirmar verdades ou propor modelos engessados a seguir. Trata-se de uma cartografia que acompanhou um processo de territorialização em transformação, corpos em ação e *affectos* produzidos na intenção de propor uma possível leitura da cidade de Pelotas/RS na relação com a atuação da ocupa Kilombo Urbano Canto de Conexão agenciada numa perspectiva analítica com as teorias da filosofia da diferença e do planejamento urbano atualizada.

A experiência da e com a Canto de Conexão indicou uma forma local e criativa de resistir frente ao modelo neoliberal capitalístico atualizado na realidade da média cidade de Pelotas, ao sul do Brasil, que investe na emissão de forças disruptivas – agenciando as potências do comum

e da coletividade numa rede de *affectos libertários* – contra as estratégias de poder e de submissão engendradas pelos modos de subjetivação capitalísticos e suas tecnologias de poder/saber. Inventam, à sua maneira, um modo alternativo, mas possível, de viver, se relacionar, morar e produzir diferença no contexto urbano e social em que se inserem; afirmando as diferenças que lhes constituem, enquanto corpos em coletivo, e cuja multiplicidade de singularidades e subjetividades, que lhes diferencia, é justamente a potência geratriz para a composição de uma nova política de subjetivação e de [co]produção do território urbano de Pelotas.

Emerge, assim, uma cidade da diferença, experimental, que não visa tornar-se um modelo a seguir, visto que cabe naquele contexto, com aqueles agentes, naquela sociedade convivendo com aqueles desafios e possibilidades, mas que emite pistas sobre uma forma outra de pensar a vida e de se relacionar com os abandonos sociais e urbanos por meio, e através, do território urbano. É como se um novo dispositivo se instalasse, movimentando o território e maquinando a possibilidade de uma outra realidade sendo construída. Uma realidade onde as diferenças são afirmadas enquanto diferenças, passíveis de existirem num contexto cuja multiplicidade de singularidades é potência e germe de uma outra forma de viver e lutar por espaços de vida e liberdade na cidade.

A luta social e urbana espacializada pela presença da Canto de Conexão sobre um território abandonado e ocioso no núcleo urbano de Pelotas vislumbra uma possibilidade de reforma urbana alternativa, mesmo que em tensão e resistência constantes com as forças do Estado, do capital e suas agências de poder locais/globais. E, por mais que se realize no contexto dessa cidade média, referência enquanto polo cultural e universitário da Região Sul do país, as características gerais fundamentais e a luta empreendida por seus agentes refletem as milhares de ocupações existentes nas diversas escalas urbanas em outras cidades do Brasil, evidenciando a amplitude e a profundidade das demandas por moradia digna e justiça social em todo o país. Pois, a crise urbana e as condições de vida nas cidades tendem a se agravar profundamente. A falta de controle das políticas públicas, em suas diferentes esferas, frente à especulação imobiliária, à lógica da propriedade privada e à regulação do mercado financeiro imobiliário, somada à ausência de um projeto societário efetivamente mais inclusivo e igualitário, evidenciam esse agravamento.

Pode-se dizer que as ocupas surgem como respostas diretas às falhas das políticas públicas habitacionais, que acarretam em uma significativa parcela da população sem acesso à moradia adequada. Num geral, os ocupantes são trabalhadores de baixa renda, desempregados,

estudantes, migrantes, mulheres, negros, dissidências e outros grupos marginalizados que encontram na ocupação uma forma de resistência e de sobrevivência. Assim que, independentemente de sua localização, as ocupações urbanas compartilham diversas características em comum. Seus agentes, organizados em coletivos e movimentos sociais, agenciam uma luta urbana contínua contra a exclusão e a desigualdade. Eles se mobilizam para reivindicar direitos básicos, como moradia, infraestrutura, segurança e serviços públicos, cuja luta não reivindica apenas por espaço físico no território urbano, mas também pelo direito de existir, por reconhecimento e dignidade de suas vidas. O movimento deflagra as injustiças e os abandonos enfrentados por uma parcela da população historicamente negligenciada e excluída.

Um dos elementos centrais das ocupações urbanas é a reativação que empreendem sobre os territórios ociosos e sem cumprimento da função social da propriedade. Prédios abandonados, terrenos vazios e áreas subutilizadas são transformados em espaços vivos, habitados, compartilhados e produtivos. Tal processo desafia a lógica da propriedade privada, do mercado imobiliário e seus agentes financeiros, propondo alternativas de uso baseadas na autogestão, na coletividade, na convivência entre diferenças e na solidariedade.

Dispostos e engajados na produção de diferença e modos de vida inventivos no contexto da produção urbana, se tornam agentes coletivos revolucionários na construção da realidade. Afirma-se, assim, o caráter de uma multidão promotora de singularizações biopolíticas, pela emissão de linhas de fuga nas frestas e rachaduras do próprio sistema ao qual se contrapõe. Os agentes, em rede, acionam forças contra-capitalísticas que não indicam uma única forma possível de revolução, nem mesmo uma salvação, mas que, por meio de um processo restaurativo das potências do comum, partilham uma forma de existência provocando uma microrrevolução urbana – molecular -, através do território [re]ocupado. Partilham saberes, vivências, experiências, *affectos*. Partilham a construção de uma cidade da diferença, coproduzindo-a em meio à cidade formal e excludente.

A revolução molecular que operam ocorre pelo modo singular de pensar, ocupar, existir e agir que, seus corpos desobedientes, acionam e visibilizam como possibilidade de coexistência no modelo capitalístico neoliberal e financeirizado que persiste. Provocam novas composições, um novo tipo de projeto político, forjando maneiras outras de relação com as forças hegemônicas e os modos de subjetivação capitalísticos amplamente reproduzidos. Por meio da apropriação e da tomada das ociosidades do território das cidades desencadeiam um processo de reativação e expansão do território abandonado, cujos abandonos “das cidades e das coisas [...] acabam [...] por [se tornar] uma espécie de território aberto para o pensar” (ROCHA, 2010, p. 492) para além

da produção urbana segregatória, hierarquizada e excludente que materializa as inúmeras formas de arquiteturas e práticas de abandono enquanto simples “gestos de poder” (ibid.).

Pensar as práticas insurgentes (de reativação) sobre os abandonos como práticas desviantes das representações impostas e dos territórios estáticos, indica tomar para si a responsabilidade acerca da construção dessa realidade contemporânea. Não no sentido de um *si* centrado e Uno, mas por meio da reunião de uma multidão de *si*, e nós e outros, uma coletividade.

São diferentes etnias, raças, orientações sexuais, gêneros, classes sociais, uma multiplicidade de formas e maneiras de viver, trabalhar, perceber o mundo e de se relacionar compondo a multidão. Diferentemente do que ocorre nas massas, na multidão as diferenças sociais se mantêm, interagindo de forma cooperativa e colaborativa, fortalecendo o que há em comum entre eles em meio às singularidades dos corpos em ação micropolítica ativa compondo a multidão. Tanto a produção da multidão quanto do comum implica um modo de composição plural, e onde o exercício do direito de uso coletivo se realiza enquanto experimentação em meio à reprodução social através dos encontros e dos acontecimentos na relação com as linhas que configuram os diversos planos da realidade.

A ruptura de uma estrutura faz vazar as linhas que as estão compondo, deixando-as à mostra, o que permite visibilizar os pontos de contato entre elas, suas segmentaridades e a relação, o agenciamento, que estabelecem entre si. O território formado se destitui e abre-se um campo de possibilidades, uma zona de desterritório se apresenta, onde as linhas passam a operar em fuga – não mais densas e fixas, e, nesse sentido, passam a indicar as potências para a criação de novas relações singulares, de novos agenciamentos possíveis entre as linhas e seus fluxos, assim como, para a inserção de novas linhas e arranjos cujas forças poderão ser capazes de molecularizar, singularizando, diferenciando e libertando o território das amarras que lhe impedem de manter-se em *devenir* de transformação, ou, ao contrário, restitui-lo na sua forma original molar.

É disso que trata a ação de uma micropolítica ativa, quando ela é capaz de criar microfissuras nas estruturas dadas, fazendo vazar as potências de suas linhas para, com elas e por meio delas, compor outras realidades. Nesse contexto de regime neoliberal colonial-racializante-capitalista-antropo-falo-ego-cêntrico, financeirizado e globalitário, reproduzidor de subjetividades e modos de subjetivação aprisionantes e assujeitadores, que nada mais fazem do que capturar e despotencializar as forças das políticas do desejo criador em nome do capital, da dominação e da exploração, tal feito pode ocorrer por meio da proliferação de táticas e forças

disruptivas capazes de forjar a criação de outros modos de subjetivar que visam a produção de *afectos* alegres, libertários e potencializadores das forças da vida.

A multidão formada pelos agentes em ação, por meio de forças disruptivas e contra-hegemônicas operadas no Kilombo Urbano Canto de Conexão, incita a auto-organização das potências de um comum em luta, *no e por meio do território*, pelo direito à cidade, à moradia e ao reconhecimento do papel que desempenham no contexto urbano e social de Pelotas/RS através da proposição de uma maneira diferente de ocupar, viver, morar, se relacionar e produzir o território – físico e existencial - que empreendem.

A micropolítica que operam é ativa, acionando as políticas do desejo de corpos em coletividade agindo pelas frestas do sistema, contra a homogeneidade e a neutralidade instaurada, num processo onde ocupar os abandonos é também uma forma de abandonar o modo estático e legal sobre o uso e a leitura do território urbano dado. Trata-se de uma ação de profanação das leis e das formas previstas da cidade, que ocupa e liberta a cidade, propõe nela novos usos, fomentando outras possibilidades de leitura e de produção dos territórios compondo a cidade. Ao profanar inclui um e..., e..., e... de forças atuando de dentro para fora e de fora para dentro, simultaneamente. Um emaranhado de fluxos e forças em agenciamento constante, que implica retrocessos e processos de emancipação, numa relação entre o corpo e o mundo, mas onde novas afecções, dobras e expansões - do pensamento, das ações corporais, das subjetividades e dos territórios - são capazes de emergir.

Da rica Princesa do Sul, escravocrata e segregada, à contemporânea cidade de Pelotas mercadoria, planejada para o consumo e o enriquecimento dos grupos sociais detentores do capital e da força nas relações de poder hegemônicas, a divisão social do território se mantém e se aprofunda. A fragmentação socioespacial, resultante desse processo, exacerba as desigualdades e os abandonos nessa atualidade, reforçando os setores seletivos e produzindo os novos espaços de valorização imobiliária, em paralelo à ampliação dos territórios de pobreza e precariedade, assim como ocorre em grande parte das cidades médias brasileiras, evidenciando o empobrecimento da experiência urbana e a reprodução de padrões de desenvolvimento urbano equivocados e excludentes, fortemente inspirados nos modelos metropolitanos importados.

Ocupar, nesse contexto, indica uma forma espacializada de luta urbana que, no enfrentamento com as máquinas e as tecnologias de poder em atuação, se manifestam contra a segregação, a divisão do território urbano, o déficit habitacional e a lógica do abandono dos imóveis que reflete a lógica do abandono e da negligência operada também sobre os corpos

urbanos excluídos pelo próprio sistema que promove as condições de suas existências. Contra o colonialismo estrutural que deixou marcas no racismo, na heteronormatividade patriarcal e branca, na desigualdade social, na concentração de renda e propriedade que operam violências e discriminações para além dos corpos físicos, mas também sobre os saberes, as culturas e modos outros de existência. Em combate aos privilégios de uns poucos *versus* a exclusão de milhões e como forma de ressignificar uma realidade urbana marcada por tanta casa sem gente e tanta gente sem casa, por e para pessoas sem lugar no território da cidade, ocupar para [re]existir.

É dessa maneira que o movimento empreendido pelos agentes do Kilombo Urbano Canto de Conexão tem atuado no contexto de crise urbana e societária da cidade de Pelotas. Eles criaram uma rede de acolhimento e de proteção social, num espaço reativado, autogerido e aberto para a realização cotidiana da coletividade e da solidariedade onde há o cruzamento e a coexistência de diferentes culturas, conhecimentos, religiosidades e modos de existir no mundo. Promovem encontros, tempo de parada, oferecem espaço para a troca de saberes populares, para o retorno à sociabilidade da vizinhança, do cuidado com a terra, o bairro e com os moradores do entorno; aspectos da vida urbana que se fazem cada vez mais raros. Ao invés de muros, cercamentos e distanciamentos, a casa e seus ocupantes recriam o olhar para a rua, as janelas abertas, num viver/fazer ativo e atento às dinâmicas do bairro, às demandas sociais e aos acontecimentos urbanos.

Os *affectos* produzidos pelas ações e pelo encontro de seus corpos enunciam uma forma coletiva de resistência ativa na busca por justiça social e dignidade, revelando uma política de subjetivação desejante de pertencimento e de reativação de vidas e espaços baseados na liberdade, na criação, na experimentação e na comunhão. Tais *affectos* também expressam uma capacidade de agir no agora, por meio da alegria, da união, do compartilhamento e da empatia.

Frente à política de subjetivação hegemônica e dominante, as subjetividades singulares e empoderadoras forjadas pelos agentes da Canto, por meio da micropolítica ativa e das táticas inventivas de resistência que promovem, revelam a potência transformadora do que pode um coletivo de corpos organizados na cidade contemporânea. E, visto que os processos de subjetivação incidem e se realizam intrinsecamente conectados aos processos econômicos, políticos, sociais, culturais e urbanos em curso, assim como *affectam* e são *affectados* pelos processos em torno do território em disputa, através da prática cotidiana, voluntariada e cooperativa, tais corpos dispostos a produzir diferença desenvolvem um senso de agenciamento coletivo e de comunidade que desafia as narrativas dominantes individualistas e competitivas, promovendo um espaço de liberdade, cooperação e apoio mútuo que conecta e expande o

território ocupado engendrando processos de territorialização e modos de subjetivação libertadores e potencializadores também a outros corpos e territorialidades.

Nesse sentido, atuam como um tipo de agenciamento coletivo de enunciação, em resposta aos *afectos tristes e silenciadores* que a história e as atuais condições de vida urbana têm lhes conferido. Transformam a indignação em luta urbana e resistência coletiva, através de modos de fazer solidários aliando memórias de micropolíticas passadas e subjetividades críticas, cruzando práticas, saberes e ativismos, enunciando a criação de subjetividades coletivas e narrativas de fuga libertárias para lidar com a complexidade social e os processos de exclusão e restrição de direitos enfrentados no presente. Infiltram-se, por meio do território, movimentando e rompendo com a neutralidade e a racionalidade operada pelo sistema dominante. Criam uma realidade, escrevem uma história do presente que resgata as lutas e as memórias de seus antepassados, enunciando um mundo novo a partir da emissão de suas vozes e da afirmação de novas formas de viver e de se relacionar entre si e com a cidade. Modos inventivos que diferem dos modelos tradicionais e os tensionam, pois, baseados na criação ética, estética e política de novos fluxos de energia, conhecimentos, relações sociais e formas de organização, criados pela ação coletiva e pela participação comunitária.

As ocupações urbanas são mais do que respostas temporárias à falta de políticas habitacionais, elas são movimentos poderosos de transformação urbana e social que indicam como uma política dos *afectos* é capaz de potencializar a criação de cidades mais justas, inclusivas e compartilhadas. Os *afectos* revolucionários gerados pelos encontros e pelas ações sociais de seus corpos-agentes transgressores às normas da cidade formal e excludente revelam, ainda, como a luta urbana por moradia pode engendrar uma luta mais ampla, pelo respeito às diferenças e pelo reconhecimento das inúmeras maneiras possíveis de habitar e usar a cidade.

A cidade da diferença que emerge do processo de territorialização disruptivo e transformador, operado pela presença da ocupa Kilombo Urbano Canto de Conexão em Pelotas/RS, instaura uma outra forma de produção e de ocupação do território urbano, onde corpos em coletividade reconfiguram as ociosidades urbanas em territórios de resistência e solidariedade, reativam vidas e lutam pelo direito de uma cidade para todos. Como um projeto possível e inventivo de sociedade e de urbanidade.

A cidade da diferença é uma cidade do devir desobediente que não apenas desafia a lógica hegemônica da propriedade privada, da especulação imobiliária e da exclusão social, mas também aponta para novas formas de subjetivação no contexto da relação entre o corpo e a cidade baseadas na cooperação, na horizontalidade, na autogestão, no respeito e na dignidade

coletiva. Afirmar a importância da cidade como campo de produção da subjetividade implica reconhecer que o planejamento das cidades precisa abrir espaço para contemplar mais as multiplicidades e diferenças a fim de não sucumbirem à mercantilização neoliberal. A cidade da diferença que essa tese viu surgir indica que um outro mundo de possíveis já está sendo produzido pelas frestas do cotidiano da vida pública.

Da cidade dos barões e baronesas à cidade da diferença, a microrrevolução operada cotidianamente pelos corpos à margem do direito à cidade e à moradia vislumbra uma transformação urbana impulsionada pela coletividade, pela resistência, pela solidariedade e pela inclusão projetando novas perspectivas sobre o pensamento urbano e suas práticas, no caminho de um planejamento mais participativo que reconhece e contempla as singularidades e os diferentes modos de produzir, ocupar e usar a cidade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Trad. e apresentação Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007a.
- _____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007b.
- ALBUQUERQUE, Júnior; VEIGA-NETO & SOUZA FILHO. (orgs). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). 5ª ed. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C; CHAMBOREDON, J-C. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: maio 2021.
- BUENO, Winnie. Mulheres e lugares urbanos. In: **Revista PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, n.9, v.3, pp. 18-27, outono de 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/issue/view/113/14>> Acesso em: ago. 2022.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARON, D.; ISOPPO, R. S.; OLIVEIRA, K.; PERSEU, G. M. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. **VIRUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: out. 2023.
- CARRASCO, André de Oliveira Torres. Pelotas: urbanização periférica e desigualdade. In: **Oculum Ensaios**. Campinas. 14(3). p. 595-611. Set-Dez 2017.
- _____. O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. **Oculum Ensaios**, vol. 14, núm. 3, 2017, Setembro-Dezembro, pp. 595-611. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. RJ: Bertrand Brasil, 2002[1999].

COELHO, Jossana; MICHELON, Francisca; NOGUEIRA, Cláudia. A zona portuária de Pelotas [RS]: nova paisagem de um bairro antigo. **Labor e Engenho**, v.16, p. 1-11, ISSN 2176-8846, Campinas/SP, 2022.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. In: **Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 66-77 - mai./ago.2014**.

CUPANI, Alberto Oscar. **Filosofia da ciência**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. **Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. 2003[1967]. Digitalizado para pdf por Fonte Digital base. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>> Acesso em: mar. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Trad. Vera Casa Nova & Márcia Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DELEUZE, Gilles. **NIETZSCHE E A FILOSOFIA**. Trad. de *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF, 1962 por Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. **Que és un dispositivo?** In: Org. Michel Foucault Filósofo. Madrid: Editora Gedisa, 1990.

_____. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000 [1968].

_____. **Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Editora!34, 2001[1953].

_____. **Foucault**, trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Editora Edições 70, 2005 [1986].

_____. **La subjetivación: curso sobre Foucault III**. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015 [1986].

_____. **Espinosa e o problema da expressão**. Tradução do GT Deleuze. Coordenação de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2017 [1968].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Coleção TRANS. Rio de Janeiro: Editora!34, 1992.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora!34, 1995 [1980].

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 4. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora!34, 1997 [1980].

_____. **Anti-Édipo**. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvin, 2004 [1972].

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto *et al.* Rio de Janeiro: Editora134, 2012a [1980].

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora134, 2012b [1980].

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998[1977].

ESPINOZA, Benedictus de. **Ética**. trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007 [1677].

FADAIAT. **Libertad de movimiento – libertad de conocimiento**. 1ª edición, septiembre 2006.

FERREIRA, Leonardo Tajés. Documentário **Olhares sobre Pelotas – A sociedade do Charque**. YouTube, 11/01/2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=LuSDyg964LY&t=129s>> Acesso em: jan. 2022.

FERREIRA NETO, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. In: **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, Niterói, v.16, n.1, jan./jun. 2004, p.111-120.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 10 ed. v. 3. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999[1976].

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. de. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004[1984].

_____. **Vigiar e Punir**. trad. Raquel Ramallete, 34ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007[1975].

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; trad. Eduardo Brandão; revisão da trad. Claudia Berliner. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso (1983). In: **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade (Ditos e Escritos IX)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREITAS, Décio. **O Escravismo Brasileiro**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Ana Beatriz; MAGALHÃES, Mario Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.

GHIGGI, Janaina. **SE ESSA RUA FOSSE MINHA: Produção de subjetividade na experiência cotidiana das mulheres na cidade**. [Dissertação de Mestrado] - Instituto de Psicologia - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, UFRGS. Porto Alegre, 78 f., 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/219130/001123399.pdf?isAllowed=y&sequence=1>> Acesso em: jan. 2022.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Trad. Suely Belinha Rolnik. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012[1992].

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1986].

GUIZZO, Iazana. **Micropolíticas urbanas: uma aposta na cidade expressiva**. [Dissertação de Mestrado] – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

_____. **Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2.ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. *GEOgraphia*, 4(7), 7-22. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>> Acesso em: out. 2020.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HALL, Peter. A cidade do empreendimento: planejamento virado de ponta-cabeça. In: **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. Trad. Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho e Anita Guimarães. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2ª ed. Ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora ÂYINÉ, 2018.

HARDT, Michael. Para que servem os afetos? | **INTERSEMIOSE** | Revista Digital | ANO IV, N. 07 | Jan/Jun 2015 | ISSN 2316-316X.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Trad. Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n.26, pp.9 - 17, 2009.

_____. O direito à cidade. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, pp.73-89, jul./dez. 2012.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Reppa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HYPOLITO, Bárbara de Bárbara. **Cidade, corpo e escritas urbanas: cartografia no espaço público contemporâneo**. [Dissertação de Mestrado] – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPEL/PROGRAU. Pelotas, 214f., 2015. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_barbara_hypolito_2015.pdf> Acesso em: mar. 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2002[1961].

JACQUES, Paola Berenstein; BRITO, Fabiana Dultra. Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade. In: LIMA, Evelyn F. Werneck (org.). **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 19, jan./abr. 2002, p. 20-28.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Marcela Silvana Brandão. Fala em **Webnário Cultura e lutas urbanas**, realizado no dia 03/junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xU8Q5Vs5Mg>. Acesso em: jun. 2021.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Por uma micropolítica do planejamento urbano: as dobras conceituais corpo, saber, poder, espera e a cidade. In: v. 15 n. 1 (2013): **ANAIS DO XV ENANPUR**. Disponível em: < <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/493/485>> Acesso em: mar. 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARZULO, Eber. Corpo Ocupa: relações entre corpo e espaço. In. **ANAIS XVII ENAMPUR**, Sessão Livre SL22, 2017, p. 1-2. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%2022.pdf> Acesso em: mar. 2019.

_____. Sobre o efeito da crise da modernidade no planejamento urbano. In: Panizzi, Wraha Maria (org.). **Outra vez Porto Alegre: a cidade e seu planejamento**. Porto Alegre: CirKula, 2016, p. 231-248.

_____. **Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. [Tese de doutorado] - IPPUR|UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. In: BARTHOLOMEU, Cezar, TAVORA, Maria Luisa (Org.) Arte & Ensaios n. 32. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais| Escola de Belas Artes, UFRJ, dezembro 2016, p. 122-151.

MEDEIROS, Marielda Barcellos. **Sonoridade Adinkra**. Pelotas, RS: MS2 Editora, 2021.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CARRASCO, André de Oliveira Torres; LIMA E SILVA, Fernanda. **Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Pelotas-RS**. Relatório final da pesquisa. Pelotas, 2021.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Lander, Edgardo (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

- MOTA, Juliana Costa. Uma Análise da Criação e da Atuação do SERFHAU. GT4-377. In: **Anais ENANPUR**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1237>> Acesso em: set. 2021
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 25, pp. 11-23, 2005.
- NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p.15-26, jan./jun. 2004.
- NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. **As verdades nômades: Por novos espaços de liberdade**. Trad. Mario Antunes Marino, Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017 [1985].
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Multidão**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. trad. Antônio Carlos Braga. São Paulo, Editora Escala, 2013[1881].
- OGNIBENI, Denise. **Charqueadas Pelotenses no Século XIX: Cotidiano, Estabilidade e Movimento**. [Tese de Doutorado] - PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em: ago. 2022.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. In: **Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II**. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, p. 391-414, Ago/2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200011>> Acesso em: jan. 2019.
- PAULON, Simone Maineri. “Sobre mulheres, luzes e violências obscurantistas: POA e a Casa Mirabal”. Entrevista para **Jornal Sul 21**, publicada em 15 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2021/09/sobre-mulheres-luzes-e-violencias-obscurantistas-poa-e-a-casa-mirabal-por-simone-mainieri-paulon/>> Acesso em: maio 2022.
- PELBART, Peter. Pál. Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”. In: **Livro da 31ª Bienal de São Paulo: ITAÚ**. Como falar de coisas que não existem. São Paulo: Bienal, 2014. p. 250-265. Disponível em: <http://www.bienal.org.br/publicacoes/2087>. Acesso em: dez. 2022.
- PELOTAS. **Lei nº 5.502 de 2008**. Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.
- _____. **Lei 6.636 de 03/10/2018**. Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre plano diretor de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018.
- PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades Socioespaciais e Áreas de Vulnerabilidades nas Cidades. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0025.pdf>>. Acesso em: fev. 2024.
- PERES, Otávio Martins.; POLIDORI, Maurício Couto. Crescimento urbano e hidrografia natural: conflitos e articulações no espaço-tempo. In: **ANAIS DO XIV ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Série Revisão. 6.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

PRADO FILHO, Kleber & TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. In: **Barbarói**, Santa Cruz, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: **SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE**. Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles. Nova York: Autonomedia, 2013. p. 17-60.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005 [1997].

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. In: **Fractal**, Rev. Psicol., v. 24 – n. 2, p. 271-286, Maio/Ago. 2012

RESENDE, Lorena Mai; ROCHA, Eduardo. Ocupações urbanas desviantes e disciplinadas na linha de fronteira Brasil-Uruguay. In: **Anais XXI ENPOS**, UFPEL, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: Um cenário de incertezas. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. pp. 556-590. 1995.

_____. Sociabilidade hoje: leituras da experiência urbana. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, pp. 411-422, 2005.

_____. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL**, Observatorio Social de América Latina. Año VII no. 21 sep-dic 2006. p. 23-32.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. 1ª ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2013

ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte**. [Tese de Doutorado] – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. **Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK**. Pelotas: UFPel, 2017.

RODRIGUES MARINHO, Bárbara. **EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano**. [Dissertação de Mestrado] - Faculdade de Arquitetura, PROPUR/UFRGS. Porto Alegre, 154f., 2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. "A captura da política habitacional pela lógica financeira é perversa". Entrevista realizada por Rute Pina no **site de notícias Brasil de Fato** em 28 de maio de 2018. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/28/raquel-rolnik-a-captura-da-politica-habitacional-pela-logica-financeira-e-perversa>. Acesso em: mar. 2021.

_____. "Brasil em disputa: desafios da questão urbana | Raquel Rolnik". Entrevista realizada em 29 de set. de 2022 no **Canal do Youtube da TV Boitempo**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xsY2WlYfksW&ab_channel=TVBoitempo> Acesso em: maio 2023.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo. n-1 edições, 2018.

_____. Descolonizar a subjetividade. Palestra proferida pela AJD - Associação Juizes para Democracia pelo **Canal do Youtube** no dia 24/11/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-CwE9x0gn0s>> Acesso em: nov. 2020.

SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares. Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada: reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano na cidade de Pelotas-RS. In: **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 3, p. 585-601, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

_____. REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BRASIL “NÃO METROPOLITANO”: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO RESIDENCIAL EM PELOTAS (RS). In: **Anais do XVI SIMPURB**, v. 1 (2019), p. 857-874.

SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares; SOBARZO, Oscar. NEXOS PRODUTIVOS E ESPACIAIS DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA RECENTE: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO RESIDENCIAL DE ALTO E MÉDIO PADRÃO EM PELOTAS (RS). In: **GEOgraphia**, vol: 22, n. 49, 2020, p. 1-15. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico).

SACK R., **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila (org). **Ecletismo em Pelotas: 1870-1931**. Pelotas: Editora Universidade Federal de Pelotas, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. “O pensamento sobre o espaço: território x região”. Fala ministrada na aula 4 da disciplina Planejamento Territorial Contra-hegemônico por LabCidade FAUUSP pelo **Canal do Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TXOVqgWEWbw&t=5125s&ab_channel=LabcidadeFAUUSP> Acesso em: out. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, pp. 55-76, jan./jun. 2007.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. São Paulo: USP. Tese de doutorado, 2010.

SIMÕES, Guilherme. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. Org. Guilherme Simões, Marcos Campos, Rud Rafael. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **Infinite City: A San Francisco Atlas**. Berkeley: University Of California Press, 2010.

SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. In: **Revista Metamorfose**, vol. 4, nº 4, pp., 133-144, jun de 2020.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Mariana Barbosa; HOFF, Tuize Silva Rovere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. In: **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Acesso em: mar. 2021.

TONIN, Vitor Hugo; PERES, Lino F. Bragança. O déficit habitacional nos países dependentes: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho. In: **ANAIS XVI ENANPUR**, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ST7 – Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana. Belo Horizonte, 18 a 22 de maio de 2015. ISSN: 1984-87812015.

TRINDADE, Rafael. Deleuze e Guattari – Ritornelo (e o jazz). Disponível em: **Razão Inadequada** <<https://razaoinadequada.com/2017/03/12/deleuze-ritornelo-e-o-jazz/>>. Acesso em: jan/2024.

VELLOSO, Rita. “Resistência e lutas urbanas”. *Live* proferida pelo Filosofia on face no dia 23/03/2020 pelo **Facebook**. (2020a). Disponível em: <<https://fb.watch/5Hs3mX03mo/>> Acesso em: mar. 2020.

VELLOSO, Rita. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. **Redobra**, n. 15, ano 6, p. 153-176, 2020b.

WILLIAMS, James. **Pós- estruturalismo**. Trad. Caio Liudvik. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar la rebeldía. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias**. Santiago de Chile: Quimantú, 2014.

_____. **Territórios em rebeldia**. Org. Alana Moraes, Lucas Keese, Marcelo Hotimsky. Trad. Gabriel Bueno da Costa. São Paulo: Elefante, 2022.